

LEANDRO BALLER

FRONTEIRA E FRONTEIRIÇOS:

A construção das relações sociais e culturais entre brasileiros e paraguaios

(1954-2014)

DOURADOS – 2014

LEANDRO BALLER

FRONTEIRA E FRONTEIRIÇOS:

**A construção das relações sociais e culturais entre brasileiros e paraguaios
(1954-2014)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH/ FCH/ UFGD).

Orientador: Prof. Dr. Eudes Fernando Leite.
Área de Concentração: História, Região e Identidades.

DOURADOS - 2014

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da UFGD, Dourados, MS, Brasil**

B191f Baller, Leandro.
 Fronteira e fronteiriços: a construção das relações
 sociais e culturais entre brasileiros e paraguaios (1954-
 2014) / Leandro Baller – Dourados-MS : UFGD, 2014.
 336 f.

 Orientador: Prof. Dr. Eudes Fernando Leite.
 Tese (Doutorado em História) Universidade Federal
 da Grande Dourados.

 1. Brasil – Fronteiras. 2. Estudos fronteiriços. 3.
 Brasil/Paraguai – Relações de fronteira. I. Leite, Eudes
 Fernando. II. Título.

CDD: 981

Responsável: Vagner Almeida dos Santos. Bibliotecário - CRB.1/2620

LEANDRO BALLER

FRONTEIRA E FRONTEIRIÇOS:

**A construção das relações sociais e culturais entre brasileiros e paraguaios
(1954-2014)**

TESE APRESENTADA PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTOR EM HISTÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/FCH/UFGD

APROVADO EM 25 DE AGOSTO DE 2014.

BANCA EXAMINADORA

Presidente e orientador:

EUDES FERNANDO LEITE (DR. HISTÓRIA/ UFGD) _____

1º Examinador:

PAULO ROBERTO CIMÓ QUEIROZ (DR. HISTÓRIA/ UFGD) _____

2º Examinador:

ANA MARIA COLLING (DRA. HISTÓRIA/ UFGD/ CAPES) _____

3º Examinador:

ANIBAL HERIB CABALLERO CAMPOS (DR. HISTÓRIA/ UNA) _____

4º Examinador:

JONES DARI GOETTERT (DR. GEOGRAFIA/ UFGD) _____

Aos meus pais, irmãos, esposa, filho, família;
orientador, professores e alunos:
que me auxiliaram, entenderam,
ensinaram, e que pude ensinar
enfim, indistintamente [...],
pela convivência e
experiência;
dedico.

AGRADECIMENTOS

Para toda a minha família, meus pais e irmãos que sempre me *empurraram* ao encontro de meus objetivos, com toda consideração. A minha esposa e filho que compartilham a vida comigo e me apoiam.

A todos os professores do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, grandes formadores de opinião e construtores do árduo conhecimento na área das Ciências Humanas.

Ao meu orientador Prof. Dr. Eudes Fernando Leite, sempre ponderando coerentemente nas minhas pesquisas e na tarefa da escrita, com uma forma de orientação que favorece a criação sem perder de vista os objetivos propostos, orientações que se transformaram em uma amizade que se prolongou através dos anos.

A todos os amigos da pós-graduação da UFGD. Ao corpo técnico-administrativo do Programa de Pós-graduação que sempre mostrou agilidade e competência nas demandas exigidas.

Às professoras e pesquisadoras Luíza Mandotti e Catiane Matiello, bem como ao amigo, professor doutor Jiani Fernando Langaro, por se mostrarem dispostos em me auxiliar, ambos de forma espontânea colocaram a disposição seus ricos acervos de entrevistas, são pessoas maravilhosas.

Aos professores doutores Paulo Roberto Cimó Queiroz, Ana Maria Colling, e Fernando Perli, ambos da UFGD que compuseram a Banca de Qualificação da tese, mostrando naquele momento os pontos deficientes e apontando novas possibilidades para a pesquisa.

Agradeço aos professores doutores Paulo Roberto Cimó Queiroz, Ana Maria Colling, Anibal Herib Caballero Campos, Jones Dari Goettert, que em conjunto com o Prof. Dr. Eudes Fernando Leite aceitaram compor a banca de defesa da tese.

Agradeço a Capes por ter me dado subsídios financeiros durante esse importante período que foi o estágio de seis meses na Universidad Nacional de Asunción – UNA; foi essencial. Estendo esse agradecimento ao Diretor de Pós-Grado do Rectorado, e meu Supervisor no exterior Prof. Dr. Anibal Herib Caballero Campos, que se mostrou um excelente profissional, uma pessoa amiga, e oportunizou um amplo e rico acervo de fontes. Nesse momento destaco e agradeço ao competente corpo técnico da UNA, em especial os que

compõem o Pós-Grado do Rectorado, todos me acolheram de forma muito amistosa, dividiram comigo em tempo integral seus locais de trabalho cotidiano, e com os quais partilhei ricas conversas que são acima de tudo apredizados para uma vida, a isso e a muito mais lhes sou grato.

Toda consideração e apreço ao pesquisador e historiador paraguaio Carlos Gomez Florentin, da Stony Brook University, dos Estados Unidos, um *tipo* que em pouco tempo de convivência mostrou toda a confiança, a necessidade, e a praticidade do estabelecimento dos laços internacionais entre pesquisadores de diferentes países, agradeço imensamente.

Para todos os diretores, titulares e funcionários dos Núcleos de Estudos, Centros de Estudos, Pesquisas e Documentação, dos Museus, das Prefeituras e Municipalidad visitados, tanto no Brasil quanto no Paraguai, que se dispuseram a encaminhamentos e aberturas de materiais para pesquisa.

BNA – Biblioteca Nacional de Asunción;

CDE – Centro de Documentación y Estudios;

CEP – Conferencia Episcopal Paraguaya;

CERI – Centro de Estudios Rurais Interdisciplinarios;

CIPAE – Comité de Iglesias Para Ayudas de Emergencia;

CIZOSEF – Comisión Interinstitucional de Zona de Seguridad Fronteriza,

CPES – Centro Paraguayo de Estudios Sociologicos;

DGEEC – Dirección General de Estadísticas Encuestas y Censos;

DGM – Dirección General de Migración;

Ministerio de Defensa Nacional do Paraguay;

Ministerio de Relaciones Exteriores do Paraguay;

Museo Etnografico Andres Barbero;

Pastoral Social do Migrante, de Assunção e de Nueva Esperanza;

Periódico Ultima Hora de Assunção;

Periódico ABC Color de Assunção;

Agradeço imensamente a professora Áurea Rita de Ávila Lima Ferreira, pela leitura atenta, comprometida, e, sobretudo, competentíssima que realizou do texto, ora apresentado. Áurea Rita provocou relevantes e inúmeras novas considerações, bem como várias revisões da escrita, trabalho árduo que muito tem me ensinado; foi imprescindível.

A um grupo de pesquisadores, professores e, sobretudo amigos com quem partilhei e partilho momentos importantíssimos da minha vida, em várias instituições, desde a Unioeste, a Unimeo, Fecilcam, UFMS, UFFS, UFGD, entre outras, com perspectivas plenas de outros vários projetos, que em nosso caso as fronteiras nos unam; Fábio André Hahn, Antonio Marcos Myskiw, Astor Weber, Frank Antonio Mezzomo, e Jorge Pagliarini Júnior.

A toda população fronteiriça entre Brasil e Paraguai, que entendeu o propósito da pesquisa e auxiliou para que essa pudesse se desenvolver de maneira tranquila. Desde os motoristas de ônibus, de táxi, os vendedores de lanche, e em especial as pessoas que entrevistei sempre muito amistosos.

Agradeço a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, que me propiciou um ano de afastamento integral e remunerado de minhas atividades na instituição, durante esse período de quatro anos de estudos.

A todos os meus alunos da UFMS, orientandos, tutorandos, bolsistas e de maneira geral àqueles que buscam um futuro no interior da academia, eu espero que sempre possa estar à altura das expectativas de vocês.

Meu sincero obrigado, com a certeza de outros encontros entre nós; *gracias!*

Concretar a paliçada, encher e construir o espaço entre dois, eis a pulsão do arquiteto; mas ao mesmo tempo, a sua ilusão pois, sem o saber, trabalha para o congelamento político dos lugares e só lhe resta, quando percebe o que fizera, fugir para longe dos laços da lei. O relato, ao contrário, privilegia, por suas histórias de interação, uma lógica da ambiguidade. Muda a fronteira em ponto de passagem, e o rio em ponte. Narra com efeito inversões e deslocamentos: a porta para fechar é justamente aquilo que se abre; o rio aquilo que dá passagem; a árvore serve de marco para os passos de uma avançada; a paliçada, um conjunto de interstícios por onde escoam os olhares. (CERTEAU, 1994, p. 214).

RESUMO

A tese objetiva adentrar o mundo das fronteiras a partir da percepção sociocultural, analisando como as pessoas vivificam seus afazeres, trazendo consigo a condição de fronteiro atribuída pelas representações sociais da situação de fronteira em que eles se encontram, seja temporário ou permanente. Tratamos aqui da fronteira entre Brasil e Paraguai, no espaço que compreende o leste paraguaio, na altura dos Departamentos de Alto Paraná e Canindeyú, que possui como limite com o Brasil o reservatório do Lago Internacional de Itaipu, anteriormente rio Paraná. O recorte temporal é estabelecido entre os anos de 1954 e 2014, sem perder de vista vetores que se destacaram desde outros séculos e são constituintes da ambiência dessa fronteira. Analisamos questões que mostram a pluralidade histórico-social rural no Paraguai, em grande medida promovida por brasileiros; a partir disso evidenciamos a construção da fronteira e a inclusão de atores históricos, como os brasiguaios, apontando para o exercício de suas práticas e discursos na disputa entre a memória e a identidade do grupo que promoveu a transposição da fronteira entre os dois países. A coexistência social na fronteira surge com um viés importante tanto nas ações quanto nas representações dos sujeitos, e como eles compõem o espaço da fronteira tornando-a uma zona de contato, ou seja, fronteiriços que constroem fronteira. Por outro lado, destacamos o êxodo rural no Paraná, pois o êxodo viabilizou para as pessoas que saíram do Brasil a busca pela terra no Paraguai, e na historicidade desse processo vão produzir uma nova face de configuração do país vizinho com a propagação do agronegócio. As áreas rurais são locais de intensa sociabilidade e a fronteira revela que não há apenas integração, mas o predomínio sociocultural de grupos majoritários sobre os minoritários com os fronteiriços produzindo relações societárias, como por exemplo, de estabelecidos e *outsiders*. A operacionalização das relações apontou para a desnaturalização da fronteira entre o que o Estado dispõe e o que a sociedade exerce nesse espaço. Para a construção das análises desses temas dispomos de fontes de diferentes tipologias, tais como da imprensa escrita, com os jornais, entrevistas, estatísticas, e leis. Metodologicamente trabalhamos com o rigor crítico sobre a fonte e epistemologicamente com a construção de uma relação dialética entre as diferentes tipologias. Concluímos que as relações de trabalho, os lugares de moradia, e as experiências de vida que se produzem nesse espaço, resultam da prática social cotidiana que ilustra a vida das pessoas nesse local que se apresenta de forma fluída e palmilhada, a fronteira é uma ambiência que atua entre o fluxo natural e as intensas formas de resistências que se dão no local. As relações entre brasileiros e paraguaios no ambiente de fronteira são construídas em meio às relações de aproximações e afastamentos, marcado por um amplo trânsito de pessoas. As possibilidades de perspectivas múltiplas fizeram do trabalho de pesquisa e de escrita dessa história uma constante relação dialética em todos os componentes epistemológicos que se apresentaram para o estudo.

Palavras-chave: Brasil-Paraguai. Coexistência. Práticas socioculturais. Fronteira. Fronteiriços

ABSTRACT

The thesis objectify to enter the world of borders from the socio-cultural perception, analyzing how people vivify their tasks, bringing the condition of border assigned by the social representations of the frontier situation in which they find themselves, whether temporary or permanent. We treat here the border between Brazil and Paraguay, in the space that comprises the eastern Paraguay, at the time of the departments of Alto Paraná and Canindeyú that has border with Brazil as the reservoir of Itaipu International Lake, before Paraná River. The time frame is established between the years 1954 and 2014, without losing sight of vectors that stood out from other centuries and are constituents of the ambience that boundary. Analyzing issues that show the historical rural social plurality in Paraguay, largely promoted by Brazilians; from that noted the construction of the border and the inclusion of historical actors like brasiguaios, pointing to the exercise of their practices and discourses in the entity memory and identity of the group that promoted cross the border dispute between the two countries. The social coexistence on the border comes with a significant bias in both actions and representations of the subjects, and how they make up the space of the border making it a contact zone, in other words, borderers that builds border. Moreover, we highlight the rural exodus in Paraná, for the exodus feasible for people coming out of Brazil searching for land in Paraguay, and the historicity of this process will produce a new face configuration of the neighboring country with the spread of agribusiness. Rural areas are places of intense sociability and border reveals that there is not only integration, but the predominance of major sociocultural minority groups on the border with producing corporate relations, for example, businesses and outsiders. The operationalization of the relationships pointed to the denaturalization of the boundary between what the state provides and what society has in this space. For the construction of the analyzes of these issues we have sources of different types, such as the press, with newspapers, interviews, statistics, and laws. Methodologically worked with the critical rigor of the source and epistemologically with the construction of a dialectical relationship between the different types. We conclude that the working relationships, places of property, and the life experiences that take place in this space, result of everyday social practice that illustrates the lives of people on that site that features fluidly and trodden, the border is an environment which acts between the natural flow and intense forms of resistance that occur locally. Relations between the Brazilian and Paraguayan border environment are built amid relations approaches and departures, marked by a large movement of people. The possibilities of multiple perspectives made the research and writing of this story a constant dialectical relationship in all epistemological components presenting for the study.

Key-words: Brazil-Paraguay. Coexistence. Sociocultural Practices. Border. Borderers.

RESUMEN

La tesis tiene como objetivo entrar en el mundo de las fronteras de la percepción sociocultural, el análisis de cómo la gente se vivifican su negocio, con lo que la condición de frontera asignado por las representaciones sociales de la situación de frontera en las que se encuentran, sea, temporal o permanente. Tratamos aquí de la frontera entre Brasil y Paraguay, en el espacio que comprende el Paraguay oriental, en el momento de los departamentos de Alto Paraná y Canindeyú que tiene frontera con Brasil, como el embalse del Lago de Itaipú Internacional, anteriormente río Paraná. El marco de tiempo se establece entre los años 1954 y 2014, sin perder de vista los vectores que se destacaron de otros siglos y que sean componentes de la atmósfera de ese límite. El análisis de las cuestiones que muestran la pluralidad social rural histórico en Paraguay, en gran parte impulsado por los brasileños ; desde que tomó nota de la construcción de la frontera y la inclusión de los actores históricos como brasiguaios, señalando el ejercicio de sus prácticas y discursos de la memoria de la entidad y la identidad del grupo que promovió cruzar la disputa fronteriza entre los dos países. La convivencia social en la frontera viene con un sesgo significativo tanto en las acciones y representaciones de los sujetos, y cómo hacer que el espacio de la frontera por lo que es una zona de contacto, es decir, frontera de construcción de la frontera. Por otra parte, se destaca el éxodo rural de Paraná, por el éxodo viable para las personas que salen de Brasil en busca de la tierra en Paraguay, y la historicidad de este proceso, se obtendrá una nueva configuración de la cara del país vecino con la expansión de la agroindustria. Las zonas rurales son lugares de intensa sociabilidad y la frontera revela que no sólo es la integración, pero el predominio de los grandes grupos socioculturales de las minorías en la frontera con la producción de relaciones corporativas, por ejemplo, las empresas y *outsiders*. La puesta en funcionamiento de las relaciones se refirió a la desnaturalización de la frontera entre lo que el estado ofrece y lo que la sociedad tiene en este espacio. Para la construcción de los análisis de estos temas tenemos fuentes de diferentes tipos, tales como la prensa, con periódicos, entrevistas, estadísticas y leyes. Metodológicamente trabajado con el rigor crítico de la fuente y epistemológicamente con la construcción de una relación dialectica entre los diferentes tipos. Llegamos a la conclusión de que las relaciones de trabajo, los lugares de la propiedad, y las experiencias de vida que se desarrollan en este espacio, resultado de la práctica social cotidiana que ilustra la vida de las personas en ese sitio que cuenta con fluidez y pisoteada, la frontera es un entorno que actúa entre el flujo natural y las formas intensas de la resistencia que se producen localmente. Las relaciones entre el medio ambiente frontera con Brasil y Paraguay están construidas en medio de aproximaciones y salidas de relaciones, marcadas por un gran movimiento de personas. Las posibilidades de múltiples perspectivas hacen la investigación y redacción de esta historia una relación dialéctica constante en todos los componentes epistemológicos que se presentan para el estudio.

Palabras-clave: Brasil-Paraguay. Coexistencia. Practicas socioculturales. Frontera.

LISTA DE MAPAS E FIGURAS

MAPA 01: ABRANGÊNCIA DA ÁREA DE PESQUISA	19
MAPA 02: DIVISÃO DEPARTAMENTAL DO PARAGUAI	103
FIGURA 03: FAIXA DE FRONTEIRA DE 50 KM NO PARAGUAI – CIZOSEF	106
MAPA 04: OS PRINCIPAIS LOCAIS DE POVOAMENTO DE BRASILEIROS NO DEPARTAMENTO DE ALTO PARANÁ NO FINAL DO SÉCULO XX	123
MAPA 05: OS PRINCIPAIS LOCAIS DE POVOAMENTO DE BRASILEIROS NO DEPARTAMENTO DE CANINDEYÚ NO FINAL DO SÉCULO XX	124
MAPA 06: O POVOAMENTO BRASILEIRO NO LESTE DO PARAGUAI NO FINAL DO SÉCULO XX E INÍCIO DO SÉCULO XXI	131
MAPA 07: ORIGEM DO FLUXO DE BRASILEIROS EM DIREÇÃO AO PARAGUAI.	134
MAPA 08: LATIFÚNDIOS NAS FRONTEIRAS PARAGUAIAS ATÉ 1950	220

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADRO 01: EXPORTAÇÃO DE ERVA MATE POR FOZ DO IGUAÇU ENTRE OS ANOS 1920-1930	50
QUADRO 02: PROPORÇÃO DE MIGRANTES BRASILEIROS CHEGADOS EM ALTO PARANÁ	117
QUADRO 03: PRINCIPAIS DESTINOS DOS EXPROPRIADOS DE ITAIPU	126
QUADRO 04: DENOMINAÇÕES DO TERMO BRASIGUAIO PELA IMPRENSA	145
QUADRO 05: RAZÕES DOS QUE RETORNARAM OU PRETENDEM RETORNAR	195
QUADRO 06: ESTRUTURA DA POSSE DA TERRA NO LESTE DO PARAGUAI (1904 - 1974)	217
QUADRO 07: ESTRUTURA DA POSSE DA TERRA NO LESTE DO PARAGUAI (1956 - 1973)	217
QUADRO 08: DIMINUIÇÃO DA ÁREA DE CULTIVOS ALIMENTARES – PARANÁ 1970-75	242
QUADRO 09: VARIÁVEIS DO MEIO RURAL NO ESTADO DO PARANÁ (1970-1980)	244
QUADRO 10: NÚMERO DE TRATORES EXISTENTES NO ESTADO DO PARANÁ	245
QUADRO 11: PREÇOS DAS TERRAS DE PRIMEIRA EM SÃO PAULO E NO PARAGUAI	246
QUADRO 12: EXPANSÃO DA ÁREA DE PLANTIO E DE TONELADAS DE SOJA NO PARAGUAI	254

LISTA DE ACRÔNIMOS E SIGLAS

AIP	Associação Indigenista Paraguaia
ANFAVEA	Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
ARP	Asociación Rural del Paraguay
ASSESOAR	Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
BRAVIACO	Companhia Brasileira de Viação e Comércio
BNA	Biblioteca Nacional de Asunción
CAPEP	Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior
CBR	Correio do Brasiliense
CCHS	Centro de Ciências Humanas e Sociais
CDE	Centro de Documentación y Estudios
CEB's	Comunidades Eclesiais de Base
CEP	Conferencia Episcopal Paraguaya
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEPEDAL	Centro de Estudos e Pesquisas da América Latina
CERI	Centro de Estudios Rurais Interdisciplinarios
CIMI	Conselho Indígena Missionário
CIPAE	Comite de Iglesias para Ayudas de Emergencia
CITLA	Companhia Clevelândia Industrial e Territorial
CIZOSEF	Comisión Interinstitucional Zona de Seguridad Fronteriza
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa
CPES	Centro Paraguayo de Estudios Sociologicos
CPJP/ PR	Comissão Pontifícia Justiça e Paz do Paraná
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CVJ	Comisión de Verdad y Justicia
DGEEC	Dirección General de Estadísticas Encuestas y Censos
DGM	Dirección General de Migración
EBY	Entidad Binacional Yacyretá
EPP	Ejercito del Pueblo Paraguayo
ESP	Estado de São Paulo
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FCH	Faculdade de Ciências Humanas
FETAEP	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná
FSP	Folha de São Paulo
FNC	Federación Nacional Campesina
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBR	Instituto de Bienestar Rural

IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana (<i>do no</i>) Brasil
INDERT	Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural e da Terra
INI	Instituto Nacional do Índio
IPHAN	Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ITCF	Instituto de Terras, Cartografia e Florestas
JB	Jornal do Brasil
LIPSA	La Industrial Paraguaya S.A.
LNC	Liga Nacional de Carperos
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MARIPÁ	Companhia Colonizadora Madeireira Rio Paraná Ltda.
MASTRO	Movimentos dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná
MCNOC	Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas
MJT	Movimento Justiça e Terra
PIB	Produto Interno Bruto
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PPGH	Programa de pós graduação em História
SANEM	Sociedade de Amparo ao Necessitado Medianeirense
TERRASUL	Departamento de Terras do Estado de Mato Grosso do Sul
UAN	Unión Agrícola Nacional - PY
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UH	Jornal Ultima Hora de Assunção
UNA	Universidad Nacional de Asunción
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná

SUMÁRIO

Lista de Mapas.....	13
Listas de Quadros e Tabelas	14
Lista de Abreviaturas e Siglas	15
Introdução.....	18
Capítulo I.....	34
1. Fronteira: ocorrência teórica e historiográfica	34
1.1 Historiografias da fronteira: os discursos fundadores no oeste do Paraná	48
1.2 Historiografias da fronteira: inovações no oeste	58
1.2.1 Diálogos sobre a historiografia contemporânea da fronteira no Paraguai.....	70
1.3 O tempo múltiplo da fronteira	73
Capítulo II.....	93
2. A pluralidade histórico-social agrária no Paraguai	93
2.1 Afastamentos e aproximações: construindo fronteiras	116
2.2 Brasiguaios: práticas e discursos na disputa entre o termo e a identidade	139
2.3 Transitoriedade: permanecer no Brasil ou ir ao Paraguai	163
Capítulo III.....	173
3. Coexistência fronteiriça: ações e representações	173
3.1 Zona de contato: fronteiriços e as ações fronteiriças	185
3.2 A construção de representações e a coexistência social	198
3.3 A imprensa e as leis: ações e representações da questão rural no Paraguai	214
Capítulo IV.....	239
4. Fronteiriços construindo Fronteiras	239
4.1 Agronegócio: o êxodo rural no Paraná e a busca pela terra no Paraguai	240
4.2 A produção das relações de sociabilidade em áreas rurais e nas fronteiras	256
4.3 Fronteiriços: entre a integração e o predomínio da maioria	266
4.3.1 Fronteiriços: a integração numa relação Estabelecidos e Outsiders	283
4.4 Desnaturalização da fronteira: o Estado e a Sociedade	291
Conclusão	305
Referências Bibliográficas.....	312
Fontes	321
Anexos.....	325

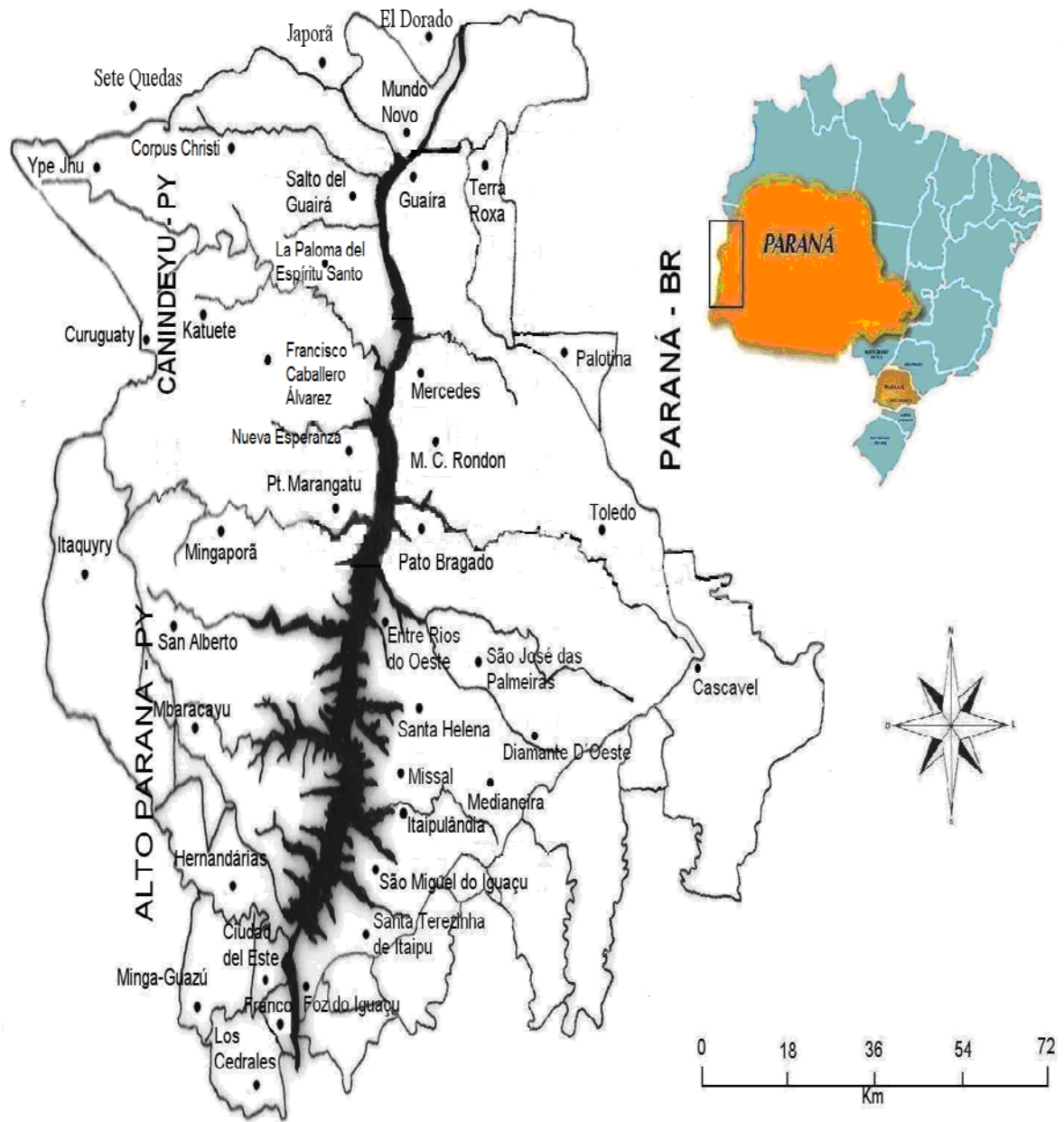
INTRODUÇÃO

A tese comporta investigação histórica sobre características sócio-culturais na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, sobre o modo como a fronteira incide enquanto ambiente construído por pessoas para o exercício de relações cotidianas que as envolvem. Tais pessoas, atores históricos, convencionamos denominar de fronteiriços. Nesse sentido, a pesquisa proporciona análise, por meio de diversificado conjunto de fontes, para a compreensão do mundo fronteiriço, no tocante a manifestações de sociabilidade e coexistência dos fronteiriços. A análise é construída e fundamentada por entrevistas, matérias da imprensa, fontes oficiais, bibliográficas e dados estatísticos. Buscamos entender com a diversidade de fontes históricas, aspectos divergentes e convergentes relacionados às pessoas de que tratamos, ou seja, brasileiros e paraguaios que estão inseridos em uma situação de fronteira e perceber como os fronteiriços concebem a fronteira.

A problemática do estudo está em avaliar a fronteira sob a perspectiva da organização social que apresenta amplo conjunto de diferenças nessa ambiência. Procuramos, a partir disso, pontuar as condições que fazem da fronteira um espaço que vai além do que o Estado apresenta enquanto limite para o Brasil e o Paraguai. Espaço que se localiza na altura do estado do Paraná, no lado brasileiro, e tem como “divisor” o reservatório de águas que forma o Lago Internacional da Usina Hidrelétrica de Itaipu, no leste paraguaio, nos Departamentos de Alto Paraná e Canindeyú. Outros recortes espaciais aparecerão nas análises, tendo em vista que o tema e o objeto são de difícil conformação epistemológica.

Salvaguardando as opções de historicizar o objeto, julgamos necessário fazer a identificação da área de abrangência do estudo, em relação ao espaço a ser observado que envolve, conforme destacamos, o oeste do estado do Paraná, o leste do Paraguai, e o antigo sul de Mato Grosso, atualmente Mato Grosso do Sul. Área que compreende a porção alagada pela Usina Hidrelétrica de Itaipu, uma faixa de fronteira que se prolonga a partir do que antes era o rio Paraná.

MAPA 01: ABRANGÊNCIA DA ÁREA DE PESQUISA



Fonte/ Elaboração: Antônio Marcos Myskiw; Leandro Baller e Lindomar Baller.

A temporalidade em que se localiza nossa análise é a compreendida entre os anos de 1954 e 2014. O início marca a ascensão do governo ditatorial do General Alfredo Stroessner no Paraguai, a partir desse período ocorre a intensificação das relações bilaterais entre Brasil e Paraguai. O contexto marca a profusão de grandes obras que passam a fazer parte dessas relações, como a construção da Ponte Internacional da Amizade entre Brasil e Paraguai (1956-1965); a possibilidade de operacionalização do comércio externo pelo Paraguai, com porto franco em Paranaguá, no Brasil (1956); a abertura da Estrada Caretera Internacional –

Ruta 07 (1956-1959); o início das conversações sobre o projeto Itaipu. Tais obras impulsionam a política de Stroessner para o desenvolvimento do leste paraguaio, com os propósitos de a *Marcha se hacia al este*.

No decorrer das décadas de 1960 e 1970, os intentos da *Marcha* operam de maneira dinâmica no leste paraguaio que passa a conter milhares de brasileiros em sua fronteira com o Brasil, logicamente a grande maioria deles obedece a uma entrada espontânea no Paraguai, em grande medida agricultores em busca de terras férteis e baratas. Nesse contexto, este País passa a deslocar um contingente maior de paraguaios para a sua fronteira com o Brasil, pessoas que saem especialmente da região metropolitana de Assunção e do Departamento Central. A partir da década de 1980, ocorre, com a planificação das políticas de Stroessner na região fronteira, a configuração de um modelo agrícola familiar com características semelhantes a modelos praticados no sul do Brasil. Alguns índices estatísticos chegam a informar que havia em torno de meio milhão de brasileiros vivendo no Paraguai e que, após 1984, milhares de agricultores começam a retornar organizadamente ao Brasil. Depois de meados da década de 1990, há o desenvolvimento de outro modelo agrícola no Paraguai em que o agronegócio passa a vigorar e a mostrar a face de uma nova configuração fronteira, marcada por grandes plantações, essencialmente pelo cultivo monocultor da soja que, por um lado, representa a solução da questão agrícola; por outro, ocasiona a questão agrária no Paraguai.

Desde as primeiras décadas (1950/60 e 70), momento em que afirmamos que ocorre uma maior aproximação entre os dois Países, tais relações ultrapassam o campo político e diplomático e desenvolvem mutuamente as práticas sociais e culturais. A justaposição de duas nacionalidades em uma região fronteira é percebida por nós como um afazer cotidiano para a manutenção de caracteres sociais e culturais por pessoas do Brasil e do Paraguai.

Destacamos que o estudo envolvendo os sessenta anos que privilegiamos em nossa análise não tem como objetivo anular outras temporalidades, mas sim enfatizar o que consideramos um período importante em que as divergências e as convergências são antes de tudo preocupações sociais e culturais de uma sociedade fronteira e não, propriamente, de governos que, de certa forma, impulsionaram esse processo. Acrescentamos que, até a década de 1950, chegar à fronteira entre Brasil e Paraguai significava explorar as gigantescas barrancas do rio Paraná, a partir daí visualizam-se novos elementos que comportam tanto as relações bilaterais governamentais, quanto as práticas entre a sociedade fronteira.

O estudo traz novos elementos, e questões em busca de um diferencial de análise que auxilie a compreensão de práticas sociais que são operacionalizadas na fronteira vivida. Quanto a isso a leitura de autores que, de certa forma, polemizam a história e, sobretudo, a historiografia se tornaram necessários como é o caso de Fernand Braudel, Michel Foucault, Durval Muniz de Albuquerque Júnior, José de Souza Martins, Tomás Palau Viladesau, Ramón Fogel, Quintin Riquelme, entre outros. Autores que destacam os caracteres de permanências e rupturas do tempo histórico, bem como tratam a fronteira como um conjunto de fatores representativos, o que nos auxilia no entendimento dos seus significados, tanto para a sociedade, quanto para o Estado, no Brasil e no Paraguai.

O objeto da pesquisa – fronteira e fronteiriços – fornece amplo campo de discussão em diversas áreas do conhecimento, sobretudo, nas Ciências Humanas e Sociais; provoca desconforto e, ao mesmo tempo, colabora para com o que denominamos como um aspecto que vem auxiliar a alteração de dadas definições para a área de História, portanto o diálogo interdisciplinar é uma constante no decorrer do nosso trabalho.

O desafio em pesquisar a fronteira e os fronteiriços faz com que a teoria seja considerada um trabalho historiográfico em si, que, muitas vezes, obedece a um primeiro plano até mesmo em relação à vivência da sociedade que na fronteira se estabelece ou que por ela é circundada. A fronteira ininterruptamente é conceituada, as ciências problematizam-na para compreendê-la, questionamentos que contemplam outras áreas do conhecimento tornam a pesquisa não apenas um trabalho interdisciplinar, mas perfaz da fronteira uma categoria que por si só é capaz de produzir sociabilidades. A fronteira traz sua própria historicidade, tornando-se o limiar do limite, opondo-se ao conceito de espaço naturalizado que a ela foi designado durante muito tempo no interior das ciências.

A afirmação, a difusão, e a aplicação do conceito de fronteira como um espaço naturalizado acabam alterando os significados e as feições do ambiente, dos locais, lugares, espaços. Para muitos pesquisadores é difícil aceitar que por muito tempo compactuamos de uma tradição¹ no estudo sobre o tema, pois buscamos em outros escritos e autores a aproximação ou o distanciamento das ideias sobre o tema.

¹ Sobre esse aspecto trabalhamos com o sentido de *tradição* como um saber transmitido de uma geração para outra. A história e a historiografia, no conjunto de sua epistemologia, adentram o nosso mundo do saber na academia por meio de conhecimentos sobre o passado. Com as questões que refletem sobre as fronteiras não é diferente, para desenvolver novos postulados em relação às manifestações sobre o tema recorreremos a outros escritos com a intenção de propor mudanças a partir dos resultados das pesquisas já existentes.

Nesse sentido registramos que a finalidade não é fazer uma historiografia dos espaços, mas abordar essa questão com moderação. A análise de diferentes percepções e definições – acerca do entendimento das pessoas, e relacionado à categoria fronteira – assim como o diálogo com o objeto estudado é essencial, pois, a partir dessas percepções, alcançaremos maior proximidade com a fronteira e os fronteiriços. Construir o objeto de pesquisa exprime uma ideia historicamente condicional e atua com as correntes de pensamento existentes em torno da discussão do tema. Dessa forma não nos isentamos das abordagens mais tradicionais, seja para criticá-las, seja para defendê-las.

Os objetivos da pesquisa estão diretamente ligados ao que foi possível perceber em estudo anterior², mas que não foi discutido na oportunidade em razão de as hipóteses fazerem parte da natureza de outra problemática analisada. Com base nos resultados do referido estudo, percebemos que existiam muitas tensões nas relações histórico-sociais entre brasileiros e paraguaios na fronteira, e que muitas das grandes categorias da história eram, no contexto da fronteira, identificadas, mas não problematizadas enquanto práticas histórico-sociais.

Na pesquisa em nível de mestrado a análise foi direcionada para um grupo de pessoas, reconhecidas, em grande parte, como pequenos agricultores que deixaram o Brasil na segunda metade do século XX, mais expressivamente nos anos 70, para adquirir terras no Paraguai. Nas últimas décadas desse mesmo século, esses pequenos agricultores começam a retornar ao Brasil, mais especificamente a partir de 1984, empunhando uma nova bandeira de luta pela terra. São eles, os denominados *brasiguaios*. As questões discutidas na pesquisa para o mestrado tiveram pontos como, a cultura, a identidade e a fronteira aparecendo enquanto um prolongamento da transitoriedade entre o Brasil e o Paraguai pelos *brasiguaios*. Esta questão será retomada neste estudo, mas sob outra perspectiva: a da problemática rural como questão fronteiriça entre os referidos Países.

Para isso, tornou-se necessário o alargamento do horizonte histórico em relação ao tema, ao método e às teorias que se desenvolveram naquele momento na dissertação. É plausível destacar que, para interpretar a função da fronteira, partimos do entendimento do termo como algo dinâmico e plural.

A historicização dessas indagações visa a trazer contribuições para o tema e a dar maior autonomia na construção conceitual em relação aos estudos sobre a fronteira e os

² BALLER, Leandro. *Cultura, Identidade e Fronteira: transitoriedade Brasil/Paraguai (1980-2005)*. 2008 (Dissertação de Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados: Dourados - MS, 2008.

fronteiriços para a área de História. A principal hipótese suscitada para a tese é a de que as respostas aos problemas expostos apresentam-se como configurações de espaços diferenciados de coexistência em locais considerados de tensões, ou como dizia Pierre Bourdieu, lugares “ditos difíceis” (BOURDIEU, 1997, p. 11). A partir disso verificamos como os espaços são formados por diferentes povos em ambientes de disputas e identificamos a conformação de um ambiente social de convívio.

Embora o recorte proposto para a pesquisa seja de meados do século XX a início do XXI, é imprescindível entender que a incidência do objeto não tem a sua origem precisa no recorte estabelecido. Partimos do pressuposto de que é necessário perceber no objeto a existência de questões inseridas na *longa duração*. Temos como interesse inserir o objeto na historicidade que ele mesmo criou e pensar a fronteira nos idos de 1494. Mais propriamente em Espanha e em Portugal, os *descobrimientos* e a construção de uma das primeiras divisas – escritas – que se estabeleceu na América do Sul, definida naquele momento como América Espanhola e América Portuguesa, com limites e espaços de domínios e exploração entre os reinos metropolitanos ibéricos. Muito embora, a análise central compreende a média e a curta duração.

Como o objetivo não é fazer uma história dos tratados, há questões que fogem da nossa percepção analítica na apresentação desses documentos; todavia, são pontos de reflexão que merecem destaque – ao menos para tornar suas existências dizíveis. Observamos que o interesse em colocar limites não surgiu para as Américas apenas enquanto operacionalizador de políticas-econômicas dadas pelos reinos na Europa. As Américas, num primeiro momento, surgem como um espaço que necessitava ser vigiado, controlado e explorado pelas metrópoles; por isso a demanda fica no campo dos interesses emanados da Europa e, não propriamente, nas práticas exercidas nas Américas.

Percorrendo em breves linhas a proposta inicial de inserir esses elementos que contribuíram para a formação de muitas das fronteiras na América, começamos por destacar o Tratado de Tordesilhas de 1494, que durou enquanto tratado de divisão até a assinatura do Instrumento de Escritura de vinte e dois de abril de 1529, de Zaragoza. Prosseguindo, em 1680, houve agitações que queriam reclamar direitos e interesses relativos a algumas diferenças territoriais na América, as quais apontavam para a existência de litígio em espaços situados nos limites das duas Américas, mais especificamente o referente à Colônia de Sacramento, no Sul. Frente a esse episódio, celebra-se, em sete de maio de 1681, o Tratado

Provisional. Após os ânimos se acalmarem, Portugal e Espanha assinam o Tratado de Paz em seis de fevereiro de 1715.

No contexto de compreensão em relação à função das fronteiras, observando ligeiramente os tratados como instrumentos institucionais de negociações, há a celebração, em 1750, do Tratado de Madri, que visa a substituir de forma permanente o Tratado de Tordesilhas. O Tratado baseia-se no direito de uso e posse (*uti possidetis*), ou seja, as terras deveriam ser ocupadas e exploradas por aqueles que nelas viviam. Com isso, Portugal adquiriu grandes espaços, especialmente na porção Sul das Américas, outros espaços ainda foram delimitados obedecendo a negociações internas entre as metrópoles. O Tratado de Madri surgiu com a intenção de estabelecer a paz e ajudou a definir – em grande medida – o que atualmente são os limites geográficos do Brasil.

Houve outros tratados que surgiram para ajustar os tratados anteriores, como, por exemplo, o primeiro Tratado de El Pardo, de 1761, que cancelava o Tratado de Madri e intervia na Colônia de Sacramento e em Sete Povos das Missões. Posteriormente, o segundo Tratado de El Pardo de 1778, retoma, confirma, e revalida as disposições dos tratados estabelecidos pelas Coroas Ibéricas. Ambos os Tratados de El Pardo vinham a interferir na porção Sul da América, diretamente na construção de linhas divisórias apontadas desde 1494, espaço que corresponde atualmente ao Brasil Meridional, os Tratados de El Pardo buscavam acautelar as decisões em relação àquele espaço. É importante destacar que sobre esse mesmo tema – as terras da porção Sul – o Tratado de Madri havia arbitrado em 1750.

É importante salientar que o espaço com o qual trabalhamos – limites fronteiriços entre Brasil e Paraguai – sofreu, logo após os *descobrimientos*, desde o início do século XVI, o adentramento de europeus; num primeiro momento, pelo rio da Prata com a presença dos espanhóis e jesuítas, um espaço geopolítico vital para o que viria a ser o Brasil, o efetivo domínio desse espaço significava assegurar a hegemonia no oeste e nas barrancas dos principais rios da bacia do Prata. Posteriormente, houve a incursão Bandeirante dos paulistas e portugueses, com períodos intercalados entre efervescência e esquecimento desses locais. Os territórios que atualmente são Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai foram moldados, em primeiro plano, por meio de vários tratados diplomáticos e, em segundo plano, por uma intensa prática de relações humanas e sociais, muitas delas violentas, envolvendo diferentes atores históricos e interesses.

Seguindo a apresentação breve, de uma versão institucional e diplomática da história da fronteira, por meio de alguns dos tratados, destacamos a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, em 1777, que efetua alterações no Tratado de Madri em relação às porções da América em litígio. Depois, em 1801 é assinado o Tratado de Badajoz, que vai atuar sobre a incorporação de antigos territórios jesuítas.

Pensar a fronteira a partir dos tratados que surgem, desde 1494, é interessante para compreendermos outros momentos de mudanças, deslocamentos e significados sobre a história da fronteira. Os tratados são frutos de relações políticas e comerciais elaborados em grande medida pelas nações metropolitanas, que estavam ditando regras sobre as colônias. Atualmente as tensões cotidianas sobre a fronteira obedecem a outras formas de relações.

Os tratados apresentados brevemente aqui servem para visualizar situações pelas quais a fronteira passou nas relações diplomáticas e internacionais. Os tratados são fontes históricas que emanam um discurso homogeneizador que, ao longo dos séculos, veio se reconfigurando com o interesse de dominação desses espaços especialmente pelo viés institucional.

Nesse sentido optamos por trazer os tratados na apresentação do estudo apenas para mostrar um contexto histórico diferenciado, como, por exemplo, uma fonte histórica – tratados – que demonstra o longo período de tempo que representa o acontecer da fronteira entre Brasil e Paraguai [Portugal e Espanha], para, a partir deles, tornar mais visível as alterações dos ambientes analisados frente aos interesses das pessoas que vivificam esses espaços fronteiriços.

Atualmente os atores históricos ligados ao mundo da fronteira adentram esse espaço e ressignificam-no. Entendemos os tratados coloniais como ferramentas vinculadas às relações e às configurações do Estado, mas em outro contexto. São pertinentes quando inseridos na *longa duração* para se entender esses espaços e seus acontecimentos, são mecanismos que atuaram na definição do espaço fronteiriço em outro contexto, e que não constituem em si o objeto ora pesquisado.

Nosso objetivo são os atores históricos do presente que estão na fronteira, especialmente os que estão ligados ao meio rural. Entendemos que o Estado serve como instrumento para elaborar uma concepção institucional da fronteira. Em oposição, sabemos que os fronteiriços elaboram suas próprias representações sociais e atribuem à fronteira outros sentidos, tornando-a muitas vezes um ambiente de tensões, sejam políticas, econômicas,

culturais, enfim, eles ressignificam a sociabilidade que permeia essa fronteira. Compreendemos que há indissociabilidade nas relações, justamente porque essas questões se apresentam como um conjunto sócio-cultural pautado nas representações de atores históricos heterogêneos. Ou seja, percebemos as disposições do Estado e da sociedade, mas nosso viés analítico é o homem, ele é o sujeito que administra os ditames que estabelecem os marcos fronteiriços, sejam marcos estatais ou sócio-culturais.

A pluralidade que envolve o conceito de fronteira influencia diretamente as nossas definições sobre o sujeito histórico fronteiriço. A historiografia mostra definições que variam entre estabilidade e conceitos fluídos, o que sinaliza para a dinamicidade dos estudos fronteiriços, uma vez que há a amalgamação de pesquisas sobre fronteira.

Nesse sentido, a preocupação com as durações históricas é uma das questões a serem destacadas, pois não podemos perder de vista os vetores da História na *longa duração*, onde situamos os tratados acima dispostos. Esse é um exercício metodológico que nos expõem a variáveis múltiplas da História, e até mesmo ambíguas da historiografia, uma vez que o objetivo central, enquanto delimitação temporal é o da ocorrência histórica da fronteira no tempo presente. Assim sendo, a escolha não é por excluir possibilidades de análise, mas situar, de forma plena, a cronologia em relação ao objeto pesquisado, estabelecer e fixar as propostas metodológicas para a construção do objeto no presente, e construir uma narrativa que demonstre o estatuto de proposta de produção historiográfica defendida por nós, associada ao amadurecimento epistemológico do estatuto da História.

Em nossa pesquisa identificamos a ocorrência de fronteiriços ligados a trabalhos rurais relacionados à exploração, à extração e à produção agrícola, na região da fronteira oriental do Paraguai, desde os séculos passados. A partir do século XIX essa ocorrência se torna ainda maior. Questionamos, então, se esses trabalhadores dos séculos passados seriam brasiguaios de outro período?

A pesquisa em seus aportes metodológicos e teóricos aponta como indício o que obtivemos dos trabalhos de campo. Nesse caso, o subsídio de elementos que entoam polêmicas e problematiza o objeto de pesquisa – pressuposto foucaultiano – na nossa análise, partindo de resultados sólidos do estudo de campo para conceber a teoria, sendo a teoria o fruto do empirismo do campo. Percebemos, nas investigações, que a fronteira está designada aos condicionantes da *ruptura* histórica.

Em contrapartida aos condicionantes *descontínuos*, notamos na fronteira a presença de aspectos que *permanecem*, mesmo em meio a todas as práticas sociais que se exercem no decorrer dos séculos. Destarte, a teoria da *longa duração*, desenvolvida por Fernand Braudel, nos auxilia na busca de suportes e na compreensão temporal para o entendimento da ocorrência histórica da fronteira, uma vez que optamos por não descartar a possibilidade de intervenção na historicidade da fronteira, já que aceitamos a presença de diferentes fontes históricas em nosso estudo.

Ao trabalharmos com a perspectiva ligada às questões rurais, identificamos elementos congruentes do cotidiano entre Brasil e Paraguai, na fronteira oeste do Brasil – mais especificamente na altura do estado do Paraná, na margem esquerda do rio Paraná – desde o século XIX, inclusive com a inserção de empreendimentos argentinos, onde atuavam as denominadas *obrages*³. A diferenciação entre o institucional e as práticas exercidas nesse novo contexto, a partir do século XIX, novamente nos coloca em diálogo com a *longa duração*, pois detectamos elementos que, embora sofram a ressignificação do trabalho nesses espaços, permanecem com dinâmicas envolvidas no cotidiano.

A pesquisa traz à tona um elemento que pouco aparece como protagonista da história, o espaço. Constatamos que, no devir das discussões historiográficas, o espaço foi deixado de lado. Apesar de não estarmos propondo fazer aqui um estudo incontestado dos espaços, reconhecemos que a historiografia percebeu tardiamente, na dimensão espacial, uma rica forma de análise. Para Foucault, Braudel foi um dos primeiros historiadores a acolher tais preocupações em seus estudos sobre o Mediterrâneo. Foucault, por sua vez, defende a ideia da continuidade dos estudos ligados aos espaços. Para o autor,

É preciso dar continuidade a ela e não ficar somente dizendo que o espaço predetermina uma história que por sua vez o modifica e que se sedimenta nele. A fixação espacial é uma forma econômico-política que deve ser detalhadamente estudada (FOUCAULT, 2012, p. 322).

O que Foucault faz é atentar para a *descontinuidade*, para as rupturas e para a produção de um conjunto de teorias para explicar a inserção dos estudos sobre os diferentes espaços que se tornam, juntamente com os sujeitos que ele pesquisa, os seus objetos de

³ No oeste do Paraná, surgiram, no fim do século XIX e no início do século XX, gigantescas concessões por parte do governo paranaense para a exploração da erva mate. Por extensão da terminologia adotada em território argentino, as mesmas propriedades ou concessões foram denominadas de *obrages*. Significa originalmente o local onde se trabalha manualmente. Seu proprietário ou dono da concessão era o chamado *obragero* (WACHOVICZ, 1982, p. 182).

análise, tais como: os hospitais, os sanatórios, as prisões, as escolas. Nesse sentido, nossa percepção em relação à resignificação do espaço que abordamos não pode ser ignorada, uma vez que o espaço – fronteira – e o sujeito – fronteiro – sofrem rupturas espaciais e temporais que são próprias da historicidade, sendo o espaço fronteiro também um objeto privilegiado de análise.

Foucault alerta que o espaço sofreu várias tentativas de desqualificações, uma tendência que permaneceu por muitos anos e se estabeleceu no interior da história sem sofrer, por longos períodos, críticas. O espaço sempre foi deixado sob o domínio de administração, de implantação, de gestão, como sendo um cenário imóvel, não dialético, fixo. Falar do espaço representava negar a história, pois essa era vista e compreendida naquela velha forma de evolução, de continuidade. Defender as análises sobre o espaço era ir contra o tempo, ou seja, era ir contra a história, aquela história que tinha em seu seio a continuidade literal da vida, como sendo um organismo que não tinha como ser interrompido, era linear e irrefreável em seu destino. Segundo Foucault,

Eles não compreendem que, na demarcação das implantações, das delimitações, dos recortes de objetos, das classificações, das organizações de domínios, o que se fazia aflorar eram processos – históricos certamente – de poder. A descrição espacializante dos fatos discursivos desemboca na análise dos efeitos de poder que lhes estão ligados (FOUCAULT, 2012, p. 253).

A partir do momento em que a história passa a reconhecer os efeitos derivados dos espaços também como objetos, e não apenas como cenário, ela reúne a preocupação em torno da descrição desses espaços, sejam relativos à arquitetura, a figuras, a locais, a ambientes. Com isso, a história passa a aprender e a incluir os sujeitos nos espaços e a enriquecer as análises que antes pareciam singularizadas pelo tempo, ela consegue integrar dados que antes não faziam parte do ofício do historiador, que ficava aprisionado na perspectiva da temporalidade.

Foucault, ao longo de sua obra, não defende um espaço enclausurante e nem que os estudos sobre os espaços fronteiros da história – tal como o desenvolvido por nós – tenham a mesma perspectiva já consolidada pela geografia, pois ele entende – embora não concordemos plenamente com isso – que o discurso geográfico do espaço, que justifica as fronteiras, é, em grande medida, o discurso do nacionalismo, e essa já é outra discussão.

Ao estudarmos os espaços, é importante atentarmos para os conceitos que dele derivam, e para as diferentes historicidades que habitam esses conceitos e esses espaços. Segundo Durval Muniz de Albuquerque Júnior,

Vamos perceber o papel que a própria linguagem desempenha no estabelecimento, na elaboração e na reelaboração das noções espaciais que manipulamos e como estas dão origem às práticas espaciais, a ações em relação aos espaços, como estas noções espaciais são a base e dirigem projetos políticos, administrativos, culturais, éticos, estéticos que definem e delimitam fronteiras, domínios, territórios, lugares, regiões, nações (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008b, p. 57).

A partir do momento que reconhecemos o espaço como um local de luta, de conquista, de resistência e de inserção dos sujeitos, operamos com a descontinuidade na compreensão da própria história.

Embora destaquemos diferentes propostas teóricas para a pesquisa de autores que são ícones de discussões presentes na *longa duração* e na *descontinuidade*, acreditamos que esse diálogo é profícuo, pois o objeto ora estudado permite fazer uma abordagem teórica mais ampla. O objeto comporta características que compreendem diferentes propostas, no interior das relações humanas e nas representações sociais, entre Brasil e Paraguai.

Reconhecemos os conflitos de ideias que há entre as distintas propostas epistemológicas aqui elencadas, mas não é o ponto central da tese equacionar as divergências ou fomentá-las, mas sim, mostrar que há, entre essas diferentes formulações da epistemologia histórica, a operacionalização dos elementos que constituem a pesquisa, dessa maneira, o diálogo entre a *longa duração* e a *descontinuidade* é pertinente, pois o objeto é plural.

No campo terminológico, a denominação de fronteiroço se dá, em grande medida, em razão da ocupação profissional, dos lugares de moradia, das experiências vividas por pessoas, assim como de suas análises e conhecimentos a partir do ambiente fronteiroço. São classificações que se desenvolvem em áreas urbanas ou rurais. Uma disposição semântica em que se estabelecem disputas, confrontos, resistências que se dão na atualidade e obedecem a aspectos culturais, econômicos, políticos e simbólicos. As confluências no espaço fronteiroço configuram interesses amplos e próprios de cada grupo, o que mostra a pluralidade das práticas dos fronteiroços em oposição à singularidade que o sentido semântico sugere sobre eles.

A fronteira entre Brasil e Paraguai é um campo de práticas sócio-culturais cotidianas com amplo movimento humano que se mantém desde os primeiros contatos. Práticas que demonstram a dinâmica do sentimento de brasileiros e paraguaios em relação a ditames políticos, burocráticos, econômicos, culturais, fiscais, agrícolas estabelecidos nos dois países.

Tendo em vista um conjunto de possibilidades para estudo, verificamos que a segunda metade do século XX e os primeiros anos do século XXI mostraram-se como períodos férteis para nossas análises, sem, todavia, desconsiderarmos a multiplicidade do tempo no ambiente fronteiriço.

Não basta dizer que compreendemos a fronteira como um espaço de dualidades e de dinamismo, uma vez que não podemos fazer referência à migração como artifício baseado apenas em estratégias políticas de desenvolvimento que obedecem a processos pensados, elaborados e aplicados por autoridades governamentais. Todavia, entrar na celeuma teórica dos nacionalismos também não ajuda a expor claramente os objetivos da pesquisa. Consideramos mais propício dizer que a dinâmica dos povos na fronteira é operacionalizada mutuamente, para além de nacionalismos.

Nesse sentido, para a produção da tese, optamos por construir um texto em que os objetivos propostos figurassem em quatro capítulos. O primeiro capítulo, *Fronteira: ocorrência teórica e historiográfica*; está subdividido em quatro pontos. No primeiro, *Historiografias da fronteira: os discursos fundadores no oeste do Paraná*, e no segundo, *Historiografias da fronteira: inovações no oeste*; efetuamos exposição e análise de algumas produções historiográficas sobre a fronteira. O texto faz concatenações de ideias no sentido de percebermos como a produção em história vem se desenvolvendo, desde as últimas décadas do século XX, até a atualidade; nele privilegiamos as obras e os autores que apresentam maior aproximação em suas discussões acerca do oeste paranaense, sem ignorar outras possibilidades, uma vez que esse espaço compreende o principal local de entrada de brasileiros no Paraguai. O terceiro ponto destaca um breve diálogo sobre a historiografia paraguaia sobre a fronteira, momento em que encadeamos algumas ideias acerca do tema com os historiadores Anibal Herib Caballero Campos, Ignacio Telesca e Carlos Gomez Florentin. Na quarta e última subdivisão, intitulada *O tempo múltiplo da fronteira*; buscamos expor a fronteira como um devir do tempo, e, nesse sentido, entendê-la não apenas como um espaço imóvel e imutável diante da ocorrência das questões históricas que a permeiam, mas um espaço marcado por ressignificações.

O segundo capítulo, com o título *A pluralidade histórico-social agrária no Paraguai*; insere questões em que discutimos a diversidade social em relação à questão agrária no Paraguai. Este capítulo comporta três divisões. Na primeira, *Afastamentos e aproximações: construindo fronteiras*; destacamos pontos de conflito e de integração entre brasileiros e paraguaios com vistas a apontar o como essa vivência opera na formação do ambiente fronteiriço. Na segunda, *Brasiguaios: práticas e discursos na disputa entre o termo e a identidade*; trazemos à baila questões que se produziram entre os atores históricos que estão inseridos nas fronteiras e que aparecem como um grupo social com uma designação nominal específica. Habitando as zonas fronteiriças, eles muitas vezes não são considerados brasileiros e nem paraguaios; para muitos, eles sequer existem. Pontos importantes estão inseridos, como a posição política entre Brasil e Paraguai relativa aos brasiguaios, sujeitos fronteiriços que travam uma luta em relação à memória que se criou sobre eles e em relação à resistência em se afirmarem enquanto movimento diferenciado de reivindicação pela propriedade de terra, tanto no Brasil quanto no Paraguai. Na terceira subdivisão, *Transitoriedades: permanecer no Brasil ou ir ao Paraguai*; mostramos a dinâmica que se cria no mundo rural em uma situação de fronteira em que, no estado do Paraná, no Brasil, em fins da década de 1970 e início da de 80, há intensos conflitos de ordens diversas, tornando-se a propriedade de terras o centro das principais discussões. Os conflitos, associados à modernização agrícola no Brasil, são os grandes responsáveis pelo permanecer ou não nos locais de residência, é a partir disso que se dá amplo movimento de entrada de pessoas – provenientes, em sua grande maioria, do oeste do Paraná – no Paraguai, o que propicia condições para se formar um sujeito fronteiriço arraigado na terra.

O terceiro capítulo, com o título *Coexistência fronteiriça: ações e representações*; estabelece a fronteira como uma ambiência entre Brasil e Paraguai e, a partir disso, explicita o como se dão as relações entre seus povos, especialmente pautadas nas práticas cotidianas dos fronteiriços e no como eles desenvolvem suas reproduções sociais nessa ambiência que nos leva a percebê-los em uma zona de contato. *Zona de contato: fronteiriços e as ações fronteiriças*; é uma das subdivisões deste capítulo onde a fronteira aparece como um palco móvel das práticas fronteiriças emanadas pelos atores históricos que a permeiam, ações que ultrapassam a barreira entre o lícito e o ilícito e transformam a ambiência fronteiriça em um local marginal.

O subitem, *A construção de representações e a coexistência social*; destaca a produção de um caractere social que vai além das demandas coletivas, é uma disposição teórica que entende as representações que são construídas em um ambiente permeado pela diversidade étnica, um dos pontos que mais aparecem nas fronteiras entre Brasil e Paraguai. E a última subdivisão, denominada *A imprensa e as leis: ações e representações da questão agrária no Paraguai*; traz o diálogo entre as fontes, o qual é comumente travado no Paraguai onde os meios de comunicação, especialmente os jornais escritos, tecem opiniões relativas à legislação e à configuração social agrária, um discurso crítico em que a perspectiva emanada pelos meios de comunicação atinge vários setores incluindo os trabalhadores rurais fronteiriços.

O quarto e último capítulo, intitulado *Fronteiriços construindo Fronteiras*; analisa o sujeito fronteiriço em uma perspectiva rural como um construtor da fronteira, apresenta como esse sujeito atua e qual é a sua representatividade enquanto homem da terra. O subcapítulo, *Agronegócio: o êxodo rural no Paraná e a busca pela terra no Paraguai*; apresenta, por meio de estatísticas, como se deu a saída de brasileiros do Brasil e a entrada no Paraguai, e o como o modelo agrícola praticado no Brasil vai adentrar o país vizinho, formando um novo desenho da fronteira. Nesse sentido trabalhamos com *A produção das relações de sociabilidade em áreas rurais e nas fronteiras*; onde evidenciamos a produção, em grande escala, para exportação e a coexistência nessa ambiência, que vai desde os aspectos harmônicos até os conflituosos. Os dois subcapítulos seguintes foram pensados como um conjunto e, respectivamente, intitulados *Fronteiriços: entre a integração e o predomínio da maioria*; e *Fronteiriços: a integração numa relação Estabelecidos e Outsiders*. A pesquisa nos propiciou vários pontos de análises interessantes, e, em alguns locais, onde se afirma uma perfeita integração entre os fronteiriços de diferentes nacionalidades, verificamos que ocorre, na realidade, o predomínio de um ou de outro grupo, o que praticamente anula o grupo minoritário, sua cultura, seu idioma, sua comida, enfim, formam uma comunidade pautada na supremacia da maioria, aplicando seus hábitos nesses locais no Paraguai. A maneira como procuramos entender essa questão é praticada metodologicamente pela sociologia na análise de uma comunidade e confunde quem são os estabelecidos e quem são os *outsiders*, entre brasileiros e paraguaios no ambiente de fronteira.

Concluimos, mostrando tanto o caráter simbólico, quanto o caráter de ações humanas sobre a fronteira em *Desnaturalização da fronteira: o Estado e a Sociedade*. Pontuamos,

neste subcapítulo, a produção de percepções sobre a fronteira emanada pelas pessoas, sejam elas componentes da esfera estatal, sejam elas agentes comunitários existentes nessas fronteiras. A fronteira está propensa a sofrer a ação dos homens, ela não é um mecanismo que serve, de maneira natural, para estabelecer divisões, intersecções, encontros, vivências, coexistência ou qualquer outra forma de relação social.

A composição do texto, por nós efetuada, tem como objetivo demonstrar que as relações de sociabilidade são produções humanas que se desenvolvem intimamente ligadas ao poder que está imbricado em cada esfera social e é administrado por pessoas. A partir disso, as relações humanas na fronteira passam a atuar na sociedade em seus diferentes componentes culturais, como idioma, etnia, cor, gênero, religião, política, economia, enfim, indistintamente.

CAPÍTULO I

1. FRONTEIRA: OCORRÊNCIA TEÓRICA E HISTORIOGRÁFICA

Após os Tratados Diplomáticos incidirem em uma breve apresentação e significarem para nós uma perspectiva institucional da maneira como as nações negociavam contendas nos limites de seus domínios no contexto colonial, consideramo-los como fontes históricas importantes para pensar as relações nas fronteiras, são ferramentas da história que possibilitam aproximação a outros contextos históricos. Os Tratados são formas de negociações operacionalizadas especialmente pela história diplomática.

A partir disso inserimos em nossa análise postulados sobre o tema da fronteira que se difundiam no início do século XIX, no Brasil, por meio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). De maneira breve destacamos o IHGB a partir de uma perspectiva mais ligada às questões técnicas, em que a atuação se baseava em sua maioria na produção e na emissão de relatórios de viagens e de outros levantamentos sobre os espaços fronteiriços, como as demarcações. Entre os profissionais que contribuíram para a propagação do acontecer das fronteiras do Brasil sob essa perspectiva estavam diplomatas e militares.

Em fins do século XIX surgem, com o norte americano Frederick Jackson Turner, novas disposições teóricas sobre os significados da fronteira, pesquisas fundamentadas em grande medida nas conquistas do oeste norte-americano. A tese de fronteira de Turner se difundiu por quase meio século como um modelo universal da compreensão da fronteira, influenciando a academia norte-americana e mundial, bem como formando redes de pesquisas correlatas à sua, seja para professar suas disposições, seja para criticá-las.

Na primeira metade do século XX, no Brasil, aparecem escritos importantes, que, para o nosso entendimento, não se vinculavam ao modelo propagado pelo IHGB, mas – ao que parece – são tributários da tese de Turner. Embora não figure, em alguns desses trabalhos

brasileiros, qualquer referência ao autor norte-americano, a semelhança nas abordagens é grande; em outros textos, verifica-se o nome de Turner no conjunto de referências, o que colabora para nossa afirmação sobre a influência turneriana no escrito de autores brasileiros.

Após percebermos esses três pontos importantes que, de certa forma, fundamentam os estudos fronteiriços – Tratados, IHGB, Turner – consideramos a necessidade de tomada de novos escritos, especialmente de autores brasileiros e paraguaios que representam um veio importante e inovador para a pesquisa sobre a fronteira, sem, todavia, negar os estudos dos Tratados, do IHGB, e de Turner. Nesse sentido, aproximamo-nos de um conjunto de autores que comportam uma variedade de abordagens sobre a fronteira, como critério elegemos autores que produziram suas pesquisas com problemáticas próximas às estudadas por nós. No que se refere à historiografia paraguaia, optamos por elaborar um diálogo sobre a fronteira a partir de uma questão sensível à história do Paraguai contemporâneo.

Ao inserirmos, em nosso estudo, vários autores contemporâneos percebemos que a diversidade no tratamento dos objetos, das fontes, dos contextos analisados, e, especialmente, dos sujeitos em relação à temática fronteira é significativa. A condição com que passamos a perceber a fronteira e especialmente as pessoas que a circundam – os fronteiriços – nos fez entender que algumas práticas socioculturais advêm de longa data, isso nos fez pensar a necessidade de tratar a fronteira inserindo-a em um tempo plural compreendendo as permanências e as rupturas, o que convencionamos chamar de o tempo múltiplo da fronteira.

No momento de operacionalizar epistemologicamente a nossa percepção sobre o tempo múltiplo da fronteira, a variante espaço passou a se apresentar com dinamismo, questão que abriu ainda mais o campo de análise, pois não havia a possibilidade de dar tratamento múltiplo à temporalidade da fronteira sem atender à multiplicidade do espaço, vez que esse se mostrou vivo, móvel, flexível, e, acima de tudo, dialético. Isso rompeu com a noção de espaço como um local que representa apenas a paisagem, o cenário fixo, em que o tempo dita todas as mudanças da história. Assim, tempo e espaço inseriram-se de maneira incisiva nas discussões sobre a diversidade da fronteira, ponto que está diretamente ligado à compreensão teórica e historiográfica sobre a fronteira que analisamos.

É importante lembrar que as fronteiras do Brasil com os países vizinhos foram orquestradas, num primeiro momento, por tratados diplomáticos em que militares, políticos e administradores, geralmente com uma visão europeia, orientavam o estabelecimento de parâmetros que limitavam os países. Essas dimensões espaciais pouco mudaram e,

atualmente, há amplo apanhado de estudos sobre a fronteira; contudo, nossa análise se deterá ao *a priori* histórico, em que os espaços da fronteira estão permeados de suas gentes, os fronteiriços.

Muito embora seja importante reconhecer como o modelo de abordagem político-militar mostra que a fronteira acaba fundando limites geográficos e administrativos. Nessa perspectiva, os Tratados apontam para a estabilidade do espaço fronteiriço, uma percepção política do espaço, logo, a interpretação da fronteira seguindo tal ponto de vista é compreendida como diplomática.

Ao se ligarem as determinações da política e do espaço da fronteira, tanto o espaço quanto a fronteira passam a se tornar uma construção, uma produção histórica vista e percebida na maioria das vezes como um mecanismo natural e simplesmente divisor. O espaço parece surgir como um componente imóvel na história. Tal perspectiva de petrificação do espaço não se aplica justamente porque há a desnaturalização da compreensão do espaço limítrofe a partir da intervenção humana. A construção do significado da fronteira a partir da diplomacia é fruto da compreensão das pessoas que percebem o Estado como um agente definidor de limites, ou seja, do espaço.

As reflexões de José Adilçom Campigoto auxiliam nesse sentido. Segundo ele,

[...] na perspectiva da história diplomática, baseada no documento escrito, a fronteira acontece como resultado da luta dos diplomatas, dos militares e de administradores. A linha dos limites aparece como resultado de uma disputa na qual os bandeirantes desempenharam um papel equivalente ao dos diplomatas e militares (CAMPIGOTO, 2000, p. 22).

Na perspectiva do autor de *Hermenêutica da Fronteira*, transparecem dois campos de luta, o primeiro está ligado às escrivatinhas dos agentes que promovem a fronteira escrita; o segundo, aos acontecimentos. Ambos operam entre a burocratização e a prática na demarcação e ocupação da fronteira, cada qual com seus papéis, com suas formas de atuação e ação nos meandros da diplomacia.

Campigoto retoma algumas discussões que a História Diplomática elaborou sobre as fronteiras do Brasil, quando elenca no seu estudo os tratados que a diplomacia portuguesa e posteriormente a do Brasil fizeram em relação às fronteiras internacionais. Tratados orquestrados com administração hábil, desde a necessidade da demarcação do território até a possibilidade desse acontecimento influenciar na construção da identidade nacional e na da própria nação. O autor entende o acontecer da fronteira como um direcionador de interesses

institucionais na formação nacional. Ele elege administradores, diplomatas e militares como sendo os expoentes desse modelo de profusão da fronteira naquele momento.

Percebemos que, após os tratados serem entronizados, a historiografia brasileira contemplou por algum tempo uma prática historiográfica que se originou no Império, com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), de 1838, que estabeleceu os primeiros modelos para pensar, criar e propagar os conhecimentos da área de História no Brasil. Um esforço na tentativa de congregiar publicações e formar um Estado Imperial centralizado e forte sob a perspectiva oficial. Tal pressuposto alenta uma tradição, a de pensar a partir de um grupo de autores – alguns acadêmicos, outros, associados do IHGB – que promovem naquele contexto a escrita da História no Brasil, e conseqüentemente à perspectiva sobre as fronteiras.

Uma questão importante a ser posta logo de início é a de que tratamos aqui de autores que não possuíam, em sua grande maioria, a academia como direcionadora de suas reflexões; os que possuíam formação acadêmica eram adeptos da historiografia europeia, isto porque seria impossível falar de uma historiografia profissional no Brasil, no início do século XIX.

Em relação à escrita sobre a fronteira, o que temos, em conjunto com os escritos provenientes do IHGB, provém de outras escalas ou escalões, como a dos militares, diplomatas, embaixadores, políticos, componentes de comissões demarcadoras, geógrafos, professores de geografia, professores de história, sociólogos, juristas, historiadores, filólogos, jesuítas; enfim, de pessoas que tiveram pouco destaque no cenário das discussões fronteiriças. Ressaltamos que os historiadores são partícipes tardios entre os estudiosos que estabeleceram discussões sobre as fronteiras no Brasil.

Não é possível nesse momento apontar o nome de todos os autores que esboçaram trabalhos e estudos no IHGB em relação às fronteiras; marcos de uma historiografia que merece respeito, muito embora necessite ser revisada constantemente. Seria ingênuo pensar que essa é uma proposta original do ponto de vista historiográfico como um todo; todavia, ela traz elementos interessantes para os estudos fronteiriços. É a partir dessa afirmação que contemplamos alguns autores que produzem uma bibliografia diferenciada do modelo historiográfico difundido pelo IHGB.

Acrescentamos que a história sobre a fronteira, que aparece num primeiro momento no Brasil, possui cunho bastante técnico e explora especialmente os trabalhos relativos a demarcações, os relatórios técnicos, são os documentos que fomentam versões onde as

fronteiras surgem como objeto em discussão. Os primórdios de nossa história sobre a fronteira se dão praticamente por meio da descrição que se presentifica, por exemplo, em relatórios sobre expedições, viagens, exploração de naturalistas, e em outros documentos com disposições técnicas. O aspecto oficial e técnico de outrora são vistos, atualmente, como conservadores, e esse é um ponto inicial interessante para nossa discussão em relação à fronteira.

Após destacarmos a forma como o IHGB apresentou as fronteiras brasileiras, é salutar pontuarmos que a historiografia nacional tornou-se apreciadora das considerações norte-americanas. Autores reconhecidos de nossa historiografia adentraram o século XX e prolongaram suas discussões até a década de 1970, tendo o modelo norte-americano como forte direcionador. Os historiadores brasileiros apontam considerações sobre a fronteira, apresentando em seus escritos a influência de Frederick Jackson Turner. Ao elencarmos alguns desses autores, optamos, nesse primeiro momento, pelo critério cronológico de apresentação de suas publicações.

Para refletirmos acerca da definição de fronteira, segundo Turner, presente na tese intitulada *O significado da fronteira na História Americana* (1893), torna-se crucial entendê-la sob duas perspectivas: como divisão administrativa e política propriamente dita (*border*); como ideia de conquista e expansão (*frontier*), fronteira que está em movimento e é um espaço a ser explorado. Apesar de não ser possível confirmar a influência conceitual do norte-americano na maioria dos historiadores brasileiros, verificamos que as particularidades são aparentes e evidentes, há várias ideias difundidas por autores brasileiros que se aproximam das definições de Turner.

Adentramos aqui na discussão em torno de alguns nomes que assumiram aspectos conceituais similares aos de Turner. Para isso destacamos a importância do livro organizado por Paulo Knauss, intitulado *Oeste americano: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América, de Frederick Jackson Turner*. Nele Knauss (2004) sistematiza as conferências de Turner do final do século XIX para justamente mostrar que o discurso advindo dos Estados Unidos representava a novidade para a historiografia mundial sobre a fronteira. O livro de Knauss auxilia nossa reflexão, pois entendemos que ele elabora um painel historiográfico importante sobre a teoria turneriana acerca do tema fronteira.

Dessa historiografia, pontuamos alguns autores e iniciamos com Oliveira Vianna e sua obra *Evolução do povo brasileiro* (1923). Neste estudo, o sujeito bandeirante é visto ou

considerado como “caçador de índios”, logo, superior aos indígenas. Tal interpretação aproxima-se da formulação turneriana, uma vez que busca contrapor a versão de caçador de índios à sociedade oligárquica brasileira daquele contexto, perspectiva que buscava afirmação por parte de outros intelectuais, no período em que *Evolução do povo brasileiro* foi escrita, visto que, na Primeira República brasileira, o domínio oligárquico era preponderante. A ideia de Vianna foi elogiada por uns e reprovada por outros.

Vianna sofreu críticas de autores como José Murilo Carvalho (1991), posto que a semelhança entre as análises de Turner e de Vianna era perceptível, especialmente pelo valor que Vianna atribuía ao meio ambiente como um componente de transformação de diferentes “tipos sociais”, o meio ambiente servia como um aspecto que tanto limitava quanto aumentava a condição de vida das pessoas nas fronteiras – regiões de canaviais e sertões – muito embora o nome do norte americano não apareça na obra de Vianna. Outras considerações a respeito serão efetuadas por Carvalho e elencadas posteriormente.

A interpretação de Gilberto Freyre segue a mesma direção que a de Oliveira Vianna. Primeiramente com *Casa Grande e Senzala* (1933), que apresenta amplo e envolvente trabalho de pesquisa do autor, de formação e orientação norte-americana, em seus escritos aparecem as aproximações com Turner de forma bastante evidente, especialmente quando do tratamento dos diferentes “tipos sociais” em regiões longínquas. Freyre, em *Casa Grande e Senzala* designa a sociedade brasileira como um processo de “amalgamento de raças e culturas”, essa constatação do autor continua nos anos posteriores e fica mais evidente no livro intitulado *Interpretação do Brasil*. Em 1933 a experiência histórica que Freyre acumulou nos Estados Unidos, passando por várias universidades norte-americanas, contribui sobremaneira para sua forma de raciocinar sobre os diferentes tipos sociais aqui do Brasil os quais ele estava pesquisando. Sua linha de pensamento é também muito próxima à de Turner.

O autor do livro *A Marcha para o Oeste* (1940), Cassiano Ricardo, mostra-se como um divulgador do programa de governo da República Nova o qual tem, inclusive, o mesmo nome: *A Marcha para o Oeste*. A referida obra dispõe sobre a ocupação do Oeste, incentivando a expansão das fronteiras agrícolas. Embora o autor evidencie a *marcha* como um plano político, sua proposta de expansão das fronteiras é semelhante à que se visualiza na obra de Turner. Cassiano Ricardo busca explicar a realidade do povo brasileiro naquele contexto; em seu estudo percebe-se cada brasileiro como um novo bandeirante, com caráter “democrático”, por isso sendo capaz de guiar a sociedade. Ricardo diz que todos os “tipos

sociais” são importantes; logo, qualquer brasileiro seria capaz de trilhar novos caminhos e nesse sentido poderia ser um novo bandeirante, ideia que contradiz a maneira como Oliveira Vianna apresenta o “seu bandeirante”. O aspecto de abertura socializadora que Cassiano Ricardo esboça em seu livro é uma das marcas da história do oeste norte americano que Turner exalta em suas conferências.

A influência ideológica – de expansão das fronteiras para a produção agrícola – que ocorreu com a *Marcha para o Oeste* se estendeu a outros pensadores e áreas de conhecimento na década posterior (1950), fortalecendo, sobretudo, o caráter capitalista e demográfico como resultado objetivo da agricultura, como se as teorias ligadas à *marcha* representassem a liberdade de ação dos homens ligados ao meio rural sobre essas fronteiras. Ou seja, uma posição ideológica que torna a presença das minorias insignificantes (indígenas, pequenos produtores, camponeses), em função do desenvolvimento que o denominado *pioneiro* – elemento presente na tese de Turner – leva consigo para essas áreas consideradas até então por muitos como sertões inóspitos.

Retomamos o autor Gilberto Freyre para destacar a influência turneriana, quando no segundo capítulo de *Interpretação do Brasil* (1947), o autor reflete sobre as “*fronteiras e plantações*”, momento em que evidencia o mestiço no Brasil como um “tipo social” que deu maior mobilidade na ocupação de novas áreas e foi considerado pelo autor como sendo sujeitos “moradores das fronteiras do Brasil”. Essa perspectiva mostra o traço de Turner que posteriormente é referenciado em seu livro de 1947. Os sertanistas e bandeirantes são percebidos por Freyre como “homens da fronteira” por terem em seus *modus vivendi* a simplicidade dos indígenas, em que as práticas sociais são assimiladas e colocadas em uso como uma forma de adaptação e sobrevivência ao meio ambiente hostil daquele contexto.

Nesse sentido a perspectiva fundamentada nas práticas sociais possibilita identificar a relação entre os pioneiros e os indígenas, algo bastante perceptível nas reflexões de Turner. Os confrontos entre etnias, a miscigenação, entre outros aspectos, aparecem na obra de Freyre como um afazer na construção do homem da fronteira. Tensões de mesmo nível aparecem em Turner, quando o autor norte-americano discute os laços de amizade e a afetividade que havia entre as diferentes etnias, uma forma de maior aproximação social. Essas características mostram como Freyre interpreta a formação social do Brasil que vai dos extremos do estranhamento e do conflito até o convívio e a aproximação dos povos. Porém, ao contrário de Turner, o autor brasileiro insere novos elementos no decorrer de sua obra, como é o caso do

negro e do índio como protagonistas, o que mostra que Freire desponta com uma proposta de não minimizar os conflitos étnicos e sociais em relação a um determinado segmento dominante, e essa característica, em uma análise que se volta para a compreensão da fronteira como um complexo espaço em movimento, é inovadora.

O brasileiro Vianna Moog, no livro *Bandeirantes e Pioneiros* (1954), procura explicar o Brasil e exibe indicações das teorias de Turner. É importante salientar que Moog constrói suas perspectivas sobre os bandeirantes (Brasil) e os pioneiros (Estados Unidos) em outro contexto, mais propriamente quando recebe convite para uma viagem aos Estados Unidos, ao que tudo indica, no ano de 1943. O chamado a Moog tinha como interesse a produção de um livro de sua autoria sobre os Estados Unidos. Vale pontuarmos que o autor visualiza a possibilidade de ir além de um simples livro de viagem sobre os Estados Unidos. Assim, passa a conceber a ideia de definir o pioneiro norte americano e o bandeirante brasileiro, a partir de outro nível de concepção, muito mais abrangente, desse modo o livro surge uma década após a viagem.

O livro de Moog estabelece uma visão geral sobre a colonização do Brasil e a dos Estados Unidos, na verdade uma história comparada, o autor evidencia vários aspectos de análise como a raça, a geografia, a cultura dos dois países para comparar a diferença de desenvolvimento entre ambos. Moog mostra o oeste norte-americano como fator relevante para os Estados Unidos, na medida em que o oeste cria um novo “tipo social” – independente, trabalhador, moralista, entre outras qualidades – condição que Turner acentua em sua tese sobre *o significado da fronteira na história America* (1893).

Na sequência evidenciamos os escritos de Sérgio Buarque de Holanda, de 1956. Holanda não define propriamente a fronteira, o autor destaca o processo em que as fronteiras se constituem. Todavia, percebemos que ele vai compreender a fronteira como um espaço fluido e em contínuo movimento, critica a perspectiva de outros autores que afirmavam que os bandeirantes paulistas eram heróis. No livro *Caminhos e Fronteiras* aparece a aproximação com os postulados de Turner, na medida em que os dois autores indagam sobre o meio ambiente e o contato com os costumes indígenas que, ao mesmo tempo em que se diz serem exóticos – no sentido de serem diferentes – por serem distintos dos costumes praticados por descendentes de europeus no Brasil, eles evidenciam a distância entre os hábitos costumeiros do homem branco de característica europeia. Nessa percepção, ambos acabam teoricamente “transformando” esse “tipo social” que está inserido na fronteira, em novos homens, a

exemplo dos índios, possuem maior facilidade de mobilidade, e conseqüentemente a interiorização do território, e a expansão da fronteira.

Sérgio Buarque de Holanda dá ênfase à contribuição dos indígenas, repensando-os enquanto agentes da ocupação do território brasileiro, o que se deve, em parte, à leitura dos escritos de Turner, onde o indígena também aparece como um ator da expansão do território norte americano, porém longe de ser protagonista da história. Um melhor entendimento sobre os escritos de Holanda para a compreensão da formação territorial brasileira necessita ser analisado ao longo de mais de dois séculos, que compreende o processo histórico de conquistas de espaços, mais precisamente desde 1500 até 1750, período em que Holanda contem um rico veio de produção historiográfica.

Cumpramos destacar que um marco importante que altera a configuração do modelo de escrita, tanto em torno das proposições da tese de fronteira advindas dos Estados Unidos, quanto em torno da tecnicidade com que se apresentavam os trabalhos do IHGB, se dá em 1956, com o historiador Renato Mendonça, no livro *Fronteira em Marcha*. O autor teoriza a fronteira sob a perspectiva da geopolítica brasileira. É salutar observarmos que Mendonça se tornou sócio correspondente do IHGB em 1947, porém seu livro *Fronteira em Marcha* avançou consideravelmente sobre os títulos até então difundidos pelo Instituto, em especial no tocante a considerações teóricas, uma vez que o autor relacionou diferentes vertentes da academia mundial, tarefa que até então não era muito usual nos escritos de autores brasileiros sobre o assunto, aspecto que se apresentou como novidade até mesmo em relação ao conjunto de sua própria obra escrita antes de 1956, no contexto da publicação de *Fronteira em Marcha*.

Sublinhamos alguns pontos que servem para explicar a distinção do livro de Mendonça, embora reconheçamos que muitas das linhas oficiais do Estado eram seguidas e serviam para direcionar os escritos do autor. O livro *Fronteira em Marcha* surgiu como resultado de vários anos de estudos e de trabalho junto à diplomacia brasileira em diversos países, condição que possibilitou ao autor tecer elogios e críticas ao Itamaraty, especialmente a cargos e funcionários. O autor faz amplos recortes, por exemplo, relativos à política Imperial. Ele divide o livro em três partes, em primeiro lugar fala das origens da América, a segunda parte trata da projeção do Império no continente sul-americano, momento em que aborda a geopolítica do Prata; por fim, suas reflexões são sobre as estratégias e a segurança mundial em um contexto de Guerra Fria. O autor se posiciona criticamente em relação às intervenções do Império em países vizinhos ao Brasil, como Bolívia, Paraguai e Uruguai, sem

deixar de evidenciar a liderança moral que o Brasil exercia na América do Sul. Mendonça se opõe à maneira como a Argentina propunha sua política no continente sul-americano. Em *Fronteira em Marcha*, não se reconhece o modelo de escrita que figurava sob a influência do IHGB e de Turner. O livro é uma proposta senão totalmente inovadora sobre a percepção das fronteiras do Brasil, mas é uma escrita diferenciada.

Anteriormente, quando enfatizamos a influência de Turner na historiografia sobre as fronteiras em vários autores brasileiros, bem como a indiferença do livro de Renato Mendonça no tratamento do tema em relação às teses de Turner, reconhecemos que, a partir de meados da década de 1950 até a década de 1970, as ideias do norte-americano passam a ser rediscutidas, e sob uma perspectiva crítica, tanto nos Estados Unidos, quanto no Brasil. Há nesse contexto uma produção historiográfica que desmistifica os postulados de Frederick Jackson Turner.

Para demonstrar alguns questionamentos acerca das ideias turnerianas no Brasil, torna-se necessário mostrarmos, de modo breve, o contexto que possibilitou essa perspectiva, para isso utilizamos o livro de Otávio Guilherme Velho (1974), intitulado *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. O objetivo central de Velho é adentrar o mundo do campesinato e conseqüentemente o do camponês num momento em que, para o Brasil, segundo Velho, a reforma agrária indicava a ascensão do camponês, mas não sob um modelo portador de ideais democráticos como queria Turner no oeste dos Estados Unidos, e sim sob um modelo com ideais comunistas e socialistas, com isso construir-se-ia um “tipo social” forte politicamente e manifestando de forma mais radical os seus direitos.

Velho, em hipótese alguma, nega as teorias de Turner e de seus seguidores, tanto que as teses de Turner estão elencadas em seu livro de modo resumido; contudo, Velho encontra, no contexto brasileiro das décadas de 1950 e 1960, elementos interessantes que contrapõem as ideias do autor norte-americano. O ponto crucial de percepção do autor brasileiro em oposição a Turner é o de que a terra não está ao alcance de todos no Brasil, logo o ideário democratizador é um elemento muito sensível para ser defendido na prática, no contexto brasileiro, por esse fator é que o autoritarismo tem como preocupação o controle sobre as fronteiras – contexto em que se propagam, naquele momento, no Brasil vários projetos políticos de expansão em direção às fronteiras.

Outro livro que consideramos importante apresentar é o de José de Souza Martins (1997), uma publicação derivada de pesquisas realizadas entre as décadas de 1970 e 1990 e intitulado “*Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*”. Utilizamos para a nossa análise a edição de 2009. O livro de Martins permite estabelecer pontos críticos em relação à tese defendida por Turner, sua proposta une-se com a proposta de Velho e outros historiadores norte-americanos, eles fazem parte de um conjunto bibliográfico que auxilia na releitura de Turner, bem como colabora para a desmistificação da tese de fronteira turneriana. A partir da década de 1980 adentrando a de 1990, as ideias de Velho e Martins passam a influenciar a academia em relação ao tratamento do tema. Seus livros – citados anteriormente – vão além da percepção da fronteira como sendo um atributo geográfico, ou ligado ao meio ambiente.

Na segunda metade do século XX, a historiografia norte-americana se abre para novas histórias que passam a contestar a tese de Turner, tais como *The New Indian History*, *The Chicano History*, e *The Women History*,⁴ que almejam a produção de histórias fomentadas em outras bases. A história do oeste de Turner passa por crise e é rejeitada nos Estados Unidos, pois, além de não servir de exemplo aos novos modelos de história que estava se difundindo em relação às fronteiras, ela os contraria, por exemplo, em relação ao fato de índios, mulheres, chicanos poderem habitar o oeste dos Estados Unidos, mas não ocuparem o mesmo lugar dos brancos no oeste daquele País. Alguns historiadores norte-americanos, como Robert Berkhofer Jr (1971), Donald Worster (1985), Katherine Morrissey (1986), e Joyce Appleby (1994), passam a ver a tese de Turner como nacionalista e imperialista.

No tocante à obra de Martins, é perceptível que ele evoca a fronteira a partir de tensões, especialmente das relativas à luta pela terra, tirando o papel central do pioneiro e dando o protagonismo da história da fronteira à vítima desses conflitos, como os indígenas e os camponeses. O livro de Martins nos oferece um enfoque diferenciado, mas que, por si só, acaba potencializando a percepção da fronteira como um espaço de violência – principalmente, referente a lutas que ocorriam no norte do Brasil. Na tese de Turner, essas relações acabaram sendo silenciadas no oeste dos Estados Unidos. Por sua vez, os conflitos enfatizados por Martins nas fronteiras do norte do Brasil eram de ordem diversa, iam desde a luta pela terra, à escravidão por dívidas, à escravidão por propriedade da terra provocada pelos latifundiários em relação aos pequenos agricultores, o que favorecia o enaltecimento de

⁴A Nova História Indígena, a História Chicana, a História das Mulheres.

grupos minoritários, como os indígenas. O livro de Martins se mostra com fundamentos interessantes e fortes que servem para reforçar a tese de Velho, conforme destacamos, assim como para evidenciar o rico contexto de crítica provinda dos Estados Unidos, em relação à tese de Turner.

O conjunto bibliográfico possibilitou-nos a elaboração de tessituras entre alguns autores brasileiros e a teoria turneriana, embora se reconheçam as diferentes figurações sociais, as distintas épocas de elaboração das pesquisas, bem como a composição por outras bases empíricas para as pesquisas. Quando falamos em tessituras, não estamos necessariamente pregando uma relação análoga entre um e outro autor, livros ou teses, mas sim, observando que as oposições teóricas são tão importantes quanto as aproximações.

No que diz respeito aos autores José de Souza Martins e Otávio Guilherme Velho, é salutar mostrarmos que eles apresentam novas maneiras de pensar a fronteira, especialmente ao introduzirem novos atores sociais como indígenas e camponeses. As críticas desses autores ao modelo de exploração feita pelo pioneiro como o único detentor, mensageiro do progresso, e responsável pelo expansionismo, negando outros atores históricos vão se dar com maior vigor – em princípio – nas suas áreas de atuação, em grande medida na Sociologia e na Antropologia. As novas frentes de colonização agrária se tornam locais de maior concentração dessas análises, como, por exemplo, a demanda para a Amazônia.

Um breve painel se faz necessário para mostrarmos como os autores passaram a perceber a ocorrência histórica da fronteira, e para apresentarmos os distintos sujeitos das fronteiras, ou seja, os fronteiriços; sejam eles os pioneiros, os indígenas, os camponeses, entre outros. Essa nova posição dos autores marca a oposição do que se via no século XIX, em que os limites territoriais na América do Sul eram em grande medida o que explicavam a noção de fronteira; em que a divisão dos limites territoriais eram motivados, em sua maioria, pelas independências ocorridas no início do século XIX e pela necessidade do estabelecimento de divisas para cada nova nação. Sendo assim, as fronteiras estabelecidas acabavam sendo formadas por elementos naturais – serras, rios, montanhas, vales – característica que contribuiu para os escritos do IHGB sobre o tema, bem como para a compreensão desses escritos.

As novas dinâmicas dos estudos sobre a fronteira, em que os fronteiriços passam a ser evidenciados, e as novas interpretações que os autores denotam sobre a fronteira são modelos de análises que, em grande parte, provêm de fontes da segunda metade do século XX

e início do XXI. A partir daí a categoria fronteira passa a ser entendida como um termo plural, permeado de significações, sentidos e funções que ultrapassam as fronteiras políticas, econômicas, administrativas e geográficas, abrindo campos de estudos frente a postulados que continham características universais para o significado de fronteira.

Percebemos que muitas dessas análises não são elaboradas apenas sobre a fronteira, mas a partir da fronteira, ou seja, os pesquisadores estão inseridos na vivência do seu campo de análise. A especificidade de vivificar um campo de pesquisa aumenta sobremaneira as condições de análise, o que mostra a pluralidade dos estudos a serem explorados, uma vez que eles abrangem a história por meio do estudo dos movimentos sociais, seja em defesa da terra, das companhias de colonização, da construção da Itaipu binacional, por exemplo. Bem como aumenta a percepção em relação à presença do Estado; da sociedade; dos meios de comunicação; e de outras possibilidades de análise que estão presentes no local. Com isso oferece-se aos pesquisadores a perspectiva de estudos sobre a mão de obra, sobre o turismo comercial, as novas relações bilaterais, e assim por diante. Os exemplos aqui expostos mostram aspectos interessantes para a pesquisa sobre a fronteira, a partir de olhares múltiplos e compreensões diversas em torno da formação social na/ da fronteira, todavia, não perdendo de vista os vetores iniciais da história sobre a fronteira no Brasil.

Tendo em vista as considerações historiográficas apresentadas, verificamos como os espaços fronteiriços são formados por diferentes povos que persistem desde que as histórias do Brasil e Paraguai começam a ser escritas. Todavia, não é o objetivo da tese arbitrar sobre as demarcações dessas fronteiras, uma vez que as entendemos como um espaço que resulta de uma construção histórica orquestrada pelas pessoas.

Pensar na construção da fronteira é estabelecer limites e espaços de domínios e exploração. Nesse sentido, a indicação sobre o espaço, em nosso estudo, é um exercício que acompanha a construção do objeto. A fronteira não é apenas um espaço de apropriação ou domínio, ela é, sobretudo, um ambiente em que as relações humanas e sociais ocorrem com tramas e práticas investidas de querer, poder e cobiça. Durval Muniz de Albuquerque Júnior apresenta como essas noções ocorrem na temporalidade do espaço. Segundo o autor,

Aquele espaço fechado hierárquico medieval foi sendo substituído pelo espaço moderno, que a expansão marítima europeia e a descoberta do novo mundo haviam transformado numa questão de extensão. Cada lugar, antes esteticamente ordenado numa hierarquia sem movimento, agora se torna um mero ponto num deslizamento constante no eixo de uma extensão. Os lugares agora ganham mobilidade e o repouso e a distribuição destes lugares

agora são apenas momentos mais viscosos de um deslocamento constante e invisível que se faz na linha do tempo. O espaço se abre ao infinito e, como um grande oceano, se abre a múltiplas navegações. Assim como *O Mediterrâneo* de Fernand Braudel, grande extensão silenciosa que vê as espumas dos acontecimentos humanos sacudirem a sua superfície, os espaços se abrem como grandes superfícies planas a serem exploradas, palmilhadas, descritas, mapeadas, coreografadas, cartografadas, medidas, conhecidas (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 68 – 69).

No que diz respeito ao Brasil e ao Paraguai, é comum os estudos tomarem como ponto de partida eventos que marcaram a história dos dois Países, como, por exemplo, a Guerra da Tríplice Aliança; as heranças político-ditatoriais que agiam em determinado contexto em ambos os países; a construção da Itaipu Binacional, entre outros. Contudo, devemos atentar para os condicionantes históricos e sociais sobre os referidos países, e partirmos de um ponto de vista que se distingue desses eventos, não com a intenção de anulá-los enquanto ocorrências de outro momento e perspectiva histórica, mas operacionalizá-los com a perspectiva do presente.

As ocorrências que resultam de condições históricas específicas não podem operar em temporalidades separadas do cotidiano da atualidade. Albuquerque Júnior apresenta-as da seguinte forma:

Se tantos discursos que falam hoje em esgarçamento do tecido nacional, podemos chegar à conclusão que tanto a nação como as regiões, antes de serem recortes espaciais já inscritos na natureza, são produtos de uma tecelagem histórica e social. Estas fronteiras que nos marcam e nos demarcam, foram tecidas em algum momento histórico e a partir de dadas condições (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2008, p. 20).

Assim, pensamos que nesse momento é importante aproximar a historiografia dos aspectos espaciais que compreendem os recortes estipulados para a pesquisa – meados do século XX e início do século XXI – e não descartar olhares que se voltam ao século XIX em busca da compreensão da fronteira; é importante introduzir também nessa discussão a questão rural – um fator latente entre Brasil e Paraguai⁵.

⁵A fronteira analisada é a estabelecida entre Brasil e Paraguai. As análises compreendem tensões relativas às questões como a identidade, a cultura, a nacionalidade, as posses, a hegemonia, os diferentes idiomas, as leis internacionais, a moeda, a religiosidade, as representações, o conteúdo místico, simbólico, imaginário, a liberdade, o aprisionamento, os movimentos migratórios, a riqueza, a pobreza, o lícito, o ilícito, entre outras problemáticas comuns aos estudos fronteiriços. Esses são temas que aparecem periodicamente nas pesquisas.

1.1 - HISTORIOGRAFIAS DA FRONTEIRA: OS DISCURSOS FUNDADORES NO OESTE DO PARANÁ

A questão rural não aparece em nossas análises apenas como um recorte ou delimitador no tocante aos dois países mencionados, com suas fronteiras espaciais e seus sistemas de ocupação e propriedades. Aparece também como um fator que conduz a questões que derivam do sistema de colonização nessas áreas no oeste, como, por exemplo, as da demanda de mão de obra, de trocas culturais, sociabilidade, entre outros fatores⁶.

A fronteira que abordamos nesse momento é aquela – independente de sua definição – que comporta a aproximação das delimitações entre Brasil e Paraguai nos séculos XX e XXI. A partir de entendê-la assim, a apropriação de ideias contidas na historiografia e que aparecem no nosso estudo se dará para compreender como a fronteira que pesquisamos é vista pelos autores aqui elencados.

O interesse não é elaborar uma cartografia historiográfica acerca de escritos sobre a fronteira, mas minimamente incorporar reflexões produzidas coletivamente ou individualmente, sobretudo nos ambientes fronteiriços, que nascem atualmente, em sua grande maioria, em universidades, em centros de estudos e pesquisas especializados sobre estudos fronteiriços.

A partir da década de 1980, houve uma visível ampliação da produção historiográfica, assim como uma nova leitura acerca da história sobre a fronteira, tanto no que diz respeito à produção historiográfica, quanto à funcionalidade prática contida em seus conceitos, e essa característica é perceptível no Brasil e no Paraguai. Com isso o oeste do estado do Paraná, o sul do estado de Mato Grosso do Sul, no Brasil, e o leste dos Departamentos de Alto Paraná e Canindeyu, no Paraguai, tornam-se espaços privilegiados de pesquisas.

O primeiro ponto a ser percebido sobre a fronteira se dá nas regiões onde as intervenções políticas em períodos ditatoriais adquirem maior significado para o estudo, ou seja, o leste paraguaio e o oeste paranaense, tanto em relação aos dispositivos que ali estão inseridos no campo das ideias, quanto às práticas sociais exercidas. O que destacamos é que a produção historiográfica sobre a fronteira foi, por muito tempo, vigiada por sistemas

⁶ A partir de 1940, Brasil e Paraguai assinaram mais de cem documentos bilaterais entre Acordos, Tratados, Atas e outras ações protocolares em suas relações estatais, dos quais mais de 60% fazem referência direta ao campo das fronteiras, sejam de ordem política, econômica ou territorial.

autoritários e muito do que se produziu – e que foi reconhecido por suas qualidades ou por suas deficiências – era fruto de encomendas políticas do regime militar. Destarte, o controle não estava localizado apenas na fronteira entre os referidos países, mas também no que a historiografia produzia sobre a fronteira nesses Países.

No tocante a isso apontamos quatro autores que discutiram entre os anos 1980 e 1990 temáticas contíguas às que estamos discutindo em nossa pesquisa. Sob uma perspectiva voltada para o oeste do Paraná temos os estudiosos Cecília Maria Westphalen (1987)⁷, Ruy Christovam Wachowicz (1982)⁸, e José Augusto Colodel (1988)⁹. Temos ainda Gilmar Arruda (1997)¹⁰, cujos trabalhos voltam-se para o sul de Mato Grosso. Para tratar da produção desses autores optamos pelo critério da análise conjunta, pois seus contextos de pesquisa e produção estão bastante próximos, sendo que todos aparecem no tratamento do conjunto historiográfico do oeste do Paraná em um diálogo crítico, construtivo estabelecido por nós.

É importante pontuarmos que Westphalen e Arruda falam a partir da academia, já Wachowicz e Colodel conduzem suas pesquisas de forma mais autônoma, muito embora os quatro autores representem estudos que fomentaram e fomentam uma série de pesquisas, destacando-se como autores que possuem certa tradição em seus escritos sobre a região oeste do Paraná e sobre o atual sul de Mato Grosso do Sul.

A leitura da historiografia que reflete sobre a fronteira no oeste do Paraná aponta para uma escrita mais tímida que é mediada pelas ideias dos autores e pelos resultados alcançados com as pesquisas. Wachowicz, por exemplo, faz enunciados em seu livro que vão da ocupação à exploração, às colônias militares, às *obrages* e aos *obrageros*, à Mate Larangeira, aos tenentes no oeste do Paraná, em 1924, à Revolução no Rio Grande do Sul, perpassando pela *Marcha para o Oeste* e pela colonização agrária, este último item vem ao encontro daquilo que aqui se pesquisa, é elogiável a qualidade do *corpus* documental do livro de Wachowicz.

⁷ WESTPHALEN, Cecília Maria. *História documental do Paraná: primórdios da colonização moderna na região de Itaipu*. Curitiba: UFPR, 1987. Este livro teve como origem trabalhos de pesquisas iniciados em 1966, obedecendo primeiramente a outros objetivos, e que posteriormente congregou os interesses sobre a região de Itaipu.

⁸ WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Obrageros, mensus e colonos: história do oeste paranaense*. Curitiba: Ed. Vicentina, 1982.

⁹ COLODEL, José Augusto. *Obrages e Companhias Colonizadoras: Santa Helena na história do oeste paranaense até 1960*. Santa Helena: Assoeste, 1988.

¹⁰ ARRUDA, Gilmar. *Frutos da terra: os trabalhadores da Mate Larangeira*. Londrina: Ed. da UEL, 1997.

Este livro é resultado direto de sua dissertação de mestrado defendida em 1989, publicado sem novas reflexões em 1997.

A questão que mais nos interessa em Wachovicz é o terceiro item do terceiro capítulo – *a frente de colonização agrária*. O autor mostra duas questões que são importantes para a ocupação da fronteira: a primeira relaciona-se ao declínio da extração da erva mate¹¹ e à sua venda reduzida no mercado argentino; a segunda liga-se ao retrocesso na extração da madeira que ficava cada vez mais difícil de ser retirada das densas matas paranaenses e paraguaias.

QUADRO 01: EXPORTAÇÃO DE ERVA MATE POR FOZ DO IGUAÇU

Ano	Toneladas	Valor em contos de réis
1928	10.213	11.458
1929	11.725	12.799
1930	10.866	10.535
1931	9.798	11.319
1932	8.615	8.196

COSTA, Francisco Paiva Alves. *O mate: exploração, indústria e exportação*. Ministério da Agricultura, Diretoria de Estatística de Produção. Rio de Janeiro, 1935. p. 48-49.

Os números mencionados estão entre as únicas estatísticas conhecidas que indicam a referida decadência. Esses dois fatores, ocorridos no final dos anos 20 e início da década de 1930, além de mostrarem um *déficit* de exportação, contam com o recuo dos preços. Isso colaborou para que as grandes *obrages*, que ocupavam milhares de hectares na região, passassem a não ter mais a proporção viável em sua exploração, tanto no que diz respeito à quantidade do que era produzido, quanto no que se refere à economia que as *obrages* representavam. Tal situação fez com que várias *obrages* abrissem falência ou fossem hipotecadas pelo governo¹².

Ruy Christovam Wachovicz observa que

Assim, quando os governos paranaense e brasileiro, no final da década de 1920, começaram a falar em nacionalizar a região, política implantada após a revolução de 1930, encontraram o sistema das *obrages* em franca decadência, o que, aliás, veio facilitar a aplicação de tal política nacionalista. Quando nas décadas de 1930 e 1940 o sistema implantado não consegue mais encontrar sustentação econômica, inicia-se um processo de recuperação, por parte do Estado do Paraná e de capitalistas brasileiros, do controle da terra, na região. Essa recuperação ocorre tanto em benefício do Estado, como para os capitalistas particulares, através das companhias de colonização, organizadas para esta finalidade. Exemplificando: assim

¹¹ Outras informações referentes à produção de erva mate no início do século XX podem ser visualizadas In: CORREA FILHO, Virgílio. *Às sombras dos herveas matogrossenses*. São Paulo: Ed. São Paulo, 1925.

¹² A hipoteca não era garantia de sobrevivência para as *obrages*, porque muitas das dívidas que elas contraíam com o Estado, o próprio Estado repassava para outros credores que ele próprio tinha.

ocorreu a compra e posterior perda de controle das *obrages* por parte dos seus primitivos exploradores ou proprietários (WACHOVICZ, 1982, p. 159).

A política de nacionalização no oeste do estado do Paraná passou a ser pensada de forma mais intensa justamente porque havia um elevado número de trabalhadores paraguaios e proprietários argentinos nas margens do rio Paraná. Diante do que constata Wachovicz, várias Companhias Colonizadoras começam a fazer parte do cenário da região oeste do Paraná após a ruína das *obrages*, por exemplo, a Sociedade Petry, Meyer & Azambuja que passa a explorar e a colonizar uma área de aproximadamente 246 mil hectares; a Companhia Florestal do Paraná, que usufruiu em torno de 40 mil hectares e, após falir, foi comprada pela Colonizadora Gaúcha de Pinho e Terras que continuou com a mesma extensão de terras; a Lopeí ou Nuñes y Gibaja que trabalhou com cerca de 54 mil hectares; a Fazenda Britânia que compreendia 263 mil hectares de terras e que posteriormente teve domínios da Maripá em suas poções de terra (CF.: WACHOVICZ, 1982, p. 159-167). É interessante pensarmos que essas dimensões de terras eram na verdade enclaves no interior da Companhia Brasileira de Viação e Comércio (BRAVIACO)¹³, o maior latifúndio paranaense, que, desde o Império e durante a Primeira República, obteve concessões de terras com base na Lei de Terras nº 98/1892 do Governo do Paraná.

Antonio Marcos Myskiw, em sua tese sobre a Colônia Militar de Foz do Iguaçu,¹⁴ elabora uma sucinta análise dos livros de Colodel, Wachovicz e Westphalen. Ao trabalhar esses textos, que continuamente aparecem entre as primeiras historiografias do oeste paranaense sobre as fronteiras, Myskiw faz a seguinte observação sobre o livro de Westphalen:

Cecília Maria Westphalen destinou atenção em seu livro aos documentos iconográficos (mapas e fotografias) documentos cartoriais e de domínio de terras (requerimentos de concessões de terras, plantas e terrenos, títulos preventivos, provisórios e definitivos de terras) [...] apenas apresentou ao leitor um conjunto diversificado de fontes documentais que trazem a tona o conturbado cenário de apropriação de terras por colonos e empresas colonizadoras no Oeste Paranaense entre fins do século XIX e a segunda metade do século XX. Cecília Westphalen não construiu um texto cruzando fontes documentais às formas de acesso às terras e os conflitos agrários no

¹³ A Braviaco foi cessionária dos direitos da Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, sucedendo-a a partir de 1920, foi uma das maiores beneficiadas na concessão de terras devolutas desde o Império no Brasil.

¹⁴ MYSKIW, Antonio Marcos. *A fronteira como destino de viagem: a Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1888/1907)*. 2009. (Tese de Doutorado em História Social). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

Oeste Paranaense. A reflexão nascida a partir da leitura e análise das fontes documentais deveria ser feita pelo leitor (MYSKIW, 2009, p. 20).

Myskiw reconhece a importância e a diversidade do *corpus* de fontes que Westphalen utiliza, tece algumas reflexões sobre a forma como a obra é conduzida, aponta insuficiências analíticas que fazem parte do contexto da pesquisa e dos documentos averiguados pela autora, marcado pela profusão de discórdias no oeste paranaense no período de seus estudos e de suas fontes, o que Myskiw acentua com bastante zelo. Para a compreensão da função da fronteira entre Brasil e Paraguai naquele momento, a análise da autora era importante, justamente por se tratar de um conturbado momento no meio rural, questão que interferia diretamente nas relações dos dois Países.

O meio rural no oeste do estado do Paraná era, no final do século XIX até meados do século XX, um local de disputas que envolviam pessoas físicas, militares, grandes empresas – entre elas a Mate Laranjeira e outras Companhias Colonizadoras – estrangeiros¹⁵ e a própria União que concorriam a milhares de hectares de terras, onde havia significativa extração de erva-mate nativa que, geralmente, seguia para a Argentina, assim como a porções de terras que continham madeira de lei que propiciava lucro rápido¹⁶, nas porções extratoras e exploradoras das margens do rio Paraná grande parte do trabalho era realizado pelos *mensus*¹⁷, bem como sua área passa a ser uma região de colonização para os pequenos agricultores da própria região, e dos provindos de outros estados do Brasil.

¹⁵ “Na década de 1930 [...], constatou-se que a população existente na margem brasileira do rio Paraná, entre Guaíra e Foz do Iguaçu – espaço compreendido entre norte e sul (MAPA 01) – era de aproximadamente dez mil habitantes, dos quais apenas quinhentos eram brasileiros. Constatou-se que os governos anteriores [do Brasil] nunca haviam se interessado pela região e que, em consequência, a presença estrangeira era tanta que o Brasil não estava longe de ver aberto um caso de direito internacional na sua margem esquerda do Rio Paraná” (WACHOVICZ, 1982, p. 144). Essas informações vão ao encontro dos dados do Censo Brasileiro realizado no ano de 1920 que constatou a presença de aproximadamente 17 mil paraguaios vivendo no Brasil, a presença dos paraguaios no Brasil, em sua grande maioria nesta época, dava-se em Mato Grosso e Paraná, ou seja, às margens do Rio Paraná e Paraguai. A orientação laboral dos paraguaios que viviam no Brasil era no sentido de atender setores de mão de obra pesada, braçal. Embora se reconheça que uma parte considerável prestava serviço qualificado com o manejo da erva mate, gado, e madeira, especialmente quando se tratava de exportação.

¹⁶ Importante salientar que essas disputas eram violentas. O lucro rápido se dava em grande medida por que a mão de obra e o transporte tinham baixíssimos custos, uma vez que grande parte dela era paraguaia e funcionava com os *mensus* fazendo seus sistemas de empreitadas; e o transporte via Rio Paraná, onde os barcos a vapor levavam a erva mate, as catres/ marombas/ jangadas de madeiras amarradas umas às outras desciam o leito do rio Paraná de forma natural com o desnível do rio, chegando até a Argentina.

¹⁷ Era o nome atribuído ao indivíduo que se propunha a trabalhar braçalmente numa *obrage*, é equivalente a peão. Recebia por mês, ou pelo menos sua conta corrente era movimentada mensalmente. Vem do espanhol: mensual, i.e., mensalista. (Cf.: WACHOVICZ, 1982, p. 182).

Uma constatação nas obras de Westphalen, Wachovicz, Colodel e Arruda é a de que não há o enfrentamento conceitual em relação ao significado da fronteira. Especialmente no tocante à nacionalização das terras, das pessoas, da mão de obra, e das empresas que margeavam o rio Paraná no oeste do Estado, e no então sul de Mato Grosso. O contexto de produção das pesquisas era propício para a operacionalização dos conceitos sobre a fronteira, todavia não ocorreu, ou melhor, os objetivos dos autores não se propunham a discutir a problemática conceitual da fronteira.

José Augusto Colodel faz uma pesquisa ampla que abrange a percepção em torno de portugueses, espanhóis, indígenas e seus conflitos no oeste, desde os idos coloniais, sobre a organização e a atuação da *Comissão Estratégica* na região oeste, as *obrages* e os *obrageros*, a navegação a vapor no Alto Rio Paraná, a revolta de 1924 no oeste paranaense, as companhias colonizadoras na região de Santa Helena. Por último, enfatiza a vida em comunidade com destaque para a religião, as festas, o lazer. O autor apresenta um texto crítico sobre os discursos dos viajantes no oeste do Paraná, ao contrário do que se percebe em Westphalen.

Segundo Myskiw, “Ruy Christovam Wachovicz e Cecília Maria Westphalen ficaram incumbidos da coleta, seleção, catalogação de documentos escritos, iconográficos e de depoimentos orais que resultaram na publicação de dois livros sobre a história do Oeste do Paraná” (MYSKIW, 2009, p. 19).

Tal incumbência era justamente para recolher fontes e informações para compor um banco de dados sobre as diferentes experiências que marcavam o local – onde o Lago Internacional de Itaipu se localizaria quando do fechamento da barragem de Itaipu em 1982. Tais dados formariam uma espécie banco de memória do lugar. As equipes de arqueólogos, antropólogos e historiadores participaram de convênios entre a Itaipu, o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a Universidade Federal do Paraná (UFPR). As considerações de Myskiw sobre esta questão vão ao encontro daquilo que acreditamos. Parafraseando-o podemos concluir que não seria saudável aos referidos historiadores dar visibilidade aos conflitos agrários nos recortes temporais e espaciais de suas pesquisas, uma vez que eles estavam inseridos diretamente no âmbito dos interesses militares em fins dos anos 70 e início dos anos 80 (CF. MYSKIW, 2009, p. 21).

No sentido de mostrar a ocupação no oeste do Paraná, acrescentamos que a Guerra da Tríplice Aliança aparece nessa historiografia do oeste paranaense como resultado de uma

forma de povoação, de instalação e de institucionalização de aparatos de controle como, por exemplo, a Colônia Militar, o fortalecimento dos militares ao final da Guerra em relação ao sentimento de patriotismo, entre outras formas. É o que chamamos aqui de lições da Guerra que proporcionaram novos aparatos militares e diferentes formas de pensar, e que resistiram por algumas décadas como uma espécie de herança para as fronteiras entre os dois Países. Para José Augusto Colodel,

A descoberta e o efetivo povoamento brasileiro da região de Foz do Iguaçu começaram a tomar delineamentos mais concretos a partir do início da última década do século XIX. Após o término da Guerra do Paraguai (1865-1870) [sic], surgiu entre segmentos da oficialidade que compunham o Ministério da Guerra uma forte pressão no sentido da instalação de uma Colônia Militar naquelas paragens, localizadas mais a Oeste do território do Império. Alegavam esses militares, apoiados por grupos civis, que a região possuía um valor estratégico extremamente valioso e que era, no mínimo, temerário deixar esta importante área isenta de qualquer tipo de fiscalização por parte das autoridades imperiais. Nesse sentido, pleiteavam junto ao governo medidas que urgentemente agilisassem a fundação de uma Colônia Militar e também a construção de um Forte suficientemente aparelhado para opor obstáculos a quaisquer tipos de intervenções não pacíficas que ousassem empreender nossos vizinhos do Prata. Em seus planos também estava presente a ideia de fazer estacionar uma *flotinha da Marinha Nacional, nas águas brasileiras, no Magestoso Paraná*¹⁸(COLODEL, 1988, p. 37).

Em relação ao fim da Guerra da Tríplice Aliança, as demandas dos militares passaram a ser nacionalistas no que se refere à proteção e ao povoamento da região que aparece como fronteira nessa historiografia. Para Colodel, a Colônia Militar foi um dos organismos construídos com o fim da Guerra, diríamos sim, uma lição da Guerra. Por outro lado, Myskiw aponta vários aspectos que taxam a Colônia Militar como a responsável por deixar ocorrer um vagaroso crescimento rural e urbano, passando ela própria por dificuldades. Colodel em seu livro mostra alguns dos desmandos que ocorriam na Colônia Militar, bem como as falhas que a levaram à extinção. Para Wachovicz, as divergências internas e a má administração por parte dos militares formam os elementos responsáveis pelo fim da Colônia na região.

Com o fim das *obrages* e com o enfraquecimento da Colônia Militar e sua tentativa de povoar a região, houve a inserção das companhias colonizadoras. Estabelece-se assim a

¹⁸ Grifo. BRITO, José Maria de. *Descoberta de Foz do Iguassú e Fundação da Colônia Militar*. In: Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Curitiba, S. Edit. 1977. V. 32, p. 45-72.

principal característica de ocupação do oeste do Paraná e que marca a região até a atualidade, representada por pequenas propriedades adquiridas e habitadas por descendentes de europeus advindos do Sul do País, produzindo para subsistência e para compra e venda, conforme denotam Westphalen, Wachovicz e Colodel. A leitura e a releitura desses autores mostram o contexto de vida presente em suas pesquisas, os trabalhos contribuíram para a nova historiografia do oeste do Paraná. Se eles não deram ênfase diretamente aos conflitos agrários ocorridos nessa região e não se propuseram a discutir o sentido da fronteira naquele momento, criaram mecanismos inteligíveis para que essa escrita pudesse surgir posteriormente, até mesmo em outras produções de suas autorias.

Outro autor importante nesse cabedal de reflexões, mencionado anteriormente, é Gilmar Arruda o qual faz estudo inovador com o objetivo de fugir das ‘escrituras’ que obedecem às insígnias do poder – geralmente uma história escrita de dentro dos gabinetes políticos. O autor efetua sua análise tratando das dificuldades dos trabalhadores da Mate Laranjeira: uma mescla de brasileiros e paraguaios que trabalhavam até a década de 1930 no sul de Mato Grosso e no extremo oeste do Paraná. Consideramos que seu objetivo central de análise não é a fronteira, mas implicitamente a ocorrência da fronteira se apresenta em seu livro; contudo, ao percorrer seu estudo, notamos que a fronteira surge como um espaço naturalizado entre as pessoas, a Companhia e o Estado. É necessário esclarecer que o ponto central da pesquisa de Arruda são os trabalhadores da Mate Laranjeira. Nas palavras do autor:

A região sul de Mato Grosso compreendida entre o rio Paraná, Paraguai, fronteira do Paraguai e o rio Pardo foi, durante cerca de meio século, entre 1890-1940, palco da ação da Companhia Matte Larangeira, arrendatária dos terrenos devolutos e dos ervais nativos ali existentes (ARRUDA, 1997, p. 17).

A noção de fronteira aparece em Arruda como um elemento geográfico – os rios, as plantas nativas, os ervais. Ela ocorre como uma forma fixa, regida pela formação natural do espaço, a natureza é a própria fronteira. Na leitura do livro, notamos também que o autor deixa transparecer que os agentes envolvidos nessa fronteira não estão preparados para entender uma fronteira fluida, mas viviam-na intensamente. Segundo Arruda, “isto se considerarmos a fronteira política, pois os ervais estendiam-se pelo Paraguai por uma vasta área. Note-se que o conceito de ‘fronteiras’ era muito fluído para os homens que trabalhavam e viviam naquela região naquele momento” (ARRUDA, 1997, p. 30).

Outras passagens em Arruda fortalecem essa percepção: “As práticas de resistência [...] constituíam uma tradição de um grupo de trabalhadores específicos, os paraguaios, presentes em toda a região fronteiriça” (ARRUDA, 1997, p. 121). Em seguida enfatiza “a presença destes trabalhadores na fronteira e sua influência pode ser medida, à primeira vista, pela predominância do idioma guarani, tanto nos ervais como em toda a região” (ARRUDA, 1997, p. 121).

A iniciativa de Arruda em não adentrar o mundo dos patrões para perceber o sentido da vida dos trabalhadores da Mate Laranjeira mostra seu intento e esforço na direção de uma história social nas fronteiras físicas entre Brasil e Paraguai na passagem do século XIX para o XX. Por outro lado, a ocorrência da fronteira aparece apenas enquanto uma delimitação do espaço, ou seja, não houve novas perspectivas historiográficas para os sujeitos fronteiriços que estavam inseridos nesse espaço regional internacional. Por se tratar de uma proposta inovadora, o autor atingiria tal aspecto em sua análise com os elementos que estavam se apresentando em sua pesquisa. Os estudos e o referencial manejados pelo autor fazem menção para isso; porém, como já salientamos, o interesse da análise era outro.

De forma alguma temos a intenção de fazer com que a perspectiva dos autores que se destacam ao escrever sobre a história do oeste se torne um paradigma da historiografia no que se relaciona à designação de fronteira na passagem do século XIX para o XX, em porções do oeste brasileiro, até porque há outros autores e obras que contribuem nesse sentido. No entanto, esse é um ponto de partida importante para se refletir sobre a ocorrência da fronteira, sobre qual definição direcionava as pesquisas dos referidos estudiosos, ou o que os levou a compreender a fronteira como um espaço determinado e, muitas vezes, natural.

Registramos que, no contexto da expansão agrícola no interior do Brasil entre os séculos XX e início do XXI, a categoria fronteira adquire novos elementos de estudo, novas demandas práticas e intelectuais de significado e função. É visível que houve amadurecimento no tratamento de sua definição; pois, em alguns estudos, a fronteira aparecia apenas como uma coadjuvante da história, um cenário imóvel que trazia a ocorrência histórica de um determinado período.

A fronteira nas Ciências Humanas e Sociais, a partir dessas novas demandas, passa a ter um enfoque de protagonista, carecendo a todo o momento ser interrogada, problematizada, analisada e definida na idiosincrasia do objeto de estudo que a cerca. Ou seja, a fronteira não

é mais apenas a paisagem petrificada, são os objetos que servem para cerceá-la com novas significações, criando com isso as diversidades de fronteiras.

Ao propormos uma discussão historiográfica que procura mostrar inovações da categoria fronteira, chamamos a atenção para questões que podem ser confundidas, caso não estejam explícitas. Importa retomarmos alguns escritos que apontam para a diversidade do objeto, partindo de aspectos mais amplos até se chegar ao oeste, sem confundir tal objeto com a proposta teórico-metodológica – a descontinuidade do sentido e da ocorrência da fronteira. Sublinhamos que a polissemia não quer dizer descontinuidade, pois percebemos caracteres contínuos até mesmo quando se altera a função e o sentido do objeto.

Nesse momento, duas questões são relevantes para compreender a fronteira: a *frente de expansão* e a *frente pioneira*. Retomamos as reflexões do sociólogo José de Souza Martins – em pesquisas realizadas entre os anos de 1970 e 1990 – quando ele reconhece a *frente de expansão* como uma atuação de caráter privado, marcada pela tensão, não assumindo forma de mercadoria, ou seja, essa *frente* não pode ser contida dentro da fronteira econômica, posto que a terra pode ser ocupada, mas não comprada. Nesse sentido, identificamos uma forma de migração para os espaços fronteiros, que é marcada pela condição das pessoas em adentrar novos espaços, sendo uma condicionante social.

Em relação à *frente pioneira*, ela se caracteriza pela vinda de pessoas para atuar junto às terras tornando-as acessíveis; nessa *frente* há a incorporação de terras em uma economia de mercado em que a terra é comprada. O principal antagonismo entre as duas *frentes* gira em torno de um valor – o da propriedade da terra. Isso se dá de maneira intensa e convergente na busca de propriedades, pois cria e propicia uma ampla gama de relações histórico-sociais nas áreas atingidas, muitas delas fronteiriças. (CF.: MARTINS, 2009, p. 131-167). Na *frente pioneira* o movimento que ocorre é a migração singularizada pela entrada de capital.

Ao utilizarmos o conjunto de definições de Martins para operacionalizar a teoria das *frentes de expansão e pioneira*, em relação à demanda de terras feita por brasileiros que ultrapassam as fronteiras físicas entre o Brasil e o Paraguai, percebemos que o espaço que os agricultores brasileiros utilizam para trabalhar no Paraguai perpassa pelas duas *frentes*, posto que ele atende a processos diferenciados, tanto por parte de especuladores que vivem da prática da compra e venda de propriedades no País vizinho e também no Brasil, o que representa a entrada de capital por parte de um deslocamento populacional espontâneo, em

que o fator determinante é a produção de meios de sobrevivência, o que representa a entrada de milhares de pessoas, ou seja, uma demanda social.

Muito embora a prática de comercialização que pontuamos acima não seja regulada ou regulamentada como forma de aquisição documental da propriedade para brasileiros no País vizinho, esse trâmite é visto pelos agricultores como um mecanismo que não adquire uma configuração de comércio de terras para capitalização, mas sim como forma de reprodução social e de manutenção da agricultura. Nesse sentido a terra enquanto propriedade não é compreendida como um bem que pode ser vendido e comprado a qualquer momento, mas como um modo de demanda social que é exercida sobre os agricultores. São duas lógicas diferentes que se mostraram atuantes num único conjunto em relação à propriedade de terras para brasileiros no Paraguai.

As reflexões de Martins possuem pontos de efervescência; observamos que, na segunda metade do século XX, o movimento agrário interno no Brasil se dispersou alcançando territórios internacionais: as fronteiras do Paraguai, e em menor grau às da Argentina. Tais fronteiras são transpassadas pelo referido movimento que busca ‘terras férteis e baratas’. Essa ação é vista por grande parte dos paraguaios como uma invasão brasileira àquele País; desse modo, o paraguaio classifica o Brasil como imperialista.

1.2 - HISTORIOGRAFIAS DA FRONTEIRA: INOVAÇÕES NO OESTE

Os resultados dos estudos de José de Souza Martins sobre o adentramento humano em áreas de fronteira contribuem para o desenvolvimento da nossa pesquisa e de vários outros estudos sobre o tema no Brasil. Reconhecemos que há diferenças e que o conjunto historiográfico, que cronologicamente apresentamos a partir desse momento, compreende outras bases empíricas, outros campos de estudo que fazem parte de diferentes historicidades. Todavia, tal campo contribui para uma percepção mais ampla do tema e traz novidades em relação aos estudos sobre a fronteira e os fronteiriços. No que se refere aos livros anteriormente elencados, buscamos verticalizar os estudos voltando-nos especificamente ao nosso campo de pesquisa.

Um estudo amplo e em pleno desenvolvimento relativo às fronteiras brasileiras e paraguaias é desenvolvido por Marcia Anita Sprandel¹⁹, sua produção se destaca, desde o final dos anos 1980, e se configura até a atualidade como um conjunto de obras que pontua uma variedade de questões e problematiza objetos que circundam a fronteira, como a entrada e o retorno de brasileiros do Paraguai. A análise de Sprandel compreende em grande medida seus esforços de pesquisas para o mestrado, o doutorado e para outros projetos. Sua obra é marcada por um rico conjunto de fontes, constituindo-se em um estudo epistemológico de bastante fôlego. Procuramos enfatizar, nesse momento, o como Sprandel ordena uma estratificação social que, segundo ela, pode ser percebida em seis pontos para se compreender o fronteiriço brasileiro que entra no Paraguai.

Esses pontos expressam dinâmicas entre economias urbanas e especialmente rurais em municípios compostos por um conjunto rural expressivo, seja em relação a propriedades de terras, seja em relação aos trabalhadores rurais no Brasil que, em grande medida, se deslocaram para o Paraguai, mantendo estratificação social semelhante a que havia no Brasil. Segundo a autora,

1) Proprietários de terras, comerciantes e madeireiros, com documentos regularizados e com estratégias de integração plena na vida política e econômica local; 2) Pequenos proprietários de terra com algumas outras atividades (arrendamentos, assalariado rural, motorista de caminhão e de máquinas agrícolas), espalhadas por toda faixa de fronteira; 3) Empregados nos setores agrícola, comercial e madeireiro; 4) arrendatários no Alto Paraná que hoje são peões que trabalham em outros departamentos de forte presença brasileira; 5) Os que estão em situação marginal (prostitutas, prisioneiros, meninos e meninas em situação de risco, etc.); 6) Aqueles ligados ao crime organizado (quadrilhas de roubo de carros, tráfico de drogas, recrutamento de prostitutas e jogos de azar) (CF.: SPRANDEL, 2000).

Nesse ponto, muito daquilo que discutimos emoldura-se em relação ao tratamento da pluralidade em torno do significado de fronteira e de fronteiriço; entretanto, reconhecemos

¹⁹ Sprandel produziu e produz pesquisas de fôlego sobre os brasiguaios, com inúmeros textos e resultados que abordam a temática, bem como apresenta resultados interessantes sobre enfoques diversos com relação ao Brasil e ao Paraguai. Tem experiência de pesquisa na Coordenadoria de Conflitos Agrários do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (CCA/ MIRAD), em Brasília, e, sobretudo, na Associação Brasileira de Antropologia (ABA) no Grupo de Trabalho sobre Migrações Internacionais. Sprandel, embora atuasse como funcionária do órgão acima citado no Brasil, com acesso a pessoas, entrevistas, documentos, fotografias, cartas, telegramas, notas, moções, entre outras fontes, sempre atuou em suas pesquisas de modo imparcial em relação aos problemas da questão agrária e às pessoas nela envolvidas. As denúncias recebidas pelo Órgão fizeram com que a autora tivesse, segundo ela, “a nítida impressão de estar descobrindo o Brasil, mais precisamente o interior do Brasil” (SPRANDEL, 1992, p. 07). Em várias oportunidades a autora atuou como conselheira do governo brasileiro nas relações Brasil/ Paraguai, bem como na temática relativa ao Mercosul, atualmente é Conselheira no Senado.

que algumas questões sociais fogem do nosso alcance analítico, especialmente no tocante ao questionamento sobre serem essas possíveis estratificações conceitos sociológicos ou antropológicos, posto que no interior da historiografia essa discussão pareça um tanto quanto dispersa. As estratificações enquanto categorias nativas – ao que parece – se apresentam como uma forma bastante atraente de compreensão, embora não demonstrem uma concepção determinante daquilo que realmente os sujeitos fronteiriços desenvolvem como prática de sociabilidade.

O que percebemos é a diversidade laboral e conceitual que muitas vezes é naturalizada enquanto prática social pelas pessoas que reelaboram o sentido e a função da fronteira em seu modo de vida, justamente por que vivificam seus diversos significados. Esses significados aparecem para os fronteiriços conforme as necessidades impostas por questões diversas, como a falta de recursos monetários, a saúde, a escola, o conforto que encontram em outras paragens, entre outras necessidades e possibilidades. As necessidades e experiências práticas das pessoas, não aparecem como sinônimo da possibilidade de classificá-las em relação ao que elas fazem, ou em relação à forma como elas constroem suas ações na fronteira, mas sim, como ocasionadas por uma historicidade própria e vivificada.

Destacamos agora o livro organizado por Marcos Antonio Lopes, intitulado *Espaços da memória: Fronteiras*, publicado no ano de 2000. Texto comemorativo que faz alusão aos dez anos de criação do Centro de Estudos, Pesquisas e Documentação da América Latina (CEPEDAL) que funciona na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, *campus* de Marechal Cândido Rondon, e tem como objetivo mostrar a necessidade de preservação das fontes no oeste paranaense. Pontuamos aqui três capítulos que contribuem para a nossa discussão: um referente ao texto de José Adilçon Campigoto *Peabiru: para além do contexto*; outro, ao de Valdir Gregory *Colonização e fronteiras: o caso do Estado do Paraná (1930-1960)*; e ainda outro, ao de José Carlos dos Santos e José Erondy Iurkiv, *A produção historiográfica na produção do regional*. Textos que propõem balanços historiográficos, sobretudo, novas discussões sobre a questão rural no oeste do Paraná.

Os três capítulos abrem um leque interessante para a produção das relações que decorrem dos espaços fronteiriços a partir de um enfoque particularizado; entretanto, apresentam uma unidade interessante para pensar o oeste do Paraná como um local que, no contexto global, se tornou um lugar de disputas, um universo plural, justamente por congrega uma variedade de possibilidades de pesquisas. Nesse sentido, a perspectiva sobre a fronteira

aparece muito bem representada, dado a afirmação da fronteira como limite nesse espaço com o Paraguai, como também em vista das manifestações que ali ocorrem. São histórias de caboclos, de migrantes endógenos e exógenos, de indígenas, de lutas de terras, de grandes obras, de acesso ao Paraguai, construídas por meio de um discurso crítico sobre o oeste, discurso que consegue mediar a empolgação dos historiadores por causa da diversidade que existe com o distanciamento do campo de pesquisa, oportunizando uma história sensível do oeste do estado do Paraná.

Na sequência, apresentamos a pesquisa de mestrado de Liliane da Costa Freitag (2001), que deu origem ao livro intitulado *Fronteiras perigosas: migração e brasilidade no extremo-oeste paranaense*. O livro prioriza uma temporalidade que vai de 1937 a 1954, período em que ocorre a colonização rural desse espaço e em que se percebe a inserção das companhias colonizadoras de capital privado, e que segundo a autora, vão buscar construir um espaço de colonização no extremo-oeste. No estudo de Freitag, a fronteira internacional²⁰, o Estado, a religião e o capital financeiro são elementos chave de discussão, o debate ocorre baseado em um *corpus* documental muito rico que vai sendo coletado desde o início dos anos 90. Seu *corpus* de fonte congrega várias tipologias, sua escrita perpassa a história oral, museus, biblioteca nacional, biblioteca do exército, fundações de economia e estatísticas. A autora passa um “pente fino” no extremo-oeste em busca de fontes. Vale lembrar que sua reflexão sobre a fronteira está longe de constituir um consenso, posto que ela lança um “novo olhar” para contribuir com a compreensão do que chama de ‘espaço fronteiro constituído’, ampliando a possibilidade de novas definições e novos estudos.

Freitag alerta para a problemática do espaço como um limite em si para a pesquisa, uma vez que é necessário preservar certas especificidades do local em um contexto mais amplo. A partir dessa perspectiva adotada pela autora, é possível ampliar a compreensão sobre a área de análise, sem necessariamente aumentar a área espacial. A autora destaca a forte presença de estrangeiros, colocando – no contexto do recorte da pesquisa – a fronteira do Brasil sob frequente ameaça; com isso os projetos políticos emanam um discurso de consciência nacional e uma série de práticas de “defesa” desse espaço. É cabível destacarmos

²⁰ É comum os autores que trabalham com a temática fazerem menção à fronteira entre Brasil e Paraguai, assim como à fronteira entre outros países circunvizinhos ao Brasil como uma fronteira internacional, embora se reconheça a individualidade dos Estados nacionais e o fato de estes fazerem com que tal entendimento seja correto. Os meios políticos tratam a fronteira entre os países como fronteiras regionais, fazendo parte de uma relação harmônica entre os diversos países da região, em todo caso a nossa utilização do termo se dá como “fronteira regional/ internacional”.

que alguns pontos de vista da autora – admitida por ela mesma – sobre a questão fronteiriça sofreram alterações, mas que, todavia ainda não foram publicados.

No ano de 2002, Valdir Gregory publica o livro *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná*, resultado de pesquisa que faz parte de seus estudos para o doutorado, onde aborda a migração de europeus e descendentes durante os séculos XIX e XX. Nesse estudo, a ideia de migração é também vista como ocupação e como construção do território oeste paranaense, mas sob uma perspectiva das fronteiras nacionais, o que vai ocorrer é que a espacialidade oeste paranaense se estende para as zonas próximas ao Paraguai e à Argentina, mas não com o intuito de invasão. Segundo o autor,

No que tange à ocupação do território, foi promovida uma ação administrativa agressiva através do programa “Marcha para o Oeste”. Em regiões de fronteiras nacionais, como era o caso do Sudoeste e do Oeste Paranaense, onde a população e a economia possuíam laços estreitos com argentinos e paraguaios, a atuação do poder público buscava evidenciar e explicar os sentimentos nacionalistas. (GREGORY, 2002, p. 65).

Nesse sentido, entendemos como ação administrativa agressiva, no plano das respectivas políticas de governo, as estratégias de reaproximação entre Brasil e Paraguai com o favorecimento da entrada de brasileiros no Paraguai. Contudo, concordamos com o autor, pois a presença de milhares de brasileiros no Paraguai não foi somente obra das políticas governamentais dos dois Países com *A marcha para o Oeste* no Brasil, e a *Marcha se hace al Este* no Paraguai. Houve a junção de um processo espontâneo de deslocamento populacional devido à concentração da propriedade fundiária nos estados do Sul e Sudeste do Brasil, no início da segunda metade do século XX.

Gregory atenta para o fato de a busca pela propriedade rural ter-se mostrado de difícil resolução com o problema da titulação das terras, sobretudo no Oeste paranaense, com a sobreposição de títulos de terras, o que gerou grande instabilidade. Destaca que o movimento migratório ao Paraguai veio ao encontro de interesses geopolíticos do governo brasileiro no sentido de ele ter maior controle civil nos espaços das fronteiras no oeste; veio também ao encontro de interesses do governo paraguaio que visava a desenvolver a agricultura no Leste do País. As considerações do autor terminam, ao tratar da questão da crise colonial numa situação de fronteira colonial. O estudo apresenta vários aspectos novos para a historiografia do oeste paranaense, mas não ultrapassa a fronteira com o Paraguai, restringindo a discussão ao Brasil.

Ainda no mesmo ano de 2002, o geógrafo francês Sylvain Souchaud publica o livro intitulado *Geografía de la migración brasileña en Paraguay* – pesquisa derivada de sua tese de doutoramento – publicado originalmente em francês, em 2002, e, em espanhol, no ano de 2007. O autor aponta para as transformações do espaço paraguaio com a influência de milhares de brasileiros e descendentes residindo e trabalhando especialmente no leste paraguaio, o geógrafo rompe com perspectivas tradicionais da área de estudos que dispunha naquele contexto (finais dos anos 1990) que destacavam apenas recomposições territoriais do País. Sua pesquisa é pertinente para nós e apresenta um ponto de vista fundamental para os estudos do Paraguai na contemporaneidade.

O autor tem sólida formação em História e em Geografia, e introduz-nos em um ambiente em efervescência onde as questões para entender o desenvolvimento social, econômico e político do leste do Paraguai fogem ao controle do Estado, estando vinculadas a um amplo processo migratório, especialmente composto por brasileiros que adentram a região Oriental do País. Souchaud elabora análise profunda do impacto desse movimento humano demonstrando as estratégias que são criadas e praticadas na região com a profusão de novas tecnologias agrícolas, e novo elemento humano, o que forma um território fronteiro diferenciado com a atuação de novos atores históricos e sociais. Da mesma forma que o estudo de Gregory apresenta os sujeitos sociais no oeste do Paraná, a pesquisa de Souchaud é importante componente da história do Paraguai contemporâneo, porém sua percepção sobre a fronteira se limita ao País guarani, não abordando as especificidades do lado brasileiro.

É importante destacar que as pesquisas sobre as relações entre Brasil e Paraguai retomam pontos comuns entre os dois Países, nesse momento o tratamento especifica-se em torno da pesquisa de Ivone Teresinha Carletto de Lima que publica *Itaipu: as faces de um mega projeto de desenvolvimento*, em 2006. Resultado de sua tese de doutoramento, o livro denota um dos marcos importantes resultante das relações entre Brasil e Paraguai, um projeto gigantesco aos moldes dos governos militares daquele contexto, ou seja, a maior usina hidrelétrica do mundo: Itaipu.

A autora não mostra Itaipu apenas como uma engenhosa máquina de desenvolvimento, ela enfatiza o impacto ambiental, os caracteres sociais, os expropriados, as indenizações, a resistência, entre outras análises. O livro visualiza Itaipu como uma obra polêmica em várias frentes. A questão internacional é importante de ser percebida em relação às fronteiras, não apenas no Brasil e no Paraguai, mas também na Argentina com a construção

de Yacyretá²¹. A Argentina tornar-se-ia uma potência energética, ou seja, as hidrelétricas se mostram como uma questão de imposição de poder na América do Sul, em que o pano de fundo é o domínio energético.

Segundo Carletto de Lima, a Itaipu provocou uma nova territorialização e acondicionamento socioeconômico no oeste do Paraná e em parte do leste paraguaio, todavia, os impactos da Hidroelétrica, no livro da autora, ocorrem com maior intensidade, no lado brasileiro; poucas páginas tratam das questões de Itaipu no Paraguai, são destacados, de forma geral, dados estatísticos sobre a situação de agricultores e indígenas. Cumpre observarmos que o livro evidencia a Itaipu como uma agente entre os dois países, fazendo da fronteira entre Brasil e Paraguai um dispositivo com papel dinamizador influente. A obra se mostra como uma importante produção acadêmica sobre o tema.

Relativamente ao livro organizado por Erneldo Schallenberger (2006), intitulado *Cultura e memória social: territórios em construção*; observamos que ele é composto por sete capítulos independentes produzidos por professores universitários em atuação no oeste do Paraná. Trata de temas diretamente ligados à categoria fronteira como, por exemplo, identidades culturais, campesinato e camponeses, fenômeno étnico, família, religião, comunidade, planejamento e desenvolvimento sócio-histórico e sócio-político, questões agrárias e rurais e seus trabalhadores, escolas e seus modelos, desafios. Queremos com isso mostrar que o oeste, de alguma maneira, enfrentou e enfrenta questões surgidas nesses pontos de discussão e cria meios de difusão e reflexão para tal, atentando para o fato de que outras iniciativas existem e possuem tanta importância quanta as já mencionadas.

Cultura e memória social: territórios em construção ressalta matrizes históricas, sociológicas e antropológicas na formação da região oeste do Paraná, sinalizando para a

²¹No Tratado de Yacyretá, de 03 de dezembro de 1973, o então Presidente da República da Argentina Tenente General Juan Domingo Perón e o então Presidente da República do Paraguai General do Exército Alfredo Stroessner retomam o Convênio de Cooperação Mútua, de 23 de janeiro de 1958, entre Argentina e Paraguai para realizar estudos técnicos na intenção de produzir energia elétrica no rio Paraná na altura das ilhas de Yacyretá e de Apipé e para melhorar as condições de navegabilidade no rio. A primeira turbina inaugurada na Usina Hidrelétrica de Yacyretá ocorreu em 1994, porém a obra, como planejada entre os dois Países, foi inaugurada de forma plena apenas no ano de 2011, praticamente quatro décadas após ter sido iniciada. Como toda grande obra – característica que marcou os governos militares na América do Sul – Yacyretá se transformou ao longo das décadas em um poço de corrupção e é considerada por analistas como um fracasso, muito embora a perspectiva com sua capacidade instalada seja gerar em torno de 60% da energia produzida na Argentina, e 22% do total que ela consome. Ao Paraguai esses números acompanham, porém o País também conta com o empreendimento binacional com a Itaipu em parceria com o Brasil, desde 1982. Yacyretá também provocou danos ao meio ambiente, cobrindo nichos naturais e de turismo, bem como cerca de 80 mil pessoas tiveram que abandonar a região com o alagamento para o reservatório de água. (CF.: TRATADO DE YACYRETÁ DE 03/12/1973), dados recolhidos do site (<http://www.eby.gov.py>); acessado em 20/08/2013. Ver também (RELATÓRIO DA VISITA TÉCNICA DE 05 E 06/07/2012), realizado em parceria com a Itaipu.

especificidade da vivência das pessoas, o que colabora de maneira efetiva, para a formação social do espaço e para a composição da fronteira oeste. O livro compõe uma intrínseca discussão sobre as relações de poder que se tornaram visíveis no contexto de formação regional do espaço, tais relações se projetam como um processo de apropriação na região oeste do Paraná. Os conceitos de fronteiras políticas e fronteiras agrícolas são construídos na obra, por meio da apresentação de conflitos e contradições, deslocamentos e afirmações, singularidades e pluralidade, em que as relações de poder fomentaram a apropriação do espaço e a construção de territorialidades. No estudo, as fronteiras atuam como um produto das representações simbólicas e materiais das pessoas, tanto na referência cultural quanto na organização social, esses são elementos relevantes na historiografia sobre o oeste do Paraná.

Ainda no ano de 2006, ocorre a publicação do livro intitulado *Abordagens historiográficas na Fronteira*; organizado por German Sterling da Uniamérica – PR, que põe a fronteira em diálogo com vários e diferentes aspectos, como a música, o recurso didático, o movimento operário, o filme, a vulnerabilidade de DST'S e AIDS, as trajetórias de vida, a dialética, os viajantes, o multiculturalismo, a cultura, a etnografia. Uma produção realizada na academia, mas que vai além das especificidades da academia e apresenta a fronteira como um recurso social/ didático de aprendizagem para vários níveis de escolaridade. O livro resulta de um encontro de pesquisadores da área de história que trabalham com uma diversidade de temas no oeste do Paraná, alguns apresentaram propostas até então inexploradas apontando para a possibilidade de adentrar a fronteira por vieses possíveis de estabelecer diálogo cotidiano com as problemáticas fronteiriças, com o local onde moram.

Elencamos nesse conjunto historiográfico a fonte bibliográfica intitulada *Memórias dos movimentos sociais no oeste do Paraná*, em que Frank Antonio Mezzomo em 2009 publica, em forma de livro, três entrevistas relativas às influências, especialmente as religiosas, nos movimentos sociais no oeste do Paraná. A publicação é a narrativa de dois pastores da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) – pastor Gernote Gilberto Kirinus e pastor Werner Fuchs – e a narrativa do padre católico Adriano van de Ven. A fonte trata de um período de complexas confluências com os desapropriados da Itaipu, mais precisamente a partir de 1978, até meados dos anos 80, mostrando convergências e divergências entre os meios políticos, sociais e as religiosidades.

O debate político é intenso nessa fonte, justamente porque Kirinus se elege Deputado Estadual, por meio da organização da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e das Conferências

Eclesiais de Base (CEB'S) e atua até 1992 no legislativo paranaense, fazendo oposição à Itaipu. Nesse período ocorre a tensão política por causa do contexto governamental militar no Brasil. O propósito central dessa fonte é mostrar a reivindicação “terra por terra e terra no Paraná” e não “terra por dinheiro”. É um debate intenso que tinha de um lado os pequenos agricultores da região de alagamento de Itaipu e de outro o governo militar operando por detrás dos interesses de Itaipu, um verdadeiro conflito fronteiriço.

As propostas com base na diversidade como apontaram acima, faz do livro de Mezzomo uma apreciação da fronteira, dos fronteiriços e dos materiais que esses compartilham no espaço da tríplice fronteira. O conjunto de artigos provoca uma história fronteiriça fundamentada em aportes teóricos construídos a partir da formação identitária do local como um componente global, bem como da alteridade. Nesse sentido, os componentes epistemológicos da pesquisa histórica podem ser vistos por todos os lados – Brasil, Paraguai, Argentina – onde, a cada dia, a todo o momento, ocorre a reconstrução das relações sociais e culturais, representando ora a harmonia, ora o conflito – característica por excelência da tríplice fronteira.

Outra publicação que apresenta disposições sobre a variedade que faz parte da tríplice fronteira decorre do ano de 2008, quando, na Argentina, mais propriamente na cidade de Posadas, houve o *IX Congreso Argentino de Antropología Social* que discutiu resultados de pesquisas sobre a tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina. No ano de 2010, Silvia Montenegro e Verónica Giménez Béliveau organizaram o livro intitulado *La triple Frontera: dinámicas culturales y procesos transnacionales*, momento em que disponibilizaram os resultados do Congresso de 2008. São oito capítulos de sociólogos, antropólogos e cientistas sociais, provenientes de Universidades do Brasil, Argentina, Estados Unidos e França. O tratamento da fronteira pelos autores se dá como um objeto que desafia o pesquisador e se altera a todo o momento. Os capítulos são fruto de pesquisas sólidas em campo, diretamente ligadas ao universo sociocultural que se apresentou para os estudos em seus devidos contextos, trazendo à baila temas como o narcotráfico, o terrorismo internacional, o comércio ilegal, corrupção, contrabando em um ambiente permeado dessas histórias, a tríplice fronteira.

Vale observarmos que as pesquisas dos autores sobre a tríplice fronteira não partem da observação de um espaço social pré-concebido, mas sim de dados de pesquisas que vão sendo construídas nesse espaço, o que evidencia a dinâmica dos estudos e também do espaço

estudado, pois se entende que as especificidades dessa fronteira devem ser cunhadas na particularidade de cada campo e de cada contexto. As viagens e as permanências dos pesquisadores no ambiente de pesquisa atestam a qualidade dos textos e dos resultados dos estudos, bem como compreendem o empirismo das análises. Uma questão comum pode ser destacada para todos os trabalhos que compõem o livro: “la pregunta sobre las transformaciones de un territorio circunscripto a un espacio de fronteras sudamericano y la forma en que social y culturalmente este es construido y reconstruido” (BÉLIVEAU; MONTENEGRO, 2010, p. 14). cremos que a resposta dessa questão marca a dinâmica sobre o espaço e conduz à compreensão de como se dá a manutenção do poder estatal dos países envolvidos no sentido de ser um aparato controlador dos fluxos legais e ilegais entre Brasil, Argentina e Paraguai. Registramos que, ao mesmo tempo em que a tríplice fronteira é vista como um local singular na construção de identidades, na mobilidade dos sujeitos, das mercadorias e na percepção étnica, esse espaço fronteiro caracteriza distinções e semelhanças ímpares entre centro e periferia. Além disso, o referido livro traz elementos novos e desafiadores de pesquisas e atende aos três lados da fronteira – Brasil, Argentina e Paraguai –, embora, em grande medida, marque uma publicação mais ligada às pesquisas no meio urbano.

A seguir, destacamos o estudo do sociólogo José Lindomar Coelho Albuquerque, no livro intitulado *A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai* (2010), em que a temática em relação aos brasiguaios é reforçada com o olhar aprimorado do autor como objeto de estudo de sua tese de doutorado. Segundo ele, “a dinâmica das fronteiras brasiguaias pode ser melhor compreendida a partir dos diálogos com as teorias que pensam a fronteira como espaço liminar no contexto do pós-colonialismo e dos fluxos globais” (COELHO ALBUQUERQUE, 2010, p. 48).

A aproximação ao ponto de vista pós-colonialista mostra relações assimétricas e probabilidades de traduções e hibridismos culturais. Essas perspectivas também não são livres de interpretações, pois atuam com definições encadeadas a questões raciais, étnicas e nacionais. Tais dinâmicas fronteiriças denotam que é necessário

Perceber os limites dessas abordagens e acentuar as relações de poder e as tensões entre os Estados nacionais, os imigrantes brasileiros e a sociedade paraguaia a partir do cenário das relações fronteiriças. Entender a fronteira como um espaço de tensão não significa dizer que eu somente esteja considerando as ações conflituosas, mas principalmente as formas ambivalentes de conflitos e de integração[...]. Na compreensão da dinâmica

das fronteiras *brasiguaias* tento articular os conceitos de frente de expansão econômica, imigração fronteiriça, fronteiras híbridas e identidades reforçadas como forma de compreender os deslocamentos, os fluxos de pessoas e mercadorias, os conflitos, as misturas linguísticas, as estratégias de cidadania e as identidades negociadas e situadas neste espaço singular que se configuram múltiplas fronteiras. (COELHO ALBUQUERQUE, 2010, p, 57)

Coelho Albuquerque trabalha com análises que buscam maior compreensão conceitual enquanto propostas de definição no interior do texto. Didaticamente é uma forma interessante de ir ao encontro daquilo que queremos saber/ entender; por outro lado, pensamos que essa escolha metodológica implica separação de questões que são contíguas a compreensões teóricas e metodológicas. Essa proposta fica evidente nas preocupações teóricas do próprio autor, o que de certa forma também congrega nossas inquietações enquanto historiadores. Para o autor,

A complexa realidade fronteiriça não pode ser apreendida a partir de conceitos sociológicos separados. A compreensão da fronteira como espaço contraditório de integração e conflito me inspirou a pensar a junção e a tensão entre os conceitos como uma forma de apreender o sentido da experiência fronteiriça. Nessa perspectiva, durante todo o texto os conceitos de classe social, etnia, nação e civilização se integram ou se opõem na construção da dinâmica das fronteiras nacionais como espaços sociais de integração, tensão e poder (COELHO ALBUQUERQUE, 2010, p, 20).

Com efeito, é difícil separar como causa dos fluxos migratórios os processos socioeconômicos e políticas de Estado; é mais coerente falar que eles se determinam mutuamente. Há que pontuar que, quando falamos em ocupações no século XX e XXI, torna-se necessário o entendimento de que essa abordagem aparece enquanto sistema pós-colonial, enquanto ocupações internacionais como denotam o contexto da pesquisa e obedecem à tônica pós-colonial. Assim, é compreensível a relação direta entre brasileiros e paraguaios e sua atuação prática para a produção da diversidade conceitual, que é a fronteira, e para o como se constroem as práticas sociais que se desenvolvem a partir dos discursos que tentam dar conta do conceito de fronteira nas duas sociedades. Compreendemos esse discurso fronteiriço como algo ambivalente, repleto de materialidades e simbologias, desde o cotidiano vivido pela sociedade, até as leis que regulamentam os espaços nacionais.

O historiador Francisco Doratioto, em 2012, publica o livro *Relações Brasil-Paraguai: afastamentos, tensões e reaproximações 1889-1954*, e traz contribuições importantes e inéditas sobre Brasil e Paraguai. O autor apresenta os momentos de crise no

Paraguai após a Guerra da Tríplice Aliança: períodos de violentas guerras civis, instabilidades e golpes, o que vai culminar em várias décadas de ditadura pós 1954. O livro contribui com elementos inéditos, especialmente no que se relaciona ao esforço do Paraguai em se tornar mais independente da Argentina sem, contudo, desafiá-la.

Doratioto mostra ainda instrumentos da política externa brasileira no auxílio ao Paraguai para que este alcance seu objetivo e preserve as relações com Buenos Aires. O estudioso ilustra as nuances desse complexo movimento diplomático na América do Sul, em que a fronteira aparece a todo o momento como mecanismo das deliberações políticas entre os diferentes países. Um trabalho de fôlego em que Doratioto percorre os meandros da diplomacia entre Brasil, Paraguai, Argentina e Espanha.

Acreditamos que é importante trazer novas possibilidades de investigação que foram construídas individualmente – como é o caso de muitos livros que apresentamos – e que atentam para a compreensão teórica acerca da fronteira. Por outro lado é importante destacar que há publicações em coletâneas que fazem reflexões interessantes em torno do amplo sentido de fronteira. Por exemplo, as revistas científicas, entre elas, *A Revista Territórios e Fronteiras* da UFMT, a *Revista Fronteiras* da UFGD, e a Coletânea *Fronteiras em Foco* da UFMS. Todas produzidas e consolidadas por programas de pós-graduação das universidades. Elas despontam com periodicidade satisfatória até o momento atual e com intervenções importantes sobre o nosso campo analítico. Em hipótese alguma negamos outras produções como livros, revistas, ou coletâneas, mas enfatizamos o que de certa forma possui preocupação mais próxima do objeto de estudo por nós ora analisado.

Ao nos determos sobre leituras que apontam para outras bases empíricas sobre a fronteira e os fronteiriços, percebemos e não negamos que ocorre muitas vezes a construção de estereótipos em determinados momentos históricos sobre determinados grupos. Nesse sentido enfatizamos que,

Pensar que muitos estudos auxiliam a pensar esta perspectiva enquanto escolha teórica e metodológica em relação ao tema, mas que não dá conta da totalidade que representa a formação do grupo, bem como a sua manutenção no tempo presente, sem, todavia, deixar de reconhecer a importância de outras abordagens, no ambiente fronteiriço, especialmente entre tensões de harmonia ou de conflitos que o Brasil mantém com os Países vizinhos (BALLER, 2012, p. 08).

Cumpra-nos observar que a historiografia que busca a compreensão da fronteira e dos fronteiriços é permeada de tradições e novidades pela dinâmica que ambas as categorias possuem e pelos vários sentidos que apontam. É comum na ocorrência da fronteira aparecer aspectos simbólicos e materiais para a sua explicação, as reflexões contidas na bibliografia que elencamos aqui não formam a totalidade das prerrogativas, e isso nem seria possível, mas são uma amostra da riqueza da categoria fronteira e dos fronteiriços.

Não objetivamos fazer aqui uma cartografia de livros, autores, e ideias, enfim, da historiografia sobre a fronteira, mas sinalizar para alguns enfoques nos auxiliam a pensar conceitos que são fundamentais para a tese, especialmente quando falamos da situação de fronteira do oeste paranaense, do sul de Mato Grosso do Sul e do leste paraguaio. Com base nessas perspectivas reconhecemos que as pesquisas sobre o tema vêm se tornando cada vez mais amplas, congregando novas possibilidades na utilização de fontes, no desenvolvimento de metodologias, no processo de compreensão dos sujeitos históricos e das situações sociais que eles vivem no espaço fronteiriço, estudos que demonstram a possibilidade de se pensar teoricamente por meio de novas diretrizes sobre a questão.

1.2.1 DIÁLOGOS SOBRE A HISTORIOGRAFIA CONTEMPORÂNEA DA FRONTEIRA NO PARAGUAI

O objetivo é dizer um pouco da produção historiográfica paraguaia com base em diálogos realizados no Paraguai com Anibal Herib Caballero Campos, Ignacio Telesca e Carlos Gomez Florentin, em relação ao que se produziu e ao que se produz sobre o tema fronteira na contemporaneidade no Paraguai. Nosso diálogo com os historiadores serviu para perceber que a velha ponderação do literato Roa Bastos de que *“o país é uma ilha rodeada por terra”* atua com eficácia na contramão da produção historiográfica no Paraguai no que diz respeito a vários temas, não apenas sobre a questão da fronteira. Nesse sentido e com essa afirmação nos utilizamos desse diálogo para construir breve análise ancorada em impressões – o que a tese comporta nesse momento – da condição historiográfica no Paraguai sobre o tema fronteira.

O historiador paraguaio Herib Caballero Campos, doutor em história pela Universidad Nacional de Asunción – UNA, enfatiza que o País necessita implementar políticas mais claras em relação à produção científica como um todo e em consequência à historiográfica, pois *“não há um programa de pós-graduação permanente em História no*

país”. Sendo esse um panorama que precisa de maior atenção para se alterar o conjunto da produção em história.

O pós-graduando em nível de doutorado pela Stony Brook University nos Estados Unidos, o paraguaio Carlos Gomez Florentin desenvolve atualmente pesquisa na área de fronteiras. Assíduo pesquisador no Arquivo Militar do Paraguai, Florentín aponta que é preciso mudar a forma com que as pessoas escrevem história no Paraguai. Ele ressalta que existe um arquivo de fontes históricas que é praticamente infinito no País aguardando pesquisadores que sejam capazes de articular a escrita da história a um senso crítico historiográfico, e não pessoal, que é o que ocorre. Segundo ele, não existe crítica historiográfica no Paraguai; a maioria das pessoas que se habilitam a pesquisar nos arquivos são as que escrevem “*los grandes titulos de nuestra historia*”, e são jornalistas, arquitetos, militares, advogados, entre outros profissionais que não são historiadores; logo, é quase inexistente a produção historiográfica profissional no País.

Outro historiador que tece reflexões sobre a produção historiográfica paraguaia é o argentino Ignacio Telesca, sua afirmação é categórica nesse sentido: “*se produce poco, se conoce menos*”. O historiador observa que quase não há leitura de obras de fora do País, com isso a produção nacional paraguaia, que já não é muito significativa, acaba construindo um diálogo de surdos. Telesca reforça dizendo que, em grande medida, foi a longa ditadura de Stroessner que deixou o Paraguai sem nenhuma academia universitária capaz de gerar conhecimento científico. Ao que parece, Telesca acompanha o raciocínio de Florentin e de Caballero sobre essa questão, quando assinala para o fato de, em dez anos, terem sido defendidas apenas três dissertações de mestrado no País, na área de História.

Como pudemos perceber há três ponderações que, em nosso entendimento, aparecem como críticas construtivas, as três dispõem sobre a produção historiográfica em diferentes formas de relação. Caballero destaca a questão como uma crise estrutural em que o País precisa equacionar as questões que giram em torno da educação e em torno da historiografia. Florentín alerta para a necessidade de se profissionalizar a área de história para que a historiografia produzida no País deixe de ser simplesmente o arrolamento de fatos que se apresentam nas fontes, sem apreciação do contexto, da natureza das fontes, sem crítica ao que está se pesquisando, ou seja, é necessário maior erudição. Telesca enfatiza a falta de pesquisas e o abandono que a área sofreu por longo período, embora assinale para breves lampejos da produção historiográfica, como, por exemplo, quando das comemorações do Bicentenário

Nacional Paraguaio, em 2011, momento em que houve um *boom* nos meios de difusão na área de História no País.

Para o nosso breve painel de impressões é importante perceber ainda o ponto de vista dos historiadores paraguaios sobre o campo de estudo em que estão inseridos, pois a forma como eles mostram as condições da historiografia paraguaia é, em grande medida, a forma como nós a percebemos fora do Paraguai. Florentin realça esse ponto, ao dizer que se critica o nacionalismo exacerbado dos paraguaios e, inclusive o dos historiadores paraguaios, embora ele acredite que não seja esse o problema. Para o estudioso, torna-se necessário construir novos escritos pautados em trabalhos de qualidade epistemológica, pois, como ele mesmo reconhece, há muitas deficiências na área e essa não é uma questão de fácil transformação. Segundo ele, há muito material nos Arquivos paraguaios esperando para que a história seja contada por historiadores profissionais.

Florentin conclui dizendo que o Paraguai necessita se livrar dessa versão que o torna um local isolado, uma ilha, e que o enclausuramento aparece para além dos caracteres físicos da nação, influencia a própria produção científica que parece ficar ilhada também. Comenta que às vezes é difícil para um pesquisador paraguaio concordar que a história que os historiadores de outros países contam sobre o Paraguai é mais coerente, produzida com mais perceptibilidade e habilidade, muito embora isso não seja raro acontecer, momento em que Florentin destaca a história diplomática de Francisco Doratioto, historiador brasileiro que pesquisa e escreve sobre as relações entre Brasil e Paraguai.

Muito embora concordemos e tenhamos acompanhado por um período o desenrolar de algumas dessas indicações que sublinhamos sobre a historiografia paraguaia, acreditamos que alguns aspectos novos possuem plena possibilidade de auxiliar no desenvolvimento dessa historiografia, como apontam os autores, seja em relação à estrutura, à qualidade, seja em relação à difusão das pesquisas.

Um exemplo sólido é a descoberta e a abertura do Arquivo do Terror – arquivo da ditadura de Stroessner – que sofreu análise elaborada pela Comisión de Verdad y Justicia (CVJ) entre os anos de 2004 e 2008, cujos resultados foram publicados em 2008. Tal acervo constitui material riquíssimo que pode fomentar inúmeras pesquisas na área de História independente da temática a ser abordada. Outro exemplo é o da fundação do Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología (CONACYT) que, a partir do ano 2011, implementou o Programa Nacional de Incentivos aos Investigadores (PRONII). Essas são ações e iniciativas

que estimulam o desenvolvimento das pesquisas e fazem com que a História se torne um campo com grandes possibilidades de incremento tanto de subsídio material quanto intelectual. Projetos que visam desenvolver a historiografia são significativos no Paraguai.

No mesmo sentido, percebemos o Paraguai como um campo aberto para pesquisas a serem desenvolvidas sobre os mais diferentes assuntos: guerras, ditadura, empreendimentos energéticos, etnografia, demandas migratórias para dentro e para fora do país, fronteiras, entre outros.

De forma mais específica, ao tomarmos a fronteira como objeto de análise, a pesquisa pode contribuir de maneira interessante para a historiografia paraguaia, uma vez que estabelece um olhar que obedece a duas perspectivas. Em primeiro lugar, busca a mediação entre pesquisas desenvolvidas no Paraguai e pesquisas desenvolvidas no Brasil. Costumeiramente, no Paraguai, os pesquisadores pensam a fronteira como exclusivamente paraguaia, e o que procuramos fazer é apresentar outro modelo de percepção que vai caracterizar o segundo ponto de vista, quando o estudo evidencia a fronteira como um espaço em construção que não é necessariamente paraguaio e nem brasileiro. A fronteira em construção, de certa maneira, representa a novidade em nossa pesquisa.

É salutar dizermos que a perspectiva crítica sobre a produção historiográfica paraguaia em relação à temática fronteira está bem direcionada, esse não é um ponto de vista brasileiro sobre o assunto, como pudemos perceber no diálogo com os historiadores paraguaios. Ao que parece é necessário construir aportes para uma história contemporânea sobre o assunto que ultrapasse as fronteiras internas daquele país, e que a fronteira não seja uma exclusividade historiográfica questionada apenas sob a perspectiva da fronteira como paraguaia, mas sim que se construa um amplo espaço de negociações científicas no Brasil e no Paraguai, uma perspectiva que procuramos iniciar enquanto modelo de análise.

1.3 – O TEMPO MÚLTIPLO DA FRONTEIRA

Tendo em vista a pluralidade do termo fronteira, procuramos operacionalizar reflexões que derivam em maior parte de compreensões como a de genealogia, heterotopia e dispositivos, bem como a de longa duração. Reflexões que indicam o direcionamento na construção do objeto nessa pesquisa. O modo como abordamos o objeto na pesquisa faz com que ele fomente a mobilização dos meios reflexivos apontados: a permanência e a ruptura.

Michel Foucault tornou-se fundamental no sentido de auxiliar-nos no desenvolvimento da teoria em relação à metodologia para a construção do objeto, uma vez que, quando pensamos a origem da fronteira na América, não citamos a fronteira para estabelecer uma reflexão que a torne isenta de significado, ou algo petrificado no passado. Isso indica a compreensão de que, por algum tempo, a fronteira foi interpretada como função para delimitar um espaço, uma região, ideia que se desenvolveu como algo naturalizado pelo senso comum e até mesmo pelos intelectuais. Verificamos, no que se refere às propostas de alguns teóricos, que a pretensa dimensão natural do espaço, quando há a intervenção humana, não se transforma em algo eterno; logo, os limites impostos, ou demarcados, possuem intensa sociabilidade de práticas sociais e são plenamente mutáveis.

As modificações de significado e função, tanto material quanto simbólica do objeto, expõem a descontinuidade em relação àquilo que o senso comum percebe como algo dado e acabado. É papel do pesquisador apontar para a importância dessas funções na construção desses espaços, como, por exemplo, a delimitação dos Estados Nacionais, a demarcação geográfica, costumes, idiomas, moedas, culturas, religiosidades, enfim, um delineamento que forma o caractere de uma nação. Nesse sentido, a fronteira demonstra que ela opera também com movimentos que constroem estados e identidades.

Eric Hobsbawm, ao refletir sobre a nação, vai observar que

As tentativas de se estabelecerem critérios objetivos sobre a existência de nacionalidade, ou de explicar por que certos grupos se tornaram 'nações' e outros não, frequentemente foram feitas com base em critérios simples como a língua ou a etnia ou em uma combinação de critérios como a língua, o território comum, a história comum, os traços culturais comuns e outros mais (HOBSBAWM, 1990, p. 14-15).

Os critérios que Hobsbawm sinaliza trazem a concatenação do tempo múltiplo da fronteira, pois mostram que as rupturas são importantes e identificadas com o tempo e com os fatos. Em contrapartida, as questões contínuas necessitam de um olhar sutil e mais profundo para serem percebidas, uma vez que elas fazem parte de uma identificação com o espaço na historicidade. Entretanto, não podemos tomar esses critérios como uma regra, porque eles se alteram dependendo do objeto que está sendo estudado.

Nesse ponto, é crível atentar para o desconhecido, tal como Foucault propôs em sua análise arqueológica do arquivo. Para ele,

A análise do arquivo comporta, pois, uma região privilegiada: ao mesmo tempo próxima de nós, mas diferente de nossa atualidade, trata-se da orla do tempo que cerca nosso presente, que o domina e o indica em sua alteridade; é aquilo que, fora de nós, nos delimita. A descrição do arquivo desenvolve suas possibilidades a partir dos discursos que começam a deixar justamente de ser os nossos; seu limiar de existência é instaurado pelo corte que nos separa do que não podemos mais dizer, e do que fica fora de nossa prática discursiva; começa com o exterior de nossa própria linguagem; seu lugar é o afastamento de nossas práticas discursivas (FOUCAULT, 2009, p. 148).

Buscamos evidenciar, por meio dos aspectos que designam as permanências e as rupturas, a melhor forma de perceber a operacionalização do objeto e sua importância para a pesquisa histórica. Nesse sentido, percebemos a incidência múltipla do tempo em Foucault e compreendemos que o que ele estabelece como diferença é importante para a nossa análise. A percepção conceitual metodológica foucaultiana possui, com *a genealogia* e a *arqueologia*, o próprio enfoque da origem, é este ponto que não podemos desprezar na ocorrência da fronteira. O arquivo não é simplesmente o suporte daquilo que nós, pesquisadores e historiadores, manejamos em gavetas de instituições, o arquivo para nossa pesquisa é o tecido social, espacial e temporal que analisamos no campo, no caso a ambiência da fronteira e sua diversidade.

Com esse diálogo queremos desmontar que o que parece estar solidificado pode ser rediscutido, desconstruído e, se for o caso, construído de maneira diferente, o que faz com que a História seja constantemente interrogada e repensada. Nesse sentido, autores como Braudel e Foucault auxiliam nessa reflexão, na medida em que pensam o tempo múltiplo, em que as permanências não formam papéis totalmente integrais nos objetos de interesse da História, e em que as rupturas não comportam um papel de quebra brusca nas ocorrências históricas. Há, em um mesmo objeto histórico, dinâmicas diferenciais para o homem, as quais, em alguns momentos, se alteram; e, em outros, se mantêm, produzindo sua própria historicidade.

Os tratados diplomáticos que elencamos brevemente na Introdução desse texto e que são abordados por nós como fontes históricas, que foram expostas com o objetivo de mostrar os aspectos mutáveis e permanentes nessas fontes. Algo perceptível ocorre ou quando eles são anulados, na medida em que seu poder institucional de intervenção é subtraído, ou quando eles são agentes motivadores e incentivadores de tais poderes. Contudo, constatamos em nossas análises que em várias dessas fontes (Tratados) houve a necessidade de serem revisitados pelas instituições (Estados) e, a partir disso, sofreram mudanças, fazendo com que

posteriormente eles fossem novamente promulgados. Esse rearranjo lhes dá a impressão de conservação de ideias no campo epistemológico, o que para muitos historiadores deixa a ideia de que a fonte parece estar solidificada e seu conteúdo continua inalterado dando um aspecto de permanência do que foi ali inscrito, mas é perceptível que as fontes (Tratados) contem em si fatores que já foram modificados. Essa percepção no nível das fontes nos auxiliou a conceber as mudanças em relação à fronteira, a partir das mudanças em relação às fontes que dela se constituem, mostrando a pluralidade e a contínua construção de seus conceitos.

Conforme nos alerta Albuquerque Junior, “os documentos, antes vistos como vozes vindas do passado, são tomados agora como monumentos, como espaços de celebração e inscrição de dada memória, fabricados em dado momento, e consoantes a dadas relações de poder, são lugares de memória” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2008a, p. 77-78).

O que problematizamos não é a ruptura em si, mas sim o sentido da ruptura, não aquela que apresenta características de afastamentos constituídos pela fronteira, mas aquela que aponta para pequenas rupturas na história. A dispersão que aparece, num primeiro momento, tanto temporal, quanto espacial, quer remeter a uma unidade.

Para Albuquerque Júnior,

As diversas historicidades que recortam uma espacialidade seriam unificadas pela atividade sintética do sujeito regional, de quem o autor do discurso é pensado como representante. A história é aí memória e promessa de superação do esquecimento das origens em que nos encontramos, de encontro com nossa face autêntica que foi recalçada pela história, de reencontro com o projeto fundamental que somos. Discursos que, ao mesmo tempo em que falam de uma distância entre presente e passado, tentam mostrar que este continua bem vivo no presente e assim deve ser (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008a, p. 23).

As reivindicações por mudanças surgem na História e em suas fontes como se fossem naturais, porém essas rupturas, que podem também ser compreendidas como disputas, são negligenciadas pelo temor em relação às mudanças mais profundas na História, ou, sobretudo, pelo que essas alterações significam tanto em relação ao discurso proferido, quanto em relação ao que essas mutações constituem nas práticas sociais e na sociedade de uma época.

Nesse sentido, procuramos estabelecer um corte epistemológico na análise situando a fronteira no que vem a ser a cientificidade instaurada de sentidos e suas práticas, quando os limites deixam de parecer linhas invisíveis e passam a ser fronteiras determinadas em suas

ações práticas. Não se trata de dizer o que é a fronteira, a partir da episteme, mas de mostrar as suas dimensões na historicidade. Entendemos, assim, que ela conjura em duas dimensões particularizadas, distintas, mas ao mesmo tempo próximas da compreensão que uma faz da outra. Essas dimensões não são permanentes em sua totalidade e nem sofrem rupturas drásticas, elas são ressignificadas e compreendidas como materialidades da fronteira e como simbologias da fronteira.

A fronteira material mostra um aparato conceitual fortemente construído e que, a partir de designações políticas, administrativas e militares, deixa clara a função da fronteira: a de estabelecer divisões e fazer com que o Estado atue sobre suas designações. Sob essa perspectiva, a História Diplomática é um campo de análise interessante para ser percorrido. Assim, consideramos para a pesquisa a fronteira material como sendo a maneira como se estabelecem as diretrizes sobre sua concepção, em primeiro plano a concepção geográfica e, num segundo momento, a concepção política. É importante esclarecer essa questão, pois geralmente as dimensões de uma fronteira aparecem sob os auspícios de três funções: a geográfica, a política e a simbólica.

A fronteira geográfica que analisamos surge como um ponto facilmente perceptível e está ligada a espaços que limitam ou cruzam territórios, lugares de trânsito, passagem de pessoas e ampla movimentação de mercadorias, serviços e dinheiro. São locais que, quando crescem – com facilidade –, tornam-se núcleos urbanizados entre dois países e produzem fluxos desordenados para o olhar do senso comum²². A fronteira geográfica, na visão do Estado, está mais voltada para um pequeno grupo de pessoas, mais especificamente para um indivíduo e sua família que se encontra em processo migratório. As preocupações do Estado nessa concepção de fronteira são de tomadas de decisões mais imediatas, como orientar, acolher e direcionar os atendimentos emergenciais dessas pessoas, por exemplo, providenciar a emissão de documentação. São decisões localizadas e sua abrangência é um tanto quanto limitada à linha de fronteira entre diferentes países.

O que muitas vezes acaba se tornando uma perspectiva generalizada é o entendimento da fronteira geográfica como unicamente a existência de marcos determinados por acidentes físicos, o que de certa forma anula a ação administrativa do Estado pela natureza de um determinado local. Percebemos, ao longo da pesquisa, que essa concepção de

²² Como exemplo podemos citar as cidades entre Brasil e Paraguai: Foz do Iguaçu e Ciudad del Este; Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, entre outras, estas servem para mostrar como as atividades se difundem entre os dois Países.

fronteira é muito comum e possui ocorrência cotidiana na vida das pessoas em trânsito entre diferentes países e em suas fronteiras, a concepção geográfica da fronteira não pode ser limitada por sua função física, pois a ação humana é amplamente difundida na sua administração.

Entendemos de maneira bastante evidente a fronteira política enquanto materialidade da fronteira. No nosso campo de pesquisa, nessa concepção, as leis e a nação aparecem de forma a negociar a situação de fronteira para as pessoas em trânsito entre países e nos espaços limítrofes.

Para a legalização da situação das pessoas, essa é a concepção responsável por aproximá-las ou separá-las de seu interesse em ter mobilidade nesses espaços. A fronteira política é formada por amplo aparato do Estado como polícia federal, ministérios de relações exterior e interior, diretórios centrais de recepção, tramitação e expedição de documentos, entre outros órgãos que acabam operacionalizando as funções para o Estado. É comum ouvir as pessoas reclamarem dessa situação, posto que os órgãos políticos de regularização de documentos geralmente estão destacados nas capitais dos países. Nesse sentido é que novamente observamos que o interesse central para a concepção política da fronteira é levar as preocupações da fronteira para o centro de emanção do poder do país, para as capitais, ou seja, para longe das fronteiras.

Entendemos que a concepção política acerca da fronteira é a responsável por delimitar a atuação desses órgãos e em consequência a legalidade que a própria fronteira exige em seu complexo mundo funcional. Para isso, não é raro ocorrer demandas com vistas a “garantir a paz” nesses locais por meio de denúncias sobre perigo ou fatos extraordinários ligados aos limites dos países. A partir daí evocam-se os velhos jargões sobre a necessidade de se garantir a segurança nacional, mobilizam-se contingentes, criam-se leis e tratados, fecham-se temporariamente locais de passagem, atuam-se com maior rigor na fiscalização e circulação de bens, mercadorias e pessoas²³.

²³ Uma operação enigmática que podemos citar como exemplo é o controle do ambiente fronteiriço a partir do ano de 2001, por consequência dos atentados de 11 de setembro contra os Estados Unidos. A região de fronteira que compreende as cidades de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este foram palco de acusações por parte de organizações midiáticas dos Estados Unidos por supostamente conterem células terroristas islâmicas, pelo fato de conterem uma grande colônia muçulmana. Com isso, decorreram mega operações da Polícia Federal do Brasil contra o tráfico de drogas, o crime organizado, o controle sobre o uso de armas, e, sobretudo, sobre o amplo comércio de importados que possuem origem de venda no Paraguai e alimentam comércios populares em várias regiões do Brasil. Quantitativamente falando e utilizando os números da Receita Federal, no ano de 2001 foram apreendidos 21.919.508 US\$ em mercadorias, esse número subiu, alcançando em 2005 uma cifra de 62.326.582 US\$, isto é, um aumento de aproximadamente 200% no valor, em mercadorias apreendidas. Posteriormente ao

A fronteira política procura garantir de forma plena a construção da cidadania das pessoas que estão em trânsito em diferentes países, por intermédio de respaldo em relação à vida social e política onde essas pessoas se destinam. Podemos dizer que é por meio da concepção política que a integração e a inserção são operacionalizadas, é comum pessoas lograrem êxito ao transpor as fronteiras geográficas do país de origem, mas não exercerem a cidadania no país de chegada. Elas acabam sendo ‘represadas’ pela fronteira política, ficando irregulares nesse país, uma situação muito comum a brasileiros no Paraguai.

No âmbito dessa concepção, a construção da cidadania plena em outro país, mesmo que em uma fronteira regional/internacional, passa pela compreensão do funcionamento das leis gerais que os órgãos do Estado emitem, essa preocupação é indispensável, pois é ela que garante a ascensão política e a sociabilidade de forma legal.

A fronteira simbólica é tão importante quanto a geográfica e a política; contudo, para entendê-la torna-se necessário perceber suas conotações que, muitas vezes, parecem vagas, uma vez que são compostas por um aparato de questões culturais, morais, religiosas, sociais que nem sempre servem para dimensionar o sentido de fronteira em uma rápida olhada, pois se tratam de sensações, emoções, crenças, entre outras possibilidades que fazem parte dos sentimentos das pessoas. Esse aparato de questões sentimentais, ao mesmo tempo em que postula a integração das pessoas, pode atuar na separação, pois existe grande diferença entre a inclusão de aspectos culturais solidificados que foram construídos através dos anos no país de origem, e a construção cultural rápida e instável que se dá no futuro país de destino.

Pela perspectiva da concepção simbólica, notamos que as pessoas que circulam no espaço fronteiro entre duas nações são praticamente invisíveis para o Estado e são questionadas pelo fato de estarem em trânsito. Elas não são quantificadas nos órgãos governamentais e, por se situarem entre dois mundos diferenciados por seus simbolismos, conscientemente ou não, compõem um estrato social ignorado. Essa posição mostra o florescer de uma questão que não pode ser visualizada como um problema, posto que, enquanto houver pessoas no mundo, haverá o trânsito de pessoas em regiões limítrofes e entre países, o que ocorre é que enquanto elas estão em trânsito não fazem parte de nenhum Estado, de nenhuma política pública.

ano de 2005 esses números começaram a cair, mas considerando os anos acima apresentados assistiu-se a uma verdadeira derrocada do comércio na região, com muita gente abandonando seus afazeres, bem como se viu o fechamento de vários negócios que giravam paralelamente a esse comércio, como restaurantes e hotéis populares, em ambos os lados da fronteira.

A luta pela cidadania em outro país, na maioria das vezes, é defendida pelos fronteiriços no campo simbólico e/ou cultural, pois eles passam os obstáculos da concepção geográfica e acabam parando no muro burocrático da concepção política, e é no simbolismo que percebemos melhor suas demandas, é a partir daí que as discussões acerca da mobilização e consciência das pessoas que estão em trânsito se cruzam. Pois é no campo da concepção simbólica, detentor de outros saberes – que não é o das leis, dos documentos, e das autoridades – que os fronteiriços se unem para deliberar sobre a situação de fronteira em que estão temporariamente ou permanentemente.

Nas manifestações culturais que os fronteiriços promovem detecta-se a presença da concepção simbólica. Ali aparecem as tradições, os costumes, o trabalho, as crenças de diferentes povos, tudo reunido em um ambiente complexo que é a fronteira, é a partir do momento em que há a congregação cultural em busca de um interesse comum – cidadania – que um conjunto de pessoas que não se sentem pertencidas a uma ou a outra nação compõem a possibilidade de fazer com que sua cultura se torne uma ferramenta de transformação no ambiente social em que estão vivendo, orientando a integração das pessoas nesse possível mundo novo em construção em outro país por meio da dimensão simbólica da fronteira.

Diante das considerações teóricas – fruto do trabalho de campo – sobre a fronteira simbólica percebemos que a atuação desta é voltada para o futuro das pessoas, ou seja, para uma questão que não há limitação, como o que ocorre com a concepção de fronteira geográfica. O campo simbólico atua no sentido de transformar preocupações imediatas em questões, ou melhor, em desejos possíveis de ser operacionalizados no futuro.

Nessa concepção surgem aspectos que não podem ser medidos, quantificados, documentados, tabulados por uma operação matemática, por exemplo, o possível perfil das pessoas que estão em trânsito. Isso porque esses aspectos derivam de desejos pessoais, sonhos que colocam em movimento valores de vida em coletividade – alguns dos mecanismos e atitudes que conseguimos filtrar no campo de pesquisa.

Assim, percebemos que as lutas a que assistimos ao longo da história servem como modelo de uma busca que jamais cessará, estamos novamente diante da procura de melhores condições de vida. A fronteira simbólica é tão complexa quanto a dinâmica cultural dos povos, isto é, está envolvida em meandros discursivos que são mutáveis e causam estranheza. Essas características enriquecem a análise, uma vez que as rupturas necessitam ser explicadas, problematizadas e historicizadas no campo da cultura.

As palavras do padre Alfredo Gonçalves, então responsável pela Pastoral da Mobilidade Humana na região de Ciudad del Este no Paraguai, são enunciadoras dessas situações. Segundo ele,

A fronteira representa uma realidade ambígua e plural. Lugar escorregadio e impreciso de quem, por um lado, não é mais cidadão do País de origem e, por outro, ainda não é cidadão do País de destino. Lugar de um vaivém intenso e diário, onde a luta pela sobrevivência pode acirrar tensões, mas o cruzamento de pessoas diferentes também pode criar oportunidades de novos encontros. Espaço de solidão e de busca, mas também espaço de integração. Lugar de disputa, terreno de ninguém e de todos, onde leis, rostos e nomes são, ao mesmo tempo, lembrados e esquecidos (GONÇALVES, 2006, p. 14).

Um discurso fluente, que ganha força entre o senso comum e surge com observações desafiadoras sobre o conceito de fronteira aparece nas fontes orais, o que mostra a linha tênue que afasta ou aproxima as pessoas no espaço fronteiriço. É a justa polarização do conceito que altera as relações na sociedade.

Ao fazermos uso da fonte oral, notamos que, para a entrevistada Sônia Jandira Vicente, por exemplo:

A fronteira ela existe, mas pra mim ela não existe, porque eu sou bem tratada aqui [Brasil] como sou bem tratada lá [Paraguai], não tem diferença. Para mim ela, se existe, vão ter que me explicar onde que ela está e o que significa, porque (risos) eu não sei ainda. A gente vive muito bem lá [Paraguai], muito bem tratado, com as pessoas, com os brás... (interrompeu), paraguaios, autoridades paraguaios, não é? Aqui no Brasil também [...] a diferença, é [...], é [...]. A fronteira pra mim é o lago né, a única coisa que separa, porque senão seria uma coisa só (ENTREVISTA. SÔNIA JANDIRA VICENTE, PORTO MENDES, 2003).

De acordo com Sônia Jandira, a fronteira é o lago, uma fronteira com elementos naturais, orquestrada pelo homem, a fronteira para ela não tem significado expressivo enquanto delimitador. Em suas palavras percebe-se que o problema é a água, é ela quem separa, e não a oficialidade existente nesse espaço regional/ internacional entre o Brasil e o Paraguai.

A relação homem-natureza surge de forma dinâmica nesse contexto, onde o lago, ao qual a entrevistada se refere é o Reservatório Internacional da Usina Hidroelétrica de Itaipu Binacional, resultado de uma barragem construída pelo homem. O Reservatório é para a nossa interlocutora o próprio alargamento da compreensão do que é a fronteira. Nesse sentido há o

abrandamento da compreensão social acerca do objeto de estudo para as pessoas, provocando resistência, por parte das pessoas, ao poder que a fronteira tenta conferir enquanto mecanismo divisor para os Estados Nacionais.

Essa questão enfatiza a permanente relação homem-natureza na história, procuramos compreender as práticas que se produziram/ produzem nessa relação social. Quando se pensa o rio Paraná como um acidente físico que limita determinadas nações, durante décadas, pode-se não atentar, atualmente, para o fato de ali ter havido intervenção do homem no meio natural, o que passou a alterar o sentido prático daquele limite: a construção da Barragem e a formação do Reservatório de águas que é o Lago Internacional de Itaipu.

Diante da resignificação dessa linha limitrofe, verifica-se a permanência do meio natural geográfico promovendo outra dinâmica social na prática cotidiana das pessoas. Com o rio Paraná, as fronteiras geográficas eram mais difíceis de serem transpassadas em razão de características próprias do rio, que apresentava gigantescas barrancas, águas profundas, canais extremamente perigosos, correntezas, pedras e outros obstáculos que o tornavam intransponível em vários locais.

Essas características físicas do rio Paraná se ligam à necessidade de o Estado, num primeiro momento, conter a circulação humana entre Brasil e Paraguai, dado a inavegabilidade do leito do rio; muito embora os dois Países estivessem próximos fisicamente um do outro, a possibilidade de migrar entre ambos era menor do que na atualidade. Segundo Campigoto, “podemos dizer que no período que se entende entre o final da Guerra do Paraguai e a década de 1960, a fronteira entre o Brasil e o Paraguai se dá sob a forma da barranca do rio que deve ser alcançada” (CAMPIGOTO, 2000, p. 120).

Com a formação do Lago Internacional de Itaipu, há alterações do meio natural, no que diz respeito à extensão e à navegabilidade das águas em toda a extensão do que antes era o rio Paraná, o Lago em sua abrangência atinge aproximadamente 160 quilômetros de comprimento desde Guaíra até Foz do Iguaçu, margeando a fronteira oeste do estado do Paraná. O Lago de Itaipu possui 1.355 km², e 2.919 km de orla, no interior do Lago há o arquipélago de Ilha Grande, composto por aproximadamente 260 ilhas, essas dimensões levam as pessoas a pensá-lo como um mar de água doce.

Essa nova funcionalidade da fronteira com a formação do lago possibilita a transposição dos limites regionais e internacionais, pois qualquer “barranca” se torna um

porto, um local de embarque e desembarque, seja no Brasil, seja no Paraguai, desde pequenos barcos a remo, até grandes embarcações motorizadas, a qualquer hora do dia e da noite.

A historicidade da fronteira e o seu acontecer como um remontar de possibilidades pensadas com um fim definido pelo próprio projeto da história, articulado convencionalmente, sem antes ouvir o passado é um dos reflexos teóricos que percebemos como resultado no estudo de campo.

O complexo mundo fronteiriço costuma ser a um só tempo a produção de espaços diferenciados, ou seja, a fronteira geográfica, a política e a simbólica. O intenso vaivém que ocorre entre Brasil e Paraguai, em relação à circulação de pessoas, mostra como é tênue a linha entre tensões e aproximações no ambiente fronteiriço em que a confluência de pessoas é cotidiana. O que observamos no campo de pesquisa é que a heterogeneidade da fronteira faz com que ela atue com diferentes meios de ação, controle e descontrole tornando-se um conjunto orgânico. Queremos dizer com isso que a fronteira, abarcando concepções distintas, na maioria das vezes produz implicações simplesmente pedagógicas. Os limites entre um conceito e outro não são tão claros, eles acabam miscigenando-se e confundem as pessoas que vivificam esses espaços. Nesse sentido, não são todos os envolvidos no mundo fronteiriço que estão preparados para trabalhar com essas diferentes representações conceituais, ou simplesmente não percebem a necessidade de operacionalizá-las em seu cotidiano.

A fronteira se produz em meio a uma realidade que penetra nossos pensamentos, é complexa, é dinâmica, mas não pode ser naturalizada, justamente porque lidamos com sujeitos históricos diferenciados. Anteriormente, quando apontamos o que identificamos em cada uma das concepções de fronteira percebidas em nosso estudo, procuramos não perder de vista as dimensões em que o sujeito fronteiriço se encontra. Uma posição que poucos afirmam é, para o abrandamento das fronteiras do Brasil, o que corresponde a compreensão de uma fronteira civil, onde a presença das pessoas funciona como um limite, enquanto a maioria dos países vizinhos opera em uma dinâmica de controle militar da fronteira, em que forças do governo procuram controlar esse limite.²⁴

O discurso do religioso argentino Juan Pedro Shaad mostra, de maneira bem elucidativa, essa questão quando ele trata do crescimento urbano em uma região que ele conheceu e trabalhou durante alguns anos. Segundo Juan Pedro Shaad,

²⁴ Ao falarmos de “limites”, compreendemos-o como um termo polissêmico e que pode representar o limite entre várias e diferentes formas de relações humanas e de espacialidades.

Na década de 1960 eu já conhecia a região da tríplice fronteira entre o Paraguai, o Brasil, e a Argentina, naquela época e vou lhe dizer que Ciudad del Este praticamente não existia, era pouquíssimas casas, e a Base do Exército de controle na divisa era quase dentro do rio Paraná, eu não sei dizer direito por que não manejo estatísticas, mas creio que Foz do Iguaçu tinha em torno de quinze mil habitantes, e Puerto Iguazú, na Argentina tinha em torno de oito mil pessoas vivendo ali. Veja a situação atual, Foz do Iguaçu tornou-se uma cidade com quase meio milhão de habitantes que passam por ali todos os dias, Ciudad del Este tem em torno de não sei uns duzentos mil habitantes, e Puerto Iguazu sei lá tem umas quinze mil pessoas. Então tu vai lá [Pueto Iguazu] e vê sempre as mesmas pessoas, as mesmas coisas, os mesmos negócios funcionando, isso se dá por causa dessa militarização da fronteira, e que todas as províncias da Argentina possuem, então você não entra e sai com um caminhão sem ser parado várias vezes, isso ocorre muito também no interior do Paraguai, agora nas regiões de fronteira eles estão mais brandos, e no Brasil você anda a vida inteira e ninguém vai ficar te parando para ver o que você está fazendo, levando ou trazendo, então eu creio que essa fronteira civil [do Brasil] funciona muito melhor para as regiões que precisam se desenvolver. (ENTREVISTA: JUAN PEDRO SHAAD, ASSUNÇÃO, 2013).

Muito embora, concordamos que a militarização ou a civilidade da/na fronteira não é a causa desse crescimento, ou melhor, o crescimento das cidades vizinhas de Brasil e Paraguai, é fruto direto das aproximações mantidas entre os governos dos dois países, momento em que a política Argentina foi relegada a outro plano por Brasil e Paraguai. O crescimento de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este são melhor observados quando operacionalizados no contexto das políticas de marcha para o oeste no Brasil e de *la marcha se hace al este* no Paraguai.

O religioso está radicado atualmente em Córdoba, uma das maiores cidades da Argentina, e possui uma visão bastante perspicaz sobre as regiões interioranas do Paraguai, Brasil e Argentina. Fala com muita propriedade das polêmicas relativas à questão agrária no Paraguai que, de certa forma, envolve diretamente os brasileiros que foram para aquele País comprar terras, e também as consequências de Itaipu sobre isso. Mostra conhecimento dos projetos do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor do Paraná (CAPA-PR), que, segundo ele, esse tipo de projeto consegue fazer com que não se abandonem certas questões que são essenciais para o ser humano, como, por exemplo, cultivar uma pequena propriedade, manter vários cultivos e sobreviver com isso de maneira harmônica com as grandes propriedades e toda a tecnologia que há nelas.

Pedro Shaad também estabelece críticas ao modelo argentino acerca de determinadas realidades que ali ocorrem, mas observa que os argentinos estão muito ligados, aceitam ou

concordam com o que ele chamou “de uma cultura tradicional”. O religioso conclui algumas de suas reflexões dizendo: “aí acontece como Puerto Iguazu, acaba ficando naquilo que sempre foi”.

Para Shaad, com boa vontade política se resolvem muitas dessas questões, e nesse sentido o governo paraguaio necessita tomar algumas iniciativas que dependem exclusivamente dele, tal como acelerar a emissão de documentos, regularizar situações que se encontram duvidosas, indenizar, se for o caso, propriedades e pessoas. Isso colocaria o Paraguai novamente como um país que se mostra preocupado com o seu povo, não importando qual seja sua origem. É preciso, parafraseando as palavras do religioso, “*arrumar a casa*”, o que dá credibilidade política ao governo. Sabe-se, e Shaad faz questão de lembrar, que “a história do Paraguai é tradicionalmente uma história de conflitos políticos, civis, militares, e que o País não suporta mais esse tipo de problema; pois, a cada nova crise, o ambiente de insegurança retorna” (ENTREVISTA: JUAN PEDRO SHAAD, 2013).

Em um discurso esparso o religioso lembra que o Paraguai vive um momento bom novamente. Ele afirma que o país está produzindo, conseguiu um novo acordo com a Itaipu sobre a energia que vende ao Brasil, possui leis que podem ser cumpridas, por exemplo, a Lei de Fronteiras, vive um momento novo e deve ser aproveitado para que questões que impedem o País de alavancar sejam revistas. Em seu entendimento os paraguaios ainda não conseguiram deixar de pensar o País com um nacionalismo muito forte, característica advinda do século XIX, pontua que isso é importante para ajudar a pensar o País. Elogia os intelectuais brasileiros e observa que, tal como na Argentina, em que a educação passa por ampla reformulação, um processo demorado, no Paraguai precisam ser efetivadas reformulações de cunho maior.

O religioso mostra muita convicção quando fala e percebe que “é necessário cambiar os meios e as formas de pensar sobre o País” (ENTREVISTA: JUAN PEDRO SHAAD, 2013). Essa é uma atitude interna, segundo ele. Podemos ver com isso que há uma boa abertura epistemológica para trabalhar a descontinuidade que ocorre na história e nas definições sobre o acontecer dela em relação ao Paraguai. Tomamos aqui a fronteira que nos leva a pensar a obra de Foucault, percebendo que a arqueologia não deve ser pensada como um início ou como teoria. A arqueologia é a produção teórica formulada a partir da pesquisa histórica, sendo o fruto do trabalho e não a semente dele, as considerações que o religioso elabora em

seu esparso discurso vão no sentido de ser indispensável pensar e praticar aspectos diferenciais, sobretudo nos ambientes fronteiriços.

A necessidade de novas atitudes aparece aqui como uma ruptura às formas de pensar sobre os diferentes países. Em nossa perspectiva os setores religiosos são os mais conservadores no interior de uma sociedade; a partir do momento em que vemos esse segmento criticar os rumos de determinados países, verificamos que a ruptura a velhos modelos precisa, pelo menos, ser repensada.

Em *Arqueologia do Saber*, Michel Foucault vai dizer que

Esse termo [arqueologia] não incita à busca de nenhum começo; não associa a análise a nenhuma exploração ou sondagem geológica. Ele designa o tema geral de uma descrição que interroga o já dito no nível de sua existência; da função enunciativa que nele se exerce, da formação discursiva a que pertence, do sistema geral de arquivo de que faz parte. A arqueologia descreve os discursos como práticas especificadas no elemento do arquivo. (FOUCAULT, 2009, p. 149).

Ao trazermos essa ideia para nosso contexto diríamos que o tecido social reconhece sua formação, mas indica para uma reformulação. Portanto, para nós os discursos das pessoas que conhecem e vivem na fronteira são arquivos que indicam a necessidade de se visualizarem novos começos. Desse modo, a discussão em relação às fronteiras faz com que a abordagem de outros pontos sobre os locais fronteiriços seja efetuada. Foucault, ao desconstruir o lugar-comum, ao criar sensibilidades contrárias ao lugar-comum, orienta-se pela heterotopia que, segundo Albuquerque Junior, caracteriza-se por “medir a distância entre nosso topos e ele mesmo, entre nosso presente e ele mesmo” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 19).

O conceito de heterotopia como o diferente promove a ideia de descontinuidade de uma definição que busca a desconstrução, dessa forma, estamos questionando a visão naturalizada do espaço fronteiriço – a tese está mostrando e irá mostrar, no decorrer de sua totalidade – a não existência de cenários e paisagens que resistem imanescentes ao tempo e espaço histórico. O conceito de heterotopia é operacionalizado aqui como algo “em oposição a utopia – espaço do virtual, do não real – heterotopia significa um espaço apartado das instituições sociais e institucional cotidianas” (NEGRI, 2011, p. 37). A partir do conceito de heterotopia de Foucault, articulado aqui por Antonio Negri e Albuquerque Junior, percebemos a ação da fronteira que é cotidianamente e continuamente reconstruída, desde os aspectos que

são promovidos pelas relações sociais, até o conjunto da espacialidade em que a sociedade fronteiriça está inserida. Essa reconstrução não é elaborada pelo Estado como desenvolvimento de políticas institucionais por governos, mas sim pela sociedade que ali reside, trabalha e vivifica a fronteira regional/ internacional.

Não se pode negar a existência de rupturas em relação às práticas fronteiriças, mas compreendemos que muitos aspectos são de ordem contínua, dado a historicidade da ambiência da fronteira e sua ocorrência enquanto objeto de análise para a história. Durval Muniz Albuquerque Júnior explica que as fronteiras são tecidas em algum momento histórico a partir de determinadas condições; e, como produtos de uma tecelagem social e histórica, elas nos marcam e nos desmarcam. Segundo ele é necessário

[...] procurar cortar este presente que nos aparece como inteiro, estes espaços que superficialmente se nos afiguram como contínuos e naturais, para encontrar as suas linhas de constituição, para se deparar com o magma escaldante das lutas, dos embates entre forças que os fizeram aflorar e se cristalizar. Estudos, pois, que discutem o tempo inteiro o próprio papel da história e do historiador hoje. História que, em vez de nos trazer de volta o passado, de se empenhar em fazê-lo conhecido, busca tornar o presente desconhecido de si mesmo, fazendo sua ontologia, descobrindo-o como diferença, refletindo sempre sobre os limites históricos que nos são impostos, inclusive os limites espaciais (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 20-21).

Nesse sentido, a própria natureza se torna uma construção cultural e humana. O olhar do pesquisador deve ser parte integrante dela e do objeto sob análise, o que nesse caso promulga metodologicamente as perspectivas de permanências e rupturas em conjunto, enfatizando a teoria dos tempos múltiplos da história como designa Fernand Braudel.

As análises que envolvem o tempo presente e um passado de longa duração nos paradigmas metodológicos historiográficos necessitam aprofundamento epistemológico, questão mister no que se refere às relações entre o passado e o presente. Segundo Fernand Braudel, “essa duração social, esses tempos múltiplos e contraditórios da vida dos homens, que não são apenas substâncias do passado, mas também o estofado da vida social atual” (BRAUDEL, 1978, p. 43).

Braudel formulou a dialética das durações mostrando que a vida e a história são formadas por compassos temporais diferentes, desde o mais longo período até o mais curto,

isso representa a união entre os diferentes períodos de tempo, constituindo a totalidade da temporalidade histórica, e não a totalidade histórica²⁵.

O autor destaca que há elementos unificadores em diferentes durações temporais como, por exemplo, a simultaneidade, esta obedece à ideia de longa duração, pois há no seu interior características que se repetem, são estáveis e permanecem. Mas no interior da simultaneidade há também elementos que operam com temporalidades diferentes, que estão diretamente ligados a ela, e podem sofrer rupturas.

O que tentamos dizer é que existe uma interdependência análoga entre os diferentes tempos, o que leva à conexão entre eles. A abordagem de níveis diferentes de tempo designa uma proposta metodológica bastante interessante para os estudos fronteiriços, entendida por nós como pluralidade temporal. Porém, não se pode perder o objetivo central da pesquisa, porque ela corre o risco de ser incapaz de envolver a unidade entre as distintas partes. Para Braudel,

Nada é mais importante, a nosso ver, no centro da realidade social, do que essa oposição viva, íntima, repetida indefinidamente entre o instante e o tempo lento a escoar-se. Que se trate do passado ou da atualidade, uma consciência clara dessa pluralidade do tempo social é indispensável a uma metodologia comum das ciências do homem (BRAUDEL, 1978, p. 43).

As reflexões metodológicas de Braudel auxiliam na medida em que fazem perceber que o nosso tema de pesquisa se insere na média e curta duração, apesar de o autor remediar questões, uma vez que os estudos históricos e o ofício do historiador transladam o tempo decorrido, quando o pesquisador escolhe e seleciona cronologias, obedece a opções, preferências, às vezes conscientes, e às vezes inconscientemente. Percebemos que Braudel mostra preocupação com as reflexões que propõem novas ocorrências para a historiografia, e isso significa para o historiador tirá-la de vez do controle da história tradicional²⁶.

²⁵Há uma crítica bastante aguda aos pressupostos braudelianos sobre a história, especialmente a que o acusa de tentar fazer uma história total. Autores como HEXTER (1972), GURVITCH (1955), LEVI-STRAUSS (1949 e 1953) tacham-no de atuar nessa premissa. Outros, como RICOEUR (1994 - 1997), desconstruem algumas críticas costumeiras à obra de Braudel. Para Ricoeur, ela é parte de um conjunto indissociável, pois toda a estrutura da obra é estável e uma parte se relaciona com a outra, não representando a tentativa de uma história total, mas sim a busca de uma explicação total da temporalidade histórica que Braudel pesquisa.

²⁶A preocupação de Braudel persiste na oposição à história tradicional e ao método do tempo curto desse modelo, esta oposição não deve ser encarada por nós como uma divergência sobre o método do tempo curto, sua preocupação está em discordar dos princípios do modelo praticamente exclusivo que a história tradicional se ocupava para escrever história, história política, narrativa dos grandes homens e dos vencedores. Braudel sofre a influência dos primeiros *Annales*, luta para deslegitimar a história tradicional, logo, o seu método. Porém, o autor

A perspectiva da permanência e da ruptura compõe o tecido social do nosso estudo e Braudel nos auxilia a pensá-lo. Registramos que ele foi o expoente da proposta metodológica de análise da longa duração e sua principal obra²⁷ é resultado desse modelo de análise. Uma obra que dividia o tempo em três níveis: tempo curto, tempo de média duração e tempo de longa duração. O tempo curto era considerado superficial, o de média duração compreendia os ciclos históricos, e o de longa duração buscava suas explicações na história quase imóvel, ao final, essas diferentes temporalidades formavam um conjunto único.

A efervescência dos primeiros séculos na América, tendo como ponto de análise a função dos Tratados operando como uma fronteira, deixa transparecer a necessidade de se observar a história na longa duração, ou seja, é por meio da compreensão do método que se pode chegar mais próximo a uma explicação da história. Um método que se mostra flexível em relação à temporalidade e insere elementos que rompem com as permanências do objeto de análise, dando-lhe novos significados. No tocante a isso vale lembrar a principal tese de Braudel: “[...] o único problema a resolver, é demonstrar que o tempo avança com diferentes velocidades”.²⁸

Sublinhamos que, a partir das reflexões de Albuquerque Júnior, percebe-se uma nova forma de relação com o tempo e o espaço, pois a fronteira possibilita essas novas percepções. Para o autor,

A chamada compreensão espaço-temporal, que leva a uma relação mais intensiva, mas veloz e instável com estas duas coordenadas fundamentais da experiência humana, influencia de modo decisivo para que estejamos diante de novas relações sociais e de produção, novas formas de representação e novas maneiras de produzir o próprio conhecimento. Nossa sociedade se caracteriza pela mutação em noções como a de distância, fundamental para definição de nossas concepções espaciais. A velocidade dos meios de transporte e comunicação, a emergência dos espaços virtuais, relativizam o que era a bem pouco tempo a barreira intransponível das distâncias entre lugares e pessoas. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 61)

de *O Mediterrâneo* não nega a história do tempo curto, o que ele prega é uma desconfiança em relação ao método que se utiliza do presente para escrever história da maneira como a história tradicional fazia.

²⁷ BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*. Lisboa: Martins Fontes, 1983-1984.

²⁸ “Braudel and the Primary Vision”, um diálogo com P. Burke e H. G. Koenisberger, difundido pela Rádio 3, em 13 de novembro de 1977. In: BURKE, Peter. *A Escola dos Annales 1929-1989: a revolução francesa da historiografia*. Trad. Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997, p. 52.

Para a compreensão da fronteira e seus significados, a problematização acima proposta é importante. Analisa-se a fronteira no interior de sua historicidade, localizando-a na *média duração* e percebendo-a na dinâmica particularizada dos *eventos*, porém, a nova demanda metodológica proposta eleva a dificuldade de precisão conceitual, pois operamos com o mesmo objeto, mas com diferentes temporalidade e atores históricos.

Nos dois casos, a nossa perspectiva sobre a fronteira é a de que ela é um complexo mosaico que se altera constantemente pelas ações humanas; uma membrana viva, um caleidoscópio que quanto mais é movido mais cria configurações. Um modo de explicação que se aproxima disso é a noção de dispositivo, pois a fronteira é também uma prática discursiva e não discursiva para o historiador, para a sociedade, para o Estado. Serve tanto para legitimar, quanto para negar a relação da fronteira com o social, dessa forma ela mostra a complexidade de suas funções sociais.

Trabalhamos com a noção de dispositivo entendendo-o como um papel metodológico; assim, compreendemos três funções que operam no objeto. Na concepção de Foucault, o dispositivo

[...] em primeiro lugar, é um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. Em segundo lugar, gostaria de demarcar a natureza da relação que pode existir entre esses elementos heterogêneos. Sendo assim, tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação dessa prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Em suma, entre esses elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posições, que também podem ser diferentes. Em terceiro lugar entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante (FOUCAULT, 2012, p. 364-365).

O dispositivo necessita ser compreendido como algo amplo e geral, acima do sentido de episteme. Ao percebermos uma finalidade estratégica sobre o alcance em que se unem múltiplos entendimentos – no caso da interpretação da fronteira – e quando necessitamos realizar uma reavaliação de diferentes elementos que na fronteira estão inseridos, tanto por parte do Estado, quanto pela sociedade, surgem formas dispersas para a história. Segundo

Foucault, “cada efeito, positivo ou negativo, desejado ou não, estabelece uma relação de ressonância ou de contradição com os outros” (FOUCAULT, 2012, p. 365).

A apreensão do termo fronteira se aproxima da designação de estruturas de conhecimento e mecanismos institucionais, físicos e administrativos que mantêm a atividade do poder no interior de uma sociedade/comunidade. Ao mesmo tempo em que é um amplo emaranhado de caracteres simbólicos dessa comunidade.

A temporalidade em relação aos estudos fronteiriços é uma das concepções mais abordadas pelos historiadores, continuamente foi mais valorizada que o espaço no *metiê* do historiador. O tempo se emoldura nas perspectivas de um aparelho detentor de saber legitimador e veiculador do mito do progresso, e, em contrapartida, o espaço denota a ideia de uma barreira que será derrubada e aniquilada pelo tempo, como se fosse um cenário.

Cabe destacarmos que as relações na fronteira surgem com uma rica pluralidade entre tempo e espaço – marcadas por especificidades visíveis. O que se percebe é que há um movimento de sociabilidades que não estão estabelecidas de forma naturalizada. Assim, a historicidade do objeto e a teorização em torno dele é para nós uma preocupação permanente, independente das concepções metodológicas elencadas. A apreensão da função da fronteira não se dá apenas pelo limite, sem se perceber o seu papel histórico, prático, político e social, e isso caracteriza a pesquisa, desenvolvida por meio de um corpus de fonte que possui sua origem na natureza da problemática da pesquisa, por meio disso percebemos que a fronteira produz nas pessoas dificuldades; dificuldades de falá-la, de vê-la e de senti-la.

A pluralidade das práticas sociais desenvolvidas pelos fronteiriços na fronteira entre Brasil e Paraguai é tratada por nós – a partir desse momento – com aspectos que colaboram para mostrar que as relações que se estabelecem entre as pessoas de diferentes nacionalidades se dão por aproximações e também por distanciamentos. O campo de análise que elegemos para centralizar nossas pesquisas é o meio rural, pois esse espaço apresenta características de mudanças bastante perceptíveis, bem como assegura pontos permanentes em suas disposições.

No meio rural analisamos dois desses fatores. O primeiro está relacionado ao surgimento de um ator histórico novo, o brasiguaió que passou a fazer parte das fronteiras enquanto sujeito fronteiriço, alçando uma bandeira diferenciada de luta, tanto no Brasil quanto no Paraguai. Tanto no Brasil quanto no Paraguai o denominado brasiguaió, é um sujeito que alimenta conflitos de ideias políticas, marcadas pela reivindicação da terra. Eles realizam uma luta singular visualizada em seus discursos que sinalizam para uma disputa pela

memória que se criou em relação a seu grupo social, e para a busca de sua identidade que o caracteriza.

Posteriormente analisamos o que consideramos a causa principal que levou ao surgimento do brasiguai – o amplo trânsito de brasileiros que, a partir dos anos 1970, passou a entrar no Paraguai, fato que se deu após uma série de agitações que ocorreram especialmente no Sul e Sudeste do Brasil. Outra causa foi o desemprego na área rural, ocasionado, sobretudo, pela intensa mecanização agrícola no Brasil, o que fez com que famílias de pequenos proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros, entre outros, ficassem sem trabalho. O Paraguai representava para esses trabalhadores uma solução para acalmar a situação precária em que se encontravam no Brasil.

CAPÍTULO II

A PLURALIDADE HISTÓRICO-SOCIAL AGRÁRIA NO PARAGUAI

O conjunto de referências apresentado na revisão bibliográfica, elaborada no capítulo anterior, possibilitou-nos a abertura de campos de análises para uma variedade de abordagens em relação aos estudos fronteiriços. Diante disso optamos por congregarmos um espaço social que explica sobremaneira o motivo da entrada de milhares de brasileiros no Paraguai – a área rural.

A massiva entrada de brasileiros especialmente em busca de terras para aquisição e plantio no Paraguai, principalmente a partir da década de 1970, contribuiu para que ocorresse a pluralidade histórico-social rural naquele País. Essa entrada deu-se em um contexto em que o latifúndio vinha se perpetuando, desde os finais do século XIX, e congregando, de um lado, poucos proprietários com muitas terras e, de outro, uma quantidade expressiva de *campesinos y sin tierras*. Os agricultores brasileiros passam, então, a fazer parte desse modelo econômico, incluindo-se na realidade paraguaia, em que poucos se dão muito bem e muitos não conseguem se firmar como agricultores.

Situação que se multiplica no ambiente rural e que representa, ao mesmo tempo, o equacionamento de questões agrícolas. Resulta na “estafa” do problema agrário, posto que a questão agrícola liga-se a interesses voltados para a produção na agricultura e a questão agrária volta-se a interesses pela maneira como a mão de obra é utilizada na agricultura. Isso nos leva a perceber que os milhares de brasileiros que adentram o Paraguai são portadores dos novos meios de produção; em contrapartida, passam a ser a grande massa que acompanha o processo de transitoriedade entre Brasil e Paraguai, e vai comportar no meio rural, a questão agrária.

A explicação para tal fato é a de que houve o prolongamento do exercício das atividades realizadas no Brasil e a consequente reprodução dos mesmos atores históricos no

Paraguai. Ou seja, para a grande maioria desses brasileiros, o êxito no trabalho rural não se concretizou, uma vez que se reproduziu naquele País o mesmo grupo de trabalhadores rurais que existia no Brasil – pequenos agricultores, arrendatários, meeiros, parceiros, parceiros, entre outros, que acabaram sendo os principais atores que passaram a fazer parte do grupo social denominado de brasiguaios.

Pontuamos que o sujeito social brasiguai surge, num primeiro momento, com uma nova e diferente bandeira de luta pela terra, tanto no Paraguai quanto no Brasil, na medida em que ele se diferencia dos demais integrantes de movimentos sociais de luta pela terra. Com o passar do tempo, o tratamento do termo passa a ser de uso corrente, especialmente difundido pela imprensa e representando o brasileiro que está no Paraguai, que está ou esteve ligado às atividades rurais no País vizinho.

Assistimos atualmente a um conflito referente à memória e à identidade que se produziu relativamente aos brasiguaios – sujeitos fronteiriços que passaram a ser construtores de fronteira entre Brasil e Paraguai – posto que as relações históricas e sociais não se efetuam sem a propagação de divergências e aproximações. Relações que podem ser percebidas por meio de práticas sociais e culturais exercidas por eles e por meio de discursos que se produzem em relação a eles ou são produzidos por eles na esfera política, cultural e social no Paraguai.

A questão agrária demanda uma pluralidade de aspectos que necessitam ser considerados, tais como propriedade, produção, mão de obra, mecanismos de trabalho, impostos, economia, política, cultura, legalidade, ilegalidade, conflitos envolvendo movimentos que reivindicam terras, entre outros.

Na maioria das vezes, as reivindicações mais agudas que ocorrem no ambiente fronteiriço ligado à questão agrária no País vizinho, sucedem por causa da suposta ocupação dos espaços territoriais paraguaios por parte de brasileiros. A partir dessa constatação observamos que muitas vezes isso se dá como uma ação inconsciente pelas pessoas, uma vez que não há, por parte delas, a percepção de um possível favorecimento de atos ilícitos, seja no Brasil ou no Paraguai, tanto de ordem material, quanto de ordem ideológica, política ou institucional. As práticas sociais entre os atores históricos no meio rural é o aspecto que vamos discutir de maneira mais profunda neste capítulo.

A circulação de pessoas entre o Brasil e o Paraguai que trabalham em atividades ligadas à agricultura se tornou habitual a partir da segunda metade do século XX. Com isso, os

espaços sociais foram se construindo com configurações análogas entre brasileiros, paraguaios e descendentes em ambos os Países, no ambiente fronteiro; embora seja mais perceptível a presença de brasileiros e seus descendentes em terras paraguaias, especialmente no Leste do País.

A relação com o trabalho agrícola ou com o que deriva das funções no meio rural por parte de brasileiros que moram e trabalham no Paraguai se dá de forma competitiva entre as grandes empresas para conseguirem os melhores profissionais. Em entrevista, o trabalhador Marcelo de Almeida, que em 2004 residia em Guaíra, no Paraná, diz o seguinte:

Tenho trinta e dois anos, vim no Paraguai com dezoito anos entrei no Paraguai, certo? Em 1990 entrei na empresa Silo Amambai que ficava em Santa Rita [Departamento de Alto Paraná no Paraguai], caminho para a Argentina. Em 1997, essa empresa foi vendida pra uma multinacional, a ADM, certo? Hoje a maior do mundo, trabalhei cinco anos dentro da empresa, tenho bastante experiência também assim, e pela burocracia da empresa eu sai dela, trabalhei um ano em San Alberto [Departamento de Alto Paraná no Paraguai] que ficava pra cá no fundo de Santa Helena [Paraná] né, dali eu sai vim pra empresa Sojapar, que é um vínculo da primeira empresa que eu trabalhei que voltou pro mercado também, certo? [...]. Eu trabalho pra uma empresa que é particular, essa empresa ta dentro do País [Paraguai] há muitos anos, ela é um grupo muito grande ela tem, tipo dez filiais, empresa de revenda de maquinários, transportadora própria, é processadora de semente própria, entendeu? Então, ela é muito grande, ela ta de norte a sul do País e mais centralizada aqui (ENTREVISTA: MARCELO DE ALMEIDA, GUAÍRA, 16/01/2004).

O entrevistado não dá detalhes sobre o lugar onde trabalha, mas percebe-se, pela indicação do local de residência, que é em Guaíra, no Paraná. O trabalho é no Departamento de Canindeyu, no Paraguai. Ele ainda diz que a família possui propriedade rural no País vizinho, seu discurso mostra a dinamicidade do trabalhador em regiões de fronteira. O ator histórico do meio rural possui características variáveis, o cotidiano vivido por ele mostra a diversidade coexistente em função do trabalho agrícola realizado entre os dois Países, logo, o entendimento e o reconhecimento da função da fronteira são produzidos por ele nessa diversidade.

Durante a pesquisa de campo, também fizemos uso da observação participante²⁹, quando adentramos o espaço fronteiriço interior do Leste paraguaio, após percorrer vários quilômetros no Paraguai, em meio a brasileiros e descendentes que se comunicam em idioma

²⁹ Os dados da observação participante são válidos, na medida em que nos auxiliam a compreender a sociabilidade observada e em que podem ser empregados na pesquisa, como, por exemplo, as entrevistas realizadas.

português, que se utilizam da moeda brasileira, de um comércio peculiar ao do Brasil, da cultura cotidiana das pequenas cidades brasileiras, entre outras características que tornam o espaço fronteiro um lugar semelhante aos que encontramos no interior do Brasil. Observamos que na fronteira as pessoas exercem suas práticas como se ali fosse o Brasil e não outro país. Observamos também um reduzido número de paraguaios nesse espaço fronteiro.

Ao constatar tais especificidades, passamos a repensar a pluralidade e a questionar qual seria a possibilidade mais apropriada para se entender a fronteira que se entremeava nesse momento entre a pluralidade e a singularidade das relações entre brasileiros e paraguaios e o trabalho com a terra. Por ser um diversificado ambiente de produção de sociabilidade, o que verificamos é que há o prolongamento das práticas que antes eram exercidas no Brasil pelos imigrantes brasileiros que estão no Paraguai.

A partir do momento em que reconhecemos a fronteira com seus amplos conceitos, não podemos desconsiderá-la como um campo de saberes e de discursos. Assim, ao percebermos que as relações entre pluralidade e singularidade se acentuaram na investigação, encaramos esses discursos e nossas observações como uma possibilidade na pesquisa e não como uma limitação da pesquisa.

Ressaltamos essa possibilidade porque as tensões conceituais apareceram, a todo o momento no campo de pesquisa, seja em relação à fronteira, seja em relação aos fronteiros. Desse modo, o estudo não pode ignorar essas possibilidades que se tornam variações das práticas exercidas pelas pessoas, tais como o idioma, os costumes, a composição social, a literatura sobre os lugares, a mesclagem que se visualiza entre o que é a formação histórica e o que é a formação geográfica entre os dois Países no ambiente de fronteira.

A situação de fronteira a que as pessoas são expostas potencializa a constituição de suas práticas que obedecem tanto aos contatos, quanto aos contrastes. A fronteira que estudamos é um espaço para reflexões críticas, em que só podemos compreender a pluralidade de seus sentidos e das gentes que ali habitam a partir do momento em que reconhecemos que as singularidades das práticas continuam sendo exercidas.

É o caso de refletirmos sobre a permanência de costumes, por exemplo, os costumes identitários regionais. Há sim uma diferenciação cultural acentuada dos brasileiros que vivem no Paraguai e na maioria das vezes é historicamente construída pelos brasileiros no Brasil, os quais não conhecem a realidade social daqueles que estão em outros locais do País, por

exemplo, pessoas do Nordeste brasileiro que desconhecem os costumes de pessoas do Sul, e vice-versa. Ao adentrarem o Paraguai, enquanto partícipes de uma mesma nação – Brasil – as diferenças entre nortistas e sulistas³⁰ continuam a se produzir, sejam aspectos positivos, ou negativos, estamos perante processos históricos e sociais na fronteira, mas que são construídos nas grandes extensões regionais do Brasil, onde o nordestino geralmente é o peão e o sulista geralmente é o proprietário, quando tratamos de setores ligados à agricultura.

Essa não é uma situação que se criou no Paraguai, mas sim migrou para o Paraguai junto com os brasileiros. Tal constatação pode ser feita sem que se saia do Brasil, no País se percebe que diferenças se reproduzem, todavia, não podemos criar estereótipos de brasileiros no Paraguai como sendo todos eles frutos de um mesmo processo de construção social no Brasil, não é possível falar de homogeneização de práticas entre as pessoas de diferentes regiões, e essa diversidade não pode ser ignorada no Paraguai.

A partir da possibilidade criada pela pesquisa, por meio da percepção de aspectos plurais e singulares, passamos a interrogar a acentuada ausência de paraguaios nesse contexto, essa falta seria temporária? Há componentes constitutivos das atividades dos paraguaios nesses locais? Nossa perspectiva historiográfica – direcionada por análises de aspectos do presente – apresentou os atores históricos de origem paraguaia na atualidade com bastante fragilidade no espaço fronteiriço. A partir daí, percebemos que não podemos estudar a fronteira por si mesma, sem problematizar os vetores de sua materialização para as pessoas, assim como as representações que os fronteiriços produzem para compreendê-la. Na fronteira do Paraguai com o Brasil – na altura do estado do Paraná – percebemos o Paraguai para muito além do que o limita institucionalmente com o Brasil. Definimos como marco o Lago Internacional de Itaipu, ou seja, o próprio mecanismo divisor – lago – não é necessariamente uma barreira para as pessoas. Esse ponto de vista é direcionador de perspectivas analíticas importantes.

No tocante a entender como isso se dá, optamos por ilustrar a utilização de práticas sociais que se estabelecem no mundo fronteiriço e que vão além das fronteiras, como, por exemplo, a utilização da moeda brasileira (Real). O entrevistado Marcelo de Almeida pontua a questão em relação à moeda que é utilizada entre os dois Países. Segundo ele,

Alguns lugares aceitam; Foz do Iguaçu, por exemplo, qualquer um aceita as duas moedas e lá no Paraguai você andando num limite de duzentos

³⁰ Nesse sentido pontuamos questões culturais, como os diferentes gostos pela comida, bebida, música, denominação de objetos, e estilo de vida, que são praticados por brasileiros do Norte e brasileiros do Sul.

quilômetros lá dentro, qualquer um aceita o Real [moeda do Brasil], como se fosse uma moeda que girasse corrente dentro do País [Paraguai], como o dólar, como o guarani, certo? (ENTREVISTA: MARCELO DE ALMEIDA, GUAÍRA, 2004).

Esse é um ponto interessante para a aproximação das questões sobre o meio rural, pois se reconhece a influência de mecanismos que estão diretamente ligados à conformação do ambiente agrário no Paraguai que vão muito além do que mostram os mapas oficiais que permitem visualizar os limites entre Brasil e Paraguai. Na realidade, há a sensação de existir outro país dentro do Paraguai, e os fronteiriços são frutos dessa diversidade que se produz com o alargamento do sentido da fronteira, sobretudo, no mundo agrário as pessoas que este envolve, e especialmente na manutenção das práticas sociais que elas exercem.

O que notamos na entrevista de Marcelo de Almeida é que há descontentamento por parte das pessoas que trabalham e vivem no Paraguai e desejam fazer algum tipo de negócio ou compra no Brasil. Ao atravessarem a fronteira, por pontes, balsas ou estradas que ligam os dois Países, especialmente na altura do estado de Mato Grosso do Sul, a moeda do País vizinho [Guarani] não é aceita em transações, por exemplo, em restaurantes, lojas, postos de combustíveis, e até por taxistas. São esses entraves que dificultam a realização de negócios no Brasil por pessoas que trabalham e vivem no Paraguai, especialmente por pessoas que transitam nas regiões de fronteira. Convém lembrar que esse tipo de coisa não acontece em regiões de fronteira do lado paraguaio, onde a moeda brasileira [Real] é corrente, sendo aceita na maioria dos estabelecimentos.

Essa constatação pôde ser feita várias vezes em trabalho de campo, em que a primeira ação, antes de entrar no Brasil, era procurar uma Casa de Câmbio para adquirir a moeda brasileira. Marcelo dá um exemplo quando comenta sobre a cidade de Guaíra, município do extremo oeste paranaense, que faz divisa com o município de Mundo Novo, no Mato Grosso do Sul. Em Guaíra onde ele vivia em 2004, cidade que faz divisa também com Salto del Guairá em Canindeyú, no Paraguai. Segundo ele, “Guaíra tinha que ser melhor, melhor estruturada, uma cidade de fronteira que nem Guaíra, você vai fazer uma [...], vai pagar uma conta em Guarani ou em Dólar que é moeda das duas fronteiras, o pessoal não aceita” (ENTREVISTA: MARCELO DE ALMEIDA, GUAÍRA, 2004).

Uma questão simples abordada pelo entrevistado que, entretanto, pode representar fator decisivo na entrada de pessoas em outro País – sem moeda corrente ninguém sobrevive

por muito tempo, sequer o comércio. Em zona de fronteira em que predomina o comércio de importados *Made in China* e de peças de máquinas agrícolas, como é o caso do Paraná e Canindeyu, isso pode fazer grande diferença.³¹

Ao analisarmos a “crítica” de Marcelo de Almeida, podemos encarar essa prática de não aceitação do dinheiro paraguaio como moeda corrente, na maioria das cidades de fronteira do lado brasileiro, como uma forma de inibir a entrada de pessoas provenientes do Paraguai nessas cidades, como uma forma de resistência. É salutar observar que a legalidade impede a livre circulação de moeda estrangeira no Brasil, porém no caso entre Brasil e Paraguai há mecanismos que podem fazer com que elas circulem, uma vez que o Mercosul dispõe regras sobre a questão nos países integrantes do bloco.

No Paraguai, em relação à entrada de agricultores brasileiros, notam-se outras estratégias de críticas. No Editorial do Jornal *Última Hora* de Assunção, aborda-se a influência desse processo no País. Segundo o Editorial,

El Estado debe ocuparse de los problemas generados por la descontrolada afluencia de colonos brasileños a nuestro País. La presencia masiva de inmigrantes brasileños en las zonas fronterizas y en gran parte del territorio nacional tiene considerables consecuencias económicas, sociales y políticas, y plantea complejos problemas de asimilación cultural, impacto ambiental, de uso de la tierra, de desplazamiento de la población campesina, de legalidad y de soberanía. Es sencillamente inconcebible que el Estado paraguayo continúe sin una política que comprenda esa realidad y regule ese proceso migratório que ya lleva más de cuatro décadas (ULTIMA HORA, 19/09/2003, p. 24).

Considerando o exposto no Editorial do Jornal, assim como as leis vigentes no Paraguai, concluimos que as leis existem, mas a atuação do Estado não ocorre. O Estatuto Agrário do Paraguai, de 30 de janeiro de 2002, estabelece disposições que servem como uma maneira de orientar ou direcionar a incursão de imigrantes, denominados, no Estatuto, como *extranjeros* – não apenas de brasileiros – na ocupação da terra no País.

O Artigo 17 do Estatuto Agrário do Paraguai do ano de 2002 diz, conforme os termos a serem regulamentados pelo Organismo de Aplicação da Lei, quem poderá adquirir terras na qualidade de beneficiário do Estatuto. O Inciso Primeiro (A) estabelece que as limitações na aquisição de terras estão em relação a

³¹ A questão da moeda é um fator interessante no trânsito de pessoas entre os dois Países, no Paraguai, quando chegamos a qualquer Terminal Rodoviário, temos a possibilidade de conseguir a moeda nacional paraguaia em casas de câmbio ali instaladas; no Brasil, essa troca de moeda não é algo tão fácil de ser realizada, há casos em que municípios possuem apenas um local de câmbio para moeda.

[...] los ciudadanos extranjeros, con radicación permanente y no menos de cinco años de residencia en el País, que a la fecha de vigencia de la presente ley, y por el período mencionado, se encontraren residiendo, ocupando y utilizando directamente lotes o fracciones de patrimonio del Organismo de Aplicación (ESTATUTO AGRÁRIO DO PARAGUAI, 30/01/2002).

O Estatuto Agrário dispõe, de forma objetiva, sobre a questão dos estrangeiros, determinando que, para a aquisição de terras, as pessoas ou têm de ser radicadas no País, ou têm de ter, no mínimo cinco anos de residência fixa no Paraguai, a partir da vigência da Lei no início de 2002.

O ano de 2002 é o momento em que o Estado paraguaio retoma com maior intensidade as discussões sobre a questão agrária no País. Nesse ano há a revisão do antigo Estatuto Agrário do Paraguai, criado no período ditatorial, sob a Lei 854, de 26 de março de 1963. Este havia revogado o Estatuto Agrário do Paraguai que vigorava sob o Decreto de Lei 120, de 29 de fevereiro de 1940.

É importante assinalarmos que houve muitas alterações no Estatuto de 1963 em relação ao de 1940. Em 1940, o Estatuto³² não previa terras para estrangeiros e dava orientação institucional sobre as questões de latifúndio e minifúndio. Em 1963 o Estatuto Agrário de Stroessner deu esperança para as pessoas em relação a uma demanda de terras aos camponeses, com a forte presença do Estado neste setor, mas o que se assistiu foi a abertura das fronteiras nacionais, a criação do Instituto de Bem Estar Rural (IBR), e especialmente a mudança de conceito, em que se abandona o conceito de Reforma Agrária e se cria o conceito de bem estar rural.

A partir do “Estatuto de Stroessner” de 1963, a questão fundiária no Paraguai promove grandes proprietários, entre eles, os estrangeiros. O Estatuto de 1963 suprime os artigos que legislavam sobre tais questões e criam outros. Como resultado, houve maior desigualdade social em relação à distribuição de terras e à abertura das fronteiras para a entrada de estrangeiros que visavam aquisição de propriedade a partir do ano de 1967, de acordo com a nova Constituição. Ano em que o governo paraguaio aboliu definitivamente a Lei que proibia a compra de terras por estrangeiros na faixa próxima às linhas de fronteiras nacionais do País, até então considerada de segurança. Com a Constituição de 1967, retorna

³² Vale lembrarmos que o Estatuto Agrário de 1940 foi elaborado por Carlos Pastore, um intelectual respeitado que compôs o governo de Estigarribia e que escreveu, em 1949, o clássico livro *La lucha por la tierra en el Paraguay*. Tal obra, até a atualidade, se mostra com uma perspectiva analítica muito importante sobre a questão rural no Paraguai.

também a ideia de Reforma Agrária, mas como um componente que poderia ser operacionalizado no interior do conceito de bem estar rural, ou seja, meramente ilustrativo para o período marcado pela ditadura.

O agricultor brasileiro Luiz dos Santos de Almeida, residente em Yby Yau, em entrevista realizada no ano de 1994 observa que cultivava no Brasil, no início da década de 1970, cerca de 5 hectares de terra. A partir de 1976, passou a cultivar 54 alqueires de terra no Paraguai, onde plantava café, algodão, hortelã, entre outras variedades de plantio. Terra adquirida com os valores relativos às terras vendidas no Brasil, ou seja, valores em torno de dez vezes mais que o das terras do Paraguai. Segundo ele,

O Stroessner foi um bom presidente. Vixe!... pra nós não precisava melhor, ele era uma “mãe”. No tempo que ele estava no poder nós tínhamos financiamento desde a plantação do algodão e depois o preço, não sei se era ele que exportava, o que era! Só sei que o preço aqui era muito bom, depois que saiu fracassou o País. Depois que ele saiu ficamos 2 anos sem financiamento. Agora não me queixo, tive financiamento nesses 2 anos, mas teve “nego” aí que não teve. Porque com o presidente Stroessner, se a gente não pagasse o banco no primeiro ano, se vencesse a conta e não pagássemos por causa de qualquer contratempo não era problema. Pagava no outro ano. Se não dava prá pagar no outro ano, pagava no outro. Pagava só o juro e a conta ficava e agora não!... Venceu a conta tem que pagar e no outro governo a gente poderia ficar devendo 5, 6 anos, a conta não era problema (ENTREVISTA: LUIZ DOS SANTOS DE ALMEIDA, YBY YAU, 1994).

O discurso do senhor Luiz dos Santos de Almeida segue na direção do que se percebe na literatura escrita sobre os primeiros anos de entrada em novas frentes agrícolas no Paraguai, que diz respeito ao subsídio para o plantio e à garantia de preço na colheita.

Visualizamos a vivência do agricultor entre dois modelos políticos diferenciados – um ditatorial, até 1989, e outro, mais democrático, após 1989 – quando do momento de sua entrevista em 1994. Em suas palavras o modelo de Stroessner possui maior alento e garantias para os agricultores, todavia, após vinte anos da entrevista do agricultor, lembramos que esse tipo de mercado, onde se vendia cinco alqueires de terra no Brasil e se comprava cinquenta no Paraguai, é fruto direto da abertura do Estatuto Agrário proposto por Stroessner em 1963, política que facilita a entrada de estrangeiros em terras paraguaias e a compra de propriedades. Esse é o contexto de ingresso de Luis dos Santos de Almeida no Paraguai, há aproximadamente quatro décadas atrás, uma forma de benefício bastante praticada, mas que nem todos conseguiram alcançar.

O discurso de Luiz de Almeida, de 1994, se torna elemento importante quando posto em diálogo com o Estatuto Agrário, de 1963, porque ele faz parte de um contexto em que as disposições do Estatuto em grande medida ainda estavam vigentes e lhe beneficiavam desde 1976, quando entrou no Paraguai, a oportunidade de viver em distintos modelos políticos – ditadura e redemocratização.

Já em relação ao Estatuto Agrário de 1963, o documento, no segundo capítulo, estabelece as leis sobre os beneficiários do Estatuto. No Artigo 14, dita quem poderá ser beneficiário deste Estatuto:

a) Los varones y mujeres que hayan cumplido diez y ocho años de edad, que sean paraguayos o extranjeros, que se dediquen habitualmente a las labores agropecuarias o que se propongan formalmente dedicarse a ellas; **b)** Las Cooperativas Rurales; **c)** Los agrónomos y veterinarios titulados; y **d)** Los comprendidos en el Capítulo V de la presente Ley. (ESTATUTO AGRARIO, 26/03/1963).

A fração militar também passou a ser beneficiária das terras do Estado paraguaio com o Estatuto Agrário de 1963, o que em grande medida alavancou a propriedade aos militares do País. O Capítulo V, em seus artigos 19, 20 e 21, trata, em suas disposições, Del Instituto de Bienestar Rural y las Fuerzas Armadas:

Art. 19. - Los conscriptos de las Fuerzas Armadas de la Nación procedente de las normas rurales, recibirán, en cuanto las circunstancias lo permitan, un curso intensivo de adiestramiento agropecuario.

Art. 20. - El licenciado del servicio militar obligatorio que hubiese completado el curso de adiestramiento a que se refiere el artículo anterior, tendrá derecho a un lote agrícola que el Instituto de Bienestar Rural le adjudicará al plazo máximo para su pago, conforme con las disposiciones de esta Ley.

Art. 21. - El Ministerio de Defensa Nacional acordará con el Instituto de Bienestar Rural las disposiciones necesarias para dar cumplimiento a las previsiones de este Capítulo y la colaboración de las Fuerzas Armadas para los fines del Bienestar Rural (ESTATUTO AGRARIO, 26/03/1963).

Assim como os militares, os estrangeiros tiveram a possibilidade de obter propriedade de terras no Paraguai. Nesse sentido, o sociólogo Marcial Antonio Riquelme enaltece o número de brasileiros existentes no País, o que ele denomina de brasiguaios, dizendo que, na zona fronteira, há muitos brasileiros. Em entrevista ao Jornal *Ultima Hora*, o autor diz que:

Actualmente, la presencia masiva de inmigrantes brasileños ya se siente en 12 de los 17 departamentos del Paraguay. Solo cinco se salvan del flujo migratorio, y son Central, Cordillera, Guairá, Paraguairí y Presidente Hayes. En Alto Paraná, Canindeyú y Amambay, la presencia de los brasiguayos alcanza más del 80% de la población (JORNAL ULTIMA HORA, 20-21/09/2003, p. 26).

MAPA 02: DIVISÃO DEPARTAMENTAL DO PARAGUAI



Fonte: Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos (DGEEC), 2012.

O mapa mencionado orienta o leitor no sentido de apontar os Departamentos a que Marcial Antonio Riquelme se refere e onde eles se localizam. Registramos que os números referentes à população brasileira e de descendentes no Paraguai são incógnitos para ambos os governos, enquanto a chancelaria reconhece em torno de meio milhão de pessoas – brasileiros no Paraguai – os censos mostram em torno de cem mil nesse contexto. Há ampla discussão atualmente sobre essa questão; alguns defendem que todos são brasileiros que vivem no Paraguai; outros dizem que a grande maioria é descendente de brasileiro, mas nascido no Paraguai, ou seja, são paraguaios.

Isso demonstra que a imprecisão dos dados aponta para outro problema: o da forma ilegal de entrada e permanência de brasileiros no Paraguai. Em torno de 75% das pessoas não estão com seus documentos e propriedades, no País vizinho, legalizados e não constam nos Censos Oficiais do Paraguai. Sublinhamos que os departamentos que estão acerca de Assunção são os menos atingidos pela imigração estrangeira – brasileira. Segundo Riquelme, são eles: Central, Cordillera, Guairá, Presidente Hayes e Paraguarí. Já os Departamentos de Alto Paraná, Canindeyu e Amambay concentram grande número de brasileiros e descendentes, o que Riquelme denomina, de forma generalizada, de “brasiguaios”. Embora Riquelme destaque que esse número gira em torno de 80% do total da população, reconhecemos que, nos últimos anos, houve maior equilíbrio entre o número de brasileiros e paraguaios, justamente porque muitos descendentes de brasileiros já são paraguaios.

Ao retomarmos a fonte mencionada do Jornal *Ultima Hora*, de Assunção, a qual cobrava do Estado uma postura mais objetiva em relação aos imigrantes brasileiros no Paraguai, temos ciência de que ela está incluída em um contexto de expressivas discussões no setor político do País sobre a questão agrária. Momento em que está em análise e votação o Projeto de Lei³³ que estabelece os perímetros de zonas fronteiriças no Paraguai, norma que Brasil e Argentina, por exemplo, já possuíam e que o Paraguai constantemente colocava em discussão no meio político.

Cabe ressaltarmos que, ao longo dos anos, o Projeto de Lei de Fronteiras se tornou um mecanismo utilizado para angariar apoio político junto à opinião pública paraguaia,

³³ Lei Nº 2532 – Lei de Fronteiras, aprovada na Cámara dos Senadores em 28 de outubro de 2004. Sancionada na Cámara dos Diputados em 09 de dezembro de 2004 e assinada pelo Presidente da Republica en Assunción en 17 de fevereiro de 2005. Ley que establece La Zona de Seguridad Fronteiriza de la Republica del Paraguay, em uma faixa de 50 quilômetros contígua a seu espaço nacional.

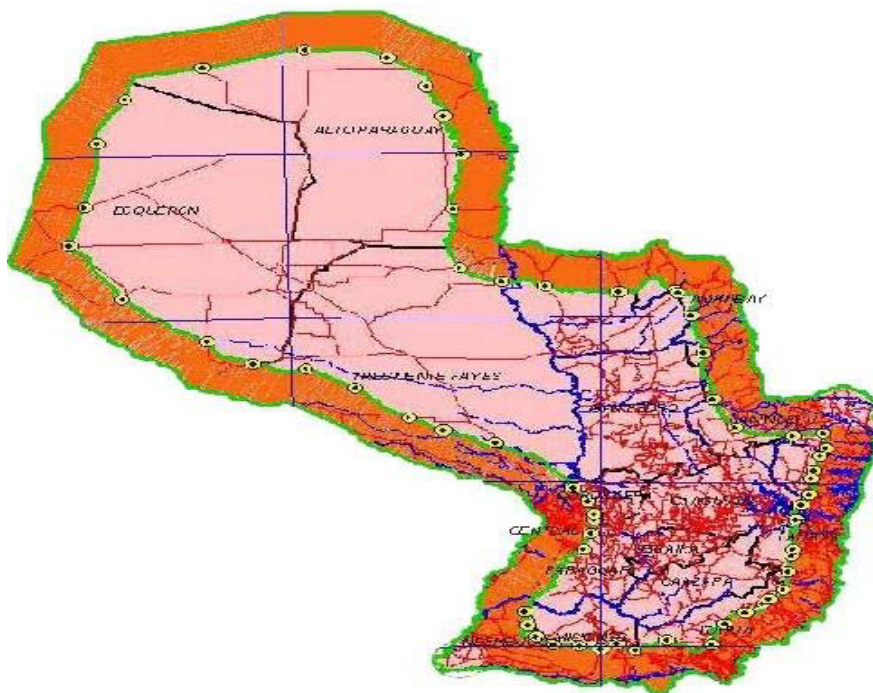
especialmente os fronteiriços. Muitas vezes foi vetado por autoridades competentes e, outras vezes, resgatado, quando sua influência era necessária.

É importante salientarmos que a Lei de Fronteiras no Paraguai tem causado diferentes impressões nos fronteiriços, na medida em que ela atua diretamente sobre as propriedades agrícolas na fronteira Leste, divisa com o Brasil, onde há a maior concentração de terras em mãos de imigrantes e descendentes brasileiros. Num primeiro momento, a Lei foi interpretada pelos proprietários como uma maneira de legalizar a expulsão de estrangeiros das terras do Paraguai. Todavia, muito do que estabelece a Lei ainda necessita ser implementado para que ela seja atendida plenamente, isso porque o Estado paraguaio não está completamente preparado para atender a todas as especificidades que a Lei prioriza.

Outros exemplos relacionados a essa questão podem ser citados: criação de reservas naturais dentro da faixa de fronteira, inventário de estrangeiros e de suas propriedades nessa faixa, identificação dos paraguaios que não possuem escrituras de terras e que vivem dentro da faixa de 50 quilômetros. O Estado necessita ainda criar mecanismos para o fechamento de portos fluviais ilegais às margens do Lago Internacional de Itaipu, no lado paraguaio, pois esse é um problema de zona de segurança. É preciso regularizar a documentação das pessoas e das propriedades que ali vivem para se verificar a necessidade de removê-las da faixa de segurança e provê-las de indenização, em caso de expropriação. Essas entre outras são algumas especificidades que o Estado paraguaio necessita dispor para enfrentar as questões propostas pela Lei nas paragens da fronteira.

A Lei de Fronteiras garantiu, sobretudo, a propriedade das terras aos estrangeiros que fizeram sua aquisição durante o período em que a legislação não preconizava sobre o assunto (1963-2004), ou seja, os estrangeiros tiveram seus direitos reconhecidos e preservados. Todavia, ficaram impedidos de revender suas propriedades a qualquer outro interessado que não fosse de nacionalidade paraguaia. Esse tema, em vista da novidade representada pela Lei, ainda não levou a qualquer tipo de agrave prático, mas provocará consequências em um futuro próximo, considerando experiências passadas. Desse modo, assistiremos a novas tensões sobre a propriedade de terras de estrangeiros – no caso, de brasileiros – nessa região.

FIGURA 03: FAIXA DE FRONTEIRA DE 50 KM NO PARAGUAI



Fonte: Comisión Interinstitucional Zona de Seguridad Fronteriza (CIZOSEF)

A “condição” estabelecida pela referida Lei pode se tornar um instrumento de influência e pressionar os proprietários rurais brasileiros a se desfazerem das terras a valores irrisórios, posto que, até então, os únicos desfavorecidos pela citada Lei são esses proprietários. Acrescentamos que, a partir do momento da promulgação da Lei, em 2004, até este momento, nenhuma das terras supostamente ilegais e situadas dentro da faixa de 50 quilômetros estabelecida como zona de segurança contígua a seu território, serviu ao propósito de assentamento para camponeses paraguaios, ou ao plano de Reforma Agrária do País. Objetivo político que desafogaria um dos maiores estados latifundiários do mundo, o Paraguai, isto, em favor de uma grande quantidade de trabalhadores que historicamente buscam terras, os ligados, por exemplo, ao Movimento Camponês Paraguai (MCP)³⁴.

³⁴ O Movimento Camponês Paraguai (MCP) foi criado em 25 de dezembro de 1980, nasceu após a última grande repressão de 1980 em plena ditadura militar. É um movimento que veio dos restos das Ligas Agrárias, depois de estas serem reprimidas no ano de 1976, acontecimento que ficou conhecido como a Páscoa Dolorosa. É um movimento organizado, composto por quadros que se distinguem no seu interior, como os fundadores, a militância, os trabalhadores, e procura, por meio do seu Centro Nacional de Formação Integral Camponês (CENFIC), verdadeiras escolas camponesas, desenvolver reflexão histórica sobre suas lutas e conquistas. O MCP possui uma estrutura de organização e participação que foi construída durante os primeiros anos, tais como: La Comisión Permanente de Familiares de Desaparecidos y Asesinados (CPFDA), criada em 1983; La Asamblea Permanente de Camponeses Sin Tierra (APCT), criada no ano de 1984; La Coordinación de Mujeres Camponesas (CMC), de 1985; La Asociación de Productores Agropecuarios (APA), fundada em 1986; y La Coordinación de Jóvenes Camponês (CJC), também de 1985, estas “divisões” internas possuem suas secretarias próprias. Esta

Cumpre-nos ressaltar que a área de zona de fronteira compreende quase um terço de todo o território do Paraguai, conforme dados oferecidos pelo autor Marcos Glauser. Segundo ele,

La Zona de Seguridad, (es) una franja de 50 km desde la línea fronteriza, afecta a 15 Departamentos, 134 Distritos, y abarca el 31% de la superficie total del País. Un aproximado de 790.000 fincas están sujetas, a partir del momento de la promulgación de la ley, a las restricciones de compra-venta a extranjeros (GLAUSER, 2012, p.39).

Salientamos também que, na considerada zona de segurança, há mais de 200 localidades em um espaço territorial total de 143.328 Km². Entre os anos de 2008 e 2012, foram realizadas incursões da *CIZOSEF* com vários trabalhos de campo com o objetivo de inventariar as propriedades localizadas na zona de fronteira estabelecida em lei, no ano de 2005. Nosso propósito agora é atualizar a análise dos dados referentes aos trabalhos da *CIZOSEF*, no Departamento de Canindeyú.

Para isso utilizamos como fonte a Nota *CIZOSEF* N° 14, de 17 de março de 2014, do Coordenador Geral da *Cizosef*, Coronel Juan Romualdo González Paiva, do Ministerio de Defensa Nacional, em que constam os trabalhos realizados em seis Distritos do Departamento de Canindeyú. Conforme destaca a Nota, a zona de segurança da Região Oriental compreende 67.204 Km², contamos para a nossa análise com os resultados da superfície inventariada de 6.080 km², que corresponde a 9% do total da Região Oriental, que limita com o Brasil.

Cabe destacarmos que os seis distritos inventariados representam uma amostra importante para dar um panorama sobre a propriedade de terras na Região Oriental do Paraguai. São eles: Nueva Esperanza com 88% inventariado; Katuete com 77%; Francisco Caballero Álvarez com 77%; La Paloma del Espíritu Santo com 99,7%; Salto del Guairá com 100%; e Corpus Christi com 100%. Esse é o conjunto de distritos inventariado até o momento na Região Oriental.

É importante salientarmos que nos detivemos aos números relativos às propriedades de terras de paraguaios e brasileiros que representam a maioria dos proprietários. Proprietários de outras nacionalidades, áreas com influência de outros distritos, e áreas de proteção da

estrutura faz da luta pela terra uma tarefa cotidiana, em suas 180 bases de coordenação, distribuídas por 15 departamentos do País, um montante de aproximadamente 14 mil famílias dentro do MCP, que lutam por mais de 350 mil famílias *sintierra*, que estão envolvidos ao mesmo objetivo. Essa estrutura funciona com uma Condução Nacional, Departamental, Zonal e de Base, que é composta por uma Secretaria Geral, Secretaria de Organização, Secretaria de Ações e Arquivos, Secretaria de Educação e de Finanças. (Texto elaborado em 2013, a partir de informações colhidas junto a vários estudos sobre o MCP no Paraguai, especialmente do CDE).

Itaipu comportam em torno de 1% das áreas inventariadas nessa região, sendo assim, nosso critério de análise se baseou nas relações de propriedade entre paraguaios e brasileiros, obedecendo a quatro eixos. O primeiro é a superfície inventariada de cada distrito; o segundo é a divisão inventariada entre brasileiros e paraguaios; o terceiro, o número de propriedades (lotes) pertencentes a paraguaios e brasileiros; o quarto, o número de proprietários das duas nacionalidades.

Convém registrarmos que o distrito de Nueva Esperanza foi fundado no ano de 1999, possui uma superfície de 130.394 hectares (ha), dos quais 97.928 ha (75%) é área afetada pela zona de segurança. Foram inventariados 86.218 ha (88%) da zona de segurança do distrito. Do total inventariado 41.257 ha (48%) da superfície pertencem a brasileiros e 35.216 (41%) estão em mãos de paraguaios. Essa quantidade de terras está dividida em 1.114 lotes, destacam-se 361 lotes (32%) de paraguaios e 656 lotes (59%) de brasileiros. Ao todo são 463 proprietários, mais expressivamente destacamos os 372 (80%) brasileiros e 66 (20%) dos proprietários que são paraguaios. Esses são resultados coletados pela *CIZOSEF* no ano de 2008.

No distrito de Katuete, a *CIZOSEF* fez os levantamentos entre os anos de 2008 e 2009. Esse distrito emancipou-se em 1994, possui uma superfície de 81.658 ha, dos quais 60.554 ha (74%) constituem área afetada pela zona de segurança. Foram inventariados 46.458 ha (77%) da zona de segurança do Distrito. Do total inventariado 31.726 ha (68%) da superfície pertencem a brasileiros e 14.725 (32%) estão em mãos de paraguaios. Essa quantidade de terras está dividida em 719 lotes, destacam-se 121 lotes (17%) de paraguaios e 595 lotes (83%) de brasileiros. Ao todo são 374 proprietários, sendo mais expressivamente 318 (85%) brasileiros e 55 (15%) paraguaios.

Fundado no ano de 1987, o distrito de Francisco Caballero Álvarez possui uma superfície de 104.313 ha, sendo 100% da área afetada pela zona de segurança. Foram inventariados 80.643 ha (77%) da zona de segurança do Distrito. Do total inventariado da superfície, 35.765 ha (44%) pertencem a brasileiros e 44.878 (56%) estão em mãos de paraguaios. Essa quantidade de terras está dividida em 1463 lotes, destacam-se os 813 lotes (56%) dos paraguaios e os 650 lotes (44%) dos brasileiros. Ao todo são 915 proprietários, 276 (30%) são brasileiros e 639 (70%) são paraguaios. A *Comisión* trabalhou no inventário de Francisco Caballero Alvaréz entre os anos de 2009 e 2010.

A *CIZOSEF* levantou os dados do distrito de La Paloma del Espíritu Santo no ano de 2009. La Paloma del Espíritu Santo foi emancipado em 1994 e possui uma superfície de

72.891 ha, 100% do Distrito é área afetada pela zona de segurança, foram inventariados 72.675 ha (99,7%) dessa área. Do total inventariado da superfície, 44.817 ha (62%) pertencem a brasileiros e 26.988 (37%), aos paraguaios. Essa quantidade de terras está dividida em 831 lotes, destacam-se os 291 lotes (37%) dos paraguaios e os 524 lotes (63%) dos brasileiros. Ao todo são 436 proprietários, 244 (56%) são brasileiros e 186 (44%) são paraguaios.

Salto del Guairá, a capital do departamento de Canindeyú, é o distrito mais antigo entre os inventariados, sua fundação data de 1963. Salto del Guairá possui uma superfície de 135.652 ha, sendo 136.703 ha. (100%) é área afetada pela zona de segurança; contudo há uma diferença de 1.051 ha nos números deste Distrito, que é área afetada por um distrito vizinho e que a *CIZOSEF* contabilizou em conjunto, então foram inventariados 136.703 ha (100%) da zona de segurança da capital departamental. Do total inventariado, 67.734 ha (50%) da superfície pertencem a brasileiros e 55.159 (40%) estão em mãos de paraguaios. Essa quantidade de terras está dividida em 1.384 lotes, destacam-se os 846 (62%) lotes dos paraguaios e os 526 (38%) lotes dos brasileiros. Ao todo são 612 proprietários, 279 (45%) são brasileiros e 321 (52%) são paraguaios, na capital os dados foram coletados no ano de 2011.

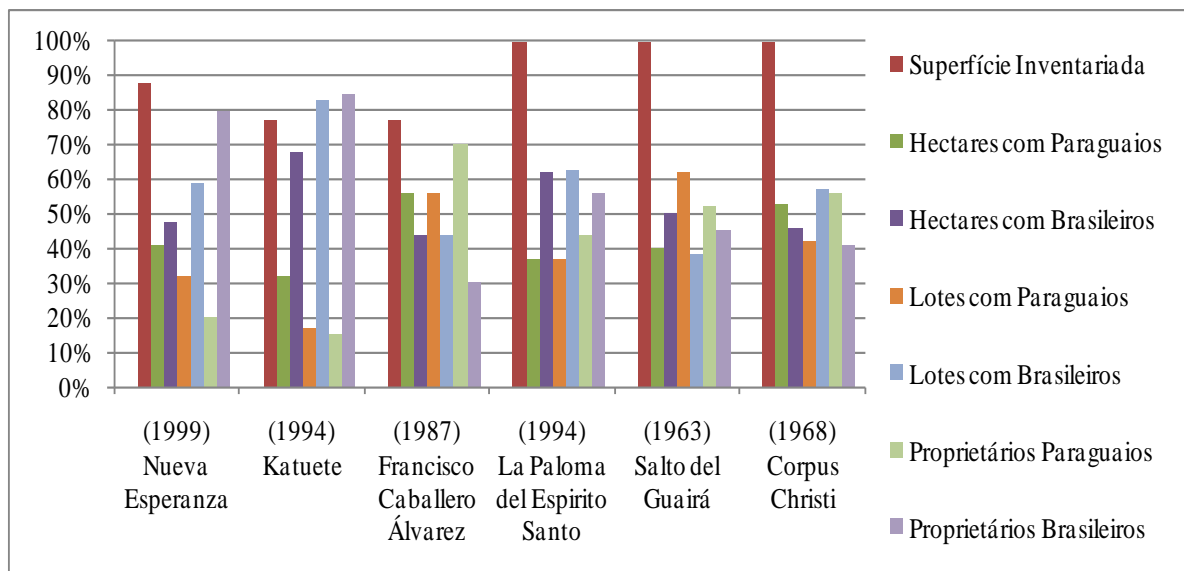
A *CIZOSEF* fez o inventário do distrito de Corpus Christi no ano de 2011. Emancipado no ano de 1968, Corpus Christi possui uma superfície de 182.138 ha, mas soma mais 3.208 ha de área de distritos vizinhos, na área afetada pela zona de segurança, computando assim 185.346 ha de zona fronteira. Foram inventariados os 185.346 ha (100%) da zona de segurança do Distrito. Do total inventariado, 85.653 ha (46%) da superfície pertencem a brasileiros e 97.201 (53%) estão em mãos de paraguaios. Essa quantidade de terras está dividida em 3.231 lotes, destacam-se os 1.367 (42%) lotes dos paraguaios e os 1.798 (57%) lotes dos brasileiros. Ao todo são 1.707 proprietários. 700 (41%) são brasileiros e 962 (56%) são paraguaios.

Entre os números individuais de cada distrito, é possível perceber a influência de brasileiros na zona de segurança da fronteira no Paraguai. A exposição que comporta os resultados distritais (Gráfico 01), até então coletados na Região Oriental pela *CIZOSEF*, representa uma amostra importante e consistente do levantamento elaborado pela *Comisión*.

Por sua vez o (Gráfico 02), apresenta o conjunto somado dos distritos formando um panorama geral do Departamento de Canindeyú, até então realizado pela *CIZOSEF*. Embora os dados não comportem a totalidade das propriedades na zona de segurança da fronteira do Departamento de Canindeyú, eles mostram um equilíbrio entre paraguaios e brasileiros no

tocante à propriedade de terras no Paraguai, considerando as diferentes variáveis apresentadas.

GRÁFICO 01: DADOS DO INVENTÁRIO DA CIZOSEF (2008-2012) POR DISTRITO DE CANINDEYÚ

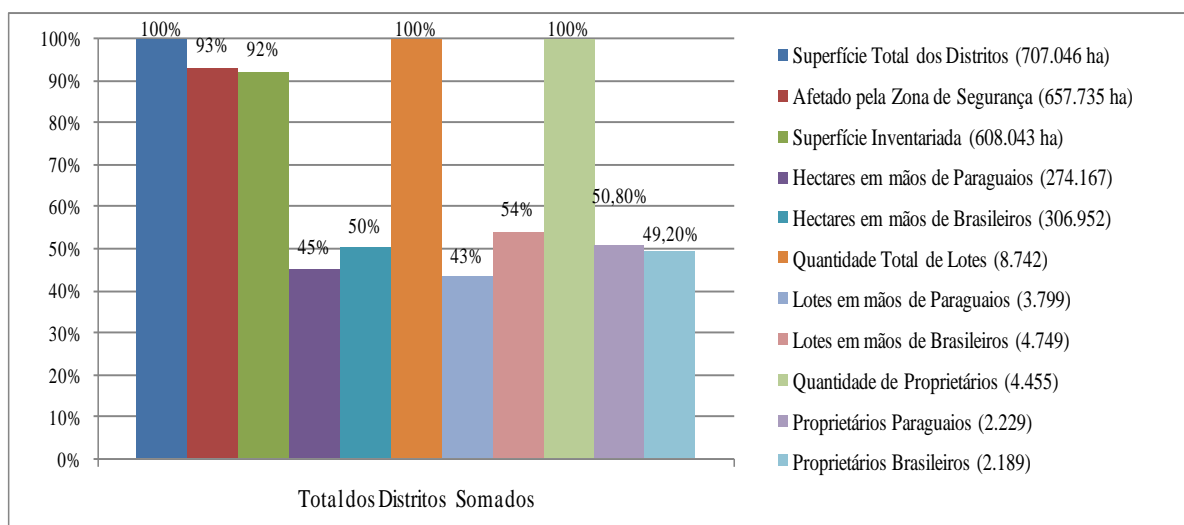


Fonte: Produção a partir dos resultados da Nota CIZOSEF n° 14 de 17/03/2014 – Ministerio de Defensa Nacional – PY.

Os seis distritos comportam uma área total de 707.046 ha, sendo que 657.735 ha fazem parte da área da zona de segurança, o que corresponde a 93% do total das áreas na soma dos distritos. As informações atuais do levantamento da *CIZOSEF* contam com 608.043 ha, ou seja, 92% da área afetada pela zona de segurança nesses seis distritos já foi inventariada. Desse total, 581.119 ha, o que representa que mais de 95% das terras no interior da zona de segurança é de brasileiros ou de paraguaio, cabendo aos paraguaio 274.167 ha (45%), e aos brasileiros, 306.952 ha (50%). Nesse cenário, apenas 7.137 ha pertencem a pessoas de outras nacionalidades – espanhóis, chineses, portugueses, ou a pessoas cuja nacionalidade não foi identificada pela *Comisión*. Ainda acompanhando o panorama da propriedade de terras nos seis distritos, verificamos que 19.787 ha fazem parte da área de proteção da Itaipu Binacional.

O total de propriedades é de 8.742 lotes, dos quais 3.799 (43%) são de pessoas de nacionalidade paraguaia e 4.749 (54%) são de pessoas de nacionalidade brasileira. Ao todo foram identificados 4.455 proprietários de terras, os paraguaio somam 2.229 (50,8%) dos proprietários e os brasileiros, 2.189 (49,2%).

GRÁFICO 02: DADOS DO INVENTÁRIO DA CIZOSEF (2008-2012) DEPARTAMENTO DE CANINDEYÚ



Fonte: Produção a partir dos resultados da Nota CIZOSEF nº 14 de 17/03/2014 – Ministerio de Defensa Nacional – PY.

O relatório da *CIZOSEF* em relação aos levantamentos realizados nos seis distritos do departamento de Canindeyú aponta que há grande proporção de proprietários de terras no Paraguai, os quais, contudo, vivem no Brasil. Aponta ainda que, naquela região, predomina o idioma português, bem como caracteres culturais que são, em sua grande maioria, de origem brasileira – comida, música, costumes de maneira geral – o que faz, segundo eles, com que haja ali uma população transcultural.

Os membros da *CIZOSEF* observam também a morosidade na realização dos trabalhos, na região Oriental. O número de propriedades é elevado, posto que possuem extensão menor que as da região Ocidental, o que provoca a demora na efetivação do inventário. A *CIZOSEF* ressalta a dificuldade na obtenção dos documentos das propriedades, na medida em que há resistência por parte dos proprietários em ceder tais documentos. Muitas vezes eles estão em posse de bancos ou de silos da região como garantia de hipotecas de terras. Situação essa que faz com que os pesquisadores necessitem retornar três ou quatro vezes ao mesmo local de residência dos proprietários para efetizar a realização o inventário.

Entre os anos de 2008 e 2012, período em que foram efetuados os levantamentos no departamento de Canindeyú, comprovou-se a transferência de imóveis tanto de paraguaios para brasileiros, como também entre os paraguaios, e de brasileiros para paraguaios. Esse modo de transação, no entendimento das autoridades da *Comisión*, é a tentativa de regularizar situações duvidosas de propriedade nessa região. Pela análise dos números, relativas ao conjunto dos seis distritos do departamento de Canindeyú, notamos que há equilíbrio entre

brasileiros e paraguaios na região, dado esse que vai na direção oposta do que afirmam muitos autores.

Isso denota a pluralidade histórico-social entre Brasil e Paraguai em relação à questão rural nas fronteiras e aos fronteiriços. O Paraguai é uma fronteira em si mesma tanto pela diversidade de seu povo, quanto pela intensa concentração de terras agrícolas em mãos de brasileiros no País. Esse aspecto gera o que denominamos de fronteiras internas que são muito perceptíveis, como é o caso das mais variadas colônias rurais que existem, a grande maioria delas com a concentração de alemães, brasileiros, canadenses, chineses, argentinos, entre outros.

Enfatizamos, ao longo da pesquisa, as múltiplas relações de aproximações e afastamentos existentes entre brasileiros e paraguaios, no decorrer do final do século XX e início do XXI, apresentando-as como uma questão social e cultural que vem fomentando discussões políticas, acadêmicas, midiáticas, e constituindo fator humano que molda as práticas sociais no cotidiano das pessoas que convivem entre paraguaios e estrangeiros no espaço fronteiriço. A todo o momento as expressões e impressões dessas relações se apresentam ao nosso campo de análise, justamente por que mais da metade das pessoas que vivem na região são brasileiros.

A entrevistada Cleonice Aparecida Menegotto, residente no Brasil, cujo esposo possui terras e trabalha no Paraguai, auxilia-nos a pensar outros pontos que talvez passem despercebidos ao olhar das pessoas. Para ela,

A gente começou assim, com a ideia de ir pro Paraguai porque o meu marido tinha uns primos lá que tinham terra né, daí ele foi olhar e gostou, e falou assim: a gente pode até assim... No começo vai estranhar bastante porque é outro País e tudo mais, assim, é uma coisa que pode muda a vida da gente radicalmente, porque ali em Tupãssi [Oeste do Paraná] onde que a gente morava, é um lugar muito bom pra morar, mais a perspectiva de vida pra gente melhorar, não tinha, né! Aí foi onde que a gente decidiu, então conversamos bastante, foi onde a gente decidiu então primeiro vender ali e comprar lá, no começo foi aquela coisa assim,... chegava lá, outro País, outra língua, gente diferente, passava pela guarita [Alfândega], aqueles policiais assim, a gente tinha aquele receio, aquele medo, foi bem difícil nos primeiros tempos, meu Deus, foi assim, muito, muito difícil mesmo pra gente, gente que tava lá... Demorou um pouco pra se acostumar eu pensava que, ah... Paraguai né, assim,... tinha medo, assim a gente ouvia falar muita coisa, mais depois com o passar do tempo quando eu fui viver lá, não né, nossa! A gente foi acostumando como se hoje fosse assim... a gente morar no Brasil. Sei lá a gente tem os bens vamos dizer assim, a única coisa que deixa mais ou menos meio preocupada quando vai pra lá é a travessia né, a travessia a gente sempre fica assim com um pouco de receio, mais assim,...

outro lado é maravilhoso, a gente conseguiu vamos dizer assim o que a gente tem hoje através do esforço de lá né (ENTREVISTA: CLEONICE APARECIDA MENEGOTTO, PORTO MENDES, 2003).

A entrevistada não soube precisar o ano em que eles compraram terras no Paraguai, a quantia de terras que possuíam no Brasil e nem a quantia que conseguiram comprar no Paraguai. Em relação ao ano, tudo indica que foi no início da década de 1990, pois no ano de 1997 ela se mudou com o filho mais velho, de seis anos, para Porto Mendes, no Paraná. Em 2003, momento da entrevista, fazia seis anos que ela havia voltado ao Brasil sem a companhia do marido, apenas com a do filho, o esposo continuou “tocando” as terras no Paraguai. A vida da família de Cleonice mostra que, embora tenha havido grande movimento de retorno de agricultores brasileiros do Paraguai na metade da década de 1980, o que de certa forma ficou marcado com o surgimento do nome brasiguai, esse movimento não fez com que a incursão de agricultores ou de trabalhadores rurais brasileiros no Paraguai cessasse.

No contexto da entrevista, no ano de 2003, havia preocupação por parte de brasileiros que tinham propriedades no Paraguai, justamente porque se falava do novo Estatuto Agrário do Paraguai, de 2002, bem como havia a discussão em torno do Projeto da Lei de Fronteiras que impressionava as pessoas. As interpretações sobre os textos do Estatuto e do Projeto eram repassadas, muitas vezes, pela imprensa – iam da mais branda a mais sensacionalista – ou pelos órgãos governamentais. O acesso direto e irrestrito aos textos não ocorriam de forma plena pelos agricultores sem uma primeira intermediação.

Alguns entrevistados evitavam falar sobre os momentos conturbados, sobre o período de tempo que moravam ou trabalhavam no Paraguai, assim como se possuíam ou não propriedades no País vizinho. O receio que percebemos na entrevista com Cleonice denota que esse não é um temor apenas nos primeiros anos de coexistência entre Brasil e Paraguai e entre os paraguaios, mas, sobretudo, um temor no momento atual, em que um policial, uma guarita, a alfândega, entre outros aparatos do Estado, provocam “dúvida” nas pessoas.

O que se nota em algumas entrevistas e em notícias de jornais é que discussões calorosas são fomentadas nas regiões onde ocorrem as “disputas agrárias”, nos meios de comunicação, até chegarem ao setor político. O Jornal *Tiempos del Mundo* assinala que

Congresistas paraguayos han manifestado su preocupación por la cuestión de acceso a la tierra en territorios de frontera, tanto de la Región Occidental como de la Oriental. El avance de colonos brasileños en la línea agrícola Este de Paraguay, podría impulsar la aprobación de una ley que instale una

franja de seguridad. Para algunos, el fenómeno produce un avasallamiento cultural mientras que otros creen que el Estado paraguayo debería integrarlos porque son el sector productivo más próspero del País (JORNAL TIEMPOS DEL MUNDO, 04/09/2003, p. 02).

A referida Lei a que o Jornal *Tiempos del Mundo* de Assunção faz menção, era o então denominado Projeto de Lei de Fronteiras, que estava sendo discutido no meio político do País em 2003.

Percebemos na fonte que o que ocorre é a sobreposição dos problemas da questão rural sobre outros pontos, como a aproximação social entre os povos, a justaposição cultural, o uso semântico indiscriminado que os paraguaios atribuem aos denominados brasiguaios, por considerarem que todos os brasileiros que estão no Paraguai são brasiguaios. Para os intelectuais paraguaios e para a imprensa do País, os brasileiros e seus descendentes que estão na agricultura no Paraguai são brasiguaios, conceito este que não é aceito pela maioria dos brasileiros.

Todavia, compreendemos que há uma amalgamação de problemas de cunho político desenvolvimentista como, por exemplo, o ser “sócio” do Brasil nos grandes empreendimentos – Itaipu, Ponte Internacional da Amizade, estradas carreteiras que ligam os dois Países, entre outras. As formas políticas conturbadas que se desenvolveram no processo de construção dessas grandes obras acabaram influenciando o relacionamento cultural existente no meio agrário entre brasileiros e paraguaios, pois elas se inserem em características que podem ser consideradas como um nacionalismo ingênuo para quem pensa as questões de soberania para o Paraguai. Os fatores políticos que são estabelecidos por tratados bilaterais, e que estão em âmbito de discussões governamentais, necessariamente não comportam um afã social entre as pessoas de um e outro País.

Para o professor universitário paraguaio Roberto Paredes, que publicou uma trilogia sobre a história política do Paraguai entre os anos de 1989 e 2001, as terras fronteiriças da região Leste do País estão repletas de brasileiros. O docente reconhece a falta de estrutura do Estado paraguaio – desde as Forças Armadas até o Instituto de bem Estar Rural (IBR/INDERT) – para equacionar essa situação. Paredes reconhece que

Desde el punto de vista estratégico, al Paraguay le conviene integrar a esta población de “brasiguayos”. Esto se lograría si les ofrecieramos infraestructura adecuada, educación y salud de calidad, servicios que llenen sus expectativas. Pero dado que el Estado ya ni responde a las necesidades de la población paraguaya, mucho menos tiene condiciones de satisfacer as

necesidades de los “brasiguayos”. Entonces ellos reciben apoyo del gobierno del Brasil para atender sus necesidades (ROBERTO PAREDES. In: *JORNAL TIEMPOS DEL MUNDO*, 04/09/2003, p. 02).

As disposições de Paredes, no que se refere ao que ele define como brasiguaios, vão em duas direções: a primeira, uma saída estratégia conveniente, seria a da integração do brasiguaiio, de forma legal, à população paraguaia, pois sabidamente reconhece-se que a maioria da produção agrícola do Paraguai é fomentada por brasiguaios. A segunda estaria relacionada a práticas político-sociais em que o Estado paraguaio necessitaria dar condições ao sujeito brasiguaiio, após ele ter sido integrado, dar qualidade de vida, oferecendo escola, saúde, infraestrutura para que ele não precise buscar auxílio no Brasil – o que costumeiramente ocorre. O discurso de Paredes é crítico em relação à compreensão das expectativas econômicas e sociais do Estado paraguaio, pois, segundo ele, o Estado não comporta sequer as necessidades dos paraguaios, situação que dificulta a integração dos brasiguaios.

As considerações do professor Paredes nos dão condições de pensar várias possibilidades em relação ao tema da integração e ao da regularização da situação de milhares de brasileiros e descendentes que vivem e trabalham no Paraguai. Ao mesmo tempo em que vemos atitudes de aversão, especialmente por parte da imprensa, do meio intelectual e político, à possibilidade de regularização, visualizamos preocupação, por parte do Estado, com a necessidade de tomar novas medidas diante de milhares de cidadãos que passariam a ser paraguaios e que têm outras expectativas de vida que – ao que parece – correspondem a outras exigências sociais, no que concerne a políticas públicas de acesso social a serviços básicos, como escola, saúde e infraestrutura, e se tornam assim um problema de Estado.

As conclusões de Roberto Paredes tentam levar à compreensão do como se desencadeia a questão que, entre outras, é fruto de muitas décadas de ditaduras no Paraguai, não apenas de Stroessner (1954 – 1989), mas também dos conturbados períodos anteriores a este General, em que o País se viu em meio a vários conflitos políticos e civis em nome de quem exerceria o poder. Com isso o Estado, enquanto mecanismo de ação política voltada para os segmentos mais precários, como os envolvidos com a questão agrária, foi sendo deixado de lado, e priorizou o trabalho em nome da promoção do poder exercido por meio de

guerras, revoltas, golpes e ditaduras³⁵. Situação que deixou para segundo plano a condição de entrada de milhares de brasileiros no País, claramente se percebe que não havia planos para os denominados brasiguaios.

Desde o fim da década de 1980, reconhecemos que o Estado paraguaio trabalha para a abertura democrática do País por meio de novos projetos, novas leis, buscando fazer com que democraticamente o Paraguai se desenvolva, porém, é visível que a falta de estrutura do Estado e demais fatores ocasionam problemas. A questão agrária sofre com a necessidade de mecanismos de controle e de melhor distribuição de terras, o que faz o País ter um dos maiores índices de concentração fundiária do mundo, em grande parte nas mãos de estrangeiros, em sua maioria brasileiros que foram em busca de terras no País vizinho, desde o início da década de 1950.

O panorama nacional brasileiro naquele contexto de final de regime militar e de ampla concentração fundiária também ansiava por modificações. Os movimentos de sem terras, atingidos por barragens, sindicatos, entre outros, auxiliaram de maneira decisiva nessa questão, às vezes até de maneira mais contestatória do que se vê em suas reivindicações na atualidade. As demandas desses grupos pressionavam os governos a tomarem partido em torno de várias questões dúbias ligadas à terra, por entender que a pequena propriedade não fomentaria produtos de exportação para o País, o que, sem dúvida, é um dos motores dos PIB's dos países com atividades rurais, questão essa que não se comprova, pois a pequena propriedade rural movimenta a maior parte da economia rural brasileira, mesmo ocupando uma parcela pequena do território nacional.

2.1 AFASTAMENTOS E APROXIMAÇÕES: CONSTRUINDO FRONTEIRAS

Podemos caracterizar a entrada de brasileiros no Paraguai em três diferentes momentos ou etapas, que são predominantemente aceitas por pesquisadores em relação à propriedade rural, a partir da metade do século XX. O que ainda é corrente, entretanto, nos escritos é a invisibilidade de certos atores históricos fronteiriços nesse processo.

³⁵ Para o Paraguai, o período que precede Stroessner é, sem dúvida, marcado por disputas radicais internas. Externamente a Guerra do Chaco pôs a América do Sul como um todo em alerta. O País assistiu à segunda mais longa ditadura do País no século XX com o General Higinio Morínigo. A violenta Guerra Civil de 1947 criou ainda mais instabilidade política e social, desembocando nos próximos 35 anos de ditadura com o General Alfredo Stroessner.

Num primeiro momento essa entrada ocorre quando há a abertura das fronteiras para a aquisição de terras por grandes proprietários, fazendeiros ou empresários agrícolas, especialmente do Sul do Brasil, que vão ao Paraguai e adquirem, ainda na década de 1950, grandes extensões de terras em zonas fronteiriças e no interior do País. Esse movimento não era expressamente numeroso e tinha em vista especialmente porções que poderiam, num futuro próximo, acalentar a monocultura. Ele se instalou em áreas demograficamente pouco habitadas.

Na década de 1960, o processo de entrada de brasileiros aumenta, especialmente pela proximidade que Stroessner tinha com o Brasil. Nesse contexto, o trabalho político em torno de grandes obras entre os dois Países motivou um maior número de pessoas a migrar para o Paraguai. Obras como a Estrada Carretera, a Ponte da Amizade, assim como o início dos trabalhos sobre o Projeto Itaipu. Todavia, ainda não era, nesse período, expressiva a demanda de pessoas.

Num segundo momento, visualizamos um cenário que serve para alavancar a primeira leva de compradores de terras dos anos 1950-60. A partir da década de 1970, a entrada de brasileiros no Paraguai atinge dezenas de milhares de pessoas. Essa década resultou na entrada de agricultores que iam preparar as terras para plantio para os grandes proprietários de décadas anteriores; enquanto havia mato para derrubar e terras para abrir para plantio, houve trabalho. A segunda leva de brasileiros no Paraguai caracteriza-se pelo segmento que mais se aproxima da posterior formação brasiguaiá, entre eles estão meeiros, arrendatários, operadores de máquinas, peões, assalariados rurais, pequenos proprietários, parceiros, parceiros, porcentageiros, entre outros. Na medida em que as fazendas ficavam propícias para a monocultura, com a entrada de máquinas para plantio e colheita, a mão de obra braçal era dispensada e acabava abandonada, tanto pelos patrões, quanto pelos Estados, paraguaio e brasileiro.

Tomamos como exemplo o Departamento de Alto Paraná (PY), que recebeu grande número de brasileiros nos primeiros anos, e o levantamento feito com uma amostra de 304 famílias, realizado no início da década de 1990.

QUADRO 02: PROPORÇÃO DE MIGRANTES BRASILEIROS CHEGADOS EM ALTO PARANÁ

Ano/entrada	1950-69	1970-74	1975-79	1980-84	Total
%	4,0	31,2	46,0	18,8	100
Nº de famílias	12	95	140	57	304

Fonte: Adaptação de Galeano e Yore, 1994, p. 19.

Os números evidentemente não correspondem ao total da entrada de brasileiros em Alto Paraná (PY) e nem demonstram exatidão, porque muitos brasileiros não respondiam aos questionamentos na época, um artifício que era utilizado como forma de garantir a permanência no Paraguai.

Notamos, na tabela mencionada, que a década de 1970 concentra mais de 77% dos brasileiros que entraram no País, entre as décadas de 1950 e 1984. Conforme os dados, na década de 70, um número estimado de 30 mil brasileiros entraram e se fixaram em Alto Paraná por ano.

Em outro levantamento, realizado pelo Censo Nacional de Población y Vivienda, tendo como área de abrangência todo o Paraguai, e elaborado no ano de 1982, foi constatado, especificamente, neste ano, entre entrados e assentados o número de 169.140 estrangeiros dos quais 98.730 eram brasileiros, ou seja, em torno de 60% de todos os estrangeiros que entravam e se estabeleciam neste ano, no País vizinho, eram brasileiros, e, desses, 76% (75.035) foram radicados em Alto Paraná e Canindeyú.

Outro dado que nos é apresentado tem como base, para reconhecer os brasileiros no Paraguai, ‘as pessoas que falam o português’. No censo de 2002, realizado no Paraguai, aparece a cifra de mais de 6% de toda a população, a partir da variável idioma, como brasileira. Isso representa um contingente de 326.496 pessoas de um total de 5.163.198 habitantes. Nesse mesmo contexto, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil trabalha com o número de 442.104 brasileiros no Paraguai. (CF: DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADISTICAS, ENCUESTAS Y CENSOS (DGEEC) – PY, 2002)

Na tese apresentada na área de Demografia, intitulada *Circularidade na fronteira do Paraguai e Brasil: o estudo de caso dos ‘brasiguaios’* (2009), de autoria de Denise Helena França Marques, evidencia-se a circularidade de brasileiros e paraguaios e o progressivo crescimento da população do Departamento de Alto Paraná. Segundo a autora,

Esta região conheceu elevadas taxas anuais de crescimento intercensitárias de sua população, de 8,0%, 14,3% e 13,2%, para os períodos de 1950-62, 1962-72 e 1972-82, respectivamente. A população do departamento de Alto Paraná, em 1962, era de 24.067 pessoas e passou, 20 anos depois, para 192.518 habitantes. Desses, 91,0% eram brasileiros (MARQUES, 2009, p. 26).

Vale pontuarmos que, ao mesmo tempo em que se assiste à demanda de milhares de brasileiros aos departamentos do Leste do Paraguai, a partir da década de 1950, o que vai

aumentando com o passar dos anos, verifica-se o fenômeno de êxodo que ocorria naquele País, por parte de sua população, especialmente em direção à Argentina.

No lado argentino, os paraguaios chegaram a representar cerca de 50% da população em províncias fronteiriças com o Paraguai, como Formosa, Misiones, e também no Chaco. Integravam geralmente o setor rural do País. Como causas do referido êxodo estariam a instabilidade política e os fatores decorrentes dela, como a violência e os problemas sociais que se acumulavam. Nesse contexto, a baixa densidade demográfica do Paraguai, em torno de 1.328.452 habitantes, agravava ainda mais a situação rural do País.

O avanço das grandes cidades da Argentina, no contexto pós-Segunda Guerra Mundial, reforçou ainda mais a saída de paraguaios do País de origem, uma vez que não tinham mais o meio rural como única alternativa. As grandes cidades fizeram com que milhares de paraguaios vissem nelas novas oportunidades que não eram possíveis no Paraguai.

Ao percorrermos os dados do Censo de 1993, percebemos que, em 1947, havia 93.248 paraguaios na Argentina; em 1960 eram 155.269; em 1970 eram 320.050; e em 1980 o número girava em torno de 263.000. Verificamos, nesta última década, decréscimo na quantidade de pessoas provenientes do Paraguai com destino à Argentina. Cabe registrarmos que, neste período, a Argentina passa por uma crise política e social muito grande em que são postos em prática decretos de anistia no País, e isso acaba inibindo a entrada de pessoas de outros países.

Por outro lado, nesse mesmo contexto, no Paraguai, assistia-se ao *boom* das obras e dos resultados com o projeto Itaipu, em parceria com o Brasil. A Itaipu representou para o Paraguai uma temporária estabilidade em que a demanda de oferta de trabalho, provocada pelas obras de Itaipu e pelas indústrias que prestavam serviços ao projeto, assimilavam um contingente importante de pessoas. As demandas de trabalho, de renda, de benefícios, e, sobretudo, o aumento de investimentos no País são fatores diretos e indiretos que fizeram com que a, até então tímida economia paraguaia, obtivesse resultados importantes, entre eles, o de fazer com que muitos paraguaios permanecessem no País³⁶.

³⁶Para dar um exemplo do volume de aplicações que a Itaipu realizou no Paraguai, utilizamos os dados da Memória Anual de 1974, da Itaipu Binacional que previa para o ano de 1975 um programa de 197.328.400 U\$ para ser aplicado no País, esse montante pode ser melhor compreendido se compararmos o valor total das exportações que o Paraguai realizou em 1975, que foi de 176.200.000 U\$. Ou seja, a aplicação da Itaipu no País superou em mais de 10% o total do valor do mercado exportador paraguaio (ITAIPU BINACIONAL: MEMÓRIA ANUAL, 1974).

Em rápida análise comparativa, observamos que, ao mesmo tempo em que há baixa densidade demográfica no Paraguai, há, na Argentina, um contingente paraguaio muito grande, girando em média de 10% do total da população do Paraguai entre as décadas de 1940 e 1970. Isso, considerando um crescimento anual da população de 2,7%, a média dos últimos Censos demográficos no Paraguai.

Estudos de autores, sobretudo da área de Ciências Sociais, corroboram na análise desses índices. Por exemplo, os de Jean Claude Chesnais (1990), Franck Debié (1995), Dora Estela Celton (1995), Eduardo Galeano (1981). Os dados das *Atlas Censal* da DGEEC de 1993 também caminham nessa direção. De acordo com essa fonte, entre o período de 1950 e 1970, aproximadamente 500 mil paraguaios deixaram o País, não necessariamente em busca da Argentina; contudo, com base nos dados apresentados, percebemos que a entrada de paraguaios na Argentina em pouco mais de 20 anos triplicou³⁷.

Este tema parece sair do propósito da pesquisa, mas vale destacar que, no decorrer do trabalho de campo, ele insistiu em aparecer nas entrevistas, nas fontes levantadas e na bibliografia estudada.

A partir dessas constatações, permitimo-nos fazer um aparte para apontarmos a condição atual de entrada de paraguaios na Argentina, considerando a perspectiva do tempo presente e o fato de esses paraguaios se configurarem como fronteiriços. Entre os anos de 2001 e 2006, segundo a *Secretaria Técnica de Planificación* (STP) e os dados de *Encuesta Permanente y Hogares* (EPH) da DGEEC do Paraguai, publicados no ano de 2007, em torno de 66% dos paraguaios que saíram do País foram para a Argentina. Uma média de 123.390 pessoas; dessas, 93% foram em busca de trabalho e, ao que se consta, a maioria para as províncias fronteiriças com o País.

Entre os anos de 2007 e 2012, segundo os mesmos órgãos de pesquisa, a média de entrada na Argentina girou em torno de 193.754 pessoas, novamente compreendendo cerca de 65,5% do total de pessoas que saem do Paraguai tendo como destino a Argentina. Embora visualizemos um aumento considerável no número de pessoas de um período para outro,

³⁷ No ano de 1993, o periódico paraguaio *ABC Color*, traz uma matéria sobre o número de estrangeiros, sul-americanos residindo na Argentina, nesse momento o periódico registra que o principal contingente é formado por camponeses e trabalhadores que cruzam as fronteiras de seus países motivados pela falta de empregos, e registram os seguintes números: um milhão de bolivianos, 800 mil paraguaios, 500 mil chilenos, 300 mil uruguaios, 60 mil brasileiros. Esses seriam os principais países que possuem a participação de mais de 3 milhões de estrangeiros vivendo na Argentina. Segundo o Cônsul paraguaio que trabalhava na Argentina na época, Sr. Jorge Cassagnol, os paraguaios podem ser qualificados em três tipos, os que vêm especialmente para as colheitas, os que conseguem se instalar e se radicam permanentemente na Argentina, e, por último, os que vêm trabalhar por seis meses a um ano, economizam e retornam ao Paraguai. (CF.: ABC COLOR, 28/06/1993, p. 30).

verificamos que, nos últimos anos, esse percentual tem caído bastante. De acordo com os órgãos de pesquisa anteriormente citados, em 2012 o número de paraguaios que adentraram a Argentina girou em torno de 147.142 pessoas. Constatamos que o principal motivo de entrada desses milhares de paraguaios foi a procura por trabalho. Fato que o Cônsul paraguaio, na Argentina, Marcelo Peña, assinala como decorrente da crise econômica no Paraguai, em grande parte ocasionada pela instabilidade política que, historicamente, assola o País.

Há que destacarmos que não é fácil traçar o perfil das pessoas que estão em constante movimentação e deslocamento tanto do Brasil para o Paraguai, quanto do Paraguai para a Argentina, uma vez que as dinâmicas relativas a esse movimento, sobretudo na América Latina, envolvem vários eixos de interesses. A busca por trabalho aparece como a questão principal, justamente porque mais de 85% das pessoas em trânsito nesses Países são economicamente ativas, ou seja, são produtoras e consumidoras, por isso, o trabalho se torna essencial.

Em discussões ligadas aos interesses governamentais³⁸, aprofundam-se pesquisas quantitativas na medida em que se constata que os laços de parentesco têm sustentado muitos desses movimentos. O que se percebe, especialmente entre Paraguai e Argentina e vice-versa, é que esse fenômeno ocorre, sobretudo, em razão de visitações, o que não é incomum entre Brasil e Paraguai, uma vez que grandes somas de pessoas possuem parentes de um ou de outro lado da fronteira. Tal perspectiva, de certa forma, mostra um horizonte diferenciado no que concerne à análise sobre os fronteiriços, ou seja, o de que o fator trabalho nem sempre é o único dinamizador do trânsito de pessoas entre os referidos Países.

Essa nova realidade explica em parte os saldos positivos e negativos que constantemente aparecem nas agências de migrações. Verifica-se que há alterações rápidas nos números, especialmente quando se aproximam épocas festivas, como, por exemplo, Natal, Ano Novo, Páscoa.

Em relação à perspectiva Brasil e Paraguai, observamos que, a partir dessas constatações, a orientação estrangeira para o desenvolvimento rural, em um País com baixa

³⁸Citamos aqui alguns encontros que vimos presenciando há alguns anos em torno da criação de políticas públicas regionais e de integração para o Mercosul, em que a temática central acerca dos grupos de trabalho do governo, da igreja e de entidades como ONG's tem sido sobre a circulação de pessoas entre os Países membros do Mercosul. Esses encontros sinalizam para a compreensão do Mercosul como algo muito maior do que apenas um tratado para livre comércio, elegendo o tema da livre circulação de pessoas que vai além do consumo e da produção na América do Sul. Nas políticas bilaterais entre Brasil e Paraguai, a questão dos fronteiriços aparece como o segundo tema com maior ênfase nas últimas décadas, ficando atrás apenas das políticas energéticas, ou seja, das discussões em torno da Itaipu.

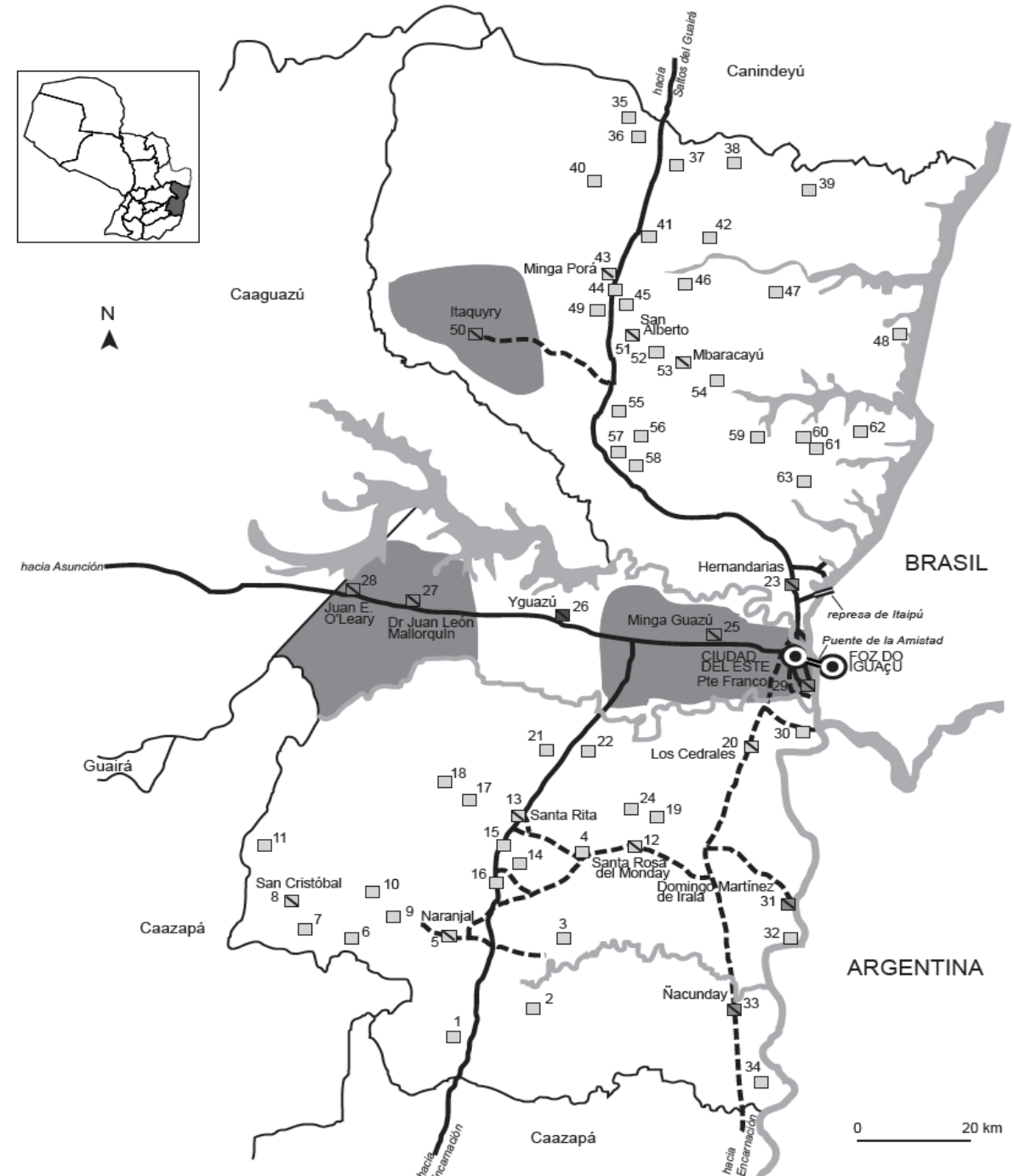
densidade demográfica e alta taxa de emigração, deixa de ser uma alternativa ao governo Stroessner, passando a ser uma necessidade, uma vez que grande parte da população do País ocupa as áreas historicamente mais habitadas e menos ligadas à produção e ao trabalho rural.

Conforme os dados da Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos (DGEEC, 1993), entre os anos de 1950 e 1970, havia maior incidência humana nos Departamentos de Central, Assunção, Guairá, Caazapá, Caaguazu, Cordillera e Paraguari. Departamentos que ocupam uma área territorial de cerca de 7% do País e concentravam mais de 63% da população. Em oposição a esses Departamentos, havia a região Ocidental, que sempre tivera pouca densidade demográfica, e a região Oriental, áreas que somavam em conjunto, cerca de 61% da área territorial nacional e apresentavam uma média de 4% da população do País. A região Oriental passou a ter um quantitativo mais expressivo a partir de 1950, quando passa a sofrer a entrada dos primeiros brasileiros, na fronteira com o Brasil, esse número acentua-se depois dos anos 1970.

Atualmente, conforme resultado do Censo de Encuesta Permanente e Hogares, correspondente ao ano de exercício 2012, do DGEEC, constatou-se que o Departamento de Alto Paraná possui uma população de 785.690 pessoas, das quais 416.359 são economicamente ativas, em torno de 63 mil (15,2%.) exercem atividades ligadas ao setor primário – agricultura, caça e pesca. Essa relação é aqui importante, uma vez que não podemos trabalhar com estimativas de três ou quatro décadas atrás para quantificar o número de brasileiros no Paraguai e afirmar que 90% da população dos departamentos fronteiriços é formada por brasileiros. Sob essa visão, só no Departamento de Alto Paraná, no Paraguai, seriam mais de 700 mil brasileiros, o que não é possível afirmar com base nas pesquisas.

Ao sustentarmos uma forma diferente de perceber tais questões, estamos justamente construindo a ideia de que os descendentes de brasileiros, nascidos no Paraguai, são paraguaios. Acima elaboramos a distinção com ênfase no setor primário, pois é neste setor que se concentra a nossa problemática de análise e onde surgem as principais demandas de brasileiros. Não descartamos os trabalhadores brasileiros da área urbana, mas identificamos que é na área rural que aparece, com maior evidência, a presença de brasileiros e/ou descendentes no Departamento de Alto Paraná. Isso é amplamente divulgado e difundido no Paraguai, muitas vezes alimentando polêmicas entre os meios políticos, econômicos e de informação.

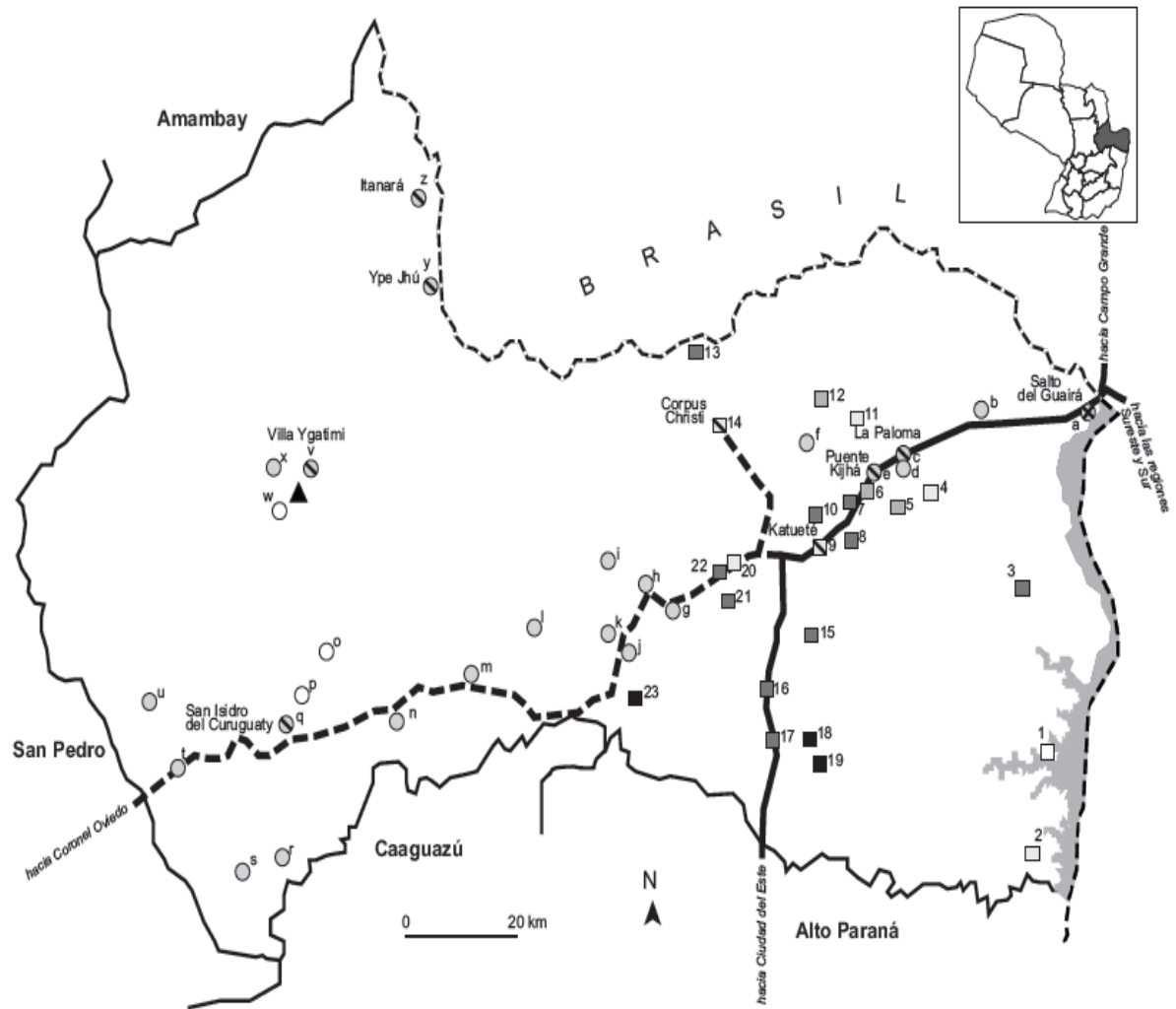
MAPA 04: PRINCIPALES LOCAIS DE POVOAMENTO DE BRASILEIROS NO DEPARTAMENTO DE ALTO PARANÁ NO FINAL DO SÉCULO XX



- | | |
|--|---|
| <p>— ruta</p> <p>— — — camino principal</p> <p>— — — — — frontera de departamento</p> <p>— capital de distrito</p> | <p>□ principales colonias con pobladores brasileños</p> <p>■ capitales distritales con población paraguaya</p> <p>■ colonia japonesa</p> <p>■ principales zonas de concentración de la población paraguaya (urbana y rural)</p> |
|--|---|
- * No se dispone de información suficiente para representar las colonias paraguayas.
- Se agradece a W. Garcoete del Ministerio de Agricultura y Ganadería.
- 1 : Raúl Peña 2: Iruña 3: Santo Cristo 4: Curupayty 5: Naranjal 6: Línea 12
 7: Nueva Esperanza 8: San Cristóbal 9: Palmital 10: 3 de marzo 11: Sapiré
 12: Santa Rosa 13: Santa Rita 14: Nuestra Señora de la Asunción
 15: 14 de marzo 16: Aurora 17: San Miguel 18: San Vicente 19: Bella Vista
 20: Los Cedrales 21: Tabapy I 22: Tabapy II 23: Hemandarias
 24: Santa Lucía 25: Minga Guazú 26: Yguazú 27: Dr Juan L. Mallorquín
 28: Juan E. O'Leary 29: Pte Franco 30: Puerto Flores
 31: Domingo M. de Irala 32: Pto Ita Verá 33: Ñacunday 34: Loma Valentina
 35: Arroyo Guazú 36: Itambey 37: Troncal 3 38: El Clorado 39: Guarapubé
 40: San Roque 41: Limoy 42: Entre Ríos 43: Minga Porá 44: San Francisco
 45: Cruce San Francisco 46: San Ramón 47: km 23 48: Puerto Indio
 49: Gleba 8 50: Itaquiry 51: San Alberto (Gleba 6) 52: Gleba 5
 53: Gleba 4 (Mbaracayú) 54: J. E. Estigarribia 55: Gleba 10 56: Fortuna
 57: Troncal 2 58: Descanso 59: Paraguzil 60: Gleba 7 61: Pikiry
 62: 29 de julio 63: Padre Guido Coronel

Fonte: SOUCHAUD, 2007, p. 155.

MAPA 05: PRINCIPALES LOCAIS DE POVOAMENTO DE PARAGUAIOS E BRASILEIROS NO DEPARTAMENTO DE CANINDEYÚ NO FINAL DO SÉCULO XX



ruta asfaltada	Principales colonias de población mayormente brasileños	Principales colonias de población mayormente paraguayos
principales caminos de tierra	fundada después de 1990	fundada a inicios del siglo XX
frontera internacional	fundada entre 1980 y 1990	fundada entre 1950 y 1995
frontera departamental	fundada entre 1975 y 1980	menonitas (Durango, fundada entre 1985)
capital departamental	fundada entre 1970 y 1975	
capital distrital	fundada entre 1960 y 1970	

a : Salto del Guairá - b : colonia Canindeyú - c : La Paloma* - d : Jamaica* - e : Puente Kijh - f : Santa María - g : General Bernardino Caballero (Cruce Ibyrarobaná) - h : Yjohvi - i : Ybyrarobaná - j : Santo Domingo - k : Lomas Valentinas - l : Britez-cue - m : Iby Pitá - n : Pirá-Verá - o : Carro-cue - p : Pynandi - q : San Isidro - r : Santa Rosa - s : San Juan - t : Yasy-Cañy - u : Manduará - v : Villa Ygatimi - w : Siete Montes - x : Maracaná - y : Ype Jhú - z : Itanará

1 : Nueva Adela - 2 : Marangatú - 3 : Guadalupe - 4 : Santa Clara - 5 : Mbaracayú - 6 : San Luis - 7 : Primero de marzo - 8 : Fazenda La Paloma - 9 : Katueté - 10 : La Bolsa - 11 : Seis de enero - 12 : La Alvorada - 13 : Pindoty Porá - 14 : Corpus Christi - 15 : Fazenda España - 16 : Cumandacai - 17 : Nueva Esperanza (Troncal 4) - 18 : Nueva Asunción - 19 : Imaipó - 20 : Anahi - 21 : Paso Itá - 22 : Ijhovy - 23 : Kilometro Quinze

* La Paloma y Jamaica son en realidad dos colonias mixtas.

Fonte: SOUCHAUD, 2007, p. 156.

Os mapas mencionados fornecem informações importantes, pois elencam outras questões sobre o território e sobre a formação urbana e rural de parte do Leste do Paraguai que obedecem ao mesmo contexto de entrada de agricultores brasileiros no País, como é o caso das datas de fundação dos distritos, elas aparecem de maneira bem evidente na cartografia.

O francês Sylvain Souchaud, ao propor a publicação de sua pesquisa, em idioma espanhol, no ano de 2007, refez os caminhos de pesquisa que já havia feito em 1997, na verdade a publicação em idioma espanhol compõe o trabalho de duas pesquisas, pois o autor novamente levantou os dados do DGEEC, também refez parte do trabalho de campo que já havia elaborado há alguns anos antes para atualizar dados, bem como revisou algumas informações coletadas em 1997, ano da primeira coleta de dados para a pesquisa. Todavia, nesta “*nueva mirada al territorio diez años después*”, poucas são as novidades a serem acrescentadas na nova publicação que alterariam sua composição central, pois a dinâmica das pessoas e os resultados estatísticos permanecem com atualidade bastante precisa em relação à migração brasileira no Paraguai, o que faz com que seu estudo se torne uma ferramenta importante para outros pesquisadores, a perspectiva geográfica proposta pelo autor atendeu aos objetivos de sua tese, que foi defendida em 2002, em Paris.

O terceiro momento que resulta na entrada de brasileiros no Paraguai relaciona-se aos desapropriados³⁹ da Itaipu, os números provenientes de desapropriações para construção do reservatório, da usina e da barragem giram em torno de 60 mil pessoas, 40 mil do lado brasileiro e 20 mil do lado paraguaio. Muitas pessoas que tiveram terras desapropriadas no Brasil adquiriram propriedades no Paraguai. Este País foi o quarto lugar mais procurado pelos desapropriados no início da década de 1980. Cumpre-nos observar que, embora essa informação apareça em vários estudos, os números correspondentes não são exatos, até mesmo porque, no que se refere aos desapropriados, é importante destacar que eles circularam por vários lugares antes de adquirirem uma nova propriedade e de se fixarem definitivamente. A Itaipu maneja os dados do primeiro local de assentamento, logo após a saída das áreas

³⁹No decorrer da pesquisa e da construção do texto, surgiram evidências de que a Itaipu não havia indenizado muitas propriedades, justamente por que algumas não tinham documentação. É o caso do pagamento dos direitos de posse, bem como do de terras indígenas. Assim utilizamos dois termos diferentes para tratar a questão: *desapropriados* e *desalojados*. Eles podem aparecer concomitantemente. Há também um terceiro termo que encontramos justamente na documentação da Itaipu: *expropriados*. A questão indígena em relação à desapropriação é um rico campo de análise, mas que não foi aprofundado em nossa pesquisa.

desapropriadas. Nessa mesma direção os números que a Itaipu dispõe não são expressivos, ou ao menos não representam a residência final desses desapropriados.

QUADRO 03 – PRINCIPAIS DESTINOS DOS EXPROPRIADOS DA ITAIPU

Local de destino	Percentual
Paraná	86,29
Mato Grosso	8,89
Santa Catarina	1,16
Paraguai	1,03
Rio Grande do Sul	0,76
Rondônia	0,76
Bahia	0,35
Pará	0,31
Amazonas	0,18
São Paulo	0,18
Minas Gerais	0,09

Fonte: Centro de Documentação da Itaipu Binacional, 1984.

A fonte proveniente de Itaipu reconhece em torno de 1,03% das pessoas que foram desapropriadas de suas terras no Brasil e tomaram como destino o Paraguai, ou seja, 412 proprietários. A grande maioria, praticamente 87% dos desapropriados, permaneceu no estado do Paraná, apenas saiu da região do alagamento.

A partir dos dados de Itaipu, torna-se difícil quantificar o número de pessoas atingidas no lado do Paraguai, a informação gira em torno de 20 mil pessoas, mas este número representa um total disperso, que carece de maiores informações, justamente porque muitos dos atingidos eram indígenas e não tiveram seus contingentes contabilizados com exatidão.

Salientamos que as populações indígenas, na maioria das vezes, tornaram-se invisíveis no processo de expropriação que a Itaipu promoveu. Sobre essa questão, utilizamos de informações recolhidas junto a autoridades eclesiais no Paraguai, ligadas à Conferência Episcopal Paraguaia. Segundo os materiais apresentados – impressos de trabalhos de pesquisa⁴⁰ – a Itaipu, após poucas décadas da extinção do então maior latifúndio do Paraguai – La Industrial Paraguaya S.A. (LIPSA) – veio a substituí-la, inclusive se utilizando dos mesmos métodos de tratamento às pessoas que viviam onde seria a zona de alagamento. A LIPSA marcou a história indígena no Paraguai, na medida em monopolizou grandes

⁴⁰ No interior do Paraguai, algumas informações que se apresentaram no campo de pesquisa, traziam conteúdos importantes para nossa análise, porém, não raras vezes eram fontes esparsas e não traziam qualquer indicação complementar, como nesse caso, uma folha de papel com a inscrição “impressos de trabalhos de pesquisa”.

extensões de terras concentrando atividades de extração e exploração, até a década de 1950, justamente nas divisas com o Brasil. Proprietária de cerrarias, especulava terras e não respeitava os indígenas e tampouco os pequenos agricultores que viviam nessa região⁴¹.

A LIPSA também é acusada pelos indígenas de ter um “campo de concentração” na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Local onde escravizavam, torturavam, ameaçavam, aproveitavam-se das mulheres indígenas e, se necessário, matavam-nas. Esse lugar, segundo os impressos de trabalhos de pesquisa analisados, recebeu o nome de “Infiernokue”. Vale assinalarmos que não foi possível levantar a exatidão de tais informações.

No contexto da LIPSA (ainda em 1960), aparecia, nos impressos de trabalhos de pesquisa, os vícios dos paraguaios, especialmente em relação ao álcool e a cigarros, vícios que influenciavam os indígenas, vícios que compravam as forças policiais. Neste contexto surge a denúncia contra os paraguaios da LIPSA sobre os vícios e a devastação da natureza colocando as terras dos indígenas Ava Xiripá em sistemática desapropriação e venda (CF: TESTIMONIO DE SERGIA CARDOZO E PARANÁ REMBE'ÝPE, QUE ESTÃO PRESENTES NOS IMPRESSOS DE TRABALHOS DE PESQUISA).

Após a LIPSA surge a Itaipu, nos anos 1970, com a promessa de inundação de terras dos indígenas Ava Xiripá e Awá-Guarani, no Paraguai, que se estabeleceram em terras adquiridas por instituições indigenistas ou pela Igreja Católica. A Itaipu representou, para os Awá-Guarani, a destruição do rio Paraná que, segundo os indígenas mais velhos, a seus cuidados foi-lhes entregue.

No processo de Itaipu, os indígenas careceram de informações concretas, permaneceram em estado de insegurança e ficaram desalojados, antes mesmo de a área ser alagada. Os indígenas não compreendiam o que iria ocorrer, não sabiam para onde seriam levados e tinham dúvidas quanto à adaptação a uma nova situação, o que foi outro percalço, posto que o processo de realocação não objetivou atender aos problemas dos indígenas. Não considerou, por exemplo, a natureza específica em que viviam, os conflitos com a comunidade receptora em que seriam alojados, as questões de saúde que essa nova vida poderia lhes trazer, a perda de controle de suas vidas em um lugar desconhecido, questões básicas, como o que comer, o que beber, onde conseguir os mantimentos necessários. Entre outras coisas, ocorreu a desvinculação das relações sociais que haviam sido criadas pelas etnias no antigo lugar, como a liderança, a família, a convivência, questões que são de ordem

⁴¹ As atividades da LIPSA se concentravam no que atualmente são os departamentos de Alto Paraná, Canindeyú, Amambay, Caaguazú e São Pedro.

psicológica e ficaram sem solução, por parte da Itaipu, quando eles foram alojados em outros lugares.

Nesse ínterim surgem novas demandas às populações indígenas com a transformação da fronteira pelo surgimento do Lago. Eles, que eram antigos atores sociais em trânsito, não reconhecem o território, ou o rio como uma fronteira, justamente porque seus limites não são os departamentos, os países; não compreendem a burocracia que se fortaleceu nesse contexto. São sujeitos fronteiriços que vivificam a fronteira em sua extensão e não a marcada por repartições ou divisões.

De acordo ainda com o material analisado, havia nas margens do rio Paraná, do lado paraguaio, 534 famílias de Awá-Guarani; contudo, com a formação do Lago, muitas simplesmente desapareceram⁴². Os impressos de trabalhos de pesquisa informam ainda que outra comunidade que vivia na zona de alagamento foi indenizada com 1.000 hectares situados em um lugar totalmente fora da região onde viviam, terras que foram doadas a eles pela Equipo Nacional de Misiones de la Conferencia Episcopal Paraguaya.

Pontuamos que, no final da década de 70 e início da de 80, em um espaço de tempo de aproximadamente quatro anos, as comunidades de Kirito, Acaraymi e Arroyo Guasu tiveram que absorver praticamente todos os indígenas desalojados por Itaipu. Sem possibilidade de retorno para suas terras alagadas, algumas das comunidades chegaram a crescer em torno de 350%, passando de 33 para 150 famílias.

A Itaipu não se preocupou em apoiar a resolução de pontos específicos acerca das necessidades dos indígenas no lado paraguaio, tanto que o diretor geral da Binacional, por parte do Paraguai, defendia que a única obrigação da Empresa era indenizá-los. No entanto, a Itaipu comprou áreas de terras, como mostram documentos da Associação Indigenista Paraguaia (AIP) e do Instituto Nacional do Índio (INI). De acordo com Ivone T. Carletto de Lima, essas áreas são as seguintes:

Uma de 1.300 hectares nas imediações do Arroio Itabó; outra de 1.000 hectares próximo ao rio Limoy; 2.000 hectares na Colônia Indígena de Yuguayry em Vacaretanguê e; 1.012 hectares em Kiritó Pyajú. Ainda, pagou 8,9 milhões de guaranis para os custos de transferência dos indígenas [...]. Ao todo foram 239 famílias de índios Awá-Guarani, do grupo Xiripá, que foram desalojados de suas terras. Em 1983, a Conferencia Episcopal Paraguaia, através da publicação do Diálogo Indígena Misionero, se preocupava com 112 famílias indígenas que haviam desaparecido e que não

⁴² Nesta mesma página do material aparece a frase de um engenheiro paraguaio da Itaipu Sr. Juan Ángel Gagliardi com os dizeres “cuando se cerró el embalse, se limpió de ocupantes la zona”.

havia sido reassentadas. Como os índios são nômades, uma das possibilidades era de que poderiam ter vindo para o Brasil, outra de que teriam se dispersado pelas montanhas, dentre outras alternativas (CARLETTO DE LIMA, 2006, p. 379-380)

Sob essa perspectiva, a Itaipu representou, para os indígenas, mais um agente de expulsão e exclusão em fins da década de 1970 e início da de 1980. Atuou de forma plena e rápida na desapropriação, o que reforça a indicação de apoio e respaldo do regime ditatorial de Stroessner à Empresa Binacional. Desse modo, a Itaipu veio a “coroar” um longo processo de exploração dos indígenas no Leste do Paraguai.

Há que destacarmos outro fator: a presença, na área que seria mais tarde alagada, de um grande número de brasileiros, originários das demandas fronteiriças da década de 1960, e que não possuíam títulos de terras. Essas pessoas pagaram por suas terras, mas não receberam os títulos do governo Paraguaio. Coube à Itaipu indenizá-las apenas pelos direitos de posse da terra. Com relação a isso, não raro é encontrar passagens de relatos em que se visualizam observações apontando que o dinheiro deu somente para fazer a mudança do local que seria inundado:

En San Sebastián hay unos 120 colonos que son todos poseiros (ocupantes). De estos 120 colonos, 80 más o menos fueron indemnizados por Itaipú, como ocupantes en Puerto Sauce. Uno de mis hijos fue indemnizado con 60.000 guaraníes, otro con 120.000 guaraníes y el tercero con 400.000 guaraníes. Este dinero no alcanzó para comprar nueva tierra en outro lugar. Sólo alcanzó para la mudanza. Allá [en Puerto Sauce] habían aproximadamente 270 familias de las cuales unas 200 eran brasileñas y 70 más o menos paraguayas. Allá se había construído una escuela y teníamos iglesia también. Había comisiones proescuela y proiglesia, pero Itaipu habló solamente en forma individual con los colonos para el pago de las tierras. En Puerto Sauce, de 6.000 has., unas 2.000 has. quedaron bajo água y unos pocos pobladores quedaron, pero sin escuela. Estos que quedaron no fueron muy afectados pero tienen que hacer sus compras en el Brasil, porque los otros pueblos quedan muy lejos del lugar (ENTREVISTA Nº 94, LÍDER DE UM ASSENTAMENTO ESPONTÂNEO NO PARAGUAI. IN: CEP, 1985, p.178).

Infelizmente não foi possível identificar o referido entrevistado; entretanto, seu discurso é esclarecedor da situação de fronteira que ocorria no Paraguai em relação, por exemplo, ao número de brasileiros situados em um povoado identificado como Puerto Sauce; assim como em relação à forma como ocorreu a indenização por parte de Itaipu.

Reconhecemos, na entrevista do líder mencionado, que os valores comunitários não foram avaliados, como a escola, a igreja, os mercados. Na entrevista, o líder também diz que a

mesma situação ocorreu na comunidade de Puerto Adela. Nesse contexto, os fronteiriços brasileiros que estavam vivendo no Paraguai sofriam o segundo processo de expulsão. O primeiro, motivado pelos resultados das políticas de governo no Brasil em torno da mecanização agrícola, condição que os levou ao Paraguai; o segundo, pelo desaraigo da terra, provocado pela inundação de Itaipu.

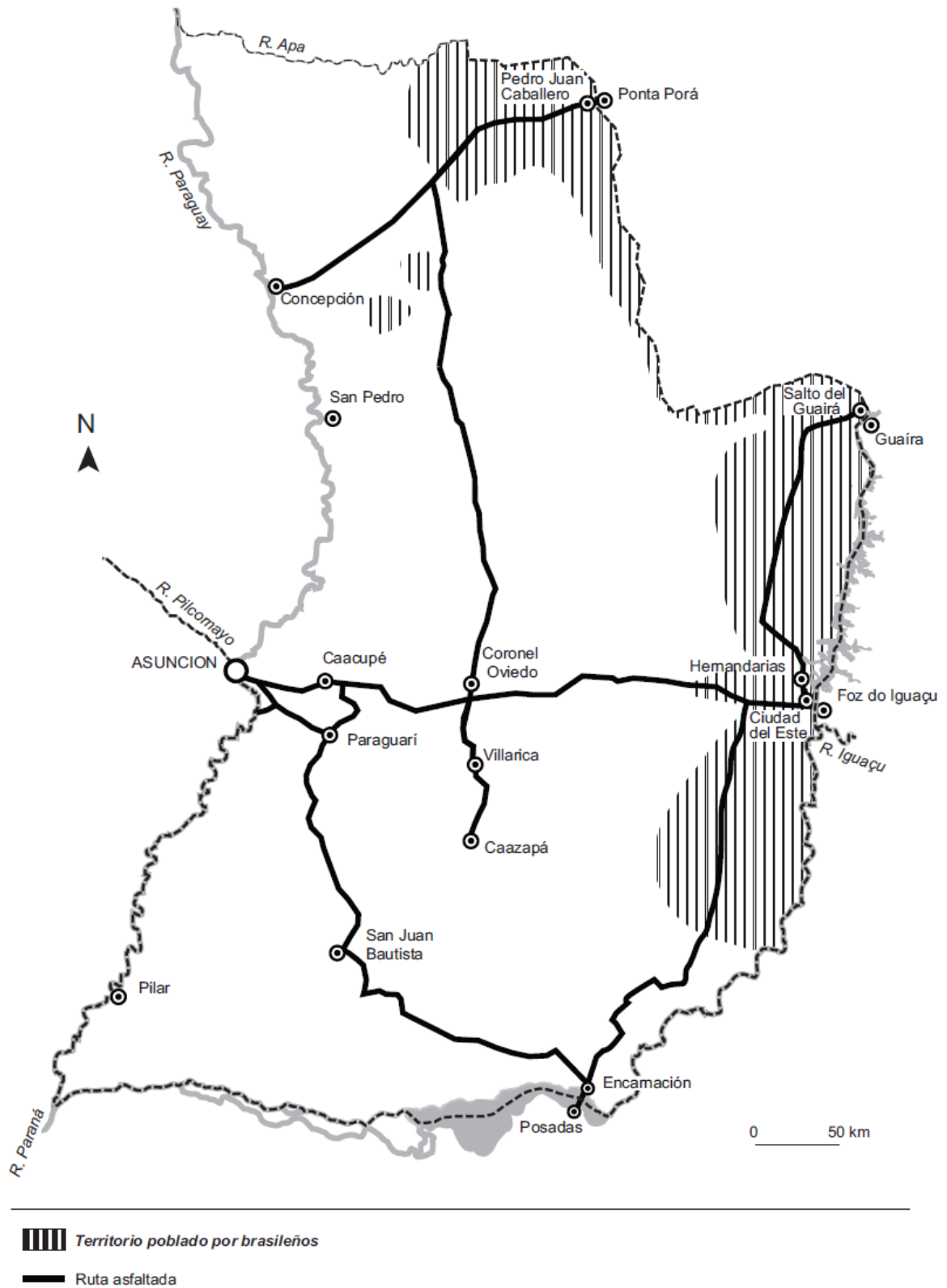
Em outro relato⁴³ aparecem alguns nomes de grandes proprietários em Canindeyú, como os Sampieri e o oficial Vallejos. Segundo a fonte, “acá la tierra pertenece a ellos, fue donada por Stroessner y Instituto do Bienestar Rural” (ENTREVISTA Nº 94, LÍDER DE UM ASSENTAMENTO ESPONTÂNEO NO PARAGUAI. IN: CEP, 1985, p.180).

Percebemos no discurso do líder do assentamento que as referidas fazendas acabaram absorvendo grande parte dos desalojados de Itaipu. Os fazendeiros trabalhavam com um sistema de contrato de três anos de duração. Ao final desse período os trabalhadores eram obrigados a sair da fazenda, tal forma de contrato tinha em vista impedir a cobrança, pelo trabalhador, de algum tipo de direito, caso ele permanecesse por muito tempo nas terras. Se o trabalhador não saísse no tempo previsto, era expulso: “el facendeiro Sampiere ya había expulsado a unos cuantos, a unos 60 colonos más o menos” (ENTREVISTA Nº 94, LÍDER DE UM ASSENTAMENTO ESPONTÂNEO NO PARAGUAI. IN: CEP, 1985, p.180).

Os fazendeiros obedeciam à política implementada pelo General Alfredo Stroessner, por meio do programa político *Marcha hacia al Este* – cujos propósitos eram similares aos do movimento brasileiro em curso, a *Marcha para o Oeste* – que objetivava o desenvolvimento da região pouco habitada das fronteiras Leste do País, na divisa com o Brasil. Em poucos anos o Programa acalentou uma população com cerca de 90% de brasileiros nas cidades dos departamentos fronteiriços do Leste paraguaio. Atualmente há um maior equilíbrio entre brasileiros e paraguaios no Leste paraguaio, justamente porque há brasileiros nascidos no Paraguai, o que os identifica como paraguaios.

⁴³ Os relatos utilizados por nós constam em uma publicação da Pastoral Social, mas não conseguimos ter acesso aos originais; segundo responsáveis, havia todas as gravações em fitas, mas elas foram extraviadas. Considerando que a pesquisa carece de dados qualitativos acerca dessa questão, convencionamos não ignorar essas informações. O Relatório elaborado sobre esse trabalho diz que a amostra dos dados é constituída por 533 famílias, entre ela 339 brasileiras e 194 paraguaias. Foi realizado entre julho e novembro de 1979 entre o norte do Departamento de Itapua até o leste do Departamento de Canindeyú, ambos zonas que sofreram impactos com o alagamento. Este trabalho recolheu ainda 121 entrevistas, aproximadamente 200 horas de gravação.

MAPA 06: POVOAMENTO BRASILEIRO NO LESTE DO PARAGUAI FINAL DO SÉCULO XX E INÍCIO DO SÉCULO XIX



Fonte: SOUCHAUD, 2007, p. 153. Adaptado com base nas informações da DGEEC 2012.

A historiadora Maria Verônica Secreto estabelece algumas reflexões teóricas em relação ao movimento humano em direção às fronteiras, quando ressalta que a eficácia do controle interno planejado pelos governos ditatoriais estabelece, “um papel dinâmico, democrático e nivelador das tensões sociais” (SECRETO, 2002, p. 295). Nessa passagem da autora verificamos o pressuposto turneriano que, se aplicado ao contexto analisado, reflete a sua tese de expansão, em que se identificam as forças políticas atuantes agindo na humanização da fronteira. Da mesma forma percebemos a mobilidade na frente de expansão e na frente pioneira, conforme também destaca Martins (2009).

De acordo com o pressuposto turneriano, a fronteira funciona como uma “válvula de escape” bastante propícia aos governos na medida em que se torna dinamizadora de áreas de trabalho e forma de equiparar tensões sociais, especialmente no meio rural, e na medida em que contribui para transformar o espaço fronteiriço em território demograficamente habitado. No caso de Brasil e Paraguai esse pressuposto concretizou-se em resultados imediatos aos dois Países. No Brasil acalmou-se temporariamente um grande número de pequenos proprietários e de pessoas que estavam ficando sem trabalho na área rural, especialmente no Sul e no Sudeste; no Paraguai aconteceu a entrada de um contingente de pessoas com experiência no trabalho rural. Ou seja, os dois Países passaram a comportar uma massa humana civil na fronteira.

Acrescentemos que, no Brasil, houve, nesse período, ampla difusão de tecnologias para serem empregadas no meio rural, o que propiciou a introdução de maquinário moderno. Houve também a abertura de créditos e financiamentos para plantio, colheita, compra de adubos e agrotóxicos, especialmente no Sul e Sudeste do País. Contudo, esse desenvolvimento da área agrícola no Brasil tornou-se “uma faca de dois gumes”, uma vez que marcou o movimento de acesso do agricultor brasileiro – que na maioria das vezes era portador da modernização – ao Paraguai, e, ao mesmo tempo, anotou o afastamento desse agricultor de seu próprio País.

Alguns dos fatores que facilitaram a presença de brasileiros em espaços demograficamente pouco habitados no Paraguai foram, por exemplo, a oferta de terras férteis, baratas, com condições especiais de pagamentos, assim como o clima favorável e a relativa proximidade com o País de origem. Isto é, a modernização apresenta os fatores que auxiliam a compreensão para a repulsão das pessoas nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, provocados pela

modernização agrícola, por outro lado a fácil acessibilidade a terra pelos brasileiros explica os fatores de atração no País vizinho.

Pontuamos que, neste estudo, tratamos e reconhecemos com maior especificidade a entrada de pessoas no Paraguai demandadas do estado do Paraná, mais precisamente da região oeste do Paraná. Um fluxo de pessoas que têm maior intensidade a partir da década de 1970, conforme apontam várias bibliografias que tratam do tema, bem como nosso trabalho de campo até o momento.

Todavia, não descartamos outras investidas que decorrem, desde meados do século XIX, especialmente de colônias germânicas provenientes do estado do Rio Grande do Sul, e de algumas levas, no mesmo período, que provém do estado de São Paulo e se instalaram no Paraguai. Muito embora reconheçamos que a saída de pessoas do oeste do estado de Santa Catarina e do norte do estado do Paraná obedece praticamente a um mesmo contexto, e, com maior intensidade, a partir da década de 1970, como ocorreu com o oeste paranaense.

O que fica evidente é que, em relação ao *modus operandi* desse fluxo de pessoas, o único curso que se diferencia é o relativo às entradas de pessoas do Rio Grande do Sul que, ainda no século XIX, penetram o Paraguai tomando como curso a província de Misiones na Argentina. O restante possui como saída do Brasil o oeste do Paraná e como entrada no Paraguai o leste por Alto Paraná e Canindeyú. Há nesses locais uma característica de aglutinação de pessoas, o que muitas vezes leva-se a acreditar que a entrada no País vizinho é exclusiva de pessoas do Estado do Paraná. Esse *modus operandi* também se identifica nos movimentos internos no Brasil, quando os fluxos, depois de alcançarem o oeste do estado do Paraná, provenientes de estados do Sul, Sudeste e Nordeste, tomam como direção estados do Centro Oeste e Norte brasileiros.

A entrada de pessoas provenientes do Rio Grande do Sul no Paraguai, ainda no século XIX, é percebida por alguns autores que pesquisam a temática migratória como um movimento de migração intercontinental. Especula-se que eram alemães que estavam de passagem pelo sul do Brasil e que, em meados do século XIX, passaram pelas províncias fronteiriças da Argentina, indo se estabelecer no Paraguai. A condição de serem alemães ou descendentes é uma questão não aprofundada nessa pesquisa. Entretanto, um dos traços que indicam sua passagem pelos três Países mencionados é visualizado em cidades que congregam fortes características germânicas como, por exemplo, São Leopoldo, situada no estado do Rio Grande do Sul, Sul do Brasil, nas proximidades do Vale do Rio dos Sinos;

Montecarlo, na província de Misiones, Argentina; Hohenau e Obligado, cidades situadas no Vale do Médio rio Paraná, no Departamento de Itapua, Paraguai.

MAPA 07: ORIGEM DO FLUXO DE BRASILEIROS EM DIREÇÃO AO PARAGUAI.



Fonte: SOUCHAUD, 2007, p. 104. Adaptado com base nas informações de LEBORGNE, 1996 e 1998; MEDEIROS, 1996 e 1998; MONBEIG, 1952; PÉBAYLE, 1977; e THÉRY, 1995.

Em relação às pessoas que são partícipes da entrada mais recente, nas últimas décadas do século XX, o que conseguimos perceber é que realmente são brasileiros e possuem como causa comum, em relação à entrada no Paraguai, a mão de obra braçal agrária que perdia postos de trabalho com o advento das máquinas, com a agricultura de característica monocultora que exigia grandes extensões de terras e maquinário pesado no Brasil. Grosso modo, podemos afirmar que ocorria o início de tensões entre duas características diferentes de produção agrícola, a moderna e a tradicional, ou seja, a agricultura de exportação e a de subsistência. Ressaltamos que a migração originária de meados do século XIX obedecia a outra dinâmica, em que a maioria das pessoas era europeia e vinha em busca de oportunidade de *fazer a América*.

O trânsito de pessoas que ocorre desde meados do século XX e que compreende em grande medida a trajetória de pequenos agricultores, meeiros, arrendatários, parceiros, entre outros, pode ser caracteristicamente visualizado na entrevista do agricultor Irineu Zimpel, que atualmente reside em um pequeno sítio no município de Santa Helena, no Paraná, e que entrou no Paraguai em 1987. Irineu Zimpel voltou para o Brasil no ano de 2007, após perder espaço para as grandes propriedades rurais no Paraguai. Segundo ele,

A minha terra era no km 18 em Canindeyu, eram cinco alqueires, compremos do IBR, compremos em prestação, em cinco anos para pagar, foi fácil para pagar, mexia daqui, mexia dali, plantava hortelã, plantava algodão no começo, depois nós fomos plantando milho, soja, nunca tive maquinário, nesses primeiros tempos só 'braçal' mesmo. Depois mandemos destocar e aí plantemos soja [...]. Lá numa época a maioria eram pequenos proprietários de quatro ou cinco alqueires, agora quando nós já saímos de lá, era praticamente só nós, o resto era tudo propriedade grande, tudo fazendeiro grande, e a gente se obriga a vender, nós mesmo vendemos pra um que tinha uns trezentos ou quatrocentos alqueires, nem sei direito (ENTREVISTA: IRINEU ZIMPEL, SANTA HELENA, 2007).

Observamos, no que se refere aos pequenos agricultores brasileiros que viviam no Paraguai, que houve uma repetição, naquele País, de características similares às que fizeram com que eles se afastassem do Brasil, por exemplo, a existência de um modelo concentrador de terras que produz para o mercado exportador. Modelo que só é funcional a partir do momento em que há grandes parcelas de terras cultiváveis com maquinários modernos, o que fomenta a grande propriedade.

Num primeiro momento, os planos de governo do Brasil e do Paraguai, ligados ao regime político ditatorial, buscavam o nivelamento de tensões sociais internas e utilizaram as fronteiras como saída para as prováveis agitações ocorridas. Isso representava a necessidade de ocupação de espaços nos limites dos dois Países, funcionando como uma espécie de proteção nacional. Cabe lembrar que, embora o aspecto de expansão e ocupação territorial brasileiro no Paraguai permeie o tema, não se pode desconsiderar, nesse contexto, o plano de desenvolvimento interno do governo paraguaio, fundamental para que a migração alcançasse números tão elevados, especialmente na década de 1970.

Segundo Domingo Laino, o governo de Stroessner permitiu em grande parte que houvesse verdadeira ocupação brasileira na fronteira entre os dois Países:

Grandes latifúndios, terra virgem e fértil, riquezas florestais, cafezais, plantações de erva e serrarias são alienadas em favor de brasileiros. E como complemento, a moeda, os costumes e muitas vezes até a educação e o idioma das fronteiras nacionais com o Brasil já não são paraguaios. O regime de Stroessner tolera com complacência toda essa situação e ainda muito mais. As instituições oficiais encarregadas dos créditos e do regime das terras no Paraguai concedem todo o tipo de ajuda e facilidades às empresas e colonos do País vizinho (LAINO, 1979, p. 35).

Para Laino, opositor ao governo Stroessner, o regime de “doação” das riquezas do Paraguai, realizado pelo governo de Stroessner aos brasileiros, tem o respaldo do governo dos Estados Unidos da América, potência interessada em que houvesse na fronteira dos dois Países o domínio de pessoas de nacionalidade brasileira. Conforme Domingo Laino,

É evidente que o governo militar do Brasil está concedendo um apoio sem precedentes ao general Stroessner e este apoio nunca foi tão oportuno como é agora. O regime paraguaio, mais do que nunca debilitado, obsoleto e corrupto completou 23 anos de poder absoluto mediante a ajuda externa que recebe especialmente dos Estados Unidos, e a utilização difundida dos instrumentos de repressão contra opositores paraguaios (LAINO, 1979, p. 34).

Para Laino, o apoio dos Estados Unidos aos governos ditatoriais do terceiro mundo caracteriza, de maneira objetiva, a política de Washington, marcada por um modo tradicional de agir em favor do capitalismo, em um contexto em que a bipolarização capitalismo/socialismo ainda era muito forte.

Da mesma maneira que enfatizamos a entrada de brasileiros no Paraguai, com maior ascendência do movimento na década de 1970, é importante destacarmos que o retorno de

brasileiros e descendentes, em meados da década de 1980 e no decorrer dos anos 90, também teve forte influência dos retornados – especialmente do Paraguai – nos municípios ribeirinhos ao Lago Internacional de Itaipu, no Paraná, bem como nos municípios mais próximos às fronteiras de Mato Grosso do Sul, como é o caso de Mundo Novo.

O Censo Demográfico de 2010 mostra o estado do Paraná como o segundo destino preferido de brasileiros retornados do exterior nas últimas décadas (1980/90), ficando atrás somente do estado de São Paulo, nesse ínterim grande parte dos retornados são de paraguaios.

Entre os anos de 1995 e 2000, o IBGE constatou que a entrada de imigrantes no Brasil atingiu um total de 143.644 pessoas, sendo que 87.886 eram pessoas que nasceram no Brasil e estava retornando, o que representa 61,2% do total. Deste número, 35.446 pessoas eram provindas do Paraguai, representando 40,33% dos retornados de origem brasileira. O Paraná recebeu, nesse período, 32.011 estrangeiros, o que representa 22,3% do total. O Mato Grosso do Sul recebeu 8.322 imigrantes, o que corresponde a 5,8% do total (FONTE: IBGE, CENSO DEMOGRÁFICO 2000/2010).

Entre os anos de 2005 e 2010, o IBGE constatou que a entrada de imigrantes no Brasil atingiu um total de 268.486 pessoas, sendo que 174.597 eram pessoas que nasceram no Brasil e retornaram, o que representa 65,1% do total. Deste número, 24.666 pessoas eram provindas do Paraguai, representando 14,1% dos retornados de origem brasileira. O Paraná recebeu, nesse período, 39.120 estrangeiros, o que representa 14,6% do total. O Mato Grosso do Sul recebeu 9.124 imigrantes, o que corresponde a 3,4% do total (FONTE: IBGE, CENSO DEMOGRÁFICO 2000/2010).

Observamos que houve o aumento de brasileiros retornados do exterior entre os anos de 2005 e 2010, em aproximadamente 86,7%, embora constatem a redução do número de pessoas nascidas no Brasil que se dirigiram ao Paraguai e posteriormente retornaram, redução de 30,4%, em relação aos anos de 1995 e 2000.

Um dos fatores que explicam esta inversão é de ordem da política interna brasileira, que mostrou outra dinâmica a partir do início do século XXI, o que fez com que muitos brasileiros, de várias partes do mundo, retornassem ao País, vislumbrando novas expectativas.

Outro fator relaciona-se aos anos correspondentes ao final do século XX que ainda colhiam os resultados do acentuado retorno dos denominados brasiguaios ao Brasil. Estes, num primeiro momento, concentraram-se, em maior número, nos estados do Paraná e do

Mato Grosso do Sul, um retorno organizado e impulsionado pela política de Reforma Agrária no Brasil.

Os dados do IBGE foram utilizados aqui sem a intenção de se seguir uma cronologia linear do movimento de retorno de brasileiros ao País de origem. Eles servem, acima de tudo, para evidenciar quantitativamente, por estimativas, como se desenvolveram esses retornos, pois nem todos os números podem ser considerados absolutos no que se refere à transitoriedade de pessoas entre o Brasil e o Paraguai e vice versa. Aliás, essa falta de controle alfandegário, nos dois Países, talvez tenha provocado as maiores incertezas nos estudos acerca de movimentos migratórios entre esses Países. Embora se reconheçam as formas de controle de entrada de brasileiros no Paraguai, que era feito pelas Forças Armadas.

Muitos brasileiros que tiveram como destino o Paraguai obedeceram, na verdade, a uma proposta para a contrapartida de políticas agrícolas do Brasil durante a década de 1970. Naquele contexto as políticas rurais/agrícolas, desenvolvidas pelos governos do Brasil e do Paraguai, objetivavam tornar o acesso à terra mais democrático e apoiar a produção em pequenas propriedades agrícolas, especialmente em regiões pouco habitadas. Essas regiões situavam-se nos limites entre os dois Países, eram áreas fronteiriças como as do oeste do Paraná, no Brasil, e as do leste de determinadas regiões do Paraguai que atenderam a demandas de novas políticas agrícolas, mostrando, sobretudo, que a fronteira é um limite a ser definido e redefinido por práticas e não por leis.

No entanto, implicações, aos poucos, foram aparecendo – relacionadas, por exemplo, à depredação da natureza – e aflorando um comércio de propriedades rurais para ascensão de grandes proprietários, fazendeiros, grupos e empresários agrícolas, que acabaram supervalorizando as terras e deixando à margem a produção campesina e familiar.

Com isso, milhares de agricultores – arrendatários, parceiros, peões, parceiros, meeiros, bóias-frias, porcenteiros – que fomentavam um modelo baseado em alta concentração de mão de obra na pequena propriedade foram deixados de lado. O mesmo ocorreu com a alteração em relação aos produtos plantados: a soja passa a liderar as estimativas de plantio, o que faz com que o Paraguai se torne um dos maiores produtores e exportadores de grãos do mundo.

Essa política atendeu aos dois lados da fronteira, e o modelo agrícola, baseado na grande propriedade monocultora, passou a ser implementado com maior ênfase a partir da segunda metade da década de 1980, no Paraguai, acentuando-se no último decênio do século

XX, e se estabelecendo no início do XXI como a principal forma de produção do país. É importante analisarmos esse fator no conjunto político social por que passava o referido País: momento de redemocratização política com o final da ditadura de Stroessner, forte oposição ao modelo de governo desse ditador, aumento de reivindicações por terra por parte dos camponeses e a necessidade de manutenção de empreendimentos internacionais, por exemplo, os estabelecidos com o Brasil.

No Brasil, nos anos de 1980, novos atrativos surgiam em relação à questão agrária. Alguns segmentos ligados às lutas rurais ascendiam no cenário nacional, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); representantes governamentais que buscavam atender a reivindicações de trabalhadores rurais lançam o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Este último representou, para os brasileiros que viviam no Paraguai, a possibilidade de saída de uma situação incômoda que dificultava a regularização de posse de suas propriedades naquele País. O PNRA era a oportunidade de se adquirir, no Brasil, a tão desejada parcela de terra. Cumpre-nos registrar que o MST em conjunto com outros movimentos, como a Pastoral da Terra, os sindicatos rurais, entre outros acolheram as pessoas que retornavam – os então chamados brasiguaios.

2.2 BRASIGUAIOS: PRÁTICAS E DISCURSOS NA DISPUTA ENTRE O TERMO E A IDENTIDADE

As questões que derivam do setor agrário no Paraguai são amplas, envolvem intensa discussão que se arrastam por décadas, e é nesse cenário que os denominados brasiguaios surgem como um dos principais atores históricos entre os dois Países, e ligados diretamente à questão da ‘propriedade’ de terras naquele País, uma discussão que fomenta uma variedade de disposições políticas, sociais e culturais entre o final do século XX e o início do XXI.

Ressaltamos, todavia, que as análises sobre o meio rural no País vizinho devem ser compreendidas a partir de duas variáveis, no sentido de se explicar o surgimento do sujeito brasiguai e a emergência da entrada de brasileiros naquele País, isto é, uma em relação à questão agrária, e a outra em relação à questão agrícola. São variáveis importantes de serem discutidas aqui, pois andam lado a lado no meio rural e comportam diferenças em seus conceitos, como alerta José Graziano da Silva.

A questão agrária está presente nas crises agrícolas, da mesma forma que a questão agrícola tem suas raízes na crise agrária. Portanto, é possível verificar que a crise agrícola e a crise agrária, além de internamente

relacionadas, muitas vezes ocorrem simultaneamente. Mas o importante é que isso não é sempre necessário. Pelo contrário, muitas vezes a maneira pela qual se resolve a questão agrícola pode servir para agravar a questão agrária (GRAZIANO DA SILVA, 1980, p. 10-11).

Para o autor, uma das principais semelhanças entre elas é, que de certa forma, emolduram o sistema de latifúndios não apenas no Brasil e Paraguai, mas também, acredita-se, em grande parte do mundo. Segundo o atual Diretor Presidente da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, 2013),

Em poucas palavras a questão agrícola diz respeito aos aspectos ligados às mudanças na produção em si mesma: o que se produz, onde se produz. Já a questão agrária está ligada às transformações nas relações de produção: como se produz, de que forma se produz (GRAZIANO DA SILVA, 1980, p. 11).

Essas considerações são derivadas de um mesmo problema e auxiliam a pensar a questão dos brasiguaios, uma vez que a forma como se produz na agricultura – questão agrária – acabou criando uma massa de trabalhadores que ficaram à margem da produção na agricultura – questão agrícola. Tal questão é operacionalizada tanto para os brasileiros no Brasil, aos que imigraram, e mesmo aos paraguaios camponeses em seu País. Essa perspectiva explica o que acabou originando milhares de trabalhadores rurais a se tornarem habitantes transitórios em seu País, nas fronteiras vizinhas, ou nas fronteiras agrícolas internas.

Na entrevista concedida à pesquisadora Catiane Matiello, o religioso Pastor Werner Fuchs, em 2010, dá um panorama dessa intensa entrada de brasileiros no Paraguai, ao falar do distrito de Porto Mendes em Marechal Cândido Rondon. Segundo ele,

Justamente nos anos 1970, com a mecanização da agricultura, o Paraná perdeu um milhão e quinhentos mil agricultores! Foi muita gente que saiu do Paraná porque onde tinha 3, 4 propriedades restou uma, que era da pessoa que tinha comprado trator, implementos e não tinha mais lugar para os outros. Então nós fizemos um seminário em Cascavel e mandamos trazer gente de Rondônia, do Paraguai. Nós mesmos um dia fomos em Porto Mendes observar os barcos atravessando famílias para o lado do Paraguai. Eles disseram que estavam atravessando em média 50 famílias por dia. Imagina! Só em Porto Mendes. Iam para o Paraguai de barco com trouxinha e crianças. Tudo o que eles tinham cabia num barco. Era muita gente do Sudoeste e o Oeste do Paraná. No Sudoeste teve dois anos de seca, em 1977 e 1978 fragilizando o pequeno agricultor. Então esse esvaziamento pela mecanização e pela crise climática levou essas pessoas a migrar e nós estávamos com meio milhão de brasileiros no Paraguai. Os chamados brasiguaios. Então tudo isso foi analisado e teve um relatório final que coube a mim levar numa gráfica. E eu levei para uma gráfica em Toledo. E aí

estava lá a foto de um migrante atravessando para o Paraguai acho que na capa, mas estava sem título. Daí eu tive que inventar um título, na hora. Conversei com algumas pessoas, fiquei quebrando a cabeça e saiu o título *Sem-Terra e Sem Rumo*, que é marcante. E isso foi em 1980. E é o primeiro documento onde aparece a expressão "Sem Terra" nessa definição de "sem chão", "sem condições" (ENTREVISTA: PASTOR WERNER FUCHS, CURITIBA, IN: MATIELLO, CATIANE, 2010).

Para a nossa análise, ambas as considerações – questão agrária e questão agrícola – são pertinentes de serem mostradas, pois elas atuam diretamente na vida dos atores históricos que convencionamos chamar aqui de brasiguaios.

No Brasil, José Graziano da Silva elenca três eixos para explicar os agravantes da questão agrária, especialmente a partir dos anos 70, justamente no contexto de maior entrada de brasileiros no Paraguai. Duas dessas questões são bem conhecidas e praticamente se auto-explicam: uma é o rápido processo de modernização – conservadora – e a mecanização no meio rural no centro sul do Brasil; a outra é a ampla presença do capitalismo monopolista no meio rural, com o advento de empresários agrícolas, fazendeiros da agropecuária e de grandes proprietários de terras.

O terceiro eixo, o que mais nos interessa nesse momento, diz respeito ao fechamento das fronteiras agrárias internas, especialmente as da Amazônia, e a influência da produção pecuária nessas regiões forçando o deslocamento para outras regiões da pequena produção rural. Para Graziano da Silva, a agricultura brasileira atua sempre da mesma forma, com a incorporação de novas áreas para expandir a produção. A explicação do autor sobre o que é a fronteira agrícola mostra como é possível operacionalizar essa ideia para o Sul e Sudeste do Brasil, que sofriam grandes transformações no campo. Segundo o autor,

A fronteira não é necessariamente uma região distante, vazia no aspecto demográfico. Ela é fronteira do ponto de vista do capital entendido como relação social de produção. Não se deve pensar, pois, que a fronteira é algo externo ao "modelo agrícola" brasileiro, se é que podemos nos expressar assim. Ao contrário, a fronteira é simultaneamente condicionante e resultado do processo de desenvolvimento da agricultura brasileira. Vale dizer, a existência de "terras-sem-dono" a fronteira funciona como um regulador da intensificação de capital no campo, condicionando assim o seu desenvolvimento extensivo/intensivo. Em sentido contrário, o custo da intensificação de capital na agricultura determina o ritmo de incorporação produtiva das terras na fronteira (GRAZIANO DA SILVA, 1980, p. 45).

Nessa perspectiva, Graziano da Silva reforça alguns dos conceitos de Turner presentes nas indagações que estudamos e evidentes no nosso campo de pesquisa, por exemplo, o da fronteira funcionando como um estoque de produtos a serem utilizados quando a grande produção capitalista retrocede; um conceito que obedece a um plano econômico. Outra definição relaciona-se ao fato de a fronteira orientar e direcionar os fluxos migratórios, uma espécie de plano social que dava um destino aos desapropriados e expropriados; entretanto, quando essa fronteira se fecha, há um desordenamento interno e, a partir disso, ocorrem diversos pequenos fluxos. Por último identificamos a “válvula de escape” de tensões sociais no campo, um plano político, em que a função da fronteira agrícola, definida por um plano político, demonstra como funcionam os projetos de colonização rural no Brasil.

Identificadas algumas das bases operacionais do contexto rural brasileiro, na segunda metade do século XX, percebemos que as questões ligadas à colonização rural não ocorreram de forma harmoniosa. A zona de fronteira provocou agitações sociais tanto no espaço interno, quanto no externo ao País. Internamente houve um grande número de pessoas indo para as regiões da Amazônia; externamente, um fluxo considerável de pessoas migrando para os países vizinhos, em especial para o Paraguai. Muitas dessas pessoas deram origem ao grupo social denominado, a partir de meados da década de 1980, de brasiguaios.

Em relação a isso, verificamos que o sujeito brasiguaiio sofre definições de diferentes maneiras, conforme o setor: da política, da imprensa, da academia, da igreja, do sindicato. Num primeiro momento ele é identificado como o brasileiro pobre que saiu do Paraguai e retornou ao Brasil, essa definição foi incorporada por essas pessoas [brasiguaios] e se tornou uma bandeira diferenciada de luta pela terra no Brasil, distinguindo-se dos demais movimentos agrários, como a Fetagri, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o MST, entre outros. Desse modo, denotar o sentido de ser brasiguaiio e o que ele representa para o Brasil e o Paraguai é fundamental, uma vez que o termo brasiguaiio recebe definições equivocadas e generalizantes, especialmente por parte da imprensa. Some-se a isso o mau entendimento e uso que as pessoas fazem da denominação do grupo, o que torna a identidade brasiguaiia bastante complexa, para não dizer quase inexplicável.

A definição aceita, em grande medida, é a que se refere aos brasiguaios como os brasileiros que foram para o Paraguai e lá se estabeleceram. Essa concepção sinaliza para o

sentido generalizado do termo. Nessa perspectiva, os brasiguaios são confundidos⁴⁴ com empresários agrícolas, fazendeiros e grandes proprietários de terras brasileiros que vivem no País vizinho. Pontuamos que, no meio acadêmico, as primeiras intervenções de pesquisadores sobre o tema mostram os brasiguaios como os brasileiros que foram para o Paraguai e passaram a sobreviver à margem dos grandes produtores, tanto no Paraguai quanto no Brasil, em precárias condições de vida. Acrescentamos que, nos dois Países, muitas dessas pessoas se misturam a movimentos de luta pela terra ou se inserem em assentamentos rurais que se constroem coletivamente⁴⁵.

Para ilustrar o uso do sentido generalizado do termo, exploramos aleatoriamente uma fonte do presente. Em 2013 anunciou-se, na imprensa brasileira,⁴⁶ que o “Paraguai foi o quarto maior exportador de grãos do mundo, no ano de 2012, e que 50% da safra era produzida por brasiguaios”. Nesse sentido, algumas questões merecem destaque, por exemplo, as que dizem respeito à estabilidade da produção agrícola no Paraguai, sobretudo, de soja. A produção de soja é de interesse de grandes agricultores brasileiros no Paraguai, de proprietários de terras no Paraguai que vivem no Brasil, da classe dominante paraguaia, especialmente da de comerciantes e de políticos de direita. Todavia, os agricultores responsáveis por esse elevado número da exportação paraguaia não se consideram brasiguaios e sim empresários rurais ligados ao agronegócio.

Cumpramos ratificar que, segundo pesquisadores brasileiros, brasiguaios são os pequenos agricultores brasileiros que vivem em nível de pobreza, no Paraguai. Em vista disso, muitos retornam. O retorno é um fator que marca o significado do termo. Para Valdemir José Sonda, por exemplo, o brasiguai é o brasileiro que retornou ao Brasil depois de anos de trabalho no Paraguai. Sonda observa que

No transcorrer da década de 80, principalmente, trás a tona o processo de refluxo em direção ao Paraguai e fluxo de retorno para o Brasil, notadamente sobre os migrantes brasileiros que passaram a ser conhecidos e tratados pela identificação de brasiguaios (SONDA, 2003, p. 19).

⁴⁴ A pesquisa de campo mostra que pode ocorrer o contrário: a generalização da definição sugere que eles podem ser confundidos. No entanto, não é o que ocorre.

⁴⁵ Um exemplo dessa configuração foi o assentamento Novo Horizonte, no município de Ivinhema, em Mato Grosso do Sul. Em determinado momento, o assentamento é emancipado, tornando-se município de Novo Horizonte do Sul, localizado a aproximadamente 400 km da capital de Mato Grosso do Sul, Campo Grande.

⁴⁶ Programa Globo Rural de 14 de abril de 2013. Reportagem sobre os Portos e o escoamento da safra paraguaia.

No que diz respeito ainda à produção no meio rural no Paraguai, existe uma perspectiva contraditória entre o senso comum e os pesquisadores, na medida em que um versa sobre a instabilidade do trabalhador, denominado de brasiguaiio, e outro considera a estabilidade da produção como fruto do trabalho dos brasiguaios. O antagonismo é evidente e envolve diretamente a definição do termo e a sua relação com a atividade rural no Paraguai. O que percebemos é a necessidade de revisão no que concerne ao significado do termo, pois as generalizações fazem com que todos os brasileiros que vivem no Paraguai sejam nomeados brasiguaios. Esse tipo de generalização acaba criando um estereótipo do brasiguaiio em relação a outros grupos sociais que não se reconhecem nessa denominação, tais como os grandes fazendeiros e os empresários agrícolas brasileiros ou descendentes que vivem naquele País.

NO EXISTEN BRASIGUAYOS



Fonte: Revista Red Contactos & Agronegocios. Encarnación – PY: Publicación de Ministério de Industria y Comercio (MIC); Ministério de Educación y Cultura (MEC); Ministerio de Agricultura e Ganaderia (MAG). Nº 26, 2012, p. 16.

A imagem acima ancora a expressão verbal escrita, em letras garrafais, que diz “NO EXISTEN BRASIGUAYOS”. Tal expressão, no interior da matéria, vem acompanhada da seguinte informação: “somos inmigrantes brasileiros y, nuestros hijos y nietos son paraguayos” (REVISTA RED CONTACTOS & AGRONEGOCIOS, 2012, p. 17). A leitura desse texto, construído pela interrelação linguagem verbal e não verbal, reforça a questão de que muitos segmentos, mesmo os ligados à agricultura, não se reconhecem como brasiguaios. Em vista disso é que

enfaticamos a necessidade de revisão do termo brasiguaiio para a melhor compreensão do sujeito.

Nesse sentido, e compreendendo a demanda que questiona o termo em relação ao sujeito social, é possível destacarmos a necessidade de se apresentarem novas possibilidades de reconhecimento do sujeito fronteiriço brasiguaiio. A antropóloga e historiadora Márcia Anita Sprandel (1992) identifica, na imprensa, mais de vinte definições para o termo brasiguaiio, durante os primeiros anos de retorno de brasileiros do Paraguai (1985-86). Segundo Sprandel, a imprensa denominava os brasiguaios de muitas maneiras, conforme se verifica no quadro a seguir.

QUADRO 04 – MAIS DE 20 DENOMINAÇÕES DO TERMO BRASIGUAIO PELA IMPRENSA

Definição de Brasiguaios	Fonte
“Colonos brasileiros que se mantêm ilegalmente em território paraguaio, passando necessidades”	CBr 10/09/85
“Lavradores brasileiros que trabalham no Paraguai e tiveram que voltar movidos pela pressão do trabalho quase escravo a que lá estavam submetidos”	O Globo 15/09/85
“Agricultores brasileiros expulsos do Paraguai”	FSP 20/09/85
“Colonos que trabalhavam no Paraguai e retornaram ao Estado”	UH 20/09/85
“Os últimos exilados (...) agricultores brasileiros banidos para o Paraguai pela falta de emprego resultante de uma política de mecanização agrícola e concentração fundiária iniciada nos anos 70 no oeste dos Estados do Paraná e Santa Catarina (...) lavradores sem terra”	FSP 22/09/85
“Conseguem driblar a vigilância, colocando em polvorosa a cúpula da sociedade novo-mundense”	O Repórter 03/10/85
“Como são conhecidos na região os brasileiros que vivem em território do País vizinho próximo à fronteira com o Brasil”	UH 10/10/85
“Nome dado aos brasileiros que, depois de viverem algum tempo no Paraguai como agricultores, resolvem retornar ao Brasil, na condição de sem terra (...) com os membros da Pastoral da Terra, as famílias dos sem terra, logo receberiam a denominação de brasiguaios”	Diário da Serra 08/12/85
“Colonos brasileiros vindos do Paraguai”	CBr 08/12/85
“O lado feio do Programa Globo Repórter”	Diário da Serra 12/12/85
“Colonos brasileiros que vivem explorando agricultura no Paraguai”	O Norte 27/02/86
“Brasileiros que habitam território paraguaio”	UH 05/03/86
“Colonos brasileiros que há mais de 15 anos vivem da agricultura, em províncias paraguaias, que estão atravessando a fronteira”	JB 21/03/86
“Agricultores brasileiros que são no Paraguai meeiros, arrendatários, e bóias-frias”	GM 02/04/86
“São trabalhadores rurais que trabalhavam no Paraguai e resolveram retornar ao Brasil”	JB 09/05/86
“Trabalhadores rurais brasileiros que vivem no Paraguai”	FSP 10/06/86
“São agricultores brasileiros no Paraguai, que voltaram ou estão pretendendo voltar para o Brasil, estimulados pelo anúncio da Reforma Agrária”	CBr 27/06/86

“Por definição, trabalhadores rurais brasileiros que migraram para o Paraguai nos últimos 20 anos”	Jornal O Estado 09/07/86
“Sem-terra que depois de deixar o Paraguai vieram para a região”	ESP 15/07/86
“Camponeses brasileiros que ocupam área no Paraguai e que já manifestaram seu desejo de regressar”	UH 23/01/86

SPRANDEL, 1992, p. 57-58.

Sublinhamos que, ao incluímos, na pesquisa, os brasiguaios como interlocutores, buscamos uma análise histórica diferenciada, em que esses interlocutores aparecem no trabalho de campo, auxiliando na compreensão, a partir de suas diversas experiências de vida, de tensões e conflitos decorrentes das transposições da fronteira. Isso permite denotar a produção de sociabilidades em que se visualiza a aproximação ou o distanciamento entre brasileiros e paraguaios, em relação ao sujeito fronteiriço brasiguai, posto que os brasiguaios formam um grupo social que auxilia na compreensão da coexistência na fronteira.

Acreditamos que a aproximação ao sujeito brasiguai e a inclusão de suas vozes na pesquisa auxiliam na possibilidade de uma definição mais adequada do termo e de uma denominação terminológica aceita pelos sujeitos brasiguaios, o que nos aproxima do cerne identitário desse grupo fronteiriço. A questão da identidade é enfatizada por nós, porque percebemos que há discrepâncias entre o meio social em que vivem, e as práticas que esses atores históricos exercem.

No que diz respeito ainda à definição do termo brasiguai, assinalamos que, segundo pesquisadores do tema no Paraguai, brasiguaios são os brasileiros que trabalham no Paraguai, mas não necessariamente retornam ao Brasil; geralmente continuam a viver no Paraguai e voltam a passeio e/ou talvez para encaminhar os filhos no Brasil. Para outros estudiosos paraguaios, assim como para a imprensa, brasiguaios são os brasileiros que vivem entre os paraguaios, mas não se identificam com eles, não adquirem seus costumes, permanecem no País na condição de exploradores da terra e da economia paraguaia. Essa identificação também sinaliza para a generalização do termo em relação à condição dos brasileiros que vivem no Paraguai.

O significado do termo designa as pessoas brasileiras que mantêm algum tipo de trabalho no Paraguai ligado às atividades na agricultura, porém existe algumas diferenças de concepção do sujeito. Para pesquisadores do Paraguai, o significado não condiz com o aparecimento do indivíduo, apenas em meados da década de 1980, e não contempla as especificidades ligadas ao retorno, mas esses pesquisadores não discordam desse sentido do termo. Entre os pesquisadores brasileiros, há consenso em relação ao emprego e ao

significado do termo em relação ao retorno em meados da década de 1980, o que destacamos é que os sentidos e utilizações não são os mesmos de um País para o outro, sobre o sujeito brasiguai.

Em nosso estudo, o modo de denominarmos o brasiguai, enquanto sujeito fronteiriço, orientou-se por não ignorarmos os segmentos populacionais de brasileiros que vivem no Paraguai. Assim buscamos entender o sujeito a partir de três parâmetros que são distintos entre si, mas que, ao mesmo tempo, se contemplam, são parâmetros que podem ser operacionalizados para orientar no sentido da designação do termo, tanto no Brasil como no Paraguai. Essa análise independe da condição social, financeira ou étnica do sujeito, como até então vem ocorrendo.

Nessa perspectiva, compreendemos esse sujeito fronteiriço primeiramente como um *brasileiro*, pois é a partir dessa realidade que ele produz e constrói a sua consciência nacional e sua nacionalidade no Paraguai. Em segundo lugar, como um *estrangeiro* no País vizinho, posto que é por meio dessa condição que ele acessa e adentra o território paraguaio. E em terceiro lugar como *imigrante*, porque é nessa situação jurídica que ele se encontra. Essas definições aproximam-se bastante das que têm sido pensadas por órgãos institucionais do governo brasileiro que atuam no sentido de equacionar questões que envolvem esses atores históricos.

Embora esses três parâmetros apareçam como direcionadores de uma perspectiva explicativa do sujeito brasiguai, eles não se auto-explicam, pois, segundo Márcia Anita Sprandel, “as contradições decorrentes da situação de se definirem e serem definidos pelas três atribuições permitiram o surgimento de uma quarta, que assimilava elementos, mas também marcava diferenças com as mesmas, qual seja: *brasiguaios*” (SPRANDEL, 1991, p. 9). Designação essa que serviu como bandeira de luta no princípio do retorno desses sujeitos para o Brasil, momento em que buscavam suas reivindicações, especialmente terra e cidadania.

Convém registrar que reconhecemos as designações que são propostas por outros pesquisadores do tema, como também as propostas pela imprensa, tanto no Brasil como no Paraguai, uma vez que elas se diferenciam teoricamente uma das outras e esse processo de identificação do sujeito é algo que está em plena ocorrência histórica na atualidade.

Um ponto importante de ser enfatizado é o relativo à denominação de brasiguai e que vem perdendo o sentido que associa o sujeito fronteiriço a uma identidade que reivindica unicamente terra, como ocorria inicialmente, e que envolve determinado grupo de pessoas –

pequenos produtores, pobres, meeiros, arrendatários, sem terras e retornados ao Brasil. Tal classificação opera no sentido de torná-los um grupo com grande possibilidade de deixar de existir, porque futuramente esses sujeitos, ligados à primeira definição, deixarão de existir, e o próprio conceito – caso seja petrificado com essa condição – vai fazer com que ele não se reproduza, perdendo o sentido de ser enquanto brasiguaiio, tendo na origem uma especificidade que representará o seu fim. Entendemos que, ao identificarmos os brasiguaios como brasileiros, estrangeiros e imigrantes, damos ampla condição de compreensão de sua definição enquanto sujeitos fronteiriços entre os dois Países.

Há que ressaltarmos que, a partir do momento em que as pessoas se tornam um “problema” no Paraguai ou no Brasil, elas ganham a denominação de brasiguaios. Assim, são chamados de brasiguaios no Paraguai aqueles que estão sob a responsabilidade de autoridades daquele País; são chamados de brasiguaios no Brasil aqueles que retornam e passam a ser responsabilidade do governo brasileiro. Num e noutro caso, atribui-se aos brasiguaios uma identidade estigmatizada, contraposta a uma identidade nacional – eles não são nem paraguaios, nem brasileiros, posto que são sujeitos fronteiriços e estão entre duas culturas e duas nacionalidades.

Na entrevista com Ivete Allig, em 2003, percebemos esse estranhamento em relação à população local. Todavia, Ivete enfatiza que não vê preconceito sem razão ao que ela chama de *vida dupla* dos brasiguaios. Segundo ela, as pessoas do lugar – Porto Mendes – que recebeu muitos brasiguaios, acabaram se acostumando com a presença deles:

As pessoas no começo eu acho que eles achavam assim, bastante esquisito né, mais como não? Tem bastante né, aqui nós falamos brasiguaios, tem bastante brasiguaiio aqui em Porto Mendes [Brasil], então, acabamos acostumando e as pessoas também se acostumaram com essa vida dupla da gente, né. Eu acho assim que não tem preconceito com a gente, eu acho que não, eu penso que não [...]. A não ser que eu esteja enganada, mais acho que não. Pra eles, acho que tudo é igual (ENTREVISTA: IVETE ALLIG, PORTO MENDES, 2003).

Constatamos que, ao mesmo tempo em que Ivete diz que não vê preconceito por parte das pessoas, seu discurso é marcado por dúvidas que podem ser visualizadas pela repetição incisiva do termo ‘*acho*’. Observamos também que, apesar de ela falar em nome da comunidade “[...] e as pessoas também se acostumaram com essa vida dupla da gente, né” (ENTREVISTA: IVETE ALLIG, PORTO MENDES, 2003), em determinado momento, na entrevista, ela sinaliza certa insegurança em relação à representação que essa comunidade faz dos

brasiguaios: “Eu acho assim que não tem preconceito com a gente, eu acho que não, eu penso que não” (ENTREVISTA: IVETE ALLIG, PORTO MENDES, 2003).

Sublinhamos que, em outras entrevistas, encontramos informações que contradizem ao apontado por Ivete. É o que verificamos no discurso de Sônia Jandira Vicente, registrado a seguir:

Eu, muitas vezes fui maltratada aqui [Brasil], eu até digo que isso seja racismo, por ser, brasiguaião, como que se isso fosse uma doença, contagiosa né, comprei muita bronca aqui [Brasil] por causa disso, normalmente brasiguaião se é [...], que come mandioca. É brasiguaião, são mal vestidos. Brasiguaios não usam perfume. Esse tipo de coisa que chateia a gente (ENTREVISTA: SONIA JANDIRA VICENTE, PORTO MENDES, 2003).

Notamos, pelos discursos expostos por Sonia Jandira Vicente e por Ivete Allig, que, mesmo entre os brasiguaios, há discursos antagônicos, o que é plenamente possível acontecer, pois estamos voltados para relações que se estabelecem em um espaço de sociabilidade em que ocorrem tensões, conflitos, confusões. Isso porque as práticas sociais nesse ambiente não se desenvolvem de forma uniforme, tanto por parte da comunidade de não brasiguaios, quanto por parte da comunidade de brasiguaios.

Em entrevista concedida ao historiador Jiani Fernando Langaro, no ano de 2004, no município de Santa Helena, no Paraná, o então eletricitista Juarez Menezes, que retornou do Paraguai para o Brasil no ano de 1990, também enfatiza a questão do preconceito em relação a brasileiros residentes no Paraguai:

[...] na verdade eles não gostam muito dos brasileiros, sabe. *É?* E a sorte que nessa vila que nós morava, só os diretor da escola e o juiz da cidade, lá que tinha um cartório ele era paraguaio, o resto tudo mundo, e as polícia da delegacia, né, o resto era tudo mundo brasileiro, daí a gente vivia, [...] vivia relativamente bem, assim. *Eles não gostavam de brasileiros, então?* Não, não, eles não gostavam é, na verdade, assim, eles, eles... Pode ser, eu tive amigo, quando eu fui morar em Hernandárias, eu tive amigo paraguaio, assim, [...] mas, na verdade ele é amigo seu assim [...] tem que ficar sempre esperto com ele, sabe, porque eu não, deve ser por causa de, é [...] um problema histórico, né, por causa de guerras que o Brasil teve com eles, assim, ganhou deles [...] e eles são teu amigo, mas, na primeira oportunidade que eles tiver pra ti [...] fazer alguma coisa de mal, eles fazem. Não vou dizer todos, mas pelo menos as pessoas com quem eu convivi foi assim. Eles são bastante vingativos, assim, e, tive amigo, mas quando você pensava que, não podia contar com ele, assim. Eles [...] e [...], ainda mais assim, ó: se, se tu tem um amigo paraguaio, está você e ele só, tudo bem, daí chega mais uns dois, paraguaios, assim, daí eles começam já tramar [risos] contra, contra você, tem que ficar esperto, nesse sentido aí (ENTREVISTA: JUAREZ MENEZES, SANTA HELENA, 2004).

Para tornar o rico discurso de Juarez Menezes compreensível, em nossa análise destacamos o contexto de vida do interlocutor. Juarez Menezes foi morar com os pais no Paraguai em 1977, aos sete meses de idade. Retornou ao Brasil com cerca de onze ou doze anos de idade. Aponta com naturalidade as andanças e o trabalho junto com seu pai, passando em Procópio, Hernandárias, e Ciudad del Este, ambas no departamento de Alto Paraná – PY. Ou seja, grande parte de sua infância foi vivida no País vizinho.

Todavia, seu discurso é crítico acerca da situação em que vivia envolto aos paraguaios, mas a passagem assinalada revela a estranheza de Juarez, mostra um comportamento comum: pessoas de um mesmo País que se encontram em determinados lugares – especialmente em situação de minoria – falam em seu idioma nativo. Isso explica o discurso preocupado de Juarez, muito provavelmente isso ocorria, e com certeza continua ocorrendo no Paraguai, na região de fronteira, onde muitos paraguaios falam português, castelhano e guarani, quase tudo ao mesmo tempo, isso ocorre em fração de segundos entre eles, e é constante. Na realidade ninguém está “*tramando*” contra ninguém, são conversas em que se torna comum a mescla de idiomas – polifonia – que acabam ganhando forma própria de entendimento, o que muitas vezes é mal interpretado pelas pessoas. Contudo, isso é característico em um ambiente fronteiriço. Em hipótese alguma negamos esse tipo de ocorrência, mas, para pessoas que passam em ambientes de fronteira e não estão acostumadas com essa vivência, parece estranho.

As situações de estranhamento e mesmo de estigma entre brasileiros e paraguaios muitas vezes aparecem em frases especulativas quando menos esperamos e se dão em relação à insegurança, à corrupção, ao modo de falar, à sujeira das ruas, entre outras questões que são características e emolduram uma situação de fronteira. Os entrevistados exortam experiências individuais que não podem ser generalizadas, mas sabe-se que, em todos os segmentos migratórios no mundo, existem estigmas. Nesse sentido, no Brasil e no Paraguai não seria diferente. Percebemos, por exemplo, que existem, no Brasil, preconceitos de brasileiros contra brasileiros, de brasileiros contra brasiguaios; no Paraguai, preconceitos contra brasileiros, contra brasiguaios.

No que diz respeito à discriminação perpetrada por brasileiros a paraguaios, destacamos o exemplo dado por Valdemir José Sonda. Segundo ele,

Os brasileiros se autodefinem e são conhecidos no País [Paraguai], como sujeitos trabalhadores, disciplinados, portadores do progresso, transformadores da natureza em riqueza material. Já os paraguaios são vistos

pelos brasileiros, muitas vezes de forma depreciativa, por percebê-los como preguiçosos, relaxados, atrasados, enfim, incapaz de prosperar pelo trabalho. Na verdade, não é preciso atravessar o Rio Paraná para que os paraguaios sejam tratados de forma pejorativa pelos brasileiros. Quem nunca viu, ouviu ou falou algo sobre todas as “periculosidades” dos *hermanos*? Quem nunca fez anedota sobre os produtos contrabandeados e falsificados no Paraguai? Quem nunca interpretou a sujeira das ruas de *Ciudad de Leste* [sic] como denunciadora do relaxamento da população local? Enfim, querendo ou não, a forma de vê-los e percebê-los extrapola os limites territoriais caracterizados pelas colônias brasileiras no País (SONDA, 2003, p. 97).

Ao percebermos variadas formas de estigma na região de fronteira, tanto nos discursos dos entrevistados, quanto nas vozes exemplificadas pelos pesquisadores, buscamos pontuar um dos elementos que auxiliam e se aproximam de uma explicação para a definição do brasiguai, que é a situação da fronteira, pois é nesse ambiente profuso de manifestação que o sujeito brasiguai estabelece sua vivência.

A situação de fronteira resulta em uma especificidade e se dá em relação à exposição do sujeito brasiguai nessa fronteira. Isso porque o grupo ou o sujeito social que está na fronteira é diferente, está distante, é estranho a muitas pessoas, ele não está no centro, ele não é o centro, e não possui a necessidade de ser percebido pelo centro, essas especificidades em uma situação de fronteira funcionam como uma atitude, um valor específico do sujeito. Todas essas questões fazem com que o sujeito se adere ao local, ao regional para ser compreendido pelos outros, justamente com as especificidades de sua situação – a de estar à margem, situação que define caracteres de uma condição marginal. Os brasiguaio auxiliam no condicionamento da fronteira para que ocorra um debate polarizador e ao mesmo tempo partilhador, pois não são reconhecidos como paraguaios e nem como brasileiros, estão na busca de um lugar.

No seio das discussões e especificidades que mostram a situação de fronteira ao sujeito fronteiriço, aproximamo-nos das considerações de Homi K. Bhabha, que nos empresta um bom exemplo de como pensar o sujeito no que podemos chamar aqui de entre-lugar, pois a fronteira representa o entre-lugar onde o abandono político e social pode ser uma das explicações contemporâneas de negociação política e social das pessoas, ou mesmo a procura por parte do sujeito fronteiriço de uma terceira dimensão para promover suas práticas. Segundo Bhabha,

A voz de controle é interrompida por perguntas que surgem desses espaços e circuitos de poder heterogêneos que, embora momentaneamente fixados no

alinhamento autorizado de sujeitos, devem ser continuamente re-apresentados na produção do terror ou do medo. A ameaça paranóica do híbrido é finalmente impossível de ser contida porque destrói a simetria e a dualidade dos pares eu/outro, dentro/fora. Na produtividade do poder, as fronteiras da autoridade – seus efeitos de realidade – são sempre assediados pela outra cena de fixações e fantasmas (BHABHA, 1998, p. 168).

Registramos que a discussão teórica sobre o ator histórico e sobre o termo brasiguaiio contempla várias visões, conforme já sinalizado anteriormente, no Brasil e no Paraguai. O que percebemos claramente é que muitos dos trabalhos foram escritos no calor dos acontecimentos, quando houve um retorno mais acentuado de brasileiros vindos do Paraguai em meados da década de 1980. Outros trabalhos vão surgindo na década de 1990 e no século XXI, em que o objetivo central é a forma de relacionamento de duas comunidades diferenciadas por suas práticas sociais e que necessitam conviver em um mesmo espaço comunitário.

Nesse sentido, ao partirmos de uma oposição em que se localiza uma comunidade de atores históricos desconhecidos – como é o caso dos brasiguaios – buscando se inserir em uma comunidade estabelecida – como é o caso dos municípios próximos da fronteira – a perspectiva é que haverá ocasiões que causam surpresas e altera o cotidiano das pessoas, tanto da comunidade que vem de fora quanto das pessoas que vivem há mais tempo nesses locais, pois há a necessidade de fazer com que as diferentes práticas sociais operem em conjunto nessa comunidade com suas multiplicidades e suas especificidades. As múltiplas práticas sociais, tanto quantitativas quanto qualitativas, formam novas maneiras de relacionamento, o que reforça a ideia de comunidade como uma zona de contato intervindo no *modus vivendi* das pessoas dos dois grupos. Para Bhabha,

A cultura forma uma prática desconfortável, perturbadora, de sobrevivência e complementaridade – entre a arte e a política, o passado e o presente, o público e o privado – na mesma medida em que seu ser resplandecente é um momento de prazer, esclarecimento e libertação. É dessas posições narrativas que a prerrogativa pós-colonial procura afirmar e ampliar uma nova dimensão de colaboração, tanto no interior das margens do espaço-nação como através das fronteiras entre nações e povos (BHABHA, 1998, p. 245).

Os aspectos vivenciados por diferentes formações sociais e em comunidade favorecem a percepção da zona de contato entre as pessoas, da mesma forma que a fronteira fornece a essa sociedade uma perspectiva baseada no conceito de entre-lugar, como a

possibilidade de oposição aos meios de controle. Tais condições fronteiriças apontam para uma ocorrência histórica que é vivificada entre brasileiros e paraguaios há décadas, e isso, de certa forma, contribui para atitudes de aproximação ou de afastamento conceitual acerca do sujeito brasiguaiio.

Um ponto que julgamos importante ressaltar é que, inicialmente, a denominação do termo é praticamente indiscutível e sua conceituação refere-se ao brasileiro pobre que retornou ao Brasil. Com o passar do tempo, novos olhares surgem, especialmente sobre os agricultores, o que provoca a necessidade e a busca de um alargamento teórico em relação à terminologia brasiguaiio. Justamente porque há a percepção da inserção de novos sujeitos e novos espaços que se apresentam e contribuem para novas perspectivas sobre o brasiguaiio. Em hipótese alguma os primeiros trabalhos são carentes de informações, mas, com o desenrolar do processo histórico, outros elementos se agrupam e há a ampliação da compreensão do termo.

Contudo, o termo brasiguaiio, ao qual procuramos nos aproximar ao máximo é escorregadio, parece ainda algo não definido, até mesmo porque quando se alteram as formações sociais do grupo, novos elementos surgem ou voltam a se afirmar no interior do grupo.

O termo pode ser associado a uma identidade de fronteira, híbrida, formada pela junção de duas, ou mais identidades nacionais, brasileira, paraguaia, indígena, e de descendência. Ao longo dos anos, tal hibridismo passa a significar uma identidade ambígua e negociada, e, na maioria das vezes, ela aponta a direção dos interesses que o grupo, ou o sujeito evoca, e não necessariamente uma identidade que se forma por meio de práticas culturais e sociais que a comunidade manifesta.

Desse modo, a identidade brasiguaiia, assim como a terminologia que a designa, tornou-se instável, apontando para diferentes sentidos. Brasiguaiio pode ser então o imigrante pobre que vai para o Paraguai, não consegue ascender socialmente, e, por isso, geralmente, regressa ao Brasil; o grande fazendeiro brasileiro no Paraguai; o filho do imigrante, que já nasceu no Paraguai e tem nacionalidade paraguaia; o imigrante e os descendentes que misturam a cultura brasileira e a paraguaia; todos os imigrantes brasileiros que vivem na nação vizinha ao Brasil.

Diante disso, torna-se fundamental para nós a identificação de uma interpretação mais precisa, mais objetiva para que, no contexto do estudo, os sujeitos que se relacionam com o objeto de nossa pesquisa possam, de forma aceitável, serem entendidos.

O geógrafo Luiz Carlos Batista, em sua dissertação, emprega o termo para designar os agricultores brasileiros que estão no Paraguai:

Reflete-se nos brasiguaios um forte sentimento de desejo de voltar ao Brasil. A manifestação da luta brasiguaiia foi consequência da organização e conscientização dos trabalhadores que, mesmo frente à solicitação do Ministro da Reforma Agrária para que retirassem a denominação de brasiguaios para serem atendidos, os camponeses sustentaram a manutenção do maior símbolo para suas conquistas (BATISTA, 1990, p. 64).

Constatamos, pelo exposto, que os trabalhadores são considerados brasiguaios quando ainda viviam no País vizinho e tornam o conceito brasiguaiio uma ferramenta baseada no interesse, uma bandeira de luta pela terra e de conquistas por terem saído do Paraguai.

No livro *Brasiguaios: destino incerto*, o jornalista José Luiz Alves trata os brasiguaios como “os brasileiros que residem em território Guarani” (ALVES, 1990, p. 08). Especialmente os que estão ao longo da fronteira que divide o Brasil e o Paraguai e vivem sob clima tenso, ameaçados de expulsão. Segundo este autor,

Este seria uma espécie de Brasil 2 ou Província Brasiguaiia. Esta população, cuja tendência é aumentar, é uma ‘nação’ brasileira que assimilou as leis paraguaias e dança de acordo com a música guarani. Há ricos e pobres, patrões e empregados, explorados e exploradores. E, num território onde a maioria da população é brasileira, é claro que os patrões são brasileiros, assim como é brasileira a grande mão de obra. Há os que querem sair e os que querem ficar. Querem sair aqueles que não assimilaram o modo de vida paraguaiio, que não tiveram sorte na exploração das terras, não conseguiram uma parcela de terra, ou se conseguiram por uma razão qualquer terminaram perdendo-a. Preferem ficar os que acertaram. Acertar significa, inclusive, conviver com a proteção da máfia de governantes (ALVES, 1990, p. 20).

Para o também jornalista Carlos Wagner, o termo brasiguaiio nasceu na cidade de Mundo Novo, Mato Grosso do Sul, ano de 1985, quando se discutia a articulação do retorno dos agricultores brasileiros que estavam no Paraguai. Um deles falou: “então quer dizer que nós não temos os direitos dos paraguaios porque não somos paraguaios; não temos os direitos dos brasileiros porque abandonamos o País. Mas, me digam uma coisa: afinal de contas, o que nós somos?” (WAGNER, 1990, p. 20). A resposta veio do Deputado Federal Sérgio Cruz:

“você são uns brasiguaios, uma mistura de brasileiros com paraguaios, homens sem pátria” (WAGNER, 1990, p. 20). O termo, a partir de então, se tornou de uso corrente e passou a denominar, de modo geral, os agricultores que vivem ou que viveram no Paraguai.

Carlos Wagner expressa, em seu livro *Brasiguaios: homens sem pátria* (1990), alguns números interessantes sobre a produção agrícola no Paraguai e informa sobre qual é a participação de brasileiros nessas estatísticas. Alerta, todavia, para a imprecisão dos dados.

Segundo o autor, “em [19]86, os colonos brasileiros eram responsáveis pela produção de 60% das 600 mil toneladas de soja paraguaia e por mais da metade do algodão, que tem uma produção estimada em cerca de 540 toneladas por ano” (WAGNER, 1990, p. 20). Em outro momento, Wagner exalta o crescimento da região de Alto Paraná e o associa ao fato de que essa região era um dos principais locais de entrada de brasileiros no Paraguai. Indica também as transformações ali ocorridas em aproximadamente vinte anos.

A agricultura foi modernizada e a produção de soja atingiu índices jamais alcançados. A população da região, que até 1950 era de cerca de 9.531 pessoas, passou para 24.067 pessoas em 62 e 88.607 em 72, segundo os dados do Censo paraguaio. A taxa anual de emigração, segundo o mesmo Censo, passou de 49,7%, entre 50 e 62, para 94,6% no período de 62/72. O crescimento relativo do número de habitantes no Alto Paraná de 50 a 72 foi de 420,7% (WAGNER, 1990, p. 17).

No que se refere às definições que envolvem a presença dos brasiguaios no Brasil, Sprandel (1992) aponta para uma estratificação ligada ao movimento que luta pela terra, segmento formador do sujeito brasiguai: sem-terras, posseiros, ex-arrendatários, colonos e bóias-frias. No tocante a isso, outras possibilidades se apresentaram em nossa pesquisa, o que acreditamos poder formar um cabedal interessante na possibilidade de alargamento para a compreensão do sujeito brasiguai: pequenos agricultores, parceiros, parceiros, desapropriados e porcentageiros.

Assim sendo, percebemos as condições diversas que formam o sujeito brasiguai, bem como ilustramos as situações adversas que fizeram com que eles fossem expulsos do Paraguai e fomentassem, no Brasil, novas pautas reivindicatórias junto à sociedade, às autoridades, aos políticos, no sentido de pleitearem proveitos que suas demandas exigiam, entre elas, a reivindicação de cidadania, uma vez que não eram paraguaios e também não eram inclusos nas políticas nacionais brasileiras. Houve, assim, uma reconfiguração do termo brasiguai no sentido de sinalizar para a organização e a mobilização social e política de um

grupo que pleiteava muito mais do que terra no Brasil, queria ser novamente reconhecido como brasileiro.

Nivalcir Pereira de Almeida, em sua monografia de Especialização em História da América Latina (1994), afirma que “o Brasiguai, brasileiro que viveu ou vive no Paraguai, é caracterizado pela busca incessante da terra para produção” (ALMEIDA, 1994, p. 06). Mais ainda do que para a produção, para a sua própria sobrevivência enquanto agricultor. O autor destaca essa formação como o resultado da *crise* na região de fronteira entre o Brasil e o Paraguai, em meados da década de 1980. Percebemos que há duas formas diferenciadas de explicar tal crise: uma relaciona-se à produção agrícola de brasileiros no Paraguai, na região de fronteira; outra, ao projeto de criação de uma zona de segurança na região de fronteira, por parte do Estado paraguaio.

A jornalista Cácia Cortêz acompanhou, em grande parte, o movimento de retorno ao Brasil de agricultores que vieram do Paraguai e se estabeleceram no município sul-mato-grossense de Mundo Novo, em 1985. Para Cácia, “brasiguaios são o resultado da expropriação e expulsão violenta de centenas de milhares de agricultores do sul do País, iniciada na década de cinquenta, no sudoeste e oeste do Paraná” (CORTÊZ, 1992, p. 13).

Não concordamos plenamente com a afirmação da autora no que se refere ao fato de que a migração para o Paraguai teria começado de maneira expressiva na década de 1950, devido aos conflitos agrários no oeste e sudoeste do Paraná. Isso porque, neste período, Juscelino Kubitschek, então presidente do Brasil, não tinha maior aproximação com o governo paraguaio. Tal aproximação passou a ser afinada quando do golpe militar e dos regimes militares. E mais, havia empresas de colonização no oeste e noroeste do Paraná que absorveram os migrantes que saíram do sudoeste devido a conflitos. Entretanto, concordamos com a autora na medida em que ela eleva a definição do termo brasiguai para além de uma formação social específica, que se iniciou na década de 1980. Cácia trata os brasiguaios como vítimas de uma transação política corrupta. Segundo ela,

Geremias Lunardelli foi o primeiro a iniciar o processo de ocupação da fronteira paraguaia. Em 1952, ele recebeu do então chefe do Exército paraguaio, Alfredo Stroessner, a concessão de 450 mil hectares de terra. Lunardelli era conhecido como o Rei do Café e próximo do ex-governador do Paraná, Moisés Lupion, dono da Companhia Clevelândia Industrial e Territorial (CITLA). A grilagem de terras no Paraná era rotina na época e contava com a aprovação do próprio governador, que esteve no poder de 1946 a 1950 e recebeu, em 1951, através da CITLA, uma concessão de 425.731 hectares do governo federal. As terras estavam sendo cultivadas por

posseiros na região de Missões e Chopin. A transação envolveu suborno e corrupção, atingindo até o governo de Getúlio Vargas (CORTÊZ, 1992, p. 17).

Ressaltamos, contudo, que a autora mistura duas questões distintas que envolvem Geremias Lunardelli. Lunardelli foi, sim, grande homem de negócios e do café. E é verídica a informação sobre sua atuação como empresário e colonizador no Paraguai. Mas há dúvidas, na historiografia paranaense, quanto a seu envolvimento com os conflitos agrários no sudoeste do Paraná e com a CITLA, que, por sua vez, provocou a eclosão de um conflito latente na região conhecido como a Revolta dos Posseiros de 1957. Há dúvidas também sobre ter sido Lunardelli acionista da CITLA. Esse fato confirmaria o seu envolvimento na Revolta. Concordamos que é possível, sim, que Lunardelli tenha tido contato muito próximo com Lupion, governador do Paraná, entre 1946-50, e entre 1955-60. Contato de natureza política como articulador de novas ações na área empresarial.

As “trocas de favores”, na esfera política, tendo como moeda de troca a terra, no estado do Paraná, em benefício de autoridades políticas e de algumas das grandes companhias colonizadoras, adentrou a década de sessenta e motivou conflitos violentos, que envolveram colonizadoras, políticos, pistoleiros, jagunços, grileiros, posseiros e o exército.

Muitas vezes, a instabilidade social no meio rural ocasionada por esses conflitos na região provocou desocupações, expulsões, perda de propriedades – tanto de pequenos proprietários, quanto de empresas colonizadoras – motins, e mortes. O fator decisivo nesses conflitos era a influência política, tanto que a autonomia que o governo do Paraná tinha sobre a jurisdição das colônias federais no Estado permitia e garantia o monopólio de empresas ligadas a setores e partidos políticos. Nesse sentido é que não convenciamos misturar questões distintas, como o conflituoso período de disputas por terras no Paraná, na década de 1950, para explicar sem restrição o ingresso de milhares de paranaenses em terras paraguaias.

No que se refere ainda ao uso do termo brasiguai e sua implicação, pontuamos a concepção de Aparício Rodrigues de Almeida, diretor do Departamento de Terras do Estado de Mato Grosso do Sul (TERRASUL), em 1985. Para ele, brasiguai é uma “auto-denominação em busca de impacto na imprensa e na opinião pública” (CORTÊZ, 1992, p. 131). Em linhas gerais, o diretor assinala que, ao manipular essa identidade mista, os brasiguaio buscam desestabilizar o meio rural, em seus diferentes segmentos, especialmente o da agropecuária.

Vale pontuarmos que, no trabalho de campo, observamos que os agricultores que retornavam não tinham a intenção de provocar o transtorno afirmado pelo Diretor.

Verificamos também que não seria a referida autodenominação que estaria causando empecilhos à agropecuária, ao latifúndio instalado, ou até mesmo ao governo, mas sim o fato de se admitir que milhares de agricultores brasileiros adentrassem o Estado que, naquele momento, possuía um grande índice de concentração de terras no Brasil.

No livro da professora paraguaia, Fernanda Feliú de Soto, *Canindeyú – zona alta: los brasiguayos*, brasiguaios são as pessoas que, segundo ela, “pasaron las décadas, crecieron los hijos nacidos en esta tierra apareciendo un nuevo grupo humano: los brasiguayos” (FELIÚ, 2003, p. 11). A autora complementa dizendo que “actualmente, hay una nueva generación de niños y jóvenes, nacidos en la región e hijos de padres de distintas nacionalidades. Son ellos los nuevos ‘mestizos’ que conforman la nueva sociedad pluricultural en esta parte del territorio paraguayo” (FELIÚ, 2003, p. 41).

A perspectiva da autora, para a definição do termo, é ampliada em relação aos demais autores brasileiros e, sobretudo, diferente. É importante percebermos que Feliú congrega outros elementos nessa definição sobre os brasiguaios, considerando-os não apenas agricultores. O ‘tempo’ que a autora considera para o aparecimento do grupo é importante, indo desde a permanência das pessoas no Paraguai, ao nascimento de outras gerações. Observamos que esses valores são relevantes e devem ser levados em conta, se quisermos buscar uma definição mais densa do termo e da identidade que ele designa. Até mesmo porque se reconhece que há, no meio desse grupo distinto, que é denominado de brasiguaiio, a presença de filhos e netos de diferentes nacionalidades, ou seja, de descendentes.

Na entrevista com Ivete Allig, conseguimos identificar essas divergências em relação à descendência dela, o que não é uma exceção entre os brasiguaios. Percebe-se a afirmação de pertencimento à nacionalidade brasileira, mesmo sendo filha de pai paraguaio, de mãe argentina, e neta de italianos. Fazendo uso do direito de nascimento em solo brasileiro, ela diz:

E eu sou de família paraguaia né, porque meu pai é paraguaio e minha mãe é *Argentina*, meu pai nasceu no *Paraguai* em Salto del Guairá. E já eu sou brasileira, porque nós nascemos no *Brasil*. Mais assim, nossa terra de origem é o Paraguai [risos], é que meus pais eles se conheceram aqui, que o meu, eu não sei você fico sabendo, claro que ficou sobre aquela guerra? [...] A minha avó naquela época, ela fugiu, do Paraguai com meu pai, naquela época ele tinha o que? Uns quatro anos? Que ele conta pra nós, porque a gente sabe porque meu pai conta. Então a minha avó veio embora com ele, e meu avô ficou guerreando na guerra, só que meu avô, o pai do meu pai ele morreu na guerra. [...] E minha mãe é Argentina, porque ela nasceu na Argentina, mas a minha avó que é mãe dela, ela é italiana, vinda da Itália, vinda da Itália e

morou em Argentina. E lá ela faleceu né, é que nós não chegamos a conhecer a avó e nenhum tio por parte da minha mãe, nós conhecemos avó, avô e tio, por parte do meu pai, e por parte dela não. O sobrenome da minha mãe é Paiva, e do meu pai é Duarte. (ENTREVISTA: IVETE ALLIG, PORTO MENDES, 2003).

Ivete Allig mostra-se confusa no momento em que tenta situar sua família em relação à sua própria história de vida. Por exemplo, quando faz referência aos avós, aos pais, à guerra, que ela não consegue identificar qual é. Todavia, é uma entrevista rica, na medida em que ilustra, com detalhes, o cotidiano de uma vida vivida em territórios fronteiriços; o sentimento em relação ao fato de ter nascido em determinado país e ser filha de pais oriundos de países diferentes, o que marca sua origem por três nacionalidades diferenciadas; o pertencimento a um novo grupo social, também diferenciado por nova denominação – os brasiguaios.

Esse é um caso que se inclui no que chamamos de uma *família binacional transfronteiriça*. Família que é, ou vem sendo formada por componentes de diferentes nacionalidades, que passam a viver em zonas de fronteiras entre países, desenvolvendo atividades que podem ser praticadas nos dois lados da fronteira, por exemplo, agricultura e trabalho de mascate.

Para muitas das pessoas que integram tais famílias, é comum viver de tempos em tempos no país a que pertencem seus pais, irmãos, avós, posto que isso facilita a transposição dos limites geográficos e atende às condições migratórias exigidas pelos países fronteiriços, ou seja, atendem aos quesitos políticos. Tal movimentação configura uma característica de transitoriedade – quando essa situação ocorre no interior de um País e é de curta duração, essas pessoas se tornam migrantes transeuntes que compõem uma família binacional transfronteiriça. Esse é o caso de muitos dos denominados brasiguaios, enquanto condição jurídica, tanto no Brasil quanto no Paraguai.

O sociólogo Ramón Fogel, é crítico dessa situação e afirma que é evidente a presença e a voz ativa do Palácio Itamaty em relação a ouvir o que os brasiguaios dizem. Para o autor, os brasiguaios são tratados pelas autoridades brasileiras como representantes diplomáticos. Segundo ele,

En contraste, el Estado paraguayo que debió mantener sua autoridad en su territorio no regula la inmigración ni plantea la integración de la población brasileña, a tal punto que a lo sumo el 20% de los inmigrantes de Canindeyú

estarían documentados. En suma nuestro Estado no ejerce control sobre la población de brasiguayos ni sobre sus bienes (FOGEL, 2005, p. 95).

De acordo com Fogel, o sujeito ou o grupo brasiguaiio e seus bens são elementos a serem controlados, integrados e documentados pelo Estado que, todavia, atua com complacência em relação aos referidos atores históricos, nas regiões fronteiriças do Estado paraguaio, como uma herança de Stroessner. Em seu livro, intitulado *Enclave sojero: merma de soberania y pobreza* (2005), o autor evidencia a incorporação dos espaços do território paraguaio, por parte dos brasiguaios, no século XXI.

Para Fogel, o sujeito brasiguaiio é o novo componente de um ciclo que se iniciou na década de 1950, o brasiguaiio é um novo sujeito que surge neste contexto para o controle, com a produção de gêneros agrícolas para exportação, neste caso a soja, um sistema de expansão que mostra a força do investimento brasileiro dentro do Paraguai. A incorporação, pelo mercado mundial, da soja nacional ocorre por meio do *enclave sojero* que, para muitos, significa ocupar terras disponíveis, mas que, na verdade, segundo Fogel, afeta a economia interna e, sobretudo, a produção campesina.

Observamos, na entrevista do sociólogo, que ele dispõe de novos elementos para identificar os brasiguaios que estão em movimento na fronteira entre Brasil e Paraguai. Os brasiguaios são vistos como diferentes dos brasileiros que lá vivem e produzem. Conforme Fogel, há que se perceber que

Hay diferencias, en destinto momento de tiempo en distintas regiones y tambien entre los propios brasileños y brasiguayos, y que este a que le llamamos brasiguayos lo es un problema [...] porqué teoricamente san os que mantiene la identidad brasileña, lo gran problema del Paraguay é que estamos muy lejos de la justicia y muy cerca del Brasil, esta es la mayor calamidad nuestra, Brasil es lo País más poderoso es el País que más se expandió en toda la región, y entonces eso hace que fácilmente nos colonicen conseguem a viren a integrarse a nuestro meyo cómo inmigrantes si no vienem a colonizarnos hasta que sosgladien las divisiones (ENTREVISTA:RAMÓN FOGEL, ASSUNÇÃO, 2006).

A perspectiva de Fogel é a de que o brasiguaiio é o brasileiro que vive no Paraguai e que mantém a identidade brasileira; independentemente se houve ou não o retorno ao Brasil. Essa referência ao termo é relacionada à identidade. Reforça a hipótese lançada pela autora Fernanda Feliú de que o movimento de entrada de brasileiros no Paraguai obedece a diferentes períodos temporais e a distintas regiões, fomentando novos elementos de

identificação. Com o passar do tempo, o denominado brasiguaiio é por excelência o ator histórico desse processo que ocorre há décadas.

Tanto no decorrer da pesquisa, quanto no da escrita, lançamos vistas sobre algumas possíveis auto-identificações relativas aos atores sociais aqui trabalhados – os brasiguaios. As análises referentes a essa tentativa de enquadramento identitário, em que ‘eles’ moldam comportamentos, atitudes, e até mesmo estabelecem sentidos de valores distintos, são importantes, uma vez que põem em evidência aproximações e distinções que aparecem em relação aos pesquisadores que trabalham com o tema e às práticas que os sujeitos do grupo apresentam.

Ao trazermos o diálogo, com o propósito de entender a definição acerca do que seja o brasiguaiio, não pretendemos, de forma alguma anular outras perspectivas de entendimento. Privilegiamos autores que possuem trabalhos sólidos e reconhecidos sobre o tema em áreas distintas, para mostrar as rupturas que vêm ocorrendo em relação à compreensão desses atores históricos. Um ponto que fica perceptível é o relativo à produção desses trabalhos. Historicamente, a grande maioria das análises elaboradas corresponde a momentos de grande efervescência do processo que envolve os brasiguaios. Ou seja, muitos pontos de vista lançados sobre os brasiguaios ocorreram quando houve manifestações deste segmento no Paraguai e/ou no Brasil.

Esta questão é enfatizada por nós, porque conseguimos perceber discrepâncias no meio social em que eles estão inseridos, a partir do momento em que suscitamos temas como a “internalização” cultural, nacionalismo, sucesso ou fracasso econômico, entre outros aspectos. Ponderamos que a interpretação adequada em torno dessas questões nos leva a um estreito conhecimento do brasiguaiio e à possibilidade de compreensão de suas bases identitárias, por mais complexas que sejam. Assim, as fontes nos dão ‘suporte’ para que ocorra essa identificação.

Nossa posição frente às várias concepções fornecidas pela análise bibliográfica e pelas fontes é a de que houve alargamento das definições. De maneira geral, o brasileiro, o estrangeiro, o imigrante que estão na área rural ou qualquer pessoa que tenha algum tipo de atividade no Paraguai não está fora da abrangência semântica do termo brasiguaiio. Este ponto de vista leva em consideração as abordagens realizadas sobre o tema no Paraguai e no Brasil. Nesse sentido, o que fica mais evidente é que as mudanças do significado acompanharam o

desdobramento do processo histórico pelo qual esse grupo vem passando, ao longo de sua historicidade, desde meados do século XX.

O termo *brasiguai* tem se mostrado como detentor de possibilidades, é manejado, conforme a necessidades das pessoas que vivem e fazem parte das fronteiras do Brasil com o Paraguai. O termo passa a ser conveniente, quando se busca auxílio social em um ou outro País. Percebe-se que, ao invocar o termo *brasiguai*, a pessoa exerce influência nos meios políticos no País vizinho, pois ela possui o poder de voto e escolha tanto no Brasil quanto no Paraguai. Essa demanda eleitoreira é importante no meio político e vai ao encontro do auxílio aos serviços sociais que os trabalhadores do Paraguai buscam nos municípios limítrofes no Brasil, e vice versa. A manipulação no uso do termo ajuda os *brasiguais* a reforçarem sua bandeira diferenciada de luta pela terra em ambos os Países, uma vez que seus filhos e netos no Paraguai não seriam mais *brasiguais* e passariam a possuir todos os direitos do *jus solis*, que a Constituição lhes garante. No Brasil eles utilizam a manipulação da identidade ligada ao termo para se diferenciarem dos movimentos que lutam por terras há várias décadas, os *brasiguais* acabam planteando novos espaços de reivindicações junto a várias entidades de representação. Percebemos no decorrer da pesquisa que a identidade *brasiguai* é manipulada pelo sujeito *brasiguai*, mas também pelas pessoas que não se definem como *brasiguais*, uma vez que, quando lhes é conveniente tal aproximação ao termo é invocada.

Sob essa perspectiva, a identidade *brasiguai* é um campo de disputa que o termo não impetrou apaziguar. Entre os pesquisadores de diversas áreas que se dedicam ao tema – antropólogos, sociólogos, literatos, geógrafos, jornalistas, historiadores – e que fomentam essa discussão, há vários anos, encontramos inúmeros sujeitos *brasiguais* que se diferenciam entre si e entre os demais, se diferenciam no Brasil e no Paraguai.

Por outro lado, a inserção cada vez mais forte do sujeito *brasiguai* no interior dos estudos acadêmicos, sofrendo análise de novas metodologias de pesquisa, mostra que a tentativa de enquadrá-lo como sujeito uniforme – com toda a polissemia que a palavra deriva – não é possível, justamente porque é uma identidade que está em constante disputa, seja na fragmentação que a memória transporta para as análises, pelas práticas cotidianas que as pessoas que compõem esse grupo exercem, ou negociam, ou mesmo pelo desencontro das diferentes temporalidades históricas que este ator histórico vivifica nas fronteiras.

Cumpramos acrescentar que a questão agrária, envolvendo Brasil e Paraguai, não é inseparável do movimento de circulação de pessoas entre os dois Países. Falar dessa questão é

tocar diretamente na agitação humana que vem ocorrendo, por exemplo, entre esses Países, desde a década de 1970. A imigração é um fenômeno que ocorre no mundo todo e se tornou uma das questões peculiares da contemporaneidade. Em relação a isso, exploramos, considerando o caso dos trabalhadores rurais e sua busca por novos postos de trabalho, os significados e os interesses em migrar, nas regiões fronteiriças.

A entrada de brasileiros no Paraguai ficou, durante muito tempo, ou relegada a um segundo plano, ou apenas no campo das especulações. Isso, pelo fato de o Brasil ter sofrido, durante grande parte do século XX, com a migração endógena, representada por grandes fluxos migratórios no interior do seu território, sobretudo, a saída de milhões de pessoas do Norte e do Nordeste do País com destino ao Sudeste, especialmente São Paulo. Essa situação marca também o êxodo rural brasileiro, tema presente em vasta literatura nacional. É importante destacarmos aqui tal questão, posto que ela contribui para a compreensão dos movimentos humanos exógenos que, no período sob análise, podem ser representados pela saída de milhares de brasileiros com destino ao Paraguai.

2.3 TRANSITORIEDADE: PERMANECER NO BRASIL OU IR AO PARAGUAI

No oeste do estado do Paraná, em meados do século XX, a situação de disputa por terra, se configura, sobretudo, no campo das relações sociais, de forma mais evidente no segmento dos trabalhadores rurais. A região possui características de colonização agrária tardia, o que significa uma forma de atração mais dinâmica para os pequenos agricultores que saíam em grandes números, especialmente dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com o intuito de explorar a nova fronteira agrícola que se abria no País.

Para Cecília Westphalen.

Desde as primeiras décadas do século XX, formaram-se companhias de colonização, no Rio Grande do Sul, que adquiriam terras de matas, ainda não ocupadas, primeiro no noroeste do próprio Rio Grande do Sul, ao longo do Uruguai, depois no oeste catarinense e, em continuidade, no sudoeste e oeste do Paraná. Planificaram a colonização dessas terras, venderam os lotes rurais aos agricultores excedentes das velhas zonas coloniais do Rio Grande do Sul, expulsos pelo minifúndio em que se haviam retalhado as antigas propriedades. Entraram em Pato Branco, infletindo depois pelos vales dos rios Chopim, Iguazu e Piquiri (WESTPHALEN, 1987, p, 05).

Nas décadas posteriores, assiste-se ao que vem sendo enfatizado ao longo de nosso texto: uma demanda grande por novas parcelas de terras nos estados do Sul, especialmente no oeste e sudoeste do Paraná. Com isso aumentam-se os conflitos em razão das regularizações das propriedades, em que os maiores prejudicados são os trabalhadores rurais que possuíam pouca quantidade de terra, ou que eram arrendatários, meeiros, parceiros, peões, parceleiros, bóias-frias e porcentageiros.

Nas palavras de Frank Antonio Mezzomo, nas últimas décadas do século XX, “cenários conflitivos⁴⁷ são evocados e refletidos pelos personagens que compuseram parte da história dos movimentos sociais, no oeste do Paraná, num momento de profundas transformações socioeconômicas” (MEZZOMO, 2009, p. 19).

Mezzomo considera a região oeste do estado do Paraná uma espécie de circuito internacional de produção e de mercado que enfraquece as comunidades com menor poder de gestão ou mesmo de autogestão. Isso faz com que os liames sociais de confiabilidade sejam substituídos pelas relações contratuais, o que estabelece o controle e o domínio das pessoas menos favorecidas pelas instituições formalizadas na região.

Segundo o autor, “a modernização, a urbanização e as interferências sobre a organização do espaço e da produção econômica, social e cultural afetaram profundamente a mentalidade, as representações e os valores de referência desta sociedade” (MEZZOMO, 2009, p. 18-19). Anteriormente, quando demos ênfase ao brasileiro que foi para o Paraguai como portador de um modelo que o expulsava do Brasil, percebemos que esse modelo de circuito internacional também influenciou radicalmente a sociedade paraguaia, sobretudo, os camponeses e indígenas das regiões de fronteira, o que se tornou uma questão endêmica, afetando praticamente todo o Paraguai atualmente.

O contexto em que ocorre essa situação delicada sobre a questão agrária no oeste do Paraná é o da ditadura militar no Brasil. Essa maneira de fazer política sempre foi muito presente nesses momentos de discussão, especialmente sobre as terras que seriam alagadas

⁴⁷ A questão rural é uma situação delicada no oeste do Paraná e está interligada com as demais demandas que vinham ocorrendo na região e no Brasil. Os conflitos de terras, a influência religiosa, o aumento de representatividades políticas em nível estadual e federal da região, a sua condição de fronteira, a construção da Itaipu, as Notas Promissórias Rurais (NPR's), e o desalojamento de milhares de agricultores com a formação do reservatório de águas para a hidrelétrica de Itaipu, um acelerado aumento demográfico e a falta de infraestrutura para atender essa demanda. Esses são, entre outros, alguns fatores que acirram esse cenário de tensões, momento em que muitos veem no Paraguai um meio de recomeçar, ou apenas uma forma de fugir desse espaço conflituoso, muito embora houvesse pessoas e atravessadores que já trabalhavam na intenção de levar trabalhadores rurais ao País vizinho mesmo antes desses conflitos se tornarem mais acirrados. Tanto na fonte produzida por Mezzomo, quanto em outras leituras, no contexto da pesquisa, essas condições aparecem.

por Itaipu, a presença militar influenciou diretamente nas ações das pessoas. Todavia, a situação de amedrontamento que os militares provocavam nos agricultores produziu novas formas de resistência e novos falares em relação ao que está se defendendo, no caso a propriedade, e o direito de acesso e permanência na terra. Nesse sentido, o pastor e político Gernote Gilberto Kirinus diz “[...] que as circunstâncias históricas determinam a dinâmica do surgimento de fatos novos assim como a dança dos elétrons atropela e confunde a física clássica com dados novos que só são perceptíveis a partir de uma visão da mecânica quântica” (KIRINUS, 2009, p. 28).

Kirinus trabalha muito bem seu discurso quando elabora metáforas que servem para se visualizarem verdadeiras conjunturas sociais. Sem citar nomes ou autoridades, de maneira clássica, o pastor e político insere a região e seus personagens em uma análise que pode ser melhor percebida por meio da vivência nesses espaços e tempos.

A fonte histórica produzida por Mezzomo mostra o contexto em que ocorre grande parte das reivindicações dos agricultores do oeste do estado do Paraná e aponta para um fato que passa despercebido na maioria dos estudos sobre o oeste do Paraná – a ditadura militar. Essa questão nem sempre aparece nas análises; quando aparece fica a impressão de que a referida ditadura teve papel decisivo apenas nas maiores cidades do país – Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre – e de que o interior do País tão somente assistiu a esse período conturbado da história. Na verdade, contudo, a região sob nosso estudo se mostrou um palco intenso de conflitos que eram influenciados diretamente pela ordem governamental ditatorial⁴⁸.

O pastor Werner Fuchs, que trabalhou na Igreja Evangélica de Confissão Luterana, no Brasil (IECLB), na região oeste do Paraná, na segunda metade da década de 1970, em um contexto de amplas transformações, diz que era desafiante pertencer àquela Comunidade. Para o pastor, essa era,

Uma das maiores paróquias da IECLB: 16 comunidades e 6 pontos de pregação, dispersos pelas localidades de Entre Rios [do Oeste], Santa Helena, Missal e São Miguel do Iguçu (hoje parte é Itaipulândia). Mas havia muita compreensão por parte da diretoria e dos membros, porque praticamente metade deles eram atingidos diretos de Itaipu, e outros sofreriam indiretamente [...]; o contexto de violência e repressão política –

⁴⁸Talvez o melhor exemplo dessa influência seja a própria construção de Itaipu. Não houve qualquer preocupação prévia, por parte de seus idealizadores, no sentido de repensar o projeto em conjunto com a comunidade. Esta, por sua vez, em conjunto com outros segmentos apresentou projetos que viabilizavam a construção de várias pequenas usinas no local sem a necessidade de ter o impacto social e ambiental que Itaipu provocou.

prefeitos nomeados, vereadores omissos, proximidade do Paraguai, permitindo a fuga de criminosos – a situação conflitiva por terras devolutas cheias de posseiros, etc. Tanto mais surpreendente é o surgimento de movimentos sociais⁴⁹ (FUCHS, 2009, p. 99).

Em meio a movimentos sociais que uniam a causa de Itaipu, a outros que foram construídos, a partir da causa, notamos que a saída das pessoas do oeste do estado do Paraná, entre as décadas de 1970 e 80, tinha também um caráter de fuga. Isso porque a grande maioria das pessoas que formavam esses movimentos eram pessoas extremamente simples – pequenos agricultores, roceiros, homens, mulheres e crianças que, na verdade, entendiam da lida com a terra. Ainda nas palavras do pastor Fuchs,

O povo desses grotões, que raramente via um bispo, apenas nas crismas, ficou fascinado. Aí um bispo fala da luta do povo⁵⁰, denuncia o presidente da república, critica o capitalismo e a mídia, desmascara a Itaipu. A cada frase o queixo das pessoas caía mais um pouco (FUCHS, 2009, p. 115).

Nas fontes, algumas vezes percebemos essa tendência de as pessoas quererem sair do oeste do Paraná. De acordo com o eletricitista Juarez Menezes, por exemplo, o Paraguai representava para o pai dele uma forma de se isolar, ele era migrante, no interior do Brasil, vindo do estado de Sergipe. Morou por um período de tempo em Matelândia, no oeste do Paraná, para posteriormente ir para o Paraguai. Segundo seu relato,

Na verdade, assim, ó, o meu, meu pai sempre teve uma ideia, é (...) sempre teve vontade de tentar se isolar, sabe, da (...), das modernidades, assim, sempre queria ir para um lugar mais isolado. Por isso que resolveram ir para o Paraguai (ENTREVISTA: JUAREZ MENESES, SANTA HELENA, 2004).

⁴⁹Como exemplo podemos citar: **CPT/ PR** – Comissão Pastoral da Terra do Paraná; **FETAEP** – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná; **MASTRO** – Movimentos dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná; **MAB** – Movimento dos Atingidos por Barragens; **CEB's** – Comunidades Eclesiais de Base; **ASSESOAR** – Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural; **MJT** – Movimento Justiça e Terra; **CIMI** – Conselho Indígena Missionário; **CPJP/ PR** – Comissão Pontifícia Justiça e Paz do Paraná; **FUNAI** – Fundação Nacional do Índio; **ITCF** – Instituto de Terras, Cartografia e Florestas; **SANEM** – Sociedade de Amparo ao Necessitado Medianeirense. Para alguns pesquisadores, como Frank Antônio Mezzomo, esses movimentos e outros contribuíram de forma decisiva para a criação e fortalecimento do **MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Junto aos vários movimentos sociais proliferavam-se atitudes e atividades ligadas tanto à igreja, como à política, como, por exemplo, a Teologia da Libertação, O Projeto Arca de Noé. Houve a inserção nesses movimentos de outras ordens como a **CNBB** – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil; os Sindicatos Rurais. Surgiam junto a esses movimentos sociais meios de circulação e informação como cartilhas e jornais, podemos citar aqui o **Poeira** e o **Mausolú do Faraó**. Cremos que isso ilustra um pouco a situação conflitiva do oeste do estado do Paraná nesse contexto, operando na difusão de representações sociais.

⁵⁰ O pastor Werner Fuchs se referia ao Bispo Dom José Brandão de Própria, que, em 1980, se deslocou de Sergipe e fez várias reuniões com as pessoas no oeste do Paraná, auxiliando com sua experiência vivenciada na Usina Sobradinho.

A saída dessas pessoas, como o que ocorreu com a família de Juarez, pode ser analisada como uma forma não de isolamento, mas de procura por outro lugar com o intuito “de melhorar de vida”. E o contexto do oeste do Paraná, naquele momento, não era bom, devido aos conflitos de terra, à Itaipu, às Notas Promissórias Rurais⁵¹, como afirma Juarez:

[...] meu pai trabalhava em Matelândia, e daí ele resolveu, tinha uns amigo dele que morava lá no Paraguai e falou que lá era um lugar bom, porque tinha terra à vontade, ninguém precisava comprar e ele com o sonho de melhorar de vida resolveu ir pra lá. E a gente passou um tempo difícil porque lá na verdade, não é tão fácil, assim, sabe, é um lugar que não tem recurso e daí a gente teve uma vida dura, lá, daí ele viu que não era tão fácil, porque não tinha estrutura, né, e é (...) lá dava dinheiro pra quem tinha maquinário, que poderia ter condições de plantar bastante terra e (...) e ele na verdade não tinha esse tipo de condições (ENTREVISTA, JUAREZ MENESES, SANTA HELENA, 2004).

A vida e as atividades que marcam grande parte dos brasiguaios pode ser comparada à trajetória de vida de Juarez e de sua família, em que o retorno configura e os identifica como brasiguaios, em que a fuga do Brasil para o Paraguai também mostra o outro lado de uma realidade nada fácil em relação ao trabalho na roça, às condições de moradia, à falta de estudo, à carência alimentícia, entre outras necessidades.

O discurso de Juarez é um retrato de muitas vozes que ouvimos nestes anos de pesquisa, e a necessidade de prolongá-la se dá pela riqueza com que ela mostra a vida no Paraguai, repleta de percalços, dificuldades, para os pequenos agricultores:

Plantava hortelã e daí você via uma terra lá, assim, [inaudível, parece ser “por”] você podia ir lá e [...] é, roçar o mato e limpar ela e podia plantar, né, tinha muita terra pra pouca gente. A gente mexia, com esse tipo de plantio, plantio de hortelã, e eu e meus irmãos, minhas irmã, a gente trabalhava,

⁵¹ Segundo o padre Adriano van de Ven, as Notas Promissórias Rurais (NPR's) foram ocasionadas entre 1977 e 1978 com o pedido de Concordata ou Falência de empresas que compunham um grupo, entre elas o Frigorífico Frimesa que pertencia a um grupo. “O Grupo Ruaro não pagava em dinheiro vivo aos agricultores, mas em NPR's, endossadas e assinadas pelos próprios agricultores, sem terem a noção do que isso significava: responsabilidade financeira numa eventual falência ou concordata. Quando o Grupo Ruaro não pagou sua dívida aos Bancos, estes foram exigir o pagamento da ‘dívida’ aos agricultores que tinham assinado ou endossado uma ou mais NPR's. Isto é, além de não receberem imediatamente do Grupo Ruaro o pagamento da venda dos suínos, os agricultores deviam ainda pagar pela NPR assinada ou endossada junto ao Banco. Portanto, isso levou os lavradores a pagarem pelos próprios produtos que eles mesmos tinham vendido, pois, sem entenderem, tinham assinado documentos de compromisso do pagamento da dívida da empresa falida”. Burocraticamente todo esse trâmite era legal e vigorava sob forma de lei. “A Lei 167 de 14 de fevereiro, de 1967, lhes dava [ao Banco] o direito de cobrar a NPR do endossante ou avalista” [...]. Para alterar essa condição foi necessária intervenção do “Conselho Monetário Nacional que decidiu enviar um Projeto de Lei ao Congresso Nacional *visando desvincular a responsabilidade do produtor pelo endosso das NPR's*, que foi aprovado com efeito retroativo [...]. No dia 19 de junho de 1979 a Câmara Federal aprovou a Nova Lei das NPR's que desvincula o aval do produtor. Mais tarde veio a aprovação do Senado (Cf.: VEN, 2009, p.74 - 79).

direto na lavoura, né, e passamos por momentos lá difícil, assim, financeiramente, na alimentação, péssima, sabe, alimentação, assim, era terrível [...] a [...] me lembro que, a gente ia trabalhar, e daí minha mãe pegava ia levar, alimentos pra n(ós), na hora do almoço, ela ia levar comida, e daí existia um [...] um, umas latas, lata de leite ninho, leite em pó, né, daí era, a gente, a comida da gente era, servida naquelas lata, lá. E daí, quando a gente ia almoçar, eu me, a gente ia abrir aquilo lá, a gente via arroz, né, a gente ficava empolgado: “ô, tem arroz, não sei o quê, não sei o quê”, daí a gente comia um pouco, daí quando a gente via por baixo tinha milho, sabe, aqueles, pessoal lá quebrava milho, assim, em pilão que eles falavam, socava e daí lavava, saía aquela, aquela capa, aquele fare(lo), a capinha do milho e daí cozinhava aquilo lá. E daí a gente a [...] por isso que eu tenho mais dois irmãos, que já vieram pro Brasil com três anos de idade, e a estatura física deles, é bem maior do que a minha, né, porque a alimentação deles é melhor. Daí, na fase, que era pra mim se desenvolver, que eu precisava de vitaminas pra se desenvolver, a gente tava lá, trabalhando, se alimentando mal, né, morando mal, em casas feita de madeira, coberta com folha tipo de sapé, aquelas cobertura, terrível, né, e por isso que a gente não se desenvolveu, por exemplo, e daí [...] ficamos lá onze anos, onze, onze pra doze anos, nessa nessa luta, aí (ENTREVISTA: JUAREZ MENESES, SANTA HELENA, 2004).

Visualizamos a espontaneidade do interlocutor ao falar da falta que a escola fez, do retorno aos estudos no Brasil, com vários anos de atraso, da necessidade de estudar e trabalhar ao mesmo tempo, depois de estar na juventude. Podemos perceber na entrevista de Juarez esse outro lado da vida de muitos brasileiros que foram para o Paraguai, as dificuldades, as necessidades que passaram. A partir disso, é compreensível a resistência de outros agricultores em não querer sair do oeste do Paraná, como era o caso dos atingidos por Itaipu.

Sublinhamos que a resistência das pessoas em não sair das terras que seriam alagadas pelo reservatório de Itaipu aparece no discurso do padre da Igreja Católica, Adriano van de Ven: “o povo não queria ir para Mato Grosso ou Acre devido a comentários negativos sobre malária, terra fraca e péssimas condições de vida” (VEN, 2009, p. 86). Mais adiante, Ven reforça essa questão “ouvimos falar que aqueles agricultores que mudaram para a região amazônica foram de mal a pior em função da distância, da malária, terra ruim, etc.” (VEN, 2009, p. 92).

Há que pontuarmos que a proposta defendida e dirigida aos desapropriados da Itaipu, pelas lideranças e por movimentos sociais, era *terra por terra e no Paraná*. Acrescentamos que o pastor Werner Fuchs se tornou um dos maiores articuladores, no que se refere à busca pela justiça aos desapropriados, defendendo tal proposta. Enfrentou o advogado Paulo Cunha que defendia os interesses da Itaipu, e, posteriormente, o General Costa Cavalcanti e seus assessores – autoridades máximas do Brasil no empreendimento energético – momento em

que a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (FETAEP) perdia campo na batalha pela proposta de *terra por terra e no Paraná*. A cada movimentação, no sentido de ganhar tempo e “confundir” os agricultores, feita por parte das autoridades da Itaipu, o pastor Fuchs como ato de resistência às atitudes das autoridades acrescentava novas reivindicações aos desapropriados, dificultando as artimanhas dos advogados do empreendimento. Nesse propósito, entre suas exigências na pauta das reivindicações, inclui inclusive os atingidos do lado paraguaio, tornando difícil a possibilidade de manobras de má fé, que eram cotidianamente propostas pelos representantes da Itaipu⁵².

Observamos, todavia, que os agricultores não queriam ir para outros lugares do Brasil, mas também não tinham como objetivo concreto adentrar o Paraguai, posto que a reivindicação era *terra por terra e no Paraná*. Isso evitaria o que evidenciamos, em outro momento, a migração endógena para o Norte do Brasil e a migração exógena em direção ao Paraguai.

No que diz respeito à entrada de brasileiros no Paraguai que sofreram com os percalços de Itaipu, bem como aos demais que tiveram que sair do Brasil e obedeceram a outras formas de motivações, verificamos que, em grande medida, eles se reconhecem na dinâmica transitória de pessoas que passam a viver em outro País e necessitam construir meios de convivência com outras pessoas. Entende-se esse meio de convivência como as configurações assumidas pelas pessoas na formação de um grupo social e familiar a ser inserido em uma nova realidade local e cultural no País vizinho; configurações essas que caracterizam as dinâmicas transitórias em um dos fenômenos mais relevantes e perceptíveis nas fronteiras da América do Sul, durante a segunda metade do século XX.

O fenômeno de entrada de brasileiros no Paraguai é alavancado de diversas maneiras, por exemplo, com as políticas de governo que servem como forma de explicação na abertura das novas frentes agrícolas, com demandas regionais, como no caso do conflituoso período vivido no oeste do estado do Paraná, entre outros. Porém, o ingresso espontâneo de pessoas marca, de forma bastante intensa, o movimento e a posterior configuração social no País vizinho, promovidos por parentes, amigos, vizinhos, vendedores e compradores de terra, enfim, afirma uma configuração na busca pela propriedade de terras e a ligação ao meio rural.

⁵² Os representantes da Itaipu tinham como prática convencer individualmente alguns agricultores com o intuito de que essa forma de agir provocaria a ruptura no interior do segmento rural e nas reivindicações dos atingidos, assim desarticulava o movimento e conseqüentemente reduziria a força das exigências, a velha prática conhecida como “*dividir para conquistar*.”

Em relação a essa questão, Luiz dos Santos Neto, em entrevista concedida no ano de 1994, diz que

Vim prá cá [Paraguai] pela primeira vez sem interesse de nada, vim a passeio. Tinha um “picareta”⁵³, vendedor de terra que morava no Alto Paraná que era aliado com o pai do professor Adir que era “picareta de terra também”. Eles vendiam terra no Paraguai e sabiam que eu tinha um pouco de dinheiro e como queriam vender eles me procuraram. Nesta época não queria nem saber do Paraguai, minha mulher muito menos, mas, aí eles muito inteligentes me convidaram prá vim passear e me davam a viagem de graça, não pagava nada pela viagem e topei o passeio pro Paraguai. Vim sozinho, naquela época vi a terra, as plantações e fiquei desesperado prá comprar um pedaço de terra aqui. Então, como sabia que minha mulher falava que aqui não vinha de jeito nenhum deixei um ‘negocinho’ feito aqui em embaixo, um lotinho de catorze alqueires, era puro mato, só tinha a cabeceirinha aberta e um apelido que se dava ranchinho, aí pensei assim: deixo o negócio feito, deixo a minha mulher lá e venho aqui, fico 30 dias e vou em casa. Quando cheguei lá e falei prá ela do negócio, ela falou: não, se for pra ir, vai todo mundo, falei: então tá feito. Nesta época tinha duas crianças, a menina tinha sete meses e a outra sete anos. Aí mudamos prá cá (Yby Yaú, no Paraguai) em [19]76 (ENTREVISTA: LUIZ DOS SANTOS NETO, YBY YAÚ, 1994).

Os agentes particulares que motivavam as pessoas a negociar propriedades, tanto no Brasil, quanto no Paraguai, formavam uma verdadeira rede de relações, em que se conheciam pessoas dispostas a vender e pessoas prontas a comprar. Nesse modo de transação havia, sobretudo, o interesse central dos especuladores – o capital a ser investido como uma forma incontestável de conseguir lucros – como fica evidente no discurso do agricultor: “sabiam que eu tinha um pouco de dinheiro e como queriam vender eles me procuraram” (ENTREVISTA: LUIZ DOS SANTOS NETO, YBY YAÚ, 1994).

Essas pessoas lidavam com a prática de compra e venda de terras, no Paraguai, como se essa atividade se desse no Brasil, não havia preocupação necessária com relação às especificidades que caracterizavam a propriedade no Paraguai: documentos legalizados, respaldo ao futuro proprietário em relação à sua condição de estrangeiro, condições estruturais da propriedade – existência de casa, água potável. Especificidades obrigatórias a uma transação legal.

⁵³ Como são denominadas, no Paraná, as pessoas que buscavam compradores e vendedores de terras, o que oficialmente pode ser chamado de corretor de imóveis. Semanticamente, é um adjetivo do sul do Brasil “quem, sem mérito próprio, usa de embustes e expedientes para obter favores” (CF.: DICIONÁRIO BRASILEIRO GLOBO, 2000).

Mais tarde, muitas dessas propriedades apresentavam problemas de ordens diversas que envolviam documentação, empréstimos, financiamentos, os quais representavam barreiras entre o que se praticava na terra e o que era necessário para sua implementação rural no País. Uma fronteira invisível que não era apresentada ao futuro comprador. Tal situação de fronteira se apresenta atualmente como um problema sem solução que tem feito com que uma população em torno de 75% de brasileiros e descendentes vivam no Paraguai sem documentos, ou com documentos irregulares, ficando à mercê de políticas paliativas, de autoridades corruptas e sem respaldo do governo paraguaio e do governo brasileiro.

É importante destacarmos que os brasileiros estão nessa condição porque passaram a sofrer pressão interna por motivos variados, demandados especialmente pela modernização agrícola no sul e sudeste do Brasil, pela construção de Itaipu – aspectos que se configuram como fatores de expulsão do próprio País. Essas questões contribuíram sobremaneira para que milhares de trabalhadores rurais tivessem como destino o Paraguai, seguindo assim a *marcha* que muitos dos componentes do êxodo brasileiro seguiram durante o século XX. Compreende-se tal situação em razão da abertura das fronteiras do Paraguai e das facilidades de atração que ali se apresentavam. Isso significou, num primeiro momento, para esses agricultores a possibilidade de terem terra de qualidade e barata, próximas ao Brasil.

Enfim, a pluralidade histórico-social que os trabalhadores rurais brasileiros auxiliaram a disseminar no Paraguai se deu em meio a relações conturbadas de sociabilidade, marcada, às vezes, por aproximação, mas, muitas vezes, por divergências. Sendo o principal ator histórico do movimento de transitoriedade entre os dois países, ligado às questões rurais, o brasileiro. Sujeito fronteiriço que influencia em grande medida as posições políticas e as políticas sociais de um país para com o outro e alimenta um conflito entre a memória que se criou e a identidade que se difunde.

Todavia, o que mais caracteriza esse amplo movimento de pessoas é a coexistência entre brasileiros e paraguaios na área de fronteira, que se tornou uma zona de contato para as ações dos fronteiriços. Um ambiente onde se difundem diferenciadas formas de representações que são expressas não apenas pelas práticas socioculturais dos fronteiriços, mas, sobretudo, mas também pelas ações e representações de veículos de informações, como a imprensa escrita, e pelo aparato institucional das leis de Estado, meios em que a questão rural do Paraguai sempre está em evidência.

CAPÍTULO III

COEXISTÊNCIA FRONTEIRIÇA: AÇÕES E REPRESENTAÇÕES

A saída de dezenas de milhares de agricultores é resultado do êxodo rural no Brasil, ocasionado especialmente pela intensa mecanização rural, principalmente nas regiões Sul e Sudeste, e por fatores mais localizados como o da construção de Itaipu no oeste do Estado do Paraná. Tais aspectos apresentam-se como elementos responsáveis pela expulsão de trabalhadores rurais do Brasil.

Com isso há a tendência desses trabalhadores de entrarem no Paraguai beneficiados pela tomada de decisões do regime autoritário de Stroessner que possibilitou o acesso e a condição legal para que os estrangeiros estabelecessem propriedades em áreas de fronteiras – um espaço com terras férteis e baratas – do País, por meio da abertura das fronteiras nacionais paraguaias. A massiva entrada de brasileiros no Paraguai, com o passar das décadas, vai mostrar a dificuldade na regularização de documentos pessoais e de terras.

Os agricultores brasileiros, em grande medida, foram atraídos por incentivos diversos oferecidos pelo governo paraguaio, como por exemplo, o baixo custo da terra, com isso Stroessner atuava no sentido de aproximar a mão de obra rural especializada derivada do Brasil, dos campos demograficamente pouco habitado do leste do Paraguai. A característica do agricultor brasileiro é oposta à do trabalhador rural paraguaio que reproduz um modelo de agricultura de subsistência, e, na maioria das vezes, vive em situação precária, posto que, no Paraguai, não há a inclusão dos pequenos proprietários rurais paraguaios em um sistema de assistência técnica, de auxílio financeiro, ou de partícipe de uma política de reforma agrária.

Em meio ao apoio dos projetos agrícolas de um lado e ao abandono do setor agrário de outro, aspectos que se difundiam no Paraguai, atentamos para a coexistência entre as pessoas, vez que o Estado, ou melhor, os Estados, praticamente não aparecem como componentes que auxiliem na construção das relações sociais. Assim, trabalhamos com a

percepção e a formação das relações com o objetivo de pontuar o como a aproximação das pessoas se construiu por meio das representações sociais. No Paraguai, a construção das relações se dava num campo de tensão entre brasileiros e paraguaios em que não raras vezes fomentavam-se práticas e discursos xenofóbicos.

Brasileiros e paraguaios passam a estabelecer a fronteira como uma zona de contato que se prolonga por vários quilômetros tanto no lado paraguaio como no lado brasileiro. Por meio de práticas sociais que tornam a fronteira um ambiente a ser transpassado, o que diferencia o Paraguai e o Brasil, na percepção dos fronteiriços, não são os aparatos do Estado que normalmente definem as nações, mas sim o fato de ser a fronteira um local onde, de um lado há estudo e atendimento de saúde de melhor qualidade em relação ao outro lado. Ou seja, as práticas e os discursos dos fronteiriços tornam a fronteira um local que, antes de definir espaços nacionais e nações, define locais em que esses fronteiriços conseguem obter melhores ou piores serviços sociais.

Os estudos acerca dos fronteiriços e os relacionados à entrada de brasileiros no Paraguai produziram, ao longo dos anos, uma base de dados frágil, marcada por uma diversidade de informações que se contradizem. Esses dados são emitidos por instituições oficiais e também por instituições não especializadas que enunciam, por exemplo, números inexatos de brasileiros no Paraguai, o que resulta em dúvidas, em resultados parciais e fomenta a incoerência dos dados, situação que prolonga até os dias atuais.

Temos como objetivo aqui evidenciar o *modus vivendi* dos fronteiriços, o como são construídas as relações de aproximação e de afastamento entre as pessoas que vivem no Brasil e no Paraguai e não se configuram como fronteiriços. A partir disso, buscamos perceber como são produzidos os sentidos de convivência no espaço fronteiriço, individualmente e coletivamente. As narrativas orais, as matérias da imprensa, as leis são fontes para a compreensão de tais aspectos, assim como a percepção de como as diferentes maneiras de existência e convívio são representadas por meio dessas fontes. No desenvolvimento das análises, destacamos que as representações sofrerão enfoque diferenciado, pois são tratadas como representações sociais.

O papel das representações sociais aparece como delineador das reflexões em torno da convivência cotidiana das pessoas na fronteira; trabalhamos com a noção de representação social advindo das definições de Serge Moscovici (2011). O autor defende a ideia de ampliação da compreensão do que até então se entendia como representação coletiva. As

representações sociais avançam conceitualmente e perpassam as noções de representações coletivas. As representações coletivas apresentam-se para Moscovici como uma definição que atinge a fase inicial de abrangência e de significado das representações sociais. Para o autor as representações coletivas se aproximam em termos conceituais das ideias produzidas pelo senso comum e o que este produz em relação às representações de uma comunidade. O nosso objetivo quanto a isso é fazer com que a ideia de representação social supere este ponto de vista.

A partir da nova interpretação acerca do que Moscovici nomeia de representações sociais, é que ocorre a alteração do sentido. Observamos que o sentido denotado nas representações coletivas aparece disperso, uma vez que a ideia do que seja coletivo não é comum a todos os indivíduos, os sentidos se alteram para distintas pessoas.

Assim, perpassando a característica de dispersão tem-se a construção das representações sociais surgindo na mídia e nos lugares públicos. Continuamente as transformações apresentadas pelas representações sociais buscam, de certo modo, expor um fenômeno concreto e observável, no nosso caso verificado com os fronteiriços em movimento na fronteira. Segundo Moscovici,

Ao falar de representações sociais em lugar de representações coletivas, quis romper com as associações que o termo coletivo tinha herdado do passado e também com as interpretações sociológicas e psicológicas que determinaram sua natureza no procedimento clássico (MOSCOVICI, 2011, p. 198).

Ao trazermos à baila o sentido das representações sociais para a discussão sobre as fronteiras e os fronteiriços, dialogamos com a definição polissêmica em torno dos atores históricos e dos espaços que os mesmos permeiam. Sob tal perspectiva, percebemos que o sentido polissêmico transforma o que se derivou do senso comum, advindo das representações coletivas, para buscar, sobretudo, a autonomia dos conceitos a respeito das representações sociais na historiografia, abandonando a relação que a fronteira e os fronteiriços traziam de outros períodos, de outros tempos, uma maneira de desvincular interpretações antigas de novas formas de perceber as relações sociais no campo da história atualmente.

Todavia, é necessário perceber que há relações no campo das representações, e o cotidiano é o que molda essas relações. Para Moscovici as mudanças entre o senso comum, as representações coletivas e as representações sociais ocorrem de forma muito sutil e se dão em várias direções, às vezes provocando rupturas drásticas, e outras vezes combinando práticas

espontâneas, ou seja, é uma linha tênue que busca na sutileza da teoria das representações suas características próprias de explicar a sociedade, que vai desde as representações produzidas pelas “pessoas comuns” até as especificidades na construção científica da sociedade.

Nas palavras de Serge Moscovici,

O que define uma representação social. Se estiver presente ali algum sentido, isso se deve ao fato de ele corresponder a certo modelo recorrente e compreensivo de imagens, crenças e comportamentos simbólicos. Vistas desse modo, estaticamente, as representações se mostram semelhantes a teorias que ordenam ao redor de um tema uma série de proposições que possibilita que coisas e pessoas sejam classificadas, que seus caracteres sejam descritos, seus sentimentos e ações sejam explicados e assim por diante [...]. Na verdade, do ponto de vista dinâmico, as representações sociais se apresentam como uma ‘rede’ de ideias, metáforas e imagens, mais ou menos interligadas livremente e, por isso, mais móveis e fluídas que teorias [...]. Elas têm uma existência à medida que são úteis, que circulam, ao tomar diferentes formas na memória, na percepção, nas obras de arte e assim por diante. (MOSCOVICI, 2011, p. 209-210).

Desse modo, observamos o como a mudança de interpretação afeta o sentido das representações em determinado segmento, mais propriamente no seio de uma organização social, de uma comunidade. O ponto de vista da ciência, na perspectiva com que trabalhamos, modifica-se com as estruturas que circundam a sociedade que, por sua vez, também se modifica, conforme propõe Moscovici. A representação seria então imbuída da presença do ausente, desde que o representado tivesse o mesmo sentido para toda uma comunidade que quer ver a representação de um fato, acontecimento, ideia.

Ao operacionalizar a maneira como Moscovici percebe as representações sociais em relação à fronteira, é necessário ir além do reconhecimento da fronteira em seus aspectos culturais, é também compreender seu caráter histórico, sem permitir que as heranças de um passado longínquo interfiram na construção dos conceitos atuais: “Tentei mostrar que a ciência popular não é a mesma para qualquer pessoa e para sempre. Ela é modificada ao mesmo tempo em que as estruturas ou problemas da sociedade com as quais as pessoas se confrontam também mudam” (MOSCOVICI, 2011, p. 204).

Na análise das fontes procuramos observar e compreender a produção de representações que os fronteiriços elaboram em relação às práticas cotidianas que eles exercem, e que aparecem para nós a todo o momento, dessa maneira temos o intuito de dar um sentido a essas práticas para explicar a situação das pessoas na fronteira atualmente.

A questão teórica que permeia a discussão é importante aparecer aqui, pois estamos diante de uma proposta que denota duas perspectivas semelhantes, enquanto modelos de história, perspectivas historiográficas que buscam fortalecer seus estatutos históricos enquanto ciência. A história do presente e as representações sociais são urdidas, na segunda metade do século XX, apresentando novidades e diferentes maneiras de interpretar a história, seja em relação à temporalidade em que a história atua, seja em relação à função que as pessoas relegam à história, neste sentido é necessário considerarmos a epistemologia na construção historiográfica.

A maneira como temos evidenciado as perspectivas da história do presente e das representações sociais podem dar a impressão de que essas questões operam apenas como um delineamento teórico-metodológico na pesquisa. Todavia, embora o enunciado aqui exposto sobre o item traga ponderações teóricas, o objetivo é aproximar o diálogo conceitual entre as duas perspectivas, as fontes, a prática social do historiador e o objeto analisado. Com esse diálogo as metamorfoses históricas ficarão mais próximas e compreensíveis no campo de pesquisa.

Assim, destacamos que os sentidos acerca da fronteira e dos fronteirços não estarão pautados unicamente a uma faixa ou a uma linha de fronteira, porque as funções da fronteira atingem perspectivas que vão além de condicionantes que se apresentam como limitadores de espaços, mais especificamente, a fronteira e o fronteirço terão como referente as representações sociais e suas práticas na atualidade. Tais representações são utilizadas em relação ao conjunto de experiências vividas pelas pessoas, em ambos os lados da fronteira pesquisada, estejam elas presentes em ambiente próximo ou afastado da linha de fronteira. O que pretendemos evidenciar é como alguns caracteres estão predefinidos para a sociedade e afloram sem a necessidade de serem ditos, pois se compreende que eles atuam, muitas vezes, inconscientemente.

Nesse sentido, Homi K. Bhabha (1998) elabora uma discussão que vai nos auxiliar a perceber as manifestações nos *locais de cultura* a partir da fronteira. Com isso poderemos verificar onde os traços culturais, na coexistência fronteira, começam a se fazer presentes. A análise permitirá que espaço e tempo se cruzem na produção de figuras de diferenças e ajuntamentos, de inclusão e exclusão. Sabe-se que a complexidade cultural na fronteira é grande e variável e suas ações refletem sobre os deslocamentos sociais das comunidades rurais e sobre as vidas particulares das pessoas.

Na entrevista do intendente Cesar Augusto Padoin Diesel, do distrito de Naranjal, localizado no Departamento de Alto Paraná, a cerca de 80 quilômetros ao sul de Ciudad del Este, aparecem várias questões que buscamos compreender neste estudo. Cesar Augusto é um jovem de 35 anos, nascido no Paraguai, filho de pai brasileiro e de mãe paraguaia. Ao que pudemos perceber, essa descendência paterna não é de toda aceita entre algumas pessoas que o cercam, na medida em que se nota, por parte de Cesar Augusto, frequente necessidade de justificar sua inserção política. Uma espécie de estigma que precisa ser a todo o momento combatido, comprovando a contrariedade de uma prática que possa lhe identificar na condição de filho de brasileiro, vivendo no Paraguai. Segundo ele.

Yo creo que se busca afectar, debilitar, aunque hay un sentimiento interior que no se doblega. Somos paraguayos, hice muchas cosas que muchos paraguayos, paraguayos, no hicieron, hice mi servicio militar, produzco la tierra con responsabilidad y sustentabilidad, ejerzo la función pública con responsabilidad política y social. En uno discurso reciente, hablando pintorescamente dije, a veces un paraguayo no tan paraguayo, es mas paraguayo que un paraguayo, paraguayo. (ENTREVISTA: CESAR AUGUSTO PADOIN DIESEL. In: REVISTA RED CONTACTOS & AGRONEGOCIOS: ENCARNACIÓN, 2012, p. 12).

O discurso do intendente de Naranjal mostra-se como um desabafo em relação à situação de ser descendente de pai brasileiro. Para justificar e comprovar a sua condição de cidadão “paraguaio, paraguaio”, utiliza-se de recursos como, por exemplo, o serviço militar, a produção agrícola com sustentabilidade, a função pública assumida com responsabilidade. Essas indicações parecem, numa primeira mirada, irem a favor daquilo que se sustenta no Paraguai em relação à prática política no País; contudo, a maneira de Cesar Augusto se expressar é uma crítica feita para atingir um sistema político que está envolto em conflitos, em instabilidades, em corrupção. Um modelo que Cesar Augusto questiona e tenta mostrar que não é conivente com ele. Verificamos que o discurso do intendente é, entretanto, ambíguo, uma vez que, de um lado, procura enaltecer a nacionalidade paraguaia por meio do cumprimento dos deveres de cidadão; de outro, negocia, de forma cautelara, a coexistência com os brasileiros e descendentes como ele, que vivem no município.

Ao analisarmos o sentido que há sobre o duplo e ambíguo discurso de Cesar Augusto, abordando a convivência no Paraguai e tornando-a uma prática do presente, notamos em sua fala o que Bhabha estabelece como diferença cultural que é confrontada como uma disposição de saber ou como a produção de práticas que existem lado a lado, o

discurso do intendente designa uma forma de contradição social que, a todo momento, necessita de ser negociada.

Nas práticas sócio-culturais, em que há atividades como produzir, trabalhar e ser político, as aproximações e os afastamentos articulam o conhecimento a partir da perspectiva da posição de significação de uma minoria – no caso políticos descendentes de brasileiros – que resiste à totalização ou interrupção cultural da maioria – políticos paraguaios. Tal processo é disjuntivo da espacialidade e capaz de articular formas de atividades que são ao mesmo tempo nossas culturas e a dos outros.

Neste sentido Bhabha diz que

O trabalho fronteiriço da cultura exige um encontro com “o novo” que não seja parte do *continuum* de passado e presente. Ele cria uma ideia do novo como ato insurgente de tradução cultural. Essa arte não apenas retoma o passado como causa social ou precedente estético; ela renova o passado como, refigurando-o como um [...] contingente, que inova e interrompe a atuação do presente. O ‘passado-presente’ torna-se parte da necessidade, e não da nostalgia, de viver (BHABHA, 1998, p. 27).

Aplicando a reflexão de Bhabha, entendemos as fontes e suas narrativas nesse espaço fronteiriço ambíguo, onde a relação entre o *lá* e o *aqui*, mesmo quando o *lá* e o *aqui* não apareçam no discurso, é algo que está presente na mentalidade das pessoas que vivenciam a condição de fronteira. Parafraseando Moscovici, diríamos que é a presença do ausente se fazendo presente. Entendemos a fronteira como algo mais amplo que um espaço produzido pelos fronteiriços das duas nações: Brasil e Paraguai, uma vez que o sentido da fronteira é fruto da historicidade que se construiu nesses locais. Desse modo, para a sociedade nacional paraguaia, não basta apenas ser paraguaio, mas sim, ser um “paraguaio, paraguaio”.

As práticas sociais e culturais constituem elementos importantes de serem vivenciados na fronteira, mas a ocorrência de diálogo em relação a tais práticas raramente ocorre, pois grupos que possuem uma maioria de pessoas dificilmente buscam aproximações no interior do Paraguai com outros grupos que representam as minorias, justamente por que a mesma situação que está presente nas representações sociais dos paraguaios está presente no conjunto de representação dos que são considerados e se consideram não paraguaios, ou “meio paraguaio”, como é o caso da presença política no Paraguai de Cesar Augusto enquanto intendente, uma vez que é descendente de brasileiro.

As considerações de Ramón Fogel são esclarecedoras dessa questão quando ele enfatiza que

Hay que haver um espacio intercultural de dialogo, pero, se ha cuándo son pocos que están en territorio paraguayo, dijo nun território controlado por paraguayos, entonces se da eso dialogo intercultural, dijo a usted que los paraguayos asimilan pautas, tecnologias de los brasiguayos, de los brasileños, ¿verdad? Y los brasileños se integran a la organización de los paraguayos, coperan, pero no cuándo ocurre la expansión grupal (ENTREVISTA: RAMÓN FOGEL, ASSUNÇÃO, 2006).

Fogel nos diz da necessidade de um o diálogo intercultural acontecer. Seguramente, a integração, as trocas e a assimilação de modos ou hábitos entre os povos ocorrem, o sociólogo acentua que isso ocorre especialmente no momento em que não há a evidência do desenvolvimento de grupos inteiros de migrantes brasileiros. Isto é, a predominância demográfica de uma só nacionalidade resulta em uma força de repulsão aos diálogos interculturais de ambos os povos.

Nesse sentido, podemos identificar a falta de maior interação entre os dois povos na região da fronteira oriental do Paraguai, em razão de a população nativa do Paraguai sentir-se ameaçada pelo número excessivo de brasileiros existentes em determinados lugares na fronteira de seu país que, para alguns autores, é a grande maioria: “entoces dijo que es preciso proteger se dese modelo en que 80 a 90% son brasileños, los brasileños son beneficiados digamos por ese modelo” (ENTREVISTA: RAMÓN FOGEL, ASSUNÇÃO, 2006).

A questão nacionalista se torna um aspecto importante nas reivindicações das pessoas e faz aflorar novas possibilidades de lutas em que são necessárias outras exigências para que sejam entendidos os sentidos de nação e nacionalismo. Nesse sentido, sublinhamos o que diz o sociólogo paraguaio Ramón Fogel, sobre a necessidade de um estreitamento no diálogo intercultural, que não pode deixar de ocorrer por causa do sentimento de ameaça por um grupo de brasileiros no Paraguai, ameaça que se mostra como uma forma de colonização.

Um exemplo disso figurou na imprensa, em que a população paraguaia do departamento de San Pedro fez reivindicações contra o modelo de ingresso de empresários agrícolas brasileiros na região, cobrando do governo paraguaio maior soberania em relação a essa pauta. Nesse caso a perspectiva nacionalista surge de maneira evidente, como um conjunto de organizações camponesas, sociais e eclesiais de San Pedro.

SANTA ROSA DESDE AYER, 70 ORGANIZACIONES SOCIALES SE MANIFIESTAN Y EXIGEN PRESENCIA DE AUTORIDADE

Sampedranos no quieren ser una colonia brasileña

En rechazo a la presencia de empresarios brasileños en la zona, los pobladores de San Pedro se manifiestan desde ayer en forma indefinida.

Carlos Marcelo Aquino
Santa Rosa

María Angélica Ramos
Las organizaciones sociales, campesinas y eclesiales sampedranas rechazan convertirse en una "colonia brasileña", tal como manifestaron ayer cuando en forma masiva se movilizaron en Santa Rosa del Aguaray para exigir al Gobierno una serie de reivindicaciones sociales por un departamento más sano y soberano.

La convocatoria, que es por tiempo indefinido, comenzó ayer con una concentración general en el patio de la iglesia de Santa Rosa, donde, tras un acto central, el contingente, compuesto por unas 3.000 personas, realizó una marcha por la ruta III, y hoy, desde las 8, cerrarán el cruce.



Los pobladores del Segundo Departamento elevan en forma constante sus exigencias al Gobierno.

FONTE: JORNAL *ULTIMA HORA*. ASSUNÇÃO, 10/08/2004, p. 26.

Estamos diante das especificidades da diversidade sócio-cultural que está presente nas práticas que as pessoas produzem nos movimentos fronteiriços e que parecem acontecer naturalmente. A circulação de pessoas entre Brasil e Paraguai evidencia que os discursos orais ou de outra natureza nos apresentam a necessidade de definir as percepções de representação social diante de tais práticas. Desse modo, o cotidiano das pessoas que vivem no espaço fronteiriço entre os dois Países é algo que ocorre de forma imprecisa, justamente por que as representações sociais e as práticas culturais de uns não possuem necessariamente os mesmos caracteres que formam as representações sociais e as práticas culturais de outros.

A difusão de práticas culturais entre os fronteiriços é diversa e obedece tanto ao que se localiza no campo simbólico – sobretudo nas manifestações artísticas – quanto ao que ocorre na vida das pessoas diariamente – manifestações cotidianas – que são carregadas de materialismo, embora muito próximas essas manifestações possuem características distintas,

mas ambas formam campos de representações. Essas manifestações são essenciais para se refletir e se entender a difusão das práticas culturais no espaço e no sujeito fronteiriço, apesar de a fronteira não ser mais compreendida como uma linha de divisão, e sim como uma divisão de *modus* de vida, no nosso caso, entre brasileiros, imigrantes, descendentes e paraguaios.

Reconhecemos que existem aproximações e afastamentos culturais entre os dois povos, representados por construções que podem ser identificadas em profusas práticas como, por exemplo, a de rodas de tereré, de chimarrão, a do hábito de consumir carne assada, a das anedotas, dos ditados populares, das lendas, superstições, entre outros. Costumes que são praticados por ambos os povos, ou negados por eles – uma mescla de valores que proporciona um rico repertório cultural de assimilação e de exclusão.

As expressões culturais atribuídas à produção artística de um ou de outro País não descartam os hábitos cotidianos, tais como a alimentação, as bebidas, as roupas, as religiosidades, e assim por diante.

Sublinhamos que a mescla cultural entre brasileiros e paraguaios ocorre especialmente ao longo da fronteira, o que resulta em uma cultura fronteiriça significativa, especialmente onde há um equilíbrio de manifestações, de pessoas e de afazeres. Tal equilíbrio é um produtor importante de diferenças por que ele funciona como um aparelho de moderação cultural entre diferentes povos. Já quando há um grupo maior de pessoas de qualquer que seja a nacionalidade ou descendência em relação a um grupo nativo, a coexistência entre eles se dá em campos desproporcionais e provoca diferenças de assimilação cultural. A produção de *modus* de vida, em meio a um ambiente onde há a individualização de produção de modelos, como, por exemplo, a identidade, não representa um diálogo intercultural, mas sim a construção de caracteres diferenciadores de um grupo para com o outro.

Nas palavras do intendente de Naranjal, pudemos perceber que os caracteres diferenciadores aparecem como um jogo de representações sociais que criam fatores de exclusão e conduzem as pessoas à produção de defesas por meio de um discurso que se torna frequente e promove estereótipos em relação aos dois povos. Por exemplo, o de que o brasileiro é o detentor do desenvolvimento e do dinheiro; e o paraguaio, o que não aproveita as oportunidades:

Muchas veces nos preguntamos ¿por qué quienes no tenemos pura sangre paraguaya, aunque tengamos parte y hayamos nacido aquí, tenemos que soportar rechazo, rencor, desprecio, discriminación? Esto, nos genera

impotencia y a veces hasta dudas de identidad (...) Quienes somos entonces? (...) Nosotros somos paraguayos! Ay habla de que el productor de origen brasileiro tiene “plata”, digamos mejor que trabaja y logra buenas condiciones, pero así mismo hay muchos productores paraguayos que tienen bisabuelos, abuelos paraguayos o de outro origen y que también están bien. La oportunidad es para todos; pero hay quienes se levantan más temprano, hacen, arriesgan, enfrentan y hay quienes prefieren acomodarse y no hacer, o hacer lo menos. Eso ya es una decisión personal (ENTREVISTA: CESAR AUGUSTO PADOIN DIESEL. In: REVISTA RED CONTACTOS & AGRONEGOCIOS: ENCARNACIÓN, 2012, p. 10).

A coexistência se desenvolve em um ambiente de disputa, formado pelo antagonismo representado em discursos, ou em práticas laborais, como as dos produtores de Naranja. Nesse caso específico, reconhecemos situações sócio-comunitárias e individuais, marcadas por estereótipos ligados aos paraguaios e aos brasileiros.

As práticas apontam para fatores cotidianos que auxiliam na compreensão da vivência dos fronteiriços. Não acreditamos que elas sejam manifestações culturais construídas de forma a demonstrar o pertencimento a um ou a outro povo, mas sim a reprodução de costumes que vêm se adaptando entre seus praticantes. Com isso pode-se dizer que a diversidade é algo presente nas atividades diárias, como as do trabalho, mas podem também estar presentes na alimentação, na música, na dança, nos costumes comunitários.

Trabalhamos com um leque de possibilidades de práticas que envolvem etnias, línguas, educação, meios de comunicação, religiões, questões políticas. Ao mostrarmos os variados aspectos culturais praticados pelos fronteiriços, de modo consciente ou inconsciente, constatamos que esse é um processo que está em plena construção nas relações entre brasileiros e paraguaios, podendo ser assimilado, negado, reformulado ou mesmo ressignificado, conforme necessidades individuais, de grupo, ou de toda uma comunidade.

No ínterim da discussão, os fronteiriços obedecem a particularidades que foram sendo construídas no decorrer da historicidade do processo que representa desde empecilhos na construção da coexistência até o favorecimento de ações a serem desenvolvidas. As configurações desse processo envolvem questões simples e complexas que permeiam o ambiente fronteiriço. Em relação a situações mais complexas, acreditamos que a estabilidade e a instabilidade das pessoas, tanto no Brasil quanto no Paraguai, são importantes de denotar aqui, especialmente por que são ações que ocorrem a todo o momento e apontam para uma situação de fronteira que identificamos na entrevista do intendente de Naranja, anteriormente exposta, elas estão inscritas nas representações sociais do campo simbólico.

No sentido de dar compreensão à discussão em torno da percepção das representações sociais no campo simbólico, a partir do momento em que congregamos a oralidade, os periódicos, as leis, os materiais escritos, enfim, as fontes históricas, com elas construímos um cabedal de possibilidades. Com isso necessitamos atentar sobre o fenômeno⁵⁴ das representações sociais e como ele vai operar na pesquisa, para mostrar a compreensão sobre as manifestações dos fronteiriços. Para Moscovici,

Resumidamente, podemos dizer que o que as pessoas pensam determina como elas pensam. Vamos adiante. Consideradas todas as coisas, à medida que a comunicação se acelera em nossa sociedade, a extensão da mídia (visual, escrita, e áudio) no espaço social vai crescendo ininterruptamente. Duas coisas que merecem atenção podem, então, ser observadas. De um lado, as diferenças entre representações sociais são obscurecidas, os limites entre o espaço icônico e seu aspecto conceptual são eliminados. O desaparecimento das diferenças e limites as transforma mais e mais em representações de representações, faz com que se tornem mais e mais simbólicas (MOSCOVICI, 2011, p. 211).

A enunciação acerca do fenômeno das representações sociais parece entrar na esfera filosófica e/ou psicológica; contudo, não é o que ocorre, a questão é saber como as práticas sócio-culturais funcionam ao ligar representações e realidades, e isso é uma operacionalização histórica. Por muito tempo alimentamos a ideia de que as representações deveriam ser consideradas uma réplica ou um espelho do mundo real, essa consideração não é mais adequada utilizar para explicar as ações humanas, por que da mesma maneira que as representações mostram o que constitui o mundo, elas não mostram as coisas que estão ausentes dele.

A partir dessa nova maneira de compreender o sentido das representações, percebêmo-la como uma simulação da história, essa simulação representacional pode ocorrer, ou ser apenas uma história dissimulada, ou seja, que não vai acontecer, um sentido totalmente oposto à ideia de tornar o ausente presente. Na fronteira e com os fronteiriços essa situação é muito comum, pois as representações elaboradas ocorrem com dinamismo, como imagens, como metáforas, como uma rede fluída de ocorrências que sempre transforma alguma coisa quando atua sobre o espaço – fronteira – ou sobre o sujeito – fronteiriço – é essa simulação

⁵⁴ Fenômeno é a maneira como Moscovici vai operacionalizar suas discussões em função das representações sociais. Não podemos caracterizar, segundo ele, as representações sociais como um conceito, como era feito, até então, mas sim, como um fenômeno.

sobre os espaços e os sujeitos que as fontes históricas do tempo presente nos revelam sobre a fronteira e os fronteiriços em nosso campo de pesquisa.

A questão da dissimulação da história aparece com muito vigor nas abordagens alfandegárias oficiais do Brasil e do Paraguai, momento em que se enrijece o controle na área de fronteira. Quando isso ocorre constata-se o considerável resguardo das pessoas que não pertencem à fronteira, como, por exemplo, turistas que estão realizando suas compras. Em contrapartida, a grande maioria dos fronteiriços age como se nada de diferente tivesse ocorrendo, pois tais questões – controle alfandegário – envolve-os de forma branda. Identificamos ocasiões em que o que se busca é fazer com que um controle mais efetivo represente uma espécie de receio aos não fronteiriços de frequentar os espaços fronteiriços, como a manipulação de informações por parte de órgãos oficiais, e da imprensa, em nome de uma suposta ação para a garantia dos direitos de todos.

Entre Brasil e Paraguai ocorre o que denominamos – no decorrer da pesquisa – de civilidade da fronteira, em que as pessoas – fronteiriços ou não – circulam e fazem circular seus produtos, seus serviços e, sobretudo, suas identidades civis de ambos os países. A civilidade operada na dinâmica sócio-espacial torna os meios de ação, como, por exemplo, as abordagens alfandegárias uma mera formalidade entre os referidos países, algo que foi naturalizado pelos fronteiriços, o que não significa ineficiência.

3.1 ZONA DE CONTATO: FRONTEIRIÇOS E AS AÇÕES FRONTEIRIÇAS

Brasil e Paraguai comportaram características de trocas populacionais em que o Paraguai chegou a ter aproximadamente 10% de sua população formada por brasileiros durante a segunda metade do século XX. Considera-se ainda a hipótese de que grande número de paraguaios passam a viver no Brasil nesse mesmo período.⁵⁵ Desse modo, não dá para

⁵⁵ Uma maneira de perceber essas condições são as denominadas Colônias Paraguaias existentes no Brasil, que congregam milhares de pessoas entre paraguaios, descendentes e simpatizantes da cultura do País vizinho. No estado de Mato Grosso dos Sul existem várias cidades que as comportam, como exemplo citamos a capital, Campo Grande, Dourados, e Nova Andradina, apenas para denotar que é um fenômeno que não está restrito ao ambiente da linha fronteira, mas que se prolonga no interior do País. Em Nova Andradina, cidade a 300 quilômetros distantes da fronteira com o Paraguai, existe a Colônia Paraguaia de Nova Andradina (COPANA), iniciou seus trabalhos no ano de 2003 e conta com aproximadamente sete mil inscritos – em torno de 15% da população local do município. Promove grandes festas gastronômicas, shows musicais, desenvolve cursos grátis de língua espanhola e guarani, que contam com centenas de inscritos. Uma mescla de pessoas que vão de leigos a pessoas influentes no meio social da sociedade municipal. A Copana está em fase de construção de sua sede própria. Essas informações fazem parte de um estudo de graduação que se iniciou há pouco tempo e que tem como interesse o desenvolvimento de pesquisas na Universidade.

perceber esse movimento como unilateral, na medida em que ele ocasionou um dos maiores níveis de transitoriedade humana que Brasil e Paraguai já experimentaram⁵⁶. Tal movimento, em grande medida, direcionou também novas possibilidades de percepção dos sujeitos no Paraguai, como os denominados brasiguaios.

Braudel nos fornece um escopo interessante para pensar a questão dos brasiguaios, logicamente a perspectiva do autor se refere a outro espaço de pesquisa e a outros atores históricos, porém, suas considerações permitem que identifiquemos proximidade com nosso campo de trabalho em relação às ações do contingente brasiguai. Segundo o autor,

Nada impede que em todas as sociedades que compartilham uma sociedade global há sempre um ou mais que tendem a superar os outros, preparar uma mutação de conjunto – mutação que seja sempre desenhada de forma muito lenta e, em seguida, espera para operar uma nova transformação, mais tarde, desta vez contra o ou os vitoriosos. Essa pluralidade manifesta-se como um fator chave para o movimento e a resistência ao movimento (BRAUDEL, 2005b, p.557).

Ao concebermos as reflexões de Braudel em nosso estudo, concordamos que a problemática brasiguai se convencionou socialmente a partir de fases ou modelos, o que quer dizer que outras políticas necessitam ser pensadas pelas autoridades no sentido de fazer com que essa adaptação social da comunidade fronteiriça seja construída e praticada pela ação conjunta do Estado na linha e na faixa de fronteira. Região em que há maior efervescência do fenômeno brasiguai, tanto do lado paraguaio quanto do brasileiro, e onde se assiste, por meio do movimento humano entre os dois Países, a uma pluralidade de práticas em que se acentuam as divergências ou em que a sociabilidade existente nem sempre é harmoniosa. Esses aspectos vinculam os indivíduos em cadeias de interdependências, inserindo-os em configurações sociais heterogêneas, um resultado construído a partir do movimento que organiza mudanças e transformações, é o que podemos chamar de zona de contato permeável.

Quando apontamos implicações sobre o movimento de pessoas entre os dois Países, estamos reconhecendo o déficit de controle burocrático que tem havido nessa fronteira. Cabe destacarmos que as pesquisas realizadas na imprensa e a análise dos textos orais fazem com que o estudo colabore de forma testemunhal com força e embasamento crítico. Não estamos

⁵⁶ Historicamente, é consenso que a ida de brasileiros para os Estados Unidos é maior do que a ida de brasileiros para o Paraguai. Da mesma maneira, a ida de paraguaios com destino a Países como Argentina e Espanha é maior do que a ida de paraguaios para o Brasil; apesar de Brasil e Paraguai serem caudatários de trocas populacionais intensas entre eles.

elencando aqui forasteiros, como mediadores entre os dois Países, mas inserindo um contingente que representa uma combinação de culturas dispostas nessa zona de contato. A situação de fronteira regional/internacional e a configuração de uma zona de contato fornecem elementos que produzem representações de ambos os lados da fronteira, às vezes recíprocas e às vezes de conflito, representações próprias de uma ambiência onde se encontram e se desencontram pessoas.

Falamos aqui da transgressão de espaços rompendo as categorias oficiais, desde o controle alfandegário até a formação de uma comunidade binacional. As manifestações cotidianas existentes nessas margens tornam-se uma zona de contato. Segundo Pratt,

A maneira como os laços sociais vão se fazendo por entre linhas de diferença, de hierarquia e de pressupostos conflituosos ou não compartilhados. Tal abordagem consideraria o modo como as diferenças e as hierarquias são produzidas no contato e pelo contato dessas linhas umas com as outras. Diferenças de classes, etnia, gênero seriam então analisadas não em termos do pertencimento das pessoas a comunidades particulares, mas em termos da produção e da reprodução dessas mesmas diferenças no contato socialmente estruturado entre grupos que vem sendo forçosamente aglutinados em sua irremediável separação (PRATT, 1999, p. 12).

Os fronteiriços que vivem no que compreendemos como zona de contato promovem, a seu jeito, a transnacionalização no interior de nações ou de estados. A partir do momento em que afirmam vontades, desejos, *modus* de vida que transpõem os ditames oficiais, essas condições se tornam parte da vivência desses fronteiriços. Quando há o reconhecimento da cidadania e do pertencimento, começam a vigorar as exigências que vêm da capacidade reivindicatória do grupo e fazem parte do seu discurso heterogêneo, já que em muitos casos “não são nem brasileiros e nem paraguaios”.

A desigualdade não é invisível na zona de contato; por isso ocorrem manifestações para reivindicação de atendimento a direitos sociais, políticas públicas, direitos a propriedade, como formas de inserção social na nação. Os fronteiriços utilizam como forma de pertencimento, sua situação de fronteira. As dificuldades do contexto social em que vivem é um diferencial enquanto reivindicação para a efetivação da condição de cidadão, quando se concretiza o reconhecimento ocorre também a elevação da condição de cidadão para todo o grupo.

O Relatório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), de 2006⁵⁷, aponta que as condições das pessoas que vivem nas fronteiras e em regiões de conflitos requerem ações que necessitam ser pensadas na direção de construir uma cidadania global, tanto em relação aos direitos humanos quanto em relação à cidadania social. Ações que, quando reconhecidas, funcionariam como uma proteção pública da sociabilidade nessas regiões, uma espécie de garantia jurídica. Os fronteiriços entre Brasil e Paraguai – brasiguaios e outros – não aparecem nominalmente no relatório da CEPAL, como nenhum outro grupo aparece, mas a condição dos fronteiriços é a de que pertencem a uma comunidade política, não necessariamente cidadã, e não estão essencialmente ligados a uma ou outra nação, condição para alcançar a plena cidadania.

No relatório da CEPAL percebe-se a exigência na aplicação dos direitos humanos e sociais aos bens e serviços. Há uma configuração bastante nítida das práticas exercidas pelos brasiguaios na busca de recursos que muitas vezes não estão disponíveis nos espaços fronteiriços, seja no Paraguai, seja no Brasil.

Um exemplo que ilustra a busca de recursos e fica evidente é o relacionado ao estudo dos filhos, um fato que marca o acesso de vários brasiguaios ao Brasil. A procura por um estudo diferenciado para os filhos faz com que as mães os acompanhem; quando isso não é possível, eles passam a residir com parentes no Brasil para estudar. Os pais continuam a trabalhar em propriedades rurais no Paraguai.

Em entrevistas realizadas no ano de 2003, questionávamos sobre os motivos que faziam com que as famílias optassem por se estabelecerem na região fronteiriça, em Porto Mendes, pequeno distrito do município de Marechal Cândido Rondon, no oeste do Paraná, às margens do Lago Internacional de Itaipu. O Distrito faz fronteira com a localidade denominada de Porto Adela, no Departamento de Canindeyú, Paraguai. A maioria das pessoas – aqui tratadas por brasiguaios – que habitavam ali davam como motivo o estudo das crianças. Isso se tornou uma constante nas entrevistas. Constatamos então que havia um número considerável de pessoas que moravam em municípios paranaenses – no Brasil – que se

⁵⁷ La aplicación de un enfoque de derechos humanos a dimensiones especiales de la protección social las ubica en el marco de derechos exigibles, cuyos beneficiarios deben ser vistos como ciudadanos que exigen sus derechos al reclamar la asignación de recursos y la disponibilidad de servicios. Además, en este enfoque se identifica un conjunto de obligaciones estatales que debe considerarse desde una perspectiva dinámica y progresiva y que se relacionan con los derechos económicos, sociales y culturales, incluido el derecho a un nivel de vida adecuado, que supone la provisión de servicios sociales universales y igual acceso a los bienes y servicios pertinentes. (CEPAL, 2006)

localizavam próximo ao Paraguai⁵⁸. Pessoas que possuíam bens e propriedades rurais no Paraguai, mas em razão dos estudos dos filhos moravam na região fronteira do lado brasileiro. Algumas pessoas optavam ainda por morar no lado brasileiro e trabalhar no lado paraguaio.

É o caso de Cleonice Aparecida Menegotto, casada e mãe de dois filhos. Seu esposo permanece parte do tempo no Brasil e parte do tempo no Paraguai, devido à propriedade de terras que cultivam naquele País. Ela reside em Porto Mendes com os filhos. Segundo Cleonice, o motivo pelo qual escolheram morar ali foi o estudo dos filhos:

[...] a gente mora aqui mesmo, aqui hoje, por causa dos estudos dos filhos, porque lá em matéria de estudo, não tem. É fraco, não tem assim, uma coisa que pode ser bom para eles, então a gente mora aqui, se não fosse para os filhos estudarem aqui no Brasil a gente estaria morando lá há muito tempo já [...] (ENTREVISTA: CLEONICE APARECIDA MENEGOTTO, PORTO MENDES, 2003).

Na entrevista de Maria de Lurdes Paludo Berno, também aparece esse motivo como o responsável por ela passar a residir em Porto Mendes. Maria de Lurdes mora com a filha, enquanto seu esposo mora e trabalha no Paraguai. Segundo ela, “eu vim por causa dos estudos da menina, porque lá para nós o futuro é melhor do que aqui.” (ENTREVISTA: MARIA DE LURDES PALUDO BERNO, PORTO MENDES, 2003). Percebemos que há um esforço grande por parte dessas pessoas que, muitas vezes, colocam os objetivos de um futuro diferente para os filhos à frente dos próprios desejos.

Sonia Jandira Vicente diz das dificuldades nesse ‘tipo de vida’:

[...] as mães [mulheres] ficam aqui [Brasil] e os pais [homens] continuam trabalhando lá [Paraguai], no final de semana a gente está junto de novo e devido aos acontecimentos, muitas mortes, muitos acidentes nesse lago, então optamos por ficar aqui com as crianças, e quando dá os pais vem, quando não dá ficamos separados, então é difícil, mas compensa porque lá não tem estudo (ENTREVISTA: SONIA JANDIRA VICENTE, PORTO MENDES, 2003)

⁵⁸ Entre os anos de 2009 e 2010, momento em que trabalhávamos no Projeto de Pesquisa para o ingresso no Programa de Pós-graduação, elaboramos algumas incursões a esta região e, ainda que de maneira rápida e informal, procuramos mapear as propriedades e seus proprietários situados entre os dois Países, naquela região em específico, entre Porto Mendes, no Brasil, e Porto Adela, no Paraguai, e onde já possuíamos conhecimentos de causa. A questão mostrou-se de difícil atendimento a nossa proposta, muitos alegavam a instabilidade e a incerteza, especialmente em relação ao governo paraguaio sobre a questão de terras de brasileiros no Paraguai. A proposta mostrou-se inviável, pois percebemos que os agricultores não queriam aprofundar essa questão e nem identificar as suas propriedades no Paraguai.

Para os fronteiriços, existe um limite que separa o lugar onde há estudo de outro em que supostamente não há. A entrevistada Ivete Allig alega que “o motivo por que eu vim morar aqui em Porto Mendes foi para colocar os meus piás⁵⁹ para estudar, porque eu tenho três filhos homens, então eu vim para cá justamente para [...] eles estudar” (ENTREVISTA: IVETE ALLIG, PORTO MENDES, 2003).

Em outra entrevista, Elizete Terezinha Panceira diz que estaria residindo no Paraguai, junto com seu marido, onde possuem terras, se não fosse por causa dos filhos. Segundo ela,

[...] já fazem dois anos que eu passei para cá, para as crianças estudarem, porque lá não tem como. Tem aula, mas eles não aprendem. Os professores não ensinam as crianças lá, por isso que nós nos mudamos para cá. Foi só o estudo, só isso mesmo, se não a gente estava lá ainda. A gente vai cuidar lá também, mas vai ficar aqui por causa dos estudos dos filhos, do futuro deles, que está tudo aqui no Brasil, a gente também nasceu aqui no Brasil né, tem que ser brasileiro, mais [...] né [...]. (ENTREVISTA: ELIZETE TEREZINHA PANCEIRA, PORTO MENDES, 2003).

Ao analisarmos a perspectiva em relação ao estudo das crianças, nas entrevistas, torna-se necessário destacar dois modos diferenciados de compreensão do problema colocado pelas mães. Primeiro, o de que no Paraguai existem escolas que oferecem formação regular para crianças, tanto na área de fronteira com o Brasil, quanto no interior do território nacional paraguaio. Desse modo, o que detectamos é a dificuldade de as crianças brasileiras ou descendentes de aprender com professores que lecionam obedecendo ao idioma do País, ou seja, o espanhol, e, em algumas aulas, mais específicas, o guarani.

Verificamos que, muitas vezes, o Paraguai é representado nas entrevistas das mães como um lugar em que os professores não ensinam as crianças e por isso não há futuro para os seus filhos; um lugar onde há perspectiva de vida e de bons negócios para os adultos, mas não para os jovens e crianças. A fronteira, ou o limite – Lago Internacional de Itaipu – torna-se então uma separação onde a diferença são os estabelecimentos de ensino, e a forma como se ensina.

Em segundo lugar, é necessário perceber o conhecimento que essas pessoas possuem ao diferenciar um país do outro, no momento de buscarem e reivindicarem educação para os filhos. No Brasil, há demandas que auxiliam nos estudos dos filhos, como o transporte, o

⁵⁹ Expressão que é mais utilizada na região sul do Brasil que significa criança, ou menino. A sua origem é guarani e significa *coração*.

idioma, o acesso às instituições, à merenda escolar, essas entre outras questões mostram, já em 2003, momento em que coletamos as entrevistas, o que o Relatório do CEPAL vai indicar no ano de 2006. Ou seja, a necessidade e o fortalecimento do atendimento das políticas públicas para as regiões de difícil acesso.

Outras demandas também se configuram nas entrevistas, por exemplo, em relação à preocupação com tratamento de saúde. No discurso de Helena Almeida Franz, isso fica evidente. Ela, que nasceu, morou e viveu grande parte de sua vida no Paraguai elogia o setor de saúde do Brasil. Em 2004, depois de sair de Santa Rosa, no Paraguai, e passar a residir em Guairá, no Paraná/Brasil, reconhece a deficiência no setor de saúde paraguaio. Segundo ela,

Eu tenho uma irmãzinha que agora ta com treze anos, ela que também nasceu em Toledo, a minha mãe foi pra lá pra ter ela, geralmente em parte de, de hospital assim o Paraguai, aliás ali nessa cidade que eu morava, até hoje é bem precário, então parte de qualquer doença, qualquer coisa que você precisa no Paraguai você não tem, então a gente sempre recorre ao Brasil, sempre, sempre, ou pra Foz [do Iguaçu], que é o lugar mais perto da minha cidade, fica oitenta quilômetros de Foz [do Iguaçu], então tudo que tu precisa, de médico é, é qualquer coisa nesse setor de doença é a gente vai pro Brasil, sempre pro Brasil (ENTREVISTA: HELENA ALMEIDA FRANZ, GUAÍRA, 2004).

Na entrevista do pequeno agricultor Irineu Zimpel, tal preocupação também aparece de forma bastante peculiar. Quando solicitamos ao entrevistado para que ele fizesse uma avaliação de sua vivência no Paraguai, ele afirmou que a preocupação com a saúde foi um dos fatores que pesaram na hora de decidir ficar no Paraguai ou retornar ao Brasil em 2007, depois de vinte anos morando no Departamento de Canindeyú. Para Irineu,

Eu achava quase melhor lá [Paraguai], só que se você precisar de um médico, aí tudo muda, que nem esse negócio de saúde, muda muito lá [Paraguai], que se você tiver qualquer problema uma dor de cabeça, você não toma um remédio se não tiver o dinheiro na mão para comprar, então isso aqui [Brasil] muda muito nessa parte em relação à lá [Paraguai], aqui [Brasil] tem ajuda do governo e tudo, então você tem uma segurança a mais, a gente lá [Paraguai], nessa parte é sofrido de ajuda (ENTREVISTA: IRINEU ZIMPEL, SANTA HELENA, 2007).

Zimpel deixa transparecer um sentimento de pesar com a saída do Paraguai, dizendo que “eu achava quase melhor lá”, mas as questões de saúde acabam influenciando na hora de decidir – quando se tem a oportunidade de escolha. Isso, em grande medida, auxilia a pensar a questão dos fluxos de pessoas entre os dois Países, especialmente entre as pessoas que

residem em locais próximos ao Brasil ou ao Paraguai. Pessoas que mantêm maior contato com os dois lados da fronteira e que estabelecem as demandas por serviços sociais como educação e saúde.

No Jornal *O Presente*, de Marechal Cândido Rondon (Paraná/Brasil), também há relato em torno da difícil condição de saúde no Paraguai. O denominado *ex-brasiguai* João Carlos Klein que morava em Missal, no oeste do Paraná, e mudou-se para o Paraguai em 1985, para a localidade de Km 18 em Canindeyú, até o ano de 1990, ao voltar para o Brasil, enfatiza que:

A minha irmã passou mal numa segunda feira, mas como as estradas estavam intransitáveis, em decorrência de chuvas, somente no domingo seguinte foi possível trazê-la para Marechal Rondon, onde foi internada com grave risco de vida. Após este acontecimento achamos que era melhor voltar ao Brasil (JORNAL O PRESENTE, 22/11/1996, p. 14).

A questão relativa à saúde e à assistência à saúde foi tema do Relatório de Pesquisa sobre o “Perfil do Migrante Brasileiro e Paraguaio na Fronteira”, realizado pela Diocese de Dourados, no Brasil, e pela de Alto Paraná, no Paraguai, entre os meses de abril e julho de 2004. Foram envolvidas na pesquisa 754 pessoas: 317 eram imigrantes paraguaios domiciliados no Brasil, e 437 eram imigrantes brasileiros domiciliados no Paraguai. O relatório privilegiou informações sobre saúde, assim como sobre economia, educação, situação legal e tendências de mobilidade no interior do grupo de pessoas que fizeram parte da pesquisa.

As amostras que elegemos expor aqui são significativas, e, embora não tenham sido objeto de publicação até então, serviram com direcionador para a atuação da Igreja em relação às pessoas que estão em constante mobilidade. No Paraguai, a pesquisa foi desenvolvida em quatro distritos onde atua a Diocese de Alto Paraná, entre elas estão Salto del Guairá, Espírito Santo de La Paloma, Puente Kyjha (Francisco Caballero Álvares) e Corpus Christi. No Brasil, a pesquisa, sob coordenação da Diocese de Dourados, abrangeu cinco cidades: Mundo Novo, Sete Quedas, Paranhos, Coronel Sapucaia e Ponta Porã.

No que diz respeito às questões sobre a saúde, o Relatório apresenta os seguintes índices:

A maioria dos migrantes, 60,4%, buscam o atendimento em saúde no Brasil. Entre os migrantes que residem nesse País, esse percentual sobe para 86%; e os que residem no Paraguai 43,2% vem cuidar de sua saúde no Brasil. O

serviço de saúde do Paraguai atende 43,2% dos migrantes lá residentes e os 12,2% que vão do Brasil para serem atendidos naquele País. Chama a atenção o grupo de migrantes no Paraguai que buscam o atendimento em ambos os Países 15,3%; o que não ocorre com aqueles que residem no Brasil 1,0% (RELATÓRIO DA EQUIPE SEM FRONTEIRA DA PASTORAL DOS MIGRANTES, 2004, p. 22).

No que se refere às Unidades Federais (Estados) do Brasil que efetuam atendimento à população flutuante entre Brasil e Paraguai, destacam-se Mato Grosso do Sul e Paraná. Conforme as informações tabuladas no Relatório, Mato grosso do Sul responde por 65,7% do atendimento a pessoas que residem ora Brasil, ora no Paraguai e por 76,7% das pessoas que residem no Brasil. O estado do Paraná atende à maior parte da população residente no Paraguai, cerca de 36%; enquanto Mato Grosso do Sul atende em torno de 24% dos residentes no Paraguai. Algumas secretarias municipais no Brasil adotam um sistema de “Cartão” para o pronto atendimento de emergência a pessoas que vivem nas fronteiras e que não possuem documentos⁶⁰.

O Relatório aponta ainda que 59% dos brasileiros que residem no Paraguai procuram serviços de saúde particular para tratamento no Brasil, enquanto cerca de 13% deles procuram os serviços do Sistema Único de Saúde (SUS). Por outro lado, 79% dos paraguaios que residem no Brasil procuram os serviços do SUS, e 9% buscam atendimento em serviços particulares de saúde.

Registramos que os resultados do Relatório sinalizaram para vários tipos de enfermidade, destacando-se a hipertensão, a depressão, o diabetes e o alcoolismo. Segundo a equipe de pesquisadores, o que chamou a atenção, durante o levantamento realizado, foi a dificuldade de se conseguirem informações exatas. Por mais simples e objetivas que fossem as questões havia sempre grande desconfiança por parte das pessoas.

Esse é um aspecto que também notamos em nossa pesquisa, especialmente entre as pessoas mais simples e que moram no Paraguai. Diante da desconfiança que a equipe constatou, houve diagnósticos que não puderam ser definidos e aplicados com exatidão justamente por que as pessoas ocultavam informações sobre saúde. Algumas diziam estar

⁶⁰ No Estado do Paraná o município de São Miguel do Iguazu, que está em torno de 25 quilômetros de distância da fronteira com o Paraguai, adota um sistema de “Cartão” para as pessoas que não possuem documentos e que necessitam de atendimento médico, dessa forma a procura de serviços de saúde nesse pequeno município é grande por parte dos fronteiriços, especialmente os denominados brasiguaios.

gozando de boa saúde, apesar de percebermos que havia entre elas incidência de enfermidades crônicas.

Quanto à área da educação, o que verificamos é que há um grande número de crianças paraguaias estudando em escolas brasileiras – uma situação histórica – especialmente em cidades gêmeas como é o caso de Pedro Juan Caballero e Ponta Porã⁶¹, respectivamente Paraguai e Brasil. Apesar disso, parece inexistir, no Brasil, uma política, em nível nacional, com vistas a criar projetos, ou programas para integração desses estudantes em nível fundamental e médio.

Destacamos que um dos órgãos que têm apontado nessa direção é o Mercosul Educacional, sinalizando para medidas como, por exemplo, o estabelecimento de intercâmbio de professores entre cidades fronteiriças para responder algumas demandas, especialmente em relação a atender e a congregar as práticas culturais dos alunos estrangeiros – paraguaios – que estão inseridos no sistema educacional brasileiro. Outra medida é relativa à preocupação com o domínio do idioma, tanto por alunos que vêm do Paraguai, quanto por alunos brasileiros, que já fazem parte do sistema educacional, no sentido de que a questão do idioma e da cultura possibilitam maior e mais fácil integração. Tem havido também outras propostas, em fase experimental, envolvendo os governos do Brasil e da Argentina, no sul do Brasil e nas províncias fronteiriças argentinas.

No Relatório sobre o “Perfil do migrante Brasileiro e Paraguaio na Fronteira” (2004), houve algumas indicações sobre a questão da escolarização dos filhos, e o que se constatou na amostra foi que havia no Paraguai 70,2% das crianças brasileiras que moravam com seus pais naquele País e lá estudavam; ainda que 11,1% das crianças residiam no Paraguai e todos os dias vinham estudar no Brasil. Constatou-se ainda que, no Brasil, havia 63,3% de crianças paraguaias que viviam com seus pais no Brasil e aqui estudavam; dos paraguaios que moravam no Brasil, 6,7% cruzavam a fronteira todos os dias para estudar no Paraguai. Evidenciamos com base nos números levantados e constantes no Relatório que há um intenso trânsito de pessoas que estudam ou moram em ambos os Países, característica que demonstra a necessidade de políticas públicas no sentido de promover a integração nesse aspecto – educação – que é importante para as relações sociais e culturais entre Brasil e Paraguai.

⁶¹ Esta questão não foi aprofundada por nós, nesse estudo; entretanto, em conversa informal com alguns professores de escolas de Ponta Porã e de Bela Vista, ambas em Mato Grosso do Sul, e que estão próximas de cidades paraguaias, eles disseram seguramente que nas escolas em que lecionam que cerca de 50% dos alunos são paraguaios. Essa constatação é posta aqui apenas com base no que os docentes falaram, uma vez que não procuramos confirmar essa informação com os registros escolares.

Uma questão que dificulta o enquadramento dos estudantes de um e de outro País no sistema de ensino, deu-se em relação à legislação, uma vez que os dois Países possuem terminologias diferentes para tratar determinados níveis de estudo. Isso, algumas vezes, impediu a obtenção de uma resposta mais exata sobre a condição dos estudantes no Brasil e no Paraguai.

Elegemos as questões saúde e educação, que tenderam a aparecer na pesquisa, por acreditarmos que elas são importantes, apesar de não serem as únicas que motivam a procura de serviços e atenção pelos fronteiriços no Brasil, como também não é apenas a questão da terra e dos baixos preços dos produtos importados no Paraguai que são alvo de demanda nas regiões fronteiriças pelos brasileiros. Existem outros pontos, mas, por motivos óbvios, não transparecem nas entrevistas, ou mesmo em relatórios. Por exemplo, a busca por paraguaios de documentos permitidos a brasileiros, como benefícios de pensão e aposentadorias. Muitos logram êxito, especialmente depois de uma vida construída no Paraguai e sabem da necessidade de maior segurança, quando lhes falta elementos básicos que possam garantir o futuro, como um salário mínimo referente à aposentadoria.

Na tentativa de organizar algumas dessas demandas práticas para a pesquisa, convenciamos chamar de “razões dos que retornaram ou pretendem retornar”. Elencamos resultados de três estudos diferentes e auferimos resultados relativos ao Brasil e ao Paraguai, com uma amostra de 832 pessoas.

QUADRO 05 – RAZÕES DOS QUE RETORNARAM OU PRETENDEM RETORNAR

Aspectos	Brasil		Paraguai	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Trabalho	50	12,8%	37	8,4%
Negócio	06	1,5%	05	0,7%
Saúde	86	22,1%	52	11,8%
Educação	57	14,6%	48	10,8%
Seguridade, segurança, perseguição	16	4,1%	36	8,2%
Questões familiares	40	10,3%	11	2,6%
Outra	119	30,6%	30	6,9%
Não possui intenção, não respondeu	15	4,0%	224	50,6%
Totais	389	100%	443	100%

Fonte: Produzido com base nas informações do relatório, “Perfil do Migrante Brasileiro e Paraguaio na Fronteira” 2004. Dissertação de Mestrado, BALLER, Leandro. *Cultura, Identidade e Fronteira*:

transitoriedade Brasil/Paraguai (1980-2005). História. UFGD, Dourados, 2008; e em pesquisa de campo para elaboração da tese (2014).

Procuramos elaborar o quadro tendo como perspectiva pontos que apareceram de forma mais evidente para os fronteiriços. Nesse sentido, focalizamos três aspectos que se destacaram em nossa pesquisa e que também apareceram em outras pesquisas. Fatores que sinalizam para as fragilidades das pessoas que vivem nas fronteiras, ou mesmo em suas tomadas de decisões em relação a viver no Brasil ou no Paraguai, ou seja, não se dá pelo desejo de migrar, mas sim por outras necessidades.

Em primeiro lugar, a amostra revela o alto número de brasileiros ou de descendentes que vivem no Paraguai, mas não têm intenção de retornar ao Brasil. No tocante a esse ponto, nota-se, no Paraguai, que muitos brasileiros que para lá foram ou conseguiram a conquista de propriedade de terras no setor rural, ou alavancaram aumento substancial na quantidade de terras em relação à quantidade que possuíam no Brasil. Essa é uma característica que marca também a forma de reprodução do trabalho agrícola especialmente no sul do Brasil, que é a incessante busca de terras para garantir de certa forma a estabilidade dos filhos, uma vez que o sul do Brasil já não possibilita a repartição de propriedades rurais de pequeno e médio porte, justamente pela fragmentação das propriedades decorrente de várias gerações da família que se enraizaram nesses locais.

Outro fator em relação à permanência no Paraguai é a melhoria nas relações que se construíram entre brasileiros e paraguaios com o passar das décadas, como, por exemplo, o pertencimento nacional àquele País, especialmente com a integração sócio-cultural de milhares de brasileiros que estão no Paraguai. Os fronteiriços afirmam que não voltariam a morar no Brasil, pois o país já não oferece as mesmas condições que o Paraguai, e eles já se sentem paraguaios; muito embora o ponto – integração – seja bastante relativo, ele aparece com frequência como justificativa para a permanência dos brasileiros no Paraguai.

Outro fator é a saúde, este aspecto representa o mais alto nível de reclamações entre as pessoas especialmente pelas dificuldades de acesso aos serviços no Paraguai e pelo alto preço em relação aos tratamentos, quando esses se fazem necessários. Isso faz com que muitos brasileiros que estão no Paraguai queiram voltar ao Brasil. Muito embora essa perspectiva apareça como detectamos claramente no campo de pesquisa, percebemos que em relação ao aspecto do retorno ao Brasil para cuidar da saúde é um objetivo que está voltado às pessoas com idade mais avançada – entende-se que seja pela fragilidade das pessoas mais velhas de idade e a conseqüente necessidade de um acompanhamento médico periódico. Por

outro lado, a questão idade e saúde sinalizam para outro quesito que parece estar diretamente ligado, na percepção dos fronteiriços, o relacionado a auxílios previdenciários existentes no Brasil: aposentadorias, pensões e outras formas de benefícios que a grande maioria das pessoas que retornam do Paraguai, depois de décadas de vivência naquele país, conseguem adquirir no Brasil. Auxílios que representam uma renda fixa para atender a demandas de saúde, por exemplo. Sobre esse ponto, a sociedade ribeirinha ao Lago Internacional de Itaipu no lado brasileiro possui um posicionamento crítico, porque não concorda que isso ocorra, pois há o entendimento de que os paraguaios estão tomando o lugar dos brasileiros nesses benefícios.

Outro quesito é a educação, em que a justificativa de retorno ao Brasil se dá justamente para atender às necessidades educacionais dos filhos pequenos. Esse dado está relacionado especialmente aos níveis de ensino fundamental e médio existentes no Brasil, em que as crianças brasileiras ou descendentes que estão morando no Paraguai encontram dificuldades de aprendizagem. Esta questão vai apresentar o antagonismo com o primeiro aspecto, que afirma que as relações de integração melhoraram e essa – integração – é a justificativa de permanência de grande número de brasileiros no Paraguai. É interessante destacar esse ponto, pois entendemos que a educação escolar é um importante meio de integração sócio-cultural, e ele aparece ao mesmo tempo como justificativa para muitos brasileiros ficarem morando no País vizinho, bem como aparece como justificativa da necessidade de retorno de brasileiros que estão no Paraguai para o Brasil.

Os fatores apresentados nos mostram que o retorno de brasileiros que vivem na região de fronteira no Paraguai está associado na maioria das vezes à assistência social como saúde, aposentadoria, pensão e educação.

Salientamos que outro aspecto que parece preocupar as pessoas – fronteiriços – é o relacionado ao tráfico de ilícitos que fomenta uma extensa rede de produtos e de consumo tanto no Brasil como no Paraguai. Tais problemas não aparecem nas estatísticas com a mesma frequência com que surgem nas entrevistas das pessoas. Geralmente eles são silenciados ou não são registrados, a pedido dos entrevistados. No entanto, isso é algo que preocupa os entrevistados, sobretudo, porque podem envolver filhos e netos. Além de ser de difícil

controle, uma vez que a oferta é grande e o acesso muito fácil; como evidenciamos no trabalho de campo⁶².

O que identificamos na pesquisa, em vários momentos, são as estratégias que os fronteiriços traçam com vistas a garantir melhor sobrevivência e tratamentos mais seguros e dignos para a família, parentes e amigos. Estratégias que muitas vezes assumem característica de ilegalidade⁶³.

Há que registrar que a legislação que aborda essas questões recebe uma leitura conservadora, pois buscam garantir apenas o direito das pessoas que são cidadãos de um município, de um Estado, cerceando outras pessoas do acesso a bens e serviços. O entendimento conservador da lei busca apenas garantir serviços sociais aos cidadãos formais, tornando o sujeito fronteiriço em clandestino, irregular; ou melhor, em ator histórico invisível nas regiões fronteiriças. Essa particularidade é corriqueira, e do ponto de vista da lei, a negligência para com as pessoas que se encontram nessas condições acaba se tornando um crime autorizado⁶⁴.

Ao reconhecermos o intenso movimento de fronteiriços – brasiguaios – transitando entre o Brasil e o Paraguai – embora haja várias versões sobre esse sujeito histórico e sobre os números que os cercam – detectamos a necessidade de fazer com que o acesso a bens e serviços para essas pessoas não fique aquém de seu alcance. Há poucos estudos que mostram ou vão em direção da promoção de ações que possam melhorar a condição de atuação de órgãos binacionais ligados aos dois Países – um exemplo é o Mercosul. Para a integração das pessoas que vivem nas fronteiras, um primeiro passo seria a desburocratização do aparato de leis existente entre os referidos Países em relação aos fronteiriços. A iniciativa regional nas fronteiras internacionais deve atentar para a falta de proporção e homogeneidade no tratamento dos fronteiriços que há entre as legislações dos países que compõem o Mercosul –

⁶² A região oeste do estado do Paraná é um local de grande desenvolvimento agrícola e de manufatura de produtos agrícolas, com uma dinâmica urbano/rural bastante heterogênea, considerando outros locais. Na região, o estabelecimento de Cooperativas e de empresas de manufatura é grande, porém os ganhos giram em torno de um salário e meio para quem inicia em uma empresa. Com isso, é comum muitos jovens iniciarem suas atividades laborais ligadas ao contrabando, especialmente de cigarros do Paraguai, pois em uma ou duas “noites” de “trabalho no lago” como atravessadores ou batedores eles ganham o equivalente ao o que as empresas pagam por mês, essa é uma justificativa que aparece muito entre esses jovens.

⁶³ Os fronteiriços – brasiguaios – promovem estratégias para alcançar bens e serviços no Brasil. Para isso, geralmente, forjam, alteram ou compram documentos, especialmente aqueles que trazem informações sem a necessidade de fotografias como Cadastro de Pessoa Física (CPF), Registro de Nascimento, Título Eleitoral, Certidão de Casamento. A comprovação utilizada é a de contas de telefone, água, energia, ou mesmo de documentos expedidos pelos consulados, mas que passam por falsificação.

⁶⁴ Para saber mais, ver: Lei 6.815/80 artigos 21 e 125; e Artigo V, terceiro parágrafo do Estatuto Penal.

Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Os Estados necessitam produzir novas formas legais para que o espaço fronteiro se construa entre os povos e promova o acesso dos fronteirões aos serviços públicos e privados nos diferentes países.

Da mesma forma que evidenciamos as estratégias dos fronteirões para acessar bens e serviços nos municípios fronteirões tanto no Brasil quanto no Paraguai, percebemos a ilegalidade de algumas ações realizadas que são decorrentes dessa busca por formalidade, legalidade, licitude, própria da situação de fronteira em que o sujeito está exposto. Verificamos que a grande maioria das pessoas que trabalham no Paraguai, incluindo os trabalhadores rurais e os ligados à questão agrária, está naquele País de forma ilegal, o mesmo ocorre no oeste do Paraná e em Mato Grosso do Sul com os paraguaios que se aventuram na prática laboral no Brasil. A situação de fronteira faz com que a condição de fronteiro leve-os a construir ações – mesmo fora da lei – para garantir minimamente a vivência nas zonas de contato entre Brasil e Paraguai.

3.2 A CONSTRUÇÃO DE REPRESENTAÇÕES E A COEXISTÊNCIA SOCIAL

A falta de consenso em torno do número de brasileiros no Paraguai já foi indicada, em 2001, pelo sociólogo Tomás Palau, quando falava da imprecisão dos dados apresentados pelos órgãos, do aumento abusivo em relação a alguns números, da falta de documentação das pessoas em relação ao movimento de entrada e saída do País. O sociólogo alertava para um fator que poucos observam que é a migração múltipla, esta também auxilia na dificuldade de se chegar a um denominador, as estimativas se misturam, e muitas vezes são compreendidas como se todo o processo atendessem especificamente à demanda de entrada de brasileiros no Paraguai; contudo, muitas dessas entradas não podem obedecer a um mesmo plano de avaliação, seja por governos, entidades representacionais, ou mesmo por atores históricos em trânsito.

Segundo Palau,

Se han ensayado varias hipóteses para explicar la situación. Para los autores paraguayos que trataron el tema, se estaría ante un problema de subregistro, ya sea intencional por razones políticas, o no intencional dada la dificultad de registrar una población altamente inestable, en su mayor parte indocumentada y con múltiples movimientos migratorios temporales, parte de los cuales son incluso internacionales (PALAU, 2001, p. 345).

A preocupação com a inconsistência de dados, constatada por Palau, é legítima, o autor percorreu algumas das referências – que também percorremos – e identifica um diversificado corpo de fontes que sustentam estatísticas que nem sempre se confirmam. Parafraseando o percurso bibliográfico de Palau podemos encarar essas questões com a instabilidade que elas nos remetem sobre o problema. Palau e Heikel, em 1987, trabalham com cifras que giram entre 250 e 300 mil brasileiros no Paraguai; Carlos Wagner, em 1992, destaca que, de 1966 a 1986, a entrada de pessoas brasileiras fica em torno de 250 e 350 mil; Cássia Cortez diz que, em 1975, o número era de 40 mil brasileiros no Paraguai e que, em 1984, já eram cerca de 400 mil. Em 1985, ocorreu a III Reunión del Grupo de Cooperación Consular Brasil-Paraguai, realizada em Brasília, momento em que as delegações dos dois países reconheceram a falta de dados precisos para tratar o assunto.

Porém, tais imprecisões já formaram ampla e complexa base de dados para trabalhos. Galeano, por exemplo, trabalhou com o montante de 400 mil em meados dos anos 80, concluindo que essa população decaiu posteriormente, ficando entre 150 e 200 mil em 1994. Em meio a toda essa polêmica, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) fez suas próprias estimativas e concorda que, em 1975, eram 40 mil brasileiros; em 1982, 250 mil; e, ao final no governo Figueiredo, a cifra alcançou 500 mil pessoas.

Pontuamos que há estimativas indicadas por pesquisadores, por órgãos especializados e não especializados. O Censo de Población e Viviendas de 1992 ressalta o número de aproximadamente 116 mil; o Censo Agropecuário de 1991 aponta cerca de 96 mil brasileiros morando no Paraguai; a Dirección General de Migraciones constata, em 1994, o número de 81 mil.

Os dados divulgados pelo Censo de 2002, no Paraguai, apresentam a cifra de 110 mil brasileiros no País, tal resultado também não corresponde às informações divulgadas pela imprensa, baseadas no discurso do embaixador Luiz Augusto de Castro Neves que atuava no Paraguai em 2003. Para ele, reconhece-se a falta de estatísticas concretas, mas tem-se ciência de que é alto o número de brasileiros vivendo e trabalhando no País vizinho. Em matéria ao *Jornal Última Hora*, de Assunção, o embaixador assinala para o fato de os números oficiais compreenderem apenas 25% do total de brasileiros existentes no Paraguai. Reconhece uma totalidade de 450 mil pessoas, a metade seria descendentes, filhos de brasileiros nascidos no Paraguai. Frente a essa questão, o embaixador ressalta que, havendo vontade política de

ambos os governos, a situação dos brasileiros e dos descendentes pode ser regularizada no Paraguai.

Os dados apontados pelo diplomata brasileiro, em 2003, aproximam-se dos números sinalizados pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Ou seja, 80% dos brasileiros que estão vivendo em países da América do Sul estão no Paraguai. De um total, no ano de 2002, de mais de 545 mil pessoas na América do Sul, aproximadamente 442 mil estão no Paraguai. O País fica atrás apenas dos Estados Unidos em número de brasileiros fora do Brasil, segundo o Ministério. Embora os índices estatísticos sejam de grande importância na fonte que traz as considerações do embaixador, ela mostra outras questões também importantes para serem expostas, especialmente em relação às diferenças e às aproximações culturais entre os dois povos.

O embaixador defende uma saída construtiva em que brasileiros e descendentes desenvolvam seus trabalhos, formalizem suas situações e auxiliem no desenvolvimento do Paraguai, o que eliminaria gradativamente assimetrias e aumentaria a aproximação entre paraguaios e brasileiros em ambos os lados da fronteira. O embaixador ainda critica o Projeto de Lei que estava em discussão naquele contexto (2003), no Paraguai, que delimitava uma zona de fronteira naquele País. Enfatiza que o Projeto tem caráter discriminatório e não colabora com os objetivos de integração no Continente e vai na contra-mão da história na contemporaneidade.⁶⁵

A perspectiva do Embaixador brasileiro é crítica no que diz respeito a várias ocorrências que estão em andamento no Paraguai. Podemos exemplificar seu posicionamento em relação ao bispo católico Juan Bautista Gavilán. No ano de 2003, o bispo de Coronel Oviedo, monsenhor Gavilán, acusava os brasileiros que estavam no Paraguai de serem “herederos de los banderantes”, essa acusação é corrente no Paraguai. O Embaixador brasileiro reconhece o direito à livre opinião do bispo, mas ressalta que também é papel da igreja e das pessoas que a representam zelar pela concórdia, harmonia e solidariedade entre os povos, e que muitos brasileiros e/ou descendentes também ouviam o que o bispo expressava naquele momento. O embaixador esclarece que outros bispos e autoridades religiosas do

⁶⁵ A crítica do Embaixador parece representar a posição do governo brasileiro naquele contexto, o Projeto de Lei de Fronteiras de 2003 foi aprovado e tornou-se a LEY N° 2532 – LEY DE FRONTERAS, aprovada no Senado e na Cámara dos Deputados em 2004; e assinada pelo Presidente da República em 2005. No dia 18 de agosto de 2005, a Lei n° 2647 modifica o Artigo 3° da Lei n° 2532. Em 26 de outubro de 2011, o Decreto n° 7525 da Presidência da República e do Ministério de Defesa Nacional do Paraguai regulamenta a “Ley que establece La Zona de Seguridad Fronteriza de la Republica del Paraguay”.

Paraguai, com os quais ele mantém contato, possuem posições diferentes das do monsenhor Gavilán. Todavia entendemos que o contexto era conflituoso e delicado naquela região⁶⁶.

O Editorial do periódico *ABC Color* criticou e chamou a atitude do bispo de *antibrasileñismo insensato y retógrado*.

Es lamentable que un obispo, que se supone llegó a esa jerarquía luego de dar pruebas de madurez, de serenidad de criterio y de experiencia en el manejo de los más delicados y sensibles problemas humanos particulares y sociales, se desbarranque súbitamente y realice esta clase de manifestaciones fanáticas, chauvinistas, injustas y hasta mentirosas, si se considera que aquellos a quienes denomina “poderosos” no son sino otros campesinos, iguales a los nuestros, aunque con mayor poder económico y tecnología, y que eso llama “despojos” no son más que transacciones de compraventa pacíficas y regulares (EDITORIAL: ABC COLOR, 31/08/2003, p. 10).

Percebemos, no conteúdo da fonte da imprensa paraguaia, o discurso crítico do Embaixador brasileiro, em 2003, em que ele não concorda com os números oficiais dos censos; estabelece pontos de vistas reprovando a opinião da autoridade religiosa; não percebe, na criação da zona de fronteira, uma saída para a solução de problemas que vêm se desenrolando por mais de meio século entre Brasil e Paraguai; nega a presença de brasileiros no Paraguai como sendo parte de um plano expansionista do governo brasileiro; e ressalta a falta de vontade política em resolver essas questões nos dois Países.

O Editorial do periódico vai na mesma direção da percepção do Embaixador brasileiro em relação a alguns temas, criticando os pontos que geram atitudes de conflito por parte das pessoas, conforme expresso no texto acima. O periódico reforça a ideia de que violência gera violência. Na opinião do periódico,

Esta clase de declaraciones son ideales para servir de pretexto a la comisión de cualquier atropello a colonos extranjeros: estas acusaciones son las que luego suelen utilizarse para justificar actos de violencia. En esto caso particular, las bandas armadas de campesinos que ya están formadas en nuestro País con el apoyo intelectual y material de organizaciones políticas extranjeras y locales – y no pocas veces con el visto bueno y hasta el aliento de los pastores católicos – que actúan con manos libres para amenazar e intimidar, cortar alambradas, invadir propiedades particulares, incendiar casas, cometer abigeato o robar rollos de madera y tantos otros desmanes encuentran en palabras como las del obispo Gavilán el argumento ideal para

⁶⁶ Neste contexto dois campesinos foram mortos na localidade de *Tekojoja*, em Coronel Oviedo, no momento da invasão de uma propriedade particular, com isso outros 25 trabalhadores rurais foram presos na cadeia regional por terem participação na morte dos campesinos. Outros agricultores diziam que não aceitariam mais as invasões de suas propriedades “para sacar dinero de los brasiguayos”, acusavam o Senador José Nicolás Morínigo e o monsenhor Juan Bautista Gavilán de serem os mentores de tais atos de invasão.

convertir en víctimas suyas a los colonos brasileños, que débiles y están tan desprotegidos frente a esos foragidos como lo están nuestros propietarios rurales en general (EDITORIAL: ABC COLOR, 31/08/2003, p. 10).

Observamos que, tanto o Editorial quanto o Embaixador, defendem a aproximação, a simetria, a regularização da situação documental de pessoas e de propriedades de trabalho para os paraguaios e para os estrangeiros, que estes possam se legalizar e representar o crescimento do País, com o desenvolvimento partindo das pessoas do meio rural e que parecem ser um problema para seus governos: “[...] para que mañana, plenamente integrados, conformen esa población rural trabajadora, próspera, saludable y educada que querríamos tener en los campos paraguayos” (EDITORIAL: ABC COLOR, 31/08/2003, p. 10).

O que percebemos na pesquisa de campo é que existe um discurso bastante próximo e semelhante por parte das pessoas que procuram desenvolver seus trabalhos com este tema, bem como por parte dos camponeses. É nítido que a questão da terra no Paraguai é um assunto polêmico e que se arrasta desde a Independência do País, quiza até mesmo antes.

Dessa forma, a questão se prolongou e atualmente alteraram-se os atores históricos envolvidos, e o que parece comum e ter continuidade desde outros tempos é o discurso naturalizado de que o agricultor paraguaio é o pobre e, no contexto atual, o agricultor brasileiro é o rico, detentor da tecnologia rural, e até mesmo a imprensa repete essa afirmação, que não é uma ordem geral dentro do Paraguai, não é uma regra. É uma questão tão antiga que parece não ter solução, parece estar acima das ações dos homens, sejam eles os próprios agricultores, camponeses, religiosos, intelectuais e, sobretudo, os políticos.

No contexto da fonte jornalística (2003), o Paraguai passava por um conturbado cenário de discussões sobre a Lei de Fronteiras que, em conjunto com questões ligadas à propriedade de terras, fomenta grande número de notícias e informações ao público.

EMBAJADOR BRASILEÑO DICE QUE UNA FRANJA DE SEGURIDAD FRONTERIZA SERÁ DISCRIMINATORIA Y DE CONTRAMANO CON LA HISTORIA

"Hay cerca de 450 mil brasiguayos que viven y trabajan en este país"

"Si hay voluntad política, podemos regularizar la situación de los migrantes brasileños", plantea Luis Augusto de Castro Neves.

ANDRÉS COLMÁN GUTIÉRREZ

"Es un número mágico", admite el embajador de Brasil, Luiz Augusto de Castro Neves, al referirse a la cantidad de inmigrantes oriundos de su país en el Paraguay. Reconoce que no hay registros estadísticos precisos, pero las informaciones que maneja la diplomacia brasileña permite precisar el número de brasiguayos en aproximadamente 450.000 personas. De esta cantidad, el último censo solo reconoce oficialmente a 110.000 personas. Es decir, cerca de 340.000 están en situación ilegal.

Es la primera vez que el embajador brasileño cuantifica y acepta hablar largamente sobre este tema, que se ha vuelto conflictivo, mediático y polémico. "Es un tema que nos preocupa, porque se maneja en base a mitos y prejuicios que no tienen mucho que ver con la realidad. Estamos dialogando con las autoridades paraguayas, planteando un trabajo conjunto para regularizar la situación. Todo dependerá de la voluntad política que exista al respecto", dice.

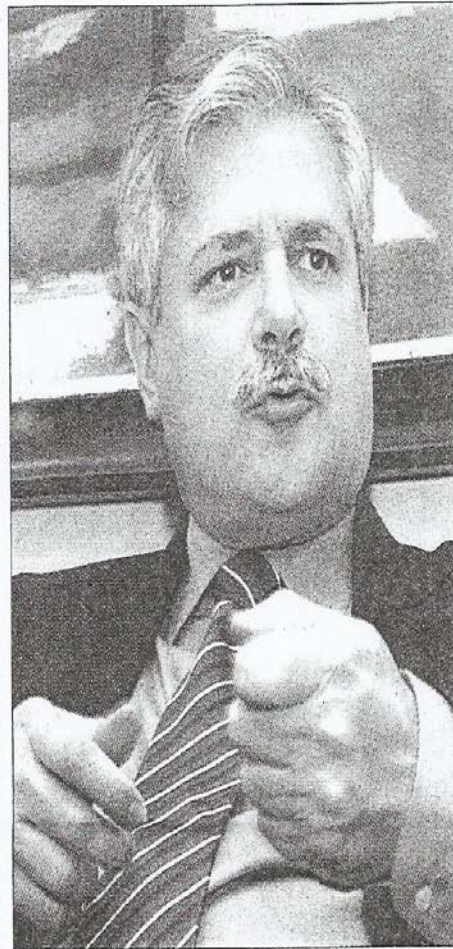
HISTORIA. De Castro Neves niega que la masiva presencia de brasileños en el Paraguay haya respondido a algún plan expansionista de Itamaraty, ni a una presunta política de "fronteras vivas".

"El gobierno de Stroessner, en sus inicios, estaba más volcado hacia Argentina, por la afinidad con el general Perón. Cuando Perón fue derrocado, los militares argentinos que lo suceden tienen cierto enfrentamiento con Stroessner, lo cual es aprovechado

por el presidente brasileño, Juscelino Kubitschek, que le ofrece a Paraguay el puerto franco de Paranaguá, la construcción del Puente de la Amistad y de la carretera internacional. Así, Stroessner sale de su política pendular y se vuelca hacia el Brasil", relata.

Admite que el régimen stronista y también los sucesivos gobiernos alentaron la venida de brasileños al Paraguay. "En estos últimos años, debido a la crisis económica, a la inseguridad jurídica, y a penosos episodios como el intento de soborno de parlamentarios como Julián Sosa a colonos brasileños, muchos han preferido regresar al Brasil. Hubo una importante cantidad de migrantes que volvieron", señala.

CONFLICTOS. El diplomático sostiene que la mitad de los migrantes ya son ciudadanos paraguayos, porque han nacido aquí, o porque han adquirido la nacionalidad paraguaya, aunque haya que avanzar más en la integración cultural. Dice que los problemas entre empresarios sojeros y campesinos paraguayos, con denuncias de compras masivas de tierra, que causan despoblación y éxodo de comunidades, son también "producto de la crisis económica del Paraguay, que por siete años consecutivos registra una caída del Producto Interno Bruto. Eso trae inseguridad y



Embajador brasileño, Luiz Augusto de Castro Neves. CLAUDIO PRIETO.

conflicto social".

En cuanto a las denuncias sobre daños al medio ambiente, dice que no es culpa de los brasileños solamente. "A muchos campesinos paraguayos se les da tierra y se los deja sin asistencia ni infraestructura. Entonces empiezan a vender toda la madera, empobrecen la tierra y luego, un lote que consiguieron del IBR o lo compraron a 180 mil guaraníes la hectárea, lo venden a 10 millones la hectárea, generalmente a un brasileño. Pero estos inmigrantes, al contrario de lo que se cree, mejoran el medio ambiente, porque recuperan el valor del suelo y hacen reforestación", enfatiza.

FRANJA FRONTERIZA. Sobre el proyecto de ley, aún latente, de establecer una franja de seguridad en la frontera, donde se prohíba que los extranjeros tengan tierra, considera que "en caso de aprobarse, sería discriminatorio y de contramano a la historia, al espíritu de integración que buscamos con el Mercosur".

Reconoce que Brasil tiene una ley parecida, que data de 1927, pero ya no se aplica. "Hay muchos paraguayos que tienen propiedades en la frontera brasileña. Conozco a un paraguayo que tiene 50 inmuebles en Foz de Yguazú, y no hay ningún problema", concluye.

Declaraciones de monseñor Gavilán le causaron "perplejidad"

Las declaraciones crítica contra los inmigrantes brasileños, como la del obispo de Coronel Oviedo, monseñor Juan Bautista Gavilán, quien los acusó de ser "herederos de la bandeirantes" en su afán expansionista, le causaron "perplejidad" al embajador Luiz Augusto de Castro Neves, según confie-

sa a Última Hora. "En la democracia todos tenemos derecho a opinar y a tener discrepancias, pero hay declaraciones que me causan perplejidad, porque no se basan en la realidad, sino en prejuicios", refiere.

"Sobre la opinión de monseñor Gavilán, un pastor que debería

defender la concordia, la solidaridad y actuar según una ética cristiana, su forma de hablar es algo agresiva a mi juicio. He hablado con otros obispos paraguayos y tienen una posición distinta", agrega.

El embajador insiste en hallar "una salida constructiva" al pro-

blema. "Queremos que los inmigrantes brasileños sean buenos ciudadanos paraguayos, que cumplan la ley, trabajen, se formalicen y contribuyan al desarrollo de este país, y a eliminar gradualmente las asimetrías de bienestar a los dos lados de la frontera", aclara.

Em outro momento, verificamos questionamentos acerca da integração e/ou expulsão dos brasileiros. Questionamentos que são visualizados em um discurso de duplo sentido em que, por um lado, faz críticas à política governamental sobre a questão agrária, sobre o descaso do Estado paraguaio e exige uma política mais eficaz de contenção de entrada e de permanência de estrangeiros na zona fronteira do País, especialmente de brasileiros. Por outro lado, aponta a necessidade de integração dos estrangeiros à nação guarani, posto que eles representam o setor mais produtivo do Paraguai ⁶⁷.

Neste sentido, constatamos que, quando os números oficiais das estatísticas não representam os brasileiros ou descendentes que residem no Paraguai, outras possibilidades de explicações surgem apresentando uma variedade de proposições que possam representá-los no interior da sociedade paraguaia, como é o caso da atribuição aos brasileiros da produção de soja. Relativamente à produção agrícola no Paraguai, ela se torna uma “faca de dois gumes” para o governo, pois, ao mesmo tempo em que se exige a regulamentação das propriedades em mãos de estrangeiros, ou a aplicação de leis, bem como a da Lei de Fronteiras e do Estatuto Agrário, as autoridades possuem consciência de que irão comprometer os índices que alavancam mundialmente o setor no País.

⁶⁷ É comum, e se dá de maneira natural, a percepção de que, desde que houve a entrada significativa de brasileiros no Paraguai, com maior intensidade a partir da década de 1970, e posteriormente, com a segunda e, em alguns casos, com a terceira geração de descendentes de brasileiros no País, o segmento é que representa ou sustenta os maiores índices de produção agrícola do Paraguai, o que faz com que o País apareça entre os maiores exportadores de grãos do mundo. Cerca de 80% do total da produção do País é atribuída ao cultivo da soja por brasileiros no Paraguai.

ACTUALIDAD

Las relaciones exteriores del Paraguay se han caracterizado por mantener vínculos de buena vecindad y fomentar actividades sociales.

LA PENETRACIÓN BRASILEÑA EN EL PARAGUAY ES IMPARABLE

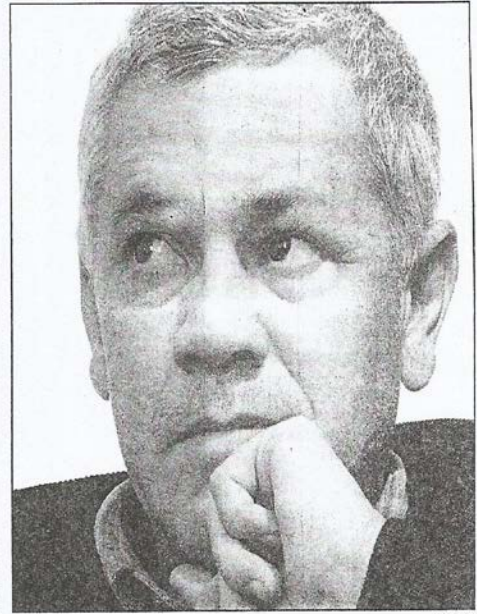
¿Integración... o expulsión?

Congresistas paraguayos han manifestado su preocupación por la cuestión del acceso a la tierra en territorios de frontera, tanto de la Región Occidental como de la Oriental. El avance de colonos brasileños en la línea agrícola Este del Paraguay, podría impulsar la aprobación de una ley que instale una franja de seguridad. Para algunos, el fenómeno produce un avasallamiento cultural mientras que otros creen que el Estado paraguayo debería integrarlos porque son el sector productivo más próspero del país.

POR MARIA DIAZ DE VIVAR



MEDIANO PLAZO. Es posible que los brasileños en el Paraguay sean los que más riqueza aporten.



SOBERANIA. Para Roberto Paredes, los inmigrantes brasileños ya invadieron nuestra frontera.

FONTE: JORNAL TEMPOS DEL MUNDO. ASSUNÇÃO, 04/09/2003, p. 02.

Algumas incursões foram feitas nessa direção, especialmente com a ascensão do governo do então Bispo Fernando Lugo (2008 - 2011), que embora representasse avanço em alguns setores, infelizmente não colheu resultados expressivos, nem para os brasileiros que vivem no Paraguai, e nem para os paraguaios – *carperos*⁶⁸ – que são os maiores reivindicadores de mudanças em relação à propriedade de terras no Paraguai. O ex-mandato do Presidente Lugo abriu margens para especulações, em grande medida criadas pelo próprio setor político de oposição ao seu então governo no Paraguai, que em vários momentos ocasionou conflitos em relação ao tema propriedade de terras, em alguns momentos envolvendo diretamente paraguaios e brasileiros.

⁶⁸ É a denominação que se dá aos sem terras no Paraguai.

Evidenciar algumas reflexões em torno da questão agrária e dos brasileiros no Paraguai, no contexto do ex-governo Lugo, são importantes. O Ejército del Pueblo Paraguayo (EPP), fundado em 1999, teve a sigla EPP oficializada posteriormente. Frequentemente tem realizado acusações sobre a questão de terras e, por isso, causa certa desconfiança em brasileiros e em paraguaios. Especula-se que tal exército estaria ligado às FARC's, o que não se comprova. O EPP surgiu como um ponto de apoio armado do Partido Libre, formado em 1997. Cresceu e tem provocado certo desalento nas pessoas, ao promover sequestros e amedrontamentos, enviando mensagens aos produtores com solicitações a serem cumpridas⁶⁹. O governo travou e trava uma disputa particular, atualmente, com o EPP e colocou um efetivo da Polícia Nacional especialmente para esta incursão. Parte da imprensa de direita atribui a ascensão do EPP, nos últimos anos, à forma como Lugo se posicionou no governo diante de várias incursões realizadas pelo Ejército del Pueblo Paraguayo.

A insegurança no meio rural entre brasileiros que possuem propriedades nas regiões fronteiriças do Paraguai aumentou com o governo de Fernando Lugo, a partir de 2009. Segundo o que se evidencia, o governo apóia em grande medida as ações dos *carperos*, e isso lhes dá força de atuação, no intuito de ocupar propriedades, sejam elas legais ou não. Ao tentar regularizar as propriedades rurais de brasileiros e de descendentes, o ex-presidente Fernando Lugo não foi eficaz em sua política e abre espaço para levantes camponeses violentos, há uma íntima relação dessas questões com as representações sociais no tempo presente na história contemporânea do Paraguai. No sentido de identificar os brasileiros, há novas indicações sobre a condição de ser brasileiro no Paraguai, e que aparecem ilustradas no censo de 2002. Há um novo condicionamento acerca de quem é estrangeiro, uma vez que no País há uma segunda e/ou terceira geração de descendentes brasileiros, assim o número de brasileiros no Paraguai passa a ser reconhecido como de aproximadamente duzentos mil habitantes, a maioria já possui cidadania paraguaia, o que lhes atribui direito legal à propriedade, condição que não é bem aceita pelos movimentos reivindicatórios de terras no Paraguai.

⁶⁹ O longo sequestro do fazendeiro Fidel Zavala do Departamento de Concepción, entre os anos de 2009 e 2010, com mais de três meses de duração, ilustra a atuação do EPP que só o libertou após receber 500 mil dólares de resgate. O EPP intimida produtores ameaçando-os para que estes façam distribuição de alimentos aos mais pobres. O que se constata, na atualidade, nos meios jornalísticos e das Forças Armadas é que o EPP sofreu duros golpes em 2010, quando perdeu três de seus principais articuladores logísticos em operações distintas na zona Central, no Chaco, e em Canindeyú, respectivamente, Nimio Cardozo, Severiano Martínez e Gabriel Zárate Cardoso. Desde o ano de 2005, quando o EPP começou a se tornar uma ameaça declarada já fez 33 vítimas, entre civis e policiais. Em dezembro de 2013, eles mataram o primeiro militar, o Primeiro Sargento César Fernández em Concepción, na zona rural de Horqueta.

As questões mencionadas giram em torno de realidades e de especulações, o que podemos afirmar é que, para o entendimento do processo de transitoriedade entre os dois Países, as representações aparecem, a todo o momento, em diferentes segmentos que compõem os interesses ligados aos brasileiros, seja no centro do Paraguai, seja nas regiões de fronteiras. Para os que estão em contato direto com o meio rural, as manifestações acabam se tornando ainda mais visíveis. O que buscamos apresentar é que se maneja uma compreensão da atividade cambiante em seus aspectos qualitativos na contemporaneidade. Nesse sentido, é importante ressaltar o entendimento que se tem das mudanças contemporâneas para melhor avaliar o movimento das pessoas que estamos estudando na fronteira – os fronteiriços. Segundo Denise Cogo e Pedro Russi Duarte,

As migrações contemporâneas desestabilizam os sentidos de lugar como espaço fixo determinado na lógica estática do estado-nação uma vez que os espaços de fluxos dos migrantes são acionados e se dinamizam justamente no interior e nas intersecções das geografias territoriais e simbólicas nacionais. É, portanto, no interior do concreto sociocultural – pensado como estável e imutável – que se cogitam as propostas de rupturas das fronteiras. Ou seja, a partir da lógica de estabilidade, é possível pensar a impermeabilidade territorial, mas isso não a resguarda de sofrer “desestabilizações” por parte dos indivíduos que a perpassam (COGO; DUARTE, 2006, p. 7).

A partir do momento em que a entrada de pessoas se dá – de modo espontâneo, ou forçado, ou atendendo a projetos políticos –, começa a ocorrer entre o Brasil e o Paraguai algo irrefreável e não regulado. Por isso cremos na necessidade da influência teórica acerca da migração contemporânea para a compreensão do movimento humano na fronteira.

Percebemos entre os fronteiriços que o pertencimento toma forma na ambiência fronteiriça entre os dois Países, notamos os brasiguaios em *dupla desigualdade na região de fronteira*. Para as autoras Maria Geusina da Silva e Vera Maria Ribeiro Nogueira, ao tratarem de aspectos ligados à desigualdade em relação aos fronteiriços na região de fronteira entre o Brasil e o Paraguai,

A fronteira [...], como divisa nacional para o brasiguai é real, nela os limites territoriais, sociais, jurídicos e políticos se fazem presente e operantes através dos Estados nacionais, restringindo-lhes a fruição dos direitos sociais. O sentimento de pertencimento a nação brasileira através da preservação da língua, da descendência, da cultura, da etnia, da moral e da tradição não lhes confere direito algum. Nesse sentido, o sentimento de pertencimento ao território brasileiro expresso pelo brasiguai, muito embora incorpore uma concepção de territorialidade construída pelo debate

contemporâneo sobre a fronteira e território [...] é suprimida, em detrimento de uma organização sócio-espacial pautada pela integração econômica com segmentação e exclusão social (NOGUEIRA; SILVA, 2009, p. 24).

O trânsito de pessoas ganha proporções diferenciadas na fronteira entre Brasil e Paraguai, posto que se verificam conflitos particulares e internos no sujeito, em que ele expõe-se ao movimento de idas e vindas como uma escolha pessoal, por algum motivo. Tais deslocamentos são vistos por nós criticamente em relação à necessidade e aos locais de entrada e saída em distintos grupos sociais ou diferentes nações.⁷⁰ O espaço do Estado nacional é reconhecido como intrinsecamente soberano e limitado, o que Benedict Anderson vai chamar de *comunidade política imaginada*. Debruçando-se sobre a nação e sobre o nacionalismo do Estado, um objeto que se acomoda em distintos contextos e locais, o autor anota que

Na concepção moderna, a soberania do Estado opera de forma integral, terminante e homogênea sobre cada centímetro quadrado de um território legalmente demarcado. Mas, o imaginário mais antigo, onde os Estados eram definidos por centros, as fronteiras eram porosas e indistintas, e as soberanias se esvaeciam imperceptivelmente uma dentro da outra (ANDERSON, 2008, p. 48).

Dadas pela compreensão das concepções de Benedict Anderson, as manifestações dos fronteirãos, pelo que percebemos nas pesquisas, no que se refere à entrada nos dois Países, mostram-se muito próximas do imaginário antigo em que as fronteiras dos Estados nacionais surgiam como limites porosos praticamente inexistentes, e como possibilidade para o exercício de práticas, em oposição havia um núcleo emanador de manifestações. Na percepção da concepção moderna, o que não ocorre é o alcance da possibilidade que esbarra no que chamamos aqui de ‘legalmente demarcado’, tanto pelos fronteirãos no Brasil, quando buscam acessar bens e serviços, quanto por suas ações no Paraguai quando procuram obter a posse das terras com os devidos documentos. É uma *dupla desigualdade*, em que o

⁷⁰ Em conversa com um sujeito histórico que não permitiu a gravação – por ser ‘batedor’ de cargas de cigarros – a pessoa diz mais ou menos assim “[...] eu faço o acompanhamento do produto desde o Paraguai, muitas vezes eu até negocio o preço, as condições, essas coisas sabe? E se precisar eu atravesso o Brasil todo cuidando do produto. Eu levo isso como uma aventura, às vezes de carro, às vezes de moto, de caminhonete, sei que daqui uns tempos vou parar e levar tudo numa boa, mas hoje, hoje mesmo eu gosto disso, mas assim, eu não coloco a vida de ninguém em risco não, muito menos a minha, e trabalho sozinho, eu escolhi isso e se um dia eu for pego me entrego na hora, por que sei que logo, logo saio da cadeia, eu optei por trabalhar sozinho, do meu jeito” (RELATO NÃO GRAVADO, 2013).

pertencimento nacional dos atores históricos está ligado a um lugar que não lhes pertence dada as condições pelo Estado.

A entrada de pessoas nos limites fronteiriços do Brasil e do Paraguai deixou de ser um problema de força nacional, a partir do momento em que os exércitos recolheram suas armas na América do Sul, como se evidencia com a entrada de milhares de paraguaios na Argentina, e outros milhares de brasileiros no Paraguai, durante toda a segunda metade do século XX. Moral e existencialmente todos sabemos que fazemos parte de uma ou de outra nação, mas atualmente a noção de fronteira como definidora da nação perpassa o conceito de fronteira como limite de um rio a ser transpassado. A fronteira nos apresenta uma dimensão que desliza para ambos os lados das nações em paz, ela aflora lembranças, e enaltece convivências. Todavia, há ponderações conspiratórias e que insistem como sendo uma invasão territorial, mas essa alegação não faz sentido, não possui justificativas para tal ocorrência, a não ser a própria dinâmica que a fronteira e os fronteiriços construíram em conjunto de ambos os lados das nações.

Nesse sentido, as preocupações institucionais que promovem acordos, tratados e assinaturas buscam, com essas ações diplomáticas, apenas manter o que se colhe há várias décadas, que é a calma natural da fronteira da forma como corriqueiramente ela se apresenta, é a calma provocada pela civilidade das pessoas que promovem a ocupação do espaço fronteiriço.

Outras preocupações buscam perceber, nos espaços fronteiriços e na atividade de transposição da fronteira, o esgarçamento dos Estados nacionais, os fronteiriços envolvidos nos espaços fronteiriços sabem da normalidade de um dia de trabalho, de compra e venda de importados, de negociação de propriedade de terras, essa é a tônica da função que a fronteira exerceu e exerce, na América do Sul, nas últimas décadas. Entre Brasil e Paraguai, em vários locais, essa perspectiva se comprova. Na ambiência da fronteira, todos sabem a que nação pertencem, qual povo lhe é comum. A representação que fazem desse espaço é como algo que cotidianamente suporta práticas sociais, culturais, religiosas, comerciais e políticas em relação às atividades que ali se desenvolvem.

Desse modo, a compreensão em torno do campo de trabalho sinaliza para uma percepção de que tempo e espaço não significam um princípio de inteligibilidade, não indicam mais a ideia de progresso. Isso pode ser verificado quando vemos modelos ou sistemas, ditos eternos e sólidos, caírem diante de nós, o que nos leva a notar as figuras de

excesso como o tempo e o espaço transformando a realidade, muito embora isso não tenha sido planejado. Em grande medida é o que ocorre com os fronteiriços, pois eles são colocados na dualidade temporal e espacial, algo percebido por nós, mas praticado inconscientemente por eles, praticado muitas vezes de forma ilegal, ou irregular.

Em conversa com o pescador Miguel Pereira, ele deixa transparecer as formas de praticar o irregular. De forma bastante simples e direta, ele nos conta como faz para comprar determinados materiais no Paraguai, por exemplo, tábuas para fazer outro barco. Ele diz:

Eu costumo ir ainda pra lá [Paraguai], amanhã mesmo, já tô indo pra lá [Paraguai] de novo. Amanhã eu vou lá [Paraguai] compra umas tábua pra fazer um barquinho que os nosso já apodreceu tudo, [...] lá [Paraguai] é mais barato. Mas além de pagar a madeira, tende pagar pro oficial se nós quiser trazer ela pro Brasil [...] e tem que pagar para as autoridade também, senão as polícia daqui tomam né, senão eles não deixa nós atravessar nem uma tábua [...], além de falar com as polícia daqui [Brasil], com as autoridades, tem que comprar a madeira na serraria e falar com o oficial de lá [Paraguai] também, tem que pagar pro oficial também [...], se paga aí uns trinta, quarenta mil guarani pra eles liberar e tal, pra atravessar pra cá [Brasil], senão nós não atravessa também (ENTREVISTA: MIGUEL PEREIRA, PORTO MENDES, 2003).

O contexto de vida do pescador Miguel mostra sua atitude em relação ao que ele nos disse naquele momento. Saiu de Naviraí, em Mato Grosso do Sul, há vários anos, adquiriu terras na então localidade de Porto Mendes Gonçalves, no Paraná. Logo depois a terra foi alagada pelas águas de Itaipu, a falta de documentos das terras que havia adquirido não possibilitou o recebimento de indenização. A partir daí passou a viver entre Brasil e Paraguai com a atividade da pesca, o que também não é sua atividade única. Segundo ele, vários meses do ano não há o que pescar, desse modo, vive uma vida itinerante, como ele diz, “em cima dessas águas”.

Ele conta que foi “mora na ilha onde é [...], meu pai tinha uma ilha também, umas terras, depois, né, ele vendeu, foi pra Rondônia e eu fiquei, né [...], isso, eu tava com dezoito anos pra dezenove anos” (ENTREVISTA: MIGUEL PEREIRA, PORTO MENDES, 2003). Nas ilhas do rio Paraná, geralmente, as pessoas vivem em situações precárias de serviços e de condição humana.

O ator histórico vive e produz suas próprias práticas sociais condizente com o meio em que ele habita entre os dois Países, morando grande parte do tempo em uma pequena ilha, pescando para tirar seu sustento e agindo conforme as demandas dos mencionados Países e

conforme o que ele necessita. Notamos na história de vida do fronteiro Miguel Pereira um pouco do que a reflexão de Marc Augé designa de não lugar. Para este autor, o não lugar está diretamente ligado à produção de lugar; de novos e diferentes lugares pelos agentes sociais partícipes da história que moldam, de maneira peculiar e natural, formas de exercer práticas sociais, inclusive as irregulares, as ilegais. Para Miguel Pereira se torna funcional, por que sua atitude em relação à compra de mercadoria também não lhe condiz como legal, embora enquanto amostra representativa soe praticamente como irrelevante, mas compõe seu *modus vivendi*. Para Augé,

O usuário do não lugar é sempre obrigado a provar sua inocência. O controle a priori ou a posteriori da identidade e do contrato coloca o espaço do consumo contemporâneo sob o signo do não lugar: só se tem acesso a ele se inocente. As palavras aqui quase não funcionam mais. Não existe individualização (de direito ao anonimato) sem controle de identidade. É bom que se entenda que os critérios de inocência são os critérios convencionados e oficiais da identidade individual [...], o espaço do não lugar liberta de suas determinações habituais quem nele penetra. Ele não é mais do que aquilo que faz ou vive como passageiro, cliente, chofer (AUGÉ, 2012, p. 94).

O fronteiro – neste caso um pescador – para não correr risco de ser culpado do ilícito, acaba pagando aos “oficiais” para manter a acreditada inocência e continuar com seu trabalho, com sua vida, com suas práticas simples e de afirmações contundentes. O discurso de Miguel Pereira pode ser multiplicado e representar outras e inúmeras formas de ilícitos produzidos na fronteira, efetuados por outras pessoas e em que a corrupção mostra sua face de forma clara e se impõe com naturalidade nos dois lados da fronteira.

A imagem serena que o entrevistado nos passa não comporta em nada a sua situação de fronteiro, desde as questões mais comuns do cotidiano, como a despreocupação com a qualidade da água que ele bebe que geralmente vem do Lago Internacional de Itaipu, com a garantia da comida provinda da pesca, até ao que ele percebe como as contravenções que aprendeu para viver nessa situação. Para a pesquisa, a entrevista de Miguel é emblemática, não por ele ter a coragem de expor certas situações – que outros entrevistados enunciam, mas de modo anônimo – mas sim porque percebemos, por meio desse ator histórico, o como a experiência social está sendo formada em Porto Mendes, fronteira Brasil/Paraguai.

O local de vivência do pescador Miguel Pereira é Porto Mendes Gonçalves – que passou a ser apenas Porto Mendes após o fechamento e alagamento do Porto. Esse local

possui a especificidade de receber a entrada e a circulação de pessoas que, há alguns séculos, inseriram-no no complexo mundo das relações entre povos de diferentes países. Esse espaço fronteiriço registra as primeiras *partidas* de espanhóis e portugueses no interior do Brasil; é palco da questão da Mate Laranjeira que trazia erva mate do Paraguai passando pelo Brasil e vendendo na Argentina. O Porto funcionava como uma referência para a região entre Brasil, Paraguai e Argentina, localizava-se nessa ambiência a obra de propriedade de um Argentino que operava com mão de obra paraguaia na barranca do Rio, na margem brasileira. Esses são alguns temas que acumulam uma interessante literatura com questões importantes de serem problematizadas, no decorrer dos séculos, como, por exemplo, a expulsão dos jesuítas; a polêmica em torno das divisas após a Guerra da Tríplice Aliança; o vai e vem de milhares de pessoas, nas últimas décadas, entre Brasil e Paraguai, entre outros. Histórias que aos poucos vão sendo escritas sobre o oeste do Paraná.

O que procuramos evidenciar é que, na atualidade, as questões postas por Miguel, por exemplo, mostram a postura que esses novos momentos da fronteira estão assumindo, uma experiência que é individual e que não passa despercebida na dinâmica fronteiriça, permite-nos perceber que as experiências das pessoas que circulam por tais espaços não podem ser encaradas apenas como um discurso que mostra a diversidade fronteiriça. Mas, sobretudo, que essa diversidade traduz, em grande medida, as vidas das pessoas da região que são pautadas nas práticas cotidianas dos sujeitos que vivificam a fronteira entre Brasil e Paraguai em suas mais variadas e diversas formas de concebê-la.

Da mesma forma, constatamos que os sujeitos fronteiriços, na relação com os lugares fronteiriços, possuem duas realidades. Primeiro que os lugares não são constituídos de forma institucionalizada, e, segundo, é na relação que as pessoas mantêm com esses lugares que se afirma a sua situação de fronteiriço. Compreendemos então que esses locais são complementares, distintos e, de certa forma, intermedeiam as relações com outros grupos de pessoas, ou indivíduos, bem como a produção da sociabilidade. Essas relações criam tanto aproximações quanto afastamentos, pois os fronteiriços estão inseridos em espaços opostos ao de costume, como a residência, o lar, ou o lugar personalizado como é o caso das instituições. A ligação com o não lugar se dá de forma não contratual, em que, na maioria das vezes, apenas a palavra falada funciona como forma e validade de comprovação. A autorização para os deslocamentos que os fronteiriços necessitam fazer é informal; muitas vezes, para que ela

seja concedida é necessário pagar. Percebemos que a interação cotidiana é marcante na formação de um local para a formação de um sujeito fronteiriço.

O movimento de pessoas entre Brasil e Paraguai auxilia no entendimento das relações de coexistência entre elas, bem como a compreensão dos espaços que os dois Países utilizam enquanto orientadores de ações políticas, econômicas, culturais, enfim, de produção de sociabilidades nessa ambiência. Como já observamos anteriormente, a transitoriedade ocorre tanto em relação aos aspectos pensados em projetos desenvolvidos no plano político governamental entre os governos brasileiros e paraguaios, quanto em relação ao movimento espontâneo das pessoas em busca de melhores condições de vida.

As características políticas e econômicas atuam diretamente nas duas frentes, mas é o *modus vivendi* das pessoas que produz as manifestações culturais que são praticadas no cotidiano, provocando múltiplas possibilidades de coexistência. O que pode ser visualizado na religiosidade, no vestuário, nos hábitos alimentares, nas festividades. Esses aspectos vão traduzir-se em uma cultura fronteiriça, produzida tanto por brasileiros quanto por paraguaios; na maioria das vezes, independente do país onde é o lugar de origem do fronteiriço. O que importa é o lugar de seu pertencimento.

Cumpre-nos sublinhar, todavia, que a condição de fronteiriço, especialmente a do sujeito brasiguai, leva-o a situações perversas, desde a prática de ilegalidades para o acesso a bens e serviços, até à condição pessoal em relação ao Estado, uma vez que os brasiguaios são considerados como apátridas, excluídos das/nas políticas públicas, não estão sob a tutela de nenhum Estado. Poucos possuem documentação legal e regular, o que os coloca em situação de insegurança, sem direitos a exigir. A situação, na maioria das vezes, não é circunstancial e sim permanente, pois os meios de acessar as condições propícias para que possam suprir as demandas em relação aos direitos de Estado não lhes é assegurada, deixando-os em situação precária em relação a questões que, a princípio, são básicas, como a emissão de um documento oficial, a escritura de uma propriedade, o atendimento em setores públicos. É comum o ator histórico apresentar uma condição de abandono social, no espaço transnacional, a fronteira entre Brasil e Paraguai.

3.3 A IMPRENSA E AS LEIS: AÇÕES E REPRESENTAÇÕES DA QUESTÃO RURAL NO PARAGUAI

No sentido de discutir o caráter transnacional da situação rural, queremos evidenciar, de maneira mais pontual, a questão agrária e a de propriedades rurais de brasileiros, em zona de fronteira no Paraguai. Justamente porque a Lei que estabelece a Zona de Segurança Fronteiriça da República do Paraguai passou a vigorar após 2004. Lei que “establece zona de seguridad fronteriza, la franja de 50 kilómetros adyacente a las líneas de frontera terrestre y fluvial dentro del territorio nacional” (ARTÍCULO 1º, LEI Nº 2532, de 09/12/2004). Logo, nenhuma propriedade estrangeira poderia estar situada nesse espaço delimitado, se adquirida posteriormente à data da lei.

Apesar de a Lei de Zona de Segurança Fronteiriça do Paraguai ter passado a vigorar no final de 2004, já havia um direcionador, o Estatuto Agrário do Paraguai, do ano de 2002, que, no primeiro capítulo do Título VI trata de “la adjudicación de lotes en Asentamientos Oficiales”, e destaca, especificamente, no Artigo 45:

Adjudicación limitada en tierras de frontera. En los asentamientos oficiales las tierras serán adjudicadas exclusivamente a ciudadanos paraguayos, salvo la excepción establecida en la presente ley. En las colonizaciones privadas que se creen a partir de la promulgación de la presente ley en tierras de frontera, consideradas las mismas como la franja del territorio nacional que se extiende a partir de sus límites hasta una profundidad de 50 kilómetros, los lotes resultantes serán adjudicados en una proporción no menor del 50% (cincuenta por ciento) a ciudadanos paraguayos (ESTATUTO AGRARIO DEL PARAGUAY, 2002).

A questão agrária e especialmente o ingresso de brasileiros no Paraguai são difundidos pela imprensa daquele País, de maneira bastante eloquente, no início do século XXI, momento em que se discutem novas propostas de regulamentação das leis no País. A intensidade dos pontos que vêm à tona, de certa forma e, em vários momentos, vão na contra-mão do que muitas lideranças políticas visualizam como uma saída sem conflitos. Algumas dessas leis dificultam políticas, que, ao invés de promoverem a integração e o desenvolvimento nas regiões fronteiriças, acabam distanciando cada vez mais as pessoas e, em consequência, as forças políticas que buscam essa aproximação no intuito de equacionar os problemas.

É mister atentar para o fato de algumas autoridades paraguaias defenderem, com maior ênfase, a promulgação dessas propostas definitivamente como forma de lei, posto que,

por exemplo, o Brasil e a Argentina – vizinhos históricos do Paraguai – possuem diretrizes que regulamentam a região fronteiriça interna, desde o início do século XX⁷¹. O Brasil possui a Lei de fronteiras desde 1927, sendo que foi regulamentada no ano de 1938. Na atualidade as diretrizes da Lei não se aplicam em sua totalidade, inclusive por que ao longo da fronteira entre Brasil e Paraguai existem vários estrangeiros com negócios que envolvem propriedades de imigrantes não brasileiros, no interior da faixa de fronteira.⁷²

Hoje não é possível falar de uma política do governo brasileiro para expandir fronteiras dentro de países vizinhos, como o Paraguai, por meio do desenvolvimento da agricultura, até mesmo porque há maior aproximação deste País com seus vizinhos sul-americanos cuja língua oficial é a mesma – o espanhol. Embora se reconheça o Brasil como o maior e mais poderoso país da América do Sul, a condição de fronteira e a dos fronteiriços não é fator que determina tal engrandecimento. O que o Brasil admite politicamente é a aproximação em pontos específicos com relações bilaterais afinadas que tem com o Paraguai e se prolonga desde o início da segunda metade do século XX. Elas estão baseadas na abertura do Paraguai para promover o comércio, em que o Brasil é um caminho possível que pode ser utilizado por aquele País para fortalecer as comunicações e os transportes de maneira independente da Argentina.⁷³

⁷¹ O tratamento que a Constituição brasileira dá para a fronteira marca-se por duas formas diferentes. Primeira, é a *linha de fronteira* que demarca e limita dois países que têm fronteira comum. Segunda, é a *faixa de fronteira* uma zona que pertence ao bem público da União. No Brasil a faixa de fronteira estabelece 150 quilômetros contíguos aos Estados estrangeiros. A primeira regulamentação da faixa de fronteira obedece ao Decreto-Lei nº 852, de 1938, **constante** no Artigo II, Inciso V. Na Constituição Federal de 1988, ela é mantida no Artigo XX, Parágrafo II.

⁷² No município de Foz de Iguaçu, no oeste do estado do Paraná, essa condição é bastante normal, a cidade é um polo que reúne grande diversidade étnica no gerenciamento de negócios que vão desde o turismo até às atividades agrícolas. A situação de fronteira para o Município não lhe dá a condição de reivindicar o que dita a Lei de fronteiras do Brasil. Nos demais municípios que se prolongam na costa oeste do estado do Paraná, a condição é a mesma.

⁷³ A leitura política que a diplomacia brasileira admite dessa relação é a de que, com a queda de Perón na Argentina, o segmento que o sucedeu promoveu certo enfrentamento a Stroessner, que tinha afinidade com Perón. Embora em um governo ditatorial personalista as afinidades nem sempre possam ser consideradas, sejam externas ou internas, no caso de Stroessner não havia lugar para se fazer política de exibição ou mesmo de substituição no poder no Paraguai. O governo brasileiro utilizou este contexto mais conturbado entre as autoridades dos dois Países para se aproximar do Paraguai e na oportunidade lhe ofereceu porto franco para operar em Paranaguá, propôs e construiu a Ponte Internacional da Amizade entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este – então denominada de Puerto Presidente Stroessner – e a estrada Carretera Internacional, que liga o Brasil com o interior do Paraguai por meio da Ponte da Amizade. Acredita-se que nesse período as conversações sobre a possibilidade de se construir uma estação hidrelétrica entre os dois Países já existiam, o que posteriormente, em 1973, motivou o Tratado de Itaipu e sua engenhosa construção. Dessa forma a diplomacia brasileira apura que o Paraguai sai de uma política pendular exercida há séculos com a Argentina e se volta mais ao Brasil, a partir de meados da década de 1950.

Também podemos perceber melhor as ações do governo paraguaio, na região Leste, em estudos elaborados por pesquisadores do Paraguai, no ano de 1975, na área de abrangência de Itaipu. Esses estudos geraram uma série de relatórios intitulados *Investigaciones Historicas, socioculturales y Arqueologicas del Area de Itaipú*, produzidos entre os anos de 1975 e 1979. Nos Relatórios percebe-se a implementação de ações do governo paraguaio que vinham ocorrendo, desde meados da década de 1930, direcionadas ao leste paraguaio, segundo consta no *Informe Final*. Para sermos mais precisos, o processo inicia-se com a planificação da colonização do eixo leste, num primeiro momento com “las Colonias ‘Pioneras’ de la región Este que corresponden al Departamento de Caaguazú e se acentaron a partir del año 35” (FOGEL, 1975, p. 89).

Nesse sentido observa-se nos Relatórios que, nos anos posteriores, entre 1955 e 1973, foram criadas em torno de 350 Colônias, divididas de duas formas, as Colônias Oficiais e as Colônias Privadas, nos departamentos de Alto Paraná, Caaguazu e Canindeyú. Nesse período, a Colonização Oficial criou 53.637 lotes rurais que equivalem a 1.611.412 hectares de terras, e a Colonização Privada criou 11.279 lotes em torno de 543.503 hectares de terras. As duas formas de colonização impulsionaram a região leste com um total de 2.154.915 hectares de terras para serem vendidas em praticamente 65.000 lotes (CF.: FOGEL, 1975, p. 89).

Junto à colonização pioneira, a privada e a oficial no Paraguai, outras formas de investimentos se deram, justamente para que essas colônias se tornassem atrativas:

La apertura y pavimentado de la Ruta 7, el ramal Cnel. Oviedo – Curuguaty – Saltos del Guairá, la fundación de Puerto Presidente Stroessner y la construcción del puente internacional Paraguai–Brasil fueron los factores decisivos que favorecieron la rapidísima expansión de las Colonias en el Eje Este (FOGEL, 1975, p. 89).

As ações foram tomadas, em grande medida, no decorrer do mandato de Stroessner, a partir da instituição interministerial de coordenação do governo paraguaio, no *Consejo Nacional de Progreso Social*, criada no ano de 1967 que planificou diversas ações conjuntas internamente e estabeleceu os objetivos gerais de desenvolvimento rural integrado no eixo leste, na segunda metade do século XX.

A visível transformação da região leste do Paraguai, após os anos 1950, não apenas em relação à quantidade de terras e de programas de governo em obras públicas voltadas para aquele espaço, senão pela percepção de que, em vinte anos (1955-1974), ocorreu uma nova

forma de ocupação do espaço em relação ao modelo de posse da propriedade de terra por parte dos trabalhadores rurais.

QUADRO 06: ESTRUTURA DA POSSE DA TERRA NO LESTE DO PARAGUAI (1904 – 1974)

Período	Número de Títulos	Ocupantes	Arrendatários	Proprietários
1904 - 1954	10.023	92%	5%	4%
1955 - 1974	71.000	38,5%	11,5%	50%

Fonte: Produzido a partir dos dados das Investigaciones Historicas, Socioculturales y Arqueologicas del Area de Itaipú. FOGEL, 1975, p. 87-88.

O período que compreende 70 anos (1904-1974) e perfaz grande parte do século XX mostra, em duas diferentes etapas, as profundas transformações em todos os parâmetros elencados em relação à estrutura de posse de terras no leste paraguaio, desde o aumento considerável do número de títulos entregues, até a alteração completa nos índices compreendidos percentualmente entre os arrendatários, *meros* ocupantes ou intrusos, e proprietários nesse período. O que de maneira mais visível chama a atenção é a redução do número de *meros* ocupantes e o aumento do número de proprietários.

Embora o período tabulado mostre informações comparáveis interessantes para o estudo das transformações da estrutura ligadas à propriedade de terras, o período da segunda etapa, que se situa entre os anos de 1955-1974, apresenta variáveis que apontam de maneira ainda mais sensível essas transformações.

QUADRO 07: ESTRUTURA DA POSSE DA TERRA NO LESTE DO PARAGUAI (1956 – 1973)

Período	Ocupantes		Arrendatários		Proprietários	
	Número	%	Número	%	Número	%
1956	73.314	49	17.950	12	58.350	39
1973	56.000	28	22.000	11	122.000	61

Fonte: Produzido a partir dos dados das Investigaciones Historicas, Socioculturales y Arqueologicas del Area de Itaipú. FOGEL, 1975, p. 88.

O índice que mais se destaca entre as datas tabuladas é o do aumento de proprietários de terras no ano de 1973, que passa a ser de 61% do total nas propriedades do leste do Paraguai, superando em 11% a média do período. Ainda compreendendo os anos de 1956 e 1973, em relação ao tamanho das propriedades, uma vez que se constata nos Relatórios, e que não está inserida nas tabulações acima há a redução de 30% no número de propriedades de menos de 10 hectares, as parcelas compreendidas entre 10 e 19,9 hectares aumentaram 39%,

dobrou o número de proprietários que possuíam entre 20 e 99,9 hectares, e, por último, manteve-se igual a quantidade de propriedades que têm mais de 100 hectares (CF.: FOGEL, 1975, p. 87-88).

Com base nas informações, percebemos que a estrutura de terras no leste do Paraguai permaneceu com as grandes propriedades, houve o aumento gradativo das parcelas consideradas médias, e a redução da pequena propriedade, num contexto em que a entrada de brasileiros no País aumentava consideravelmente, em grande medida orquestrada pela manipulação política nos dois Países e suas *marchas*; com isso cresce sobremaneira a concentração de terra.

Na região de fronteira percebe-se, hoje, que o gerenciamento necessário para o estabelecimento das diretrizes entre Paraguai e Brasil, em relação à propriedade de terras e aos agricultores que trabalham nesse espaço fronteiriço, tem se tornado um mecanismo para manipulação política. Ou seja, quando interessa ao segmento político, o problema relativo à propriedade de terras surge com forte presença nas discussões internas nos dois Países, porém, na maioria do tempo, ela permanece esquecida.

Anteriormente trouxemos à baila a discussão ocorrida no ano de 2003 em que o embaixador do Brasil no Paraguai, Luis Augusto de Castro Neves, reconhece a falta de vontade política para regularizar alguns pontos que envolvem brasileiros naquele País. O diplomata sustenta a ideia de que aproximadamente metade dos brasileiros e descendentes são cidadãos paraguaios, cerca de 200 mil pessoas, de primeira ou segunda geração de brasileiros, que trabalham, moram e estudam no Paraguai. Para ele, é papel do governo paraguaio reconhecê-los e emitir documentos para que possam exercer suas atividades, seus deveres e seus direitos. Segundo o embaixador,

[...] es un tema que nos preocupa, porque se maneja en base a mitos y prejuicios que no tienen mucho que ver con la realidad. Estamos dialogando con las autoridades paraguayas, planteando un trabajo conjunto para regularizar la situación. Todo dependerá de la voluntad política que exista al respecto (ULTIMA HORA, 27/09/2003, p. 26).

A crítica de ambos os lados mostra os descontentamentos com a situação no Paraguai. Nessa direção, atentamos para o problema agrário, que provoca ainda mais a insatisfação das pessoas em relação às políticas de governo implementadas no País, no início do século XXI. Para entendermos os problemas relativos à propriedade da terra no Paraguai, convém fazermos breve retrospectiva que compreende o período do século XIX ao XXI.

Entre os anos de 1854 e 1881, muitas pessoas – no meio político paraguaio – já defendiam uma Reforma Agrária no País. Nesse contexto, foram formadas 105 colônias públicas sobre terras fiscais para proporcionar terra aos pequenos agricultores. Segundo estudos sobre o assunto, isso provocou grande desigualdade na propriedade de terras, situação que não se modificou, de forma significativa, após tal acontecimento.

Objetivamos, contudo, ver um pouco além desses estudos, por exemplo, o fato de o Estado paraguaio não ter tido preocupação com a distribuição de terras em outros tempos, em que a produção baseava-se na criação de gado em grandes extensões de terra; na extração florestal, especialmente da madeira de lei; e na produção da erva mate, logo, a questão agrária, especialmente a da distribuição de terras para o cultivo de pequenos agricultores, foi relegada a outro plano.

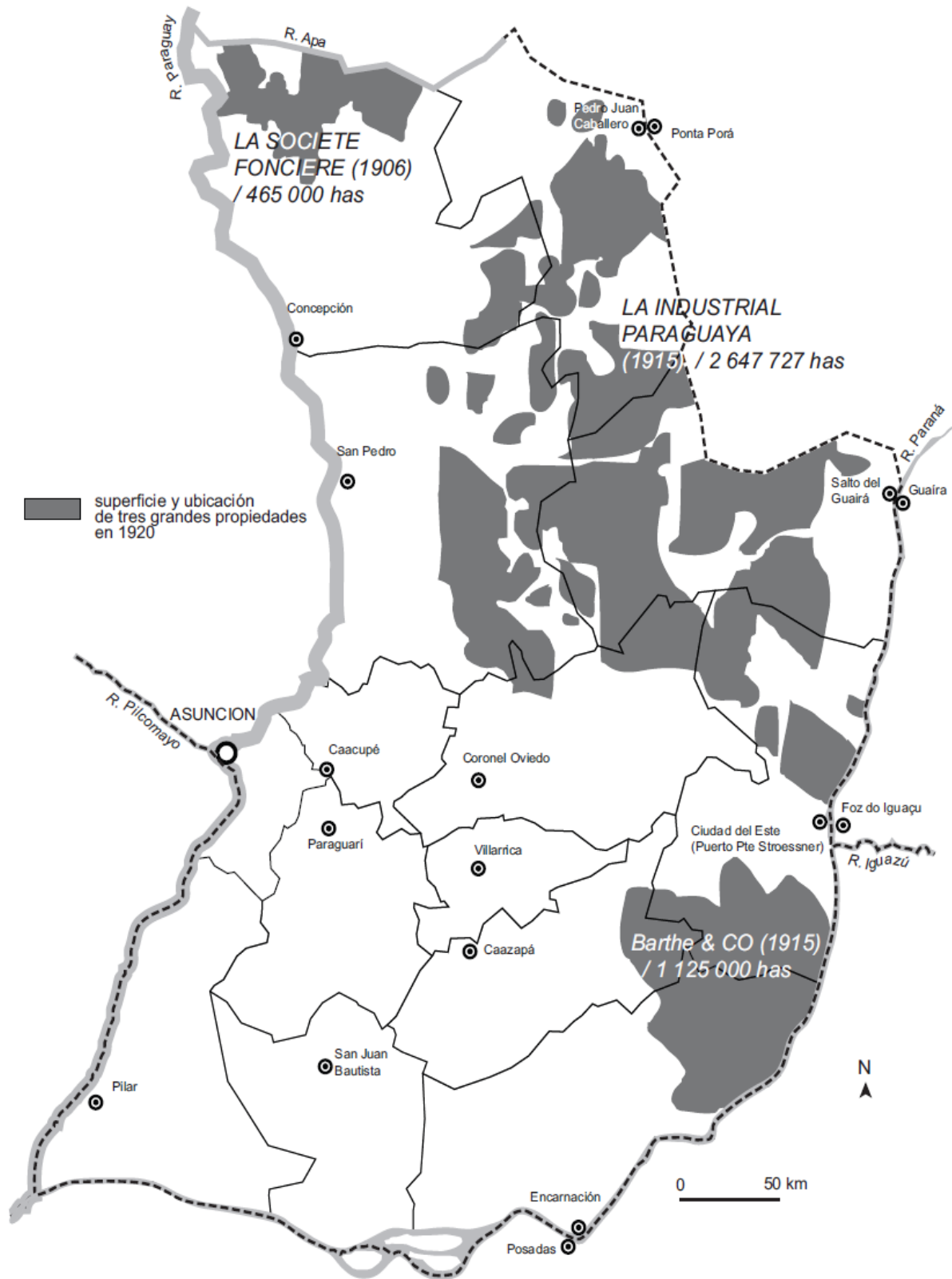
A repressão militar, desde 1881, os vários conflitos civis e internacionais, a instabilidade política mostram que os interesses eram outros. Nesse contexto, o latifúndio, que se concentrava no País, produzia ainda mais desigualdades sociais, na medida em que se caracterizava pela monocultura e pela exploração da mão de obra, o que provocava miséria e distinções econômicas. Tal situação ocorria por não haver uma política para o setor agrário; quando havia, as propostas jamais saíam do papel.

Parafraseando o clássico livro de Carlos Pastore⁷⁴ (2013), intitulado “*La lucha por la tierra en el Paraguai*”, destacamos que no final do século XIX, as terras, então de propriedade do Estado, foram vendidas para particulares. Até esse momento não havia se formado um conceito de propriedade privada no Paraguai, pois todas as terras pertenciam ao Estado. Contudo, a partir desse momento e na visão do autor, cerca de 95% das terras privatizadas, na região oriental do Paraguai, foram parar nas mãos de grandes proprietários, por exemplo, na da La Industrial Paraguaya S.A. (LIPSA), que adquiriu mais de 2.600.000 hectares.

As privatizações acabaram institucionalizando o latifúndio privado, o que prevaleceu, em maior escala, nas regiões demograficamente menos habitadas – terras de criação de gado, de produção de erva mate, florestas do norte, leste e sudeste, e os locais missioneiros ao sul. Pastore, já em 1949, defendia a ideia de que, com o passar dos anos, essas grandes porções de terras se tornariam moeda de especulação econômica, perdendo seu papel de fundamental importância e de função social que é o da produção de alimentos.

⁷⁴ A primeira edição do Livro de Carlos Pastore *La lucha por la tierra en el Paraguay*, data do ano de 1949.

MAPA 08: LATIFÚNDIOS NAS FRONTEIRAS PARAGUAIAS ATÉ 1950



Fonte: SOUCHAUD, 2007, p. 74. Adaptado com base nas informações das “Áreas com florestas no leste do Paraguai”: 1975; Instituto Klein, 1947; Kleinpenning, 1992.

É possível também fazer a análise do modelo latifundiário com base no que se constata no Censo Agropecuário do Paraguai de 1981. Segundo o Censo, apenas 1,3% dos proprietários possuem cerca de 82% das terras exploradas pela agricultura no País. Esse número é ocasionado pela má distribuição das terras e pelo crescente aumento demográfico que o Paraguai passou a sofrer a partir de 1950 – momento em que contava com uma população de aproximadamente um milhão de habitantes. O aumento populacional que até a atualidade conta com uma progressão em torno de 2,8% ao ano, nas últimas décadas originou um novo modelo de desenvolvimento e sobrevivência que obrigava a constante migração interna no País, seja ela temporária ou definitiva. A nova demanda criou a movimentação em busca de trabalho e propriedade, gerando, em grande medida, a atual população campesina no Paraguai⁷⁵.

As grandes propriedades passam a ser as intermediárias e a fazer o papel da modernização agrícola do Paraguai, com isso elas mostram como funciona o sistema político e econômico que predomina e como a imigração brasileira para aquele País foi fortalecendo um modelo expansivo de produção que prejudicou a característica social da população paraguaia. Seja com a transformação das terras do Estado em grandes propriedades privadas, com a obtenção de grandes parcelas de terras pelos empresários rurais brasileiros e de outras ascendências, seja com a inserção de mão de obra especializada no setor e que é advinda especialmente do sul e sudeste do Brasil.

Esse modelo de comportamento político paraguaio em relação à propriedade de terras praticamente anulou a participação do trabalhador guarani nesses setores. Isto é, são dois modelos completamente diferentes, o modelo campesino que, por séculos, vem se praticando, preocupa-se com a subsistência e não consegue competir com o modelo capitalista de produção agrícola voltada para a exportação, estes modelos, em muitos lugares, coexistem, mas não de forma harmoniosa.

A produção para subsistência – efetuada por campesinos – e a produção para exportação – efetuada por médios e grandes agricultores – são modelos agrícolas que não se anulam, mas se diferenciam por sua forma de plantio. O pequeno proprietário mantém o método tradicional de lidar com a terra e acaba cedendo a pressões, vendendo-as para grandes

⁷⁵ A luta por terra no Paraguai advém de longa data, o que pode ser percebido pelas primeiras ações das Ligas Agrárias e pelo atual Movimento Campesino Paraguaio. Estes não são movimentos ou lutas que surgiram especificamente como resultado de ações de combate sobre as propriedades de brasileiros no País, mas sim, que buscam desde a formação dos grandes latifúndios conquistarem a propriedade de terras e fortalecer a política de Reforma Agrária no Paraguai.

e médios agricultores que aumentam suas extensões de terras, formando verdadeiros latifúndios. Esses implantam de vez o modelo de produção para exportação com a utilização de maquinário e tecnologia. Tal modelo agroexportador auxilia na exclusão de grande parte dos campesinos, levando muitos a se tornarem, por força, trabalhadores rurais sem terras – *carperos*.

A imprensa do Paraguai – reportamo-nos aqui especialmente há alguns jornais escritos – reconhece e veicula matérias que mostram a diferença dos dois modelos de agricultura praticados lado a lado no Paraguai, em pleno século XXI, e trata o campesino apenas como conhecedor de técnicas rudimentares, ressaltando que a classe política se utiliza da ignorância desses trabalhadores para manter-se no poder.

A miséria do setor rural campesino paraguaio, somada à corrupção de políticos e de dirigentes fiscais, construiu e mantém uma perversa lógica que deixa faltar, inclusive, alimento na mesa dos trabalhadores, um cenário político perfeito para o desenvolvimento da corrupção. A forma depreciativa com que o periódico representa o trabalhador rural paraguaio leva-nos a crer que o pequeno produtor e seu método de cultivo para a subsistência, mantido há várias décadas, encontra-se em completo esquecimento por parte dos setores governamentais democráticos na atualidade.

CORRUPCIÓN DE LA CLASE POLITICA SE NUTRE DE LA MISERIA CAMPESINA (Ultima nota)

La democracia no es viable en una sociedad hundida en la ignorancia

El sistema democrático no tiene viabilidad en una sociedad que lleva como lastre una pesada carga de campesinos ignorantes. La corrupción de la clase política y la dirigencia social se nutre de la miseria que impera en el sector rural. El primer paso para romper esta perversión es convertir a los campesinos en agricultores productivos, capaces de obtener la renta necesaria para llevar una vida digna.



El cultivo de soja requiere grandes extensiones. En San Pedro se requerirá tumbiar montes o bien ganar espacio a través de asentamientos.



El campesino paraguayo apenas si conoce los rudimentos para el cultivo de subsistencia. La clase política no tiene interés en sacarlo de la ignorancia en que vive.

FONTE: JORNAL ABC COLOR.. ASSUNÇÃO, 29/04/2004, p.22.

Na realidade, o modelo praticado pelo campesino se explica por ter sido gerado em meio ao atribulado contexto histórico do País, conforme ressaltamos anteriormente, com décadas acumuladas de ditaduras, guerras, conturbados períodos de entre guerras, radicais conflitos civis e, sobretudo, grande instabilidade política, fatores que contribuíram para a crise social e, por extensão, para a crise agrária. A prática política é um dos maiores vilões dessa situação no Paraguai, uma vez que não se interessou em permitir, ao setor rural, o acesso à tecnologia e à educação sobre o setor, fazendo da ignorância do campesino um elemento poderoso de dominação social.

Os brasileiros e descendentes no Paraguai são responsabilizados, há várias décadas, por parte de autoridades, em seus discursos políticos, pela decadência da questão agrária, do campesino paraguaio. São julgados como culpados pelo cultivo de grandes extensões de terras, pelo desmatamento, pelas pulverizações, pela contaminação de rios; e, em consequência, pela situação atual dos campesinos. Todavia, não se pode acusar, única e exclusivamente, os imigrantes e descendentes, pois o “atraso” do setor é fruto de um contexto maior e que envolve diretamente e, inclusive, as autoridades do País, na medida em que eles possibilitaram a concentração de grandes extensões de terras pelas companhias, ainda no século XIX.



La agricultura familiar campesina no cuenta con un programa nacional.

ARCHIVO

FONTE: JORNAL *ULTIMA HORA*. ASSUNÇÃO, 29/03/2004, p. 18.

A imagem sinalizada faz parte de uma matéria que é intitulada “*Desgobierno truncó plan para familias rurales*”. Ela mostra um pouco o ponto evidenciado por nós, de que não há um programa para o setor agrário no Paraguai, mesmo o setor respondendo por quase 10% do produto interno bruto do País. A matéria chama a atenção para as 310 mil famílias que conformam o segmento campestre. Em 2004 a Unión Agrícola Nacional (UAN) calculava que os pequenos agricultores – campestres – giravam em torno de 622 milhões de dólares no Paraguai. A intenção da UAN não é apenas culpar a falta de política para com esses trabalhadores, mas também chamar a atenção para o desenvolvimento sustentável, para a segurança alimentícia das pessoas, o que preocupa os paraguaios, para o fato de, segundo a UAN, os campestres representarem, em grande medida, uma forma de trabalho e produção importante que dá conta de proporcionar o desenvolvimento sustentável.

No seio dessas discussões é importante lançar algumas questões, em nossa análise. Por exemplo, o como as autoridades políticas paraguaias estão lidando com as novas ferramentas de controle sobre a propriedade rural no País, tendo em vista a Constituição Nacional de 1992, com a Lei de Zona de Segurança de Fronteiras de 2004, e com o Novo Estatuto Agrário e suas disposições a partir de 2002. A intenção é lançar o questionamento acerca da utilização desses novos documentos, uma vez que se percebe o legado de antigos *modus operandi* na maneira como essas questões são encaminhadas.



Llegar al siglo XXI y tener tecnología indígena como única herramienta para la agricultura reflejan el abandono absoluto del sector rural.

FONTE: JORNAL ABC COLOR. ASSUNÇÃO, 28/01/2004, p. 16.

Em outra matéria, intitulada “*agricultor paraguayo trabaja como en la Edad de Piedra*”, o campesino paraguaio é representado por pessoas que exercem trabalho e técnicas herdadas e aplicadas pelos indígenas – que, todavia são válidas, e em grande medida os mantiveram até a atualidade. O principal ponto é que essas técnicas não podem competir em pé de igualdade com as modernas técnicas de produção agrícola, nem tampouco ser a mão de obra empregada concorrente com as novas formas de trabalho no campo que são aplicadas pela agricultura de exportação. Neste ponto, temos, no plano real, o que chamamos de problema da questão agrária, em que a quantidade de produção agrícola e o modo de produção estão diretamente ligados, mas em desproporção. Ou seja, produz-se muito para atender à demanda da questão agrícola, porém, os campesinos trabalham em um modelo sem tecnologia aplicada na produção, o que ocasiona o problema agrário, pois acaba excluindo o campesino.

O periódico mencionado é crítico para com a situação, afirmando que os culpados são o Ministério da Agricultura e o Instituto de Bienestar Rural do Paraguai – atualmente INDERT – sendo esse um problema histórico que deriva especialmente da falta de organização e interesse do governo e dos agricultores. Os problemas dos campesinos, aos quais aparecem como fator decisivo na matéria, são o atraso tecnológico no setor rural, a ausência de meios de comunicação e estradas entre o que se produz e onde se comercializa a produção, a carência de terras e de incentivos rurais. Como percebemos, a fonte ilustra um problema estrutural no setor rural para o campesino paraguaio, representado pela falta de compromisso político e, também, segundo o periódico, pela falta de organização dos próprios trabalhadores rurais.

É interessante observar como a matéria do jornalista Roque González Vera se desenvolve no periódico *ABC – Color*, de 28 de janeiro de 2004. Nela há quatro temas correlatos, mas que fazem parte de diferentes contextos, ou seja, temporalidades que não servem em uma mesma análise para explicar um tema complexo da forma que se apresenta o problema agrário no Paraguai; tentamos organizar essas ideias. Primeiro o autor critica os meios institucionais, especialmente o Ministério de Agricultura e Ganadería e o Instituto de Bienestar Rural – hoje INDERT – destacando que eles não fizeram mais do que fomentar a monocultura e provocar a repartição do território do País em propriedades cada vez mais diminutas. Esse modelo não resulta em um modelo nuclear de agricultura e sim no isolamento dos agricultores, já que todos plantam um único produto – por exemplo, por muito tempo isso ocorreu com o algodão – que tinha subsídios do governo para sua produção. Tais programas

de subsídios fizeram com que os produtos de subsistência (alimentos) acabassem sendo deixados de lado.

Num segundo momento, o jornalista alerta para a falta de competitividade do setor agrário no País, na medida em que ele é baseado em um modelo com herança indígena de produção e de trabalho, o que denota atraso tecnológico e primitivismo. Posteriormente, num terceiro plano, Vera assinala a falta de infraestrutura no Paraguai em relação aos produtos que são produzidos na terra e à dificuldade comercialização da produção, pois não há estradas, o transporte oferecido é precário, fazendo com que o lucro fique apenas para os atravessadores que se propõem a fazer a compra e a venda em outros centros.

Por último, pontua como um desafio para parte da sociedade rural do País a defesa nacional do território paraguaio da presença dos brasileiros e descendentes, como sendo esses os maiores culpados do isolamento dos camponeses, pois, para o jornalista, os brasileiros e os descendentes fomentam o espírito das “fronteiras vivas” – segundo o jornalista, com o apoio do governo brasileiro – dando a entender que Brasília seria capaz de qualquer coisa para apoiar seus cidadãos em outro país.

Salientamos que o apoio do governo brasileiro, aos brasileiros e descendentes que vivem no Paraguai, é praticamente inexistente. Quando os brasileiros buscam apoio no sentido de fazer com que ocorra aproximação política entre Brasil e Paraguai para resolução de problemas burocráticos em relação à regularização de sua documentação no Paraguai, eles não encontram adesão do governo brasileiro às suas propostas. Situação que mostra o equívoco do senso crítico do jornalista

Não demos ênfase à matéria o *“agricultor paraguayo trabaja como en la Edad de Piedra”* por acaso ou de forma aleatória, entre as muitas que encontramos e analisamos, ela faz parte do jornalismo assuncenho. Não objetivamos com a pesquisa defender um ou outro modelo de cultivo agrícola, seja ele paraguaio ou brasileiro. Enquanto historiadores, sabemos que a neutralidade é impossível, todavia, a possibilidade de afastamento do tema é necessária, sem maquiagem ou mesmo sobredimensionar os problemas que tratamos.

Introduzimos a matéria *“agricultor paraguayo trabaja como en la Edad de Piedra”* na íntegra em nosso estudo, ela é/pode ser analisada como uma ferramenta que possibilita a construção do estereótipo do agricultor camponês no Paraguai, condição amplamente difundida pela imprensa do País.

Agricultor paraguayo trabaja como en la Edad de Piedra

El campesino paraguayo cultiva siguiendo técnicas aplicadas por los indígenas guaraníes, que demostraron ser válidas, por eso llegaron hasta hoy; pero no son suficientes para responder a problemas sociales que derivan de una escasa productividad y una nula organización social. El Ministerio de Agricultura y Ganadería y el Instituto de Bienestar Rural son responsables históricos de esta situación.

Roque González Vera

Si una institución pública demostró su absoluta inutilidad, es el Ministerio de Agricultura y Ganadería. Esta secretaría de Estado es un gigantesco aparato, incapaz de dar respuestas a sectores productivos que requieren asistencia tecnológica.

Si al Ministerio de Agricultura y Ganadería sumamos el Instituto de Bienestar Rural, ya podemos comprender por qué el sector rural del país se encuentra en un verdadero caos.

Las consecuencias de la inacción de ambas instituciones son terribles: el sector productivo campesino no logró superar la etapa del minifundio. El nivel en que se encuentra un amplio espectro de la población llega a tal grado de primitivismo, que ni siquiera se puede pensar en asociaciones para tener chacras comunitarias. Ni hablar de cooperativas, donde solo el concepto ya implica la posibilidad de acceder a un estadio superior de ideas.

El campesino paraguayo trabaja como si no hubieran pasado siglos desde la Edad de Piedra. Y las técnicas que aplica corresponden a aquellas utilizadas por los indígenas guaraníes, cuando las lluvias eran regulares y el monte suplía necesidades básicas. Ya no llueve y los montes fueron tumbados.

El Instituto de Bienestar Rural se dedicó a cuadricular el país con pequeñas propiedades. En la década del 70 repartía 20 hectáreas por familia; en la década del 80, 10 hectáreas; y actualmente se entrega un máximo de 5 hectáreas. ¿En 10 años más, cuánto entregarán, si es que todavía existe tierra disponible?

El Ministerio de Agricultura, por su lado, se limitó a fomentar el monocultivo, tomando como base el algodón. Miles de campesinos fueron seducidos por la propaganda gubernamental, para terminar estafados por los acopiadores, únicos que realmente obtenían (y obtienen) ganancias.

Como si el algodón fuera suficiente para la subsistencia familiar, el Ministerio de Agricultura dejó de lado por completo los rubros de consumo. Esta dependencia gubernamental es responsable de la consolidación del monocultivo, en desprecio de las chacras de alimentación.

No hace falta entrar en detalles sobre el accionar del IBR en la venta ilegal de tierras públicas. Menos aun en el desparramo irracional de familias campesinas en lotes aislados entre sí, cuando el sentido común indica la necesidad de organizar grupos nucleares. El instituto agrario sigue con la política de instalar a los campesinos en asentamientos, como si fueran pororó, cayendo donde tienen suerte.

Resultado de la vida miserable e inhumana que



Llegar al siglo XXI y tener tecnología indígena como única herramienta para la agricultura reflejan el abandono absoluto del sector rural.

lleva es la creciente radicalización ideológica. No es posible condenarlos por las posturas extremas que defienden, después de todo son hijos del abandono al que están sometidos por el Estado paraguayo.

En una sociedad rural absolutamente primitiva, ahora se insertan colonos brasileños. Con el agravante de que las "fronteras vivas" llegaron hasta regiones densamente pobladas por campesinos, obligando a las partes a una incómoda convivencia.

Implementando un modelo económico que en la práctica significa tierra arrasada, los productores brasileños de soja están arrinconando a los sectores campesinos en pequeños poblados que no tienen viabilidad económica porque la agricultura familiar es rudimentaria.

¿Cuántos funcionarios tiene el Ministerio de Agricultura y Ganadería? ¿Cuántos deberían trabajar en extensión agrícola? ¿Cuántos cumplen funciones estrictamente burocráticas?

El campesino paraguayo no tiene ninguna posibilidad de competir con los colonos brasileños, no precisamente por las notorias diferencias económicas, sino por el alarmante retraso tecnológico. A este factor decisivo se suman otros de igual importancia: la carencia de organizaciones de productores, la falta de mecanismos de comercialización y la ausencia de caminos mínimamente aceptables.

De nada sirve cultivar si no existen caminos para llegar a mercados donde vender los productos. En este momento, los únicos que ingresan a asentamientos campesinos son "macateros" y acopiadores. Ambos para esquilmar a esta pobre gente.

El problema campesino es estructural. Se requiere una verdadera revolución educativa para permitirles el acceso a tecnología adecuada para mejorar sus condiciones de vida. Se demostró sobradamente que la simple distribución de tierras no lleva a ningún lado y que cualquier intento de reforma agraria también será un fracaso, simplemente porque no saben qué hacer con la tierra.

Una estrategia que pretenda encontrar alternativas para responder a los problemas del sector rural comienza con la necesidad urgente de transferir tecnología a los agricultores. Esta labor requiere unión de esfuerzos de un montón de instituciones públicas. El primer desafío es cómo hacer que trabajen, si de hecho sus funcionarios demostraron sobradamente que no sirven para nada?

Lamentablemente las respuestas deben buscarse con aquello que tenemos a mano. La cuestión agraria definirá el futuro de Paraguay, de allí la prioridad de establecer una política de Estado.

Ese tiempo perdido será difícil recuperar, menos aun con los brasileños presionando e ingresando con fuerza en una mayor superficie de nuestro territorio. De allí que es peor dilatar la solución del problema agrícola.

Como República no debemos dejar que el cultivo de soja de los productores brasileños se convierta en el árbol que impida ver el resto del bosque. Detrás de los colonos se encuentra la política de "fronteras vivas", fomentada históricamente por los bandeirantes y seguida celosamente por Itamaraty.

¿Qué hará Brasilia, si llega a considerar que sus ciudadanos en Paraguay se encuentran en peligro?

Dilatar la búsqueda de soluciones para problemas estructurales que afectan al sector campesino es agravar el delicado equilibrio social que existe en el país.



PROXIMA NOTA:
Fronteras vivas

Em relação à fonte citada, a análise antropológica contribui para estabelecermos alguns pontos. Antes de tudo, indica a acentuada presença de termos e expressões que desqualificam a situação do trabalhador rural campesino, no Paraguai – primitivos; trabalhadores da idade da pedra; incapazes; atrasados; técnicas indígenas, entre outros. Tais predicativos denotam a carga de estigma associada ao modelo agrícola campesino paraguaio, o que acaba influenciando a maneira de as pessoas, que não pertencem ao mundo rural, perceberem a questão. Alguns predicativos estão totalmente fora de contexto, por exemplo, a crítica às técnicas indígenas as quais consideramos uma riqueza cultural muito forte. Na percepção do jornalista, elas se apresentam como um problema ao setor rural paraguaio.

Por outro lado, verificamos o modo como são vistos os brasileiros e descendentes que moram e exercem a prática agrícola no Paraguai – expansionistas; invasores; destruidores do meio ambiente; pulverizadores de veneno no campo; expulsadores; espoliadores dos campesinos e das pequenas propriedades. São vistos ainda como responsáveis pela situação em que se encontram os trabalhadores rurais paraguaios. Constata-se então que ambos os modelos não são adequados para o olhar crítico que a fonte lhes outorga, a qual multiplica a carga de estigma sobre as pessoas que trabalham na agricultura, sejam campesinos paraguaios, agricultores brasileiros, indígenas, ou de outras nacionalidades. Em um ambiente de fronteira, essa situação se agrava, pois há inúmeros vetores que se unem nessas incompatibilidades, como, por exemplo, a desconfiança, a falta de segurança do trabalhador, a violência; essas são questões que atuam em meio ao segmento rural, sejam paraguaios, brasileiros, indígenas, descendentes ou migrantes de outros países.

O olhar sobre o periódico surge-nos como uma perspectiva inicial para compreendermos algumas das situações do uso da terra, ele é uma fonte da história. O que Arjun Appadurai vai chamar de *mediascapes* ou paisagens midiáticas que, para este autor, “son flujos de imágenes que circulan por los más variados medios de comunicación y, en lugar de juntarse estrechamente, se relacionan por su disyunción, es dicer, en forma contradictoria y fracturada” (APPADURAI, 1996, p. 35).

Nesse contexto é importante apontar algumas transformações ocorridas no Paraguai, nas últimas décadas do século XX e no início do XXI, relativas à questão da propriedade de terras e que são promulgadas por fontes oficiais. A Constituição Nacional do Paraguai de 1992, por exemplo, é um documento que não veio a auxiliar da maneira como os agricultores do País esperavam, houve uma expectativa muito grande em relação ao desenvolvimento

agrário e às demandas dos movimentos rurais, sobretudo, de camponeses que vislumbravam mudanças com a alteração da ordem política vigente – período ditatorial. Ou seja, um documento regimental que em nível nacional abriria as portas para o desenvolvimento rural aos pequenos agricultores pautados na democracia. No desenrolar da Constituição, outros documentos foram produzidos para o setor rural, como o Estatuto Agrário. Constatamos que, em grande medida, nesses novos documentos as modificações aparecem e são importantes, o maior problema é operacionalizá-las para os agricultores, na prática pouca coisa mudou.

Percebemos, ao contrapormos os mecanismos de regularização rural – entre o período ditatorial e o democrático –, que há uma espécie de descaso em relação às demandas das pessoas e dos movimentos de trabalhadores rurais no que se refere à nova Constituição. É importante dizer que tanto a Constituição de 1940 como a de 1967 reconheciam em suas alíneas todos os direitos e garantias de propriedade no Paraguai, mas o sistema do regime ditatorial violou tais garantias e direitos, estabelecendo novos artifícios de negociação em que os acordos eram assinados deliberadamente e não ratificados pelo Governo.

Vale ressaltar que, em meio a esses momentos marcantes na história do País, há intensas reivindicações do setor rural, realizadas pelas Ligas Agrárias, na última metade da década de 1970, e pelo Movimento Camponês Paraguaiense, a partir da década de 1980, sendo que o segmento rural que reivindicava mudanças está entre os mais perseguidos pelo regime de Stroessner ⁷⁶.

⁷⁶ A base de dados da Comisión de Verdad y Justicia do Paraguai (CVJ), criada em 2003, recebeu testemunhas, documentos e arquivos entre os anos de 2004 e 2008. O relatório da CVJ ilustra o conturbado momento da história do País em que se registram 20.090 vítimas diretas de violação de direitos humanos na ditadura de Stroessner (1954 - 1989), destas 98,86% foram presas – inclusive há mais número de detenções (21.928) do que de vítimas – resultado de que os acusados foram presos mais de uma vez cada um. Houve uma média de praticamente duas detenções por dia durante 34 anos. Entre o total de vítimas diretas, o relatório aponta 18.772 casos de tortura em que praticamente todos que foram detidos sofreram algum tipo de tortura. O relatório estima que 107.987 pessoas foram indiretamente vitimadas pelo regime, especialmente familiares, apresentando forte impacto psicológico, perdas e ameaças. Acompanhando as estatísticas do Censo, chega-se ao resultado de que 0,75% do total da população paraguaia sofreu algum tipo de violação de direitos humanos. Um dos segmentos mais perseguido foi o ligado às Ligas Agrárias e ao Movimento Camponês Paraguaiense, representando 24% do total das denúncias. Os anos correspondentes ao final da década de 1970 foram os mais tensos para o setor rural e representam um maior número de casos de violação. No universo da amostra identifica-se 14,1% (2.832) mulheres que foram violadas, destas 37% pertenciam às Ligas Agrárias, Camponesas ou Cristãs. O relatório aponta ainda que 10,8% eram menores de idade, entre os menores, o que mais pesa são as denúncias de abuso sexual em que 37% das meninas sofreram algum tipo de abuso, dessas 85,2% eram de cidades do interior ligadas às Ligas Agrárias e camponesas, e os operativos militares são os mais acusados. O que se percebe em todo o relatório é que entre os maiores números ligados à violação dos direitos humanos no Paraguai está o segmento rural. Embora o relatório da CVJ aponte dados importantes, ainda não se manejam essas informações de maneira qualitativa na análise, uma vez que se reconhece um percentual de subregistro grande neste período. Explica-se isso pela novidade das questões postas, a falta de confiança de muitas pessoas em relação ao CVJ, a vergonha, e até mesmo a convivência entre as partes na atualidade (Cf.: DADOS DA COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTICIA, 2008, TOMO VIII; E BASEADO EM DADOS DAS FICHAS TÉCNICAS DO DEPARTAMENTO DE INVESTIGAÇÕES - PY).

Em alguns momentos, na atualidade, nota-se que as várias leis existentes sobre a questão agrária são, em muitos casos, parciais; e em outros, completamente impraticáveis, pois o próprio Estado não comporta infraestrutura administrativa capaz de colocá-las em prática. Nesse sentido, para a Federación Nacional Campesina (FNC), o Estado paraguaio nunca teve e nem tem uma política de desenvolvimento rural. O papel da FNC, junto aos trabalhadores rurais, é elaborar reuniões, discutir demandas e apresentar as propostas exigidas pelos trabalhadores rurais ao governo, este, por sua vez, segundo os representantes da FNC, não passa do discurso.

Na mesma direção segue o protesto acerca das deliberações da Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas (MCNOC) que ressalta que o Estatuto Agrário não serve aos campesinos, que os documentos apenas mantêm privilégios para os grandes proprietários de terras e para os criadores de gado, os grandes proprietários e fazendeiros são os segmentos que conseguem atender às disposições exigidas no Estatuto Agrário. Para o presidente da MCNOC em 2001, a situação é evidente e ressalta “que el escrito estudiado no es válido tal como está. Para mi, esto está liquidado, y así no se va a solucionar la problemática del campo” (JORNAL LA OPINIÓN, 27/27/2001).

Por outro lado, a Asociación Rural del Paraguay (ARP) defende as políticas do governo e o Estatuto Agrário. Para a ARP, a agricultura deve ser pensada no conjunto da nação e não deve obedecer a aspirações setoriais, por exemplo, apenas interesses de campesinos e pequenos agricultores rurais. Esses são alguns exemplos de órgãos ligados aos interesses e defesas dos trabalhadores rurais que, no momento da discussão, da elaboração e da aplicação dos novos dispositivos das leis rurais, estavam à frente das contendas políticas no Paraguai democrático.

Em nosso estudo os textos jornalísticos são importantes no conjunto de fontes, são percebidos como um dos segmentos da grande imprensa. Notamos que a fonte elenca posições de vários órgãos na discussão sobre a questão rural no Paraguai, contemplando situações contrárias e favoráveis, ao desenrolar da formulação da documentação do Estatuto Agrário, expressando as opiniões dos dirigentes desses órgãos e a do governo. As posições tomadas pelos órgãos representantes ilustram bem os segmentos que ambos defendem, o que demonstra que, no interior da problemática rural do Paraguai, existem diferentes e diversos interesses e objetivos ligados à forma de produção e de uso da propriedade rural.

DECLARACIONES DE DIRIGENTE DE LA MCNOC

“El nuevo Código Agrario no les sirve a los campesinos”

■ El documento sólo mantiene los privilegios de los ganaderos, aseguran

Las críticas de los campesinos hacia el proyecto del nuevo Código Agrario se van haciendo cada vez más fuertes. Belarmino Balbuena, dirigente de la Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas (MCNOC), dijo que el documento no les sirve a los campesinos y que sólo empeorará las cosas para ellos, y que, sin embargo, mantiene intocables los privilegios de los ganaderos. Por su parte, estos últimos están conformes con las modificaciones introducidas al proyecto por la Cámara de Senadores.

Los campesinos se muestran cada vez más críticos hacia el proyecto de Código Agrario y sus declaraciones alcanzan a los senadores y diputados, quienes, según estas críticas, “olvidaron” las propuestas de los agricultores y dieron curso a los pedidos de los ganaderos, a quienes los dirigentes campesinos consideran como privilegiados y que esos privilegios van en desmedro de sus reclamos.



Para los campesinos, el Código Agrario no sirve, pero a los ganaderos les complace que su propiedad sea protegida.

En ese sentido, el dirigente Belarmino Balbuena, de la MCNOC, fue el más directo al expresar que el proyecto no les sirve, ya que sólo empeorará las cosas en el campo, a más de asegurar que lo único real en el mismo es que los privilegios para los ganaderos seguirán intocables, puesto que no incluye medida alguna para eliminar los latifundios y ni siquiera hace referencia a la superficie que debe tener una propiedad para ser considerada como tal, cosa que sí aparece en el código vigente.

“El documento, así como está, sólo crea confusión”, indicó el dirigente, al tiempo de lamentar que el Senado prácticamente haya anulado todas las propuestas que su organización acercó al Legislativo, luego de que en Diputados se incluyó al menos la

mitad de ellas. Además acusó a los senadores y diputados de defender los intereses de los terratenientes.

En ese sentido, la Cámara de Senadores había estudiado esta semana el proyecto de Código Agrario presentado por el diputado Cándido Vera Bejarano, y el documento original había sido ajustado por presión de siete gremios empresariales del sector agropecuario, cuyos representantes lograron introducir modificaciones importantes en el mismo, tras varios meses de estudio.

La MCNOC tomará una postura oficial acerca del tema en una plenaria a realizarse en breve, pero se da por descontado que dicha postura no contrastará demasiado con la adoptada por Balbuena, quien es claro al adelantar que el escrito estudiado no es válido tal como está: “Para

mí, esto está liquidado, y así no se va a solucionar la problemática del campo”.

La otra cara

Para el vicepresidente de la Asociación Rural del Paraguay (ARP), Carlos Trappani, el Senado sólo le dio el pulido que necesitaba al proyecto de Código Agrario, y que, pese a que aún no estudiaron a fondo el documento, están “de acuerdo con que se hayan suprimido algunas cosas que lo hacían demasiado reglamentarista”. Agregó además que, en general, se preservó el espíritu del escrito que los gremios de la producción habían acordado y consensuado, e indicó que la idea original es que el Código Agrario no perjudique a la producción y que castigue a la especulación inmobiliaria, y se mostró complacido con que se hayan mantenido algunos artículos que pretenden proteger a la propiedad privada, como el que establece que ningún trámite de expropiación se iniciará cuando la tierra reclamada haya sido ocupada, ya que “ninguna ocupación es pacífica y el hecho de atropellar la propiedad privada ya constituye un tipo de violencia”. Seguidamente, Trappani indicó que el Código Agrario debe ser pensado desde la óptica del país en conjunto y no desde la de las aspiraciones sectoriales, y expresó su preocupación por el tema, ya que aseguró que la regularización del uso de la tierra es urgente y que se debe castigar tanto a los minifundios como a los latifundios.

"El Estado paraguayo nunca tuvo ni tiene una política de desarrollo rural"

La Federación Nacional Campesina es una de las organizaciones que se caracterizan por presentar propuestas al Gobierno. Su principal dirigente, Odilón Espínola, dice que "Nicanor Duarte Frutos no pasa de los discursos".

María Angélica Ramos

El Estado paraguayo nunca tuvo una política de desarrollo rural y mucho menos el actual Gobierno, que no pasó aún de los discursos espectaculares. Continúa, además, la protección estatal al latifundio y a la política agroexportadora, que es la causante de que cada día aumente aún más la miseria en el campo. De este modo, Odilón Espínola empezó a analizar la situación campesina.

El presidente Nicanor Duarte Frutos, acotó, pronunció muchos discursos: "vamos a recuperar las tierras malhabidas; el campesino tendrá crédito; el campesino se sentirá de nuevo feliz en la cabecera de su chacra; habrá más educación; el latifundio es la principal causa de la miseria". Todas estas frases, según Espínola, el jefe de Estado sigue repitiendo actualmente, en tanto "nosotros, para conseguir semillas de algodón, tuvimos que realizar una protesta de más de 15 días ocupando instituciones públicas además de otras acciones que demuestran que Nicanor no pasa de los discursos".

Desde la Federación Nacional Campesina critican la actitud gubernamental que, mientras por un lado promete recuperar las tierras malhabidas, por el otro saca a las Fuerzas Armadas para resguardar esos mismos latifundios que son de políticos y de extranjeros, reclama el dirigente.

-¿Hacia dónde camina la tarea de la Federación Nacional Campesina, entonces?

—Impulsamos nuestras luchas hacia el logro de un programa de desarrollo basado en la producción nacional. Es la producción primaria y la industrialización, y dentro de este punto entra un conjunto de programas que deben ejecutarse. El campesino que ya tiene tierra debe, necesariamente, producir; y el que no tiene tierra, debe luchar por ella para entrar en el proceso. También está el factor financiamiento de la producción, que implica la necesidad de la banca pública como un instrumento del Estado para apoyar la producción primaria y la industrialización. La banca pública debe ser un instrumento de redistribución de la renta nacional.

-¿Cuáles son los elementos sobre los cuales la FNC centra su accionar?

—El programa de desarrollo nacional, basado en la producción nacio-

nal que nosotros planteamos, tiene dos elementos de la unidad básica: uno es el pequeño y el mediano productor, y otro, los sintierras.

Todos los programas no van dirigidos ni beneficiarán solo al campesinado, sino a toda la población porque la producción que nace en el campo da inicio a la rueda de la economía, que por sí sola genera circulantes importantes para el país.

-¿Cuál sería el siguiente paso?

—La industrialización de la materia prima que se produce en la chacra, donde nuestra lucha se une a la de los obreros. En este punto planteamos llevar adelante acciones a través de la Coordinadora Obrera, Campesina y Popular (COCP), para involucrar a otros sectores en el problema que hay en el país porque no es exclusividad del sector campesino, sino nacional.

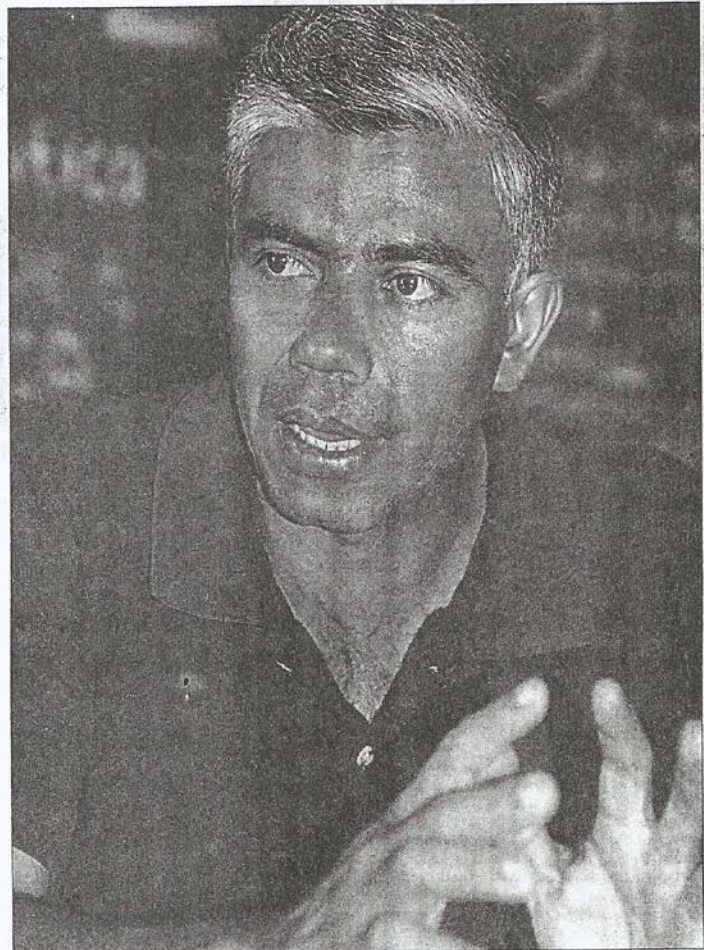
Acá recalcamos que hoy tenemos un nuevo e importante factor, que es la pérdida de la soberanía. Ante esto, la FNC, plantea un programa de desarrollo nacional con el objetivo de llegar a la reforma agraria que todo el país necesita para superar los grandes problemas, y llamamos a todos a sumarse en esta lucha por el país.

-¿Cuál fue el papel que cumplieron y cumplen los gobiernos sucesivos desde 1989 en el mejoramiento de la calidad de vida en el campo?

—Hasta el momento, como dije, no hay un programa de desarrollo nacional. Tenemos un Estado que defiende latifundios, que asume una política agroexportadora y principalmente la especulación financiera con seria disminución de la producción. Por ejemplo, en 1995 el producto interno bruto representaba más de 9 mil millones de dólares y actualmente no llega a 6 mil millones de dólares, lo que significa una disminución de la participación de la producción primaria y de la industria.

-La distribución que realiza el Estado de 10 hectáreas de tierra para cada familia, ¿es suficiente para salir adelante?

—Esa cantidad es suficiente cuando solo si se mira el aspecto que tiene que ver con el abastecimiento y la subsistencia de una familia tipo, con 5 hijos. Menos cantidad solo hará perder el sueño a los padres de familia, que ya ni siquiera podrán enviar a sus hijos a la escuela. Si pensamos en introducir tecnología



Impuestos a la soja y al patrimonio rural

Estamos de acuerdo con el impuesto al latifundio. Pero el proyecto del Gobierno es un impuesto al patrimonio rural, que hará pagar el tributo de acuerdo con la inversión que cada productor realiza. No desalentará el latifundio, sino la producción, lo que es totalmente al revés de lo que debe ser. De 20 hectáreas hasta 30 mil pagarán de 1 al 2 por ciento y el que tiene más tierras pagará solo

2 por ciento, con lo que no desalentará la tenencia de grandes extensiones. Nuestra interpretación es que al ser un impuesto al patrimonio rural, al que produce se le cobrará más y al que no produce se le cobrará menos.

En cuanto al tributo a la soja, si la intención del Estado es reinvertir el impuesto cobrado, creemos que también debe cobrar a otros rubros, pero previamente debe

haber un plan de desarrollo nacional para determinar claramente en qué será invertido el dinero. Hasta ahora no hay ningún plan y solo se anuncia el cobro del impuesto, lo que para nosotros no tiene sentido. Un día dicen que es para comprar tierras, otro día para luchar contra la pobreza, pero real y concretamente no hay un plan de desarrollo nacional dentro de una política nacional.

para mejorar la cantidad y la calidad de la producción, debe ser mucho mayor que 10 hectáreas.

Considerando que la producción del campo mira el abastecimiento de los mercados nacionales, que

tampoco puede concretarse sin introducir tecnología, 10 hectáreas son apenas aceptables.

La FNC reivindica unas 15.000 hectáreas de tierras desde el año 2000 para las familias, prioritariamente

de los departamentos de Caaguazú, Caazapá y Misiones. Días pasados, cumplimos con el Gobierno en entregar el censo de las más de 11 mil familias para quienes pedimos tierra. Ahora esperamos la respuesta.

No Jornal *Ultima Hora*, de Assunção, do dia 1º de novembro de 2004, o periódico traz a notícia “*El Estado paraguayo nunca tuvo ni tiene una política de desarrollo rural*”, momento em que uma liderança se expressa no contexto das discussões de revisão do Estatuto Agrário do País, promovendo dura crítica ao governo nacional do Paraguai. Nesse contexto, a liderança promove a FNC em suas funções junto aos trabalhadores, especialmente os camponeses, falando de temas polêmicos como a repartição de terras, o comportamento dos órgãos do Estado junto aos trabalhadores rurais, as novas aspirações da Federação Nacional Campesina e os futuros programas que este órgão pretende articular.

Ainda faz reflexão em torno da produção no País, momento em que direciona seu discurso aos grandes empresários agrícolas, especialmente sojicultores, deixando transparecer a necessidade de um maior controle sobre os impostos que estes pagam, defendendo a necessidade de o Estado possuir um plano de desenvolvimento nacional para determinar a cobrança de impostos dos agricultores. Impostos que deveriam levar em conta as especificidades de cada produtor, a proporcionalidade de terras e a quantidade de produção.

Dois aspectos importantes devem ser percebidos nessa fonte. Em primeiro lugar, a construção do problema, e, em segundo, a constituição de uma concepção abrangente e circular em torno do processo de comunicação que, ao que parece, a liderança da FNC sabe que o periódico, por meio da difusão, é capaz de desenvolver.

Na continuidade da proposta da pesquisa, elencamos a análise de documentos oficiais e constatamos algumas dessas questões na relação dialética entre as fontes em diferentes contextos de criação. Citamos o Artigo 83 da Constituição de 1967, Artigo que foi eliminado na nova Constituição Nacional de 1992, textualmente o Artigo 83 expressa:

Toda familia tiene derecho a un hogar asentado sobre tierra propia para lo cual se perfeccionarán las instituciones y se dictarán las leyes más convenientes a fin de generalizar la propiedad inmobiliaria urbana y rural y promover la construcción de viviendas económicas, cómodas e higiénicas, especialmente para trabajadores asalariados y campesinos” (ARTIGO 83, CONSTITUCIÓN NACIONAL DE LA REPÚBLICA DEL PARAGUAY, 25/08/1967, p. 09).

A Lei que garantia os direitos descritos para todos os cidadãos e que imputava ao Estado certas obrigações em 1967, desaparece na Constituição Nacional de 1992, a qual menciona o direito a uma casa digna, sem fazer qualquer menção à terra e à propriedade. O Artigo 100 destaca:

Todos los habitantes de la República tienen derecho a una vivienda digna. El Estado establecerá las condiciones para hacer efectivo este derecho y promoverá planes de vivienda de interés social, especialmente las destinadas a familias de escasos recursos mediante sistema de financiamiento adecuado (ARTIGO 100, CONSTITUCIÓN NACIONAL DE LA REPÚBLICA DEL PARAGUAY, 20/06/1992, p. 25).

Nossa análise acerca do conjunto Constitucional desses dois diferentes momentos históricos revela um dos objetivos da alteração que é liberar o Estado da responsabilidade que tinha anteriormente sobre a questão, e abrir espaço para o mercado ditar suas regras e intermediar as transações imobiliárias por meio de financiamentos. O aspecto denotado é um aporte liberal substantivo no interior do Estado que se legitima, já que está previsto em lei.

A discussão sobre o direito de propriedade no Paraguai enfoca também o desrespeito às leis paraguaias, especialmente por parte de latifundiários estrangeiros que desviam mercadorias ou comercializam-nas no Paraguai, por terem nesse País menos imposto a pagar. Registramos que, após a transação de compra ou venda de produtos, esses latifundiários não aplicam os recursos obtidos naquele País, o que caracteriza uma prática de exploração de terras paraguaias, com pouco retorno monetário ou benefício econômico ao País⁷⁷.

Na entrevista do sociólogo paraguaio Ramón Fogel, no ano de 2006, ele alerta que

Ahora Paraguay sigue-se nun paraíso fiscal nosotros pagamos la pension tributaria llega a 10% en Producto Interno Bruto, en Brasil varian a 32 e 36% por qué? Porque los Estados tambien cobran impuestos, algunos Estados cobran más que otros, a algun és que aca és un paraíso fiscal, entonces no tienen al presión a seguir (ENTREVISTA: RAMÓN FOGEL, ASSUNÇÃO, 2006).

A perspectiva da fonte oral, conforme expressa a entrevista do sociólogo, também é representativa do problema e vai ao encontro do que nos mostra a matéria do periódico *Ultima Hora*, de Assunção, quando, em caráter de denúncia, sinaliza para o abandono das escolas agrícolas pelo Estado em um país com grande vocação agropecuária, como é o caso do Paraguai.

⁷⁷ No ano de 2013 o Paraguai teve o terceiro maior crescimento econômico do mundo, girando acima de 14%. Nesse contexto, as atividades de reexportação de mercadorias importadas, de exportação de soja (representando o quarto maior mercado exportador do mundo), a carne bovina (representando o sétimo maior mercado exportador do mundo) alavancaram a economia do País. Todavia, em 2013, o País foi considerado um dos mais corruptos do mundo pelo Índice de Percepção de Corrupção da Transparência Internacional; e com uma população de aproximadamente 50% que vive em situação de pobreza (FONTE: MINISTRO GERMÁN ROJAS. MINISTÉRIO DA FAZENDA DO PARAGUAI. 23/01/2014).



Katuete, creada por un 99% de brasileños. La escuela agrícola es como una "isla" para jóvenes campesinos.

CLAUDIO PRIETO

EN KATUETE UNA ESCUELA AGRÍCOLA BUSCA RESCATAR DE LA MISERIA A LOS CAMPESINOS

"Muchos brasileños se llevan la riqueza y no dejan nada"



Alumnos producen su propia yerba mate, orgánica y ecológica. C. PRIETO

EL ABANDONO



■ Roberto Probst (foto), director de la Escuela Agrícola de Katuete, llama la atención sobre el paulatino abandono en que el Estado paraguayo está dejando a las escuelas agrícolas. "El presupuesto que nos daban se redujo de 427 millones de guaraníes a 103 millones. En la realidad se desembolsa una mínima parte, de contramano a las necesidades de un país agropecuario", destaca.

En una colonia creada casi en un 99% por inmigrantes, los jóvenes campesinos parecen extranjeros en su propia tierra.

Andrés Colmán Gutiérrez

Katuete, Canindeyú
Han llegado desde humildes y precarios asentamientos campesinos, muchos sin saber leer y escribir. Parecen extranjeros en su propia tierra. Cuando caminan por las calles de Katuete, su tez oscura contrasta con la de los jóvenes lugareños, que en su mayoría son rubios y de tez pálida, hijos de inmigrantes brasileños, que a su vez son hijos de inmigrantes alemanes. Pero los 78 alumnos de la Escuela Agrícola Katuete aseguran que no hay discriminación.
"Cuando en 1980 iniciamos es-

ta escuela agrícola, nuestra idea era ayudar a los campesinos pobres, sean paraguayos o brasileños, que se estaban asentando en esta zona y no estaban haciendo el uso más adecuado de los recursos de que disponían. Pero hoy, la mayoría de los que tienen dinero en esta zona, son los brasileños. No hay muchos paraguayos con plata. Los inmigrantes están comprando todo, están invadiendo todo", dice el ingeniero Roberto Probst, técnico y religioso de la Congregación Evangélica de Katuete, director de la escuela agrícola privada.

Si bien Probst también es descendiente de inmigrantes, es bastante crítico con respecto a la presencia masiva de los terratenientes brasileños en toda la zona de Canindeyú, Alto Paraná, Amambay, Itapúa y otros departamentos.

"No hay que engañarse. Yo creo que muchos de los extranjeros que han comprado tierras en el Paraguay no aportan mucho al país, porque ni siquiera viven aquí. Para ellos, esto no es un aporte, sino un negocio muy lucrativo", destaca.

El técnico refiere que estos inversores extranjeros "vienen, derriban grandes extensiones de montes vírgenes, destruyen el medio ambiente, avasallan a los campesinos paraguayos con ofertas tentadoras para comprarles sus tierras, produciendo un éxodo cada vez mayor. Cultivan grandes extensiones de soja y trigo en forma mecanizada, le sacan el jugo a la tierra, se llevan toda la riqueza y no dejan nada. Cuando ha dejado de ser negocio, simplemente lo dejan y se van", destaca.

LA OTRA CARA. El ingeniero Roberto Probst sostiene, sin embargo, que hay que ser justos y saber distinguir a la hora de abordar el tema de los migrantes brasileños. "Así como hay muchos brasileños puramente especuladores, también hay muchas familias de migrantes que han venido para quedarse, que ya tienen hijos y nietos paraguayos. Son los brasiguayos, con quienes hay que trabajar en la búsqueda de una verdadera integración", dice.

En la Escuela Agrícola Katuete, los jóvenes campesinos llegan en su mayoría sin ninguna base escolar, y pueden cursar hasta el bachillerato técnico agropecuario.

La institución busca "alertar a los alumnos y a la sociedad acerca de los problemas ambientales; promover una producción agropecuaria y forestal con una orientación ecológica, identificando y difundiendo métodos de producción sostenibles".

Pero, por sobre todo, la escuela busca evitar el éxodo rural, que cada vez se acentúa más, con la extensión de la frontera agrícola por parte de los colonos inmigrantes sojeros, que avasallan con dinero o con productos agrotóxicos a los pequeños agricultores paraguayos.

Entre múltiples actividades, los jóvenes cultivan yerba mate y la elaboran en forma prácticamente artesanal. La yerba, registrada con la marca Katuete, de carácter ecológica y orgánica, es vendida en los comercios de la zona. Lo anecdótico es que uno puede ver con frecuencia a los colonos inmigrantes "brasiguayos" consumiendo con orgullo un tereré con yerba Katuete.

Apesar dos esforços do Governo em estabelecer leis para garantir a propriedade de terras, no Paraguai, aos camponeses, elas seguem na contramão das demandas das organizações dos trabalhadores rurais, pois o antigo *modus operandi* do Estado não é compatível com a abertura de novas ações, de propostas viáveis para o setor. Constatamos que os conteúdos dos discursos das fontes são críticos para com a atual situação, o que está em consonância com a realidade assistida e praticada no campo de trabalho dos pequenos agricultores, bem como com no nosso campo de pesquisa.

É salutar apontarmos aqui os discursos emanados pelos trabalhadores, pelas fontes, bem como pelos representantes dos segmentos rurais camponeses no Paraguai, pois eles são totalmente diferentes e até mesmo antagônicos dos discursos em relação ao trabalho rural sobre o Paraguai ouvidos no Brasil. Os discursos, no Brasil, sobre o meio rural paraguaio fazem referência à produtividade, ao trabalho mecanizado, à tecnologia, à agricultura forte no Paraguai, mas as dificuldades que a grande maioria dos trabalhadores enfrenta naquele País, atualmente, praticamente não aparecem. Dificuldades que são fruto de uma historicidade, de uma situação construída em meio à instabilidade política/social, uma condição que parece se perpetuar no país vizinho ao Brasil.

Percebemos que as políticas e a construção de mecanismos por parte do governo do Paraguai, e que aparecem nos documentos oficiais, sofrem críticas dos paraguaios e também dos brasileiros, uma vez que esses mecanismos se tornam meios utilizados como forma de adquirir apoio político e prestígio junto aos camponeses paraguaios, por serem propostas produzidas em contextos de efervescência das discussões agrárias, ou seja, em momentos estratégicos.

É o caso da Constituição Nacional de 1992, que tinha como dever suplantar as diretrizes da Constituição de 1967, de Stroessner, bem como o da Lei de Fronteiras que visava regularizar a polêmica em relação às propriedades de terras de estrangeiros na região fronteira do Paraguai, problema que se arrasta por praticamente meio século, em grande medida ocasionado pela política de abertura das fronteiras aos estrangeiros, promovida por Stroessner no Estatuto Agrário de 1963. Observamos que são providências que necessitam ser operacionalizadas na prática, atualmente; contudo, elas encontram resistência de setores

políticos e sociais que se identificam com a história de um passado recente e de um Estado que também não possui estrutura para tal ação.⁷⁸

Isso aponta para um antagonismo paradoxal vivenciado pela sociedade rural do Paraguai que, por um lado, é um dos maiores produtores de grãos do mundo, e, por outro, possui uma massa de desalojados de propriedades rurais no País.

Contudo, a relação de coexistência entre brasileiros e paraguaios no Paraguai apresenta-se em plena construção e não dispõe de uma perspectiva unilateral de percepção sobre o tema, pois há interesses coletivos caminhando lado a lado com interesses individuais que, em grande medida, são resultados de projetos políticos arquitetados em outros tempos, mas que na atualidade não operam no sentido de congregar a novidade dos aparatos legais aprovados no país vizinho. Diante disso, é evidente que há um movimento espontâneo de brasileiros que seguiu rumo ao país vizinho que não obedece nem a um, nem a outro ditame orquestrado pelos governos de Brasil e Paraguai, esses brasileiros difundem no Paraguai práticas e representações da brasilidade que os fronteiriços são fruto.

Percebemos a desnaturalização que a sociedade fronteiriça elabora da fronteira, justamente porque os desígnios do Estado não são os interesses da sociedade, e a política emanada pelo Estado sofre resistência do fronteiriço, seja ele o construtor de fronteira, seja ele o cruzador de fronteira. Assim, a partir da década de 1990, assiste-se a uma transformação na fronteira, especialmente no meio rural, que diz respeito à relação do homem com a propriedade de terras, momento em que a agricultura familiar vai perdendo lugar para o avanço da mecanização e difunde no Paraguai o agronegócio.

O agronegócio como modelo agrícola transforma a paisagem natural do Paraguai, faz do País um dos maiores produtores e exportadores de soja do mundo. Entretanto, a forma como o agronegócio se propagou sofre críticas de especialistas que pesquisam o meio rural paraguaio, justamente por não haver regularização dessa forma de produção, o que vai

⁷⁸ Quando falamos da falta de estrutura do Estado na implementação prática das leis existentes sobre o problema da propriedade de terras de estrangeiros na região de fronteira do Paraguai, podemos exemplificar com a *Comisión Interinstitucional de Zona de Seguridad Fronteriza* (CIZOSEF). Para o trabalho desta *Comisión* constam aproximadamente 790 mil propriedades rurais para serem inventariadas. Segundo as autoridades que estão à frente dos trabalhos da *Comisión*, a lei enfrenta resistência especialmente no Congresso paraguaio e várias revisões já foram solicitadas sobre o inventário, isso prejudica o andamento dos trabalhos. Outra questão é o baixo contingente aplicado nesse trabalho, com apenas 16 agentes trabalhando no inventário, ao que consta, segundo as autoridades, esse será um longo trabalho, para muitos anos. Salientamos que os trabalhos de inventário da *Comisión* tiveram início em 2005, e, até esse momento (2014), a fronteira da região ocidental está em fase de conclusão, sendo que a região ocidental praticamente não apresenta problemas em relação à propriedade de estrangeiros, ao contrário da fronteira oriental, que possui menos de 10% da zona de fronteira inventariada.

tornando o Paraguai um país descampado, sem matas, sem rios e, principalmente, sem um lugar/terra para o campesino paraguaio que representa a cultura da forma de ser do agricultor no Paraguai, na medida em que ele cultiva e extrai da propriedade tudo o que necessita, em um modelo de agricultura de subsistência que, segundo especialistas, caracteriza-se pela sustentabilidade. Característica que a grande propriedade, baseada na produção para exportação, o que alimenta o agronegócio, não preserva.

CAPÍTULO IV

FRONTEIRIÇOS CONSTRUINDO FRONTEIRAS

O fronteiriço é pensado por nós tendo como referência o espaço ocupado por determinadas pessoas, as áreas fronteiriças. Não designamos fronteiriços apenas as pessoas que trabalham legalmente no Paraguai ou no Brasil fazendo a transposição dos limites territoriais, mas também aqueles que compreendemos como os sujeitos fronteiriços, ou seja, as pessoas que mantêm contato com áreas de fronteira e desenvolvem diferentes atividades: paraguaios, brasileiros, brasiguaios, grandes agricultores, empresários agrícolas, fazendeiros, bóias frias, camponeses das fronteiras, pescadores⁷⁹. Embora o enfoque central esteja direcionado para os espaços e os sujeitos ligados ao meio rural, é importante destacar também outros sujeitos fronteiriços como o público do turismo de compras, turistas, sacoleiros, contrabandistas, traficantes e falsificadores. O que enfatizamos em nossa pesquisa como marca diferencial são as formas como se dão as relações fronteiriças entre uns e outros. Por exemplo, as pessoas ligadas ao meio rural são identificadas como construtores de fronteiras;

⁷⁹ Incluímos os pescadores como sujeitos ligados ao meio rural, porque mesmo com a profissionalização da atividade e com o cumprimento de vários trâmites burocráticos institucionais, todos os pescadores com os quais tivemos contato também mantêm algum tipo de atividade ligada à área rural. Tomamos como ponto de partida a residência, posto que morar na zona rural torna o custo de vida mais barato – com aluguel, energia elétrica, taxas de água. Outro quesito é a possibilidade de se conseguir recursos que complementem a renda e a alimentação cotidiana, por meio, por exemplo, da criação de galinhas, porcos, vacas, o que propicia a obtenção de ovos, carnes, leite. Outra possibilidade é o de pequenas plantações, como de mandioca, verduras, frutas. Uma questão que se pode verificar também nesse espaço rural é a da manutenção dos petrechos utilizados na pesca que necessitam sobremaneira de local amplo para manejo e armazenamento de barcos, redes de pesca, motores de popa. Enfim, a área rural fronteiriça é mais do que uma residência para o pescador, é o espaço onde ele consegue, de maneira mais eficaz, desenvolver suas atividades ligadas à pesca. Registramos ainda que, no período de proibição da pesca, o da Piracema, os pescadores profissionais são remunerados com um salário mínimo, o que, para a grande maioria, não é suficiente para sua manutenção e a de sua família. Nesse período eles buscam desenvolver outras atividades, geralmente ligadas ao trabalho rural. Outro aspecto a ser considerado, no contexto de pesquisa, é o de que, às margens do reservatório das águas de Itaipu, os pescadores são sujeitos fronteiriços que merecem maior atenção dos pesquisadores, pois, “eles são os que tudo vêem e tudo sabem sobre o que ocorre dentro e às margens do Lago Internacional de Itaipu”.

as demais, como cruzadores de fronteiras, todavia, as duas são fronteiriças. Nossa análise será direcionada ao que entendemos como construtores de fronteira.

A diferença se dá pela maneira como tais pessoas ligam sua vida aos projetos de trabalho que realizam, nesse sentido, as pessoas envolvidas com atividades rurais possuem uma relação diferencial quando moldam o espaço fronteiriço para torná-lo um lugar de convivência ao estilo que lhes agrada e assim constroem o local. Por outro lado, as pessoas que estão ligadas ao turismo, ao comércio, às atividades ilícitas, ou ao trabalho informal, percebem nesse espaço apenas uma forma de obter ganhos rápidos, e não criam vínculos ao cruzarem as fronteiras pelo afã do lucro.

4.1 AGRONEGÓCIO: O ÊXODO RURAL NO PARANÁ E A BUSCA PELA TERRA NO PARAGUAI

As atividades do agronegócio ligadas ao meio rural que existem atualmente no leste paraguaio são ou foram construídas especialmente na última década do século XX, com causas e consequências que ocorriam em outro país, no caso o Brasil. Dentre os aspectos, trabalhamos com quatro fatores ligados ao meio rural que influenciaram diretamente na construção do espaço da fronteira, tanto no oeste do Paraná, no Brasil, como no leste do Paraguai. Num primeiro momento, mais especificamente, em regiões fronteiriças e, posteriormente, em praticamente toda a área agrícola do Paraguai. Ao final dos anos de 1990 e início do século XXI, tal fenômeno se concretizou formando um novo modelo agrícola pautado em grande medida na busca excessiva da produção para exportação e no cultivo mecanizado de grandes extensões de terra denominado de agronegócio.

Sublinhamos que a soja tornou-se o produto característico que vem moldando a fronteira construída entre Brasil e Paraguai, é uma atividade monocultora naquele País, a qual se destaca pela forma de produção mecanizada. Isso tem proporcionado aumento significativo nos valores aplicados à terra enquanto mercadoria, tanto no Brasil quanto no Paraguai, ainda no final do século XX. Tais demandas reconfiguraram a paisagem natural paraguaia com grandes extensões de terras destinadas ao plantio, o que se prolonga nos dias atuais.

Com base nessas informações, é importante frisar que, na primeira metade da década de 1970, o estado do Paraná era partícipe e também começava a assistir e a ditar o futuro modelo agrícola que, posteriormente, cruzaria a fronteira Brasil-Paraguai. Nas décadas posteriores, atuaria como modelo desagregador da mão de obra braçal, aos moldes do que

ocorreu com o êxodo humano no Paraná, quando houve diminuição drástica do plantio e da produção de gêneros alimentícios que angariavam grande número de trabalhadores, bem como na redução dos espaços de plantio de cultivos tradicionais como o café. A produção de cultivos que exigiam maiores extensões de terra – soja – influenciou diretamente nesse contexto sobre a demografia no Estado.

QUADRO 08 – DIMINUIÇÃO DA ÁREA DE CULTIVOS ALIMENTARES – PARANÁ DE 1970 A 1975

Aumento da área da soja	1.219.000 ha
Diminuição da área das outras lavouras temporárias	185.000 ha
Diminuição da área de Café	127.000 ha
Redução total da área de lavouras tradicionais	312.000 ha

Fonte: Centro de Estudos Migratórios – CEM: *Brasiguaios*. São Paulo: AGEN, 1989, p. 8.

A modernização agrícola conservadora tem como uma de suas consequências o aumento das áreas de monocultivo – especialmente de soja – esse foi um dos fatores que mais contribuiu para a saída de 1,2 milhões de pessoas do Paraná, e dessas, em torno de 590 mil – praticamente 50% – foram para o estado de São Paulo, na década de 1970. Outro fator que fez com que milhares de pessoas deixassem o Paraná foi a falta de investimento no setor rural para aos trabalhadores que não possuíam terras, o número de pessoas que não tinham terras girava em torno de 400 mil pessoas, representando cerca de 33% do total das pessoas que saíram do Estado, em outras palavras, 1/3 da demanda.

O número de 1,2 milhões de pessoas que deixaram o interior do Paraná, na década de 1970, representa aproximadamente 20% de todo o contingente que fez parte do êxodo rural do País, que girou em torno de 6 milhões de pessoas nesse período. Em relação ao fluxo paranaense, apenas é possível identificar o local de destino após a primeira migração endógena, uma vez que a grande maioria foi para o estado de São Paulo – 590 mil pessoas – os outros destinos mais procurados foram o Mato Grosso com 112 mil, e o Mato Grosso do Sul com 107 mil. Do contingente que se destinou aos estados do Centro Oeste brasileiro acredita-se que muitos dos que cruzaram a fronteira do Brasil faziam parte de outra estatística que obedece à migração exógena, especialmente para o Paraguai (CF. CENSO AGROPECUÁRIO DE 1982; CENSO DEMOGRÁFICO DE 1980).

A saída de milhares de pessoas do meio rural e o aumento de milhões de hectares de terra para produção agrícola era uma conta que não fechava, mas foi o que se apresentou na década de 1970 tanto no estado do Paraná, quanto no Brasil, de forma geral. Esse panorama já

evidenciava um futuro crescimento para fora do Paraná e, em continuidade, para além das fronteiras do Brasil. A matéria do Jornal *O Estado de São Paulo*, editada a partir de sua sucursal de Curitiba anunciava que

Nos últimos dez anos, enquanto 1,3 milhão de hectares foram agregados à área de cultivo agrícola do Paraná, cerca de 1,2 milhão de pessoas deixaram o Estado, saindo principalmente da área rural. O confronto entre as duas informações – uma do Censo Agrícola e a outra do Censo Demográfico – evidencia um intenso processo de modernização que anexou, numa década, 60 mil novos tratores e introduziu a mecanização agrícola nas principais culturas. Mas os dados do Censo Agrícola também revelam que a fronteira agrícola do Paraná está praticamente esgotada e que o crescimento da produção agrícola do Estado terá de passar, necessariamente pelo aumento da produtividade e não mais pela expansão das áreas de cultivo (JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, 04/04/1982, S/p.).

Ao apontar a especificidade da produção de soja no interior da modernização agrícola do Estado do Paraná, atuando como a precursora do que viria a ser um dos principais cultivos agrícolas a fomentar o agronegócio, a fonte derivada da imprensa deixa transparecer claramente a necessidade de saída da população do Paraná para outras regiões. Segundo o Jornal *O Estado de São Paulo*,

O processo de modernização introduzido com a soja tem uma velocidade que, de modo algum, a industrialização do Paraná pode acompanhar e, por isso, a população rural que sai do campo *deve* procurar, principalmente em São Paulo, ocupação que não encontra dentro do Estado. Também os trabalhadores *dispensados* com a redução das lavouras de café *precisam* migrar para as outras áreas (JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, 04/04/1982, S/p.).

A matéria apontada enfatiza, com verbos imperativos, a condição em que se encontravam os milhares de trabalhadores dispensados que, por força da modernização agrícola, *devem* e *precisam* deixar o Estado em busca de novas oportunidades, uma vez que o crescimento das grandes plantações com a modernização não obedecia ao mesmo ritmo de crescimento do mercado de empregos ofertados pela indústria no Paraná. Assim sendo, representavam uma massa de trabalhadores *dispensados*.

QUADRO 09: VARIÁVEIS DO MEIO RURAL NO ESTADO DO PARANÁ (1970-1980)

Variáveis/ Anos	Nº de estabelecimentos	% de produção Total	% da Mão de obra	Hectares ocupados com soja
1970	554 mil	93%	62%	300 mil
1980	454 mil	89%	42%	2,4 milhões

Fonte: Elaboração a partir dos dados do Censo Agropecuário 1982, e do Censo Demográfico 1980.

O pico nas proporções elencadas no quadro acima, referente à década de 1970, mostra um paradigma antagônico entre os dois períodos (1970 e 1980). As proporções representam, em pouquíssimo tempo, um modelo desagregador de pessoas ligadas ao trabalho agrário. Em consequência, o desaraigo com a terra – no Estado do Paraná – tanto que a grande maioria das pessoas que saíram do Estado, expulsas pela modernização, já obedecia à segunda ou à terceira migração endógena, e tinha em média apenas cinco anos de permanência ou estada no Paraná.

Outra consequência é a inversão da forma de crescimento urbano-rural quando o meio urbano passou a se desenvolver com maior rapidez, anexando maiores contingentes e reduzindo o número de estabelecimentos rurais que, em dez anos, fez com que cem mil estabelecimentos fossem anexados à nova forma de produção; com o aumento da área de ocupação do monocultivo – soja – a mão de obra foi reduzida em mais de 30% no quadro total dos estabelecimentos, e a área de aumento da produção cresceu cerca de oito vezes em uma década, e reduziu em torno de 4% a produção total entre 1970 e 1980, com o modelo que agrega grandes extensões de terra.

Outra maneira de analisarmos as consequências do processo é perceber que, a partir da década de 1960, tal como o caderno do Centro de Estudos Migratórios apresenta, há um dado que colabora para a representação da perspectiva expansiva da agricultura paranaense⁸⁰ que pode ser exemplificada pelo modelo de produção mecanizada no Estado.

Tomamos como base para alimentar as informações sobre a mecanização agrícola no Paraná os dados do Censo Agropecuário de 2006 e do Centro de Estudos Migratórios de 1989, que dispõe sobre a venda de tratores, uma máquina que simplifica a nossa forma de

⁸⁰ Insistimos aqui no tocante aos índices do estado do Paraná, pois esse representou um dos maiores índices de modernização agrícola conservadora do Brasil, a partir da segunda metade do século XX, bem como possui forte relação com a entrada de milhares de pessoas no Paraguai; e que, em grande medida, exportou não apenas pessoas, mas um conjunto que favoreceu a expansão agrícola que se criou no Paraguai a partir do modelo de sua expansão rural.

dizer sobre a mecanização rural. Logicamente não ignoramos outros maquinários, nem mesmo a tecnologia de insumos e sementes que se fez presente no contexto de desenvolvimento rural (1970-1980) e segue até a atualidade, mas damos enfoque central ao número de tratores existentes.

QUADRO 10 – NÚMERO DE TRATORES EXISTENTES NO ESTADO DO PARANÁ

ANO	NÚMERO DE TRATORES
1960	5.181
1970	18.619
1975	52.498
1980	79.377
1995	121.827
2006	113.718

Fonte: Adaptação entre os dados do Centro de Estudos Migratórios – CEM: *Brasiguaios*. São Paulo: AGEN, 1989, p. 8. Do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. E do Censo Agropecuário, 2006.

O quadro apresentado demonstra um efetivo aumento no número de máquinas (tratores) existentes no estado do Paraná ao longo da segunda metade do século XX, havendo, desde a década de 1960 até o ano de 1995, um aumento real de mais de 2.200% apenas nesse item. Isso é representativo do modelo agrícola implantado no Paraná e exportado, posteriormente, para o Paraguai, apresentando-se como uma fronteira ligada à produção e à reprodução de um modelo agroexportador, ao longo da faixa fronteira com o País vizinho ao Brasil, a chamada região de fronteira oriental do Paraguai.

Na virada do século XX para o XIX, percebe-se um decréscimo no número de máquinas (tratores) no Paraná, nesse contexto o Brasil passa a ter amplos projetos de auxílio destinado ao setor rural e também passa a substituir grande parte dos maquinários que, com o passar das décadas, ficam obsoletos, o que denota a inversão do crescimento. O Relatório da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA) do ano de 2006 nos dá um ponto de vista muito próximo ao do que se assiste no campo de pesquisa.

Até 2000, quando o governo cria o MODERFROTA⁸¹, a produção vai aos altos e baixos, sempre maior do que 22 mil unidades e nunca superior a 69 mil. A partir de 2000, quando o governo passa a injetar regularmente e no – *timing* adequado – recursos na agricultura, oferecendo crédito para a mecanização (a juros, prazos e volumes compatíveis com a atividade), a produção de

⁸¹ Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras.

tratores e máquinas agrícolas salta de 35,5 mil unidades em 2000 para 44,3 mil no ano seguinte, e 69,4 mil em 2004. (ANFAVEA, 2006, p. 156).

Destacamos que a variação apontada, nesse período, sofreu influência não só do MODERFROTA, mas também de outro vetor – o da redução da oferta de serviços agrícolas efetuados por tratores. Esse fenômeno passa a ser percebido, a partir do ano de 1996, quando há o aumento gradativo do modelo de plantio direto e também da aplicação da aviação agrícola, o que acaba reduzindo ou substituindo os serviços que tradicionalmente eram executados por tratores.

Os números expressos relativos à diminuição de cultivos convencionais e ao aumento da mecanização agrícola, no Paraná, estão diretamente ligados a um terceiro elemento que constitui a questão central desse processo, a terra, mais precisamente, ao aumento gradativo da extensão de terras cultivadas e do valor do hectare no Brasil e no Paraguai. Como exemplo, nos deteremos ao período de 1975 e 1988, um curto espaço de tempo para mostrar a evolução desse processo enquanto terra de comércio e seus correspondentes valores.

QUADRO 11 – PREÇOS DAS TERRAS DE PRIMEIRA EM SÃO PAULO⁸² E NO PARAGUAI

Ano	1975	1979	1982	1983	1988
Local	Cr\$/ ha	Cr\$/ ha	Cr\$/ ha	Cr\$/ ha	Cr\$/ ha
BRASIL – SP	10.270,00	35.384,84	482.000,00	956.155,00	289.000,00
PARAGUAI	800,00	1.500,00	150.000,00	800.000,00	100.000,00

Fonte: BATISTA, Luis Carlos. *Brasiguaios na Fronteira: caminhos e lutas pela liberdade*. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana. Universidade de São Paulo: 1990, p. 69.

Na análise dos dados que compõem o quadro devemos levar em consideração as altas taxas de juros praticados no Brasil entre os anos de 1975 e 1988. Havia índices de juros que representavam súbitas altas e baixas de valores das mercadorias, em consequência o mesmo ocorria com as terras. Embora se considere a variável – juros – em relação a essa questão, é possível ver como o valor das terras no Paraguai passou a acompanhar os valores praticados no Brasil durante os anos do auge da entrada de brasileiros no Paraguai.

Em 1975, o valor das terras no Brasil era mais de dez vezes que o valor das terras no Paraguai; em 1979, essa proporcionalidade aumentava ainda mais, passando a ser esse valor

⁸² Nesse demonstrativo utilizaram-se os preços referentes ao estado de São Paulo, pois no Paraná havia muitos conflitos ligados ao setor e o mercado de terras era extremamente especulativo, justamente por ser aquela uma região de colonização tardia, o que poderia prejudicar uma análise comparativa mais contundente em relação aos preços praticados.

mais de vinte vezes. Posteriormente, em 1982, chega ao equivalente a 1/3 do valor entre Brasil e Paraguai, o que quase se mantém no ano de 1988. Já no ano de 1983, o valor do hectare de terra no Paraguai chegou a ser 1,2% mais barato do que os valores praticados em São Paulo, ou seja, o valor da terra naquele País praticamente se igualou às do Brasil. Sem dúvida, a principal razão para o aumento, ou equiparação dos valores é a demanda por terra, especialmente por estrangeiros e, entre esses, grande parte eram brasileiros. Essa característica de relação com a terra vai formar um mercado de compra e venda de propriedades de terras entre o Brasil e o Paraguai, o que é implementado pelo bom desenvolvimento agrícola no Paraguai, isso vai provocar a reorganização do espaço geográfico na fronteira entre os dois Países, situação acompanhada de perto por Stroessner.

É na década de 1970, no contexto do governo ditatorial de Stroessner, o auge da entrada de brasileiros no Paraguai, momento em que evidenciamos o como era estabelecido o controle de entrada dos pequenos e médios agricultores estrangeiros naquele País. A título de verificação, trabalhamos com fontes que provêm do *II Departamento de Estado Mayor de las Fuerzas Armadas de Paraguai FF.AA*, que mantinha a entrada de estrangeiros no Paraguai sob o controle direto de Stroessner (Anexo I).

Elegemos o controle da lista de imigrantes estrangeiros que entraram no Paraguai no mês de julho de 1974, tendo como agente controlador o Quartel General em Villarica, capital do Departamento de Guairá, conhecido também como o IV Departamento, que estava sob os cuidados do General de Brigada e Comandante da 2ª Divisão de Infantaria Otello Carpinelli Yegros. Embora o controle provenha de um Departamento que não está situado na fronteira entre Brasil e Paraguai, o destino das pessoas que comportam o registro são, em sua grande maioria, dos Departamentos de Alto Paraná e Canindeyú, em distritos como Mbaracayú, Santa Rosa del Monday, Hernandárias, Cedral e Santa Rita.

Pontuamos que outras localidades também figuram nos registros, mas em menor quantidade de vezes. Ainda que consigamos fazer a verificação de origem e destino das pessoas, não é possível apontar se esse controle era para postular documentos ou apenas para identificá-los, levantamos essa problemática porque tem sido uma questão que insiste em aparecer na pesquisa, ou seja, o considerado falho controle no processo migratório brasileiro ao Paraguai. Por meio desses registros, nota-se que havia controle por parte das Forças Armadas do Paraguai sobre a entrada de estrangeiros no País, todavia não fica claro qual era o destino que essa forma de controle tomava no interior da ditadura de Stroessner.

A fonte aparece como um documento “reservado”⁸³ e apresenta variáveis importantes, por exemplo, na lista figuram, coincidentemente ou não, apenas pessoas de nacionalidade brasileira. A Nota nº 23 comunica a “la lista de personas extranjerias que ingresaron al País a redicarse” (GENERAL OTELLO CARBINELLI YEGROS, NOTA Nº 23 DE 16/08/1974). São ao todo 1092 pessoas, distribuídas ao longo do mês, em 181 registros, todos referem-se à aquisição de terra. Dessas pessoas, em torno de 53% (581) eram homens e 47% (511), mulheres, obedecendo a uma proporção percentualmente equilibrada em relação ao gênero. Ao analisarmos o nome principal da pessoa que dava entrada no País – supostamente o comprador da terra – verificamos que em 178 registros constavam o nome de homens; em apenas três, o nome de mulheres.

Em relação à procedência, aparecem quatro estados brasileiros como locais de saída das pessoas. 165 registros (91%) apontam como lugar de origem das pessoas o estado do Paraná; 08 registros (4,5%), o estado do Rio Grande do Sul; 06 registros (3,3%), o de Santa Catarina; 02 registros (1,2%), o de São Paulo. Os números levantados a partir das informações dos registros confirmam em grande medida o que a literatura sobre o tema dispõe, ou seja, a grande maioria das pessoas que entravam no Paraguai era proveniente do sul do Brasil.

O conjunto ora analisado revela um modelo característico do perfil do pequeno e médio agricultor brasileiro, especialmente do sul do Brasil, com forte incidência de nomes e sobrenomes de origem ou descendência italiana e alemã. Revela ainda o número de pessoas nas famílias – uma média de mais de seis pessoas em cada uma, com uma faixa etária que gira em torno de trinta e oito anos de idade entre as pessoas registradas como proprietárias das terras compradas.

As terras adquiridas são provenientes de vários vendedores, o que chama a atenção, no entanto, é a presença de apenas um proprietário paraguaio sendo vendedor de várias porções adquiridas pelos brasileiros, um exemplo é Avelino Victorelli que aparece, nos registros, como vendedor de 35 propriedades em torno de aproximadamente dois mil hectares. Estes foram vendidos em parcelas que vão de 350 a 12 hectares na Colônia Santa Rosa del Monday, no Departamento de Alto Paraná. Uma indicação que vai no sentido oposto à política de distribuição de terras para os camponeses no Paraguai é a referente à presença do

⁸³ A fonte traz ao todo 185 registros, porém foi possível fazer a análise de 181 registros, entendemos que os outros 4 registros, que não aparecem na fonte, não comprometem a análise e a exposição da mesma.

Instituto de Bienestar Rural (IBR) como vendedor de terras para brasileiros – a venda de 50 hectares em Santa Fé e de 125 hectares em Santa Rosa del Monday.

As propriedades compradas e que constam no registro do mês de julho de 1974 compreendem 16.271 hectares. Considerando que dois compradores, nos 181 registros analisados, adquiriram 6.000 e 2.500 hectares respectivamente, restando 7.771 hectares para 179 compradores. Isso aponta para a formação de propriedades com pouco mais de 43 hectares para cada família, constituída de seis pessoas ou mais, ou seja, de pequenos proprietários e grandes famílias. Embora insistamos em postular uma média de terras por família como maneira de buscar um perfil do agricultor brasileiro que se destina ao Paraguai, nos anos 1970, os registros apontam características que não seguem um padrão. Por exemplo, quando se detecta na fonte a venda de 6.000 hectares para uma família de três pessoas, tendo como comprador o jovem Djalma de Oliveira, de 27 anos de idade, que adquire a propriedade em Hernandarias. A fonte traz também a informação de uma compra de terras de 3.000 m², o que equivale a 30% de um hectare de terras em Colônia Mbaracayú, pelo senhor Bras Feijó, de 42 anos de idade, responsável por uma família de 10 componentes. As duas informações assinalam para a disparidade dos componentes fronteiriços brasileiros que começava a se formar no Paraguai de maneira mais sólida, com a construção de um espaço de moradia e trabalho ligado a propriedade de terras.

O que contribui sobremaneira para o entendimento da análise da fonte são os preços das terras praticados naquele contexto, conforme destacamos anteriormente, a ineficiência de uma política de Reforma Agrária no Brasil e o conflituoso contexto por que passava o setor rural. Destaque para o oeste do estado do Paraná, na década de 1970, marcado especialmente pelo crescente êxodo rural e pelo crescimento das áreas urbanas, o que levou muitas pessoas a procurar terras além das fronteiras nacionais, conforme apontam as fontes.

Na intenção de quebrar a frieza dos números dos registros acima destacados, buscamos evidenciar o funcionamento do aparelho burocrático da ditadura de Stroessner que acompanhavam os documentos, enfatizamos alguns aspectos. Um fator no mínimo diferencial no conjunto de fontes apresentadas como ‘reservado’, provindas do *II Departamento de Estado Mayor de las Fuerzas Armadas del Paraguay*, é que parece ser comum no decorrer do processo de elaboração dos registros enviar ao General Stroessner as impressões do local/lugar. Dentre as impressões, pode ser encontrada qualquer informação, tais como: a quantidade de chuva do período quando o documento estava sendo produzido; o

desenvolvimento da agricultura e da criação de gado; o movimento da oposição nas campanhas eleitorais; o término do ano letivo escolar; as atividades da população, da igreja, e do exército; a riqueza dos brasileiros em Canindeyú; a quantidade de serrarias; a quantidade percentual de brasileiros; a influência da cultura dos brasileiros em Salto del Guairá; a preocupação dos agricultores com os baixos preços dos produtos; entre outras informações que faziam parte do controle cotidiano de Stroessner. Alguns desses fatores podem ser visualizados nos Anexos II e III.

O que contribui para a nossa análise, no tocante a afirmar o rígido controle que era elaborado sobre os imigrantes estrangeiros que entravam no Paraguai, fica evidente na Nota 111 da *5ª División de Infantería de San Isidro de Curuguaty*, no Distrito de Salto del Guairá, expedida pelo Capitão Lorenzo Bernal e pelo General Jose Roa Benitez que, em 29 de setembro de 1982, apresentaram o resumo do montante de 436 transmissões de mensagens entre o *Comando en Jefe* e a *5ª División de Infantería de San Isidro de Curuguaty* (Anexo IV), a grande maioria com informações sobre estrangeiros. A fonte evidencia que se observava de perto os resultados dos planos de governo em relação à *la Marcha se hacia al Este*, juntamente com um amplo movimento humano espontâneo, especialmente de despossuídos – mas controlados de perto por Stroessner.⁸⁴

No início, os brasileiros ocuparam no Paraguai parcelas de terras que configuravam pequenas propriedades, especialmente na fronteira com características de agricultura familiar. O princípio do processo de colonização rural foi marcado por ampla diversificação de culturas agrícolas e de exploração de recursos naturais. A exploração de madeira, especialmente de madeira de lei, que foi o primeiro ciclo, tinha como objetivo a comercialização com o estado brasileiro do Paraná, que recebia a madeira cerrada do Paraguai, fazia o beneficiamento e, posteriormente, enviava-a para o resto do Brasil⁸⁵.

⁸⁴ Analisamos também fontes de mesma natureza no *Comando en Jefe de las FF.AA. de la Nación, do II Cuerpo de Ejercito*, da *5ª División de Infantería de San Isidro de Curuguaty*, do Departamento de Canindeyú, em que o Tenente da 1ª Infantería, Francisco E. Rodrigues, e o General da Brigada da 5ª D.I., Jose Roa Benitez emitem informações para Stroessner sobre a quantidade de imigrantes, mostrando na nota de 20/09/1982 a demanda 786 registros de entrada de brasileiros no País no mês de agosto de 1982, nessa zona.

⁸⁵ Em 1985, imensas fileiras de caminhões preenchiam a carretera internacional que liga o Paraguai com o Porto de Paranaguá, momento em que aproximadamente quinze mil caminhões se revezavam entre o transporte de madeira e posteriormente o de soja. Madeira e soja, binômio assinalado, em princípio, apenas como um inconveniente para as áreas de florestas do Paraguai, uma vez que, para um existir, o outro vai se extinguindo (CF.: JORNAL *ULTIMA HORA*. ASSUNÇÃO, 22/06/1985, p. 13).

Em outro momento, as plantações de menta para extração de óleo se tornam o cultivo mais expressivo realizado pelos brasileiros no Paraguai, a produção de menta é muito utilizada como maneira de “amansar” a terra para outras culturas agrícolas.

O cultivo de produtos alimentares tradicionais é uma característica que marca a agricultura familiar, como arroz, feijão, mandioca, batata, carne, hortaliças e frutas, esses produtos formam um conjunto propício não apenas para o comércio, mas, sobretudo, para a manutenção familiar no meio rural, destaca-se que a colonização rural brasileira no Paraguai obedeceu, num primeiro momento, a esse modelo, ou seja, o da agricultura familiar com famílias numerosas e pequenas propriedades.

O algodão, que ainda possui números expressivos de produção no Paraguai, representou para os brasileiros que entravam no País, na década de 1980, não apenas um produto agregador de valores, mas também um contingente interessante de mão de obra, o que era um dado substancial, quando o Paraguai recebia milhares de pessoas semanalmente, ou seja, a produção algodoeira assimilava, mesmo que sazonalmente, muitos trabalhadores.

Nesse sentido a extração de madeira, a produção de menta, de produtos alimentares e a intensificação do plantio de algodão exigem maior aplicação da mão de obra familiar, o que marcou o início da colonização rural brasileira no Paraguai.

Registramos que, embora haja, concomitantemente ao modelo agrícola familiar, a constatação da existência de grandes extensões de terras, eram as grandes estâncias – fazendas de gado – que se localizavam praticamente em todo o território nacional do Paraguai e que tinham parcelas consideráveis de matas, um modelo de produção em grandes extensões, mas que, todavia, ainda não demandava grande contingente de mão de obra para o manejo.

Neste contexto (1970-1980), ainda não havia a incidência do agronegócio, que passa a ganhar espaço, em princípio com a abertura das fazendas de gado, com a derrubada de matas para a formação das plantações de soja, bem como, com a assimilação de terras destinadas ao campesino paraguaio, parcelas de terras que passam a ser mecanizadas e utilizadas para fazer parte da produção agroexportadora em mãos de grandes proprietários.

No final da década de 1990 e início do século XXI, o Paraguai passa a praticar um novo modelo agrícola que se deu com a diminuição da pequena propriedade e, em consequência, dos pequenos proprietários, que, apesar de se enquadrarem como médios proprietários – com faixa de terras acima de 50 hectares – suas atividades ainda eram mantidas com a aplicação do trabalho familiar. A partir desse período, há forte entrada e

implementação de recursos tecnológicos no setor rural paraguaio, desde maquinários, até os mais variados insumos para a produção, como defensivos, inseticidas e pesticidas, aplicação de dessecantes, e, sobretudo, a utilização de sementes modificadas – as transgênicas – tudo isso, voltado à plantação de soja que vai remodelar o aspecto físico da fronteira. Modelo agrícola que se desenvolveu no Paraná e ultrapassou as fronteiras nacionais.

O “descuido” político governamental em relação à distribuição equitativa da terra – que parece uma endemia em muitos países – desde o século XIX no Paraguai, propiciou a existência dos grandes latifúndios. Situação que resiste até a atualidade, esta condição vem aliada à política de interesses internacionais desde o pós-Guerra (1864-1870); à truculenta condição sócio-política de entre-guerras (1870-1932); e posteriormente no orquestramento ditatorial na sociedade paraguaia por Stroessner, ao longo de sua ditadura (1954-1989). Esses marcos políticos possibilitaram o desenvolvimento do processo de implementação da monocultura, especialmente com a viabilização de grandes propriedades e oferecimento de condições necessárias ao desenvolvimento desse modelo produtor no País, em que os brasileiros representam cifras significativas.

Na atualidade, as grandes propriedades criaram formas de se perpetuarem no Paraguai, o que mais fica evidente é a proteção política, em que qualquer plano de Reforma Agrária, ou assentamento rural, é inviabilizado pelo setor político do País, que, em grande medida, conta com o subsídio de grandes fazendeiros, para, em contrapartida, os políticos garantirem a proteção dos latifúndios sob a tutela do “estamento democrático” no governo paraguaio. Inclusive houve considerável aumento no número de grandes propriedades no Paraguai, nos últimos 20 anos, bem como houve o aumento de *carperos*. A fórmula para garantir o latifúndio parece seguir uma condição *sine qua non*, que se dá por meio da política, situação que se prolonga desde o contexto de pós-Guerra (1870), apenas alteram-se os atores que a compõem.

A partir de 1989 – um pouco antes do processo mais intenso da produção monocultora e no mesmo contexto da abertura democrática no Paraguai, com a queda da ditadura de Stroessner –, passa a ocorrer o aumento das manifestações livres e a criação de movimentos em defesa e busca por terra no País para garantir o direito dos camponeses. Manifestações que se ampliam sobremaneira no século XXI. Percebemos que a intensidade desses movimentos e manifestações acompanha o novo modelo agrícola no Paraguai que fez com que o País se tornasse um dos maiores exportadores de soja *in natura* do mundo. Isso em

razão das grandes extensões de produção para monocultura, do massivo latifúndio capitalista a serviço do mercado exportador. Tais ações tiveram como consequência o aumento da desigualdade social no setor rural e o do desflorestamento. Houve a saída do campo – segundo estimativas e considerando a redução de propriedades rurais dos últimos anos (julgando que cada propriedade mantém uma família) – de aproximadamente nove mil famílias a cada ano, que possuem como destino para as periferias dos principais centros urbanos do País.

Um exemplo desse novo modelo agrícola pode ser visualizado também nas novas extensões de lavoura que foram abertas para o plantio de soja no Paraguai, o que explica, mas não tudo, o aumento da produção nacional. Para o setor campestre, que busca maior equiparação na distribuição e uso da terra, a prática exportadora é excludente, significando a perda de terras que possivelmente serviriam para a Reforma Agrária.

O sociólogo Quintin Riquelme, a partir de dados do relatório do Ministério de Agricultura e Ganaderia, observa o seguinte:

Los 136.819 lotes distribuidos en el marco de la reforma agraria de 1960 a 2005, en la Región Oriental, con su superficie de 3.671.674 hectareas, pasó en el Censo Agropecuario de 2008 a 241.956 lotes y la superficie bajó a casi la tercera parte, 1.340.096 hectáreas. El promedio de la superficie de lotes descendió de 26,83 a 5,5 hectáreas. Los números evidencian que se ha producido un rápido proceso de parcelación de los lotes agrícolas y una considerable disminución de la superficie (RIQUELME, 2013, p. 54).

Ao visualizarmos esses dados e a questão na fronteira com o Brasil – região da fronteira oriental – verificamos que há nítida polarização entre grandes e pequenas propriedades, redução de espaços destinados ao plantio de alimentos e progressivo aumento da população nos departamentos de Alto Paraná, Amanbay e Canindeyú, parcela que passará a requerer mais alimentos.

Do ano de 1960 a 2008, houve aumento do número de lotes em mais de 76%, passando de 136.819 para um total de 241.956, em praticamente meio século que marca as discussões sobre a Reforma Agrária no Paraguai. De outro lado, há a redução de aproximadamente 64% da quantidade de terras destinadas para este fim, bem como a diminuição de cerca de 80% do tamanho de cada lote. Esses dados não são compatíveis com uma proposta de Reforma Agrária, na medida em que 5,5 hectares tornam-se incapazes, na grande maioria das vezes, de manter o sustento de uma família no meio rural.

Na contramão desses números, temos o aumento gradativo da superfície de terras que é destinada ao monocultivo de soja, em 18 anos passaram de 833.005 hectares para 3.157.600 hectares, um aumento real de superfície que gira em torno de 280%. Para o sociólogo e coordenador das pesquisas ligadas às questões rurais do Centro de Documentación y Estudios do Paraguai, isso é muito grave. Segundo Quintin Riquelme,

[...] el cultivo de la soja iba aumentando a poco, pero en a partir de 2000 comieça a suya aceleración, entonces tenemos datos de, por exemplo, en 2003 se cultivava 1.500.000 hectareas y en 2004 se salto para 1.900.000 hectareas, o sea, 400.000 hectareas de soja en solo un año, en un País pequeño como Paraguay, se eso for crescer en el Brasil se explicaria, pero acá es mucho! ¿Entonces donde conseguiran tanta tierra? ¿Donde conseguiran 400.000 hectareas de tierra? Algunas si, son estancias, estancieros que venden suyas tierras, otras son deforestación de bosque, que, todavia, quedo, pero se estima que 50% de las tierras pertenecian a las familias campesinas (ENTREVISTA: QUINTIN RIQUELME, ASUNCIÓN, 2013).

Na intenção de auxiliar com os dados apresentados na entrevista, construímos uma tabulação acerca do contínuo crescimento da superfície de soja cultivada no Paraguai, nos últimos 18 anos. Percebemos que essas novas terras estão localizadas na região da fronteira oriental, onde há maior incidência de fronteiriços brasileiros e paraguaios.

QUADRO 12 – EXPANSÃO DA ÁREA DE PLANTIO E DE TONELADAS DE SOJA NO PARAGUAI

Soja	Superfície (há)	Incremento (% área)	Produção (Ton.)
1995/96	833.005	N/d	2.408.428
1996/97	939.852	11,37	2.771.000
1997/98	1.005.043	6,48	2.988.201
1998/99	1.185.748	15,24	2.980.058
1999/00	1.176.460	- 0,79	2.911.423
2000/01	1.350.000	12,85	3.502.179
2001/02	1.445.385	6,60	3.546.674
2002/03	1.474.058	1,94	4.518.015
2003/04	1.835.000	19,66	3.911.415
2004/05	1.950.000	5,89	4.040.828
2005/06	2.035.000	4,17	3.641.186
2006/07	2.426.000	16,11	5.581.117
2007/08	2.463.510	1,52	5.968.085

2008/09	2.644.856	6,85	3.647.205
2009/10	2.671.059	0,98	6.462.429
2010/11	2.870.539	6,94	7.128.364
2011/12	2.957.408	2,93	4.043.039
2012/13	3.157.600	6,34	8.202.190

Fonte: Organizado a partir das informações de: Ministerio de Agricultura y Ganaderia (MAG 2004); Censo Agropecuario Nacional (CAN 2008); www.capeco.org.py (acessado em 04/01/2014).

A partir do momento que identificamos a intensificação do agronegócio no Paraguai, procuramos apontar o crescimento contínuo da extensão de área para a plantação de soja, extensão que chega a mais de 3,15 milhões de hectares entre as safras de 2012 e 2013, um aumento gradativo da monocultura, movimento que vai na contramão da demanda campesina, que procura maior equiparação na distribuição de terras no País. Esse número representa que, em torno de 85% da terra destinada à agricultura, é utilizada com a plantação de soja, ou seja, apenas 15% destinam-se à plantação de outros alimentos.

O que constatamos, ao elaborarmos a comparação entre os Censos Agropecuários de 1991 a 2008, é que, na região da fronteira oriental – fronteira com o Brasil – a tendência é o aumento do latifúndio, acompanhado do amplo crescimento do agronegócio. Segundo Lilian Soto,

La desigualdad ha aumentado ya que, si bien el 40,47% de las fincas está en manos de pequeños propietarios con menos de 5 hectáreas, la cantidad de tierras que poseen es de apenas un 0,76% de toda la superficie destinada al agro. En tanto, las fincas con 10.000 hectáreas y más se han duplicado – pasando de 350 a 600 – mantienen un promedio por encima de 20.000 hectáreas por finca, constituyen apenas 0,2% de los propietarios y acaparan en cambio el 40% de todas las hectáreas agrícolas del País (SOTO, 2013, p. 90).

Esse é o panorama da região da fronteira com o Brasil e representa o novo modelo agrícola que passou a ser praticado no Paraguai com a expansão do monocultivo de soja. Tal modelo torna-se, para o governo do País, uma questão com diferentes facetas, todavia, identificamos dois pontos que são os mais antagônicos. O primeiro, relativo à necessidade de se regulamentarem as propriedades de terras no País, especialmente as que estão nas mãos de grandes produtores – em muitas delas há parcelas de terras *malhabidas*⁸⁶ ou de terras

⁸⁶ Trabalhamos com o conceito de *tierras malhabidas* da Comisión de Verdad y Justicia que diz “los inmuebles rurales de propiedad del Estado que fueron adjudicados de forma ilegal a personas no beneficiarias de la reforma

*fiscales*⁸⁷. O segundo, o referente à necessidade de se atender a demanda de aproximadamente 350 mil famílias *sin tierra*, que é a principal reivindicação dos movimentos ligados à luta pela terra no Paraguai.

Anteriormente, quando afirmamos o antagonismo dessa questão, foi justamente porque a resolução dessas facetas depende dos esforços políticos do País, e os políticos são, em parte, os não sujeitos da Reforma Agrária que receberam terras do governo, assim como os militares e os grandes empresários rurais brasileiros. O segmento político é o maior representante dos interesses desses grandes proprietários. Outro ponto a destacar é a necessidade de o Paraguai deixar de ser um dos maiores exportadores de soja do mundo, pois a abertura de grandes parcelas para a Reforma Agrária impediria o monocultivo de soja que, atualmente, representa, ao lado da pecuária, da reexportação e do setor energético, um grande impulsionador do Produto Interno Bruto (PIB).

Em entrevista, Quintin Riquelme afirma a ineficiência do Estado em promover a Reforma Agrária:

El Estado paraguayo por voluntad no hizo reforma agraria, fue siempre a base de presión, este Estado que tenemos ahora, en este gobierno de ahora si quiere sí puede hacer, si quiere, por que el ejecutivo esta concentrando todo el poder tiene la mayoría en la camera, pero no van hacer por que no les interessa. Con Lugo quiz hacer pero no tenia apoyo, sólo tenia voluntad política para hacer la reforma agraria, pero no tenia el poder para hacer, entonces cualquier ocupación de tierra donde el gobierno más o menos, le dava cierta seguridad a los ocupantes, el Parlamento le amenazaban con el Juicio Político, y Lugo lhego a ser amenazado en 23 ocasiones con Juicio Político, entonces, bueno no sé, la falta de experiencia tambien, por que Lugo cuando asumíu dise que iba cumplir irrestritamente la ley, los Colorados y los Liberales les reclaman siempre eso, prometiste el cumplimiento siempre de la ley, y la ocupación es ilegal, y yá vai el propio Estado, la fiscalia, los juices, entonces, incluso la repressión fue más violenta en gobierno Lugo contra os sin tierra, antes por exemplo, se respectva más el campamento de sin tierra, acá [indicou com uma das mãos] esta el latifundio,

agraria, o a personas que no tienen derecho a ser beneficiadas con tierras fiscales según la legislación vigente en la materia de ese entonces” (CF.: COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTICIA, ASUNCIÓN, TOMO IV, 2008). Segundo os dados da CVJ, existem 7.851.295 hectares de *tierras malhabidas*, o que corresponde a 19,3% do território nacional do Paraguai e equivale ao tamanho de todos os departamentos fronteiriços da região oriental, ou, ainda, são *tierras malhabidas* 32,7% de todas as terras cultiváveis do País que giram em torno de um total de 24 milhões de hectares. (CF.: COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTICIA, ASUNCIÓN, 2008). As *tierras malhabidas* não são uma questão do passado distante ou obra apenas de Gerais, ou presidentes autoritários no Paraguai, a CVJ constatou que entre os anos de 1989 e 2003 [durante o processo de democratização] foram distribuídos cerca de um milhão de hectares de terras no País que se definem como *tierras malhabidas*, entre seus recebedores, sujeitos que não faziam parte da demanda da Reforma Agrária.

⁸⁷ Las tierras fiscales son las que pertenecen al Estado, y las tierras malhabidas son las que el gobierno le vendeu a no sujetos de la reforma agraria, pero en algunos casos se juntó yá, compro mil e alambro dos mil, entonces hay esta una parte malhabidas y otra parte de tierra fiscal, pero nunca pude recuperar una sola hectarea el gobierno, el Estado. (ENTREVISTA: QUINTIN RIQUELME, ASUNCIÓN, 2013)

y acá [mostrou com a outra mão] esta el campamento, en la época de Lugo incluso los campamentos fueron arrasados, entonces no..., es muy difícil los gobiernos Liberales o Colorados llamen y hacer la reforma agraria, un gobierno que puede hacer la reforma agraria tenía que ser de centro izquierda, izquierda ¿pero eso tampoco es garantía no? (ENTREVISTA: QUINTIN RIQUELME, ASUNCIÓN, 2013).

O setor rural no Paraguai tem mostrado intenso debate, voltado tanto para os problemas internos, quanto para os externos; contudo, atualmente, não se vê, em curto prazo, uma saída para que possa atender latifundiários e camponeses. Infelizmente o que assistimos é o aumento das tensões violentas que esse debate ocasiona.

4.2 A PRODUÇÃO DAS RELAÇÕES DE SOCIABILIDADE EM ÁREAS RURAIS E NAS FRONTEIRAS

Frente às novas características da agricultura no Paraguai, percebemos alterações nas formas de produção de sociabilidade na fronteira. Neste local se mesclam o que chamamos de fronteiriços nacionais, fronteiriços binacionais, e, em alguns casos, notamos até mesmo a formação de famílias binacionais transfronteiriças.

Nesse contexto (década de 1990) há dois grupos de agricultores diferenciados – os grandes e os pequenos proprietários no Paraguai. É um fenômeno novo, do ponto de vista do estabelecimento das relações sociais. Caracteriza-se como um modelo desagregador do pequeno proprietário com o desraigo da terra, uma vez que este acaba cedendo espaço aos grandes e médios proprietários. Os médios e grandes proprietários trabalham de forma a incrementar o agronegócio, fazendo com que a área rural se torne praticamente uma empresa e não um local de reprodução do modo de vida do agricultor, o que também ocasiona o desraigo da terra.

Nas palavras de Quintin Riquelme, esse fenômeno de percepção do *modus vivendi* é bastante diferenciado nas relações que se estabelecem no meio rural, seja na esfera social, na econômica, na cultural. Nele se reproduzem formas de vida que são próprias da pequena propriedade. Sublinhamos que as propriedades de brasileiros e a maneira como eles participam da vida rural no Paraguai institui-se como um modelo a não ser seguido pelos camponeses do Paraguai. Tal característica fica expressa na relação homem e comunidade, homem e trabalho, homem e natureza. Para o sociólogo paraguaio:

Esta es un poco la situación, aca se dice que lo brasileño no ama el árbol, y sí, si recorre la zona del este [fronteira com Brasil] voz solo que ve son plantaciones de soja ¿ya no ve casi monte verdad? Entonces por ai es un poco diferente, el agricultor campesino es diferente verdad, nosotros somos una mezcla que todavía, como decimos el campesino paraguayo es todavía recolector de su comida, no tiene esa mentalidad capitalista no, la tierra sirve más para desarrollar su cultura, su modo de ser, cuándo visita una comunidad campesina tradicional es muy interesante, las relaciones entre pariente sabe, la reciprocidad es muy intensa todavía, cuándo uno no tiene leche van e le piden al vecino así es, pero cuando las relaciones son ya de tipo capitalista esas relaciones de cooperación, de reciprocidad se acaban no? Entonces eso muchas veces es que..., muchas organizaciones defienden verdad, que la tierra no es solamente mercancía, es un lugar donde se tienen que desarrollar la cultura, la identidad ¿Y el agricultor, su profesión es agricultor verdad? Y si le saca ese pedazo de tierra y hay una pérdida, vengan a la ciudad e no saben o que hacer (ENTREVISTA: QUINTIN RIQUELME, ASUNCIÓN, 2013).

Frente a outras demandas, a relação com o meio ambiente também aparece com bastante ênfase. Riquelme cita o respeito aos mananciais de água e o compromisso, apenas dos camponeses paraguaios, com a preservação. Assim ocorre com as matas, considerando que, em um sistema de subsistência no qual se baseia grande parte da agricultura camponesa paraguaia, as matas são os provedores da lenha que se queima para o fogo cotidiano dos fogões. Ou seja, a providência de materiais para o consumo diário perpassa pela preservação imediata do meio ambiente em que vivem os camponeses, diferentemente do que ocorre nas grandes áreas de cultivo onde, segundo o sociólogo, não se vêem matas.

Na mesma direção – sobre o desarraigo da terra e a preservação do meio ambiente – podemos citar as perspectivas de Ricardo Adolfo Becker que é pastor da Igreja Evangélica del Rio de la Plata e pastor Distrital da Igreja em todo o Paraguai. Desde 2003 até a atualidade Ricardo está radicado em Assunção. Ele tem nacionalidade argentina, natural da Província de Misiones, e destaca que viveu na região de fronteira a cerca de 20 quilômetros do Brasil. Filho de pai brasileiro, do Rio Grande do Sul, e mãe argentina, Ricardo trabalhou em várias cidades no interior do Paraguai, e em meio ao que ele denomina de os *brasiguaios*. O pastor enfatiza o problema do desarraigo da terra.

Para Ricardo, o desarraigo da terra ocorre, na atualidade, não apenas no meio rural, mas também nas cidades de pequenos municípios do interior do Paraguai, uma vez que houve um acúmulo muito grande de terras, por parte de uns, e a possibilidade de bons negócios para outros. Contudo, o bom negócio – riqueza – com o passar dos tempos não se configurava em

uma condição permanente, a maioria das pessoas que vendiam suas pequenas propriedades se viam, de repente, sem nada, uma vez que essa *é uma cultura do dinheiro*.

Na entrevista do pastor, há a clara evidência do desapareço às demandas que se originam do solo, da terra. Para ele,

[...] não digam que tem uns que ficaram por que a acumulação da terra das grandes propriedades foi possível por que alguns vendiam a terra e isso também levou a esse processo desplazado da pequena propriedade às grandes propriedades, o que levou muitas, assim, vilas a praticamente desaparecer, e tinham os campesinos que tinham cada um entre 1 a 10 hectares de terra eles terminaram vendendo, foi feito uma acumulação de terra, porque? Por causa do preço da terra, em 1997 uma colônia [em torno de 25 hectares] de terra valia mais ou menos, 18 mil dólares, uma colônia 18, 20 mil dólares, dependendo a ubicación e quanto tinha mecanizado, e hoje nesse mesmo lugar, um hectare de terra vale 12 mil dólares, isso então existe, essa desproporção de preço é irreal, e que leva a pessoa que tem um, dois ou cinco hectares a vender a propriedade, por que puxa são 70 mil dólares [ao todo em média de uma pequena propriedade], então vende, mas os 70 mil dólares, para quem sempre trabalhou numa escala muito pequena não dura muito, não dura muito, um lote na vila em Nova Toledo [Departamento de Caaguazú] de 12 m. x 20 m. está em torno de 10 e 15 mil dólar, uma loucura, mais caro que Assunção, um preço irreal, e isso leva de novo à um desaraigo cultural muito forte das pessoas, onde a cultura é do dinheiro basicamente, e também uma transformação galopante do sistema, em que os matos vão desaparecendo cada vez mais, sumiram né? [...] (ENTREVISTA: RICARDO ADOLFO BECKER, ASUNCIÓN, 2013).

O senhor Ilvo Spielmann, agricultor [sojeiro] e empresário que vive no Paraguai, há aproximadamente 40 anos, realça essa questão dos valores da terra em Katuete. Em suas palavras:

O lote urbano no centro aqui [Katuete] ele mede 15m x 40m, sobre a avenida que é o centro antigo, portanto, hoje ele chegaria de 150 a 200 mil dólares, por lote, isso para aquelas pessoas que queiram vender, mas se não quer vender tu sabe que o valor supera isso, mas mesmo assim, você não acharia alguém que te vendesse mesmo nesses valores (ENTREVISTA: ILVO SPIELMANN, KATUETE, 2014).

O valor das propriedades provoca tanto a riqueza quanto o desaraigo da terra no meio rural. Ricardo Becker enfoca essa questão e observa que parte dos agricultores que estavam estabilizados, devido à mecanização e à facilidade do monocultivo oferecido pela mecanização, deixaram de produzir alimentos como, por exemplo, hortaliças. Segundo ele,

Em fins da década de 90 alugavam a terra os que tinham duas ou três colônias pra aqueles que tinham quatro ou cinco, então, praticamente ali se

produziu como um desaraigo da própria terra, porque o pessoal alugava a terra, então o que ele fazia se tinha a terra alugada? Não tinham o que fazer, e tinha a questão quando começou tudo isso que chegou a tal ponto que nem se fazia horta para verduras, se comprava tudo para casa [...]. Tinha um momento que tudo era comprado no mercado, que foi esse momento que eu chamo momento em que o pessoal saiu da fase dura da vida e conseguiu um *stander* melhor economicamente, *entonces*, tinham um pouco mais de dinheiro, então agora vamos comprar tudo (ENTREVISTA: RICARDO ADOLFO BECKER, ASUNCIÓN, 2013).

Os aspectos que caracterizam o desenraizamento em relação ao cultivo da terra em locais fronteiriços no Paraguai influenciaram todos. Percebemos no discurso de Ricardo que, na medida em que as pessoas alcançam um determinado nível de vida e passam a contar com mais recursos financeiros, elas acabam deixando de realizar algumas práticas, como ocorreu com a produção de hortaliças. No Paraguai o abandono da produção de alimentos significa o desapareço com o propósito inicial da terra, ou seja, a função social, pois a propriedade não é somente um capital, é um fator que representa um modo de vida e de cultura – o ser agricultor. O desaraigo marca outra forma de relacionamento com a terra, movida, sobretudo, pelo capital, e mediado pelo cidadão estrangeiro.

A variedade étnica no Paraguai também é significativa, as “colônias” – povoadas por estrangeiros, ou pela segunda ou terceira geração de descendentes de estrangeiros – constituem algo bastante interessante de se analisar. Na percepção de Ricardo, o processo de apego ao capital, que se propagou de forma muito rápida na última década, não elegeu nacionalidade, ocorreu de maneira homogênea e, em alguns casos, a sua reprodução marca a discrepância no relacionamento que as pessoas estabelecem com as demais, com as coisas, com a propriedade, o que acaba gerando novas formas de relacionamento que beneficiam alguns e prejudicam outros.

Depois daquele momento mais difícil de trabalho na terra e pela terra, muitos agricultores, que antes adentraram as matas, posteriormente acabaram recusando práticas de trabalhos com maior intensificação da mão de obra braçal, quando perceberam a possibilidade de vender, alugar ou arrendar suas propriedades. Isso, na visão do paraguaio, caracteriza o desaraigo, conforme destaca Ricardo, e não era uma prática específica de um ou de outro povo, do brasileiro, do paraguaio, ou do alemão, simplesmente ocorria com os pequenos e com os grandes produtores.

Na entrevista com o Pastor Ricardo, percebemos que o que ele diz se traduz na realidade do que vimos no campo de pesquisa, o pastor mostra grande domínio de causa sobre o tema. Ele relata a situação de desaraigo pelos vários lugares que passou no Paraguai, aponta experiência no “trato” de diferentes povos, bem como o conhecimento de distintas formas de colonização rural no País:

Quando eu vim da Argentina, primeiro a gente tava no interior, na Colônia Independência que fica no Departamento Guaira, ali é praticamente uma colônia de alemães, que começou se formar pelos anos de 1917-1920, e depois dali me mudei depois de um ano, me mudei pro Departamento de Caaguazu, na localidade de Nova Toledo, naquela época Colônia, hoje já município independente, e ali a gente tava basicamente com brasiguaios, do ano de 1998 até 2002, em 2002 e 2003 eu tava morando e trabalhando na cidade de Santa Rita [Departamento de Alto Paraná], e de julho de 2003 até agora [dezembro de 2013], em Asunción (ENTREVISTA: RICARDO ADOLFO BECKER, ASUNCIÓN, 2013).

Mais adiante o Pastor Ricardo prossegue seu discurso o qual praticamente mapeia os locais por onde passou, redesenhando os diferentes e variados caracteres étnicos no trajeto que costumeiramente fazia em seu trabalho. Segundo ele,

Era muito interessante essa questão quando a gente recém chegou no Paraguai nós morava em Colônia Independencia [Departamento de Guaira] e já dali, dali nós viajavamos uma vez por mês para Caaguazu até Coronel Toledo. No começo eu sempre falava pra minha esposa, bom estamos saindo da Alemanha, vamos passar pelo Canadá, depois vamos passar um pouco no Paraguai, e depois vamos voltar para o Brasil de novo, era uma sociedade bastante diferenciada, tanto a Colônia Independência existia o casco urbano que era basicamente de gente alemã, o idioma ali era basicamente alemão, e os paraguaios como que moravam em volta digamos na periferia desse casco urbano, e depois a cidade de Perktal, Lucerro [Campo 09], e Três Palmas, nem se fala, era só Menonita, era tudo deles, e o povoado paraguaio que era o maior dessa região na época, era em Raúl Arsenio Oviedo [no núcleo urbano], ali era só paraguaios (ENTREVISTA: RICARDO ADOLFO BECKER, ASUNCIÓN, 2013).

Em relação às diferentes comunidades – uma verdadeira polifonia do espaço – o pastor dava maior ênfase àquelas em que usualmente havia um grande número de brasileiros. Justamente pela forte presença da cultura dos brasileiros, para ele esse elemento [brasileiro ou brasiguai] é marcante nos lugares por onde trabalhou. Nas palavras de Ricardo “*elles sempre se diferenciam, entre os demais*”. O idioma é o fator que mais distingue as diferentes etnias.

Nas colônias brasileiras, o idioma corrente era o português, também moravam paraguaios trabalhavam juntos, mas a gente notava um esforço grande de parte dos paraguaios em falar, por exemplo, português, mais do que os descendentes brasileiros ou brasileiros falar o espanhol, a tal ponto, que a gente morava numa época no lado de um posto de gasolina, e quem trabalhava ali era um paraguaio e durante um ano e meio, mais ou menos, o homem sempre me falava em português, ele era paraguaio. Até que um dia eu pedi pra ele: por que tu me fala em português se tu é paraguaio? A resposta dele foi: ¿Ahm voz habla español? ¿No es brasileño? Então existe um pouco disso, há pouco [tempo] eu tava lá de novo, a gente nota que isso foi mudando, mas, até na década dos anos 90, era uma questão bastante diferenciada, ainda entre as duas culturas, dava impressão sempre que a cultura que traziam os brasiguaios, que vieram morar no Paraguai, nessa região, traziam consigo sua cultura, sua música, sua culinária, e como que seguiam vivendo o que eles viviam antes em Rio Grande [do Sul], no estado do Paraná e uns poucos de Santa Catarina. (ENTREVISTA: RICARDO ADOLFO BECKER, ASUNCIÓN, 2013).

A dinamização dos espaços de coexistência onde vivem diferentes povos, como no interior do Paraguai, é marcada especialmente pelas populações estrangeiras que figuram com um caráter de vivificar as práticas culturais e sociais que já vivenciavam nos locais de origem. É o que ocorre atualmente com descendentes dos grupos que já estão instalados no Paraguai, como os alemães, os menonitas, os brasileiros. Eles seguem os costumes dos seus pais, avós e assim por diante. Uma característica simples de perceber e que marca essa postura pode ser visualizada em nomes de cidades, por exemplo, ou onde a maioria é de brasileiros, como Nova Toledo, que faz alusão à cidade de Toledo, no Paraná; Nova Brasília, clara referência à capital nacional do Brasil; Santa Rita, Santa Rosa, cidades que fazem referência ao local de origem dos primeiros povoadores, ou ao local de onde eles saíram, geralmente do sul do Brasil.

Nesse sentido, a relação passado-presente, enquanto característica de rememoração em uma perspectiva de fronteira, torna-se uma vivência antagônica. No caso dos brasileiros, temos os fronteiriços que deixam o País de origem, por sentirem necessidade de migrar; ao chegarem ao local de destino, incorporam antigas formas de vida do local de saída, dão antigos nomes a lugares novos, praticam formas de relações sociais que faziam parte de seu local de vida anterior. Muitas vezes são incapazes, ou resistem a novas produções de relacionamentos com as pessoas que vivem no novo local de destino. Tais apreensões dão início a um complexo e difícil processo de adaptação, pois grande parte daquilo que se tentou deixar para trás é vivenciado cotidianamente no novo local. Quando existe proximidade

territorial entre os diferentes países, como é o caso de Brasil e Paraguai, a questão ainda é mais visível, posto que os subsídios materiais acompanham as práticas sociais, a partir disso são construídos, no novo local, dentro de outro país, prolongamentos da vida que antes era vivida no Brasil.

Em uma situação de fronteira, a figuração desse comportamento, geralmente comum, acaba gerando crises sociais que se tornam crises existenciais ou identitárias porque não há a mimetização dos lugares como diferentes. As pessoas deixam uma realidade para trás em seu local de origem, em pouco tempo elas adentram um novo local e com o passar dos anos elas adotam as antigas realidades para fazer parte do novo mundo que estão vivenciando. Essas características fazem parte do *modus vivendi* do fronteiriço, tornando sua própria vida e seus valores sociais e culturais uma fronteira em si mesmo, o que provoca a amalgamação de sentimentos entre fatores materiais e simbólicos.

Anteriormente, quando enfatizamos a questão dos limites da faixa de fronteira de 50 quilômetros, estabelecida pelo Paraguai, percebemos aspectos que são orquestrados pelo Estado em uma fronteira ensimesmada, com a construção de um novo espaço que quer ser nacionalizado. Em razão da diversidade étnica que foi possível identificar no interior da faixa de fronteira, a afirmação em relação à nacionalização se torna ainda mais contundente, pois extrapola o simples campo espacial que representa a faixa de 50 quilômetros, porque as diferentes etnias por si só tornam o país uma fronteira.

Nesse local – faixa de fronteira – convivem distintos grupos sociais, alguns mais sólidos que podem buscar representação política, quando se trata de escolher um candidato, mas, na maioria das vezes, o que se verifica é a diferente dinâmica econômica e cultural dos povos. Estes desenvolvem uma cultura própria, interna, uma endocultura de outro país dentro do Paraguai. Isso ocorre, porque há uma prática ininterrupta de valores que esses povos trazem consigo dos lugares de referência, tais como tradições, hábitos, costumes, ideias, lembranças, conhecimentos, entre outras práticas, tanto do campo simbólico quanto do material. As formas de manifestação são tão fortes que, muitas vezes, saem do campo de assimilação do estrangeiro e de seus descendentes e são seguidas e praticadas pelos paraguaios, e vice-versa, ou seja, são incorporadas especificidades diferentes em um mesmo local. Nesse contexto, as dimensões sociais são muito comuns entre paraguaios, argentinos e brasileiros, logicamente sem descartar outras possibilidades.

Na agricultura essa característica aparece em relação a brasileiros e paraguaios que residem na faixa de fronteira. Um exemplo são os empreendimentos cooperativos, modelos de agremiações característicos do meio rural europeu, formas praticadas e também desenvolvidas em grande número no sul do Brasil que acabaram cruzando a fronteira. A cooperativa, no contexto rural, não é apenas um aparato material, pois opera em diferentes esferas de cooperação, como em transporte, tecnologia, indústrias, entre outros. O modelo de empreendimento cooperativo no meio rural que existe nos espaços fronteiriços do Paraguai, mostra que os brasileiros são a maioria dos sócios.

O periódico *Ultima Hora*, de Assunção, na matéria intitulada “Nací en Brasil, pero quiero pasar el resto de mi vida en Paraguay”, traz palavras de um agricultor brasileiro na localidade de Puente Kyjhá, distrito de Francisco Caballero Alvarez no Departamento de Canindeyu, que está no Paraguai há praticamente quarenta anos e faz questão de dizer que seus filhos são paraguaios, estudam em escolas locais, e falam guarani. O agricultor destaca também o desejo dos filhos de permanecer trabalhando na atividade rural no Paraguai.

As palavras são do agricultor Paulo Luis Buttini, que organiza um discurso crítico, ele não nega que houve excessivo desmatamento nos primeiros anos de abertura de terras para plantio no Paraguai, ainda na década de 70, pelos brasileiros, mas sinaliza que essa culpa também é dos camponeses que vendiam a madeira das matas para as serrarias. Ressalta que atualmente há uma nova mentalidade sobre a necessidade de preservação e que os imigrantes e descendentes se preocupam com as matas, com os cursos de água, com a preservação das estradas. Paulo Buttini, no contexto em que a fonte se apresenta, defende o desenvolvimento do Paraguai como uma investida de todos os cidadãos, independente de serem brasileiros, descendentes ou não. A fonte permite constatar que surgem aspectos positivos e negativos de coexistência, derivando das distintas experiências vividas por imigrantes, especialmente, brasileiros e camponeses paraguaios.

O agricultor – hoje um dos denominados sojeros – é um dos fundadores da Cooperalba, uma cooperativa na região de Puente Kyjhá, no Departamento de Canindeyú. Em 2003, o Empreendimento contava com 64 sócios – apenas quatro deles eram paraguaios, os demais, brasileiros e descendentes. Segundo o presidente da Cooperativa, o paraguaio Emílio Peralta:

Esta cooperativa es, precisamente, un buen ejemplo de que la integración es posible [...] Los paraguayos estamos aprendiendo a romper nuestras limitaciones, para incorporar a esta forma de agricultura más moderna,

que nos ayude a progresar. En San Juan [assentamento] les hemos ayudado a los campesinos a formar su propia cooperativa, llamada Minga San Juan (JORNAL ULTIMA HORA, ASUNCIÓN, 25/09/2003, p. 06)

O exemplo citado como meio de integração na agricultura marca-se por congregar esforços em uma área que é local de residência de muitos brasileiros e descendentes na zona de fronteira, no interior do Paraguai. Todavia, percebe-se que é uma integração mais ligada a aspectos econômicos do que culturais, muito embora apareçam elementos como a alteração de um modelo de vida, o da relação com a terra. O modelo cooperativo é intenso e se mostra muito forte na região, pois há o auxílio da Cooperalba na criação de uma cooperativa por campesinos no assentamento San Juan, que é próximo da Cooperalba.

Um dos sócios fundadores da Cooperalba, o senhor Mario Langer – um brasileiro proveniente do oeste do Paraná, que está no Paraguai há mais de vinte anos e atualmente faz parte do grupo de conselheiros do Empreendimento – diz que a integração e a convivência com os paraguaios é muito boa, e que com o passar dos anos, foi melhorando, ocorreu o que ele chama de simbiose.

A Cooperalba é formada por um grupo de sócios e associados de médios agricultores que possuem em média 300 alqueires de terras cada um e que, em conjunto, cultivam aproximadamente quinze mil alqueires. A Cooperativa é vizinha de um assentamento de campesinos no Paraguai, nomeado San Juan, no distrito de Francisco Caballero Álvarez. No Assentamento há cerca de 200 famílias de pequenos agricultores campesinos que cultivam em torno de 16 hectares, o que compreende cada propriedade⁸⁸. No tocante a isso, o senhor Mario Langer diz que:

⁸⁸ Embora se reconheça a quantidade de lotes no Assentamento San Juan, que é em torno de 200 lotes atualmente, salientamos que quando o assentamento iniciou, em 1995, eram 531 lotes, apenas com paraguaios e paraguaias, com uma área total de 8.611 hectares de terra, o que corresponde a uma média de 16,2 hectares por lote. A drástica redução, segundo os assentados – campesinos – é devido ao fato de que os brasileiros compraram as áreas dos campesinos e transformaram em plantação de soja. Atualmente a situação do Assentamento San Juan nos pareceu bastante precária, uma vez que não há assistência às famílias por parte do governo, a Reforma Agrária baseou-se em simplesmente assentá-los na terra, é uma situação de abandono, a grande maioria vive em barracos de lonas. Segundo o professor Roberto Báez, no início a escola tinha mais de 500 alunos e hoje são em torno de 150, ressalta que 80% dos lotes já são de brasileiros. No início do ano de 2009, o INDERT reivindicou a devolução dos lotes que estão ilegalmente em mãos de brasileiros, lotes que faziam parte do assentamento, mas houve resistência por parte dos empresários agrícolas e a situação se mantém. Outra queixa dos campesinos do Assentamento San Juan é sobre a forma como os empresários agrícolas promovem o desmatamento na região o que, segundo eles, promove muitos males ao meio ambiente, sobretudo em relação às matas e aos rios. (Cf.: Documentários produzidos pela equipe Base-is, com testemunhos dos campesinos do Assentamento San Juan, realizado no ano de 2011).

A partir do momento que nós criamos a Cooperativa, qual foi a primeira exigência que o Ministério da Agricultura nos fez? Vocês vão ficar responsáveis pelo assentamento San Juan, como vocês possuem capacidade tecnológica, vocês vão ser responsáveis pela tecnologia no assentamento San Juan, e nós assumimos isso, tanto é que nós temos até hoje um gerenciador dentro do assentamento que dá assistência técnica para os assentados, isso é um fomento, e fez com que a colônia San Juan sempre tivesse um prestígio pela Cooperalba, então sempre houve prestígio entre os assentados e a Cooperativa (ENTREVISTA: MARIO LANGER, FRANCISCO CABALLERO ÁLVAREZ, – PUENTE KIJHÁ, 2014).

O entrevistado Mario Langer, em um contexto de mais de dez anos após a publicação da mencionada matéria no jornal *Ultima Hora*, apresenta uma posição semelhante a do então presidente da Cooperativa. Ele reforça que a presença de brasileiros no grupo é predominante e que, com o passar dos anos, tem sido construída relação de afinidade entre a Cooperalba e o grupo de famílias do assentamento San Juan, especialmente com fomento de auxílio tecnológico.

Mario Langer ainda destaca e comenta sobre a dificuldade de migrar de um país para outro, posto que se altera muito do que se conhece em um local de origem, e o que é necessário aprender no local de destino, desde o idioma, até a forma de trabalhar. No conjunto das relações e do meio de agremiação que se construiu entre os agricultores em Puente Kijhá, sejam pequenos, médios ou grandes, o meio rural mostrou, segundo ele, a simbiose entre paraguaios e brasileiros. Uma característica bastante perceptível no campo de pesquisa para a compreensão da fronteira e do relacionamento dos fronteiriços no Brasil e no Paraguai, mas que nem sempre se apresenta de forma harmônica, conforme sugere o relato de Langer.

Ao realçarmos algumas práticas dos fronteiriços, não podemos deixar de lançar mão das reflexões de José Lindomar Coelho Albuquerque (2010) e do conceito de fronteiras em movimento. Conforme o autor, as fronteiras são espaços de integração, de tensão e de poder entre as pessoas. Diante dessa constatação, os pesquisadores procuram sintetizar questões amplas nos estudos realizados, como é o caso das identidades situacionais, em que a integração é percebida com os preceitos de harmonia. O que se constatou no campo de análise e diante das formações identitárias situacionais no Paraguai é que a situação vivida pelos sujeitos da fronteira parece simplista quando é tratada em sua forma absoluta de interação social, o que não corresponde à complexidade dos processos de coexistência entre pessoas de diferentes países e em condição de fronteiriços.

Nesse sentido, em alguns momentos, a fronteira é compreendida apenas como uma forma fixa de limites, conforme era designada no século XIX, opondo-se à mobilidade das pessoas. Os limites físicos que a fronteira apresenta apontam para a necessidade de percepção das relações humanas na fronteira entre Brasil e Paraguai especialmente em relação às identidades nacionais que são construídas e reforçadas por meio de diferentes formas de autotaxação e classificação pelos outros, decorrente das práticas sociais exercidas cotidianamente. As fronteiras são vistas como um campo de disputas – como fonte de recursos econômicos, sociais, culturais, políticos, simbólicos e também naturais – onde se dão inclusive os processos de integração formal e informal de grupos sociais em fronteiras que não estão acabadas, mas estão sempre se redesenhando, ou, como afirma Marc Augé: “a fronteira tem sempre uma dimensão temporal: é a forma do devir [...]” (AUGÉ, 2010, p. 25).

Constatamos que o fronteiriço, principalmente o que vive no meio rural, tem um modo de vida baseado em um cotidiano variado de práticas que vão além da preocupação da manutenção de um signo identitário, essas tentativas de conservação da identidade se desenvolvem em uma condição negociada entre brasileiros e paraguaios. São condições humanas sensíveis em que as pessoas estão expostas ou escondidas na fronteira, em uma situação de fronteiriço. O caso dos chamados brasiguaios nos auxilia a pensar melhor essa condição fronteiriça, apesar de termos verificado, em vários estudos, as dificuldades de se conceituar com precisão o sujeito brasiguaiio.⁸⁹

4.3 FRONTEIRIÇOS: ENTRE A INTEGRAÇÃO E O PREDOMÍNIO DA MAIORIA

As práticas sociais cotidianas servem como meios de promoção da fronteira, por exemplo, no trânsito fronteiriço de pessoas entre Brasil e Paraguai acentuam-se indivíduos que vêm de fora e não pertencem a um lugar comum de vivência. Nesse sentido, a diferença

⁸⁹ Como forma de compreender a identidade negociada utilizamos a análise de diferentes dinâmicas transitórias para designar a terminologia. Em estudo anterior, BALLER, Leandro. *Cultura, Identidade e Fronteira: transitoriedade Brasil/Paraguai (1980-2005)*. 2008 (Dissertação de Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados: Dourados - MS, 2008, detivemo-nos sobre os brasiguaios com a tentativa de “enquadrá-los” em um termo semântico de identificação, naquele momento entramos em uma celeuma historiográfica que nem mesmo a interdisciplinaridade deu conta de explicar plenamente. Outras discussões – todas muito válidas [por exemplo: ALVES 1990; WAGNER 1990; CORTÊZ 1992; SPRANDEL 1993; SONDA 2003;], incorriam na direção de conceituar o sujeito brasiguaiio. Nossa perspectiva naquele momento foi trazer à tona as práticas desses sujeitos, em relação à fronteira, à cultura e à identidade e, da mesma forma que não conseguimos demonstrar a especificidade conceitual terminológica, esses outros estudos também não conseguiram equacionar a questão.

cultural é evidenciada especialmente pela população de origem do local, a qual, por sua vez, fundamenta um caractere cultural que se constrói em defesa do que ela elege como original à sua vivência. Explicamos esse modelo com base nas noções de desenraizamento do indivíduo que veio de fora. A compreensão dos caracteres de um povo ou de um grupo é necessária para o melhor entendimento das diferenças. A mesma condição ocorre quando há a equiparação entre os indivíduos ou grupos que vêm de fora e o grupo de origem de determinado local.

A partir da afirmação de que há intensa integração entre brasileiros e paraguaios no ambiente de fronteira, constatamos que há características que constantemente aparecem no campo de pesquisa e que mostram a estratificação dos indivíduos fronteiriços, considerando as constatações procuramos compreender a relação: estabelecidos e *outsiders*. A primeira característica é marcada pela tentativa de padronização de uma comunidade estabelecida⁹⁰ que não comporta os valores de outro grupo ou os dos quem vêm de fora, os *outsiders*⁹¹. O grupo estabelecido recorre para a aparente unidade identitária. A segunda característica singulariza-se pelo sofrimento com o estigma contra o indivíduo ou o grupo que vem de fora, sendo essa uma “referência a um atributo profundamente depreciativo” (GOFFMAN, 1988, p. 13). Na relação social, os estabelecidos menosprezam os caracteres dos recém-chegados. Em síntese, seriam os traços distintos como a língua, a moral, a nacionalidade e, até mesmo, a religião, aspectos considerados como características próprias do grupo estabelecido. Este grupo se opõe a qualquer prática cultural distinta, diferente ou desconhecida que vem a ocorrer no local, e, geralmente, o diferente é atribuído a um indivíduo ou grupo *outsider*.

Nas palavras de Erving Goffman, essas relações não são raras de ser encontradas, basicamente são preconceções que ocorrem praticamente como normas a exigências apresentadas pela sociedade. Ele diz que

A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. Os ambientes sociais estabelecem as categorias de

⁹⁰ Derivada da tradução de *establishment*. Na concepção de Elias e Scotson (2000), o termo refere-se a um grupo de pessoas que está estabelecido em um determinado local e se diferencia por meio de caracteres capazes de estigmatizar outros grupos como os *outsiders* (os de fora). Na oposição *Estabelecidos* e *Outsiders*, o caractere diferencial que na maioria das vezes aparece é o tempo de residência em um determinado local, os estabelecidos, sendo os mais velhos, e os *outsiders* os recém- chegados. Na obra de Elias e Scotson, essa é a principal diferença que foi encontrada na comunidade para explicar a estigmatização entre os dois grupos. No nosso campo de pesquisa, a característica ligada ao tempo de residência vem associada, ou está intimamente ligada à posse de capitais, sejam materiais, simbólicos, tecnológicos, étnicos.

⁹¹ A tradução literal é “forasteiro, estranho, de fora”. Na concepção de Elias e Scotson (2000), o termo significa um indivíduo que é visto como uma pessoa que não faz parte de um grupo, ou seja, que é “de fora”, o entendimento do termo é universal e pode ser considerado para denotar variadas formas de exclusão.

peças que têm probabilidade de serem neles encontradas. As rotinas de relação social em ambientes estabelecidos nos permitem um relacionamento com outras pessoas previstas sem atenção ou reflexão particular. Então quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os atributos, a sua identidade social – para usar um termo melhor do que *status* social, já que nele se incluem atributos como honestidade, da mesma forma que atributos estruturais, como ocupação (GOFFMAN, 1988, p. 11-12).

Na esfera sociológica, a operacionalização dos conceitos expostos é evidenciada, entre outros, por Norbert Elias e John Scotson (2000). Eles destacam que o estigma imposto a um grupo social é visto pelo grupo estigmatizador como natural, e, mesmo quando imposto, ele parece uma prática natural. Segundo os autores, “o estigma social que seus membros atribuem ao grupo [...], transforma-se em sua imaginação, num estigma material — é coisificado. Surge como uma coisa objetiva, implantada [...] pela natureza ou pelos deuses” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 35). Essa concepção acaba por eximir o grupo estigmatizador de qualquer responsabilidade com relação ao convencionalismo dessa prática. Na perspectiva elisiana, o estigma advém da necessidade de um grupo se afirmar como superior a outro grupo.

Em algumas áreas da fronteira do Paraguai com o Brasil, como as dos Departamentos de Alto Paraná e Canindeyú, a presença de fronteiriços nacionais e não nacionais é bastante equilibrada, embora reconheçamos que há, na maioria das vezes, a superioridade numérica de estrangeiros ou de descendentes de estrangeiros. Nesse campo, a análise confunde quem são os estabelecidos e quem são os *outsiders*, uma vez que a entrada de brasileiros, na região de fronteira oriental no Paraguai, se originou no mesmo contexto em que os paraguaios estavam povoando esse local⁹². Nesse sentido o que é indiscutível é a presença primeira do indígena, que, muitas vezes, é confundido com o paraguaio.

Observamos no tocante a esse ponto, que ocorrem disposições que condizem com os interesses dos “pioneiros”, ou seja, aceitam-se, na maioria das vezes, a versão daqueles que chegaram primeiro ao local, sejam eles paraguaios ou brasileiros. Os denominados pioneiros

⁹² É importante frisar que o leste paraguaio, ou seja, a região de fronteira oriental, continha, até meados do século XX, grandes latifúndios com extensões de matas, tendo como habitantes, especialmente, indígenas. A partir de 1956, o Paraguai passou a ter maior demanda de paraguaios para a região com a intensificação do programa *Marcha si hacia al este*, que obedecia aos mesmos interesses da *Marcha para o oeste* no Brasil. Assim sendo, em alguns locais a inserção de paraguaios e brasileiros nas fronteiras do Paraguai se dava no mesmo contexto. É um panorama semelhante ao que ocorria no oeste do Paraná, no início do século XX, quando 95% das pessoas que ali residiam ou trabalhavam eram de outros Países, especialmente da Argentina e do Paraguai.

acabam sendo as pessoas que detêm mais prestígio para falar do lugar ou sobre o lugar. Logo, o que marca os aspectos estigmatizadores em nosso estudo está diretamente ligado à produção de capital, residência e caractere étnico, ou seja, o considerado estabelecido.

Verificamos, no que diz respeito ao meio rural, que o discurso do pastor Ricardo mostra um panorama próximo ao do que estamos construindo, ou seja, o do menosprezo à condição do indígena por brasileiros e por paraguaios no Paraguai, bem como o da condição de preconceito do brasileiro para com o paraguaio. Nas palavras de Ricardo,

Os indígenas são outra parte, porque não são nem migrantes e nem paraguaios, porque existe uma diferenciação para não dizer discriminação entre paraguaios e indígenas, muito forte [...] dentro do Paraguai, do mesmo jeito que existe essa diferenciação entre paraguaios e brasileiros, não é? Então o indígena é visto como pessoa de baixa cultura, quase sem cultura não é, que não tinha nada para oferecer, era alguém que estava ali [...]. Eu cheguei e até contava com mais contatos com os indígenas não é, e sim existe uma discriminação onde se empregava eles para eles arrancar o inço [erva daninha] no meio da roça, e coisa assim, para trabalho e um trabalho que lhes pagava pouco, não se valorizava o trabalho deles, e quando se deveria pagar trinta mil, se pagava quinze mil, e assim uma questão muito discriminatória não é, e eles moravam no seu território, mas hoje esses territórios foram cada vez mais pressionados, invadidos, com a *deforestación*, entrou no meio deles a questão da produção de soja, deixando eles e o seu próprio sistema tradicional de vida de lado, por que as parcelas deles estão cada vez mais pequenas, não é? (ENTREVISTA: RICARDO ADOLFO BECKER, ASUNCIÓN, 2013).

Na entrevista de Ricardo conseguimos extrair vários elementos que se mostram contraditórios em relação ao que encontramos em outros discursos, especialmente na literatura, os quais pregam a perfeita integração entre paraguaios e brasileiros, ou mesmo a boa relação entre indígenas e paraguaios. Ainda que essa questão possa ser compreendida em suas especificidades, ou em suas diferentes formas de observação no meio social.

Ou seja, uma comunidade, como é o caso da heterogênea sociedade que conforma a região da fronteira oriental do Paraguai, em que há o predomínio da migração estrangeira, especialmente de brasileiros, dificilmente todos os aspectos sócio-culturais que ambos os povos possuem – brasileiros, paraguaios, e indígenas – nesse espaço, serão praticados e compartilhados entre eles com a mesma intensidade. São a partir das diferentes maneiras de aproximação, de distintas práticas sócio-culturais, que se originam as formas de resistência e conflito entre as diferentes etnias.

Nas entrelinhas do discurso de Ricardo, observamos que há a preocupação com os indígenas por eles sofrerem discriminação de brasileiros, de paraguaios, e de outros imigrantes. Essa condição também é perceptível no Chaco, local onde ocorrem agitações entre menonitas e indígenas, sobretudo, no que concerne à ocupação da terra. Conflitos que também se dão em razão de os imigrantes – de qualquer procedência – os paraguaios, os campesinos possuírem conhecimento de leis e saberem como se defender. Essa é uma luta desigual, mas as pessoas possuem orientação no sentido de que quais ações podem tomar nessas disputas. Entre os indígenas – ao que parece – a questão não é tão clara para eles, o que torna esses problemas ainda mais conflituosos por causa da falta de instrução perante a legislação que rege o tema; situação sensível e, quando mal administrada pelos interessados, geralmente, conduz à violência.

A entrevista do senhor Mario Langer é elucidativa da questão, quando observa que, com o passar dos anos, as relações têm melhorado entre brasileiros e paraguaios. Contudo, ele não nega que há nítida diferença na maneira como os dois povos se comportam em relação às práticas sócio-culturais exercidas em um mesmo local. O senhor Langer reconhece que, no principal núcleo urbano do distrito de Francisco Caballero Álvarez, mais propriamente em Puente Kijhá, há uma população de aproximadamente 80% de paraguaios. Os brasileiros são minoria nessa área urbana, por outro lado, eles são maioria no meio rural.

Conseguimos reunir, no conjunto de sua entrevista, algumas questões que ainda são sentidas pelos imigrantes brasileiros no Paraguai, depois de mais de vinte anos de convivência na localidade, por exemplo, a do idioma guarani, que não é assimilado pelos estrangeiros. Outro ponto é a dificuldade com os filhos na escola, pois eles possuem dificuldade de aprender, há uma mescla de espanhol, guarani e português em sala de aula. Langer comenta ainda sobre a cultura alimentar que, no centro urbano, em Puente Kijhá, raramente conseguem atender as vontades alimentares dos imigrantes.

O discurso crítico sobre o núcleo urbano muda de tom quando Langer se refere ao meio rural. Ele parece querer apaziguar as relações opositórias que há entre dois modelos de relação com a terra: o da produção de subsistência, desenvolvido pelos campesinos paraguaios, como, por exemplo, o que se efetua no assentamento San Juan; e o da produção capitalista, praticado em grande medida pelos brasileiros. Na localidade de Puente Kijhá, há uma distribuição equilibrada de paraguaios e brasileiros, dentro desse panorama cada grupo tenta impor seu modo de vida, isso leva a uma constante reconstrução de *modus vivendi* por

parte da sociedade, situação que fica evidente na entrevista de Langer, bem como na tensão com que ele constrói seu discurso, às vezes criticando e às vezes apaziguando as relações sócio-culturais entre brasileiros e paraguaios. Segundo Langer,

[...] esses foram grandes obstáculos que a gente encontrou, mas eu sempre digo assim, quando você vai migrar, você tem que estar preparado para esses inconvenientes, e você criar novas situações, foi o que nós fizemos, nós criamos comunidades, nós criamos todos os tipos, fomos montando pequenas sociedades, pequenos grupos de convivência, ao ponto, por meio e através da igreja, através da cooperativa foi um dos modelos que aconteceram também, e escola, pequenas escolas onde aprendíamos espanhol, e infelizmente, digo assim, nós temos uma cultura muito ruim que é falar português na terra dos outros [...] (ENTREVISTA: MARIO LANGER, FRANCISCO CABALLERO ÁLVAREZ – PUENTE KIJHÁ, 2014)

Para Mario Langer, houve períodos de separação, de completa separação – não apenas afastamento – em que as pessoas simplesmente negavam os modelos de uma ou de outra nacionalidade, havendo a necessidade de se criarem formas de junção mais eficientes para o convívio. Então a igreja e a cooperativa, por exemplo, serviram como meios de aproximar as pessoas, formando comunidades para que pudessem dar condições de convivência entre pessoas das duas nacionalidades em Puente Kijhá.

Na percepção de Langer, quando há um equilíbrio numérico maior entre os dois povos, a construção de modelos, arquitetados com pautas de coexistência, se torna mais difícil de ser aceita por um ou por outro grupo, por que não há como impor um modelo, em um determinado local se a sociedade desse lugar não o aceita. Entretanto, quando os modelos propostos começam de ser praticados e são acolhidos, eles tornam-se muito mais fortes, e ambos os povos realmente compartilham de seus benefícios, inclusive dos problemas, pois todos são atingidos⁹³. O alcance dos mecanismos criados para a integração são mais efetivos e perceptíveis quando há um equilíbrio numérico entre paraguaios e brasileiros.

⁹³ Sobre isso Langer exemplifica o contexto de criação da Cooperativa, que se deu justamente porque todos enfrentaram consecutivas peripécias naturais no meio agrícola da região, um ano foi a seca, depois a chuva, posteriormente, as geadas e ninguém tinha meios de cobrar ou assegurar suas perdas. Todo mundo ia mal, foi quando idealizaram a Cooperativa, que nasceu com a ideia de formar uma associação de agricultores. As pautas aumentaram, surgiram novas demandas e, já de início, a ideia se concretizou como um modelo cooperativo. Ele nasceu com o propósito de dar garantia de maior estabilidade ao grupo de produtores sócios, por meio de compras, vendas, secagem de grãos. Com isso cresceu, aumentaram as áreas de cultivos, surgiram novos associados que, logo de início, se responsabilizaram pelo fomento tecnológico do Assentamento San Juan. Atualmente, segundo Langer, conseguem partilhar bons exemplos de integração entre os dois povos, um modelo que se concretizou com as ideias e as sugestões tanto de brasileiros quanto de paraguaios.

Conforme verificamos anteriormente, a pretendida perfeita integração que ocorre entre os povos das duas nacionalidades resulta de discursos que provêm de localidades ou distritos em que há grande maioria de pessoas de apenas uma ou outra nacionalidade, como é o caso de Santa Rita, no departamento de Alto Paraná. Nessa localidade o predomínio de brasileiros e descendentes de primeira e segunda geração é tão grande que eles acabam anulando qualquer característica tradicional da cultura paraguaia. Com isso, passam a pregar a perfeita integração, mas, na verdade, a preponderância de uma só nacionalidade não caracteriza necessariamente a integração entre as pessoas em dada sociedade, mas sim entre as pessoas e o espaço comum que se criou nesses locais, não há um processo simétrico de relações humanas, e sim de relação com o espaço estrangeiro.

O sociólogo Ramón Fogel estabelece suas críticas no que se refere a essa questão, ele diz que

[...] nosotros somos naturalmente todos colonizadores y no más el Brasil es lo más poderoso de la región y nosotros estamos bastante vulnerable esta asimetría eso hace que este tenga la tendencia a colonizarnos, y a estereotiparnos, es eso nosotros somos minoría en la Argentina, y nos discriminan, somos minoría en España y nos discriminan, somos minoría en Italia, en Estado Unidos, ha nosotros nos discriminan en nuestro propio País verdad? Pero siendo, todavía la mayoría él es un caso unico en la literatura que yo conosco y que tengo leído mucho he gastado mucho de mi tiempo leyendo y no encontré un caso de un País cuyo habitantes son tão discriminados en su propio País por inmigrantes extranjeros eso es un caso unico, y entonces eso es un fenomeno muy frecuente (ENTREVISTA: RAMON FOGEL, ASUNCIÓN, 2006).

As palavras chaves utilizadas por Fogel marcam perspectivas que muitas vezes são assumidas em locais onde há predominância de estrangeiros, por exemplo, a falta de simetria, a desproporção entre dois povos que pode gerar caracteres estigmatizadores com a discriminação e a colonização. Quando o sociólogo estabelece sua discussão sobre a colonização, ele destaca os costumes que se praticam nesses locais, onde se confunde quem são os estabelecidos e quem são os *outsiders*.

Quintin Riquelme também realça essa problemática, ao referir-se à cidade de Santa Rita, no departamento de Alto Paraná. Em discurso crítico acerca da situação, ele diz que Santa Rita é uma cidade brasileira, que tudo é proveniente do Brasil naquele local, o que passa aos paraguaios a impressão de que novamente eles estão sendo colonizados. Então, na verdade, não há integração, há o completo predomínio numérico de uma mesma

nacionalidade que acaba impondo o seu modelo, inclusive, na forma como algumas cidades são construídas no Paraguai.

Situação semelhante é possível ser visualizada em Katuete, quando Ilvo Spielmann reconhece que havia em torno de 90% de brasileiros e descendentes na cidade. Atualmente essa proporção se alterou justamente porque já há duas gerações de descendentes de brasileiros que possuem identidade paraguaia. Seu discurso é interessante, ao tecer considerações sobre a iluminação da cidade. Para ele – que fez parte da comissão que trabalhou no projeto de iluminação da avenida central da cidade de Katuete – isso é importante, até mesmo porque “a iluminação na avenida” assemelha-se a de ruas e avenidas de cidades brasileiras.

A gente fez um investimento bem interessante e muito chamativo, a nível nacional, que é a iluminação na avenida, foi um projeto meu né, e foi uma ideia inicial e de um fundo que veio da Itaipu que naquela época não tinha um projeto específico onde a gente direcionou para que se investisse nesse setor, portanto, hoje nós temos uma avenida maravilhosa, onde é reconhecida a nível País, que não tem nada igual, a não ser em cidades brasileiras, ou mesmo europeias, que é algo assim bem colonial e muito bonito, inclusive a gente está com um projeto de dar continuidade a esse projeto para poder ampliar para o dobro que o existente atualmente (ENTREVISTA: ILVO SPIELMANN, KATUETE, 2014).

Sublinhamos que os entrevistados Mario Langer e Ilvo Spielmann são antigos moradores das localidades onde vivem atualmente e se mostram como atores históricos que criam ou constroem possibilidades nos distritos onde convivem entre brasileiros e paraguaios. São partícipes de projetos nas comunidades e, de certa forma, exploram o lado empreendedor voltado tanto ao setor urbano, quanto ao rural. Os discursos provenientes da fonte oral também auxiliam na melhor compreensão do fenômeno brasileiro no Paraguai, em conjunto com a fonte derivada da imprensa.

Na verdade o que encontramos são discursos que aparecem separados, especialmente na imprensa, e, sobretudo, em conversas informais, em que, de um lado estão os agricultores que progrediram; de outro, os agricultores que não se deram muito bem na nova dinâmica rural voltada ao agronegócio. O que pudemos notar é que, mesmo onde há superioridade numérica de brasileiros no Paraguai, sobretudo nas fronteiras, há também brasileiros descontentes, o mesmo ocorrendo com paraguaios.

O modelo rural em que o trabalho se volta para o produto de exportação atua nos dois lados de uma questão que surge a todo o momento, a da integração e a do conflito entre as pessoas dos diferentes países. O desafio, ao trabalhar com diferentes tipologias de fontes e de diferentes suportes é grande; porém, construímos um projeto de pesquisa que possui instrumentos capazes de fomentar as diversidades no interior da dinâmica fronteiriça como vimos desenvolvendo, no decorrer dos anos, o que possibilita novas percepções, especialmente, em razão do rigor da análise, isso comporta resultados expressivos para a defesa acerca da compreensão da construção das fronteiras pelos sujeitos fronteiriços.

Alguns assuntos que sempre vinham à tona e que passamos a observar com mais acuidade nas cidades do interior do Paraguai, ligados à fronteira, são relativos ao aumento do número de paraguaios, há alguns anos, assim como ao reclame, por parte das pessoas, sobre a falta de assistência e presença do Estado paraguaio nessas cidades. Tais indagações surgem também na imprensa, e, inclusive, nos discursos de políticos locais, e na de pessoas próximas a esses representantes políticos. Ademais, os próprios “pioneiros” reconhecem que muitas coisas se alteraram desde a fundação das cidades. Na entrevista do senhor Agustín García Rotela, um paraguaio de Katuete, que está estampada no jornal *Ultima Hora*, temos a seguinte afirmação:

Cuando llegué, hace 30 años, había solo 7 ranchitos. Al poco tiempo esto llenó de brasileiros. Los paraguayos éramos minoría absoluta. El 99,9% de la población eran rapaiz. Tuve que aprender a hablar portugués y a comer arroz con feijão. Hoy ya somos cerca de 20% de paraguayos y existe más integración, pero ellos todavía son la gran mayoría (GUTIÉRREZ. *ULTIMA HORA*, ASUNCIÓN, 22/09/2003, p. 67).

O mesmo senhor Rotela, diz que Katuete é conhecida como a cidade da integração entre brasileiros e paraguaios, inclusive esse é o *slogan* na placa de entrada da cidade “*Katueté la ciudad de la integración*”. Essa característica é importante apontar, pois, em alguns lugares do Departamento de Canindeyú, próximos à fronteira com o Brasil, entre eles Katuete, houve muitos projetos que foram desenvolvidos em conjunto, por isso há uma aproximação maior entre as pessoas. Atualmente podemos dizer que Katuete experimenta uma paridade entre brasileiros e paraguaios; no passado apresentou um conjunto de lutas e conquistas.

Segundo a escritora e professora Fernanda Feliú de Soto, um exemplo de luta comum entre brasileiros e paraguaios se deu no momento em que a população lutou pela emancipação

de Katueté. Em seu livro intitulado *Canindeyú – zona alta: los brasiguayos*, ela diz que houve grande entrosamento, união política e cumplicidade entre os cidadãos para que a emancipação se tornasse possível. Alguns defendem que Katueté é o lugar onde melhor se deu a integração entre brasileiros e paraguaios, dentre todas as regiões fronteiriças (Cf.: FELIÚ DE SOTO, 1999, p. 75). Posição essa que não é compartilhada por muitos especialistas, conforme vimos anteriormente, que pregam um maior equilíbrio entre as populações do Brasil e do Paraguai para que haja integração. Essa é também a impressão de alguns entrevistados sobre o assunto que defendem a boa integração baseada no equilíbrio populacional. Reconhecemos que, no momento da emancipação política de Katueté, em 1994 – cidade fundada e nominada pelo brasileiro Jeremias Lunardelli, ao que tudo indica em fins da década de 1940 e início da de 1950 –, houve sim maior predisposição entre as pessoas de ambas as nacionalidades por uma luta comum, a luta pela independência distrital.

No tocante à ausência do Estado, a senhora Nieves de Perdomo – esposa de Agustín Perdomo, deputado por Canindeyú em 2003 – paraguaia influente na região, discursiva com um senso crítico bastante apurado sobre essas relações de integração nas fronteiras. Ela afirma que

La tradición cultural de los inmigrantes sigue siendo muy fuerte, y muchas veces, cuando asistimos a una celebración, aún tenemos la impresión de encontrarnos en Brasil. Pero eso también sucede porque el Estado paraguayo ha permanecido prácticamente ausente de toda esa región fronteriza, y hasta ahora casi todo llega del Brasil (GUTIÉRREZ. ÚLTIMA HORA, ASUNCIÓN, 22/09/2003, p. 67).

Nas regiões de fronteira do Paraguai com o Brasil, a presença do Estado paraguayo é, com certeza, precária, ele chega com algumas demandas mais pontuais em locais conhecidos, como, por exemplo, para efetuar segurança em aduanas nas cidades com tradição de turismo de compras. Porém, na grande maioria das vezes, o que notamos é a diferença entre as cidades de Brasil e Paraguai, especialmente na infraestrutura, o que aparece de maneira mais visível.

Na entrevista da senhora Perdomo, esse é um dos motivos pelos quais a tradição cultural dos brasileiros se mantém em manifestações sócio-culturais no Paraguai, pois mesmo os paraguaios de origem consomem muito do que vem do Brasil, porque o Estado paraguayo está ausente em quase todos os setores. Na saúde, nas comunicações, nas escolas, na infraestrutura viária e de transporte, a deficiência do Estado leva os cidadãos a criar novas

formas de vivência nas fronteiras que podem ser visualizadas nas relações sociais e no consumo de bens materiais e simbólicos que advêm do Brasil.

Conforme vimos anteriormente, isso ocorre também com a educação, a saúde e com outros serviços sociais que são buscados no Brasil por pessoas residentes nas fronteiras com o Paraguai, brasileiros ou paraguaios. Nota-se um consumo cotidiano de produtos que saem do Brasil. O caso mais evidente se dá entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, consideradas grandes cidades que mantêm estreito relacionamento comercial, em grande medida já independente do turismo de compras. Muitas pessoas passam diariamente para o lado de Foz do Iguaçu com vistas a comprar verduras e frutas para serem revendidas em Ciudad del Este nos mercados. Há também proprietários de restaurantes, hotéis, armazéns que vão para Foz do Iguaçu adquirir carne de boi, de frango, ovos, embutidos, cacau, café, etc., vários itens que são transportados todos os dias para a cidade do outro lado da fronteira.

Outras pessoas se dedicam a levar mercadorias, sob encomenda, de Foz do Iguaçu para Assunção ou para Encarnación – inclusive materiais de construção, sanitários, roupas, produtos de limpeza e alimentos. Desse modo, não é incomum encontrar produtos variados de origem brasileira dentro do Paraguai a centenas de quilômetros da fronteira. Essa não é uma característica recente no manejo com tais mercadorias, ela ocorre há décadas. O trânsito humano nas cidades se confunde com o vai e vem das mercadorias, característica que fortalece a integração entre as pessoas dos dois Países, pois há o contato cotidiano entre as pessoas para a manutenção dessas atividades, sem a presença do Estado.

Ao mesmo tempo em que discutimos sobre a circulação de produtos entre os dois Países, atentamos aos costumes de compra dos fronteiriços nas regiões fronteiriças. Para evidenciar minimamente esse ponto retomamos o discurso do pastor Ricardo Becker, quando em sua entrevista ele comenta sobre as cidades por onde trabalhou. Encontramos no discurso indicações que mostram, de maneira clara, como alguns produtos – que não são costumeiros aparecer no mercado paraguaio – são postos à disposição do consumidor. Essa é uma característica importante de ser percebida como uma construção de modelos de integração e sociabilidade. Segundo o pastor:

Por exemplo, [Nova] Toledo [Caaguaçu], Santa Rita [Alto Paraná], Katuete [Canindeyú], em distintos lugares onde tem muitos brasileiros, tu vai no supermercado tu vai encontrar a mesma quantia de erva [mate] pra chimarrão [mate quente] que de erva [mate] paraguaia [erva mate para terere – mate frio], então tem certos elementos que (...), por exemplo, o terere é uma coisa bem incorporada, por exemplo, não existe brasileiro no Paraguai

que não tome terere né? (ENTREVISTA: RICARDO ADOLFO BECKER, ASUNCIÓN, 2013).

A percepção do pastor Ricardo em relação à disposição de produtos nos supermercados é característica de um migrante e descendente de migrante como ele que procura algo diferente por onde passa. Nesse sentido, o que ele enfatiza é a forte presença de brasileiros vindos do sul do País, que possuem como costume tomar o chimarrão, e o fato de a erva mate para chimarrão aparecer na mesma proporção que a erva mate para tereré nos locais de venda. Registramos que essa característica não é comum em Assunção, por exemplo, onde, na maioria dos mercados, não se encontra o produto para chimarrão. Essa forma de perceber as influências externas em uma sociedade levou-nos a dar mais atenção às questões dessa natureza – o que realmente se confirmou nos trabalhos de campo – inclusive, em relação a outros produtos que não são, costumeiramente, encontrados na capital do Paraguai, ou não são, por motivos culturais, consumidos pelos paraguaios.

Para o pastor Ricardo, essa tendência mostra, de forma clara, como se dão as relações sociais. Esses modelos de incorporação de produtos não convencionais não constituem via de mão única, uma vez que há muitos paraguaios se aproximando dos costumes e produtos brasileiros, existem brasileiros compartilhando produtos e hábitos de consumos paraguaios, conforme muito bem denota Ricardo, com o exemplo do tereré. Fizemos constar que o hábito não é comum, e bem aceito apenas pelos brasileiros que estão no Paraguai, mas também pelos brasileiros no Brasil, com maior incidência no Centro-Oeste brasileiro.

Ilvo Spielmann também enfatiza um pouco o tema quando destaca os hábitos culturais. De acordo com ele,

Os hábitos aqui em Katuete são muito brasileiros ainda, tanto, vamos supor costumes artísticos, os bailes aqui é tudo estilo brasileiro, não é no estilo paraguaio, então, portanto, temos aqui pra ter uma ideia temos o CTG Centro de Tradições Gauchescas, temos a Associação dos Casais. São assim uma relação muito forte aos costumes brasileiros, portanto, os paraguaios também participam desses costumes e hoje eles estão bastante adaptados nesses hábitos, no estilo brasileiro, o paraguaio em si assiste todas as novelas brasileiras e também os canais brasileiros aqui, eles estão integrados nesse sistema de vida também. Como os hábitos alimentares, inclusive, o tradicional brasileiro descendente de alemão ele tem o costume de comer cuca com churrasco, e hoje o paraguaio daqui faz o mesmo, que ele jamais pensou em comer algo doce com salgado, por que o hábito deles é churrasco com mandioca, e hoje eles preferem a cuca ao invés da mandioca (ENTREVISTA: ILVO SPIELMANN, KATUETE, 2014).

O entrevistado observa ainda que há diferenças entre o modo de disposição dos produtos nos supermercados, nas cidades de Katuete e de Assunção. Segundo ele, que reside há 40 anos em Katuete e mantém supermercado desde o ano de 199:

Aqui na nossa região o consumo é mais de embalagens grandes, por exemplo, arroz de cinco quilos, sabão em pó de um quilo, ou de dois, ou de três, amaciante de dois litros, ou mesmo de cinco, coisas assim, feijão de cinco de um, farinha de trigo de cinco quilos, e em Assunção tu não vê isso, para assim, ser bem específico, não tem esse hábito, lá é especificamente tudo de um kilo, de meio, e de $\frac{1}{4}$, não há consumidores que compram cinco quilos, muito pouco, e aqui é exatamente ao contrário, aqui é 90% é embalagens grandes, e 10% embalagens pequenas (ENTREVISTA: ILVO SPIELMANN, KATUETE, 2014).

Os modelos de exposição e disposição de mercadorias, assunto enfatizado pelos entrevistados Ricardo Becker e Ilvo Spielman, tanto em relação ao tamanho das embalagens quanto em relação à igualdade de produtos consumidos e que se assemelham costumeiramente aos hábitos paraguaios e brasileiros, são base elucidativa do modo de vida da sociedade local em uma ambiência fronteiriça, em oposição ao que ocorre na capital nacional do Paraguai. Em uma análise comparativa, podemos afirmar que são modelos diferentes marcando o caráter social dessas regiões, e incorporado no cotidiano das pessoas.

Outros fatores que acreditamos serem os maiores responsáveis por reproduzir uma experiência de vida comum em outro lugar e colaboram muito na manutenção dos costumes, são os meios de comunicação, no nosso contexto, especialmente o rádio e a televisão. Esses meios estão em plena transformação no Paraguai. Até há pouco tempo, as regiões fronteiriças tinham acesso quase que especificamente ao rádio e à televisão – notadamente a programas e a canais brasileiros. Então a crítica sociológica sobre a livre escolha muitas vezes não podia ser aplicada neste ponto, pois havia um completo esquecimento dos meios de comunicação paraguaios com essas regiões, e as emissoras brasileiras possuíam suas repetidoras ao alcance dos fronteiriços. Com isso, reforçam-se temas cotidianos que são apreendidos pelos meios de comunicação, como o idioma, as notícias sobre o Brasil, as questões políticas que estão se desenrolando, as novelas, os programas de auditório, a música, e assim por diante.

Atualmente existem muitas empresas que vendem o sinal via satélite no Paraguai, sinal que pode ser estendido para a programação televisiva do mundo todo e não apenas para a do Brasil ou do Paraguai. Desse modo, dentro de alguns anos, novas análises servirão como contraponto para mostrar o comportamento das pessoas em relação a essas novas ferramentas,

inclusive, a internet. Poderá ser verificado se o costume dos fronteiriços irá permanecer voltado às formas de reprodução dos meios de comunicação do Brasil.

Sobre isso, Ricardo diz que

Quando eu cheguei nessa Colônia Nova Toledo [1998], fazia dois anos e meio que tinha chegado a luz elétrica né, e nesta época o pessoal tava como saindo da fase dura do trabalho, de ter entrado fazia uns vinte poucos anos, que tavam ali entrado no mato, limpado tudo, mecanização tava no despegue alto, a maioria deles então ainda tinham casinha de madeira, a primeira casa não é, veio luz elétrica; e se instalou a luz elétrica naquela casinha, a primeira coisa que entrou foi a geladeira, e junto com a geladeira foi a TV, e uma parabólica enorme que se pegava todos os canais do Brasil, e alguns que estavam um pouco melhor economicamente já tinham a TV e já tinham parabólica e faziam funcionar com bateria. Mas era a parabólica! Se assistem os canais de TV do Brasil, e muito que agora tem a questão de TV por satélite tudo, por exemplo, Tigo, Claro, [telefônicas], alguns começaram a instalar agora Claro TV, *entonces* eles pegam canal do Paraguai e de todo mundo, mas a parabólica era basicamente canais do Brasil, um que outro da Europa. Isso, muita gente sofria realmente dentro desse sistema, as mulheres basicamente, estamos falando de uma cultura basicamente machista né? Onde o que sai e vai atrás dos negócios é o homem (ENTREVISTA: RICARDO ADOLFO BECKER, ASUNCIÓN, 2013).

O consumo de bens materiais e simbólicos provenientes do Brasil é uma das críticas que aparecem com bastante frequência na fronteira, críticas, geralmente, elaboradas na capital – Assunção. Segundo alguns autores, existe uma espécie de fidelidade aos produtos nacionais do Brasil, geralmente os brasileiros e descendentes que estão no Paraguai buscam nesse País um contato com um brasileiro antes de fazer qualquer tipo de transação, ou negócio, ou seja, o sujeito vai para o Paraguai mas come nos restaurantes brasileiros, fica em hotéis de brasileiros, compram em lojas de brasileiros. Isto é, em um país diferente se busca o que é nacional, brasileiro. É uma prática de brasileiros e descendentes no Paraguai que o povo paraguaio interpreta com maus olhos, como se tudo que fosse bom viesse do Brasil.

Essas atitudes, muitas vezes inconscientes, acabam reforçando o ponto de vista de que as “coisas” do Paraguai não são boas, não possuem qualidade, quando, na verdade, sabemos que há um mercado que vive da cópia, da pirataria, da falsificação. Na fronteira é esse o mercado que geralmente consegue oferecer os melhores preços. São essas atitudes que muitos paraguaios criticam e não aceitam, ou seja, que os brasileiros continuem exercendo exacerbadamente um nacionalismo brasileiro dentro do Paraguai, pois essas manifestações, essas práticas acabam reforçando a identidade nacional fora do país de origem, o que pode influenciar os próprios paraguaios e gerar conflitos.

O sociólogo Quintin Riquelme narra algumas dessas situações, chegando a afirmar que “hay una tentativa de dizer que todos somos iguales que no existen sentimientos xenofobos” (ENTREVISTA: QUINTIN RIQUELME, ASUNCIÓN, 2013), apesar de o clima em alguns lugares não ser tão harmônico quanto alguns deduzem. Segundo ele,

Acá muchos dicen que no, no hay xenofobia, pero, pero, qual es lo problema con los brasileños? Por eso hay como un rechazo, por mas que sean brasiguayos, que practicamente ello implementa su cultura aca y no respecta la cultura paraguaya, en este sentido, en algunos lugares alzan su bandera en Paraguay, a brasileña invés de la paraguaya, y hablan portugués en la escuela se enseña el programa brasileño y no paraguayo, entonces ese sentimiento de ser un País nuevamente colonizado, eso se internaliza mucho, entonces hay como uno..., se voz te va en una ciudad como Santa Rita [Departamento de Alto Paraná], es una ciudad brasileña, no es una ciudad paraguaya, todo del lugar es de Brasil, entonces ai es como un sentimiento que estamos siendo invadidos, incluso una vez en una escuela, una Organización fue e quemó la bandera brasileña, bajaron y quemaran, por que estaban cantando el hino brasileño y alçando la bandera, entonces..., y sobretodo bueno..., ese es un poco lo problema que es, se dice que no hay xenofobia que somos iguales, pero si es igual, tienen que reconocer ¿Por qué ellos vienen con una cultura diferente no? Y como que arrasan con todo, en una propiedad brasileña no va a ver montes y árbol [...]. Y muchos se quiere habitan acá, los grandes no viven acá, muchos propietarios no quieren viver acá (ENTREVISTA: QUINTIN RIQUELME, ASUNCIÓN, 2013).

Realçar questões xenofóbicas entre duas nações não é tarefa fácil para um pesquisador da área de Ciências Humanas, primeiro pela polêmica que existe sobre o que é xenofobia na atualidade. Em nosso caso, evidenciar tais caracteres entre Brasil e Paraguai, países próximos e que compartilhem vários atos bilaterais na política, nas relações humanas e sociais dos seus povos, como construímos na tese, leva-nos a outros elementos de análise. Porém, diante do surgimento do assunto, não podemos simplesmente negá-lo. Reconhecemos que existem desacordos entre brasileiros e paraguaios, embora saibamos que são situações isoladas e não comportam as relações cotidianas de vida das pessoas. A entrevista de Ricardo nos auxilia nisso. Ela traz elementos que estão diretamente ligados à questão rural e tratam da polêmica em torno da xenofobia:

Essa questão de terra, eu penso que é uma questão em parte, em parte, sobre-dimensionada pelas mídias né, alguns setores políticos geraram uma xenofobia no Paraguai por questão de terra, basicamente contra os brasileiros, existe muito forte a questão também com os menonitas não é? E então é essa a questão ali, por exemplo, entre menonitas e indígenas (ENTREVISTA: RICARDO ADOLFO BECKER, ASUNCIÓN, 2013).

Na percepção do religioso, há a influência de dois setores que auxiliam o aumento de caracteres xenófobos no meio rural, no que diz respeito à questão da terra, em que a mídia aparece simultaneamente com o meio político como os principais exortadores do tema e colocam diferentes povos, de diferentes nacionalidades, em conflitos, por assim dizer estigmatizadores, na área rural. Logicamente essa é uma impressão do pastor, que convive há muito tempo em meio à sociedade e percebeu a polêmica sobre esse ponto. Nesse sentido, cremos que a imprensa cumpre papel de difusão de ideias que surgem em outros setores da sociedade como nos da esfera política, conforme afirma Ricardo.

Em relação a isso, notamos que o discurso da imprensa no Paraguai é mutável. Dependendo da situação em que se dão as tensões, às vezes exagerando nas opiniões, o que fomenta a xenofobia, e às vezes combatendo tais opiniões. Nesse sentido, não podemos perder de vista que a imprensa é um difusor de notícias e muitas vezes tais notícias não expressam necessariamente a opinião do meio de comunicação, mas sim de uma pessoa que discorre sobre uma situação isolada que ocorreu. A respeito dessas considerações, podemos verificar a matéria publicada pelo Editorial do jornal *ABC Color*, de Assunção, que diz: “La xenofobia nunca há sido buena consejera para conducir a las masas, fomenta las bajas pasiones, incentiva el ódio gratuito hacia minorias indefensas y destruye los mejores sentimientos de hermandad y cooperación [...]” (EDITORIAL: ABC COLOR, 31/08/2003, p. 10). O modo como o Editorial se expressa sinaliza que o periódico reprova a ação de xenofobia, indo, portanto, no sentido oposto ao que o religioso denotou acima.

Ao detectarmos elementos discriminatórios, num ou noutro grupo, notamos o problema que se coloca em relação à população residente nos espaços fronteiriços: a aversão étnica e a segregação. Os fatores constitutivos necessários para identificá-los são morais, culturais, sociais, enfim, próprios de uma determinada comunidade humana. Na relação estabelecidos e *outsiders*, os estabelecidos atribuem os aspectos discriminatórios a qualquer indivíduo *outsiders*, seja pela religião, nacionalidade, língua, cultura, enfim, no meio social e cultural como um todo. Os estabelecidos, ao estigmatizarem os *outsiders*, transformam-nos no outro, no diferente dele, uma situação excludente e de evidente xenofobia.

Muitas vezes as situações ocorridas fazem com que a integração entre brasileiros e paraguaios pareça plena em algumas cidades paraguaias na fronteira. Todavia, percebemos que há um domínio muito grande de um grupo sobre o outro, há a supremacia de um legado cultural e social de um povo sobre o outro. Por exemplo, com o advento da tecnologia, no

meio rural, essa situação fica bastante visível, quando confrontada, entre o agricultor que trabalha para o mercado agroexportador e o campesino paraguaio que trabalha para a subsistência, circunstância que aparece constantemente nos meios de comunicação.

¿Coexistencia o enfrentamiento?

La sociedad paraguaya asiste al afloramiento de conflictos sociales en el ámbito rural cuyas causas son harto conocidas, pero que lamentablemente poco se ha hecho para superarlas. La comprensión del problema que representa el enfrentamiento de dos modelos de producción rural, necesariamente nos lleva a ahondar en sus orígenes. Desde hace más de 100 años, la historia del Paraguay rural ha sido marcada por el problema de los campesinos 'sin tierra'.



COMODITIES. Entre 1970 y 1980 la superficie cultivada creció a una tasa de 10% anual, aumentándose principalmente la producción de algodón y soja, debido a los muy buenos precios internacionales.

TDM/PY.

FONTE: JORNAL *TEMPOS DEL MUNDO*. ASSUNÇÃO, 19/02/2004, p. 2.

No departamento de Canindeyú, na região da fronteira oriental do Paraguai com o Brasil, constatamos que a distância cultural entre os pequenos e grandes proprietários acaba se tornando muito mais discursos do que propriamente práticas que são fomentadas na área rural. Observamos que uma parte considerável de pequenos agricultores realiza as mesmas atividades produtoras que os grandes, sejam brasileiros ou paraguaios. O que ocorre, na maioria das vezes, é que o pequeno não possui os maquinários necessários para desenvolver as atividades na sua lavoura, mas isso é facilmente equacionado, por meio de pagamento para realização das tarefas, ou por meio de trocas em que pequenos proprietários acabam formando a mão de obra especializada dos grandes. Assim, os dois compartilham as atividades nas diferentes propriedades. Um olhar superficial sobre muitas notícias da imprensa nos leva a deduções irreais de uma situação que na verdade não provoca um estranhamento exagerado nas relações entre uns e outros, todavia, reconhecemos que eles trazem informações relevantes para analisar alguns casos.

Outro fator importante de se notar é o que aponta para a figura do mediador entre o grande e o pequeno proprietário – o trabalhador do grande proprietário. Este tem circulação entre os dois campos e acaba aproximando e influenciando, de maneira direta, o modo de agir

dos dois agricultores. Por exemplo, no desenvolvimento de técnicas, no manuseio de maquinários, na obtenção de insumos que a lavoura moderna utiliza. Sem o grande proprietário, tais processos seriam inviáveis aos pequenos.

Destacamos também a existência de diferença significativa no tocante às dimensões das propriedades, especificamente na região de fronteira do Departamento de Canindeyú, em que o tamanho das propriedades dos sócios e associados da Cooperalba gira em torno de trezentos a quatrocentos hectares e o das propriedades do assentamento San Juan, situado a poucos quilômetros, obedecem a um tamanho de doze hectares. Em alguns casos ambos plantam os mesmos produtos, na maioria das vezes; por isso não há como estabelecer o mercado exportador no Paraguai tendo como artifício apenas o praticado pelo grande proprietário, posto que os pequenos também fazem uso da mesma dinâmica.

4.3.1 FRONTEIRIÇOS: A INTEGRAÇÃO NUMA RELAÇÃO ESTABELECIDOS E *OUTSIDERS*

As características de relacionamento apresentam fatores que passam despercebidos no mundo rural, especialmente na fronteira onde há grande incidência de brasileiros. Na intenção de exemplificar tais fatores tomamos algumas reflexões que analisam as manifestações de repulsa e mostram as divergências para com o Outro, como os estudos de Capel (2001) e de Gorski (2003). Embora fundamentados em outra base empírica, evidenciam que o entendimento das movimentações humanas não ocorre pelas mesmas causas. Os dois autores reconhecem que elas obedecem a particularidades e a especificidades locais e regionais. Ainda, segundo os autores, as diferentes condicionantes mostram que os estudos sobre divergências e convergências entre pessoas são onerosos aos cientistas humanos e sociais, justamente por compreender uma ampla gama de especificidades.

Em uma configuração sociológica de uma comunidade, Elias e Scotson aproximam suas reflexões da perspectiva que busca explicar as especificidades. Segundo eles,

A abordagem de uma figuração *estabelecidos-outsiders* como um tipo de relação estática, entretanto, não pode ser mais do que uma etapa preparatória. Os problemas com que nos confrontamos numa investigação como essa só se evidenciam quando se considera que o equilíbrio de poder entre esses grupos é mutável e compõe um modelo que mostra, pelo menos em linhas gerais, os problemas humanos – inclusive econômico – inerentes a essas mudanças (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 36).

Com a inserção dessa perspectiva, temos, antes de qualquer coisa, a mobilidade entre as relações de poder da sociedade investigada, denotada por Capel e Gorski como “os problemas humanos”. Nesse sentido, o campo analisado mostrou que as condições de estranhamento ocorrem, mesmo entre os brasileiros de diferentes regiões do Brasil que foram para o Paraguai.

A entrevistada Rosângela Wink Hiert, em seu discurso diz que, antes de entrar no Paraguai, formou-se no curso de Magistério, logo em seguida casou-se, e no outro dia mudou-se com o marido para o Paraguai. Segundo ela, era a primeira vez que saía da casa dos pais, comenta sobre a época em que chegou ao Paraguai e se deparou com uma situação que, para ela, não era comum. A interlocutora nasceu em Capanema, pequena cidade do sudoeste paranaense, com uma população de base europeia e de descendentes de europeus. Segundo ela,

[...] na região que eu nasci, cresci e me criei [no Brasil] eu conheci italianos, poloneses e alemães, era esse o pessoal que tinha lá, e na região que eu vim morar [no Paraguai] eram nordestinos [brasileiros], nada contra, sem preconceito, só que eu vim, eu não conhecia ninguém a não ser o meu marido, o meu mundo era totalmente diferente [...], eu sofri, eu sofri, por que eu não sabia conversar com eles, veja só, não sabia falar com brasileiros, eu não entendia eles, e eles também não me entendiam [...], eram nordestinos do Brasil, a região que eu vim eram só brasileiros, mas falavam, como hoje para mim é normal escutá-los, mas na época eles falavam como nordestinos [faz alusão ao sotaque] mesmo, e eu não entendia, não entendia nada do que eles falavam para mim, era um português que pra mim era um linguajar totalmente diferente, por exemplo, eu nunca tinha ouvido falar em jerimum, pra ter uma ideia [risos], nos primeiros tempos foi difícil [...] (ENTREVISTA: ROSÂNGELA WINK HIERT, NUEVA ESPERANZA, 2014)

O rico discurso de Rosângela nos auxilia a pensar não apenas sobre a convivência entre brasileiros e paraguaios que moram nas fronteiras, mas também sobre o como se produziam as relações entre brasileiros que viviam no Paraguai e eram originários de diferentes regiões do Brasil, especialmente do Sul, do Norte e do Nordeste.

A entrevistada destaca a sua dificuldade após entrar no Paraguai, sendo ela uma professora recém-formada, uma mulher recentemente casada, uma imigrante que acabou de chegar, e sem conhecer quase ninguém, além do esposo, como ela mesma faz questão de ressaltar: “é a primeira experiência fora da casa dos pais” (ENTREVISTA: ROSÂNGELA WINK HIERT, NUEVA ESPERANZA, 2014). Em uma situação cotidiana normal compreendemos que havia vários fatores que contribuía para uma experiência de vida – naquele momento –

repleta de novidades, como a profissão, o casamento, uma nova moradia, mas, no caso de Rosângela, a necessidade de migrar para outro país preencheu ainda mais a sua nova condição de vida.

A entrevistada mora no Paraguai há vinte e sete anos, num primeiro momento, no Departamento de Alto Paraná, no distrito de San Martins; a partir de 1990, no Departamento de Canindeyú, na antiga localidade de Troncal Cuatro, que, a partir de 1999, foi emancipado e se tornou o distrito de Nueva Esperanza. É proprietária de um dos maiores açougues da região, um dos únicos habilitados no Departamento de Canindeyú para industrializar carnes, o que, segundo ela, é uma conquista, pois agrega valor ao serviço. Durante um período eleitoral foi *consejal* – vereadora – em Nueva Esperanza, pela Asociación Nacional Republicana (ANR), uma representação política ligada ao Partido Colorado.

O que destacamos na entrevista de Rosângela é a especificidade com que ela se refere aos outros brasileiros, os *nortistas* (nordestinos), ou seja, ela se identifica como uma brasileira: “a região que eu vim eram só brasileiros” (ENTREVISTA: ROSÂNGELA WINK HIERT, NUEVA ESPERANZA, 2014). Ao mesmo tempo ressalta que no Brasil só conhecia italianos, poloneses e alemães, descendentes que moravam em Capanema, seu local de origem. Nota-se em seu discurso certo estranhamento em relação à maneira como os nordestinos falavam (sotaque). Segundo ela, “eu não entendia, não entendia nada do que eles falavam pra mim, era um linguajar totalmente diferente” (ENTREVISTA: ROSÂNGELA WINK HIERT, NUEVA ESPERANZA, 2014). O mesmo ocorria com a denominação das coisas, quando ela faz referência ao jerimum, ao que parece nunca havia ouvido chamar abóbora de jerimum.

A maneira como a entrevistada elabora a compreensão de sua experiência de vida de quase trinta anos atrás mostra uma forma ao reverso de percepção da identidade que está manejando, ou melhor, ela não tem certeza sobre a que identidade está se referindo. Quando reconhece os brasileiros do Nordeste como pessoas de fora, por não entender o que eles estão falando, constroi uma identidade brasileira – a dela – pautada em aspectos e características europeias, descendentes de italianos, alemães e poloneses.

A vida do migrante fronteiriço em meio às dificuldades, tais como a mata, a falta de estradas, de remédios, de escolas, um local em que praticamente tudo está por ser feito no Paraguai, nesse contexto adverso o sujeito fronteiriço de nacionalidade brasileira elabora suas próprias construções e acaba improvisando, até mesmo as suas noções de reconhecimento da identidade nacional dos próprios brasileiros parecem equivocadas. A condição provoca uma

espécie de enclausuramento social em que os *outsiders* pertencem ao mesmo país do estabelecido, é o reconhecimento do entre-lugar.

Por outro lado, quando há a intensa entrada de um grupo comunitário nacional em determinada região ou país que não é o seu, como o caso de milhares de brasileiros de diversas regiões do Brasil no Paraguai. A partir disso, o grupo acaba fomentando um estranhamento cultural, social e etnográfico, entre seus compatriotas como o evidenciado na entrevista acima, entre pessoas de um mesmo país – Brasil – habitando temporariamente ou definitivamente outro país – Paraguai – uma situação no mínimo diferenciada e complexa de perceber a identidade do sujeito nacional brasileiro fora do Brasil, e que identitariamente são partícipes de um mesmo país, porem visualizam-se como totalmente diferentes.

Conforme assinala Héctor Gorski, as razões perpassam ainda por outras especificidades:

Las razones que se dan sobre el porqué de este fenómeno van desde las económicas (temor a perder riquezas y privilegios), pasan por las educativas (escasa instrucción) y las socioculturales (miedo a una posible transformación de la forma de vida), hasta las comunicativas (poco contacto e interacción entre el grupo mayoritario y el minoritario) (GORSKI, 2003, p. 103).

Nessa perspectiva, as palavras de Horácio Capel são enfáticas quando ele afirma que

La llegada de fuertes cifras de inmigrantes puede provocar muchas veces sentimientos de miedo y rechazo. Los llegados pueden generar desempleo, sobrepoblación, aumento de la marginación, conflictos culturales cuando son tan numerosos que amenazan la identidad cultural del grupo receptor (CAPEL, 2001 p, 13).

Reconhecendo a complexidade das relações, conforme Capel e Gorski pontuam, bem como se percebe no discurso de Rosangela, compreendemos melhor o conceito de fronteira móvel, pois a própria polissemia da categoria fronteira explica realidades diferentes. Embora essa realidade esteja implícita não obedece à humanização das fronteiras de forma espontânea. No caso de Brasil e Paraguai, a entrada espontânea das pessoas – brasileiros – “colabora” em maior grau numérico para que se possam tirar conclusões sobre essa sociedade fronteiriça regional e internacional.

Constatamos, no campo de pesquisa, que há a inclusão na comunidade estabelecida por meio de uma proposta de integração. Para isso ocorrer é necessário perceber dois aspectos

que envolvem os diferentes grupos, primeiro: o respeito àqueles que entram no seio da comunidade; segundo: o respeito àqueles que lá já residem. Tal especificidade implica capacidades morais desses indivíduos ou dos grupos que estão em movimentação no fronteira. Por meio da capacidade moral é que se compreende e se oferece condições para a inserção no outro grupo social. No processo histórico da construção da fronteira oriental do Paraguai, é considerável o quesito moral, perante outros aspectos que influenciam diretamente na convivência das pessoas de diferentes nacionalidades.

Na entrevista do trabalhador Marcelo Almeida, que reside há vários anos na região de fronteira, morando períodos no Brasil e outros períodos no Paraguai, observa-se que ele faz questão de enaltecer o quesito moral. Segundo ele,

[...] dentro do Paraguai esses quatorze anos que eu to lá dentro vai fazer agora em maio, dia quatro, é... (tosse) eu não tenho queixa, nunca um policia mexeu comigo, ninguém, nada... e nunca tive problema. Pra você ta bem ali dentro da fronteira você tem que respeitá o costume deles, a língua deles que é o guarani, nunca tirar sarro você tem que escutá e ficá quieto, mesmo que todo mundo teja falando de você, certo, acho que não, não tem é [...] o respeito mútuo, que [...], pior que, conheço gente que ta lá há um ano lá dentro e não acostumou, saiu porque não gostou, lá dentro, conheço gente que entrou e ninguém gosta dele porque não sabe respeitar a cultura do pessoal [...] (ENTREVISTA: MARCELO ALMEIDA, GUAÍRA, 2004).

Essas ponderações em torno dos quesitos morais, que aparecem na entrevista, visam mostrar que o respeito para com os outros se torna muitas vezes uma característica mais importante do que outros aspectos como, por exemplo, o capital, o tempo de residência, a etnia. A relação estabelecidos e *outsiders*, quando não observados os quesitos morais, é muitas vezes mal conduzida e divide as pessoas e grupos sociais, não necessariamente pela origem, mas por causa da falta de compreensão que existe de um em relação ao outro, uma perspectiva que se aproxima dos caracteres de alteridade. Em um lugar de intenso trânsito binacional, como é o caso de Brasil e Paraguai, onde inúmeras práticas tangenciam a lei – especialmente as relativas às modalidades de comércio fronteiriço – o desrespeito a essas leis está comumente associado aos fronteiriços que ali trabalham e praticam suas atividades. Com isso eles acabam sofrendo com esses discursos estigmatizadores, o que reforça preconceitos e xenofobias. Essa mesma ponderação cabe aos fronteiriços rurais que lidam cotidianamente com os afazeres na terra estrangeira.

O quesito moral não se dá apenas entre diferentes nacionalidades, ou entre esferas de poder como diz Marcelo Almeida acima, pois sempre que ocorrem tais ponderações há um elemento comum, a polícia, tanto do lado brasileiro quanto do lado paraguaio. No tocante ao desrespeito às leis, algumas pessoas que entrevistamos no Paraguai, e que são brasileiros ligados ao trabalho rural, criticam algumas ações e posturas de brasileiros, e de outros imigrantes, e mesmo de proprietários paraguaios, no que se refere à aquisição de propriedade de terras para a Reforma Agrária no Paraguai. No discurso de Rosângela Hiert, por exemplo, percebemos que há uma indisposição com tais atitudes.

Nossa região aqui não é uma região tanto do INDERT, aqui é mais de colonizadoras, então não teve tanto esse choque com o campesino, reuniões que nós tivemos, junto ao Consulado brasileiro várias vezes já foi comentado, já foi falado sobre essa questão do brasileiro comprar terra de campesino, a lei do Paraguai, a Carta Magna do País diz que a terra do INDERT é terra de campesino, é um terreno por campesino, então não é só choque entre o brasileiro, vai ter choque entre o próprio paraguaio e os campesinos, pois quem tem bens, tem terra, não é pra ter terra de campesino. Como ele vende esse direito? Por que a terra não é dele é um direito, e é uma venda barata em termos do custo das terras, não só para o brasileiro a maioria de imigrante vai comprar. E se ele conseguiu uma escritura dessa terra é por que ele, sim, sim ele pagou para algum funcionário para sair essa escritura, não pode, a lei não permite. Então se por assim dizer, se o brasileiro qualquer imigrante que for, ou o próprio paraguaio tem uma terra escriturada e que seja terra de campesino, mesmo que saiu uma escritura, saiu uma escritura fora da lei, fora da Constituição do País. Mais cedo ou mais tarde ele vai ter problema, mas não venham me dizer que tanto brasileiro quanto paraguaio quem quer que seja que adquiriu essa terra que foi sem saber, pois você não vai entrar num País sem pelo menos conhecer o básico da Constituição dele, ele adquiriu essa terra por que estava um preço bom, estava um preço bom, vamos ser realista, vamos falar corretamente, estava um preço muito bom, ele foi e comprou aquela terra. Sendo assim, eu poderia ser proprietária de terra hoje de 200, 300, 400, 500 alqueires de terra hoje, dessa forma, seria uma minilatifundiária, por assim dizer, mas essa terra não é para nós, essa terra é do campesino (ENTREVISTA: ROSÂNGELA WINK HIERT, NUEVA ESPERANZA, 2014).

A forma clara com que Rosângela comenta o assunto mostra a preocupação com o descumprimento das leis do País, ressaltamos essa situação por que ela vai justamente na direção dos quesitos morais das pessoas. Ou seja, sabe-se que as terras não estão à disposição dos não sujeitos da Reforma Agrária do Paraguai. Mesmo assim, como o valor da terra convém, esses sujeitos acabam adquirindo e forçando a legalização indevida da propriedade. Isso colabora para a formação de pequenos latifúndios rurais no interior do País, seja por

brasileiros, paraguaios ou por outro migrante, conforme ressalta o discurso da entrevistada, que não concorda com essa prática ilegal.

O entrevistado Mario Langer também expressa essa preocupação em torno da atividade ilícita para a aquisição de terras por parte de pessoas que não são sujeitos inclusos na Reforma Agrária do INDERT, no Paraguai. Para ele,

Quando se é assentado, o título é intransferível né, ele é assentado e tudo, ele tem que se adequar à Reforma Agrária, e aí o que ele faz? Ele pega o título na mão e passa para outro, automaticamente ele já está fora da lei, e isso que acaba criando ou gerando transtornos, não é o campesino em si, mas a falta do cumprimento de uma lei [...], então é muito clara essa questão, o que gera o conflito, é o não cumprimento da lei [...], mas sempre que tem gente disposta a vender, tem gente pronta para comprar [...] (ENTREVISTA: MARIO LANGER, FRANCISCO CABALLERO ALVAREZ – PUENTE KIJHÁ, 2014).

A crítica do entrevistado vai no sentido de que se mantenha o título da terra da Reforma Agrária nas mãos do sujeito da Reforma Agrária. Porém, ressalta que, a partir do momento em que o indivíduo cede ou se propõe a vender o título, sempre haverá alguém para comprar a propriedade. Langer enfatiza a forma como ele fez a aquisição de outras áreas arrendadas para plantio, segundo ele, eram terras de pastagens que pertenciam à *haciendas*, e ele jamais tentou comprar terras de campesinos, justamente porque elas não pertencem à forma de aquisição de propriedade privada.

Na entrevista com Ilvo Spielman, o assunto relacionado aos campesinos assentados na região de Katuete também vem à tona. Ele conta que

[...] há uns dez anos teve um assentamento na região de Katuete, onde teve um assentamento sim, e onde eles, os mesmos, os próprios assentados passaram a negociar essas propriedades com os imigrantes brasileiros, que por lei não podem ser vendidos, mas sempre tem aquele que vai e compra, na verdade, oficialmente ele não poderia comprar e nem pode ter documentação legal, então eles compram o direito, e com o tempo talvez tenta legalizar no nome de um paraguaio, mas, aí teve alguns conflitos pequenos onde tiveram inconvenientes aquelas pessoas que compraram, eu sempre digo, sabendo que é designado para aquelas pessoas, não deveria adquirir, mas tendo a oferta e o interessado em comprar, sempre vem aquela pressão de negócio [...] (ENTREVISTA: ILVO SPIELMANN, KATUETE, 2014).

Ilvo Spielmann, assim como Rosângela Hiert e Mario Langer, reconhece as atitudes ilícitas por parte de imigrantes brasileiros, por parte de campesinos e de outros sujeitos que

não fazem parte da Reforma Agrária no Paraguai, e quiçá de funcionários do INDERT, posto que ocorre a regularização das propriedades com as escrituras das terras adquiridas.

Os discursos elencados aqui promovem críticas acerca da compra e da venda de terras pertencentes aos campesinos, o que revela uma situação moral e de incompreensão das leis do Paraguai, inclusive pelos paraguaios. A resistência das pessoas quanto à forma como o Estatuto Agrário e a Constituição do País regem as atividades oficiais do Estado em relação à propriedade e à titulação de terras fica evidente na região de fronteira. Tendo em vista essa prerrogativa, a demanda das deliberações previstas na Lei de Segurança Nacional para a zona de fronteiras no Paraguai fica comprometida, uma vez que ela prevê a aquisição de espaços fronteiriços por cidadãos nacionais, justamente uma lei que prevê a segurança nacional do País em uma faixa delimitada em 50 quilômetros.

A posição de cunho moral em relação ao atendimento ou não das leis do Estado classifica a fronteira como um espaço marginalizado, onde a lei não é cumprida, todavia, é uma circunstância construída pelos fronteiriços. A situação de fronteira como um espaço em disputa é uma condição para o sujeito fronteiriço produzir e difundir um discurso que tem como um de seus principais efeitos o sentido da fronteira como área isolada, sem a presença do Estado, e, em algumas vezes, violenta. É na distinção dos discursos que aparecem nas fontes que conseguimos estabelecer um diálogo próximo entre o cruzador e o produtor de fronteiras.

A experiência de vida das diferentes pessoas envolvidas no processo de integração é importante para uma visão mais profunda das situações sociais que se produzem nas localidades fronteiriças. Estamos diante da construção de um processo sócio-cultural de coexistência que requer tempo para que ocorra e possa responder às expectativas das pessoas nessa ambiência, especialmente porque envolve países diferentes.

Nesse sentido, o compromisso legal previsto em lei, no que concerne à propriedade de terras no Paraguai, é um ponto bastante sensível na construção das experiências práticas do cotidiano, uma vez que abrange uma questão comum não apenas entre brasileiros e paraguaios, mas também entre outros migrantes, e, sobretudo, indígenas. Abrange ainda as relações sociais que se produzem na área rural, na fronteira, prerrogativa que permeia vários discursos e é um direcionador importante de coexistência regional e internacional.

Nesse contexto, percebemos a superioridade numérica de imigrantes brasileiros e descendentes, quando comparada ao número de campesinos locais ou de paraguaios na

fronteira. Tal número de imigrantes provoca a sensação de dominação que, por vezes, aparece como um dos obstáculos para a construção de uma interação social mais intensa entre as duas nacionalidades, uma vez que os camponeses incorporaram, em grande medida, um discurso que diz que eles são os atores históricos de um setor que é marginalizado, submetido e pobre. Além disso, a superioridade numérica dos imigrantes provoca a sensação de dominação social, de exclusão das políticas de acesso a terra, e, até mesmo, de marginalização dos trabalhadores rurais paraguaios.

Há também, mas como resultado de enfrentamentos mais localizados, a existência do desprezo cultural, tanto em relação aos indígenas, exercido pelos camponeses, quanto em relação ao discurso de que o agricultor brasileiro é o agente da política imperialista do Brasil no Paraguai. Essas características de vivência provocam manifestações de aversão que consistem na discriminação que conduz a estigmas cada vez mais acentuados entre as duas nacionalidades.

Por outro lado, há locais onde os dois grupos são relativamente equilibrados. Nesses espaços percebe-se que as pessoas vivenciam um processo de interação social mais dinâmico, especialmente onde há vínculos de interdependência. Contudo, o fato de ser a maioria de uma ou de outra nação não significa que as duas nacionalidades são partícipes de um perfeito processo de coexistência, uma vez que os objetivos internos de cada povo não são comuns. Quando há interesses comuns as discussões se intensificam e a relação de aproximação fortalece a integração, quando isso ocorre a relação estabelecidas e *outsiders* praticamente inexistem.

4.4 DESNATURALIZAÇÃO DA FRONTEIRA: O ESTADO E A SOCIEDADE

É necessário desmistificar o caráter natural da fronteira que, na percepção de muitos, obedece apenas à função de limite territorial. Ideia propagada no século XIX, quando a fronteira sofria uma interpretação de ser delimitadora e que, de certa forma, restringia o conceito de seus sentidos em relação à atuação das pessoas inseridas nessa ambiência. Tanto para a sociedade quanto para o Estado torna-se necessário determinar o limite da fronteira e o que passa a ser estabelecido como o limite.

No caso da fronteira analisada, alguns pontos destacados mostram a ambiguidade do tema. Nesse sentido, seriam o rio ou o lago os obstáculos a serem transpassados? Estas seriam

as barreiras constituídas? Existiriam outros limites que foram ou são estabelecidos em detrimento do que já se viu ocorrer entre o Brasil e o Paraguai e o que ainda ocorre? Como atuam os diferentes poderes e suas relações entre sociedade e Estado no espaço fronteiriço? O enfrentamento dessas e de outras questões é fundamental para aproximar a discussão sobre a coexistência e a experiência vivida pela sociedade nesse espaço comum.

Nessa perspectiva, a compreensão que temos da ideia de limite entre Brasil e Paraguai é estabelecida pelo homem. É o homem que, por um lado, atua enquanto sujeito social na administração de aspectos que o Estado configura politicamente como fronteira. É o homem que, por outro lado, atua enquanto sujeito social inserido na sociedade fronteiriça e resiste às decisões do Estado. Conhecemos, compreendemos e respeitamos os marcos geográficos e físicos que são operacionalizados como definidores da fronteira, mas consideramos que são os homens que pensam e estabelecem os direcionamentos da fronteira entre Brasil e Paraguai, sejam homens do Estado ou homens da sociedade civil.

Com essa afirmação queremos dizer que as paisagens naturais e os acidentes físicos não possuem força de estabelecimento de fronteiras entre as nações – Brasil e Paraguai – eles são sim instrumentos orquestrados pelas pessoas que compõem tanto a sociedade civil quanto o Estado. As paisagens naturais e os acidentes físicos apenas atuam na convenção da ideia de um limite, que é aceito e respeitado enquanto uma divisa⁹⁴.

Invariavelmente interroga-se com tom de desafio a possibilidade de coexistência justamente por tratar-se de países que vêm, desde longa data, mostrando que a disputa é o que mais os aproxima. Brasil e Paraguai disputam a identidade, a memória dos eventos, os espaços, os produtos, os locais de compra e de venda de terras. Essas posturas tornam as fronteiras espaços de reivindicações que vão além do que o homem denominou como estabelecimento da fronteira como limite, são fronteiras de negócios, fronteiras étnicas, fronteiras religiosas, fronteiras do crime, fronteiras educacionais, ou seja, incorremos em uma infinidade de fronteiras humanas, cada uma com suas formas de limites, de transgressão e de resistência no espaço regional e internacional.

⁹⁴ A fronteira nacional entre Brasil e Paraguai existe enquanto ocorrência histórica desde os idos coloniais, como evidenciamos anteriormente, ela se dá por meio de tratados estabelecidos primeiramente entre Portugal e Espanha, e depois entre Brasil e Paraguai. É demarcada em parte por acidentes físicos. No caso específico entre os dois Países, na altura do estado do Paraná, o limite era o Rio Paraná, este sofreu com a ação de interesses políticos e energéticos na América do Sul. O rio transformou-se com o fechamento da Barragem da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, em 1982, formando o Lago Internacional de Itaipu que alargou o limite físico entre os dois Países, ressignificando a fronteira para as pessoas, por isso há um tratamento comum entre *rio* e *lago* para a grande maioria das pessoas entrevistadas.

Muito mais do que disputas e confrontos diplomáticos, existe a vontade de cada povo em ser reconhecido enquanto agente histórico de seu país e as concorrências passam a ser vistas como oportunidade de aproximação, especialmente no campo cultural e social, uma vez que o Paraguai, por exemplo, comporta grande quantidade de brasileiros que vivificam costumes nacionais brasileiros naquele País. Em contrapartida, é muito comum encontrar Colônias Paraguaianas nas cidades brasileiras reunindo centenas e milhares de paraguaios, descendentes do seu povo ou simpatizantes de sua cultura, que buscam nesses espaços vivenciar os costumes que eram comuns de serem exercidos em seu País, como, por exemplo, a música, a comida, o tereré, o idioma guarani, entre outras especificidades. São manifestações sócio-culturais que tomam a proporção de vivência cotidiana.

Em primeiro lugar, há que atentarmos para a compreensão da fronteira pelo Estado. Para o Estado, a noção de fronteira se estabelece em nível diplomático, ou seja, é uma divisa, na maioria das vezes uma divisa material que, de forma institucional, convém denominar de fronteira. A partir dessa divisa operam os aspectos políticos, administrativos e militares nacionais que se inserem na concepção de poder do Estado e que compreendem a voz do governo na fronteira. Assim, entendemos que a fronteira, para o Estado, é um delimitador, por vezes, construído por marcos físicos ou por paisagens naturais, agindo entre propriedades, unidades nacionais entre si, entre outros países, nações, ou continentes. A fronteira é um espaço de negociação, inclusive de conceitos.

Ao constatarmos o significado atrelado aos aspectos políticos, administrativos e militares, percebemos que essa concepção se dá a partir do momento em que as relações de poder começam ou terminam. A fronteira do Estado atua com ação controladora da sociedade civil, opera como um poder de domínio e resguardo da nação. O que caracteriza a concepção de fronteira diplomática é a percepção da ocorrência histórica dela. Na esfera diplomática reduzem-se os aspectos de negociação do conceito de fronteira.

Anteriormente, na apresentação do texto da tese, quando elencamos os Tratados Diplomáticos, observamos que eles funcionaram como agentes históricos em um determinado momento, propiciando uma visão institucionalizada da nação na história, na medida em que operacionalizam espaços, definem locais, como um país ou uma região. A ambiência da fronteira mostra que ela não é um espaço naturalizado em relação à temporalidade, mas sim um espaço construído na historicidade a que a ela pertence, e, no contexto dos Tratados (Período Colonial), a institucionalização marcou a sua ocorrência histórica.

A negociação mais branda, a integração entre povos, o dinamismo cultural na fronteira, onde o espaço é caracterizado como um campo de sociabilidade, é, sobretudo, forma de manifestações que alimentam a compreensão, para a sociedade, de que a função da fronteira é a de um espaço de vivificação das reivindicações. Isto é, quando a sociedade está inserida em um espaço controlado ou demarcado pelo Estado e atua sobre este espaço construindo suas próprias práticas, o poder do Estado passa a ser influenciado pelo exercício das relações de poder provindos dessa sociedade, dessa comunidade. Essa é a maneira que os fronteiriços encontram para resistir ao papel limitador que o Estado legisla sobre o espaço nacional.

O poder, a fronteira e o fronteiriço são, por si só, categorias e conceitos imbuídos de relações de poder. Destarte, o indivíduo se insere e exerce as práticas da vida cotidiana nesse espaço e resiste à significação unilateral de noção divisória que o Estado formula e tenta instituir. Verifica-se a todo o momento a dissimulação do que é para o Estado a fronteira entre Brasil e Paraguai. Em entrevista, o pescador Miguel Pereira diz

Tem essa linha na fronteira, tem, tem essa linha. Agora aqui, essa divisa nossa aqui, é o lago; aqui é o rio, do meio do rio pra cá é o Paraná, e do meio do rio pra lá já é Paraguai. E nós estamos pescando aqui, nós estamos indo pescar aqui dentro, tranquilo; chegou no meio do rio mais ou menos, aí nós temos que parar. No lado paraguaio, se nós não tiver liquidado tudo certinho, com os documentos do Paraguai, se nós atravessar, eles prende nós (ENTREVISTA: MIGUEL PEREIRA, PORTO MENDES, 2003).

O Estado exerce poder em relação aos meios de controle, como, por exemplo, em relação à delimitação do espaço de pesca para o trabalhador. Por sua vez, o trabalhador resiste, ao considerar que a delimitação exata da linha fronteiriça, enquanto sentido territorial, não está definida, estabelecida, o que constitui uma negociação entre as duas partes.

Notamos que o próprio mecanismo utilizado pelo interlocutor para designar a fronteira é impreciso. Para ele, ao que parece, não é algo que existe como uma demanda naturalizada [rio ou lago] que vai tornar os aparatos do Estado [leis de fronteiras] funcionais. Nesse sentido, as ponderações de Albuquerque Júnior são importantes quando ele destaca a desnaturalização de certas definições, posto que lidamos com o dia a dia das pessoas. Logo, estamos distante de propor uma definição objetiva, ou mesmo de contestar, justamente porque não há condições de aplicar um conhecimento definitivo àquilo que está propenso a ruir, tanto pelo dito e escrito quanto pelo visto e praticado.

Para Albuquerque Júnior,

A natureza já não é uma totalidade fechada em si mesma e independente de nós; ela é descoberta como construção humana, como conceito, como produto da interação entre homem e aquilo que o cerca. A experiência sensível interfere em nossa relação com a natureza, ela não é mais dado que antecede a nossa intervenção [...]. A natureza não é mais vista como uma totalidade fechada, estável e fixa, mas como atravessada de ponta a ponta por devires, por fluxos, por virtualidades que jamais podem ser completamente controladas ou conhecidas. O conhecimento da natureza se dá apenas por aproximação e este não está garantido nunca de forma plena (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 49-50)

Na perspectiva da heterotopia na fronteira, um dos interlocutores mostra em seu discurso que o limite também se configura como estigma social. Percebe-se uma espécie de aprisionamento social na fronteira, o que sinaliza para o fato de as práticas sociais produzirem não só integração, mas também exclusão, estigma social e, como consequência, constróem-se relações tensas em formas de resistência. Nosso estudo não tem o objetivo de congregar estereótipos por qualquer que seja a cultura das pessoas, ou por qualquer que seja a pessoa em si mesma, mas analisar os discursos que elas estão emanando, como uma apreciação do cotidiano vivido e narrado por elas, e que fazem parte das entrevistas.

No já citado discurso de Sônia Jandira Vicente, a perspectiva de que a fronteira também se torna um local de exclusão, onde as pessoas às vezes são maltratadas, aparece de maneira bastante sutil. Podemos observar essa questão quando ela diz que

Eu, muitas vezes fui maltratada aqui [Brasil], eu até digo que isso seja racismo, por ser, brasiguaião, como que se isso fosse uma doença, contagiosa né, comprei muita bronca aqui [Brasil] por causa disso, normalmente brasiguaião se é [...], que come mandioca. É brasiguaião, são mal vestidos. Brasiguaio não usam perfume. Esse tipo de coisa que chateia a gente (ENTREVISTA: SONIA JANDIRA VICENTE, PORTO MENDES, 2003).

Tornamos a trazer a entrevista mostrando outra perspectiva sobre o discurso de Sônia Vicente, com isso temos uma aproximação do discurso de como os brasileiros veem os brasiguaio. Se, por um lado, no Paraguai o brasiguaião é conceituado como o agente precursor do capitalismo, do expansionismo brasileiro, o detentor dos meios tecnológicos de produção agrícola; por outro lado, no Brasil, os brasileiros, em certa medida, possuem um olhar preconceituoso sobre o brasiguaião. Essa é uma característica comum que aparece também nos meios públicos em que os ditos brasiguaio não possuem os mesmos direitos que os

brasileiros quando buscam formas de atendimento em setores públicos no Brasil. Na mesma direção, o estigma aparece em relação ao sujeito brasiguai nos locais onde há concentração de “movimentos” que reivindicam a propriedade da terra, nestes ambientes eles são tratados pejorativamente pela sociedade. Não é incomum observar, nas conversas das pessoas que transitam pelas rodovias de Mato Grosso do Sul, no Brasil uma espécie de desvalorização das pessoas que se encontram acampadas, entre elas muitos são os denominados brasiguaiois.

O sujeito brasiguai faz parte de uma dupla realidade de percepção e representação, entre o Brasil e o Paraguai. O que é perceptível e digno de menção no Paraguai é a valorização da terra que o brasiguai utiliza para o trabalho; ela se tornou um mecanismo possível de obtenção de lucros, moradia, construção da sociabilidade familiar ou comunitária, o que aparece de forma evidente nas fontes. Uma característica para essa valorização é aquilo que as pessoas tratam como a modernização que houve no Paraguai. Conforme enfatiza a entrevistada Sonia Vicente,

O valor de um alqueire de terra aqui [Brasil], dá três ou quatro lá [Paraguai]; então é a mesma coisa: a produção valorizou, nós temos luz elétrica, o conforto é o mesmo que tem aqui [Brasil], a gente tem celular lá [Paraguai], a gente tem telefone. É a mesma coisa, a única dificuldade é o estudo das crianças (ENTREVISTA: SONIA JANDIRA VICENTE, PORTO MENDES, 2003).

A valorização sinaliza para a presença do capital como um modo de produção e de vida que extrapola as fronteiras – administrativa, política, cultural, econômica, simbólica, geográfica. A propriedade de terra para o denominado brasiguai significa estabilidade no mais amplo sentido que esse termo suscita. Na entrevista acima notamos que as novas tecnologias, como a energia elétrica, o telefone, o celular são uma forma de aproximação entre as pessoas dos diferentes países, uma vez que a propriedade de terras ainda é mais barata, a produção se valorizou e o contato se torna permanente com as pessoas de ambos os lados. Ocorre um dinamismo transfronteiriço, o único empecilho acaba se tornando, no contexto da entrevista, os estudos das crianças, um aspecto ligado à ausência de capital intelectual.

O que conseguimos extrair, como manutenção de práticas sociais, nas entrevistas anteriores, é que a propriedade da terra produz espaços de construção de fronteiras tanto no lado brasileiro quanto no lado paraguaio, seja em uma perspectiva positiva como a da aquisição de bens tecnológicos de informação no Paraguai; seja em uma perspectiva negativa

como a que se refere ao fato de as pessoas residentes há mais tempo, em determinado local, estranharem a presença de diferentes atores históricos, como ocorre no Brasil.

As relações de sociabilidade exercidas pelas pessoas, a partir da propriedade de terras, atuam concomitantemente com as relações de controle exercidas pelo Estado. Essas variáveis são condicionantes visíveis nas análises na medida em que o ponto de observação é o poder que atua no limite fronteiro de um espaço que quer, por natureza, ser taxado como fixo. Uma das variáveis que denotam essa luta são as práticas sociais que auxiliam na produção de teorias para o Estado. Um exemplo é a imposição de limites, bem como a interlocução que vai produzindo significados de fronteira a partir do trabalho das pessoas que permeiam o espaço fronteiro. As duas perspectivas, agindo num mesmo ambiente, sustentam as condições de produção de teorias entre a sociedade e o Estado, tais disposições tornam-nas plausíveis para entendê-los, compreendê-los e quiçá explicá-los em sua função na contemporaneidade.

Ao pensarmos uma maneira de problematizar e desconstruir o pensamento de fixidez da ambiência de fronteira e evidenciarmos a percepção social da descontinuidade, não buscamos entender a fronteira apenas como um espaço natural, concreto; as próprias fontes que analisamos indicam que essa perspectiva não se confirma. O espaço – ao que parece – se torna maleável e também exerce relações de poder, não é apenas um cenário, uma paisagem, um receptáculo de personagens, eventos e temporalidades. A perspectiva sobre o espaço necessita ser aprofundada, reescrita a todo o momento, entendida como uma construção histórica.

Quando amparamos conceitos naturalizados acerca da fronteira, assumimo-la como um pano de fundo, tiramos-lhe o papel de protagonista de mudanças sociais e históricas em relação a uma comunidade. Todavia, ao analisar as fontes percebemos que a espacialidade da fronteira vem à tona com a presença das pessoas, com vigor, ela representa um ambiente que provoca diferentes sensações. No tratamento específico da fronteira entre Brasil e Paraguai, em que a fronteira é estabelecida pela sociedade e pelo Estado como sendo o Lago Internacional de Itaipu, as pessoas constroem suas preocupações sobre a fronteira. Na entrevista de Cleonice Menegotto, ela afirma essa sensação:

Eu tenho um pouco de medo da água, eu tenho medo da água né, é a única coisa assim pra gente vamo dizer assim, que seria uma (...) um obstáculo assim, pra mim, é a água eu tenho medo né, da travessia. Agora, pro meu marido que ele tá acostumado ele vai e volta toda semana né, às vezes duas vezes por semana ou até mais, então isso dali pra ele se tornou assim, uma

coisa natural né. Pra ele não faz diferença nenhuma né, ele vai e volta, pode chover ele vem, pode ter um poquinho de vento assim, dá um poco de onda né, mas eu tenho um poco de medo, eu tenho medo por que, eu sempre tenho medo por causa do rio (ENTREVISTA: CLEONICE APARECIDA MENEGOTTO, PORTO MENDES, 2003).

Em outra oportunidade, Maria de Lourdes também destaca essa questão. Segundo ela,

Eu tenho medo do vento ah! Quando tem um vento aí é perigoso Deus o livre! Eu não sou tão medrosa, mais as meninas mesmo se tiver vento elas não atravessam não! Nós vamos de barquinho mesmo, que para atravessar tem um barco. Mas quando vem aquele vento que vira pra lá e pra cá, é perigoso (ENTREVISTA: MARIA DE LOURDES PALUDO BERNO, PORTO MENDES, 2003).

A percepção da fronteira como algo que é constitutivo de um ambiente que necessita ser transposto torna-se, para os fronteiriços, uma multiplicidade de sensações particulares no decorrer de suas práticas sociais e em suas vidas entre Brasil e Paraguai. Enquanto para uns ela é um aparato que provoca medo ou intimida, para outros ela é simplesmente um local que necessita ser ultrapassado para que, no outro lado, a vida continue a ser construída.

No decorrer dessas sensações, salientamos como a sociedade e as pessoas que permeiam essa região de fronteira assumem os riscos em sua totalidade. Desde a construção do *modus vivendi* no Paraguai até o como romper com as barreiras estatais de um país com o outro em uma nova dinâmica de vida com esposas, esposos, filhos, enfrentando os medos, que não são exercidos pelo Estado, não são praticados pela sociedade, mas são, antes de tudo, sensações individuais, provocadas pela ambiência de fronteira em sua totalidade. A família, o trabalho, a moradia, os estudos, a coexistência são aspectos que mapeiam a necessidade do trânsito fronteiriço nas águas do Lago Internacional de Itaipu.

A condição de fronteiriço em que as pessoas se encontram faz com que elas ultrapassem os limites estabelecidos pelo Estado, e até mesmo aqueles que a sociedade, de maneira geral, considera como uma demarcação final a ser enfrentada pelas pessoas nessas áreas. A situação de fronteira – para os fronteiriços – faz com que cotidianamente se redesenhem novas formas de encarar e construir o mundo nas fronteiras entre Brasil e Paraguai, onde pessoas imbuídas de questões individuais e individualizadas, relativas à sobrevivência, assumem novas formas de relacionamento. Nessas, os desejos e os interesses

personais estão além dos aparatos institucionais do Estado e aquém da compreensão de intelectuais e de uma coletividade. É a partir desse momento que a construção da fronteira se transforma em um organismo interno para os dois Países e marca uma função subsistencial para as pessoas: seja do lado brasileiro, seja do lado paraguaio, onde se produzem inclusive novas formações territoriais de ocupação, como, por exemplo, ilhas, locais de pesca, refúgios ecológicos, entre outros. Diante dessa perspectiva, o que assistimos é o como a fronteira é produzida pelos fronteiriços como um local de vivência.

A direção tomada por nossa pesquisa, assim como os discursos emanados das fontes apontam para outras perspectivas de pesquisa na área como, por exemplo, a discussão da fronteira como um espaço propício ao desenvolvimento de práticas ilícitas – como o contrabando, ou outras atividades que buscam burlar os aparatos de controle criados e difundidos pelo Estado. Isso acaba, em grande medida, gerando questões de outras ordens aos meios de controle que coíbem o livre acesso. A condição de fronteira, sob essa perspectiva, abre caminho para a subversão dos aparatos legais do Estado e das práticas das pessoas que, licitamente, nela operam. Assim fica aberto o espaço para uma nova produção de fronteira, a fronteira do crime.

À medida que pontuamos diferentes agentes históricos na atuação dos meios e das relações de poder, sejam eles orquestrados pelo Estado, pela sociedade, ou pelo indivíduo, defendemos a necessidade de um afastamento dos discursos que são produzidos pelo Estado. Diante do que constatamos em pesquisa, as relações de poder, em uma situação de fronteira, não devem ser encaradas como uma via unilateral, em que o Estado é o único agente produtor desse poder, definidor de limites e da história, como são conhecidas pela maioria da sociedade. Ou seja, o Estado atua como “ditador” dos caracteres legais para a população.

A versão que condiciona o Estado como o único agente emanador de controle sobre a fronteira, quando assumida, mostra-se de caráter ingênuo, e é visualizada até mesmo em alguns meios de comunicação que difundem a suposta facilidade de operar com o ilícito na fronteira⁹⁵. O que destacamos é a resistência das pessoas sobre o que o Estado legisla nas

⁹⁵ Um exemplo é a série de reportagens exibidas pelo Jornal Nacional da Rede Globo, em seis episódios que foram ao ar entre os dias 30/05/11 e 04/06/11, em que os jornalistas César Tralli, Robinson Cerantula e Fernando Ferro viajaram por mais de 45 dias entre os 11 estados do Brasil e os dez Países que se limitam com o território nacional brasileiro. São 16.886 km de fronteira, com apenas 27 postos de controle da Receita Federal. A série objetivou mostrar a facilidade de se contrabandear mercadorias tais como: cigarros, drogas, pneus, carros, remédios, combustíveis, agrotóxicos, entre outras. Os exemplos mostrados na série, de certa forma, maqueiam uma situação que é real, mas que não é fácil de ser consolidada. Todavia, há a assertiva de que é precária e frágil a situação do controle nas fronteiras do Brasil com os demais países por parte do Estado. O que entendemos é

áreas de fronteira e sobre a construção de uma “legislação” própria e não institucionalizada por parte dos atores históricos fronteiriços.

O que procuramos perfilhar no estudo sobre a fronteira é que, a partir da vida e dos discursos cotidianos dos moradores presentes nesse espaço, eles passam a produzir práticas que são fundamentais aos limites na formação dos Estados e que são ignoradas pela sociedade que não vive a condição de fronteiriço. Enfatizamos, por exemplo, as práticas das pessoas que baseiam o *modus vivendi* nesses ambientes fronteiriços, em oposição às proposições do Estado, isto é, as pessoas perpassam os sentidos de fronteira que o Estado tenta impor. O que se consegue visualizar é uma tentativa de imposição legislada pelo Estado que passa a sofrer resistências no *modus operandi* exercido pelas pessoas que vivificam suas práticas sociais nas fronteiras.

As áreas de fronteira são regiões de negociações, representadas por fatores materiais como incentivos fiscais, acordos bilaterais, processos migratórios, produtos e produções agrícolas, bem como por aspectos simbólicos como as construções identitárias, as manifestações culturais, a interação social, entre outros. As questões materiais, assim como as simbólicas, caracterizam experiências distintas de trocas e negociações entre os diferentes povos dos distintos Países. A fronteira representa para seus moradores um recurso material, mesmo quando esse se fomenta em um aspecto simbólico (CF.: VALCUENDE DEL RÍO; CARDÍA, 2009).

A ideia de fronteira como um espaço em movimento, vivificado e transformado revela a concepção de fronteira como zona liminar, representando espaços que ainda estão sendo estruturados, como uma zona de interesses mútuos e indefinidos. O conceito de liminaridade é antropológico, surge a partir dos estudos de ritos de passagem e de processos rituais, conforme propõe Van Gennep (1978). Essas zonas, de certa forma, “flutuam entre dois mundos”, contendo a ideia de que uma pessoa, através de ritos de passagem, sai de um “mundo anterior estranho para entrar em um mundo novo” (VAN GENNEP, 1978, p. 36). Nesse mesmo sentido, a fronteira ao obedecer a perspectiva de passagem contribui para compreendermos duas lógicas diferentes e que se estruturam como uma zona liminar, com o fronteiriço passando do estranho para o novo. Conforme Grimson (2000) aponta, o momento

que a sociedade civil que habita os espaços fronteiriços no lado brasileiro conforma a mais eficiente zona e área de controle que o Estado brasileiro possui, muito embora ela resista, e, muitas vezes, reivindique seus próprios interesses.

em que se percebe na fronteira a passagem de uma lógica que advém do Estado e uma lógica que advém dos moradores.

No âmbito dessas duas lógicas percebemos com as fontes que as práticas sociais e cotidianas dos fronteiriços se processam na tensão entre a tentativa de controle do Estado e a possibilidade de evasão e manipulação desses mecanismos de controle pela comunidade fronteiriça. Por exemplo, barreiras alfandegárias, limites para o valor de compra no Paraguai, proibição de importação de certos produtos, obrigatoriedade na apresentação de documentos pessoais, entre outros. Há a percepção do quesito limite fronteiriço e das proposições de controle do Estado que estão no centro de um aparato legal e institucionalizado, enquanto as práticas que moldam as atividades de passagem são produzidas pelos fronteiriços que estão à margem das proposições legisladas pelo Estado.

O Estado, ao classificar o comércio fronteiriço de alguns produtos como contrabando – por exemplo, a compra e venda de agrotóxicos utilizados na área rural fronteiriça – adota uma visão de que esse comércio está fora da lei, e não considera a percepção das populações locais que veem essa prática como absolutamente legal. Acrescentamos que a grande maioria das pessoas entende a atividade de compra e venda entre esses países fronteiriços como trabalho, não estabelecendo diferença entre essa função e qualquer outra função de trabalhador – seja no Brasil como vendedor, seja no Paraguai como comprador, seja na fronteira como sacoleiro, muambeiro. A ilegalidade assinalada pelo Estado é considerada uma atividade comum e legal de milhares de pessoas que exercem suas práticas de trabalho nos ambientes fronteiriços.

A partir disso, notamos que, se as relações de poder deixam de ser princípio único do Estado, o poder não existe enquanto um aparato de controle, passando a existirem múltiplas relações de poder. A desconstrução da base de ação do poder do Estado, por parte das pessoas da fronteira, fomenta fatores positivos para a sociedade, uma vez que as pessoas ao mesmo tempo em que sofrem o exercício do poder, exercem resistência a essas relações, tornando o espaço fronteiriço entre os dois Países praticamente um lugar comum. Existe, para alguns, até mesmo uma espécie de homogeneização entre Brasil e Paraguai. Nas palavras da entrevistada Ivete Allig, essa condição aparece de maneira esclarecedora:

Para mim, o Brasil, o Paraguai, morar em Porto Mendes [Brasil] e morar no Paraguai, para mim é igual. Eu já estou acostumada tanto lá [Paraguai] como aqui [Brasil], não é? Então, não acho diferença nenhuma. Apesar das diferenças de língua [...], apesar disso, apesar do rio que atrapalha também, não é? Porque se tivesse, digo, estrada, fosse fronteira seca! Vixi né! Aí não

tinha diferença nenhuma quase. Mas eu já estou acostumada tanto lá [Paraguai] como aqui [Brasil]! (ENTREVISTA: IVETE ALLIG, PORTO MENDES, 2003).

Compreende-se que a posição da entrevistada assume um caráter individual, porém, esse caráter mostra-se como singularidade dentro de um grupo, como representando alguém que possui personalidade e interage com os demais, alguém cujo *habitus* social é construído em meio às práticas culturais.

O *habitus* pode ser considerado tanto uma identificação pessoal quanto um instrumento de distinção do indivíduo entre os demais. Essa questão é interessante ao se pensarem as relações pessoais acerca da identidade nas áreas de fronteira com circulação intensa de pessoas, pois se reconhece o indivíduo ao mesmo tempo em que se nota a formação de um caractere social sendo construído neste espaço social, com a criação de grupos.

Assim, tanto a entrada de brasileiros no Paraguai quanto a de paraguaios no Brasil, pode tornar-se um modelo de estrutura acerca da representação da realidade, articulado com uma estrutura social de vivência mais ampla na região. Ao aprofundar o diálogo nas significações e sentidos produzidos pelos fronteiriços sobre a fronteira como uma rede estabelecida de pessoas que vivem na região e são partícipes dela. Os discursos provindos das entrevistas são modelos de construção social das pessoas em uma condição de fronteira.

Ao se vincular o indivíduo em cadeias de interdependências, inserindo-o em configurações sociais diversas, passa-se a entendê-lo como resultado do processo de interação que aos poucos vai provocando transformações em práticas sociais. Uma maneira de exemplificar essa questão é mostrar uma categoria de trabalhador bastante comum nas fronteiras: o pescador. Na fronteira, após a transformação do Rio Paraná em Lago Internacional de Itaipu, o pescador passa a atuar de forma diferenciada, o que transforma o seu cotidiano, fazendo com que as questões burocráticas e de cunho nacionalistas não sejam comuns ao seu ambiente de trabalho. O cotidiano desse trabalhador se altera desde a necessidade de aquisição do produto – pescado – até as longas distâncias que ele necessita percorrer do lado brasileiro, uma vez que o outro lado do Lago Internacional de Itaipu é o Paraguai, e legislativamente já não lhe pertence como local de trabalho.⁹⁶

⁹⁶ A extensão do Lago Internacional de Itaipu acaba se tornando um obstáculo a mais na vida dos trabalhadores fronteiriços, aos pescadores, por exemplo. Essa nova realidade em alguns lugares torna a atividade praticamente impossível. Em alguns pontos do Lago, registra-se a largura de até 40 quilômetros, o reservatório possui em

Destacamos esse ponto por que ele possui uma lógica interessante no campo dos estudos fronteiriços, dos acordos políticos, e bilaterais entre diferentes países, e estão ligadas a uma questão de hegemonia regional e internacional. Contudo, para o pescador, *essa burocracia* não é de fácil compreensão. Há que mencionar que se lida aqui com uma atividade milenar em um ambiente que, ao longo dos séculos, veio se metamorfoseando sem perder sua característica específica, a água.

Dessa forma, consideramos, na perspectiva da construção social da fronteira, a visibilidade de um contínuo histórico em relação a ela, em que os caracteres permanentes da longa duração de sua historicidade – água – comportam um importante diálogo com a atuação do presente – homem – seja ele interlocutor do Estado ou da sociedade, corroborando cada vez mais para a tendência da integração das práticas sociais fronteiriças, e não por sua ruptura. Entendemos a coexistência como uma construção para comportar a sustentação das relações sociais entre Brasil, Paraguai e seus fronteiriços, fomentando constantemente as variáveis que se expressam na relação homem e comunidade, homem e trabalho, homem e natureza.

Antropologicamente isso permite que a pessoa se torne, ao mesmo tempo, similar e diferente dos outros, o que implica todo um sistema de representação do processo de historicidade no ambiente de fronteira, de comportamentos atuais e de formação de ideias. As práticas sociais constituem a partilha de uma mesma essência entre os diferentes indivíduos, em uma fronteira que aponta, desde aspectos culturais como o caractere étnico, língua, educação, meios de comunicação, religiões, hábitos alimentares, músicas, danças, costumes comunitários, questões políticas, até as disposições cotidianas que se materializam como as relações de trabalho. Assim, a coexistência entre brasileiros e paraguaios é um processo em pleno desenvolvimento.

Acrescentamos que não é possível rotular as pessoas que vivem na fronteira entre Brasil e Paraguai, uma vez que os fatores que as levam a atravessar periodicamente esse limite não apontam para a mera compreensão acerca das atividades que elas exercem nos dois Países, mas sim para uma gama de possibilidades em relação à vivência que se produz, tanto no lado brasileiro, como no lado paraguaio. Essas atividades – agrícolas, monetárias, culturais – assim como as relações pessoais ou de parentesco dão forma a uma série de possibilidades de coexistência que se produzem no ambiente fronteiriço.

média 15 quilômetros de largura e mais de 160 quilômetros de comprimento. É uma realidade de fronteira material totalmente diferente do que representava o Rio Paraná até 1982, ano em que houve o alagamento.

Registramos que as diferentes formas de construção dos fronteiriços demonstram a dificuldade de se situar teoricamente os atores sociais com os quais trabalhamos; por outro lado, a hesitação pode orientar na medida em que permite a introdução desses atores, nos espaços e tempos dispostos pela pesquisa. Queremos dizer que não estamos sujeitos exclusivamente às características que dependem somente da identidade de cada agente social – como se isso fosse possível de fazer – mas antes e, sobretudo, da alteridade, pois compreendemos que há interações interdependentes entre os indivíduos, permitindo que se afirme a existência individual mediante os contatos coletivos. A dificuldade de se postular uma exata definição compatível para a compreensão das identidades das pessoas que estão em trânsito entre o Brasil e o Paraguai passa evidentemente pela discussão da alteridade na construção do espaço social, e pela da coexistência fronteiriça.

CONCLUSÃO

As análises que compreenderam a problemática da pesquisa em relação aos fronteiriços que se localizam na fronteira entre Brasil e Paraguai, na altura do estado brasileiro do Paraná, e na do leste dos Departamentos de Alto Paraná e Canindeyú no Paraguai, região que possui como fronteira física o Lago Internacional da Usina Hidrelétrica da Itaipu Binacional, mostraram que as práticas sociais se moldam permanentemente nesse espaço.

Elegemos para a nossa pesquisa uma história que pertence às pessoas, aos atores históricos, que vivificam determinado espaço social. Suas experiências chegam até nós de diversas maneiras: por meio de entrevistas orais, pelo contato direto com as pessoas, por meio de documentos, de matérias da imprensa, da literatura de especialistas. Assim como as fontes compõem a história, os fronteiriços moldam a fronteira às suas experiências, ao seu trabalho, à coexistência que há em um ambiente que comporta uma variedade de fatores interessantes, como, por exemplo, um lugar que acomoda em torno de setenta variações étnicas na fronteira entre Brasil e Paraguai.

A ambiência da fronteira, enquanto um local, sempre esteve próximo de nós. A nossa pesquisa apresenta uma especificidade que vem se afirmando na academia – estudar o objeto a partir do local em que vivemos, nascemos e trabalhamos, diante dessa especificidade nos sentimos fronteiriços. Todavia, nossa inserção no ambiente de fronteira não representa um alento no sentido de promover o que sabemos e o que não podemos dizer sobre ela, mas sim, o que sabemos e o que podemos tornar dizível. Por outro lado, a vivência fronteiriça torna a fronteira um espaço comum, auxiliando práticas que criticamos, como, por exemplo, a de não estarmos atentos aos perigos desse espaço que se modela a todo instante.

Pensar as relações fronteiriças apenas pelos meandros políticos, a partir de tratados, convênios, acordos e outros artifícios de um poder que, na realidade, não está localizado na fronteira, e sim nas capitais do Estado demonstra a fragilidade na percepção da

fronteira pelas pessoas e instituições que deliberam sobre suas questões. Justamente porque as relações fronteiriças ocorrem na fronteira e não nos espaços de discussões políticas. Nesse sentido alguns projetos que se materializam fora das fronteiras surgem como verdadeiras utopias e não atendem às necessidades dos fronteiriços e às especificidades da fronteira.

A fronteira que pesquisamos é um lugar que, para muitas pessoas, é a principal zona de contato. Representa um entre-lugar, um não-Brasil, um não-Paraguai e, ao mesmo tempo, os dois Países juntos. Nesse espaço as leis, as políticas pouco funcionam, posto que ali é um local palmilhado, o entre-lugar, vigiado, mas pouco punido. Além disso, nesse local somos capazes de identificar vários países diferentes que, ao mesmo tempo, não são nem um, nem outro; corremos o risco de sermos comprados, vendidos e enganados por crianças que se utilizam da linguagem oral, materializada em um dos quatro, cinco ou seis idiomas diferentes que são, geralmente, de domínio comum entre elas. Esforçamos-nos para fazer a pesquisa e entender o que se passava, mas algumas experiências fugiam ao alcance da compreensão; a própria pesquisa promoveu sentimentos instáveis como a própria fronteira, pois às vezes sentíamos que éramos experientes pesquisadores, às vezes uns ignorantes pela falta de conhecimento de fatos diferentes que surgiam da noite para o dia, a mudança e a diversidade são faces da fronteira entre Brasil e Paraguai.

Percebemos com o andamento da pesquisa que há uma positivação do conceito de poder na fronteira, onde as relações de poder atuam concomitantemente com a pluralidade do fronteiriço, na medida em que abordamos a fronteira compreendendo-a como a construção do espaço social no que se refere à dimensão humana nessa ambiência. As variadas e distintas formas de exercer suas práticas fazem com que o fronteiriço torne esse local uma construção social, cultural, econômica, política e espacial complexa, que funciona de maneira dinâmica como uma rede de atividades, tanto lícitas quanto ilícitas.

A construção do sentido de fronteira por atores históricos que vivem naquele espaço e a de como sua função é dinamizada por esses atores históricos em suas práticas cotidianas contribuem na diversidade dos caracteres que formam os grupos sociais. Os atores históricos sofrem influência com a sua permanência em uma situação de fronteira e com a relação com os fronteiriços. Isso ocorre tanto com os brasileiros quanto com os paraguaios.

A materialização da fronteira é entendida por nós como uma ambiência, isto é, um lugar onde os limites demarcam processos e atitudes, tanto quanto permitem práticas e estimula ações, no sentido de pontuar as exceções e as possibilidades de sobreposição do

espaço regional e internacional da fronteira, exercício praticado principalmente pelos fronteiriços. As exceções que foram pensadas no contexto de separações de valores e regras de um local em relação ao outro mostram práticas sociais que parecem indicar nitidamente o obstáculo que surge perante o anseio restritivo sobre os pontos divisores entre duas nações, ainda que com a apreensão das resistências que se dão pelos atores históricos – fronteiriços – nessa ambiência.

A movimentação dos fronteiriços nos espaços limítrofes auxilia a nossa afirmação de que não é possível caracterizar plenamente as relações que se manifestam na fronteira. No que se refere a esse ponto destacamos a circulação de pessoas. Notadamente muitos movimentos de entradas e saídas tanto do lado brasileiro para o paraguaio quanto do lado paraguaio para o brasileiro não se configuram em um movimento migratório estável. Mas sim, comportam, sobretudo, deslocamentos humanos arbitrários, é essa arbitrariedade que modela a diversidade dos aspectos sociais e culturais que formam a fronteira, especialmente por que as características que derivam da alta taxa de transitoriedade são instáveis. Isso representa de maneira especial o resultado promovido pela inconstância das relações exercidas pelas pessoas de ambos os países no ambiente fronteiriço. Nesse sentido compreendemos a fronteira como um limite em sua ambiência, todavia ela não possui o poder para recusar a possibilidade de ser transposta, esse é um poder que os fronteiriços possuem em relação a ela, cabendo assim a eles a possibilidade incontestada de adentrá-la, sempre que necessário.

A fronteira entre Brasil e Paraguai é um campo de práticas sociais e culturais cotidianas com amplo e diversificado movimento humano que se mantém desde os primeiros contatos, no início do século XVI, no que então eram os limites entre os domínios de Espanha e Portugal. A especificidade de possuir o rio Paraná, e posteriormente o Lago Internacional de Itaipu como um divisor, demonstra a dinâmica do sentimento de diferentes povos que compõem uma série de características que envolvem as nações, por meio de uma gama de fatores sociais que se reproduzem no espaço fronteiriço.

Atualmente a categoria fronteira teve ampliada sobremaneira suas designações, encontramos fronteira em praticamente tudo. A discussão atinge a diversidade dos estudos históricos, seja no campo social, seja no cultural, e colabora com perspectivas como, por exemplo, fronteira religiosa, fronteira de gênero, fronteira de trabalho, fronteira de manifestações culturais, fronteira etnográfica, fronteira dos constructos sociais, fronteira

econômica, fronteira política. Ou seja, onde é possível pensar uma relação dialética pautada em relações humanas, é possível operacionalizar os amplos sentidos da categoria fronteira.

Destarte as considerações mais gerais e amplas em relação à pesquisa, cremos ser importante pontuar algumas especificidades com as quais vimos dialogando no decorrer da tese e que estão diretamente envolvidas com a fronteira e os fronteiriços.

As relações entre paraguaios e brasileiros nas regiões de fronteira obedecem a uma aproximação maior desde os fins do século XIX e início do XX. Momento de pós Guerra da Tríplice Aliança, em que houve profusão de extração da erva mate em território paraguaio e em território brasileiro. Destacamos que os trabalhadores paraguaios eram exímios mestres na arte do cultivo e preparo do produto, bem como no manejo da extração de madeira e seu posterior transporte, via rio Paraná.

No início do século XX, os trabalhadores paraguaios eram unanimidade nas extensões das *obrages*, empreendimentos que pertenciam, sobretudo, aos argentinos. Tais *obrages* eram situadas à margem do rio Paraná, no lado brasileiro, e mantidas pela mão de obra paraguaia. Os estrangeiros representavam neste período (1920/30) cerca de 95% do total da população às margens do *paranazão*, no lado brasileiro.

A fronteira do Brasil era um espaço praticamente ausente de brasilidade, povoado por estrangeiros que construía uma maneira de viver nesses sertões baseada em saber popular, com exercício de trabalho árduo, onde o trabalhador vivia em um regime de semi-escravidão, ocasionado por endividamentos com o patrão. A perspectiva fundamentada nessa afirmação pode ser estendida para outras fronteiras que não são propriamente as que analisamos aqui, mostrando que o Brasil passou a promover políticas para atender aos oestes brasileiros, locais onde as fronteiras foram sendo reinventadas, e não raro com a exclusão do sujeito fronteiriço local, como indígenas, camponeses e caboclos. São limites sociais que foram construídos em nome de um nacionalismo, com característica capitalista que muitas vezes silenciava homens, mulheres e crianças.

Nesse contexto, em alguns pontos faziam-se visíveis a presença dos militares com a existência das Colônias Militares, que, entre outros objetivos, tinham como interesse ocupar, povoar e colonizar os locais onde elas estavam instaladas, um exemplo sólido do aparato militar era a Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1888-1907), que estava erigida em um lugar estratégico na tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai. A Colônia Militar de Foz do Iguaçu, sobretudo, não desenvolveu os projetos de ocupação, povoamento e colonização de

maneira que pudesse se destacar, incorrendo, por seus próprios desmandos e má administração, ao seu fim.

Durante a primeira metade do século XX, preponderou uma relação intensa, mas não muito extensa, em que era visível a influência tanto de paraguaios no Brasil, quanto de brasileiros no Paraguai. Um exemplo é a entrada de brasileiros descendentes de alemães que saíam do Rio Grande Sul, passavam por províncias fronteiriças argentinas e acabavam se instalando no Paraguai, por exemplo, em Hohenau e Obligado, no Departamento de Itapua.

Muito embora reconheçamos que fossem presenças tímidas, baseadas em pequenas transações comerciais, geralmente voltadas a produtos de extração, ou no fomento da agricultura familiar, que era uma característica marcante da fronteira entre os dois Países. Neste período – primeiras décadas do século XX – assistia-se à derrocada das *obrages*, o que contribuiu para que muitos paraguaios perdessem postos de trabalhos no Brasil.

O fim das *obrages* abriu campo no oeste do Paraná, às margens do paranazão, para ampla disputa de terras que se estendia por várias regiões do estado do Paraná. O conflito era disseminado por companhias colonizadoras, pelo Estado, pela União, por proprietários, posseiros, arrendatários e parceiros, condição que ocasionou a prática de sobreposição de títulos – quando uma propriedade possui vários donos –, momento em que várias pessoas, ou instituições reivindicavam as propriedades justificando serem proprietários das terras. Esses conflitos foram dos mais brandos aos mais violentos, tal ocorrência nos auxilia a compreender a entrada de escassos pequenos agricultores no Paraguai já na primeira metade do século XX, assim como operaram no sentido de perceber a fronteira como um local violento, sem lei, sem Estado.

Nesse contexto, o governo brasileiro começa a orquestrar a política de *Marcha para o Oeste*, e junto a esse projeto criaram-se leis de nacionalização, Colônias Agrícolas Nacionais, Territórios Federais, entre outras formas de acesso à região de fronteira para torná-la uma zona demograficamente habitada. O programa *Marcha para o Oeste* procurou acalmar os ânimos de parte da população que estava sendo expulsa da terra porque já não havia mais terras para adquirir, especialmente no Rio Grande do Sul, assim a fronteira tornava-se uma válvula de escape para o governo de Vargas.

Os resultados da *Marcha para o Oeste* foram além do alcance das fronteiras nacionais pelos brasileiros que acabaram transpondo as fronteiras internacionais, a partir da segunda metade do século XX, especialmente em direção ao Paraguai. Uma condição que

contribuiu para a entrada de centenas de milhares de brasileiros no Paraguai foi especialmente a forte mecanização que o Sul e o Sudeste brasileiros acalentaram a partir da década de 1970. Junto a isso os mandos dos governos ditatoriais tanto do Brasil quanto do Paraguai atuavam no sentido de propiciar as condições de atração de brasileiros ao Paraguai.

Ainda no contexto da segunda metade do século XX, se assiste à migração de aproximadamente 800 mil paraguaios para a Argentina, os quais, ao que tudo indica, eram afetados pela série de crises econômicas e sociais do Paraguai, fruto direto da crise política que parece se perpetuar no País, derivada de guerras internacionais, conflitos sociais e políticos internos em uma das mais longas ditaduras da América Latina (1954-1989).

O período mais efervescente da entrada de brasileiros no Paraguai marca tanto as disposições do governo brasileiro, que era aliviar zonas de conflitos por terras no Sul e no Sudeste, quanto às do governo paraguaio, General Stroessner, que promove a abertura das fronteiras para que fosse possível ocorrer intenso fluxo de pessoas ao Paraguai, o qual buscava mão de obra agrícola especializada no contexto difundido pela *Marcha se hace al Este*. Dessa forma os respectivos governos atendiam aos seus programas políticos incentivando centenas de milhares de trabalhadores rurais a povoar as regiões de fronteira de ambos os Países. O resultado foi que, em toda a segunda metade do século XX, o Paraguai contou com mais de 10% de toda a sua população, como sendo de brasileiros, a região de fronteira oriental, por exemplo, continha índices com mais de 95% de brasileiros.

No decorrer dos anos 1950 e 1960, Brasil e Paraguai tornam-se consignatários de vários acordos bilaterais, uma forma de política estratégica do governo brasileiro, uma vez que houve breves estranhamentos entre os governos do Paraguai e da Argentina com a queda de Peron. A Argentina mantinha o controle absoluto das exportações paraguaias porque controlava o acesso do Paraguai ao mar. Nos anos 1960, o governo brasileiro deu porto franco em Paranaguá para o Paraguai operar, subsidiou a construção da Ponte Internacional da Amizade entre Foz do Iguaçu e Puerto Presidente Stroessner [Ciudad del Este], e auxiliou na abertura da Estrada Carretera [Ruta 7] que ligava o interior do Paraguai até a Ponte que, por sua vez, ligava-se ao Porto de Paranaguá. Essa forma de relacionamento tirou o Paraguai de uma política pendular que sofria da Argentina há séculos.

Nos anos 1970, o Brasil e o Paraguai passaram a ser partícipes do maior empreendimento hidrelétrico do mundo – a Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional – construída na fronteira entre os dois Países, com o objetivo de aproveitar o potencial

energético do rio Paraná. Esse fator também criou várias formas de relações entre os referidos Países, uma vez que eles passaram a compartilhar também da extensão e dos problemas do reservatório de águas criado para alimentar a Usina, como indenizações, perdas arqueológicas, desalojamento de pessoas, reivindicações por propriedades rurais, remediação dos impactos ambientais, e das paisagens turísticas.

Com base nesse conjunto de possibilidades e de outras mais que as análises proporcionaram é que a fronteira se mostra como um campo de estudos privilegiados. Contudo, não basta dizer que se compreende a fronteira como um espaço de dualidades, ou não basta referenciá-la como artifício baseado apenas em estratégias políticas e de desenvolvimento que obedecem a processos pensados, elaborados e aplicados por autoridades. Consideramos mais propício afirmar que a dinâmica dos povos nas fronteiras é operacionalizada mútua e espontaneamente entre os projetos políticos desenvolvidos e as práticas que a sociedade exerceu, no caso de Brasil e Paraguai as fontes históricas assinalaram nessa direção.

Há que se registrar que, atualmente, brasileiros e paraguaios vivificam de maneira divergente e de aproximação as relações sociais, culturais, econômicas, políticas, rurais, de migração. Ambos os povos encontram na fronteira entre os dois Países uma zona de contato, onde aparecem as diversidades e as semelhanças que esses povos passaram a moldar, independente da atuação dos Estados. Seus espaços de coexistência desenvolveram costumes que, na atualidade, se diluem por centenas de quilômetros no interior de cada País. Não é possível negar as práticas de afastamentos e de aproximação entre suas gentes, pois se manifestam culturas tipicamente brasileiras no Paraguai, e se reproduzem culturas caracteristicamente paraguaias no Brasil.

Enfim, a partir da perspectiva plural que a fronteira oferece para as análises históricas, pensamos a constituição de um novo sujeito fronteiriço que traz consigo novas demandas que estão inseridas em seus diferentes domínios de conhecimento, representando caracteres plurais no decorrer da vivência histórica. O ator histórico fronteiriço construiu em meio a conflitos a sua memória histórica através dos tempos e atualmente ele encontra resistência para a construção identitária enquanto sujeito social ativo na fronteira. Porém é perceptível que ele vivencia e entende a fronteira como uma categoria histórica instável que permeia a ambiência fronteiriça e as práticas exercidas pelos sujeitos fronteiriços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História a arte de reinventar o passado: ensaios de teoria e a História*. Bauru – SP: Edusc, 2007.
- _____. *Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional*. Recife: Bagaço, 2008(a).
- _____. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. In: *Fronteiras: Revista da História – UFGD*. Dourados – MS. Vol. 10, n. 17, p. 55-67, jan./jun. 2008(b).
- ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. *A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai*. São Paulo: Annablume, 2010.
- ALVES, José Luiz. *Brasiguaios: destino incerto*. São Paulo: Global, 1990.
- AMADO, Janaína. A culpa nossa de cada dia: ética e História Oral. In: *Projeto História*. São Paulo: n. 15, abril 1997.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANFAVEA. *Indústria Automobilística Brasileira: 50 anos*. São Paulo, junho de 2006. Disponível em: <<http://www.anfavea.com.br/50anos.html>>. Acessado em 22/10/2013.
- APPADURAI, Arjun. *Modernity at Large: cultural dimensions of globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.
- APPLEBY, Joyce; HUNT Lynn; JACOB, Margaret. *Telling the truth about History*. New York: W.W. Norton, 1994.
- AUGÉ, Marc. *Por uma Antropologia da Mobilidade*. Maceió: UNESP & UFAL, 2010.
- BALLER, Leandro. *Cultura, Identidade e Fronteira: transitoriedade Brasil/Paraguai (1980-2005)*. 2008 (Dissertação de Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2008.
- _____. Cultura fronteiriça: Brasil e Paraguai entre manifestações simbólicas e materiais. In: HAHN, Fábio André; MEZZOMO, Frank Antonio (orgs.). *Nas malhas do poder: história, cultura e espaço social*. Campo Mourão: Ed. da Fecilcam, 2011, pp. 53-75.

_____. História Oral e/ou Fontes Oraís: aportes teóricos e metodológicos do fazer historiográfico no Tempo Presente. In: MEZZOMO, Frank Antonio; PÁTARO, Cristina Satiê; HAHN, Fábio André (orgs.). *Educação, Identidades e Patrimônio*. Campo Mourão – PR: Ed. da Fecilcam, 2012(a) pp. 185-213.

_____. Mulheres da fronteira e suas narrativas orais. In: LEITE, Eudes Fernando; FERNANDES, Frederico (orgs.). *Trânsitos da voz: estudos de oralidade e literatura*. Londrina: EDUEL, 2012(b) pp. 233-257.

BATISTA, Luiz Carlos. *Brasiguaios na Fronteira: caminhos e lutas pela liberdade*. 1990 (Dissertação de Mestrado em Geografia Humana). FFLCH / USP, São Paulo, 1990.

BERKHOFER JR, Robert. The Political context of the New Indian History. In: *Pacific Historical Review*. Cambridge, nº 40, 1971.

BHABHA, Homi K. *O local de cultura*. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1998.

Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Curitiba, S. Edit. 1977. V. 32, p. 45-72.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 8ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. In: _____. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____. *Civilização Material, Economia e Capitalismo - Século XV-XVIII: Os jogos das trocas*. Vol. 2. São Paulo: Martins Fontes, 2005b.

_____. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*. Lisboa: Martins Fontes, 1983-1984.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales 1929-1989: a revolução francesa da historiografia*. Trad. Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997

CAMPIGOTO, José Adilçon. *Hermenêutica de Fronteira: a fronteira entre o Brasil e o Paraguai*. 2000 (Tese de Doutorado em História Cultural). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

CAPEL, Horácio. Inmigrantes extranjeros en España. El derecho a la movilidad y los conflictos de la adaptación: grande expectativas y duras realidades. *Espectra Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidade de Barcelona, nº 81, 01/02/2001, acessado em 15/07/2005.

CARTER, Michael; GALEANO, Luis A. *Campesinos, tierra y mercado*. Asunción: Ediciones y Arte S.R.L., 1995.

CASTELLO, Iara Regina. Áreas de fronteira: territórios de integração, espaços culturalmente identificados. In: HAUSEN, Ênio Costa, LEHNENE, Arno Carlos (orgs.) *Prática de integração nas fronteiras: temas para o Mercosul*. Porto Alegre: EDUFRGS: Instituto Goethe/ICBA, 1995.

CELTON, Dora Estela. Plus d'un siècle d'immigration internationale en Argentine. In: *Revue Européenne des Migrations Internationales* .Migrinter. Poitiers: C.N.R.S. vol. 11, n° 2, 1995, p.145-165.

Centro de Estudos Migratórios – CEM: *Brasiguaios*. São Paulo: AGEN, 1989.

CEP – CONFERENCIA EPISCOPAL PARAGUAYA. *El fenómeno migratório en el Paraguay*. Equipo Nacional de Pastoral Social. Cuadernos de Pastoral Social 5. Asunción – PY: Imprenta Omega, 1985.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

CHAUVEAU, Agnes, TÉTART, Philippe. *Questões para a história do presente*. Trad. Ilka Stern Cohen. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

CHESNAIS, Jean Claude. *La démographie*. Paris: Presses Universitaires de France. Coll. Quesaisje, 1990.

CHESNEAUX, Jean. Inverter a relação passado-presente. In: _____. *Devemos fazer tabula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores*. São Paulo: Ática, 1995, p. 56-65.

COGO, Denise; DUARTE, Russi Pedro. Migrações contemporâneas e diáspora: uma análise desde as interações comunicacionais e midiáticos de imigrantes uruguaios no sul do Brasil. In: *UNIrevista*. Revista Eletrônica de Eventos. São Leopoldo – RS: Unisinos, vol. 1, n° 03, 2006.

COLODEL, José Augusto. *Obrages e Companhias Colonizadoras: Santa Helena na história do oeste paranaense até 1960*. Santa Helena: Assoeste, 1988.

CORREA FILHO, Virgílio. *Às sombras dos herveas matogrossenses*. São Paulo: Ed. São Paulo, 1925.

CORTÊZ, Cácia. *Brasiguaios: os refugiados desconhecidos*. São Paulo: Brasil-Agora, 1992.

COSTA, Francisco Paiva Alves. *O mate: exploração, indústria e exportação*. Ministério da Agricultura, Diretoria de Estatística de Produção. Rio de Janeiro, 1935.

COSTA, Maria de Fátima. *A história de um país inexistente: Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade – Kosmos, 1999.

DEBIE, Franck. *Géographie économique et humaine*. Paris: PUF, Coll. Lercycle, 1995.

DORATIOTO, Francisco. *Relações Brasil-Paraguai: afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954)*. Brasília: FUNAG, 2012.

DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arqueotipologia geral*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FELIÚ DE SOTO, Fernanda. *Canindeyú – zona alta: los brasiguayos*. Asunción: El Lector, 2003.

- FOGEL, Ramón; RIQUELME, Marcial (org.). *Enclave sojero: merma de soberanía y pobreza*. Asunción: Ed. CERI – Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios, 2005.
- FREITAG, Liliane da Costa. *Fronteiras perigosas: migração e brasilidade no extremo-oeste paranaense (1937-1954)*. Cascavel: Edunioeste, 2001.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 49ª Ed. São Paulo: Global, 2004.
- _____. *Interpretação do Brasil: aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 14ª ed. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- _____. *As palavras e as coisas: uma arqueología das ciências humanas*. Trad. Salma Tannus Muchail. 9ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- _____. *Arqueologia do Saber*. 7ª ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- _____. *Microfísica do Poder*. Organização, Introdução e Revisão Técnica de Roberto Machado. 25ª ed. São Paulo: Graal, 2012.
- GALEANO, Luis A.; YORE, Myriam. *Migrantes Brasileños en Paraguai: principales problemas y demandas*. Assunción: Ediciones y Arte S.R.L., 1994b.
- GIMÉNES BELIVEAU, Veronica; MONTENEGRO, Silvia (orgs.). *La triple frontera: dinámicas culturales y procesos transnacionales*. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2010.
- GLAUSER, Marcos. *Extranjerización del territorio paraguayo*. 1ª Reimpresión. Assunción: Baseis, 2012.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a manipulação da Identidade Deteriorada*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A., 1988.
- GOMES, Iria Zanoni. *1957: a Revolta dos Posseiros*. 3ª ed. Curitiba: Criar Edições, 2005.
- GONÇALVES, Alfredo. Apresentação. In: ZAMBERLAM, Jurandir; CORSO, Giovanni (orgs.). *Tendências da Mobilidade Humana nas Três Fronteiras: realidade migratória na Diocese de Foz do Iguaçu*. Porto Alegre: Ed. Renascença, 2006.
- GONZAGA MOTTA, Luiz. Teoria da notícia: as relações entre o real e o simbólico. In: MOULLAUD, Maurice; DAYRELL PORTO, Sérgio (org.). *O Jornal: da forma ao sentido*. Trad. Sérgio Grossi Porto. 2ª ed. Brasília: EDUNB, 2002, p. 305 – 319.
- GORSKI, Héctor C. Silveira. La vida em común en sociedades multiculturales: aportaciones para un debate. In: RENK, Arlene; CABRAL JR, Vilson Antônio (orgs). Dossiê Migrações Internacionais. Chapecó: Ed. Argos. *Revista Grifos*, nº 14, 2003, pp. 97-125.
- GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná (1940-70)*. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- GRIMSON, Alejandro. *Pensar Fronteras desde las Fronteras*. Nueva Sociedad n.170. Noviembre-Diciembre. Honduras, 2000.

_____. Fronteras, Estados e Identificaciones em El Cono Sur. In: *Cultura y Transformaciones Sociales em Tiempos de Globalización*. Buenos Aires: Clacso, 2001.

HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

JOUTARD, Philippe. Desafios à História Oral no século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria e ALBERTI, Verena (org.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Fiocruz/ Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 31 – 46.

LACOSTE, Yves. Nação e Democracia, um par natural? In: CORDELIER, Serje (coord.). *Nações e Nacionalismos*. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

LAINO, Domingo. *Fronteiras e penetração brasileira*. São Paulo: Global, 1979.

LIMA, Ivone Teresinha Carletto de. *Itaipu: as faces de um mega-projeto de desenvolvimento (1930-1984)*. Marechal Cândido Rondon: Germânica, 2006.

LOPES, Marcos Antonio (org.). *Espaços da memória: fronteiras*. Cascavel: Edunioeste, 2000.

MALERBA, J. Para uma teoria simbólica: conexões entre Elias e Bourdieu. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (orgs.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papyrus, 2000.

MARQUES, Denise Helena França. *Circularidade na fronteira do Paraguai e Brasil: o estudo de caso dos 'brasiguaios'*. 2009. (Tese de Doutorado em Demografia). Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

MARTINS, José de Souza. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil 4: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

MEDINA, Mário M. (Bispo Responsável). *Migrantes Brasileños en Paraguay: principales problemas y demandas*. Asunción: Ediciones y Arte S.R.L., 1994.

MENDONÇA, Renato. *Fronteira em marcha: ensaios de geopolítica brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Americana, 1956.

MOOG, Vianna. *Bandeirantes e Pioneiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MORRISEY, Katherine G. (Et. all). Women and the West: Rethinking the Western History survey course. In: *The Western Historical Quarterly*. Utah, nº 17, 1986

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

MOULLAUD, Maurice; DAYRELL PORTO, Sérgio (org.). *O Jornal: da forma ao sentido*. Trad. Sérgio Grossi Porto. 2ª ed. Brasília: EDUNB, 2002.

- MYSKIW, Antonio Marcos. *A fronteira como destino de viagem: a Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1888/1907)*. 2009. (Tese de Doutorado em História Social). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.
- NEGRI, Antonio. Meu Foucault. In: *Revista Cult: Revista Brasileira de Cultura*. São Paulo, ano 14, nº 159, julho 2011.
- NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro; SILVA, Maria Geusina da. Brasiguaios: a dupla desigualdade na região de fronteira. In: *Estado e Democracia: pluralidade de questões*. Ponta Grossa: UEPG, 2009.
- OSORIO, Helen. *Et alli* (Orgs). Espaço Platino: Fronteira Colonial no século XVIII. In: *Práticas de Integração nas Fronteiras: temas para o Mercosul*. Porto Alegre: EdUFRGS, Instituto Goethe/ICBA, 1995.
- PALAU, Tomás. Brasiguaios. In: *Migrações Internacionais: contribuições para políticas*. Brasília: CNPD, 2001, p. 345-360.
- PASTORE, Carlos. *La lucha por la tierra en Paraguay*. Asunción: Intercontinental Editora, 2013.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: *Revista de Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: SCT – CNPq – FINEP, vol. 5, n.10, 1992.
- PRATT, Mary Louise. A crítica na zona de contato: nação e comunidade fora de foco. Trad. Felipe Guimarães Soares. In: *Travessia: Revista de Literatura*, nº 38, 1999, p. 7-29.
- REIS, José Carlos. *A Escola dos Annales: a inovação em história*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- REVISTA RED CONTACTOS & AGRONEGOCIOS. Encarnación – PY: Publicación de Ministério de Industria y Comercio (MIC); Ministério de Educación y Cultura (MEC); Ministerio de Agricultura e Ganaderia (MAG). Nº 26, 2012.
- RIBAS BISBAL, Montserrat. Usos lingüísticos y xenofobia: como hablamos de los inmigrantes. In: *Revista Carabela*. La interculturalidad en la enseñanza de español como segunda lengua / lengua extranjera. Espanha: Sociedad General Española de Librería S. A., nº 54, 2003, p. 29-45.
- RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Trad. Marina Appenzeller. Campinas: Papirus, 1994-1997. [3 volumes].
- _____. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RIQUELME, Quintin. El derecho a la tierra desde la concepción de los movimientos campesinos. In: DOBRÉE, Patricio (org.). *La tierra en el Paraguay: de la desigualdad al ejercicio de derechos*. Asunción: AGR – Servicios Gráficos S.A., 2013, p. 47-62.

RÜDIGER, Francisco. *Ciência social crítica e pesquisa em comunicação: trajetória histórica e elementos de epistemologia*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2002.

SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Nilma (orgs.). *Antropologia e História: debate em região de fronteira*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SCHALLENBERGER, Erneldo (org.). *Cultura e memória social: territórios em construção*. Cascavel: Coluna do Saber, 2006.

SECRETO, Maria Verônica. O destino não manifesto: a historiografia brasileira das fronteiras. In: *Dimensões: Revista de História da Ufes*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, n. 14, 2002.

SILVA, Henrique Manoel da. *Fronteiriços: as condicionantes históricas da ocupação e colonização do oriente paraguaio*. Maringá: EDUEM, 2010.

SOUCHAUD, Sylvain. *Geografía de La migración brasileña en Paraguai*. Assunção: UNFPA / ADEPO, 2007.

_____. A visão do Paraguai no Brasil. In: *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro. Vol. 33, Nº 1, Jan. / Jun., 2011, p. 131-153.

SPRANDEL, Márcia Anita. Brasiguaios: os camponeses e as regras do jogo político nas fronteiras do Cone Sul. In: *Travessia*. Rio de Janeiro, 1991, p. 09-13

_____. *Brasiguaios: conflito e identidade em fronteiras internacionais*. 1992 (Dissertação de Mestrado em Antropologia Social do Museu Nacional). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

_____. Fronteiriços e Brasiguaios: na história de Mato Grosso do Sul. In: *Revista Arca*. Campo Grande, nº 04, pp. 82-85, 12/1993.

_____. Brasiguayos: una identidad de frontera y sus transformaciones. In: GRIMSON, Alejandro (org). *Fronteras, naciones e identidades: la periferia como centro*. Buenos Aires: La Crujía, 2000.

_____. “Aqui não é como na casa da gente...”: comparando agricultores brasileiros na Argentina e no Paraguai. In: FRIGERIO, Alejandro; RIBEIRO, Gustavo Lins (Orgs.). *Argentinos e brasileiros: encontros, imagens e estereótipos*. Petrópolis: Vozes, 2002, pp. 187-207.

_____. Breve genealogia sobre os estudos de fronteiras e limites no Brasil. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de; BAINES, Stephen Grant (orgs.). *Nacionalidade e etnicidade em fronteiras*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2005, pp. 153-203.

_____. Brasileiros na fronteira com o Paraguai. In: *Revista Estudos Avançados*. São Paulo: USP, vol. 20, n. 57, maio/agosto, 2006 p. 137 – 156.

- SONDA, Valdemir José. *A emigração brasileira para Naranjal – Alto Paraná – Paraguai (1973-1995): um estudo de caso*. 2003 (Dissertação de Mestrado em História Social). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.
- SOTO, Lilian. Las mujeres y la tierra en Paraguay. In: DOBRÉE, Patricio (org.). *La tierra en el Paraguay: de la desigualdad al ejercicio de derechos*. Asunción: AGR – Servicios Gráficos S.A., 2013, p. 79-108.
- STERLING, German (org.). *Abordagens historiográficas na fronteira*. Foz do Iguaçu. Ed. Da Uniamérica, 2006.
- TELESCA, Ignacio. La historiografía producida en Paraguay durante el último quinquênio. In: DUVE, Thomas; HENSEL, Silke; MÜCKE, Ulrich; PIEPER, Renate; POTTHAST, Barbara (orgs.). *Jahrbuch Für Geschichte Lateinamerikas / Anuario de Historia de América Latina*. Hamburgo: Böhlau Verlag Köln Weimar Wien, Band 50, 2013, p. 375-385.
- TURNER, Frederick Jackson. O significado da fronteira na história americana. In: KNAUSS, Paulo (org.). *Oeste americano: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América*, de Frederick Jackson Turner. Niterói – RJ: EDUFF, 2004. p. 23-54.
- VALCUENDE DEL RÍO, José M^a; CARDIA, Lais M. Etnografia das fronteiras políticas e sociais na Amazônia Ocidental: Brasil, Peru e Bolívia. In: *Scripta Nova*. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de junio de 2009, vol. XIII, núm. 292<<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-292.htm>>. (Acessado em 01/03/2012)
- VAN GENNEP. Arnold. *Os Ritos de Passagem*. Petrópolis: Vozes, 1978
- VEIGA FRANÇA, Vera Regina. Construção jornalística e dizer social. In: MOUILLAUD, Maurice; DAYRELL PORTO, Sérgio (org.). *O Jornal: da forma ao sentido*. Trad. Sérgio Grossi Porto. 2^a ed. Brasília: EdUNB, 2002, p. 483 – 497.
- VIANNA, Hélio. *História Diplomática do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1948.
- VIANNA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. 2^a ed. São Paulo: Nacional, 1933.
- VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil (1719-1819)*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1987.
- WACHOWICZ, Ruy Christovan. *Obrageiros, mensus e colonos: história do oeste paranaense*. Curitiba: Vicentina, 1982.
- WAGNER, Carlos. *Brasiguaios: homens sem pátria*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- _____. *País-Bandido: crime tipo exportação*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2003.
- WESTPHALEN, Cecília Maria. *História documental do Paraná: primórdios da colonização moderna na região de Itaipu*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1987.
- WORSTER, Donald E. *Rivers of empire: Water, aridity and the growth of the American West*. New York: Oxford University Press, 1982

ZAAR, Miriam H. A migração rural no oeste paranaense / Brasil: a trajetória dos Brasiguaios.
In: *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona:
Universidad de Barcelona, nº 94 (88), 1º Agosto de 2001.

FONTES

ORAIS

ENTREVISTA. Cleonice Aparecida Menegotto (Fita Demo Tape) Produção: Luíza Mandotti, Porto Mendes: 02/12/2003: 21 min. (sonorização). Nasceu em Autônia no Paraná, é agricultora e do lar, reside em Porto Mendes no Brasil.

ENTREVISTA. Elizete Terezinha Pancera (Fita Demo Tape) Produção: Luíza Mandotti, Porto Mendes: 02/12/2003: 13 min. (sonorização). Nasceu em Vitorino no Paraná, é agricultora e do lar, atualmente reside em Porto Mendes no Brasil.

ENTREVISTA. Helena de Almeida Franz (Fita Demo Tape) Produção: Luíza Mandotti, Guaíra: 06/02/2004: 26 min. (sonorização). Nasceu em Santa Rosa no Paraguai, é agricultora e do lar, reside em Guaíra no Brasil.

ENTREVISTA. Irineu Zimpel (Digital) Produção: Leandro Baller, São Clemente: 03/11/2007: 20 min. (sonorização). Nasceu em Três Passos no Rio Grande do Sul, é agricultor e reside em Santa Helena no Brasil.

ENTREVISTA. Ivete Allig (Fita Demo Tape) Produção: Luíza Mandotti, Porto Mendes: 02/12/2003: 36 min. (sonorização). Nasceu em Cascavel no Paraná, é agricultora e do lar, reside em Porto Mendes no Brasil.

ENTREVISTA: Juarez Menezes (Fita Demo Tape – 2 unidades), Produção: Jiani Fernando Langaro, Santa Helena, 11/07/2004: 1 hora e 45 minutos (sonorização), é eletrecista, nasceu em Matelândia no Paraná em 1977.

ENTREVISTA. Marcelo de Almeida (Fita Demo Tape) Produção: Luíza Mandotti, Guaíra: 16/01/2004: 34 min. (sonorização). Nasceu em Maringá, atualmente reside em Guaíra no Paraná, é gerente de uma empresa de implementos agrícolas em La Paloma no Paraguai.

ENTREVISTA. Maria de Lourdes Paludo Berno (Fita Demo Tape) Produção: Luíza Mandotti, Porto Mendes: 02/12/2003: 12 min. (sonorização). Nasceu em Palotina no Paraná, é agricultora e do lar, reside em Porto Mendes no Brasil.

ENTREVISTA. Miguel Pereira (Fita Demo Tape) Produção: Luíza Mandotti, Porto Mendes: 02/12/2003: 38 min. (sonorização). Nasceu em Naviraí no Mato Grosso do Sul é pescador, reside atualmente em Porto Mendes no Brasil.

ENTREVISTA. Sonia Jandira Vicente (Fita Demo Tape) Produção: Luíza Mandotti, Porto Mendes: 02/12/2003: 27 min. (sonorização). Nasceu em Três Barras no Paraná, é agricultora e do lar, reside em Porto Mendes no Brasil.

ENTREVISTA. Juan Pedro Shaad. Produção: Leandro Baller, Assunção, 14/11/2013: 32 min (Relato não gravado). Nasceu em Córdoba Argentina, é pastor da Igreja Luterana e trabalhou na tríplice fronteira.

ENTREVISTA. Ricardo Adolfo Becker. Produção: Leandro Baller, Assunção, 18/12/2013, 1 hora e 27 minutos (Digital). Nasceu em Misiones na Argentina, é pastor da Igreja Luterana em Assunção.

ENTREVISTA. Quintin Riquelme. Produção: Leandro Baller, Assunção, 19/12/2013, 1 hora e 21 minutos (Digital). Nasceu em Valenzuela no Paraguai, é sociólogo, professor e coordenador da área de pesquisa em sociologia rural no Centro de Documentación y Estudios (CDE) em Assunção.

ENTREVISTA. Rosângela Winck Hiert. Produção: Leandro Baller, Nueva Esperanza, 28/01/2014, 1 hora e 22 minutos (Digital). Nasceu em Capanema no Brasil, é empresária no ramo de açougues em Nueva Esperanza no Paraguai.

ENTREVISTA. Ilvo Spielmann. Produção: Leandro Baller, Katuete, 29/01/2014 (manhã), 47 minutos (Digital). Nasceu em Mondai no Brasil, é produtor rural e empresário em Katuete no Paraguai.

ENTREVISTA. Mario Langer. Produção: Leandro Baller, Puente Kijhá, 29/01/2014 (tarde), 59 minutos (Digital). Nasceu em Juriá [Cândido Godói] no Brasil, é produtor rural em Francisco Caballero Álvarez no Paraguai.

BIBLIOGRÁFICAS

COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTÍCIA. [08 Tomos]. Asunción – PY: Diakonia, 2008.

ENTREVISTA Nº 94. Líder de um assentamento espontâneo no Paraguai. In: CEP – CONFERENCIA EPISCOPAL PARAGUAYA. *El fenómeno migratorio en el Paraguay*. Equipo Nacional de Pastoral Social. Cuadernos de Pastoral Social 5. Asunción – PY: Imprenta Omega, 1985, p. 178-181.

ENTREVISTA. Werner Fuchs. Produção: Catiane Matiello. Curitiba/PR, 12-13 abr. 2010. In: MATIELLO, Catiane. *Narrativas tecnológicas desenraizamento e cultura de resistência: História oral de vida de famílias desapropriadas pela construção da usina hidrelétrica de Itaipu*. Dissertação de Mestrado em Tecnologia da UTFPR. Curitiba, 2011, p. 186-229.

ENTREVISTA. Cesar Augusto Padoin Diesel. In: REVISTA RED CONTACTOS & AGRONEGOCIOS. Encarnación – PY: Publicación de Ministério de Industria y Comercio (MIC); Ministério de Educación y Cultura (MEC); Ministerio de Agricultura e Ganaderia (MAG). Nº 26, 2012.

ENTREVISTA. Luiz dos Santos Neto, nasceu em São Paulo em 1943. In: PEREIRA DE ALMEIDA, Nivalcir. *O modo de vida dos brasileiros em YBY YAU: os Brasiguaios*. Curso de Especialização em História da América Latina. UFMS/ CEUD. Dourados, 1994.

FOGEL, Gerardo (Coord.). *Investigaciones Históricas, Socioculturales y Arqueológicas del Area de Itaipú: Informe Final [Tomo I] – Primera Etapa*. Asunción, diciembre, 1975.

FUCHS, Werner. Um intelectual orgânico envolvido no movimento dos desapropriados de Itaipu. In: MEZZOMO, Frank Antonio. *Memórias dos movimentos sociais no oeste do Paraná: Gernote Kirinus, Adriano van de Vem, Werner Fuchs*. Campo Mourão: Ed. da Fecilcam, 2009, p. 95 – 116.

KIRINUS, Gernote Gilberto. A cruz e a política – leituras do pastor e político. In: MEZZOMO, Frank Antonio. *Memórias dos movimentos sociais no oeste do Paraná: Gernote Kirinus, Adriano van de Vem, Werner Fuchs*. Campo Mourão: Ed. da Fecilcam, 2009, p. 21 - 55.

Relatório da Equipe sem Fronteira da Pastoral dos Migrantes. *Perfil do migrante brasileiro e paraguaio na fronteira*. Dioceses de Dourados / MS – Brasil e Alto Paraná – PY. 2004

VEN, Adriano van de. Vanguarda da renovação eclesial no Oeste do Paraná. In: MEZZOMO, Frank Antonio. *Memórias dos movimentos sociais no oeste do Paraná: Gernote Kirinus, Adriano van de Vem, Werner Fuchs*. Campo Mourão: Ed. da Fecilcam, 2009, p. 57 – 93.

ESTADÍSTICAS

DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICAS Y CENSOS – DGEC. Asunción, 1982.

DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICAS, ENCUESTA Y CENSOS – DGEEC. Asunción, 1993.

DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICAS, ENCUESTA Y CENSOS – DGEEC. Asunción, 2002.

DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICAS, ENCUESTA Y CENSOS – DGEEC. Asunción, 2007.

DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICAS, ENCUESTA Y CENSOS – DGEEC. Asunción, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Resultados finais. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA D ESTATÍSTICA - IBGE. Resultados finais. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

CIZOSEF Nota nº: 14. Comisión Interinstitucional Zona de Seguridad Fronteriza. Ministerio de Defensa Nacional, Gobierno Nacional – PY, 17/03/2014.

DIPLOMÁTICOS

CONSTITUCIÓN NACIONAL DE LA REPUBLICA DEL PARAGUAY, assinada em Assunción em 20 de junho de 1992. Versão Actualizada en 17 de enero de 2002.

CONSTITUCIÓN NACIONAL DE LA REPUBLICA DEL PARAGUAY, assinada em Assunción em 25 de agosto de 1967.

DECRETO LEY Nº 7525 de 26/10/2011 – Por el cual se reglamenta la Ley nº 2532 de 17/02/2005 que establece la zona de seguridad fronteriza de la republica del Paraguay, y la Ley nº 2.647 de 18/08/2005 que modifica el articulo 3º de la ley nº 2.532 de 17/02/2005.

ESTATUTO AGRÁRIO DO PARAGUAI 1940.

ESTATUTO AGRÁRIO DO PARAGUAI 1963.

ESTATUTO AGRÁRIO DO PARAGUAI 2002.

LEY Nº 2.532 de 17/02/2005 – Establece la zona de seguridad fronteriza de la republica del Paraguay.

LEY Nº 2.647 de 18/08/2005 – Modifica el articulo 3º de la ley nº 2.532 de 17/02/2005.

TRATADO DE YACYRETÁ, (Usina Hidrelétrica Binacional – Argentina/Paraguai), 03 de dezembro de 1973.

TRATADO DE ITAIPU, (Usina Hidrelétrica Binacional – Brasil/Paraguai), 26 de abril de 1973.

IMPRESA ESCRITA

PERIODICO ABC COLOR

EDITORIAL. Antibrasileñismo insensato y retrógrado. *ABC Color*, Assunção, 31 de agosto de 2003, Editorial, p. 10.

VERA, Roque Gonzáles. Agricultor paraguayo trabaja como en la Edad de Piedra. *ABC Color*, Assunção, 28 de janeiro de 2004, Caderno Notas, p. 16.

VERA, Roque Gonzáles. La democracia no es viable en una sociedad hundida en la ignorancia. *ABC Color*, Assunção, 28 de abril de 2004, Caderno Notas, p. 22.

PERIODICO ULTIMA HORA

AQUINO, Carlos Marcelo; RAMOS, María Angélica. Sanpedranos no quieren ser una colonia brasileña. *Ultima Hora*, Assunção, 10 agosto de 2004, Caderno País, p. 26.

EDITORIAL. La cuestión de los inmigrantes brasileños. *Ultima Hora*, Assunção, 19 de setembro de 2003, Caderno Opinião UH, p. 24.

GUTIÉRREZ, Andrés Colmán. Hay más de 80% de brasileños en los departamentos de la frontera: investigación del sociólogo Marcial Antonio Riquelme. *Ultima Hora*, Assunção, p. 26, 20-21 de setembro de 2003.

GUTIÉRREZ, Andrés Colmán. Aqui e Paraguai, mais você tem que falar em português. *Ultima Hora*, Assunção, 22 de setembro de 2003, Caderno Notas, p. 67.

GUTIÉRREZ, Andrés Colmán. Muchos brasileños se llevan la riqueza y no dejan nada. *Ultima Hora*, Assunção, 24 de setembro de 2003, Caderno Política, p. 9.

GUTIÉRREZ, Andrés Colmán. Nací en Brasil, pero quiero pasar el resto de mi vida en Paraguay: enseñan a colonos paraguayos a plantar soja mecanizada. *Ultima Hora*, Assunção, 25 de setembro de 2003, p. 06.

GUTIÉRREZ, Andrés Colmán. Hay cerca de 450 mil brasiguayos que viven y trabajan en este país. *Ultima Hora*, Assunção, 27 de setembro de 2003, Caderno País, p. 26.

JARA, Bruno. Desgobierno truncó plan para familias rurales. *Ultima Hora*, Assunção, 29 de março de 2004, Caderno Economía, p. 18.

RAMOS, María Angélica. El Estado paraguayo nunca tuvo ni tiene una política de desarrollo rural. *Ultima Hora*, Assunção, 01 de novembro de 2004, Caderno País, p. 19.

AGENCIA CIUDAD PRESIDENTE STROESSNER. En auge, la exportación de maderas hacia Brasil. *Ultima Hora*, Presidente Stroessner, 22 de junio de 1985, p. 13.

PERIODICO LA OPINIÓN

El nuevo Código Agrario no les sirve a los campesinos. *La Opinión*, Paraguai, 27 de julho de 2001, Caderno Nacionales, S/p.

PERIODICO TEMPOS DEL MUNDO

VIVAR, Maria Diaz de. ¿Integración... o expulsión?: La penetración brasileña en el Paraguay es imparable. *Tempos del Mundo*, Paraguai, 04 de setembro de 2003, Caderno Actualidad, p. 2.

VIVAR, Maria Díaz de. ¿Coexistencia o Enfrentamiento?. *Tempos del Mundo*, Paraguai, 19 de fevereiro de 2004, Caderno Actualidad Nacional, p. 2.

JORNAL O PRESENTE

O outro lado da moeda: brasiguaios voltam, lamentando terem ido ao Paraguai. *O Presente*, Marechal Cândido Rondon, 22 de novembro de 1996, p. 14.

JORNAL O ESTADO DE PAULO.

1,2 milhão de pessoas deixam o PR. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 04 de abril de 1982, S/p.

ANEXOS

ANEXO I



Fonte: Archivo - Nota 23 con el anexo de la lista de inmigrantes correspondente al mes de julio de 1974. II Departamento de Estado Mayor de las Fuerzas Armadas del Paraguay. Comando en Jefe de las FF.AA. de la Nación. Asunción, 16 de agosto de 1974.

2ª. DIVISION DE INFANTERIA
II Dpto.-

RESERVADO

Vitória, Agosto 14 de 1944.

CONTROL DE ENTRADA DE INMIGRANTES CORRESPONDIENTE AL MES DE JULIO /74

NOMBRE Y APELLIDO	Nacionalidad	Edad	Lug. de Proced.	Vendedor Tierra	Familia	Cantidad Tierra	Destino
1.- Joao Alves	Brasileña	59	Estado Paraná	Luis Laniz	2 - 1	11 Has.	Col. Mbaracayú
2.- Gentil Strafasán	"	42	"	Renato Maranhão	2 - 5	25 "	Col. Santa Rita
3.- Antonio Fernandez	Brasileña	42	Estado Paraná	Avalino Victorelli	4 - 2	62 "	Col. Santa Rosa
4.- Olavo Gafonso Quebra	Brasileña	46	Estado Paraná	Dr. Elias Diaz	2 - 2	30 "	Col. Cedral
5.- Joaquin Fáguredo	Brasileña	46	Estado Paraná	Elías Daiz	4 - 5	20 "	Col. Cedral
6.- Antonio S. Lopes	Brasileña	40	Estado Paraná	A. Victorelli	4 - 5	350 "	Santa Rosa
7.- Geunesi Rivaiz	Brasileña	22	Estado Paraná	Elías Daiz	1 - 1	18 "	Col. Cedral
8.- Joao Pauls	Brasileña	32	Estado Paraná	Luis Laniz	1 - 1	25 "	Col. Mbaracayú
9.- Vilmitk Mäger	Brasileña	25	Estado Paraná	David Jaus	- - -	25 "	Col. Mbaracayú
10.- Edmundo Gorbach	Brasileña	56	Estado Paraná	E. Equebral	- - -	8 "	Col. N. Toledo
11.- Arlindo Botton	Brasileña	46	Estado Paraná	- - -	- - -	75 "	Col. Monday
12.- Augusto Allbratz	Brasileña	41	Estado Paraná	S. Acosta	1 - 5	50 "	Cedral Nº17
13.- Frigoldo E. Quebratt	Brasileña	40	Estado Paraná	Renato Amarinho	3 - 5	25 "	Col. Santa Rosa
14.- José Terez de Souza	Brasileña	46	Rio Grade do Sul	Alberto Fernandez	2 - 3	25 "	Col. Pto. Pte. Stroa
15.- José B. Da Silva	Brasileña	46	Estado Paraná	Alberto Fernandez	1 - 5	- - -	"
16.- Clemente Rodriguez N.	Brasileña	36	Estado Paraná	Renato Maranhão	5 - 3	20 "	Santa Rita
17.- Edison L. Comib	Brasileña	41	Estado Paraná	Luis Laniz	2 - 2	25 "	Col. Mbaracayú
18.- Fernando A. Pereira	Brasileña	48	Estado Paraná	Manuel Techeira	2 - 3	45 "	Col. Piriqui
19.- Gerson Oliveira	Brasileña	33	Estado Paraná	Elise Daiz	1 - 2	70 "	Col. Cedral
20.- Gualtero Peyare	Brasileña	32	Estado Paraná	Anacleto Ovaras	4 - 2	52 "	Col. Piquiri
21.- Orlario Miner	Brasileña	- - -	Estado Paraná	- - -	- - -	- - -	Col. Luera
22.- Atmindo Mauser	Brasileña	36	Estado Paraná	Adelino Victorelli	1 - 1	14 "	Col. Santa Rosa
23.- Joao Ignacio Wermuteh	Brasileña	46	Estado Paraná	Banco Fomento	2 - 3	24 "	Col. Santa Rosa
24.- Amador da Silva	Brasileña	44	Estado Paraná	Juan Duarte	1 - 4	12 "	Col. Piquiri
25.- Waldmir de Oliveira S.	Brasileña	27	Estado Paraná	Joao de Oliveira	- - -	124 "	Col. Piquiri
26.- Waldemar Conrad	Brasileña	50	Estado Paraná	Luis Marconim	4 - 7	250 "	Col. Santa Rosa
27.- Aldemar Conrad	Brasileña	22	Estado Paraná	Luis Marconim	1 - - -	25 "	Col. Santa Rosa
28.- Vicente G. Da Souza	Brasileña	62	Estado Paraná	Marcelino Bróki	4 - 7	25 "	Col. Monday
29.- Aloisio Faubas	Brasileña	27	Estado Paraná	A. Victorelli	- - 2	25 "	Col. Santa Rosa
30.- José Cresencio	Brasileña	73	Estado Paraná	Joao Verrini	- - -	100 "	Col. Poro-Cue
31.- Joao Dos Santos	Brasileña	24	Estado Paraná	Pedro Coronel	- - -	7 "	Col. Sanat FÉ
32.- Lurindo Loveira	Brasileña	28	Estado San Paulo	Janes Estobo	1 - 1	20 "	Col. Km26
33.- Davi de Bartolomen	Brasileña	24	Estado de Paraná	Elías Daiz	1 - 1	50 "	Col. Cedral
34.- Antonio Fasari	Brasileña	52	Estado de Paraná	Luis Laniz	4 - 4	50 "	Col. Mbaracayú
35.- Vandelfin Costa	Brasileña	38	Estado de Paraná	Luis Laniz	2 - 3	15 "	Col. Mbaracayú

RESERVADO

Nombre y Apellido	Nacionalidad	Edad	Lugar de Proc.	Vendedor	Fueras	FAMILIA		Cantidad	Destino
						M.	F.		
Edmundo Mesichenzi	Brasilena	40	Estado Parana	Luis Laniz		8	1	10 Hs.	Col. Mbaracayú
37.- Antonio Reimundo	Brasilena	40	Estado Parana	Luis Denis		1	3	50 "	Col. Mbaracayú
38.- Shamuol Antonio	Brasilena	36	Estado Parana	A. Victorelli		4	-	125 Hs.	Col. Santa Rosa
39.- Siaggical Redal	Brasilena	30	Estado Parana	E. Daiguer		2	2	36 Hs.	Col. Central Monday
40.- Victor A. Enello	Brasilena	46	Estado Parana	Luis Laniz		3	6	250Hs.	Col. Mbaracayú
41.- Joao Chiloli	Brasilena	66	Estado Parana	Luis Laniz		6	4	50 Hs.	Col. Mbaracayú
42.- Jovino de Oliveira	Brasilena	53	Estado Parana	M. Boofoncito		5	1	50 "	Santa Rosa
43.- Alfredo Boltker	Brasilena	45	Estado Parana	E. T.		3	4	---	Hernandarias
44.- Gofis Pacheco Amaral	Brasilena	47	Estado Parana	E. T.		2	---	---	Hernandarias
45.- Fridolino Rinchelt	Brasilena	40	Estado Parana	E. T.		1	1	---	Santa Teresa
46.- Edson José de Souza	Brasilena	42	Estado Parana	E. T.		1	1	---	Santa Teresa
47.- Grea Feijo	Brasilena	21	Estado Parana	Luis Laniz		3	6	3000mts ²	Col. Mbaracayú
48.- Joaquin Fernando S.	Brasilena	55	Estado Parana	Leuro Forcellini		-	1	25 Hs.	Km. 80 Sertão
49.- Deogeno Pereira	Brasilena	21	Estado Parana	Luis Denis		2	-	10 "	Col. Mbaracayú
50.- Cludio Dunque	Brasilena	27	Santa Catalina	Luis Denis		2	-	25 "	Col. Mbaracayú
51.- Pedro De Silva Lima	Brasilena	60	Estado Parana	Alberto Wolter		2	-	96 "	Santa Rosa
52.- Desidario Joao M.	Brasilena	26	Estado Parana	A. Victorelli		1	-	12 "	Santa Rosa
53.- Almiro Henschel	Brasilena	23	Estado Parana	A. Victorelli		3	-	10 "	Santa Teresa
54.- Lucas Shn	Brasilena	54	Estado Parana	Greco Paraguaya		2	-	25 "	Hernandarias
55.- Joao A. De Silva	Brasilena	23	Estado Parana	Luciano Caballero		1	-	25 "	Hernandarias
56.- Adellino Bartuchi	Brasilena	50	Estado Parana	A. Victorelli		1	-	75 "	Col. Sapirú Km. 80
57.- Arno Manaver	Brasilena	28	Estado Parana	Leuro Braugel		1	-	25 "	Col. Sapirú Km. 80
58.- Antonio Lusanatti	Brasilena	28	Estado Parana	Leuro Braugel		4	-	100 "	Hernandarias
59.- Ysais Luis Bacca	Brasilena	44	Estado Parana	Mario Bolzar		2	-	50 "	Col. Mbaracayú
60.- Domingo Mescolino	Brasilena	32	Estado Parana	Cap. Fernandez		1	-	50 "	Col. Mbaracayú
61.- Abivaldo Riquel	Brasilena	60	Estado Parana	Atilio Meschado		2	-	12 "	Santa Teresa
62.- Geraldo Jacok Vila Boa	Brasilena	36	Estado Parana	Elfas Daigae		1	-	12 "	Cedral Monday
63.- José Victor	Brasilena	32	Estado Parana	Elfas Daigae		3	-	50 "	Santa Fé
64.- Joao Peres Brito	Brasilena	48	Estado Parana	I.B.A.		-	-	100 "	Santa Rosa
65.- Oscar Wagner de Vals	Brasilena	31	Estado Parana	A. Victorelli		-	-	12 "	Santa Rosa
66.- Armando Brinker	Brasilena	49	Estado Parana	A. Victorelli		3	-	25 "	Santa Rosa
67.- Justino Valdis	Brasilena	25	Estado Parana	Elfas Daiguer		-	-	50 "	Cedral Monday
68.- Amado Ponte	Brasilena	55	Estado Parana	Juan Crossel		2	-	50 "	Santa Fé
69.- Alvino Fernandes	Brasilena	55	Estado Parana	Greco Paraguaya		3	2	30 "	N. Bressil, Km 180
70.- Jôkomã Alioti	Brasilena	25	Estado Parana	A. Victorelli		4	-	35 "	Santa Teresa
71.- Leonal Spiegler	Brasilena	42	Estado Parana	Greco Paraguaya		4	-	---	Santa Rosa
72.- Celso Rupulo	Brasilena	53	Estado Parana	E. T.		5	-	25 "	Hernandarias
73.- Jorge Celso Rocha	Brasilena	52	Estado Parana	Luis Laniz		1	-	12 "	Santa Teresa
74.- Francisco Martins D.	Brasilena	31	Estado Parana	Luis Denis		1	-	61 "	Col. Mbaracayú
75.- Joaquin Filippi	Brasilena								Col. Mbaracayú
76.- Nelson Gaver	Brasilena								Col. Mbaracayú

Nombre y Apellido	Nacionalidad	Edad	Tierra		Familia M - F	Cantidad Tierra	Destino
			M	F			
79.- Roldao M. Gonzalez	Brasilena	33	3	6	36	Hs.	Col. Sepiré Km. 80
80.- Manuel Pereira	Brasilena	27	1	-	250	Hs.	Itaipú
81.- Francisco Batista	Brasilena	41	1	3	12	Hs.	Santa Fé
82.- Joao Goncalves	Brasilena	57	1	-	25	Hs.	Cedral Monday
83.- José Gonzalez S.	Brasilena	22	-	1	30	Hs.	Cedral Monday
84.- Eloy Carlos Zais	Brasilena	22	2	-	26	Hs.	Santa Rosa
85.- Ataliba Alves Macedo	Brasilena	38	5	4	12	Hs.	Cedral Monday
86.- Ortiz Diaz Barboza	Brasilena	30	4	2	12	Hs.	Cedral Monday
87.- Francisco Riveiro	Brasilena	32	1	-	12	Hs.	-----
88.- Zoribal Raimundo	Brasilena	39	2	3	12	Hs.	Mbaracayú
89.- José Melner	Brasilena	50	2	2	50	Hs.	Santa Rosa
90.- Prino Gringar	Brasilena	27	-	1	25	Hs.	Mbaracayú
91.- Absino Delolivero	Brasilena	26	7	7	25	Hs.	Hernandarias
92.- Manuel Airton Policorpo	Brasilena	49	1	1	25	Hs.	Campo 8
93.- Arino Barboza Oliveira	Brasilena	24	2	2	25	Hs.	Monday
94.- Danilo Dardi	Brasilena	26	1	5	45	Hs.	Sant. Rosa
95.- Alberto Mattei	Brasilena	39	5	7	125	Hs.	Sepiré Km. 80
96.- Francisco de Oliveira	Brasilena	60	2	2	197	Hs.	Col. Mbaracayú
97.- Julio F. Maximiliano	Brasilena	51	6	6	---	---	Hernandarias
98.- Joao Ferrares G.	Brasilena	30	4	6	---	---	Col. Mbaracayú
99.- Salomito de Fleita	Brasilena	58	1	3	15	Hs.	Col. Mbaracayú
100.- Albino A. Sosemier	Brasilena	26	2	1	12	Hs.	Santa Rosa
101.- Joao Maria de Matto	Brasilena	35	1	4	75	Hs.	Santa Tereza
102.- Joao Reinaldo Sain	Brasilena	56	3	8	25	Hs.	Santa Rosa
103.- Miguel R. Alves	Brasilena	50	4	4	50	Hs.	Santa Rosa
104.- Joao Zeiriaz de S.	Brasilena	37	2	1	---	---	Col. Mbaracayú
105.- Daniel Zacatkin	Brasilena	24	4	6	100	Hs.	Monday
106.- Joao Dos Santos	Brasilena	50	4	6	18	Hs.	Col. Santa Tereza
107.- Ealdio Echeiner	Brasilena	36	8	1	20	Hs.	Col. Mbaracayú
108.- Sindolfo Stefan	Brasilena	24	2	2	25	Hs.	Santa Rosa
109.- Joaquin S. de Souza	Brasilena	46	5	4	---	---	Santa Fé
110.- Adolfo Tencatem	Brasilena	55	4	5	90	Hs.	Santa Rosa
111.- Octaviano J. deo Santos	Brasilena	34	1	6	32	Hs.	Cedral Monday
112.- Zenis de Matte	Brasilena	43	5	5	10	Hs.	Santa Tereza
113.- Luisda Silve	Brasilena	29	3	4	---	---	Santa Tereza
114.- Goncalves Reimundo	Brasilena	29	3	1	75	Hs.	Cedral Monday
115.- Leonidis Texeira	Brasilena	31	2	2	91	Hs.	Col. Mbaracayú
116.- Henrique Louve Pato	Brasilena	26	1	10	10	Hs.	Col. Mbaracayú
117.- Daimundo Alves de Sa	Brasilena	30	2	3	---	---	Col. Mbaracayú
118.- Armino Dettrafora	Brasilena	26	4	4	45	Hs.	Santa Rosa
119.- Joao Cardoso Cardin	Brasilena	42	1	25	25	Hs.	Cedral Monday

INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISA AGRICOLA

RESEÑADO

Nombre y Apellido	Nacionalidad	Edad	Lug. de Procedencia		Tierra	Familia		Cantidad Tierra	Destino
			Vendedor	M		F			
122.- Aristoteo de Castrox	Brasileña	44	Estado Paraná		Mario Valdezar	5	5	100 Hs.	Hernandarias
123.- Domingo Marcelino	Brasileña	44	Estado Paraná		Greco Pareguays	2	5	36 Hs.	Santa Teresa
124.- Aldo Trevisoli	Brasileña	32	Estado Paraná		E.T.	1	5	--	Hernandarias
125.- Francisco A. Oliveira	Brasileña	57	Estado Paraná		A. Victorelli	1	1	45 Hs.	Santa Rosa
126.- Idolino Aldo Ruppulo	Brasileña	27	Río Grande Do Sul		Luis Danis	2	4	20 Hs.	Col. Mbaracayú
127.- Alcadio A. Vier	Brasileña	30	Estado Paraná		A. Victorelli	3	8	30 Hs.	Santa Rosa
128.- Atilio Ragasi	Brasileña	42	Estado Paraná		Luuro Brucht	4	3	100 Hs.	Sepiré Km. 80
129.- Helmut Motter	Brasileña	63	Río Grande Do Sul		Luis Danis	5	5	25 Hs.	Mbaracayú
130.- Nestor G. Dos Santos	Brasileña	63	Estado Paraná		Greco Paraguaya	3	2	20 Hs.	Santa Teresa
131.- Augusto Alves de Jesus	Brasileña	26	Estado Paraná		Renato Marhino	2	4	20 Hs.	Santa Rita
132.- Arnaldo Godoy De S.	Brasileña	28	Estado Paraná		David Dainson	1	4	50 Hs.	Nuevo Toledo
133.- Derci Wolt	Brasileña	26	Estado Paraná		Luis Danis	1	1	25 Hs.	Col. Mbaracayú
134.- Francisco A. Sobriño	Brasileña	47	Estado Paraná		Greco Paraguaya	4	2	12 Hs.	Santa Teresa
135.- Adonn Dos Santos	Brasileña	38	Estado Paraná		Adelino Victorelli	1	3	20 Hs.	Santa Rosa
136.- Anno Rosualdo	Brasileña	45	Estado Paraná		A. Victorelli	2	1	137 Hs.	Santa Rosa
137.- Nelson Neils	Brasileña	38	Estado Paraná		Vilisier	2	3	72 Hs.	Hernandarias
138.- Emilio Peira Matto	Brasileña	67	Estado Paraná		Renato Marhino	2	3	26 Hs.	Santa Rita
139.- Jasi Rosa dos Santos	Brasileña	34	Estado Paraná		Renato Marhino	-	2	10 Hs.	Santa Rita
140.- Neurylio Riveiro	Brasileña	23	Estado Paraná		E.T.	2	1	--	Santa Rosa
141.- Helios J. Gunzter	Brasileña	36	Estado Paraná		Greco Paraguaya	5	1	50 Hs.	Santa Teresa
142.- Gumercindo Gasparin	Brasileña	24	Estado Paraná		A. Victorelli	2	5	100 Hs.	Santa Rosa
143.- Emilio L. Martiño	Brasileña	42	Estado Paraná		Pedro Silva	-	2	25 Hs.	Col. Santar'a
144.- Vitalino Pagonó	Brasileña	29	Estado Paraná		Pedro Silva	1	1	25 Hs.	Mbaracayú
145.- Leopoldo Prigues	Brasileña	53	Estado Paraná		A. Victorelli	4	1	14 Hs.	Santa Rosa
146.- Sebastián Dos Santos	Brasileña	47	Estado Paraná		Greco Paraguaya	2	3	22 Hs.	Santa Teresa
147.- José de Paula	Brasileña	35	Estado Paraná		Greco Paraguaya	2	5	275 Hs.	Santa Teresa
148.- Vrien Aristides	Brasileña	43	Estado Paraná		Alberto Fernandez	2	2	24 Hs.	Col. Mbaracayú
149.- Menares Matto	Brasileña	60	Estado Paraná		Marcilio Broko	6	9	30 Hs.	Monday
150.- Acelino A. Emidio	Brasileña	43	Estado Paraná		E.T.	6	6	--	Santa Rosa
151.- Davino D. Wunder	Brasileña	42	Estado Paraná		Adelino Vict.	2	4	36 Hs.	Santa Rosa
152.- Milton Bonnetti	Brasileña	35	Sao Paulo		Elfas Daigues	-	2	92 Hs.	Cedral Monday
153.- Ramiro I. Costo	Brasileña	38	Estado Paraná		Elfas Daigues	3	2	60 Hs.	Cedral Monday
154.- Castano Finato	Brasileña	30	Cescaavel		A. Victorelli	4	3	45 Hs.	Santa Rosa
155.- Antonio Alves	Brasileña	56	Estado Paraná		A. Victorelli	4	3	18 Hs.	Santa Rosa
156.- Antonio Ferreira	Brasileña	60	Estado Paraná		A. Victorelli	4	5	35 Hs.	Cedral Monday
157.- Bruno Kirsehke	Brasileña	29	Estado Paraná		Gustavo Ferreira	4	2	--	Santa Rosa
158.- Walter Roque	Brasileña	47	Río Grande Do Sul		E.T.	4	4	31 Hs.	Encafnación
159.- Felicio Godoy Bueno	Brasileña	48	Estado Paraná		Luis Miltter	4	2	--	Hernandarias
160.- Djelma de Oliveira	Brasileña	27	Estado Paraná		E.T.	3	2	6000Hs.	Hernandarias
					Consul. Gusanthan		2		

RESERVAADO


Nombre y Apellido	Procedencia	Edad	Eto. Procedencia		Tierra	Familia		Cantidad Tierra	Destino
			M.	F.		M.	F.		
161.- Germano Wilkelmann	Brasileña	29	Estado Paraná	-	A. Victorelli	-	3	25 Hs.	Santa Rosa
162.- Arlindo Cafarín	Brasileña	44	Estado Paraná	3	A. Victorelli	4	4	25 Hs.	Santa Rosa
163.- Ademar V. Rivss	Brasileña	22	Estado Paraná	-	A. Victorelli	1	1	25 Hs.	Santa Rosa
164.- José Santín	Brasileña	50	Estado Paraná	5	A. Victorelli	3	3	100 Hs.	Santa Rosa
165.- Jakón F. Klasseen	Brasileña	22	Estado Paraná	5	Im/ Paranense	2	2	25 Hs.	Hernandarias
166.- José Vitalino	Brasileña	35	Estado de Paraná	1	Elías Daigues	1	1	20 Hs.	Cedral Monday
167.- Rfo Figueredo	Brasileña	30	Estado Paraná	2	Greco Paraguaya	2	2	10 Hs.	Santa Teresa
168.- Alvicio Arcenio	Brasileña	35	Estado Paraná	3	A. Victorelli	3	2	93 Hs.	Santa Rosa
169.- David Barbara	Brasileña	36	Santa Catalina	2	Todoro Joao Hoeguen	2	2	250Hs.	Santa Teresa
170.- Eusevaldo Alves	Brasileña	52	Estado Paraná	4	Gualdemal Palzoza	4	4	360 Hs.	Pto. Indio
171.- Joaquín L. De Silva	Brasileña	46	Estado Paraná	-	---	---	---	---	---
172.- Antonio Cutrera	Brasileña	43	Estado Paraná	1	Cap. Fernandes	1	6	20 Hs.	Col. Mbaracayú
173.- Mateus de Cardozo	Brasileña	44	Estado Yguazú	2	Greco Paraguayo	2	2	26 Hs.	Santa Teresa
174.- Victorio Adorcham	Brasileña	28	Estado Paraná	4	Elías Daigues	4	5	37 Hs.	Cedral Monday
175.- Asam Flores	Brasileña	58	Estado de Paraná	11	I.B.R.	11	1	125 Hs.	Santa Rosa
176.- Arcenio Schiltz	Brasileña	30	Río Grande do Sul	1	A. Victorelli	1	2	20 Hs.	Santa Rosa
177.- Adorlido Griep	Brasileña	30	Estado Paraná	1	Luis Danis	1	2	18 Hs.	Col. Mbaracayú
178.- José R. de A.	Brasileña	38	Estado Paraná	-	Luis Danis	-	4	9 Hs.	Col. Mbaracayú
179.- Antonio S. Filo	Brasileña	36	Estado Paraná	3	Elías Daigues	3	2	45 Hs.	Santa Teresa
180.- Pablo García Rosa	Brasileña	46	Estado Paraná	5	Greco Paraguaya	5	5	37 Hs.	Santa Teresa
181.- Sebastian Eucabio O.	Brasileña	26	Estado Paraná	5	Luis Danis	5	2	75 Hs.	Sanat FÉ
182.- Manuel Dos Santos	Brasileña	30	Estado Paraná	3	E.T.	3	2	--	Santa Rosa
183.- Luis A. Dolozovki	Brasileña	30	Santa Catalina	3	Luis Danis	3	3	--	Santa Rosa
184.- Davino Selnesder	Brasileña	30	Río Grande Do Sul	2	Elías Daigues	2	1	23 Hs.	Cedral Monday
185.- Clemente Chirobo Matto	Brasileña	38	Estado Paraná	1	A. Victorelli	1	3	37 Hs.	Col. Santa Rosa

[Handwritten Signature]



OTELLO CARRINELLI YEGROS
Gral. Brigada Comandante
1ª División Inf.

ANEXO II


COMANDO EN JEFE DE LAS FF. AA. DE LA NACION
II CUERPO DE EJERCITO
5a. DIVISION DE INFANTERIA
San Isidro de Curuguay - Paraguay

, 20 de Noviembre de 1.982.-

1.- INQUIETUD GENERAL DE LA POBLACION CIVIL


a. En el orden económico: La cantidad de lluvia caída, que en ésta época se constituye en un fenómeno normal, dificulta la comunicación terrestre y su consecuente influencia en las operaciones del orden económico es negativo.
La agricultura y la ganadería en pleno desarrollo.


b. En el orden político: La masa republicana en plena campaña electoral. Trabajos activos a conocidos de la oposición no existe en el Dpto. de Canindeyú. En el Dpto. de San Pedro el único líder de la oposición es el Dr. CELAURD juntamente con el Dip. de la oposición CIRILO SILVA.

c. En el orden Social: Las actividades estudiantiles y escolares llegan a fin en forma normal en toda la zona.
La relación entre, Iglesia, pueblo y Ejército en normal armonía.
Influencia o actividades relevantes de secta religiosos no se detectan en la zona.

2.- EVALUACION SOBRE LA CANTIDAD DE EMIGRANTES E INMIGRANTES Y SUS CON-
SECUENCIAS FAVORABLES Y DESFAVORABLES PARA LA ZONA.

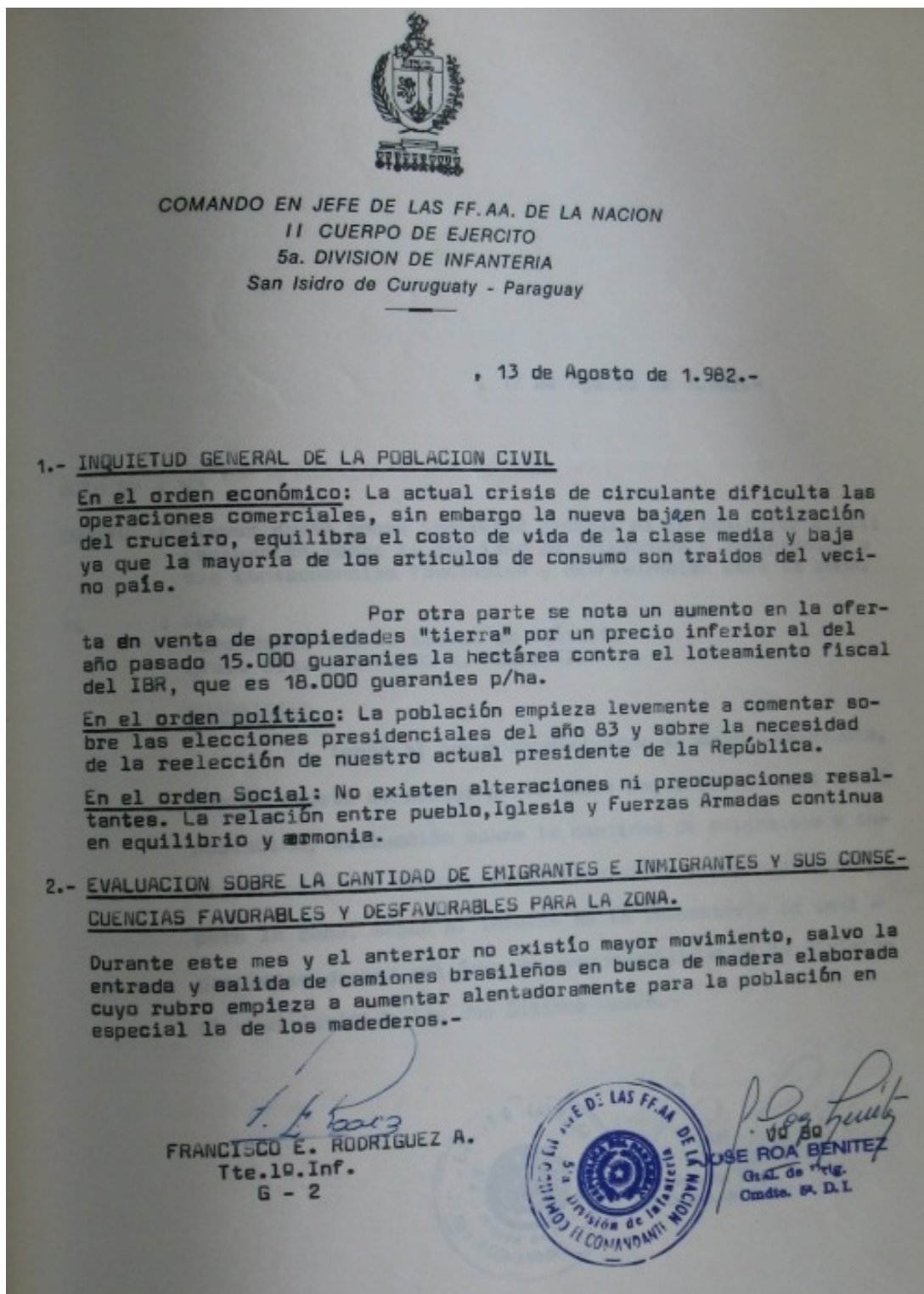
Adjunto control de movimientos diarios de extranjeros de la Inspección de Migración de Salto del Guairá.-


FRANCISCO E. RODRIGUEZ A.
Tte. 10. Inf.
G-2


JOSE ROA BENITEZ
Gr. 1. de Inf.
Comde. 5. D. I.


Fonte: Archivo - Nota S/n. II Departamento de Estado Mayor de las Fuerzas Armadas del Paraguay. Comando en Jefe de las FF.AA. de la Nación. Asunción, 20 de noviembre de 1982.

ANEXO III



Fonte: Archivo - Nota S/n. II Departamento de Estado Mayor de las Fuerzas Armadas del Paraguay. Comando en Jefe de las FF.AA. de la Nación. Asunción, 13 de agosto de 1982.

ANEXO IV


COMANDO EN JEFE DE LAS FF. AA. DE LA NACION
II CUERPO DE EJERCITO
5ª DIVISION DE INFANTERIA
 San Isidro de Curuguaty - Paraguay

, 29 de Setiembre de 1.982.-

NOTA Nº : 111

OBJETO : Elevar parte mensual de mensaje.


AL : Señor
 Comandante del II Cuerpo de Ejército
 Gral. Div. Don PEDRO R. FLORENTIN

GUARNICION


Tengo el honor de dirigirme al Señor Comandante, con el objeto de elevar parte mensual de mensaje de la 5ª División de Infantería, correspondiente al mes de Setiembre del corriente año.-

<u>MENSAJES</u>	<u>TIPO</u>	<u>CANTIDAD</u>	<u>T O T A L</u>
Mensajes	Ofic.Transm.	57	57
Mensajes	Ofic.Recibidos	254	254
Mensajes	Part.Transm.	61	61
Mensajes	Part.Recibidos	64	64
T O T A L GRAL.			436

Mensajes transmitidos y recibidos durante el mes de Setiembre del corriente año.-



VO 30
JOSE ROA BENITEZ
 Gral. de 7.
 Comdte. P. D. I.



LORENZO BERNAL
 Cap.Trns.
 Jefe Serv.Trns. 5ª D.I.

Fonte: Archivo - Nota 111. Elevar parte mensal de mensagens. Capitão Lorenzo Bernal; General Jose Roa Benitez da 5ª División de Infanteria de San Isidro de Curuguaty, no Salto del Guairá. II Departamento de Estado Mayor de las Fuerzas Armadas del Paraguay. Comando en Jefe de las FF.AA. de la Nación. Asunción, 29 de setembro de 1982.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados – MS, 25 de agosto de 2014.

LEANDRO BALLER